UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Direito
Programa de Pós-graduação em Direito e Ciências do Estado

Rafael Tallarico

RAZÃO DE ESTADO E NAÇÃO HEGEMÔNICA EM HENRY KISSINGER

Belo Horizonte
2022

Rafael Tallarico

RAZÃO DE ESTADO E NAÇÃO HEGEMÔNICA EM HENRY KISSINGER

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Direito Público.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Borges Horta

Belo Horizonte

2022

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Luciane Lorena Queiroz - CRB-6/2233.

Tallarico, Rafael, 1978-
T147r Razão de estado e nação hegemônica em Henry Kissinger [manuscrito] / Rafael Tallarico - 2022.
276 f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.
Bibliografia: f. 271-276.

1. Direito - Teses. 2. Razão de estado - Teses. 3. Kissinger, Henry, 1923- 4. Geopolítica - Teses. I. Horta, José Luiz Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 327.82

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

UFMG

ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO
RAFAEL TALLARICO

Realizou-se, no dia 24 de agosto de 2022, às 14:00 horas, na rede mundial de computadores, a defesa de tese intitulada *Razão de Estado e Noção Hegemônica em Henry Kissinger*, apresentada por RAFAEL TALLARICO, número de registro 2018653428, graduado e mestre no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em DIREITO pela Universidade Federal de Minas Gerais, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Jose Luiz Borges Horta – Presidente e Orientador (UFMG), Prof. Joao Bosco Leopoldino da Fonseca (UFMG), Profa. Jamile Bergamaschine Mata Diz (UFMG), Profa.. Wilba Lúcia Maia Bernardes (Faculdade de Direito PUC-Minas) e Prof(a). Hugo Rezende Henriques (Universidade Federal de Uberlândia).
A Comissão considerou a tese:

(√) Aprovada, tendo obtido a nota **100 (cem), com louvor**.

( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2022.

Prof. Jose Luiz Borges Horta (Doutor) nota 100 (cem), com louvor.

Prof. Joao Bosco Leopoldino da Fonseca (Doutor) nota 100 (cem), com louvor.

Jamile Bergamaschine Mata Diz

Assinado de forma digital por Jamile Bergamaschine Mata Diz
Dados: 2022.08.26 18:09:08 -03'00'

Profa. Jamile Bergamaschine Mata Diz (Doutora) nota100 (cem), com louvor.

Profa. Wilba Lúcia Maia Bernardes (Doutora) nota 100 (cem), com louvor.

Prof. Hugo Rezende Henriques (Doutor) nota 100 (cem), com louvor.

Dedico este trabalho ao Único Deus.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. José Luiz Borges Horta agradeço pela orientação e por todos os ensinamentos que contribuíram para meu crescimento acadêmico e por ter acreditado na proposta de pesquisa.

Agradeço também aos professores que compuseram a banca pelo olhar criterioso sobre o trabalho.

Agradeço ao Dr. Arthur José de Almeida Diniz pelo início da caminhada.

Agradeço especialmente aos meus pais pelo apoio incondicional.

“A busca de uma política de paz e boa vizinhança é inerente à herança cultural europeia”. (Gorbachev, Mikail. *Perestroika*. 1988).

RESUMO

O Império Romano legou ao Ocidente o Direito e o Estado. A Paz de Vestfália de 1648 outorgou ao Estado a soberania, seu principal atributo. O Estado é morada da legalidade e da segurança jurídica. Com o caminhar do Espírito ao longo da História Universal, a direção dos interesses nacionais passa a exigir a Razão de Estado. Richelieu, Metternich, Bismarck foram os principais expoente da Razão do Estado na época da Ilustração e da Restauração. Henry Kissinger é a expressão da Razão de Estado após a II Guerra Mundial, até os dias atuais. O Estados Unidos torna-se a "Cidade na Colina". A metodologia empregada foi a de pesquisa bibliográfica, principalmente em obras internacionais. A Razão de Estado, no século XXI, precisa ser novamente compreendida por todo o Ocidente, do qual faz parte o Brasil. Somente obterá a liderança internacional, para fins de progresso da humanidade, o Estado que se colocar guiado pela Razão de Estado.

Palavras-chave: Soberania- Razão de Estado- Nação Hegemônica- História do Estado- Henry Kissinger

ABSTRACT

The Roman Empire bequeathed to the West the Law and the State. The Peace of Westphalia of 1648 granted the state sovereignty, its main attribute. The State is the home of legality and legal certainty. With the walk of the Spirit throughout Universal History, the direction of national interests starts to demand the Reason of State. Richelieu, Metternich, Bismarck were the main exponents of Reason of the State at the time of the Enlightenment and Restoration. Henry Kissinger is the expression of the Reason of State after World War II, until the present day. The United States becomes the "City on the Hill". The methodology used was bibliographic research, mainly in international works. The Reason of State, in the 21st century, needs to be understood again by the entire West, of which Brazil is a part. Only the State that is guided by Reason of State will obtain international leadership for the purposes of humanity's progress.

Keywords: Sovereignty- Reason of State- Hegemonic Nation- History of the State - Henry Kissinger

RESUMEN

El Imperio Romano legó a Occidente la Ley y el Estado. La Paz de Westfalia de 1648 otorgó al Estado la soberanía, su principal atributo. El Estado es el hogar de la legalidad y de la seguridad jurídica. Con el andar del Espíritu a lo largo de la Historia Universal, la dirección de los intereses nacionales pasa a exigir la Razón de Estado. Richelieu, Metternich, Bismarck fueron los principales exponentes de la Razón de Estado en la época de la Ilustración y la Restauración. Henry Kissinger es la expresión de la Razón de Estado después de la Segunda Guerra Mundial, hasta nuestros días. Estados Unidos se convierte en la "Ciudad en la Colina". La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica, principalmente en obras internacionales. La Razón de Estado, en el siglo XXI, necesita ser comprendida nuevamente por todo Occidente, del cual Brasil forma parte. Sólo el Estado que se guíe por la Razón de Estado obtendrá el protagonismo internacional en pro del progreso de la humanidad.

Palabras clave: Soberanía- Razón de Estado- Nación Hegemónica- Historia del Estado - Henry Kissinger

SUMÁRIO

PARTE I

1 O ADVENTO DA RAZÃO DE ESTADO

1.1 – Introdução 12
1.1.1 – A Idade Antiga 24
1.1.2 – A Idade Média 35
1.1.3 – A Idade Moderna 40
1.1.3.1 – A Soberania 45
1.1.4 – A Idade Contemporânea 46
1.1.5 – O Espírito Universal 54
1.2 – O Caminhar do Espírito da Liberdade e a Razão de Estado 59
1.3 – A Razão de Estado e o pensamento do cardeal de Richelieu 75
1.4 – A Razão de Estado e o pensamento de Maquiavel 84
1.5 – A Razão de Estado e o pensamento de Metternich 88
1.6 – A Razão de Estado e o pensamento de Otto Von Bismarck 98
1.7 – A Revolução Americana: Federação e Democracia 106
1.8 – A Revolução Francesa e o início da Era Contemporânea 120
1.9 – O Congresso de Viena de 1815: a diplomacia da paz 124
1.10 – O papel da Razão de Estado no século XX 134

PARTE II

2 RAZÃO DE ESTADO EM HENRY KISSINGER

2.1 – O conceito de nação hegemônica em Henry Kissinger: França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América do Norte 146
2.2 – Razão e Diplomacia 164
2.3 – Franklin Delano Roosevelt: um estadista de seu tempo e para o futuro 171
2.4 – Kissinger, Nixon e Ford 177
2.5 – Ronald Reagan e o ocaso da Guerra Fria 187
2.6 – Kissinger e a China 191

PARTE III

3 GEOESTRATÉGIA E GEOPOLÍTICA EM HENRY KISSINGER

3.1 – Tecnologia Nuclear e seu papel estratégico no pensamento de Henry Kissinger 209
3.2 – Razão e Diplomacia no século XXI na concepção de Henry Kissinger 224
3.3 – A Razão de Estado e a Inteligência Artificial 237

PARTE IV

4 1822-2022: DUZENTOS ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A RAZÃO DE ESTADO.....250

5 CONCLUSÃO.....275

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 277

1- O ADVENTO DA RAZÃO DE ESTADO

1.1- Introdução

A História é justificada pelos seus acontecimentos com o passar dos tempos, ou seja, o futuro justifica tempos pretéritos, através da própria História.

A Pré- História guarda registros de desenhos e imagens em cavernas, testemunhando os desafios dos homens daquele período. Todavia, é com o surgimento da escrita que começa a ser contada a História, tal qual é conhecida no calendário cristão (mais ou menos 4.000 anos Antes de Cristo até os dias atuais)

A História, como Ciência, decorre do desenvolvimento da Razão, que levou, em seu caminhar, à formação dos Conceitos de Justiça e de Liberdade.

A História, é dividida, até o presente tempo, em fases, quais sejam: Idade Antiga Oriental[1] e clássica (do surgimento da escrita até a Queda de Roma em 476 D.C); Idade Média (de 476 D.C até a Queda de Constantinopla, em 1453 D.C); Idade Moderna (de 1453 D.C até o advento da Revolução Francesa em 1789) e Idade Contemporânea (de 1789 D.C até os dias atuais).

Ao longo de todos os períodos da História, o que o home luta é pela sua Liberdade. O Estado vem como uma resposta a este anseio, para ser a "morada da Liberdade" para os indivíduos e para toda coletividade, através do Império da Lei, que se consolida no Estado de

[1] "Temos a tarefa de começar, com relação ao mundo oriental, pela organização estatal dentro do mesmo. A difusão das línguas e a formação dos povos são desconhecidas pela história. A história é prosaica e mitos não contêm ainda história. A consciência da existência exterior só surge com determinações abstratas. Existindo a capacidade de formular leis, surge também a possibilidade de considerar objetos prosaicamente. Sendo o pré-histórico aquilo que prece a vida política, ele também está além da vida consciente, e quando se estabelecem pressentimentos e pressuposições, estes não são ainda fatos. O mundo oriental tem como princípio mais próximo a substancialidade do fator moral. É o primeiro exemplo de domínio sobre a arbitrariedade, que se funde nessa substancialidade. As determinações morais exprimem-se em leis, mas de tal forma que a vontade subjetiva é governada pelas leis como se fosse um poder exterior; a interioridade, a atitude moral, a consciência e a liberdade formal não existem. Desse modo, as leis são executadas somente de forma exterior e constituem apenas direitos de coerção. Nosso direito civil contém, de fato, instrumentos de coerção. Eu poso ser obrigado a não cobiçar a propriedade, mas na alma e na aquiescência dos indivíduos às exigências ade alheia, ou cumprir um contrato, mas em nosso meio, o elemento moral não está apenas na coação, mas na alma e na aquiescência dos indivíduos às exigências da lei. No Oriente, isso é, do mesmo modo, imposto formalmente, e mesmo quando o conteúdo da moral falta na vontade que ordena, mas antes a vontade que cumpre as ordens por convicções superiores. Por não ter ainda atingido a interioridade, o espírito mostra-se como mera espiritualidade Como o exterior e o interior, a lei e o juízo formam uma unidade, assim também a religião e o Estado. A constituição é, na verdade, teocracia, e o reino divino é igualmente o reino profano, sendo que o reino profano não é menos divino. O que denominamos Deus ainda não foi conscientizado no Oriente, pois nosso Deus surge só na elevação para o sobe natural- e somente quando obedecemos, porque o que fazemos surge de nós mesmos. Lá, a lei é vigente por si só, sem permitir essa adesão subjetiva. Na lei, o homem não reconhece o seu próprio querer, mas o que lhe é totalmente estranho." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília, editora UNB, 1995, p. 101).

Direito.

O Espírito Universal, que caminha ao longo da História, em todos os tempos, apresenta-se em sua evolução em figuras humanas ocidentais[2], ora na busca de expansão imperial e disseminação da cultura (inclusive da própria liberdade), ora na constituição do Estado e das Leis nele abrigadas. Exemplos são Alexandre o Grande, Júlio César[3], Otávio[4], Carlos Magno, Napoleão Bonaparte, Richelieu, Metternich, Bismarck, Disraeli[5], Abraão Lincoln, Franklin Delano Roosevelt[6], Henry Kissinger.

---

[2] "Na medida em que o Ocidente construiu uma cultura e civilização da razão, mas de ordem planetária, ainda que na forma instrumental, é legítimo que ela mesma postule alcançar o seu próprio significado. Uma vez que se caracteriza como civilização da razão é lícito que a própria razão indague de si mesma ou – por que não dizer? – busque a razão da razão." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 13).

[3] "César conclui toda uma etapa do desenvolvimento do Estado romano e abre o processo de formação do Estado ocidental a efetivar-se como estado de direito após a Revolução Francesa. Essa conclusão e abertura, o Império, realiza-se definitivamente com Augusto, que sabe ser o imperador, o senhor do mundo, que o grego apenas abstratamente concebeu, mesmo assim voltado para o oriente, quando a bússola da história apontava para o Ocidente, a exemplo do que ocorreu com o Cristianismo, quando São Paulo decide partir para a Grécia e não para a Síria. É a partir da Grécia que a história se monstra como curso da razão, mas a realização desse curso dá-se em Roma, fundamentalmente com Augusto, que embora todo poderoso nas armas, buscava antes de tudo a solução do acordo." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 154).

[4] "No Império de Augusto, a consciência moral, teorizada pelos gregos, teorizada e realizada pelos romanos, se eleva a consciência jurídica, através de uma efetiva consciência política. Essa consciência política, que se dirige à realização da justiça, tem uma dimensão externa que para Augusto era missão irrecusável: a de levar a civilização romana para todos os povos, cumprindo o que a razão estética lhe propõe na exuberante épica de Virgílio, o príncipe dos Poetas, segundo Vieira: "*...tu regere imperio populos Romane, mememnto (hae tibi erunt artes), pacique imponere morem parcere subjectis et debellare superbos."* (lembra-te, porém, Romano, que a tua missão é a de governar todos os povos com o império. Suas artes são as de editar leis da paz entre as nações, poupar os vencidos e debelar os soberbos"). A clemência e a justiça, virtudes cultivadas pelo poder de Roma, conduz as suas conquistas. Com efeito, a épica de Vigílio tem como verdadeiro herói o povo romano, vale dizer, Roma. Diferentemente da épica de Homero, a lidar com o imaginário no objetivo de escriturar e exaltar a mitologia grega e descrever as aventuras de um herói individual, a de Virgílio faz os deuses entrarem na realidade de Roma como sua alma; seu herói é um indivíduo, mas que encarna o espírito de todo um povo no destino histórico por ele traçado para construir uma cidade e, com ela, a história de uma civilização...." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 176).

[5] "O estadista europeu que mais rapidamente identificou o impacto da unificação alemã foi Benjamim Disraeli, que estava para tornar-se o primeiro-ministro da Inglaterra. Em 1871, ele declarou a respeito da Guerra Franco – Prussiana: "A guerra representa a revolução alemã, episódio político maior que a revolução Francesa do século passado (...)Não há uma só tradição diplomática que não tenha sido varrida. É um mundo novo (...) O equilíbrio de poder foi totalmente destruído." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 114).

[6] "Para os políticos contemporâneos que governam por pesquisas de opinião pública, o papel de Roosevelt, levando o povo isolacionista a participar da guerra, ´é uma lição prática sobre a liderança numa democracia. Mais cedo ou mais tarde, a ameaça ao equilíbrio do poder europeu forçaria os Estados Unidos a intervirem para pôr fim ao avanço da Alemanha rumo à dominação mundial. O poderio crescente dos estados Unidos levaria o país, eventualmente, ao centro da arena internacional. Se aconteceu tão depressa e decisivamente, foi por obra de Franklin Delano Roosevelt.

Alexandre o Grande formou um grande império greco- macedônico e expandiu a cultura helênica por todo o Ocidente, chegando até a parte oriental na Babilônia e Egito.

Júlio foi Cônsul romano e expandiu consideravelmente o império romano, conquistando inclusive a Gália. No seu período Roma consolida-se como grande potência mundial.

Otávio, sobrinho de Júlio César, o sucedeu, e deu formato de "Grande Império" a Roma, principalmente no que diz respeito à propagação das leis romanas por todo o império. Sem dúvida alguma, foi um dos dez mais importantes "césares" de toda a história de Roma.

Carlos Magno foi um imperador carolíngio no período medieval. Restaurou os limites territoriais do império romano, apesar de seus filhos tê-lo dividido novamente, após sua morte.

Napoleão Bonaparte[7] foi imperador francês de 1.799 a 1815. Representou a chegada definitiva da burguesia ao poder, agora com representação política. Criou este imperador o Código Civil Francês (1804) e o Código Comercial Francês (1807), que são a expressão viva da codificação dos direitos privados. Tal prática se disseminou por todas as legislações ocidentais, até os dias de

---

Todos os grandes líderes caminham solitários. A solidão vem da capacidade de discernir desafios invisíveis aos contemporâneos. Roosevelt conduziu um povo isola isolacionista a uma guerra entre países cujos conflitos, havia poucos anos, eram considerados incompatíveis com os valores americanos e irrelevantes à sua segurança. Após 1940, Roosevelt convenceu o congresso, que aprovara em votação esmagadora a série de Leis de Neutralidade poucos anos antes, a aprovar uma ajuda americana cada vez maior à Inglaterra, só se detendo diante da beligerância aberta e, ocasionalmente, ultrapassando mesmo esse limite. Finalmente, o ataque a Pearl Harbor eliminou as últimas perplexidades americanas. Roosevelt foi capaz de convencer dos perigos horrendos de uma vitória do Eixo, uma sociedade que durante dois séculos viveu a invulnerabilidade. E fez com que a entrada americana fosse o primeiro passo de um compromisso internacional permanente. Na guerra, seu talento manteve em vigor a aliança e moldou as instituições multilaterais que até hoje servem à comunidade das nações.
Nenhum presidente, com a possível exceção de Abraham Lincoln, deixou marca tão decisiva na história americana. Roosevelt fez o juramento do cargo num momento de incerteza nacional, quando a fé americana na capacidade infinita do progresso do Novo Mundo estava abalada pela Grande Depressão. À sua volta, as democracias pareciam titubeantes, e governos antidemocráticos, de esquerda e de direita, ganhavam terreno." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 329/330).

[7] "...Novamente surge um governo organizado, como os antigos, só que o chefe e =monarca é agora um diretório variado composto por cinco elementos que constituem uma unidade moral, mas não individual. A suspeita também reinava entre eles, o governo estava nas reuniões legislativas, tendo, portanto, o mesmo destino- o declínio-, pois demonstrava a necessidade absoluta de um *poder* governamental. *Napoleão* estabeleceu-o como força militar, colocando-se com vontade individual na liderança do estado. Ele sabia como dominar e logo resolveu as disputas internas. O que ainda restava de advogados, ideólogos e homens de princípio ele dispersou, e o respeito e o medo- ao invés da desconfiança- passaram a reinar. Com o imenso poder de seu caráter, ele se dirigiu para o exterior, subjugou toda a Europa, e espalhou por toda parte as suas próprias instituições liberais. Jamais se obteve maior vitória, jamais se executaram marchas tão geniais; todavia, também nunca a impotência da vitória surgiu tão nitidamente como naquela época. A mentalidade dos povos, isto é, sua religiosidade sua nacionalidade, finalmente derrubou esse colosso, e na França, por sua vez, estabeleceu -se uma monarquia constitucional com a constituição para seu fundamento..." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília: editora UNB, 1995. P. 369).

hoje. Testemunham a "liberdade" do ser[8], dentro do Estado de Direito.

Richelieu foi um ministro francês, na Idade Moderna, e inspirou o conceito de "Razão de Estado", ou interesse nacional, afastando os reis da França da tutela papal para a busca dos interesses nacionais da potência francesa da época. Na busca do interesse nacional estrito da França, soube lidar muito bem com a Europa Central e evitou, por mais de 200 anos, a unificação dos reinos germânicos, em uma única nação, para atender aos objetivos da França, no que diz respeito à política internacional da época.

O Duque de Armand Du Plessis Richelieu teve seu pensamento de "Razão de Estado" bem definido na sua obra *Testamento Político*, publicado pela editora Edipro, São Paulo, Brasil.

Metternick foi um príncipe austríaco, e teve relevante papel nos tempos do Congresso de Viena de 1.915. Teve grande papel no conceito de "legitimidade" das "cabeças coroadas da Europa". Estabeleceu, no período da Restauração, pós- império- napoleônico, o "equilíbrio de poder" entre os Estados europeus, permanecendo o Velho Mundo em Paz de 1.815 a 1.914, período este que, em nível de teorização da doutrina diplomática, muito inspirou Henry Kissinger.

Bismarck foi chanceler e ministro do império alemão, na segunda metade do século XIX. Unificou a Alemanha "a ferro e fogo" e fez desta nação a potência econômica e militar mais forte do mundo a partir deste período.

Disraeli foi o principal ministro da rainha Vitória da Inglaterra. O longo reinado desta rainha, de 1837 a 1901, se deveu muito às articulações de Disraeli, que consolidou o império e fez da Inglaterra uma potência marítima- imperial no século XIX, legado este que perdurou, sem sobra de dúvidas, até 1.946, após o final da Segunda Guerra Mundial e 1.956, com a questão de Suez que definitivamente colocou fim à política exterior colonial inglesa e francesa.

Lincoln, após abolir a escravidão no EUA e fazer do Norte vencedor na Guerra Civil (1861-1865), foi assassinado em 1.865, mas deixou um legado humanista e de liberdade.

Franklin Delano Roosevelt[9] foi presidente norte-americano de 1933 a 1945. Sob a sua

[8] "A individualidade espiritual ativa, eis o espírito concreto que Hegel considera aqui. Decerto, não é impossível que pense nos grandes homens de ação de que a história humana nos fornece tantos exemplos. Se se quiser compreender o capítulo que tentamos comentar, parece-nos que se deva evocar, juntamente com as figuras românticas mencionadas acima, uma figura particular que não poderia deixar de obcecar sua imaginação: a de Napoleão. Napoleão aparece como o homem de ação que revelou ao homem suas possibilidades criadoras. O espírito livre é o espírito criador que não se embaraça com o universal abstrato, para opô-lo à efetividade, mas age e possui a essência na certeza – que encontre nele mesmo – da validade de seu ato..." (HYPPOLITE, Jean. Gênese e estrutura da Fenomenologia do espírito de Hegel. São Paulo: Discurso Editorial: 1999, p. 522).

presidência, desenvolveu-se o "New- Deal", política de expressiva intervenção econômica do Estado na economia, com a construção de obras e oferecimento do pleno emprego. Neste período, conseguiu recursos para decisiva participação norte-americana na Segunda- Guerra Mundial, a partir da declaração alavancou a economia norte-americana, tirando-a da profunda recessão na qual caiu em 1.929, e declarou guerra às nações do eixo em dezembro de 1941.

Com grande apoio material, humano e militar aos Aliados, fez do Estados Unidos a primeira potência mundial e nação mais forte do mundo, com mais de 11 milhões de soldados mobilizados ao final do conflito. O Plano Marshall, de recuperação econômica da Europa, e a própria criação da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), são decorrência direta do enorme fortalecimento econômico e militar do Estados Unidos durante a segunda Guerra Mundial

Franklin Delano Roosevelt faleceu em abril de 1944, poucas semanas antes do final da Segunda- Guerra Mundial (maio de 1945). Deixou para a humanidade um sentimento de Justiça Social extremamente expressivo, e da necessidade de toda e qualquer nação saber da importância do fortalecimento de suas instituições, até as relacionadas com assuntos internacionais, para a consolidação da democracia.

Henry Kissinger, judeu nascido na Alemanha, em 1.923, mudou-se com sua família para o Estados Unidos da América do Norte em 1.938, fugindo das perseguições do nacional-socialismo (antissemitismo) que dominavam a nação alemã daquela época. Participou, como militar, em decorrência de seu domínio da língua alemã, da intervenção militar norte-americana na Alemanha pós Segunda- Guerra Mundial. Depois voltou para o Estados Unidos, ingressando em Harvard, instituição acadêmica na qual apresentou e defendeu sua Tese de Doutorado, que atualmente é um "best-seller" internacional em relações diplomáticas, conhecida como *Diplomacy*, ou Diplomacia.

Na sua tese doutoral, que se tornou posteriormente a obra Diplomacia, Henry Kissinger ressalta o grande legado deixado pelo século XIX, especialmente do Congresso de Viena de 1.815, para a política diplomática ocidental. Esta tese, que depois tornou-se uma obra de vulto,

---

[9] "Gerações subsequentes de americanos têm valorizado mias em seu chefe do governo, a total sinceridade. E que a história o responsabilizaria pelos resultados das suas iniciativas solitárias. E, como ocorreu com, para com Franklin Delano Roosevelt que a sabedoria da sua travessia solitária, hoje em dia, seja considerada apenas como coisa natural." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 352).

em matéria diplomática no mundo, narra e estabelece as diretrizes gerais da política europeia e norte americana no mundo nos séculos XIX e XX.

Henry Kissinger, em sua grande construção teórica, continua sua análise histórica-diplomática, após várias outras publicações, com a obra *World Order*, ou Ordem Mundial, na qual teoriza, a claros olhos, sua experiência como político e diplomata de longos anos, ressaltando a importância da "estrutura da paz" para o mundo no século XX, sendo o Estados Unidos a grande potência mundial a conviver com uma China em ascensão, processo esse decorrente das políticas internacionais mundiais pós- 1971.

Henry Kissinger, após deixar a vinda acadêmica, passou a ser constante consultor dos governos Nixon e Gerald Ford (1.968 a 1.976). Neste período, realizou várias viagens, para fins de atuação diplomática ao redor do globo, propagando a necessidade, para todas as nações do mundo, entre as principais a China, a importância da participação na economia de mercado, para o prosperar de cada nação individualmente e da sociedade internacional. De forma muito discreta, mas efetiva e consistente, Henry Kissinger fez do Estados Unidos da América Norte[10] a "hiper-potência" (lembrando o linguajar do professor catedrático Arthur Diniz de Almeida) do final do século XX e do século XXI.

Após deixar as funções internacionais públicas em 1.976, construiu uma Fundação Privada em Nova- York, para fins de consultoria e aporte de empresas nas suas relações com Estados soberanos.

Desde 1.976, Henry Kissinger tem sido consultor informal, de praticamente todos os presidentes norte americanos[11], que sucederam a Geraldo Ford (principalmente Ronald Reagan, George W. Bush, Bill Clinton, George W. Bush Filho, Barack Obama e Donald Trump).

---

[10] "...Para os Estados Unidos, qualquer ideia de *Realpolitik* deve levar em consideração os valores de fundo da primeira sociedade, na história, explicitamente criada em nome da liberdade...." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 786).

[11] "O estadista sempre pode fugir dos seus dilemas fazendo a suposição mais favorável acerca do futuro; uma de suas provas é a habilidade de proteger-se contra contingências desfavoráveis, até mesmo imprevisíveis...
A política americana que mais se aproximou da definição, geralmente aceita, de interesse vital, foi em relação a seus aliados na área do Atlântico. Embora a Organização do tratado do Atlântico Norte (Otan) fosse, em geral, explicada em termos wilsonianos, como instrumento de segurança coletiva e não como uma aliança, ela foi, de fato, a instituição que mais perto chegou de harmonizar os objetivos morais e geopolíticos americanos...Como seu propósito era impedir a dominação soviética da Europa, ela serviu ao propósito geopolítico de evitar que as potências centrais da Europa e da Ásia caíssem sob o domínio de um país hostil, qualquer que fosse a justificativa." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 769).

Henry Kissinger retirou o Estados Unidos de forma "honrosa" da Guerra do Vietnã[12] em 1975. No pensamento diplomático pessoal dele, uma grande potência mundial não pode sair correndo de um conflito e abandonar os aliados, deixando-os em situação deplorável.

No final do ano de 1991 participou de visita, com companhias de relevantes figuras internacionais (principalmente o francês Giscard Destain), ao presidente soviético Gorbachev, onde alertou esse que a "História estava mudando as suas páginas" e era necessário acelerar as reformas e modificações do sistema econômico centralmente planificado para uma economia de mercado.

Henry Kissinger, após os atentados terroristas às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, foi nomeado pelo presidente Georg W. Bush Filho consultor de departamento de combate ao terrorismo. Kissinger sempre teve grande admiração e respeito pela família Bush, principalmente pelo fato de Georg W. Bush (pai) ter sido embaixador americano na China, tendo neste país realizado grande trabalho, como diplomata.

No que diz respeito à I Guerra do Golfo (1.991), Kissinger sempre ressaltou a enorme habilidade de Georg W. Bush[13] (pai), na função de presidente do Estados Unidos, na condução do

---

[12] "A pretensão moral americana inibia uma diplomacia flexível. No Vietnã havia, na melhor das hipóteses, alternativas imperfeitas e escolhas dolorosas. O impulso intuitivo do Movimento da Paz era recolher-se daquele mundo, buscando refrigério na antiga autoavaliação original dos estados Unidos, como um imaculado pilar da virtude. Talvez um líder carismático, com Franklin Roosevelt, John Kennedy ou Ronald Reagan, tivessem achado a forma de lidar com essa nostalgia. Mas ela estava além dos demais talentos extraordinários de Richard Nixon. Ao contrário de Jonhson, Nixon era altamente sofisticado em questões internacionais. Ele chegou à presidência convencido, como muitos críticos da guerra, de que uma nítida vitória no Vietnã era não era mais possível, se é que fora em algum momento. Desde o início, Nixon compreendeu que o destino lhe concedera a missão ingrata de organizar um recuo e algum tipo de saída de um conflito desmoralizante. Era natural, para um presidente, querer desincumbir-se com honra dessa tarefa – fazia parte da função. Não conseguiu lidar, emocionalmente, ou intelectualmente, foi com o fato de estudantes das melhores universidades e membros do *establishment* a quem ele admirava e invejava insistirem numa linha de ação que, pra ele, era um colapso humilhante para os Estados Unidos e a traição de um aliado." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 622).

[13] "Bush e Clinton mencionaram uma nova ordem mundial como se tivessem ao alcance da mão. Na realidade, ela ainda se encontra em gestação e sua forma final não será distinta, até meados do século XXI. Em parte, uma extensão do passado, em parte, inédita, a nova ordem mundial, como as outras, que sucede, emergirá como resposta a três perguntas: Quais são as unidades principais da ordem internacional? Por que meios interagem? Quais são as metas em torno das quais interage?
Sistemas internacionais vivem precariamente. Toda "ordem mundial" exprime uma aspiração à permanência; o próprio termo tem uma aura de eternidade. No entanto, os elementos que a compõe estão em fluxo constante, a cada século, a duração dos sistemas internacionais tem diminuído. A ordem que nasceu de Paz de Vestfália durou 150 anos; o sistema criado pelo Congresso de Viena sustentou-se por 100 anos; a ordem internacional, caracterizada pela Guerra Fria, extinguiu-se após 40 anos. O acordo de Versalhes nunca funcionou como um sistema a que aderissem as principais potências e foi pouco mais que um armistício, entre duas guerras mundiais. Nunca, na história, os componentes da ordem sua capacidade de interagir e seus objetivos mudaram tão rápida, tão profunda e tão globalmente. (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 756-757)
.

conflito, principalmente para fazer a guerra nos limites do necessário, e dentro das diretivas aprovadas pelas Nações Unidas. Kissinger ressalta o cuidado de Bush em não deixar a I Guerra do Golfo "tumultuar e atrapalhar "o final da Guerra Fria (1989-1991).

Henry Kissinger observa, com muita precisão, que o presidente Geog W. Bush (pai) manteve-se distante da Queda do Muro de Berlim em 9 novembro de 1989, para evitar a imagem de "triunfalismo" sobre a União Soviética. Bush não voou para Berlim para comemorar a queda do muro. Manteve-se discreto e deixou a História ir percorrendo seus caminhos pelos trilhos da Razão, em nível de política diplomática estatal, por isso internacional.

Judeu de formação europeia, Henry Kissinger em sua carreira acadêmica e diplomática sempre ressaltou a "estrutura da paz" nas relações internacionais. Na Historia, a grande contribuição do povo judeu[14], ainda em tempos Antigos, foram as relações baseadas na paz, ao invés da guerra. Kissinger, de formação familiar judaica, que saiu da Alemanha em 1938 por causa das perseguições antissemitas, não esconde seu anseio por um mundo que viva em paz, mesmo que essa tenha de ser mantida pela força. É a postura internacional do Estados Unidos da

[14] "O outro povo desse litoral, pertencente ao império persa num contexto mais amplo, é o povo judeu. Encontramos aqui novamente um livro fundamental, o Antigo Testamento, que contém as instituições desse povo, cujo princípio se antepõe ao já apresentado. Enquanto o espiritual, no povo fenício, era limitado pelo natural, no povo judeu ele é completamente puro. O puro produto do pensamento, o pensar em si, toma consciência, é o espírito que se desenvolve em sua determinação extrema contra a natureza e contra a unidade com ela. Vimos anteriormente, o puro Brahma, mas apenas como o ser universal natural, e de tal forma que Brahma não se torna o próprio objeto da consciência; vimo-lo nos persas tornar-se objeto da consciência, ainda que em intuição sensível, com a *luz.* A luz agora é Jeová, a pura unidade. Por isso acontece o rompimento do Oeste com o Leste; o espírito rebaixa-se e compreende o princípio básico abstrato. A natureza, que no Oriente é o princípio é o fundamento, fica agora rebaixada à criatura; o espírito é agora o princípio. De Deus, sabe-se que Ele é o criador de todos os homens, de toda a natureza, assim como a absoluta causalidade geral. Esse grande princípio é, entretanto, em sua determinação mais ampla, a unidade *exclusiva*. Essa religião precisa ganhar o elemento da exclusão, o qual consiste essencialmente em que somente um povo conheça o Uno, e seja reconhecido por Ele. O Deus do povo judeu é somente o deis de Abraão e de seus descendentes. A individualidade nacional e um culto local são expulsos na representação do mesmo. Perante esse deus, todos os outros são falsos ídolos; porém, a diferença entre o verdadeiro e o falso é muito abstrata, já que entre os falsos deuses não é aceitável que um reflexo do divino penetre. Mas toda eficácia espiritual e, principalmente, toda religião, deve ser de tal maneira que, seja como for, contenha um momento afirmativo para si. Por mais que uma religião se engane, ela contém a verdade, mesmo que de forma imperfeita. Em toda religião existe a presença divina, um comportamento divino. Uma filosofia da história deve buscar, mesmo nas mais imperfeitas formas, o elemento espiritual. Mas isso não quer dizer que, por se religião, ela é boa como tal. Não devemos cair na indolência de dizer que não importa o conteúdo, apenas a forma. Essa brande benevolência a religião judaica não possui, já que exclui as demais de forma absoluta.
O espiritual aqui se separa imediatamente do sensível, e a natureza é reduzida a algo exterior e não-divino. esta é a verdade da natureza, pois só mais tarde a ideia poderá obter nessa sua exterioridade e reconciliação. Sua primeira sentença será contra a natureza, pois o espírito, foi até o presente dessorado, tem aqui sua honra, assim como a natureza tem o seu lugar correto. A natureza é exterior para si; ela foi imposta, foi criada, e essa concepção segundo a qual Deus é o senhor e criador da natureza, traz a posição Dele como sublime, já que toda a natureza é ornamento de Deus e é usada igualmente para o Seu serviço... (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília: editora UNB, 1995, p.165-166).

América do Norte após 1945.

O Estados Unidos é a pátria dos judeus que tiveram de fugir das perseguições teocráticas e autoritárias na Europa e estabeleceram-se no Novo Mundo, principalmente no Norte e trouxeram com eles o enorme espírito empreendedor e criativo, facilitado pelo pólo atrativo da América do Norte para imigrantes de grandes talentos, que acabam obtendo nacionalidade norte americana. Exemplo foi Albert Einstein.

Somente não teve participação efetiva e de assessoria permanente, nos governos de John Kennedy e Jimmy Carter, por questões de discordância pessoais e políticas, apesar de sua admiração por Macnamara, o qual reconhece como homem de extrema inteligência e de reconhecer o papel significativo do governo Carter no que diz respeito aos direitos humanos.

Atualmente com 99 anos de Idade, e residindo em Nova York, Henry Kissinger, através de sua formação acadêmica-diplomática, com enorme acervo literário, é a expressão contemporânea[15] da "Razão de Estado", que é o interesse nacional estrito, que coloca "amigos

[15] "...Todavia, o erro é isolar o aspecto universal para si, e a veneração que a presença de Cristo não é colocada essencialmente na representação no espírito. Foi com razão que a Reforma luterana voltou-se contra esse dogma. Lutero suscitou a ideia de que a hóstia é apenas uma coisa, e que Cristo só é recebido pela fé nele; a hóstia seria um mero objeto exterior, não possuindo valor maior que o dos outros objetos. O católico ajoelha-se perante a hóstia, e assim algo exterior se torna algo sagrado. O sagrado, no sentido de coisa, tem caráter exteriorizado; dessa forma, pode ser apoderado por um outro contra mim, pode estar em mãos estranhas, já que o processo não se dá no espírito, mas é mediado pela coisa. O bem supremo do homem está em outras mãos. Aqui surge uma divisão entre aqueles que o possuem e aqueles que necessitam recebe-lo de outros, entre o clero e os leigos. Os leigos estão alienados do divino. Essa é a desunião absoluta na qual a Igreja estava envolvida na Idade Média, e ela surgiu do fato de que o sagrado era entendido como algo exterior. O clero impôs certas condições, sob as quais os leigos poderiam tornar-se participantes do sagrado. Todo o desenvolvimento nas mãos da Igreja; é ela que determina. Os leigos só têm que ter fé: a obediência é seu dever, a obediência da fé, sem opinião própria. Essa Concepção transformou a fé numa coisa do direito exterior, e foi-se desenvolvendo até chegar à violência e fogueira.
Os homens foram isolados pela Igreja, como também foram isolados de tudo que era sagrado, já que o clero era o intermediador entre os homens e entre Cristo e Deus. Assim, o leigo não podia se *dirigir* em suas preces diretamente ao Ser Divino, só por meio de interlocutores, de pessoas reconhecidas, falecidas e perfeitas, os santos. Assim nasceram a veneração e essas inúmeras fábulas e mentiras que dizem respeito aos santos e suas biografias. No Oriente, houve antigamente o culto a imagens que se firmou depois de longas contendas, Uma imagem, um quadro, embora sensível, tem mais apela para a imaginação, mas a rude natureza ocidental exige algo mais imediato para a intuição, surgindo assim o culto a relíquias. Na Idade Média, teve lugar uma ressureição formal dos mortos, e todo cristão de fé queria possuir tais relíquias santificadas e terrenas. Entre os santos, o principal objeto de veneração era a virgem Marisa. Na verdade, ela é a mais bela concepção do amor puro, do amor materno, mas o espírito e o pensamento são mais sublimes que a Imagem, e na imagem perdia-se a adoração de Deus, em espírito. O próprio Cristo foi colocado de lado. Portanto, a medição entre Deus e o homem foi compreendida como algo exteriorizado, e assim foi mantida. Pela deturpação do princípio da liberdade, a não liberdade absoluta tornou-se lei. As outras determinações e relações são consequências desse princípio. A sabedoria, o conhecimento da doutrina, é algo para o qual o espírito está incapacitado, está exclusivamente em poder de uma classe que determina a verdade. O homem é por demais insignificante para estar numa relação direta com Deus; quando ele se dirige a deus, precisa de um mediador, de um santo... Assim há uma total distorção de tudo aquilo que a Igreja católica reconhece como bom e moral: ao homem só são feitas exigências exteriores, e estas são atendidas dessa forma exterior. A relação de absoluta não-liberdade foi trazida para o próprio princípio da liberdade.

por perto e inimigos ao lado."

A partir do pensamento de Henry Kissinger, deve ser entendido o caminhar da "Razão de Estado" para que seja atingido o conceito de "Nação Hegemônica" e suas implicações no mundo contemporâneo, através de uma reflexão histórico-dialética, segundo a concepção de Hegel.

É esta uma condição cujo nascedouro se deu com a Razão de Estado, surgida na França com Richelieu, que se pretendia hegemônica no continente europeu e no mundo. E conseguiu (Luís XIX).

A Razão de Estado passa a justificar a soberania dos Estados europeus, que vão se formando ao longo de toda Idade Moderna e Contemporânea. Um sentido do "existir" do Estado, sob o prisma diplomático, político, econômico e militar se torna necessário e a Razão de Estado, que se concretiza no interesse nacional, é a mola mestra para cumprir este "devir" da História.

A passagem do universalismo medieval para o centralismo do período moderno foi cheia de curvas e montanhas. A separação do poder político do poder espiritual encontrou as resistências das classes dominantes da época, mas o Espírito Universal caminha para a liberdade de todos.

A Reforma Protestante de Lutero[16] (1517) no início da Idade Moderna, favoreceu que vários governantes europeus rompessem com a subordinação ao poder papal, o que fortaleceu a ideia de Soberania e a formação dos Estados Nacionais. O poder espiritual vai se separando do poder temporal, ou político.

O Estado é uma *ideia* ética objetiva. Nele se faz presente a morada da liberdade de todos, em si e para si.

Ao longo dos séculos, desde a Paz de Vestfália de 1648, a Razão de Estado foi concebida distintamente pelos diversos sujeitos da sociedade internacional. Os países que melhor assimilaram a Razão de Estado se tornaram hegemônicos, em períodos distintos, uma vez que o interesse nacional é suprassumido, ou seja, posto em primeiro lugar. Exemplos foram a França, a

---

A separação absoluta dos princípios espiritual e temporal está ligada a essa distorção. Existem dois reinos divinos: o intelectual, na alma e no conhecimento; e o moral, cujo conteúdo é a existência secular. Só a ciência pode compreender o reino de deus e o mundo moral como uma ideia e como tal não se relaciona com o temporal; ela surge no mundo sob a forma juridicamente moral, não é ainda liberdade. A piedade está fora da história e é sem história, pois, a história é principalmente o reino moral do Estado. Na Idade Média, não é essa realização do divino que está desequilibrada, mas sim o antagonismo. O moral é apresentado como inútil em seus três pontos essenciais." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília: editora UNB, 1995, p. 317-318).

[16] "Este é o conteúdo essencial da Reforma: o homem está determinado por si mesmo a ser livre." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília: editora UNB, 1995, p. 346).

Inglaterra, a Áustria, a Alemanha e os Estados Unidos da América do Norte, cada qual com um estadista que corporificava, no seu período, a elevação da Razão de Estado. Richelieu, Disraeli, Metternich, Bismarck e Kissinger são os maiores exemplos.

E assim o Espírito Universal vai caminhando, rumo à perfeição, que se traduz na igualdade e liberdade de todos os homens, que devem estar em um Estado Ético, por isso racional e soberano.

A hegemonia nacional, ao longo da História, foi alcançada, depois da Paz de Vestfália, somente com a Razão de Estado. Seu último estágio se concretizou no atuar e no pensamento de Henry Kissinger, acadêmico, diplomata e secretário de Estado do EUA, na segunda metade do século XX, e que ainda influencia a política internacional no século XXI, principalmente a partir de seus conceitos em nível científico, principalmente o diplomático.

Longe de qualquer "pré-conceito", os personagens da História são analisados pelos fatos que vivenciaram na época em que viveram. Cada homem é um homem de sua época.

Em um mundo no qual as linhas da História passam por montanhas e curvas, o resultado final é o que importará para o julgamento dos atos praticados pelos autores dos mesmos. A História é um caminhar evolutivo de conceitos, que a cada momento histórico contextualiza seus sujeitos.

Kissinger, como acadêmico, diplomata e político, legou, sob forte influência da tradição europeia e dos valores americanos, um pensamento que reflete, dialeticamente no tempo, os ganhos e perdas na política internacional.

A Diplomacia[17] deve ser tomada como um instrumento de contínua comunicação entre os Estados Soberanos, principalmente a partir da Paz de Vestfália de 1648. O caminhar da Razão se encontra na História e, em termos estatais, tem suas primeiras sementes em Roma, império

[17] "Como por força de alguma lei natural, parece que em cada século surge um país com poder e vontade, ímpeto intelectual e força moral para moldar todo o sistema internacional aos seus próprios valores. No século XVII, a França do cardeal Richelieu introduziu a maneira moderna de tratar as relações internacionais, baseada no estado-nação e endo os próprios interesses nacionais como objetivo permanente. No século XVIII, a Inglaterra criou o conceito de equilíbrio de poder, que dominou a diplomacia europeia nos 200 anos seguintes. No século XIX, a Áustria de Meternich reconstruiu o Concerto europeu e a Alemanha de Bismarck o demoliu, reconduzindo a diplomacia europeia ao jogo da política de poder a sangue frio.
No século XX, nenhum país influenciou as relações internacionais de maneira tão forte- e ao mesmo tempo tão ambivalente – como os Estados Unidos. Nenhuma sociedade foi tão firme em não admitir intervenções nos assuntos internos de outro têm estados, mas sustentou com mais fervor que seus próprios valores têm aplicação universal. Nação alguma foi mais pragmática na conduta da diplomacia do dia a dia, nem mais ideológicas convicções morais. País nenhum relutou tanto mais em engajar-se no exterior, enquanto fez alianças e assumiu compromissos de alcance e amplitudes sem precedentes." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 1).

ocidental dirigido pela Lei.

A Razão é o *logos* estóico, para a identificação da condição humana em cada momento histórico.

Desde a Paz de Vestfália[18] de 1648, os Estados Europeus pretendem a emancipação em relação à autoridade religiosa, sendo dirigido pela Razão. Um equilíbrio de poder é pretendido para se ter a paz.

A partir do Congresso de Viena de 1815, inicia-se uma divisão do espaço físico entre os Estados soberanos europeus. É um momento fundamental da constante busca da paz na sociedade internacional, cujos principais sujeitos são os Estados Soberanos.

O Congresso de Viena de 1815 trouxe para a História Européia Ocidental a constatação de que as amarras diplomáticas não deveriam se basear na vontade dos Estados ou na fraqueza das relações entre os diversos sujeitos da sociedade internacional.

O Congresso de Viena[19] de 1815 já fazia sentir a concepção de soberania estatal em seu estágio iluminista mais avançado. Não se tratava mais de uma mera autonomia decorrente de um sistema de vigilância, mas de uma soberania que, sob o aspecto político, não poderia ser afrontada, sob pena de despertar o furor de um povo, identificado por uma nacionalidade e também com potências industriais em termos de produção, principalmente militar.

A paz do Congresso de Viena teve vigência de cem anos[20], de 1815 a 1914, o que recebe

---

[18] "No Ocidente, os únicos exemplos de equilíbrio de poder ocorreram entre as cidades-estados da Grécia antiga e da Itália renascentista, e no sistema de estados europeus que surgiu da Paz de Vestfália, em 1648. O que caracterizou esses sistemas foi elevar um fato da vida- a existência de vários estados de força praticamente igual- a princípio diretor da ordem mundial." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 5).

[19] "Ao negociar com o inimigo derrotado, os vitoriosos que montam um acordo de paz têm de navegar da intransigência, vital para a vitória, até a conciliação, necessária á paz duradoura. Uma paz punitiva hipoteca a ordem internacional, pois sobrecarrega os vencedores, já esgotados pelo esforço de guerra, com a tarefa de submeter permanentemente o outro país votado a derrubar o acordo. Qualquer país com algum agravo é certo encontrar apoio automático da parte derrotada descontente. Foi essa a pedra no sapato do tratado de Versalhes.
Os vencedores do Congresso de Viena, assim como os vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, evitaram esse erro... Contudo, os estadistas de Viena concluíram que a Europa estaria mais segura com a França relativamente satisfeita em vez de ressentida e descontente." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 64).

[20] "Os teóricos do equilíbrio do poder muitas vezes dão a impressão de que é a forma natural das relações internacionais. Na verdade, os sistemas de equilíbrio de poder só existiram excepcionalmente na história. No hemisfério ocidental jamais houve um caso tampouco num território contemporâneo da China desde o fim do período dos estados guerreiros, a mais de dois mil anos. Para maior parte da humanidade e nos períodos mais longos da história, o império tem sido a forma normal de governo. Impérios não têm o menor interesse em operar num sistema internacional; aspiram ser o sistema internacional. Impérios não precisam de um equilíbrio de poder. É como os Estados Unidos vêm sua política exterior nas Américas- e a China na maior parte da sua história na Ásia." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 5).

uma crítica de Henry Kissinger, pois conduziu o século XX a um "matadouro", na I Guerra Mundial (1914-1918) e na II Guerra Mundial (1939-1945). O que havia, na verdade, era uma "paz armada" que sufocava a "Razão de Estado". Sem o interesse nacional a guiar racionalmente uma nação o resultado é violência e não paz.

Neste contexto, entendemos por crítica, a postura adotada segundo a qual se discute, de forma indagativa e reflexiva, se um conceito deve ser mantido, acrescido ou até mesmo eliminado, face ao seu impacto sobre a conduta. (Concepção dialética da verdade. Busca da liberdade. Soberania Estatal. Garantia da paz através de políticas estatais pautadas na racionalidade).

1.1.1- A Idade Antiga

Os Pré- Socráticos, principalmente Parmênides[21] e Heráclito[22], já haviam percebido que a finalidade das ciências filosóficas era a valorização do agir humano, o que, no século XIX, foi delineada por Hegel no conceito de liberdade, presente em todos os momentos da História. Heráclito definiu o "Dasein" como o contínuo movimento da História, na busca da perfeição.

Parmênides pensou a Teoria Ontológica, ou seja, uma dialética do ser humano, principal beneficiário de todas as estruturas políticas e científicas. Kant e Hegel sabiam muito bem que

---

[21] "O Ocidente acolheu o absoluto nos três modos de movimentar-se a razão: pela arte, pela religião e pela filosofia. Intuiu-o na mais exuberante expressão do belo através da sua maravilhosa obra de arte, representou-o nos textos sagrados do Cristianismo e, ao mesmo tempo, *apresentou-o* ou tornou-se presente radicalmente no mistério(na transcendência) e no tempo como evento histórico (na imanência) da sai encarnação e, como momento de sua total luminosidade, pensou-o , elevando a sua intuição e a sua representação ao momento do conceito na Filosofia, essa sua admirável invenção epistêmica, exigida por esse esforço antes ou em outro lugar jamais ocorrido.
A Filosofia, por sua vez, pensou o Absoluto em três momentos definitivos da sua história: com Parmênides, com Platão e com Hegel. Heráclito surge no preparo dessa caminhada do saber do absoluto.
Desde que o homem habita a terra, pela primeira vez, o absoluto foi pensado na sua total identidade consigo mesmo, isto é, totalmente interiorizado. Quem levou essa tarefa a efeito foi Parmênides." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 62).

[22] "Em Heráclito aparecem três palavras fundamentais: 1) O *devir*- movimento permanente das coisas, que é o próprio movimento do pensar, que é simbolizado por um círculo. Quando se afirma que o ponto do círculo é o início do mesmo, vê-se que ele também é o fim. Por isso, o círculo dá ideia de movimento, pois o ponto inicial, qualquer que seja esse ponto, vai ser sempre o ponto final também. 2) O *logos* e a *alma*: *o logos,* o pensamento ou a razão, é que explica tudo e dá a unidade de todas as coisas. A razão é simbolizada pelo fogo, porque aparece como energia universal e fundamental em todas as coisas e individual em cada um de nós. Essa energia universal que é o logos, na medida em aparece como energia individual em cada um, é a alma*."* (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 73-74).

toda busca científica voltada para o bem estar biológico e intelectual do ser humano tivera suas raízes nos pré-socráticos. A prova da existência de um fluxo contínuo de conhecimento ao longo dos milênios encontra no Idealismo Alemão o seu maior referencial. Ë o entendimento da ciência atual através da percepção racional dos milênios anteriores.

Convém ressaltar que todo pensamento Pré- Socrático chegou até Sócrates com a indicação da preponderância da valorização do ser humano. A "maiêutica" de Sócrates, da qual se originou a Hermenêutica, nada mais foi a não ser a compreensão da realidade para a valorização das ações humanas. A liberdade não está apenas no pensar, mas principalmente no agir. É ser livre e conhecedor desta liberdade.

O Antigo Egito[23] foi a primeira nação na História Universal. A coroa vermelha do norte uniu-se à coroa branca do sul, que são atualmente o atual Egito e o Sudão, para combaterem as invasões estrangeiras e conquistarem novas terras. A política do Antigo Egito[24] estava centrada

[23] "O Egito foi, desde cedo, a terra das maravilhas- e, continua sendo. Dele recebemos informações especialmente por intermédio dos gregos. Dentre essas informações sobressaem-se as que foram passadas por Heródoto. Esse refinado historiador visitou o país, do qual queria fazer um relato, e entrou em conato com sacerdotes egípcios, nas principais cidades. Tudo o que ele viu e ouviu, narrou com exatidão. Todavia, evitou aprofundar-se no simbolismo da mitologia grega, que tratou como algo sagrado, sobre o que não poderia falar como de outras exterioridades. Além dele, Diodoro de Sicília também é de grande importância e, entre outros historiadores judeus, pode-se citar ainda Josefo.

Pelas construções e hieroglifos, o pensamento e as ideias dos egípcios foram expressos. Falta uma obra nacional da língua; não apenas para nós, mas também para os próprios egípcios. Eles não puderam ter, porque não alcançaram a compreensão de si mesmos. Também não houve uma história egípcia até que Ptolomeu Manetho escrevesse uma história egípcia. Dela só temos fragmentos, lista dos reis que deram origem às maiores perplexidades e visões contraditórias. Para conhecer o Egito, dependemos de informações dos antigos e dos imensos monumentos que restaram. Existem várias paredes de granito nas quais estão gravados hieróglifos; os antigos nos deixaram esclarecimentos sobre alguns deles, mas essas informações são completamente insuficientes. Em tempos recentes, dedicou-se especial atenção a isso, e depois de muitos esforços conseguiu-se decifrar pelo menos um pouco a escrita hieróglifa. O inglês Thomas Young foi o primeiro a notar e chamar a atenção para pequenas superfícies que foram separadas dos outros hieróglifos, nas quais se nota a tradução grega. Pelas comparações, Young descobriu três nomes: Berenice, Cleópatra e Ptolomeu, começando assim a decifração... (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília: editora UNB, 1995, p. 168-169).

[24] "...No entanto, dos *Livros* de Moisés concluímos que, ao contrário, o Egito foi outrora muito conhecido nesse campo. Moisés diz que, quando os judeus queriam um rei, este não deveria casar com muitas mulheres e não deveria mandar buscar cavalos do Egito.

Depois de Sesótris, devem-se ressaltar os reis Quéops e Quéfren, que construíram imensas pirâmides e fecharam os templos dos sacerdotes; diz-se que um filho de Quéops, - Miquerinos – os teria reaberto. Depois de Miquerinos, os etíopes atacaram o país; seu rei, Sábaco, fez-se rei do Egito...Um desse reis, Psamétrico, expulsou os outros onze reis, no ano 650 a.C., com a ajuda dos jônios e carianos, aos quais prometeu terras do baixo Egito. Até então o Egito havia permanecido fechado para o exterior: nem pelo mar ele tinha ligação com outros povos. Psamético abriu essa fronteira, e assim preparou o declínio do Egito. A história torna-se, a porque se baseia em relatos gregos. Depois de Psamético sucedeu-se Niku, que começou a cavar um canal que deveria ligar o Nilo ao mar Vermelho e que só foi concluído sob o governo de Dario Notus... (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília: editora UNB, 1995, p. 170-171).

na figura do faraó, governante de todos habitantes deste império e o único "livre", segundo a concepção hegeliana. Em nível diplomático, no Antigo Egito, há notícia de chancelarias e embaixadores, o que traduz a necessidade dessa nação imperial, dos tempos antigos, de manter diálogos com o governo de outros povos.

Com o surgimento das Sociedades Clássicas, a Filosofia percebe que a atividade meramente contemplativa do que ocorria ao redor de todos não era suficiente o bastante para responder a uma vida de abundância, seja de bens materiais ou até mesmo de valores.

O pensamento filosófico ocidental, cujas raízes se encontram na Grécia[25] e em Roma, dá origem às modernas filosofias do sujeito. Razão e Liberdade são presságios do evoluir da civilização romana.

A civilização grega, de onde brotou o helenismo, que se estendeu para Roma e se encontra fortemente presente em todo o mundo ocidental, baseou-se na Educação, a verdadeira cultura ou Paideia[26] grega.

---

[25] "O espírito egípcio mostrou-se, sob todos os aspectos, contido em suas particularidades, numa firmeza quase brutal, mas também mostrou-se um impulso incessante, movimentando-se de um lado para outro. Esse espírito não se eleva até o universal e sublime, pois ele está como que cego para tal; tampouco ele retorna ao seu interior. Entretanto, ele simboliza livremente e com ousadia o particular, e o domina. O importante é colocar a existência particular – que contém o germe de idealidade como *ideal* e compreender o universal que em si mesmo é livre. Mas é livre o espírito da Grécia que o realiza e faz dele o ponto de partida. Um sacerdote egípcio disse que os gregos permanecem crianças eternamente. Nós podemos dizer que, ao contrário, os egípcios é que são vigorosos *garotos*, ávidos pelo autoconhecimento, que necessitam somente da clareza sobre si mesmos numa *forma* ideal para se tornar *rapazes. No* espírito oriental a substancialidade requintada permanece como fundamento do espírito mergulhado na natureza. Para o espírito grego, apesar de preso nessa substancialidade, surgiu a impossibilidade de permanecer nela. A áspera natureza africana desintegrou aquela unidade primitiva e lançou a luz sobre o problema, cuja solução é o espírito livre." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília: editora UNB, 1995, p. 183- 184).

[26] "O método pelo qual se conhece a coisa, ou seja, o método do conhecimento que capta na realidade externa o universal, como permanente e uno, é o dado característico da cultura grega. Não satisfazendo ao conhecimento as narrações míticas de sua justificação, nem os conhecimentos empíricos fragmentários, ainda que em grande quantidade, era necessário primeiramente saber como saber cientificamente, isto é, descobrir o método de conhecimento científico. É o que se convencionou denominar "a da razão" ou o "milagre grego".
Segundo o ideal de formação do homem grego, ele deveria se ver diferente dos demais objetos da natureza. Passa a se preocupar não apenas com as transformações da natureza, mas do próprio homem. Na famosa frase: "Torna-se aquilo que és", é possível compreender nesse imperativo que o homem *deve* buscar aquilo que ele *pode* ser. Evidentemente, o homem *não pode o que quer*. Só uma vontade divina pode o que quer. O homem, porém, deve o que pode, isto é, *pode*, ser melhor, *deve ser*.
Através da educação, o homem deveria buscar ser aquilo que ele projetava para si. Aqui a questão da medida da razão é uma questão *a proiri*, pois antes de tudo, como homem ou racional, a relação com o outro tem de dar-se no reconhecimento, que implicava o ver o outro como um igual. A igualdade é nesse x caso o primeiro ato de medida da razão, e que só ela pode fazer.
(...)
A cultura grega pode ser compreendida, usando a expressão de Jager, a partir do ideal de formação do homem grego na sua *paidéia.* ´E através da *paidéia* que podemos entender o espírito grego, ou a *psiqué* grega, em três dimensões que compõem substancialmente essa pisquê. Embora num certo tempo histórico prevaleça um desses modelos da

Em Sócrates[27], Platão[28] e Aristóteles[29] a Filosofia Ocidental viu o iniciar de sua caminhada, cujas sementes haviam sido plantadas principalmente pelos pré-socráticos, entre eles Pamênides (Teoria Ontológica) e Heráclito (Devenir).

O homem, no pensamento de Aristóteles é um ser político. A satisfação total envolve o atendimento de todas as áreas da vida humana, o que é um pensamento racional da compreensão da própria existência. Tal postura exige a racionalização das ciências, e foi exatamente isto que o Idealismo Alemão, ao explorar o conhecimento, buscou desenvolver, principalmente com Hegel[30]. É o constante movimento da liberdade, que primeira passa pelo conceito de igualdade.

Esta igualdade não é um fato estático da História. Da escravidão da maioria à liberdade de todos, um caminho de milênios foi percorrido, para que o indivíduo encontrasse o respeito à sua singularidade dentro da pluralidade, cuja expressão maior é o Estado, desde a sua semente,

---

formação do homem grego, não quer isso dizer que as outras dimensões se tenham extinguido ou não estejam presentes. São elas, avançando a partir de Jager, a *Areté* heróica, a *teche* política e a *sophia* científica." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 48-49).

[27] "O esforço de Sócrates era encontrar uma saída para a crise do *ethos* em que vivia o grego diante das graves questões levantadas pelo movimento sofista de modo geral, a introduzir o relativismo na consideração dos valores éticos na sociedade grega, principalmente no que com cerne à justiça. Se parecia assegurada a ordem universal do cosmos, era necessário encontrar uma analogia com essa ordem que autorizasse a introdução da medida *(métron)* no mundo humano do *nomos*, com que se posa opor, com critério, o perfil do homem justo *(anèr dikatos)* ao do homem injusto *(anér ádikatos)."* (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p.99).

[28] "Para Platão o maior bem que o homem poderia fazer a si mesmo é o conhecimento, o qual permanece para sempre. Contido, o conhecimento processa-se pela educação, e esta requer um esforço contínuo, uma vigília constante que evite seu retrocesso. É um pré-requisito para a realização e satisfação plena do homem.
A sabedoria, nesse contexto, consiste em saber o que é a Justiça. Para o alcance de seu conceito necessita-se da educação, que deve ser a finalidade do Estado ético por excelência, o Estado que realiza a justiça. A verdade do homem estava, portanto, em encontrar uma teoria capaz de dar sustentação à conduta virtuosa e existência a um Estado justo. *A República* responde a essa exigência." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 103).

[29] "Desde logo se nota a herança platônica e, ao mesmo tempo, um novo rumo traçado por Aristóteles para a ética. O discípulo aceita o ensinamento de Platão sobre a justiça sob um aspecto: a sua conceituação como virtude, ou seja, a justiça é um exercício, principalmente um exercício político, assentando assim a base de uma vinculação entre a ética e a política, já ideada por Platão, pois os "legisladores formam os cidadãos na virtude, habituando-se a ela". Recusa, porém, conceder-lhe o caráter de uma ideia ontologicamente transcendente, que informa toda a ação virtuosa ou justa." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 130).

[30] "Como ser para si exclusivo, a individualidade aparece na relação com outros Estados, relação em que cada um é autônomo perante os outros. E, porque é nesta autonomia que o ser para si do espírito real tem a sua existência, é ela a primeira liberdade e a mais alta honra de um povo." HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. 2º edição, São Paulo: Ícone, 2005, p. 263).

que foi a *polis* grega, até seu desabrochar em Roma[31].

A partir da civilização romana, o Direito passar a ser concebido como "Ciência" e não apenas como "Virtude." A prova robusta disso se encontra na Lei das XII Tábuas, no Direito Pretoriano, na Jurisprudência romana e mais tardiamente no *Digesto*. Os romanos legaram para o Ocidente o Direito, o Senado e a formação do Exército.

Ademais, o Cristianismo foi a fenda fundamental na nova concepção de "pessoa" no Direito Romano, que a partir dessa religião se humaniza. O Cristianismo fez com que o conceito de "pessoa" se universalizasse, e o Direito Romano incorporou legalmente esse novo conceito de "pessoa". É o Real e o Racional juntamente com a Verdade.

A Filosofia deve ser estudada dentro do real, no qual se encontra a racionalidade, ou seja, através do pensamento histórico, cuja matriz é o desenvolvimento da Razão, ao longo dos séculos, para a garantia da liberdade. Logicamente, este vetor será estendido para todos somente no Estado, máximo ético.

Na antiguidade oriental somente o dirigente maior, a exemplo do faraó, era livre. Todos os demais membros do reino, seus familiares, bens, eram submetidos ao arbítrio de um só, cuja vontade deveria ser a vontade de todos. Um só era livre, e o seu querer era o querer de todos.

A liberdade, naquele período, era totalmente condicionada à vontade do rei, cujas

---

[31] "Deus só é reconhecido como espírito por ser a Trindade. Esse novo princípio é o eixo sobre o qual gira a história universal. Até aqui, e a partir daqui, desenvolve-se a história. Na Bíblia, consta que "quando o tempo chegou, Deus mandou o seu filho". Isso significa somente que a autoconsciência se elevou naquele momento que pertence ao conceito do espírito e à necessidade de abranger esses momentos de uma maneira absoluta. Isso nós devemos pormenorizar.

Dos gregos mencionamos que a lei que existia para o seu espírito era "conhece-te". O espírito reinava, mas a unidade dos dominantes e dominados era ainda natural: ele se manifestava em uma multidão de divindades populares e dos deuses, que era representado pela *arte,* em cuja esfera o é elevado parcialmente, ou seja, pela forma e configuração, mas não até o puro pensamento.

O elemento da interioridade que faltou aos gregos encontramos nos romanos: todavia, por ser formal e indeterminado em si, ele retirou o seu conteúdo da paixão e arbitrariedade – ou seja, o que de mais infame poderia se ligar ao temor divino (Vide as afirmações de Hispala sobre os Bacanais em Livro XXXIX,13.) Esse elemento da interioridade foi realizado mais tarde como personalidade dos indivíduos. Essa realização é adequada ao princípio, e tão abstrata e formal como ele. Como esse "eu" sou para mim infinito; a minha existência é minha propriedade e minha valorização como pessoa. Essa interioridade não vai mais além; todo o outro conteúdo desaparece aqui. Com isso, os indivíduos transformam-se em átomos; ao mesmo tempo, contudo, eles são subordinados ao domínio árduo de *um*, o qual, como *monas monadum*, é o poder sobre as pessoas privadas. Esse direito privado é, por isso, também uma inexistência, um não-reconhecimento da pessoa é a miséria do mundo romano. O sujeito, segundo o princípio da sua personalidade, só tem direito a uma propriedade, e a pessoa das pessoas tem direito à posse de todos, assim o direito individual é ao mesmo tempo abolido e tornado ilegal. O infortúnio dessa contradição é, no entanto, *a disciplinação do mundo*." Disciplina" vem, etimologicamente, de *discipulus*, ou seja, há uma unidade de fundo, para onde se dirige a formação, e para a qual deve se educar, para que o homem se ajuste ao fim. É um desfazer, um desabituar, como meio para conduzir o homem a um fundamento mundo romano é a relação de tal disciplina. Ela é a disciplina da

necessidades pessoais acabavam por serem as necessidades do reino, atendo como exemplo a satisfação de seu ego pessoal e riquezas.

Os homens não eram livres, e a igualdade não existia, para a maioria, em razão do jugo servil ao dirigente maior, o rei. A liberdade era de um só, quem seja, o rei, na antiguidade oriental.

A igualdade, todavia, acaba exigindo o constante pensar e refletir das organizações coletivas, levando a um constante movimento, que os pré-socráticos, em especial Heráclito, definia como o "devir". Já havia um movimento constante, uma dialética no raciocínio dos homens.

Parmênides elaborou uma teoria ontológica de valorização do ser, abrindo as portas para que Platão, na Grécia, tivesse na ideia uma forma de pensamento livre.

A constante percepção dos valores acabou levando à crítica das instituições, e a Grécia[32], berço do Ocidente, não se furtou em estabelecer ligações entre o pensar e o agir, principalmente político. A política se tornou a atividade da administração da *polis* em favor da felicidade de seus habitantes, em uma visão de caminhar coletivo, de todos e para todos.

Os gregos representavam o Absoluto no belo, Perfeito é aquilo que basta a si mesmo e não precisa dos outros. O Absoluto é o único necessário para todos, e ele serve de paradigma para todos.

Kissinger, do ponto de vista diplomático, trabalha conceitos, quais sejam, Absoluto, Estado, Soberania, Liberdade, Razão e Democracia, para conceber o modelo político internacional praticado pelo Estados Unidos da América do Norte no mundo contemporâneo. É claro que o mundo grego, o primeiro a pensar a "liberdade de alguns, e o mundo romano, que

---

cultura, por meio da qual a pessoa se manifesta, ao mesmo tempo, sua nulidade." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História, 2º edição, Brasília: editora UNB, 1995, p. 271-272).

[32]"Entre os gregos, sentimo-nos de imediato em casa, pois nos encontramos na região do espírito, e mesmo que a origem nacional – assim como a diferença das línguas- tenha suas raízes na Índia, só podemos encontrar a verdadeira ascensão ao real renascimento do espírito na Grécia. Já comparei o mundo grego anteriormente com a ideia juvenil, mas com isso se impulsionando necessariamente para a concretização de um outro fim, sendo em si uma fase determinada pela imperfeição e pela imaturidade, que carrega a tendência a ser mais errônea, quando se sente a mais completa. Abordamo-la no sentido de que a juventude não está pronta para o trabalho, não é o esforço por uma meta definida do intelecto, mas, principalmente, o vigor concreto da vida da alma: ela surge na presença sensível produzida pelo espírito. A Grécia apresenta-nos uma alegre visão juvenil da vida espiritual. É aqui que o espírito amadurece e tornar-se o conteúdo da vontade e do seu saber, de tal forma que o Estado que só existe por meio daqueles fins. O homem, ao contrário, vive na busca de um fim objetivo, que persegue de forma consequente, mesmo que contra sua individualidade." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição. Brasília: UNB, 1999, p. 189).

concebeu a Justiça como Ciência (Lei das XII Tábuas, Direito Pretoriano, Jurisprudência Romana e o *Códex)*, tinham em si a semente do Estado como morada da liberdade, ou seja, o máximo ético regido pelo império da Lei. Na Antiguidade Clássica, a imunidade dos embaixadores já era desenhada. O discurso da Razão deveria superar o discurso da força.

Não é possível se organizar em sociedade sem um mínimo de articulação política, que leve em conta a segurança de cada indivíduo e da coletividade. Para um Estado ser soberano, primeiro deve garantir que seus cidadãos sejam livres.

O caminhar do Espírito da Liberdade sempre esteve atrelado à evolução política, o que, após o período de Roma, se traduz em normas que se concretizam na feitura de leis, expressão dos costumes, da moral e de todos os elementos axiológicos de cada época.

Em Roma[33] o Estado assume o papel de garantidor da liberdade, individual e de todos, aperfeiçoando o Direito e disseminando a igualdade perante a lei para todos os povos civilizados.

A História de Roma é o início da História do Direito e do Estado, o que influenciou diretamente a concepção da Razão de Estado, tal qual desenhado pelo cardeal Richelieu no século XVII.

A Razão de Estado é uma idéia sustentada pelo pensamento de Kissinger no que diz respeito à crítica histórica da política internacional. É um conceito em contínua evolução que traz a responsabilidade do agir para o aperfeiçoamento do interesse nacional, tendo sempre como paradigma o Estados Unidos da América do Norte (EUA) e a defesa de seus valores democráticos, no mundo contemporâneo.

Mas para que haja democracia, em um país, segundo o pensamento de Hegel e Kissinger, todos devem ser iguais e livres.

A Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789 inauguram este

---

[33] "Em certa ocasião, ao conversar com Goethe sobre a natureza da tragédia, Napoleão mencionou que a nova tragédia se diferenciava essencialmente da antiga pelo fato de hoje não existir mais o destino ao qual os homens estariam sujeitos e que no lugar dele teria surgido a política. Por isso, esta deveria ser usada como o novo destino da tragédia, como a força irresistível das circunstâncias, à qual a individualidade teria de se render. Tal força é o *mundo romano*, escolhido para derrotar e prender os indivíduos morais e para reunir todos os deuses e todos os espíritos no panteão da hegemonia mundial, com o fim de torna-los um sistema um universal abstrato. Essa é a diferença do mundo romano diante do princípio persa: o primeiro sufocava toda espontaneidade, enquanto o último permitia que ela existisse em sua plenitude. Quanto à finalidade do estado é que em função dele os indivíduos sejam sacrificados em sua vida moral, o mundo sucumbe em luto, seu coração é partido e ele acaba com a naturalidade do espírito, que se transforma em fatalidade. Entretanto, só a partir desse sentimento poderia sobressair o sublime e livre espírito do cristianismo." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição. Brasília: UNB, 1999, p. 239).

momento, a partir da qual todos são livres e conhecem da liberdade. O escravo é escravo porque não conhece da sua liberdade. Quando todos são livres e todos conhecem a própria liberdade, pode-se falar que os paradigmas políticos do princípio da dignidade humana se encontram presentes, quais sejam, a Virtude, a Razão e a Justiça. É a decorrência imediata do evoluir do conceito de liberdade, que caminha no Ocidente, para que todos sejam livres.

O Estado, como *maximum ético,* é o principal sujeito internacional, pressuposto inarredável da segurança nacional e do desenvolvimento científico, em decorrência indispensável dos critérios de igualdade e liberdade, que sempre evoluem na História.

O homem sempre lutou pela liberdade. A História é uma sucessão de fatos que não podem ser vistos apenas sob o prisma cronológico, de um evoluir de técnicas, mas principalmente do caminhar do espírito, no constante aperfeiçoamento do sujeito em si e para si. A Razão que se encontra alojada no ser é a expressão maior da capacidade de escolha do agir. Não existe, todavia, liberdade individual se todos não forem livres. É uma relação de reconhecimento.

O Ocidente nasce na Grécia[34], bem às margens do Egeu. A atividade política democrática a que se arrogou este país exigia maior participação, não podendo o conceito de liberdade ficar atrelado apenas à figura do dirigente maior, ou do rei, uma vez que a valorização do ser e o constante "devir" das relações humanas tinham como pressuposto inafastável a centralização do indivíduo como sujeito, pelos menos em algumas classes sociais, e não como objeto. O *logos*[35] é a tradução primária da Razão dentro das sociedades ocidentais.

A colocação da Razão como guia das relações humanas foi um passo gigantesco que o Ocidente trilhou, fazendo com que não apenas um, mas alguns fossem livres, quais sejam,

---

[34] "A consciência filosófica grega desenvolveu o conceito moral de justiça, com efeito, a justiça é *akrotés* e torna possível o trânsito do indivíduo para o cidadão, que, por sua vez, torna possível realizar a *Eudaimonia*, ou a perfeição segundo o ideal d formação do homem grego no período da *sophia* científica. O Estado como se percebe, em Platão (principalmente em *As Leis* e *a República*) e em Aristóteles *(Ètica a Nicômaco)*, tem uma finalidade ética *strictu sensu:* formar ou educar eticamente o cidadão para ser útil à comunidade." (*A Idéia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximum Ético)*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 4).

[35] "A luz natural faz conhecer a cada um que, o homem tendo sido feito racional, nada deve ele fazer que não seja pela razão, pois que de outra forma agiria, contra sua natureza, e por consequência contra ele próprio.
Ela ensina, ainda, que quanto mais um homem é grande e elevado, mais deve aproveitar desse privilégio e menos deve usar do raciocínio que constitui o seu ser; porque as vantagens que tem sobre os outros homens constrangem-no a conservar o que é da natureza e do fim a que se propôs com a elevação que o criou.
Destes dois princípios se segue claramente que se o homem é soberanamente racional, deve soberanamente fazer reinar a razão; o que não requer somente que nada ele faça sem ela, mas o obriga, além disso, a fazer mais com que todos que estão sob sua autoridade e reverenciem seguindo-a religiosamente. (RICHELIEU, Armand Du Plessis Duque de. *Testamento Político*. São Paulo: Edipro, 1996, p. 202).

aqueles que verdadeiramente se encontravam ligados com a atividade política, excluídos assim os escravos.

Na Grécia Antiga havia os livres, detentores de direitos, de participação política, e os escravos, que apenas serviam, nada podendo reclamar. A *polis* era a Cidade Estado, na qual os indivíduos conviviam coletivamente, com relações de benefícios recíprocos. As conquistas, naquele período, eram formas de se estabelecer alianças para a defesa da parte central do território, tendo maiores centros de expressão Atenas e Esparta, principalmente das ameaças vindas dos impérios orientais, exemplo dos persas.

A Idade Antiga Clássica é inaugurada na Grécia,[36] tendo colocado o homem no centro do pensamento filosófico e político.

Platão sabia que o homem possui a alma, ou pensamento livre, e por este motivo suas necessidades são materiais, advindo disto a conclusão lógica de que nenhum homem pode viver isoladamente, como uma ilha, mas necessita do outro para a própria sobrevivência e

---

[36] "A Grécia é o substancial que é, ao mesmo tempo, individual. O universal foi superado e a imersão na natureza foi suprimida, assim como o aspecto incontrolado das relações geográficas. O país em questão é uma terra que se espalha pelo mar de diversas maneiras; em uma série de ilhas, e em uma terra firme que por si já apresenta semelhanças com uma ilha. Só por meio de uma estreita faixa de terra é que o Peloponeso se liga à terra, toda Grécia é recortada várias vezes por baías. Tudo está retalhado em pequenas partes e ao mesmo tempo interligado pelo mar. Encontramos nesse país montanhas, pequenas planícies, vales e rios. Lá não existe nenhum grande rio, e nenhuma planície simples; o solo é diversificadamente constituído, constituído por montanhas e rios, de tal forma que nenhuma massa grandiosa aparece. Não com o Ganges e o Indo – em m cujas planícies um povo entregue à monotonia não é estimulado a nenhuma mudança, porque seu horizonte sempre mostra a mesma forma -, mas sim aquela dispersão e diversidade que correspondem totalmente à diversidade dos povos gregos e à agilidade do seu espírito.

Esse é o *caráter elementar* do espírito dos gregos que dá a entender a origem da cultura deles a partir de individualidades independentes; uma situação na qual cada um se mantém por conta própria, não estando unido desde o início por laços *naturais*, patriarcais; uma condição segundo a qual eles se associam por outros meios – pela lei e pelo costume, com a sanção do espírito, pois a nação grega é o resultado de um processo de crescimento. Na origem de sua unidade nacional está a própria divisão, pois o *estranhamento* interno, o elemento principal que deve ser considerado. A primeira fase da superação disso determina o espírito grego. Precisamos de ter consciência desse princípio. Seria um disparate imaginar que uma vida tão bela e realmente livre pudesse resultar do simples desenvolvimento de um povo dentro dos limites de seus relacionamentos de parentesco e amizade. Mesmo a planta, que representa a imagem mais semelhante de um tal desenvolvimento calmo e homogêneo, só vive por meio da atividade antitética da luz, do ar e da água. A verdadeira oposição que o espírito pode ter é espiritual; é em sua heterogeneidade inerente que ele encontra a força para realizar-se como espírito. A história da Grécia mostra, em seu início, essa migração e mistura de tribos – em sua maior parte homogêneas, pertencentes à raça grega, em parte totalmente estranha a ela – justamente cujo povo finalmente alcançou o mais alto nível do florescimento grego, foi o refúgio das mais diversas tribos e famílias. Todos os povos da história universal – excluindo os impérios asiáticos, que estão isolados desse contexto, formaram-se dessa forma. Assim, os gregos e os romanos desenvolveram-se de uma *colluvies*, de uma confluência das mais diversas nações. Dos muitos povos com os quais nos deparamos na Grécia, não se pode determinar quais foram originalmente gregos e quis teriam imigrado de outras partes do mundo, pois a época da qual falamos aqui é, na verdade, sem história e obscura... (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição. Brasília: UNB, 1999, p. 191-192).

desenvolvimento da Razão, através da percepção dos fatos e da transmissão de conhecimento. A Educação é o caminho para, através desta dialética, se formar indivíduos capazes de contribuírem para as atividades políticas do país.

Aristóteles, na definição científica do conhecimento, afirmou que o homem é um ser racional, ou seja, um ser político, capaz de transformar a natureza através da Razão para o benefício de sua existência, acabando por atingir positivamente toda a coletividade na qual se encontra. A definição de Justiça é universal, e é esta a marca do Ocidente, através da igualdade de todos garantir a Justiça para todos.

A existência da escravidão na Grécia antiga não era motivo para afastar a idéia de Justiça, uma vez que o Espírito, cultura da humanidade, caminha para a perfeição, não em um salto que pode se revestir de irracionalidade, mas momento a momento, ano após ano, século após século, milênios, uma vez que o homem, principal sujeito, é o centro da história e do refletir filosófico, em si e para si.

A garantia da liberdade, no período clássico da antiguidade, se vê alojada no Estado, cujo expoente de expressão concreta é Roma. O direito romano nasce da necessidade impostergável do reconhecimento do homem como personalidade de direito, seja no âmbito do Estado romano ou até mesmo dos estrangeiros.

Em Roma o Estado é a instância ética maior, no qual o homem, reconhecido como personalidade de direito, busca sua liberdade, em si e para si. A Lei das XII Tábuas, o Direito Pretoriano, a Jurisprudência Romana[37], foram todos instrumentos mediantes os quais o Estado garantia a liberdade singular de todos. O Espírito continua caminhando para a liberdade de todos. O Ocidente é o local no qual a liberdade não é mais de apenas um, o dirigente maior, mas já de alguns, até chegar a ser de todos em 1789, com a Revolução Francesa, momento histórico- ético fundamental da História Universal.

Na época de Roma, havia homens livres e escravos. A guerra era a forma de se conquistar

[37] É em Roma que se experimenta o início da divisão entre vontade política e razão na ética *lato sensu*, porque no Império- não na República propriamente, em que as forças do patriciado e da plebe se compõem- a vontade política do Imperador, em razão de competência, separa-se da razão, que, por sua vez, é dividida em moral e direito, metodologicamente, pois a *ratio* que produzia o direito era a mesma que produzia a moral que lhe dava fundamento, no que se refere à justiça. De qualquer modo, a *ratio* jurisprudencial que dá a matéria e a *voluntas* imperial que dá a forma da lei nela se insere como momento superador da divisão do direito técnico e da moral unilateral, caracterizando-se essa unidade como unidade ética incindível, na ideia de justiça, de modo que justiça e direito são a mesma coisa." (SALGADO, Joaquim Carlos, (*A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximum Ético)*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 254).

novos territórios, expandindo mais ainda o império. Tinha como objetivo também garantir a unidade do império contra ataques exteriores. A arrecadação de riquezas, vindas de todas as partes do império, era o alicerce da manutenção material do império.

A lei romana valia para todos os romanos e povos conquistados. No seu auge, no período do Imperador Marco Aurélio, em 180 D.C, apenas a Pérsia e a Germânia permaneciam fora da esfera de controle e proteção de Roma. A unidade mantinha a proteção. As legiões romanas se deslocavam para garantir a manutenção da ordem e da sobrevivência.

A cultura grega somou-se ao desbravamento de conquista dos romanos, ou seja, união da teoria e da prática, resultando, filosoficamente, na moral ocidental, de valorização do homem como personalidade de direito.

Em Roma havia o *ius civile* e o *ius gentium*. A primeira valia para os cidadãos romanos, e os segundos para os povos conquistados. A aspiração de universalidade do império fazia com que todos que fossem livres, romanos e estrangeiros, conhecessem desta liberdade através de seus direitos, apesar de divididas as prerrogativas pela origem de seus sujeitos. O conhecimento da liberdade em Roma já se tornara parte fundamental da existência do Estado.

A luta em Roma, pela manutenção do Império e a conquista dos povos bárbaros, para os quais havia a pretensão de se levar a civilização e o sistema político de direitos da personalidade, teve a influência do cristianismo.

A cultura helênica e a personalidade de direito, com a cisão moral do cristianismo[38],

[38] "A identidade entre o sujeito e Deus veio ao mundo quando o tempo havia chegado, e a consciência dessa identidade é o conhecimento de Deus em sua verdade. O conteúdo da verdade é o próprio espírito, o movimento vivo em si mesmo. A natureza de Deus, ou seja, o puro espírito em si, manifesta-se para o homem na religião cristã. Mas o que é o espírito? Ele é o Uno, o infinito igual a si mesmo, a identidade pura que se separa de si como o outro dela mesma, como o ser para si perante o universal. Essa separação é, no entanto, superada, já que a subjetividade atomística, como simples referência de si, é a própria universalidade, idêntica a si mesma. Digamos que o espírito é a reflexão absoluta sobre si mesmo, por meio de sua diferenciação absoluta, o amor como sentimento, o saber como espírito; assim ele é concebido como a Trindade: O Pai, e o Filho, essa diferença em sua unidade como o Espírito.
(...)
Nessa verdade, é colocada a relação do homem com a verdade mesma, pois o espírito coloca-se perante o seu outro, e por causa dessa diferença ele é o retorno em si mesmo. O outro, concebido em seu puro conceito, é o filho de Deus; mas esse outro, em sua particularização, é o mundo, a natureza e o espírito finito. O próprio conceito de Deus. Assim, o homem está contido no próprio conceito de Deus, e esse estar contido pode ser expresso da seguinte forma: a unidade do homem e de Deus está colocada na religião cristã. Essa unidade do não pode ser concebida superficialmente, como se Deus fosse só humano e o homem fosse a Deus. O homem, participante da verdade e sabedor de que ele próprio é momento da ideia divina, tem que abdicar de sua naturalidade, pois o natural não tem liberdade nem espírito. Nessa ideia de Deus reside também sabe-se algo necessário para a mediação da unidade do homem com Deus. Essa unidade existe somente para a consciência, perante para a medição da unidade do homem com Deus. Essa unidade existe em si somente para a consciência pensante e especulativa. Ela, todavia, precisa existir também como uma manifestação para a consciência sensível que imagina; ela tem que se tornar objeto para o mundo, precisa *manifestar-se* exatamente sob a forma sensível do espírito, que é a humana. Cristo nasceu – um homem que é

fizeram aparecer para a direção do Estado a prevalência dos direitos da pessoa humana, ou seja, em qualquer lugar da terra, o homem é um ser dotado não apenas de personalidade, mas principalmente de humanidade, cuja segurança se encontra em princípios universais, decorrentes da estreita "imagem e semelhança do Criador".

O homem, ao longo da História, sempre lutou para se emancipar. A batalha contra a escravidão foi uma decorrência do caminhar do conceito de liberdade.

A liberdade é garantida, desde a época de Roma, pelas leis que compunham o ordenamento jurídico daquela época. Todavia, a garantia concreta da liberdade dependia das legiões romanas, que combatiam para conquistar e defender o império e os seus súditos. As legiões romanas se encontravam em todas as partes do império, seja na Capital, Roma, ou nas províncias mais distantes da África. A liberdade de todos os membros do império romano era decorrência estreita da presença das legiões no mundo civilizado.

1.1.2- A Idade Média

A Idade Média[39] foi o momento no qual o Espírito era estranho a si mesmo. O Direito

---

Deus e Deus que é homem. Isso trouxe paz e reconciliação para o mundo. Devemos recordar-nos aqui do antropoformismo grego, do qual se disse que não avançava suficientemente, pois a natural alegria grega não progrediu até a liberdade subjetiva do próprio eu, nem até sua interioridade, nem até a determinação do espírito como um *este.*
Faz parte da manifestação do Deus cristão que ela seja *único* em sua forma. Tal manifestação só pode se dar uma vez, pois deus é sujeito como subjetividade que se manifesta exclusivamente num indivíduo. No Oriente Deus é concebido somente como substância, para a qual a forma infinita sua pluralidade da particularização é algo exterior; por isso os lamas sucedem uns aos outros. Mas a subjetividade como relação infinita para si tem a forma em si mesma e manifesta-se como uma forma que exclui todas as outras.
Além disso, a existência sensível, na qual está o espírito, é um momento transitório. Cristo morreu; só morto, ele se elevou aos céus, sentado à direita de deus, e só assim ele é espírito. Ele mesmo diz: "Quando eu não estiver mais entre vós, o espírito vos guiará em toda verdade". Foi só na festa de Pentecostes que os apóstolos se locupletaram do Espírito Santo." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição. Brasília: UNB, 1999, p. 274-275).

[39] "Se o primeiro período do mundo germânico termina gloriosamente com um poderoso império, no segundo começam as reações surgidas da contradição da mentira infinita, que domina a Idade Média e constitui a vida e o espírito da mesma. A primeira reação é aquela das nações particulares contra o domínio universal do império franco, que se manifesta na divisão do grande império. A segunda é a dos indivíduos perante o poder legal e a força do Estado, voltando-se contra a subordinação, o serviço militar, a constituição jurídica. Esta última reação produziu o isolamento dos indivíduos e, por isso, o desamparo dos mesmos. O universal do poder do Estado desapareceu, com a reação, os indivíduos procuraram proteção junto aos poderosos, e este tornaram-se opressores. Assim surgiu progressivamente a situação de uma dependência generalizada a qual sistematiza a situação de proteção em constituição feudal. A terceira reação é a da Igreja, como reação do espiritual perante a realidade existente. A brutalidade mundana foi combatida pela Igreja e adestrada; todavia, nesse processo, a Igreja foi secularizada e abandonou a base apropriada, em cujo momento se inicia o processo de entrar em si mesmo do princípio leigo. Todas

toma a forma canônica, e o poder político se descentraliza. O poder do rei é fragmentado pelo poder dos senhores feudais que, na realidade, detinham exércitos mais fortes ao do reino. Não que a estrutura política de um governante tenha desaparecido, o que ocorrera foi o fortalecimento da base de sustentação do poder central e o enfraquecimento deste.

Os bárbaros, que invadiram o império romano, não tinham a mesma educação e civilização dos conquistados. A figura do senado desaparece, dando lugar àqueles que prevaleciam pela força. Quem detivesse maior exército particular, teria mais terras e por isto mais poder e controle sobre o rei. A escravidão se transforma em servidão, e os antigos súditos do império romano se espalham nos feudos, doando sua força de trabalho e produção, em troca de comida e proteção.

A igualdade não existe, e a liberdade é de poucos. Os privilégios de classes se perpetuam ao longo de gerações, e o trabalho é praticamente forçado. O sentimento de domínio é mantido por motivos e justificativas religiosas. A ordem que impera é aquela ditada pela igreja, que detém, para si, dois terços das terras da Europa.

O poder é estranho a si, uma vez que ele existe, mas não se reconhece a si nem mesmo ao outro, uma vez que a sua legitimidade depende de uma vontade alheia, cujos contornos nada têm de político, no sentido do bem para todos, mas na perpetuação de privilégios militares e materiais.

Os senhores feudais travavam guerras não pela defesa do reino e de seus subordinados, mas pelo enriquecimento pessoal. As muralhas do castelo eram o limite da jurisdição do poder estatal, senão o esfacelamento deste. O ser humano estava à mercê de um sistema que beneficiava apenas a si mesmo e a quem lhe dirigia, não havendo a menor possibilidade de liberdade de expressão. Foi um deserto de mil anos para a política. Falar em força militar servia apenas para alguns, que castigavam, oprimiam e puniam a maioria. O ser não era livre e não sabia da sua liberdade.

Na Idade Média, o imperador Carlos Magno[40] tentou unificar a Europa, nos contornos de

---

essas relações essas reações constituem a história da Idade Média, e o ponto culminante desse período são as Cruzadas, pois com elas surge uma flutuação generalizada, por meio da qual os estados conseguem uma autonomia interior e exterior." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição. Brasília: UNB, 1999, p. 309).

[40] "Contudo o Império de Carlos Magno não realizou suas aspirações: na realidade, começou a desmoronar quase imediatamente após sua inauguração. Confrontado com problemas no interior do seu próprio território., Carlos Magno nunca tentou governar as terras pertencentes ao antigo império romano Oriental que o papa havia lhe

um novo Império Romano do Ocidente. Mas prevalecia o poder religioso, que se traduzia em um pretendido império universal, sob a direção do Papa.

Contudo, tal qual César, Carlos Magno foi um dos grandes líderes políticos da História Ocidental. Representou um momento do caminhar do espírito universal da liberdade, tal qual Napoleão.

Napoleão Bonaparte[41] representou o caminhar do espírito universal da liberdade no século XIX. Os ideais iluministas encontram nele a expressão viva da consciência que o espírito tem de si imediatamente, em si e para si.

O Espírito, na História Mundial, sempre se manifestou em personagens que traduziam o conceito de liberdade do momento.

Para ser livre é essencial conhecer da própria liberdade. Liberdade implica na consciência[42] da liberdade.

Apesar de toda opressão e luta pela manutenção do poder, com argumentos religiosos, o

---

concedido. Mais a oeste, teve pouco sucesso em recapturar a Espanha dos seus conquistadores mouros. Após a morte de Carlos Magno, seus sucessores procuraram reforçar sua posição apelando á tradição e deram á suas posses o nome de sacro império Romano- Germânico. Porém, debilitado por guerras civis, menos de um século depois de sua fundação, o Sacro Império desapareceria enquanto entidade política coerente (ainda que seu nome continuasse a ser aplicado a uma série de territórios em constante transformação até 1806" (KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 21 /22).

[41] "O período napoleônico marcou a apoteose do Iluminismo. Inspirado pelos exemplos de Grécia e de Roma, seus pensadores tinham equiparado o iluminismo ao poder da razão, o que implicava uma transição de autoridade da Igreja para as elites não religiosas. Agora essas aspirações tinham sido destiladas ainda mais e concentradas num único líder como expressão de poder global. Uma ilustração de seu impacto ocorreu em 13 de outubro de 1806, um dia depois da Batalha de Iena, na qual o exército prussiano sofreu uma derrota decisiva. Quando Napoleão partiu para fazer o reconhecimento do campo de batalha com eu Estado-Maior, o então professor universitário Georg Wilhelm Friederich Hegel (que mais tarde escreveria A *filosofia da história*, que inspirou a doutrina de Marx) descreveu a cena em termos laudatórios ao ouvir o ruído dos cascos de cavalos sobre as pedras do calçamento:
"Vi o Imperador- essa alma do mundo- cavalgando para fora da cidade para fazer reconhecimento da área. É realmente uma sensação maravilhosa ver um indivíduo como esse que, montado a cavalo, concentrado num único ponto, abarca o mundo inteiro e o domina." (KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 53).

[42] "A consciência chegou até aqui, e esse é o principal momento da forma na qual o princípio da liberdade se concretizou, pois, a história universal nada mais é que o desenvolvimento do conceito de liberdade. Todavia, a liberdade objetiva- as leis da liberdade real- exige a submissão da vontade fortuita, pois a última é meramente formal. Quando a objetividade é racional em si mesma, a visão da razão tem que lhe corresponder, e assim existe até o momento essencial da liberdade subjetiva. Observamos apenas o progresso do conceito, tendo que renunciar à tentação de abordar mais detalhadamente a felicidade, os períodos de florescimento dos povos, a beleza e a grandeza dos indivíduos, os interesses relacionados ao seu destino, no sofrimento e na alegria. A filosofia diz respeito ao esplendor da ideia que se reflete na história universal. Na realidade, ela tem que se abster dos movimentos tediosos das paixões. Seu interesse é conhecer o processo de desenvolvimento da verdadeira ideia, ou seja, da ideia da liberdade que é somente a consciência da liberdade." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição. Brasília: UNB, 1999, p. 373).

ser tem dentro de si o *logos*, que é a Razão a conduzi-lo sempre para a busca de uma vida melhor e da verdade. O conhecimento da Verdade conduz à liberdade. Raios de luz emanados da Razão fazem com que os homens ajam para a emancipação individual, que somente ocorre se a coletividade toda estiver livre. Sou livre porque o outro também o é.

Santo Tomás de Aquino (Suma Teológica), ao final da Idade Média, buscou a conciliação da Fé e da Razão. A ciência é um dado que não pode ser afastado da vida humana. O aprimoramento das técnicas sempre existiu, desde a Revolução Verde, na qual o homem aprendeu a lidar com as técnicas da agricultura, até o invento das primeiras embarcações, dos carros de combate, das muralhas de defesa, ou seja, de tudo aquilo que é necessário para a existência humana na face da terra.

O entrelaçamento Fé e Razão, defendido pelo tomismo, é uma postura assumida perante a realidade. O crescimento científico para a defesa nacional, com respeito e responsabilidade, deve nortear o ideário dos estadistas. O centralismo político é um imperativo para o desenvolvimento econômico e militar. Nasce a Idade Moderna, com os reis dentro dos castelos, não mais dependentes do querer dos senhores feudais, mas sim do seu próprio arbítrio ou vontade. O exército nacional é formado para a defesa do reino, cujo expoente maior de expressão e representação é o rei. O caminhar do Espírito vai se aperfeiçoando até alcançar a liberdade de todos.

Neste momento, de centralização do poder real, as práticas comerciais se desenvolvem e os Estados Nacionais são obrigados, motivados pela luta por riquezas, a se lançarem ao mar, na busca de prata, ouro, especiarias, terras, riquezas. Estas voltam para dentro das fronteiras dos Estados Nacionais. O sistema de defesa é obrigado a se aperfeiçoar.

A Razão de Estado foi criada no momento de desaparecimento da universalidade medieval e da afirmação do Estado Nacional como maior estrutura existente em um determinado território.

A Razão de Estado[43], interesse nacional, não poderia conviver com os caprichos

[43] "Poucos estadistas podem reivindicar maior impacto sobre a história. Richelieu foi o pai do moderno sistema de estados. Ele criou o conceito de *raison d`etat,* e o praticou inflexivelmente em favor de seu país. Sob seu patrocínio a *raison d`etat* substituiu o conceito medieval de valores morais universais como princípio funcional da política francesa. De início, ele queria impedir a dominação dos Habsburgo sobre a Europa, mas ao final deixou um legado que por dois séculos provocou seus sucessores a tentarem o primado francês na Europa. Do fracasso destas tentativas, o equilíbrio de poder, primeiro como um fato da vida, depois como forma de organizar as relações internacionais." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 41).

inquisitoriais. O Estado forte e soberano constitui uma criação primorosa da raça humana. O Estado Contemporâneo surgiu teoricamente da Razão de Estado. Somente o interesse nacional poderia unir uma nação.

Se o Estado é soberano, ele não pode se submeter a qualquer direção que não seja a sua própria vontade.

A Razão de Estado[44] tem como elemento constitutivo o constante evoluir das instituições estatais, principalmente para a afirmação destas perante a sociedade internacional. O EUA, a partir do século XX, delineia sua atuação internacional também pela universalização de seus valores institucionais, sempre calcados na liberdade individual e na democracia, dentro de um espírito capitalista.

O desenvolvimento estatal com base no aprimoramento das relações internacionais, entre Estados, tem feição européia. A paz deve ser alcançada para a harmonização dos interesses das potências soberanas e para um maior fluxo comercial em nível continental e planetário.

A Razão de Estado[45], em sua origem, teve de ver afastada a hegemonia do poder pela fragmentação. Uma Europa sedimentada territorial e politicamente não seria capaz de fazer leis que garantissem a abundância comercial e a livre circulação de riquezas.

O Estado é uma criação objetiva e perfeita da espécie humana. Somente ele é capaz de abrigar as diferenças numa singularidade política. Não existe liberdade fora do Estado, uma vez que ele exige o reconhecimento em si e para si, o que se dá somente através de um ordenamento jurídico fortalecido, que nada mais é que uma organização de instituições sólidas e atuantes.

---

[44] "O sucesso de uma política de *raison d`etat* depende, acima de tudo, de uma correta estimativa de relações de poder. Valores universais são definidos por seu entendimento e não exigem reinterpretação constante; na realidade, até a evitam. Já determinar limites de poder requer um misto de experiência, visão e adaptação permanente de circunstâncias. Na teoria, é claro, o equilíbrio de poder deveria ser em boa medida calculável, mas é dificílimo de por em prática com realismo. Ainda mais complicado é harmonizar os cálculos com os dos outros estados, precondição para operar o equilíbrio de poder. O consenso sobre a natureza do equilíbrio em geral se forma pelo conflito periódico." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 45).

[45] "Se é verdade que a razão deve ser o facho que ilumina os príncipes em sua conduta e na dos seus Estados, é verdade ainda que não havendo nada no mundo que seja menos compatível com ela do que a paixão, que cega de tal forma que faz algumas vezes tornar a sombra pelo corpo. Um príncipe deve sobretudo evitar impor um tal princípio que o torna tanto mais odioso, quanto é contrário diretamente àquele que distingue o homem dos animais." (RICHELIEU, Armand Du Plessis Duque de.*Testamento Político*. São Paulo: Edipro, 1996, p. 202).

1.1.3 - A Idade Moderna

O período de 1453 a 1789, conhecido como Idade Moderna, foi o das Grandes Navegações, das descobertas, do avanço científico, das construções filosóficas que exaltavam a Razão, do liberalismo econômico, como autoridades para o equacionamento das relações humanas. Este momento histórico exige a liberdade de todos, uma vez que a igualdade jurídica, que se torna indiscutível, em decorrência da constitucionalização do poder, e é garantida por esta, não aceitaria mais os ditames do Antigo Regime, moldado apenas em privilégios de classe e origem. A burguesia, que tenta ascender ao poder, reclama maior participação política, o que exige igualdade jurídica. A sociedade civil começa a nascer, uma vez que a lei, em razão do imperativo categórico da liberdade, exige a igualdade de todos, em si e para si.

A Reforma Protestante, que havia questionado o poder da igreja, teve o condão de trazer, definitivamente, para o Estado, o poder temporal. A divisão do poder espiritual e do poder temporal, neste momento, acabou por fortalecer o poder central e dar aos exércitos nacionais a sua verdadeira função, qual seja, a vigilância da soberania nacional e, através do conceito de ordem, garantir à nascente burguesia urbana o direito de enriquecimento através da estabilidade das relações comerciais.

O "Espírito" conhece a si mesmo e passa a estender o conceito de liberdade e de igualdade para todos. O momento histórico fundamental que concretiza todo esse caminhar racional é a Revolução Francesa de 1789[46].

[46] "O pensamento é agora o estágio a que o espírito chegou. Ele contém a reconciliação em toda a sua essencialidade, já que se trata do exterior com a reinvindicação de que essa existência tenha a razão em si como sujeito. O espírito reconhece que a natureza, o mundo, precisa ter uma razão na existência, já que Deus, sabiamente, a criou. Dessa forma, surgiu um interesse universal em analisar e conhecer o mundo presente. O universal na natureza são as espécies, os gêneros, a força e o peso, reduzidos às suas manifestações, etc. Assim, a *experiência* tornou-se a ciência do mundo, pois ela é por um lado, a percepção, mas também o descobrimento da lei, do interior da força, ao devolver o existente à sua simplicidade. A consciência do pensamento surge daquela sofística que faz tudo vacilar e que foi inicialmente salientada por Descartes. Assim como o princípio do *espírito* nasceu nas nações germânicas puras, do mesmo modo a *abstração* foi compreendida inicialmente pelas nações latinas, que se relacionam com o mencionado caráter de divisão. Por isso, a ciência experimental encontrou ressonância nelas e nos ingleses protestantes, principalmente entre os italianos. Para os homens, foi como se Deus só agora tivesse criado o Sol, a Lua, as estrelas, os planetas e os animais, como se as leis tivessem sido determinadas agora, pois só agora os homens interessaram-se por isso, ao redescobrirem a razão nessa razão. Abriram-se os olhos dos homens, o sentido foi provocado, e o pensamento passou a trabalhar e a se esclarecer. As grandes superstições da época depararam-se com as leis da natureza, assim como com todas as representações de poderosas forças estranhas que só poderiam ser derrotadas com a magia. Em toda parte, falava-se a respeito disso, não só entre os católicos, mas também entre os protestantes. O exterior que a Igreja quer relacionar com o sublime é meramente exterior, assim como a hóstia é só trigo, e as relíquias são só ossos. Contra essa fé na autoridade foi imposto o domínio do sujeito por si mesmos, e as leis naturais foram reconhecidas como a única ligação do exterior com exterior...

A institucionalização das relações comerciais foi uma decorrência da centralização do poder e do fortalecimento dos Estados, politicamente, economicamente e militarmente. O conceito de liberdade está chegando para todos, uma vez que, se todos são iguais, devem o ser também livres. A Razão, percebida no *Dasein* de Heráclito, no contínuo movimento, que não se encontra na natureza, mas no ser, e em si e para si, exigia que todos fossem iguais e livres perante um ordenamento jurídico que tivesse força para fazer valer seus comandos.

A Revolução Francesa ocorre em 1789. Igualdade, liberdade e fraternidade são palavras chaves para a definição deste momento. Este tripé se assenta na existência individual de cada um destes vetores que passaram a dirigir, axiologicamente, todas as legislações ocidentais européias. A partir deste momento, o Espírito conhece a si mesmo. A liberdade é para todos, e deve ser encontrada dentro do máximo ético, o Estado, através do Direito. Não há como se buscar liberdade na natureza, mas apenas no Estado, perante o qual o homem, não mais escravo, servo e súdito, ganhará o status de cidadão, em decorrência da constitucionalização do poder e do amadurecimento da sociedade civil.

A liberdade de todos se dá na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte. Não caberia mais a escravidão, a divisão de classes, uma vez que todos são livres e devem conhecer desta liberdade para serem livres. Após 1789, uma onda de movimentos políticos inunda a Europa e o Novo Mundo, no sentido de transformar o poder não em um atributo de poucos, mas sim em um instrumento no qual a maioria, através da representação, busca seus interesses e a perpetuação do crescimento e progresso das condições de vida.

A Razão, presente no consciente coletivo, exige o amadurecimento das instituições políticas e jurídicas. O conceito de cidadão perpassa pelas idéias de igualdade e liberdade e exige a representação não apenas da maioria, como também das minorias, uma vez que a liberdade de todos implica na liberdade individual e singular. A pluralidade pressupõe o agrupamento de todas as singularidades e o respeito a elas. Está inaugurada a Idade Contemporânea.

(...)
A essas determinações universais, baseadas na consciência presente, nas leis da natureza e em seu conteúdo que é justo e bom, chamou-se de *iluminismo*. Ele veio da França para a Alemanha e dele surgiu um novo mundo de ideias. O critério absoluto contra toda autoridade da fé religiosa, das leis positivas do direito – especialmente as do direito estatal – era aquele que compreendia o conceito do próprio espírito em livre presença. Lutero conquistou a liberdade espiritual e a concreta reconciliação, estabelecendo vitoriosamente que aquilo seria a eterna determinação do homem deveria acontecer nele mesmo. Mas o *conteúdo* daquilo teve que se suceder no homem e tornar vida a verdade foi aceito por Lutero, por ser algo dado, como a manifestação por meio da religião. Agora, o princípio fora estabelecido, ou seja, esse conteúdo está presente., pode convencer-me interiormente a atribui tudo a essa razão interior." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição, Brasília: UNB, 1995, p. 361-362).

O conceito de liberdade[47] caminha no Ocidente. Os orientais não conhecem do conceito de liberdade, uma vez que a política, nestas sociedades, não implica na igualdade e participação de todos. Se o ser não conhece da sua liberdade, ele não é livre, em si e para si. A liberdade[48] exige a igualdade política.

As nações, a partir da consumação da constitucionalização do poder, buscam instrumentos hábeis para a convivência entre si. A Diplomacia passa a ser o meio de comunicação entre os Estados soberanos[49], para a suportabilidade das relações comerciais e militares.

O ser é livre porque conhece da sua liberdade. Quem não conhece a própria liberdade[50] não é livre e não pode falar em liberdade.

A soberania deve ser entendida em sua acepção plena, segundo a qual o Estado, dentro de suas fronteiras, e por seus atos unilaterais, pode fazer o que bem entender e por isso deve garantir a liberdade de seus membros, cidadãos.

---

[47] "A Filosofia do Direito encerra sua tarefa, explicitando a liberdade na forma de sua efetivação desabrochada em direitos, cujos conteúdos são valores que a cultura lhe põe à disposição, como exigíveis e universalmente atribuíveis, declarados universalmente no momento político e efetivados singularmente no momento que se pode denominar razão jurídica, em que o eu que frui o direito é ao mesmo tempo um nós. Esse desdobrar da liberdade no direito poderia ser representado, enquanto momento da liberdade, como livre- arbítrio, autonomia da vontade e domínio da natureza, este compreendido na superação do determinismo natural *strictu sensu* e social, uma vez que o movimento poiético do social, seja econômico, político ou técnico, de buscar e conservar o poder não alcança, por si só, o ético, único momento capaz de superar a contradição instaurada no nível técnico e poiético." (*A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximum Ético)*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 264).

[48] "O espírito germânico é o espírito do mundo moderno, cujo fim é a realização da verdade absoluta como a infinita autodeterminação da liberdade, que tem por conteúdo a sua própria forma absoluta." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição, Brasília: UNB, 1999. p. 291).

[49] "Orienta-se o Estado para o exterior, enquanto sujeito individual. Por isso, fazem parte do poder do príncipe as suas relações com o exterior, a ele cumpre imediatamente comandar as Forças Armadas, manter relações com os outros Estados por meio de embaixadores, decidir a guerra e da paz e concluir tratados." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Ícone, 2º edição, 2005, p. 267/268).

[50] "Os orientais ainda não sabem que o espírito ou o homem como tal, é livre em si mesmo, e porque não sabem, eles não são. Eles sabem apenas que um só ser humano é livre, mas por isso mesmo tal liberdade é arbitrariedade, barbárie e embrutecimentos reprimidos, ou suavidade da paixão, mansidão da mesma paixão que é apenas contingência da natureza ou capricho. Esse único é, consequentemente, um déspota, e não um homem livre. Sé entre os Gregos é que surgiu a consciência da liberdade, e por isso eles foram livres; mas eles bem como os romanos sabiam que somente alguns eram livres, e não o homem como tal. Nem mesmo Platão ou Aristóteles o sabiam. Destarte, os Gregos não apenas tiveram escravos, como suas vidas e a existência de sua agradável liberdade estavam ligados a isso. Além disso, sua liberdade em parte não era senão uma flor ocasional, passageira limitada, e em parte cruel servidão do homem, do ser humano. Só as nações germânicas, no cristianismo, tomaram consciência de que o homem é livre como homem, que a liberdade do espírito constitui a sua natureza mais intrínseca. Essa consciência desenvolveu-se, inicialmente, na religião, na mais íntima região do espírito." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição, Brasília: UNB, 1995, p. 24).

A liberdade dentro de um Estado depende da liberdade dentro de todos os outros Estados. Isto implica, no plano interno, que a liberdade individual esteja alicerçada em um ordenamento jurídico que reconheça a liberdade de todos, singularmente e coletivamente. Sou livre porque o outro também o é, e o Estado[51] é o ente no qual se encontra esta liberdade, ou seja, é o máximo ético.

Não há como se pensar em liberdade fora do Estado, uma vez que na natureza não há dialética. Apenas em uma sociedade politicamente organizada é possível se encontrar a conciliação de interesses divergentes que redunda sempre em crescimento material ou econômico. O indivíduo dentro de um Estado encontra-se perante a racionalidade que lhe permite sempre contribuir para o crescimento da coletividade na qual se encontra inserido e do próprio Estado. A liberdade de todos, que foi alcançada após a Revolução Francesa, implica na atuação complexa do Estado, uma vez que é nele que as diferenças, uma vez somadas, se unificam na aceitação e normatização do controle da conduta individual e coletiva. Já se percebe a existência da finalidade social do Estado, garantidor da liberdade interna e da coexistência no plano exterior.

Após a Revolução Francesa de 1789, não é mais possível conceber o homem apenas como ser político, mas como um ser dotado de direitos, que se encontram positivados no ordenamento jurídico de um Estado racional, que propicia o conhecimento e a prática destes direitos, para o bem comum, na acepção de Santo Tomás de Aquino. O Estado é o local de concretização da liberdade, que deixa sua vertente apenas política para se tornar um direito do indivíduo, em si e para si.

O Iluminismo, cujos ideais se concretizaram na Revolução Francesa, teve como objetivo a varredura dos valores feudais, de títulos hereditários e vitalícios, que redundavam em uma sociedade de impossibilidade de ascensão social, sendo a classe individual determinada pelo nascimento e sangue. A burguesia, que tomou o poder após 1789 na França, sabia que os valores igualdade, liberdade e fraternidade seriam alcançados caso o indivíduo tivesse sua privacidade

[51] "Com relação aos outros Estados, o Estado é, por conseguinte, soberanamente autônomo. Existir como tal para um outro Estado, isto é, ser reconhecido por ele, é a sua primeira e absoluta legitimação. Ao mesmo tempo, porém, está legitimação é formal, e há algo de abstrato em reclamar o reconhecimento de um Estado, só porque é um Estado. Do seu conteúdo, da sua constituição e da sua situação depende que ele seja verdadeiramente um Estado que existe em si e para si, e o reconhecimento que implica a identidade dos dois Estados assenta-se também na opinião e na vontade do outro." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. 2º edição, São Paulo: Ícone, 2005, p. 268).

material garantida. A propriedade privada foi a expressão deste direito.

A Razão deve encontrar sua colocação dentro do Estado, máximo ético, que abriga todas as pluralidades humanas do existir. A direção de fatores, tais qual a explosão demográfica, o constante deslocamento de pessoas em busca de setores que propiciem uma vida digna, os investimentos em áreas produtivas, é um dever do Estado, garantidor da liberdade de pensar e de agir. Somente é livre quem conhece a sua liberdade, ou seja, quem pensa e age como ser livre, em si e para si.

A sociedade industrial, característica dos tempos atuais, não deve prescindir de vetores decorrentes do processo histórico, quais sejam, a igualdade, a liberdade e o trabalho. Este tripé axiológico deve se expressar através do ordenamento jurídico de todos os países, principalmente os ocidentais[52]. A tradução desta normatização se apresenta nas cartas constitucionais, nos direitos humanos, direitos fundamentais, na incorporação dos direitos e convenções internacionais, em um esforço de torná-los cláusulas pétreas, em decorrência da segurança exigida de um Estado de Direito.

Fundamental é a existência de uma Filosofia racionalista, no sentido especulativo. O homem é um ser complexo, que na sociedade moderna se caracteriza por se enquadrar ao processo civilizatório pelo trabalho[53].

---

[52] "É possível, pois, figurar historicamente esse processo em três momentos fundamentais no curso da cultura ocidental, como já se observou: o homem (animal racional) na cultura grega, a pessoa de direito na cultura romana, cindida na concepção de pessoa moral na cultura cristã, e o sujeito de direito a partir da cultura moderna, operando a síntese dialética do cidadão ou indivíduo livre detentor de direitos fundamentais declarados ou positivados como vontade universal e valores universais na Revolução Francesa." SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo. (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximum ético)*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 23).

[53] "... O trabalho revela-se, pois, originalmente, como a luta do homem para dar a sua situação no mundo uma *significação humana*. Trata-se de uma luta: pois o mundo opõe-se ao homem na sua inércia, no seu determinismo, nos seus enigmas, nas suas ameaças, na raridade dos recursos que ao próprio homem são necessários. Mas é a significação humana conferida a esta luta- ou finalismo humano nela inscrito- que a torna verdadeiramente *trabalho* É certo que as "carências sensíveis" do homem, para falar como Marx- se somente delas se trata-se-, poderiam ser satisfeitas pelo caminho do instinto. O homem poderia abrigar-se no seio protetor da natureza para dela receber alimento. Mas, como razão e liberdade- como pessoa-, o homem transcende a natureza, e por isso, a sua relação primordial com ela assume a forma de um afrontamento, de uma conquista, da construção de um *sentido humano* para a sua presença no mundo: assume a forma de *trabalho*". (Hennrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia – Problemas de Fronteira*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 126/127).

1.1.3.1- A Soberania

Soberania[54] é o principal atributo de um Estado. O total domínio sobre pessoas, bens, obrigações e a autoridade no plano internacional dependem deste atributo, indispensável há séculos aos Estados. O poder de acolhimento dos interesses na sociedade internacional importa na demonstração de força e na capacidade de liderar a opinião pública no sentido de agir conforme o espírito das classes dominantes, sejam elas intelectuais ou econômicas, todas dentro de um processo político legítimo, ou seja, de um Estado de Direito.

O caminhar do Espírito Universal da liberdade se deu no território europeu, vindo para a América, cujo principal expoente é o Estados Unidos da América do Norte. Isto porque esta nação, principalmente a partir do final da Guerra de Secessão (1861-1865), caminhou para alçar a posição de nação hegemônica. Uma Razão de Estado se tornou peça fundamental para o EUA no século XX.

A Paz de Vestfália de 1648 foi a constatação visível de que o conceito de soberania já era um atributo indispensável do Estado. Não bastava apenas ter um rei, com exércitos ao seu dispor. Necessário se fazia o reconhecimento dos atos estatais em nível político interno e externo. O conceito de ordem mundial[55] envolto na soberania dos Estados começa a tomar os contornos hoje conhecidos.

As nações européias já haviam se desenvolvido politicamente em um nível no qual a guerra não poderia mais ser o único meio de afirmação estatal, junto à comunidade internacional.

As luzes da Razão encaminharam os homens, governantes dos Estados Europeus, a

---

[54] "A soberania é um dado ético e não poiético do Estado, pois ela é institucionalização da comunidade política segundo o princípio da liberdade. É o modo como um povo se organiza em poder independente, portanto livre, isto é, eticamente existente. A forma pela qual o sistema das necessidades da globalização econômica encontra sua superação tem, pois, de constituir-se eticamente, preservando o conteúdo ético da política ou do Estado, vale dizer, sua independência soberana, cujo teor ético é a superação da globalização poiética, globalização econômica-financeira, pela universalização concreta da justiça, ou seja, pela realização de justiça universal concreta". (SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo. (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximum ético*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 263).

[55] "Jamais existiu uma "ordem internacional" que fosse verdadeiramente global. A ordem que conhecemos hoje foi concebida na Europa Ocidental há quase quatro séculos numa conferência de paz realizada na região alemã de Vestfália, sem o envolvimento sequer ou sequer o conhecimento da maioria dos outros continentes ou civilizações.
(...)
A paz vestfaliana refletiu uma acomodação de ordem prática á realidade, não um insight moral excepcional. Ela se baseava num sistema de Estados independentes que renunciavam á interferência nos assuntos internos uns dos outros e limitavam as respectivas ambições por meio de um equilíbrio geral de poder. Nenhuma única verdade ou domínio universal emergiu das guerras europeias. Ao contrário, cada Estado era reconhecido como autoridade soberana em seu próprio território". (KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 10/11).

estabelecerem elos de convivência, para solução de todos e quaisquer assuntos ligados às suas respectivas nações. O constante estado de guerra deveria dar lugar a um constante estado de entendimento e consenso.

A Idade Moderna foi o momento do resplandecer do Estado como máximo ético. Nele o indivíduo encontra a sua liberdade, através do reconhecimento, em si e para si. Não é possível pensar em liberdade individual e coletiva fora do Estado.

O Estado iluminista é o Estado da Razão. A igualdade torna-se um vetor indissociável das constituições européias. Para ser livre primeiro deve ser igual, e este reconhecimento se dá apenas através da Lei.

Somente o Estado soberano, no caso europeu, seria capaz de fortalecer suas relações diplomáticas pelo diálogo, e não pela guerra. O descortinar de novas oportunidades comerciais e financeiras fez com que as nações européias buscassem riquezas além mar, nas colônias, o que propiciou o desenvolvimento das navegações marítimas e a descoberta do Novo Mundo.

Na Idade Moderna há o fortalecimento do poder real e dos exércitos nacionais. Somente um país com um exército permanente poderia garantir a soberania estatal, o que é uma assertiva tipicamente européia.

1.1.4 – A Idade Contemporânea

A Revolução Americana e a Revolução Francesa marcam o momento no qual todos são livres e sabem desta liberdade. Os Estados Nacionais, em constante unificação, são dirigidos para cumprirem a tarefa de ser o local do caminhar do espírito, para a igualdade de todos perante a lei e entre si e para si.

Kissinger soube do papel fundamental do Estado norte-americano para o bem da História Universal. Todavia, mesmo em sua época, de acadêmico a secretário de Estado, percebia que a evolução histórico-diplomática das relações estatais não se deu de maneira uniforme em todos os países, mesmo nos ocidentais.

O modelo norte- americano[56] de uma federação centrífuga com ampla e total autonomia

---

[56] Do lado de cá do Atlântico, diferentemente, desde o início do século XIX, é reconhecido o valor normativo da Constituição, como documento máximo da ordem jurídica. Peculiaridades históricas que concorreram para esse fato. Nos Estados Unidos, ao contrário do que acontecia na Europa na mesma época, não havia preocupação maior com o poder Executivo. O presidente da república era eleito pelo voto popular. Não era adversário temido, como foram os

dos Estados- Membros, um modelo constitucional histórico e paradigmático, um presidencialismo que não afronta o estilo de nação e suas bases econômicas, um Congresso sabedor de seu papel para o controle dos poderes e da política internacional, fizeram dessa nação, sob o olhar de Henry Kissinger, a vereda a ser seguida por todo e qualquer Estado racional, ou que persiga o interesse nacional, a Razão de Estado em sua versão atualizada.

O conhecimento liberta, uma vez que somente é livre quem conhece de sua liberdade. Esse reconhecimento apenas se dá em uma sociedade civil organizada, ou seja, no próprio Estado. Somente no Estado encontram-se os direitos e garantias fundamentais, aplicando a todos os habitantes da nação, em nível de igualdade e liberdade.

Kissinger sempre demonstrou claramente sua admiração pela liderança norte americana. A nação fora criada sob o manto da liberdade e para levar a todo mundo este valor, qual seja, a liberdade. Após a I Guerra Mundial essa posição da nação americana se acentuou mais ainda.

Quando o Presidente Wilson[57] chegou em Versalhes, para gerenciar o final da Primeira Guerra Mundial, e os termos dos vencedores, ele compreendia muito bem que o Estados Unidos da América trazia como argumento moral para a política externa a democracia, fundamentada em equilíbrio e aquisições territoriais. A democracia americana foi constituída sob os fundamentos de uma federação real e funcional. A Guerra Civil Americana de 1861-1865 transmitiu à nação

---

monarcas do final do absolutismo. O perigo que assustava era justamente o da extensão desmensurada do Poder Legislativo. O caminho que os norte-americanos arquitetaram para si foi o do equilíbrio dos poderes, precavendo-se contra as ambições hegemônicas do Congresso. A desconfiança para com o parlamento não retraçada aos fatores desencadeadores da independência norte americana. Leis britânicas das vésperas da independência, em especial no que tange à taxação, provocaram a indignação dos colonos, que as viram como resultado de um parlamento corrompido, que se arrogara poder ilimitado. O parlamento britânico se assomou aos colonos como força hostil à liberdade. A nova nação deveria precatar-se contra a legislatura propensa às medidas tirânicas. Haveria de ser construído um governo limitado. Percebeu-se, enfim, que a manutenção da liberdade não somente exige o estabelecimento de garantias para a sociedade em face do Estado, como também a proteção das minorias em face de um eventual abuso democrático.". (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva,2012, p. 21/22).

[57] "Grey sabia com quem estava tratando. Desde a juventude, Wilson acreditara que as instituições federais americanas deviam servir de modelo para um eventual "parlamento da humanidade". No início de seu mandato, ele já tentara um pacto pan-americano para o hemisfério ocidental. Grey não deve er ficado surpreso – mas certamente ficou feliz – ao receber uma pronta resposta concordando com o que, em retrospecto, foi uma isca bem evidente.
Essas cartas são talvez o exemplo mais antigo do "relacionamento especial" entre os Estados Unidos e a Inglaterra, que permitiria aos ingleses manter uma influência única em Washigton, muito tempo depois do declínio do seu poder, na esteira da Segunda Guerra Mundial. A língua comum e a herança cultural combinaram-se com grande tato para capacitar os líderes ingleses a injetarem suas ideias no processo decisório americano, de tal maneira que elas imperceptivelmente pareciam ser as de Washigton. Assim, quando em maio de 1916 Wilson apresentou pela primeira vez seu projeto de uma organização mundial, ele estava, sem dúvida, convencido de que a ideia era sua. E, de certa forma, era, pois Grey a levantara bem ciente das convicções de Wilson." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva,2013, p. 198).

norte-americana a unidade nacional assentada sob a autonomia dos Estados Federados.

A relação entre os Estados tem sido o foco maior da diplomacia internacional desde o Congresso de Viena de 1815. A *raison d`Etat* do EUA não deve abrir mão da necessidade de uma paz internacional fundamentada na própria soberania estatal, dos componentes da sociedade internacional. Entre nações existem interesses, não amizade.

O Estados Unidos da América do Norte sempre soube gerenciar os períodos de transição. Segundo o pensamento de Henry Kissinger, paz, estabilidade, progresso e liberdade são objetivos finais da sociedade internacional e também da diplomacia mundial. A História Universal é racional e direcionada para a paz de um mundo no qual impere a paz perpétua, no dizer kantiano.

A Revolução Francesa[58], que segundo o pensamento de Kissinger, após ser sucedia por Napoleão Bonaparte, concretização viva dos ideais iluministas, e por isso burgueses, trouxe para a Europa e para os povos desta parte do mundo, o conceito nacionalidade.

Napoleão III tentou usar a nacionalidade como instrumento para fortalecer as nações europeias contra os povos germânicos. Mas acabou gerando o efeito inverso, pois inspirou as nações germânicas à unidade, surgindo daí a Alemanha unificada em 1871. Esta nação, sob o comado de Bismarck, acabou derrotando a França. Mas os pilares do Congresso de Viena de

[58] "Depois dessas determinações principais, devemos observar o curso da *Revolução Francesa* e a transformação do estado a partir do conceito do direito. Inicialmente, foram apresentados apenas os fundamentos filosóficos abstratos, não incluindo a vontade interna ou a religião. A primeira constituição na França foi a constituição da *realeza:* na liderança do Estado deveria estar o monarca, a quem competiria, junto com os seus ministros, o exercício do poder executivo. O legislativo, por sua vez, deveria fazer as leis. Mas essa constituição era, ao mesmo tempo, uma contradição interna, pois todo o poder da administração estava nas mãos do poder legislativo: o orçamento, a guerra, a paz e a suspensão do poder armado competiam à câmara legislativa. Tudo era abrangido pela lei. No entanto, por definição, o orçamento não é uma lei, já que ele deve ser refeito a cada ano, e o poder ao qual ele está propriamente ligado é o executivo. Com isso se relaciona, por exemplo, a nomeação indireta dos ministros e dos funcionários. Dessa forma, o governo foi transferido para as câmaras, assim como, na Inglaterra, para o Parlamento. Além disso, essa constituição estava repleta de desconfiança absoluta, a dinastia era suspeita, por ter perdido o poder que tinha, e os sacerdotes recusavam-se ao juramento. Assim, governo e constituição não podiam existir e foram destruídos. Entretanto, sempre existiu um governo. Por isso a questão é: para onde foi? Segundo a teoria, ele foi para o povo, mais concretamente para a Convenção Nacional, e para as suas comissões. Reinam agora os princípios abstratos da *liberdade* e – como ele reside na vontade subjetiva – os princípios da virtude. A virtude tem então de governar, diante dos muitos que – por causa da perversidade ou de antigos interesses (ou ainda pelo excesso de liberdade e paixões) - lhe são infiéis. A virtude é aqui um simples princípio que só se diferencia aqueles que estão contidos na vontade interna e os que não estão. A vontade interna, porém, só pode ser reconhecida e julgada por si mesma. Com isso reina a *suspeita.* A virtude, no entanto, logo que se torna suspeita, é julgada. A suspeita recebeu um terrível impulso e levou ao cadafalso os monarcas cuja vontade subjetiva era exatamente a consciência da religião católica. O princípio da virtude foi colocado por Robespierre como o mais sublime, e pode-se dizer que para esse homem a virtude foi algo de muito sério. Agora, reinavam a *virtude* e o *terror*, pois a virtude subjetiva que governa a partir da fé acarreta a mais terrível tirania. Ela exerce o seu poder sem formas judiciais, e a sua punição é igualmente simples – a morte. Essa tirania fatalmente sucumbiu, pois todas as inclinações, todos os interesses e a própria racionalidade eram contrários a essa terrível e consistente liberdade, que se manifestava fanaticamente em sua concentração... (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição, Brasília: UNB, 1995, p. 368-369).

1815 continuaram em pé até 1914.

Alemanha e Estados Unidos da América do Norte são as duas grandes potências do mundo no início do século XX. A partir de 1901, com o fim da Era Vitoriana, a Inglaterra não mais acompanhava o ritmo da Grande Nação do Oeste, o Estados Unidos, e tinha um rival à altura em solo europeu, qual seja, a Alemanha unificada.

E o Estados Unidos da América do Norte, nação edificada sobre o conceito de liberdade e a democracia, estava destinado a ser a maior potência do século XX.

Segundo o pensamento de Henry Kissinger, o pragmatismo dos *founding fathers* e a dinâmica dos acontecimentos acabaram por propiciar aos Estados Unidos a oportunidade de incorporarem, em um documento normativo, as propostas iluministas que avivavam entre os países ocidentais, principalmente no Atlântico Norte. Os ventos da História direcionaram os Estados Unidos da América a adotarem uma constituição baseada no axioma da liberdade e em seguida a difundir institutos que viriam a ser fonte de inspiração para outros países. Exemplos são o Presidencialismo, a Tripartição de Poderes, a forma Federal de Estado, o Legislativo Bicameral Federativo, entre outros.

A Constituição no Estados Unidos da América do Norte, é a garantia da igualdade e liberdade dos cidadãos, que se produz por meio do controle de constitucionalidade das normas. Uma vez que a Lei Maior é a mentora da liberdade, as demais leis devem segui-la, sempre respeitando a dignidade da pessoa humana.

Segundo o pensamento de Henry Kissinger, o Estados Unidos da América do Norte[59] possui uma responsabilidade que ultrapassa os limites territoriais da nação. Ser exportador da paz global tem o objetivo de manter a ordem interna nos outros países, em que pese os mesmos serem soberanos. É uma postura ética, em nível estatal.

---

[59] "A recusa americana em ater-se à história e a insistência na possibilidade perpétua de renovação conferem grande dignidade, beleza mesmo, ao modo de vida americano. O temor nacional, de que os obcecados com história fazem profecias que se autorrealizam, é de grande sabedoria popular. Contudo, do ditado de Santayana, daqueles que ignoram a história estão condenados a repeti-la, podem se apresentar muitos mais exemplos.
Um país com a tradição idealista dos Estados Unidos não consegue basear sua política no equilíbrio de poder, como único critério de uma nova ordem mundial. Mas deve aprender que o equilíbrio é fundamental para a realização de suas metas históricas. E que essas elevadas metas não se alcançam com retórica e posturas. O sistema internacional vindouro é muito mais complexo que qualquer outro anteriormente encontrado pela diplomacia americana. A política externa vê-se na situação de ter de ser levada em meio a um sistema político que enfatiza o imediato e pouco se faz a longo prazo. Os líderes lidam com públicos que tendem a receber informações visuais. Tudo estimula a emoção e o espírito do momento, isso em uma época que exige o repensar das prioridades e uma análise das possibilidades." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 784).

Estado de Direito é o Estado Ético. A ética implica em conhecimento, desde os tempos de Sócrates. A educação e a cultura são os instrumentos para a disseminação do conhecimento.

Kissinger observou que a partir de 1815 a Europa tentou buscar um ajuste nas relações diplomáticas, utilizando-se do conhecido "equilíbrio europeu". É como se a História visse o fim dos conflitos e das guerras através de um "Concerto de Nações", que eticamente buscassem a paz sem abrir mão da soberania própria, vigiando uma às outras, evitando o surgimento de uma nação hegemônica a ameaçar todas as outras.

Se a moral das nações, tomada individualmente, puder ser equiparada à moral do homem, singularmente, se deduz que o ano de 1815 tenha sido, para a História Ocidental, o ano de remissão de todos os erros passados e o prenúncio de uma paz e estabilidade duradouras e quem sabe, irrevogáveis. Todavia, o século XX demonstrou o contrário. Na esteira do conceito de soberania, nem sempre é possível se esperar por atitude benévolas e concretas dos principais sujeitos do Direito Internacional (Estados), posto que em nível internacional a subordinação é afastada pela coordenação, legado maior da Paz de Vestfália de 1648.

O EUA brilha na História como a única nação que nasceu democrática e assim permanece até os dias de hoje, passados mais de duzentos e quarenta anos. Possui um atributo moral e ético (e o presidente Wilson sabia disso muito bem em 1918, quando chegou em Versalhes), que outorga a esta nação o direito não necessariamente de ser a "polícia do mundo" (apesar de que às vezes o precise ser), mas de exigir das outras nações, principalmente as ocidentais, de se ajustarem aos padrões humanitários e democráticos.

Kissinger deixa bastante claro que não se pode esperar que todas as nações do mundo sejam democráticas, face á diversidade cultural imperante na sociedade internacional. Democracia é um conceito ocidental.

O EUA[60], após o final da Guerra Civil de 1865, até o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, percebeu, pelo seu próprio caminhar, que a História Universal exigiria o seu comando para a estabilidade diplomática e política internacional. A tradição diplomática do equilíbrio

[60] "As peculiaridades que os Estados Unidos se atribuíram ao longo da história resultaram em duas posturas contraditórias da política externa. Primeira, a de que os Estados Unidos melhor atendem aos seus valores aperfeiçoando a democracia em casa e servindo, assim, de farol para o resto da humanidade; segunda, a de que os valores americanos impõem aos Estados Unidos a obrigação de promovê-los no mundo inteiro. Dividido entre a nostalgia de um passado limpo e o desejo de um futuro perfeito, o pensamento americano tem oscilado entre o isolacionismo e o engajamento, embora predomine, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a realidade da interdependência." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva,2013, p. 1).

europeu foi substituída pela tentativa de universalização dos princípios morais norte-americanos, entre eles a democracia.

No pensamento diplomático norte-americano, o "equilíbrio europeu" foi uma estratégia arriscada que com o lento passar dos anos veio a cortejar o desastre. A idéia de soberania é traduzida na possibilidade ampla do Estado agir conforme seu interesse, a todo e qualquer momento. A vigilância de uma potência por outra acaba levando ao esvaziamento do diálogo entre os referidos sujeitos do Direito Internacional. A armadilha foi montada e uma paz armada, mesmo que não intencionalmente, articulada. O resultado foi o atoleiro em que o mundo entrou entre os anos de 1914 a 1918. E não teve volta.

Dar à diplomacia um conceito negativo, qual seja, o de vigilância entre as potências, constantemente cerceando-as de crescerem e agirem, é colocar de cabeça para baixo o conceito de soberania, pois leva a uma relação de subordinação, o que não é aceito em momento algum pela ordem internacional.

Não é ético que os EUA negociem somente com nações que adotem o sistema democrático, mas é oportuna a observação de parâmetros mínimos ligados aos direitos humanos, que caracterizam o Estado Democrático de Direito Contempôraneo. É uma forma de universalização dos valores morais norte-americanos. Se democrática, uma nação será mais bem recepcionada pelo EUA, na mesa de negociações diplomáticas, se comparada com outra nação de política governamental autoritária.

A Era Contemporânea teve como raiz a Revolução Americana de 1776 e foi inaugurada com a Revolução francesa de 1789, que acabou exigindo a total constitucionalização do poder das monarquias européias e a conseqüente igualdade formal dos súditos, que se tornaram cidadãos.

A ética[61], ao longo da História, é profundamente conduzida pela evolução do conceito de liberdade, cuja tradução maior é a "Lei", assegurada pelo Estado, que no mundo contemporâneo é

[61] "O direito (a justiça) realiza para o romano o *maximum ético*, uma vez que a justiça e também o critério de atribuição do universal de bens. Como virtude ética, possibilita a passagem para a vida política, na forma efm que entendeu Aristóteles (sem o que não há sociedade, por isso nem o homem, nem as virtudes), e é princípio que garante a conservação da sociedade, na concepção de Cícero e de Ulpiano. Se entendermos as virtudes na esfera axiológica, como quer Hartmann, a justiça é, dentre a virtudes, o valor de cumeada, é *akrotés*, a ponta axiológica que ao mesmo tempo colhe, ordena e universaliza os valores como bens jurídicos, efetivando-se como máximo ético, vale dizer, o direito, é o mesmo ético no momento de efetivação do processo ético, portanto o *maximum* ético de uma cultura." (*A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximus Ético)*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 08).

conhecido como máximo ético, através do Direito, local único da liberdade, que exige reconhecimento estatal, apesar de seu nascedouro natural.

A História Ocidental, ao desaguar na Revolução Americana de 1776, dentro de uma concepção ética, exigiu legalmente a liberdade individual, para, a partir desta afirmativa, atender ao interesse nacional e ao próprio bem comum. Não seria uma liberdade para apenas reivindicar direitos, mas uma liberdade para o agir, em si e para si. É um total estado de responsabilidade, e por isso de maioridade.

O caminhar da História é evolutivo e os Estados Ocidentais devem acompanhar os progressos trazidos pelo contínuo aperfeiçoamento da condição humana, que deve tornar o indivíduo cada vez mais autônomo e livre, para inovar, criar e produzir, em nível político e econômico.

Somente um Estado Soberano tem condições de garantir a primazia da condição humana, posto que ele se encontra fundado em uma Constituição que tem por princípios basilares os direitos fundamentais da pessoa humana. Por isso o Estado Democrático de Direito tem como mola mestra a soberania, como maior atributo.

Segundo o pensamento de Kissinger, o momento histórico fundamental da busca da paz perpétua foi o Congresso de Viena de 1815, que levou em conta a soberania dos Estados e estabeleceu o equilíbrio europeu. Foi a primeira vez na História em que se pensou em um sistema que envolvesse uma governança internacional, a despeito da soberania dos países, que nunca foi, no Continente Europeu, discutida, do ponto de vista político e diplomático.

Para ver afastado o uso da força na Europa, os arquitetos do Congresso de Viena estabeleceram valores morais, através do equilíbrio europeu, para garantirem a ordem e a segurança no Velho Mundo. Um conceito de justiça igualitário necessariamente teve de ser criado na Europa. Todos os países deste lugar do mundo deveriam comungar os mesmos princípios que regeriam a ordem internacional.

Pela primeira vez na História[62] se constatou a necessidade de uma estabilidade

[62] "Paradoxalmente, essa ordem internacional, mais explicitamente criada em nome do equilíbrio, do poder que qualquer ou anterior ou desde então, apoiava-se no mínimo de poder. Esse interessante estado de coisas ocorreu em parte porque o equilíbrio foi tão bem preparado que só poderia rompê-lo com grande esforço, muito difícil de empreender. Mas a razão mais importante foi que os países continentais estavam unidos por valores comuns. Não houve apenas um equilíbrio físico, mas também moral. O poder e a justiça em harmonia substancial. O equilíbrio de poder reduz as oportunidades de uso da força; um senso de justiça comum reduz o desejo de usar a força. A ordem internacional que não se considere justa será, mais cedo ou mais tarde, desafiada. Mas a maneira como um povo percebe a justiça de uma ordem mundial específica vem de suas instituições internas e opiniões sobre questões táticas

institucional interna para fazer valer a paz em nível internacional. Convulsões internas, desequilíbrios institucionais, lutas constantes pelo poder, somente redundariam no uso da força e no desprestígio do império da lei.

Mas a História possui as astúcias da Razão. Mesmo em um sistema no qual se buscava evitar o surgimento de uma potência dominadora, no continente europeu, por existir a Razão de Estado, entendido como o conceito do interesse nacional, posto que os Estados são soberanos, havia uma ponta de saída para a hegemonia de alguma nação. Na segunda metade do século XIX, foi a Alemanha, em que pese o imperialismo inglês dominante.

A unificação da Alemanha[63] representou um momento de reconhecimento da identidade européia, o que foi a resultante da absorção de todos os momentos históricos do Ocidente, principalmente a partir da Roma Imperial.

A Alemanha é o mais forte Estado europeu. Sempre teve características voltadas para a centralização política e o expansionismo territorial. Foi uma província que tardiamente entrou no Império Romano, como fruto do esforço do Imperador Marco Aurélio em incorporar os povos germânicos ao Império do Oeste. Isso se deu por volta dos anos 180 D.C.

O período da história alemã que foi marcado pelo nazismo (1933-1945), foi apenas uma mancha na história desta nação. A Alemanha foi a pátria da Reforma Protestante de Lutero, do pensamento filosófico conhecido como Idealismo Alemão, do século XIX, destacando-se Kant e Hegel e da própria dramaturgia de Goethe, da música de Beethoven, Wagner e Strauss. É a pátria dos grandes cientistas, como Von Braun (1912-1977), que levou o homem à lua, com o projeto Apolo.

---

de políticas externas. Por isso, a compatibilidade entre as diversas instituições domésticas, é um reforço para a paz. Irônico como possa parecer, Metternich predisse Wilson em que um conceito comum de justiça era uma exigência para a ordem internacional, embora sua ideia de justiça fosse o oposto do que Wilson buscou impor no século XX". (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 62).

[63] "A unificação da Alemanha em 1871 provocou uma mudança estrutural.
(...)
Mas o equilíbrio não era o que motivara as mudanças do século XIX na Europa. Nacionalismo sim. A Unificação da Alemanha refletia as aspirações de um século. Também levou com o tempo a uma atmosfera de crise. A ascensão da Alemanha enfraqueceu a elasticidade do processo diplomático, e isso aumentou a ameaça ao sistema... Onde a diplomacia previamente européia conquistara uma certa flexibilidade mediante os alinhamentos fluídos de uma multiplicidade de Estados, a unificação da Alemanha reduziu as possíveis combinações e levou a criação de um Estado mais forte que cada um dos seus vizinhos sozinho. Eis por que o primeiro- ministro Inglês Benjamim Disraeli chamou a unificação da Alemanha de um evento ainda mais significativo que a Revolução Francesa." [63] (KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 495).

A Alemanha é o país mais forte da Europa[64], sem esquecer do papel preponderante da Inglaterra, apesar de sua geografia insular, em relação ao referido continente. A idéia de uma "grande Europa", do atlântico aos Urais, sempre necessitou da atuação alemã em nível econômico e político.

O legado romano, após 476 D.C, foi manifestado pelos povos germânicos, no Direito e na Filosofia. A Alemanha tornou-se um Estado Nacional apenas no final do século XIX, tal qual ocorreu com a Itália. Fora dividida durante toda a Idade Moderna pelas potências européias, principalmente a França, que desde Richelieu, nunca deixou que os povos germânicos se unificassem. Isso resultou na própria fragmentação política e territorial de toda a Europa, que mesmo depois da Idade Média, assistiu à constante flutuação de fronteiras, o que redundava em guerras, entre as potências do Velho Continente. Napoleão Bonaparte foi uma exigência histórica para a unidade europeia.

1.1.5 - O Espírito Universal

Napoleão Bonaparte idealizou uma Europa na qual todos os resquícios do feudalismo tivessem sido colocados nas estantes do edifício do museu da História. Os privilégios de classe figurariam apenas como momentos outrora essenciais para o cavalgar do Espírito da Liberdade. A burguesia industrial, com representação política plena, deveria ditar os rumos da Europa. A Revolução Industrial deveria ser a realidade de todo o continente do Velho Mundo, e não apenas da sua parte insular, a Inglaterra.

A Europa, no século XIX, era o modelo político, econômico e cultural, porque a maior parte do mundo, naquela época, vivia, ainda, sob o sistema colonial. Liberdade plena apenas existia no continente europeu. A tão sonhada unidade continental deveria se dar na Europa, representante do Império Romano. Napoleão compreendeu que os privilégios de sangue e classe não poderiam continuar ditando os rumos da vida européia.

---

[64] "A Europa do atlântico aos Urais é uma entidade histórica, unida pela herança comum da renascença e do iluminismo, dos grandes ensinamentos históricos e sociais dos séculos 19 e 20. Esses são poderosos imas que ajudarão os políticos em sua procura dos meios para se alcançar o entendimento e compreensão mútuos ao nível de relações interestado.
A busca de uma política de paz e boa vizinhança é inerente à herança cultural europeia. De modo geral, a Europa, analisada sobre o novo e mais salutar ponto de vista, oferece mais solo fértil do que qualquer outra região para o contato dos dois sistemas sociais." (Gorbachev, Mikail. *Perestroika*. São Paulo: Best Seller, 1988, p. 232/233).

A Europa[65], através do movimento dialético da História, sempre tendeu à unidade.

O centro da História Mundial no século XVIII era eminentemente europeu, mas foi se transferindo gradualmente para o Norte do Novo Mundo, sem, contudo, deixar de ser europeu.

A noção de soberania européia foi culturalmente transferida, como patrimônio, para as nações do Novo Mundo, especialmente os Estados Unidos da América do Norte.

Após a Guerra Civil Americana, o espírito de liderança toma conta da "Grande Nação do Oeste". No final do século XIX, os EUA consumiam mais energia e aço que toda a Europa. Estavam destinados a ser o grande catalisador da ordem mundial no século XX e também no século XXI.

A "Ordem Mundial" que é uma palavra em constante transformação, não poderia relegar o papel dos Estados Unidos da América do Norte, principalmente após 1945. As relações diplomáticas, principalmente no Ocidente, deveriam seguir o padrão norte-americano.

O sentido da união do Continente Europeu ultrapassa os setores ligados à economia e à política. É um verdadeiro estado de espírito, que requer a unidade para realizar o seu papel histórico, que é a tradução cultural da liberdade de todos, em si e para si. O Espírito universal, que saindo da Europa, chegou ao Novo Mundo, especialmente no EUA, não pode abrir mão da segurança legal e do reconhecimento da liberdade de todos. Se todos são iguais (Lei), devem todos ser livres (Cultura). É uma luta histórica que vem caminhando desde a Antiguidade Oriental, passando pela Grécia Clássica, aportando na Revolução Francesa de 1789 e prevalecendo até os dias atuais.

Liberdade e Justiça são conceitos universais.

A União Europeia pretende realizar amplamente esses conceitos universais, primeiro pelos seus cidadãos, uma vez que os Estados integrantes do bloco permanecem soberanos, e depois para os estrangeiros, pelo próprio legado de liberdade para toda a civilização ocidental. Todos são herdeiros de Roma, mas devem caminhar para além dos romanos.

---

[65] "*A Europa é nosso lar comum.*
Essa metáfora veio à minha idéia numa de minhas discussões. Apesar de aparentemente tê-la emitido de passagem, há muito procurava uma frase como essa. Ela não surgiu subitamente, mas depois de muito pensar e, principalmente, depois de reuniões com muitos líderes europeus. Tendo-me condicionado para o novo panorama político, eu não podia mais aceitar o tradicional mapa político da Europa, com suas muitas cores, quase uma colcha de retalhos. O continente já teve mais do que merece de lágrimas e guerras. Chega. Examinado essa tarefa sofredora e pensando nas raízes da civilização européia, múltiplas, mas essencialmente comuns, senti com mais força e artificialidade e temporalidade do confronto bloco com bloco e a natureza arcaica da Cortina de ferro. Talvez tenha sido por isso que me veio a idéia de um lar europeu comum para todos nós e, no momento certo, essa expressão como que saltou da minha boca." (GORBACHEV, Mikail. *Perestroika*. São Paulo: Best Seller, 1988, p. 229).

O mundo contemporâneo, pós globalização, é uma interligação de setores que derrubam as antigas fronteiras, ideológicas, políticas e econômicas. O perigo de uma guerra nuclear iminente é afastado, isto pelo alinhamento das nações que trocaram, após o final da Guerra Fria, a logística militar pela logística concorrencial, em que pese atualmente o perigo nuclear insano da Coréia do Norte. É necessária uma vantagem estratégica em uma escalada nuclear.

A globalização trouxe a livre circulação de bens, pessoas, capitais e, principalmente, da informação.

O destino político do mundo[66] no século XXI deve estar atrelado ao benefício da condição humana. Somente existe liberdade individual se todos forem livres, o que caracteriza o verdadeiro Estado Democrático de Direito, sob o olhar hegeliano.

A finalidade da História é movida pelo constante desejo de reconhecimento, que encontra na felicidade de todos, tal qual era na Grécia Antiga, o elemento delineador dessa constante busca. A História tem um fim positivo; é esse o grande desafio político-filosófico a ser enfrentado, uma vez que o Estado de Direito é o máximo ético, no qual os direitos fundamentais são declarados e reconhecidos nas ordens jurídicas contemporâneas.

É importante fazer uma correspondência entre a "Razão de Estado" e "Nação Hegemônica", desde Richelieu (século XVII), até o período atual (pós Segunda Guerra-Mundial). Enfatiza-se o pensamento de Henry Kissinger, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América do Norte, de 1968 a 1976, e consultor da Casa Branca desde 1954, inclusive nos dias atuais, como o herdeiro maior dessa tradição, em nível de História Ocidental.

Kissinger, ao longo de sua carreira diplomática, nunca negou a existência, no mundo contemporâneo, e na política internacional, de um dualismo entre o moralismo wilsoniano e o pragmatismo realista, ao qual ele se identifica, na condução dos assuntos externos, principalmente quando foi quando foi conselheiro de segurança nacional do presidente Nixon e depois Secretário de Estado de Nixon e de Gerald Ford.

Após o Congresso de Viena de 1815, Momento Histórico Fundamental para Kissinger,

---

[66] "Queremos que a liberdade reine com supremacia em todos os recantos do mundo no século XXI. Desejamos que se desenvolva livremente uma competição práticas entre os diferentes sistemas sociais, a fim de encorajar uma cooperação mutuamente vantajosa em vez de confrontação e corrida armamentista. Queremos que os povos de todos os países gozem de prosperidade, bem estar e felicidade. O caminho para isso se encontra no avanço para o mundo não- nuclear e não- violento. Já iniciamos essa caminhada e apelamos para que os outros países e nações sigam nosso exemplo".[66] (GORBACHEV, Mikail. *Perestroika*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987, p. 299).

ficou evidenciado que a paz deveria se tornar um imperativo da sociedade ocidental, em sua versão européia. Neste ponto, a "Razão de Estado" tem importância fundamental, no que diz respeito ao interesse nacional. A crítica ao equilíbrio europeu, todavia, toma contornos, em razão de termos Estados Soberanos que não podem abrir mão de suas prerrogativas. A unificação da Alemanha por Bismarck comprova a primazia do interesse nacional (Razão de Estado) sobre os arranjos internacionais.

Parecia, pelos idos de 1815, que a História Mundial havia encontrado o seu fim, e o mundo viveria a tão sonhada "paz perpétua". Todavia, o interesse nacional, em muitos casos, exige um operar singular do Estado, que acaba o tornando hegemônico em relação a outras nações que ainda não encontraram a sua "Razão de Estado", e por isso não se tornam hegemônicas, nem por isso lutam.

O Estado que se pretenda potência internacional precisa ver sua política ser conduzida pelo interesse nacional, com alicerce na Lei, de forma imediata, com normas positivas, e remotamente pelas normas naturais e costumeiras. Impérios são feitos, ao longo da História Mundial, através de atitudes visíveis e concretas, que não ficam adiando decisões.

A liderança, para ser ética, precisa agir sempre com racionalidade e medir a consequência de seus atos, em longo prazo. O líder consciente de seus atos se torna potencialmente um forte candidato a estadista, desde que busque influenciar a História Universal positivamente.

A racionalidade sempre esteve presente em toda a História[67] Ocidental, e dela faz parte, posto que apenas no último dia, sob o olhar hegeliano, é que se poderá olhar a História e compreendê-la perfeitamente. Cabe ao estadista agir racionalmente e por isso ser ético, sendo

---

[67] "Parece-nos que a pergunta posta anteriormente – "Qual é esse sujeito em que o espírito substancial se refletiu?" – só comporta uma resposta possível: tal sujeito é a humanidade considerada em sua história, pois somente esta história é que decide acerca da verdade de uma ação emanando de um Si individual. Hegel, porém, não pronuncia essa palavra; limita-se a elaborar uma dialética do Si ativo, em que o Singular e o Universal se opõem sob uma forma muito mais concreta do que na visão moral de Kant. O Singular é o homem de ação cujo ato é sempre finito, a consciência ativa que, em conseguinte, não pode deixar de se de descobrir a sim mesma, em sua visão particular tomada como absoluta, o próprio mal. O Universal é a consciência judicante que se opõe à consciência ativa e não percebe seus próprios limites, os que residem no fato de não agir e de somente julgar. *Consciência judicante* e *consciência pecadora* são das figuras da consciência de si que, como as do *Senhor* e do *escravo*, da *consciência nobre* e da *consciência baixa*, trocam seus papéis respectivos. Nesta dialética, porém, o espírito, nele mesmo, reconcilia o mal e torna-se *espírito absoluto*. A dialética cristã da remissão dos pecados é a representação simbólica de uma filosofia trágica da história, na qual a finitude do espírito ativo é sempre convertida no movimento ascendente do espírito, em que o passado espera seu *sentido* do futuro. Nessa superação, nesta *Aufhebung*, o espírito capta-se a si mesmo como absoluto, não na consciência do pecado, mas na consciência do perdão dos pecados." (HYPPOLITE, Jean. Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. São Paulo: Discurso Editorial, p. 523).

aprovado pela História.

Acompanhar o caminhar do Espírito Universal, que se solidifica na evolução do conceito de liberdade, terá, no contar dos dias da História, a aprovação ética de ser o grande líder e estadista. Ressaltam-se as figuras de Alexandre o Grande, Júlio César, Carlos Magno e Napoleão Bonaparte. O Espírito Universal sempre cavalga no consciente das verdadeiras lideranças.

O Estado somente será hegemônico quando previamente tiver bem definida a sua Razão de Estado, o que se dá através do agir teórico e prático de grandes estadistas. Não existe Estado Hegemônico ser for desconhecida a Razão de Estado.

Através da reflexão filosófica-diplomática é possível aprofundar o conhecimento do conceito de "Razão de Estado", para determinar o papel da hegemonia de uma nação na Ordem Internacional dentro da História Universal[68].

---

[68] "Poder de Estado e riqueza são, portanto, essências objetivas desse mundo, em face das quais se atém a consciência de si, que, como pura consciência, encera em si a essência como essência, sob a forma ideal da oposição entre o Bem e o Mal. O poder do Estado é o universal dos indivíduos: é a lei estável que contrasta com a instabilidade do ser singular; por outro lado, é o governo e o mandamento que coordenam os movimentos singulares da operação universal. Nesse poder do Estado exprime-se a fonte comum das vontades individuais ao mesmo tempo que da sua obra comum. Mas, por outro lado, a riqueza – a vida econômica de todo o povo - é também uma essência universal; não o é diretamente, como o poder do Estado, mas indiretamente, em proveito de um jogo de mediações. Se se considera o conjunto da vida econômica de um povo, descobre-se uma harmonia oculta que resulta da interação entre o trabalho e o gozo individual de todos os membros do povo. Hegel insistira particularmente nessa dialética da riqueza nas *Filosofia do espírito de Iena.* Acabara de ler a tradução alemão do livro de Adam Smith sobre a *Riqueza das nações,* e vira nele uma ilustração de sua própria dialética. Do ponto de vista do ser – para – si, a riqueza corresponde a seu vir – a - ser para si. Cada um trabalha para si mesmo, goza para si mesmo. Trata-se do momento da multiplicidade na unidade da substância, porém, graças á divisão do trabalho, seu trabalho serve á coletividade, não é senão um fragmento do trabalho total. O indivíduo imagina garantir sua própria vida singular, sua intenção consciente não atinge a "Coisa mesma". No entanto, seu gozo é o que condiciona o trabalho dos outros e garante a esse trabalho um escoamento possível. Como produtor ou consumidor, o indivíduo é, portanto, presa de uma ilusão quando erige, em meta universal, o que não é senão sua própria meta: sem o saber, realiza a vida do todo, entendida como vida que se diversifica na multiplicidade das vidas individuais. Por possuir esse momento da mediação na substância. essa absoluta dissolução da essência é, por seu turno, permanente. Poder do estado e riqueza correspondem ao que, em sua última *Filosofia do direito,* Hegel denominará o *Estado* e a *Sociedade civil* (ou burguesa: *die burgerliche Gesellschaft).* No mundo antigo, comunidade e família se correspondiam como dois reflexos da mesma substância; a oposição moderna é antes aquela entre o Estado, como vontade geral em que o indivíduo é diretamente universal, e a sociedade burguesa, em que o indivíduo é diretamente não realiza o universal senão indiretamente. A importância da sociedade burguesa, do mundo econômico – que, por assim dizer, substituiu a natureza e da qual o indivíduo agora depende como de uma outra riqueza, - foi apercebida por Hegel nos anos de Iena." (HYPPOLITE, Jean. Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, p. 419-420).

1.2 - O CAMINHAR DO ESPÍRITO DA LIBERDADE E A RAZÃO DE ESTADO

Ao longo de toda a História Universal o homem luta para ser livre.

A escravidão foi o modo de produção de praticamente 5000 anos de História, conforme o calendário cristão. Apenas a partir do início do século XX, é que se pode falar que todos são "livres" na acepção ocidental deste conceito. É uma relação de reconhecimento, que demorou milênios para se efetivar. Isso ocorreu com o "Império da Lei", qual seja, aquele dirigido pela Razão[69].

O Ocidente, desde seu nascedouro nas margens do Egeu, na antiga Grécia, é a civilização da Razão, que busca a Verdade através da constante busca do agir "Justo", em si e para si. Sou livre porque o outro é livre, e o outro é livre porque eu sou livre. Somente a Lei garante essa referida relação de reconhecimento, dentro de um Estado de Direito, morada da racionalidade.

A liberdade existe apenas no Estado[70], uma vez que apenas ele abriga o Direito, "máximo

---

[69] "Ao tratar Hegel da consciência, da consciência de si e da razão, em momentos diversos e sucessivos na *Fenomenologia*, não está descrevendo a história evolução do homem. Trata-se de uma fenomenologia em que o pensar aparece nos seus diversos graus de relação com o objeto, do mais pobre ao mais rico e complexo, considerando-se sempre que, em todos esses momentos e nas diversas figuras em que o Espírito se manifesta na história, se manifesta na sua totalidade. O espírito é considerado nos seus diversos aspectos num processo global que vai da consciência ao saber absoluto. Na verdade, é o próprio espírito que faz a experiência de si como consciência, consciência de si e razão.
Ao chegar a consciência de si à razão, abandona o seu caráter particular e isolado para entrar no plano da universalidade. Nesse plano, ela sabe ser toda a realidade, na medida em que é identidade de si com a realidade por ela objetivada, de tal modo que o conhecer de si mesma é o conhecimento da realidade, não mais uma realidade a ela estranha, mas um mundo que é a obra sua e, sendo obra sua, é também obra de toda consciência – de -si, não isoladamente, mas numa comunidade.
Pelo trabalho, o mundo natural foi negado na sua imediatidade e passou a ser mundo humano, obra do homem tomado como ser social, coletivo. Eis por que a razão é, a um só tempo, pensar o mundo e o seu próprio mundo, incorporado ao processo de humanização pelo trabalho que o escravo desenvolve sobre a natureza, conhecendo-a e conhecendo a si mesmo, embora como consciência infeliz que se esvaziou da essência.
O objeto da consciência é, no nível da razão, a obra humana que, como obra de todos, é mediação na unidade das consciências de si. Nesse ponto da dialética, a consciência não é mais isolada, remetendo-se para obra humana comum, remete-se para outra consciência. Hegel designa de "coisa mesma" essa obra humana, diversa da coisa natural, principalmente nessa função de mediação, superior à natureza; é obra humana impregnada de razão e cultura. Isso ocorre porque a obra realizada por um indivíduo é, na verdade, obra de todos os outros, para todos os outros e vice-versa." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia da Justiça em Hegel, Belo Horizonte: Ed. Loyola, Faculdade de Direito da UFMG, 1991, p. 272-273).

[70] Ora do Estado o homem estará fora da sua essência. Nele é possível, e só nele, que a razão se realize na forma da vontade. O Estado é o revelar-se do espírito como resultado de um processo histórico *(Gang)* pelo qual o Espírito se mostra como absoluto, como razão ou liberdade que a representação religiosa denomina Deus *(Gott)* e que encontra o seu momento de pelna realização na sociedade humana ou no seu mundo *(Welt)*. O Estado realiza assim o absoluto, o Espírito na sua totalidade como instituição necessária e não como criação da vontade particular contingente. Como todo orgânico é resultado de formação, interno a ele mesmo, cujos indivíduos não são partes anexas uma às outras ou justapostas por vínculo externo, mas momentos do todo, de modo que "cada parte é o todo e o todo cada parte..."

ético". O Direito é a principal Ideia[71] de Justiça, ancorado nos conceitos de Igualdade e Liberdade.

A Igualdade nasceu primeiro entre "alguns" na Antiga Grécia e em Roma. A aristocracia e os patrícios não eram escravos, pois viviam sob o manto da proteção legal. A Lei dava a eles a igualdade e a liberdade (em que pese no período do império romano existir a figura do Imperador).

O Espírito da Liberdade caminha ao longo da História, para fazer que todos sejam abrangidos, no Ocidente, pelos conceitos de igualdade e liberdade. O senhor sempre teve a sua própria moral ao longo da História e o escravo tinha a moral de seu senhor. Mas não é pelo fato de não possuir a sua própria moral, que o escravo nunca quis tê-la. E chega um momento no qual todos passam a ter a sua própria moral, o seu próprio arbítrio. Esse momento fundamental da História é a Revolução Francesa de 1789, precedido pela Revolução Americana de 1776.

Na Antiguidade Oriental, no Egito, Mesopotâmia, Fenícia, Babilônia, ou seja, nas nações do Crescente Fértil, apenas um era livre, o governante de todos.

Em Israel, na Antiguidade, os "Dez Mandamentos" serviam tanto para os hebreus como para os estrangeiros. Um sentido de "igualdade" se encontra nesta nação, monoteísta, se comparado com as outras nações da época. O "bezerro de ouro" foi destruído nos pés do Monte Sinai.

A cultura Ocidental é judaica- grego- romano- germânico-europeia. É a demonstração do caminhar do Espírito da Liberdade ao longo da História.

Henry Kissinger é judeu, professa o judaísmo, e nasceu na Alemanha em 1923. É judeu,

---

(SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia da Justiça em Hegel, Belo Horizonte: Ed. Loyola, Faculdade de Direito da UFMG, 1991, p. 402).

[71] "A Ideia é a *"unidade absoluta"* do conceito puro e da sua "realidade, da subjetividade e da objetividade", ou forma da totalidade que assume em si mesma todos os momentos da "processualidade lógica, e dá a identidade jamais terminada da interioridade e da exterioridade".
O racional da Lógica e o efetivo da Filosofia Real são os aspectos que se transmudam no que Hegel denomina *Idéia*; a Idéia não é o simples conceito abstrato, mas o conceito na sua efetividade ou o processo histórico concreto da cultura. Por pode dizer que a Filosofia do Direito tem por objeto a idéia do direito, que não é um pensar abstrato, mas exatamente o conceito do direito na forma do pensar, na medida em que essa forma de pensar é a própria estrutura da realidade histórica desse fenômeno espiritual, desse modo de aparecer do espírito ou cultura, o direito.
O direito é a forma pela qual o Espírito se apresenta na história e a idéia do direito, esse conteúdo histórico no elemento do pensar. Ora, o pensar filosófico é a elevação do conteúdo cultural (ou a efetividade como processo real) ao plano do pensar na forma do conceito, isto é, na forma do infinito definido na linguagem filosófica de Hegel como a identidade dialética do particular e do universal." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia da Justiça em Hegel, Belo Horizonte: Ed. Loyola, Faculdade de Direito da UFMG, 1991, p. 221-222).

mas com fortes traços da cultura europeia, daí sua admiração pela História desta parte do mundo. Foi para os Estados Unidos em 1938, com sua família, por força das perseguições do nacional socialismo.

Na Antiga Grécia, a "Paideia", a educação do homem grego, transmitia a necessidade de aprimoramento para se viver com dignidade na *pólis*, que é a tradução do individual que somente é reconhecido dentro de um todo, ou seja, a coletividade da cidade. É um eu que é um nós e o nós que é um eu.

Platão[72], o maior filósofo da História Universal, juntamente com Hegel, enfatiza a importância da Educação para a formação dos governantes e dos membros da *pólis.* O melhor, ou seja, o filósofo, deve ser o governante de todos. As sombras, tradução da violência, devem ser afastadas pelas luzes da Razão.

Os ideais podem ser pacíficos, mas a História é violenta, cheia de montanhas, conforme o pensamento de Kissinger. A transformação, ao longo da História, se deu, na maioria dos casos, pela força. Guerras, revoluções, são constantes no caminhar histórico. A Razão vai buscando seus caminhos, por mais tortuosos que sejam. A História é feita de coragem e força.

A História não pode ser julgada, mas compreendida, através de um processo de suprassunção. Os momentos negativos devem ser suprassumidos, para posteriormente se positivarem em outro momento.

Em Roma[73] o Espírito Universal é expresso através do Direito. A Lei das Doze Tábuas, o

---

[72] "No "mito da Caverna" está a descrição do penoso processo de conhecimento, uma vez que a *A República* é um tratado filosófico e também da educação. O que Platão mostra com essa alegoria é o caminho que o filósofo percorre das noções imprecisas para as ideias reais do mundo inteligível, que estão por trás dos fenômenos da natureza do mundo sensível. Representa a imagem da coragem e da responsabilidade pedagógica do filósofo, o querer, o esforço ingente e a disciplina do discípulo.
O caminho do pensamento filosófico parte da imagem das coisas, perceptível pelos sentidos, que leva o pensador a uma verdade por hipóteses, a requerer a demonstração matemática, pois nessa esfera não é possível chegar à ideia sem demonstração. É só a partir daí, que pode ser considerada uma verdade por princípio, finalizando-se a dialética, que tem por fim a chegada à idéia pura. Ao dizer que Platão une Pamênides e Sócrates, é meramente lógico. Isto é, torna-o como ser segundo a identidade ontológica de Parmênides, pela qual ser é igual a pensar. Quer dizer também que Platão trata o ser de Parmênides num discurso logicamente rigoroso, segundo o modelo de Sócrates. A identidade, porém, não é entre ser e pensar, mas entre ser e conceito dos diversos entes. (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2018, p. 118).

[73] "Um grande passo para a concepção de justiça como critério formal de tratamento igual de todos, perante a lei, foi dado pelas novas condições de vida do Império Romano, cuja expressão filosófica mais própria apareceu no estoicismo.
Hegel descreve na *Fenomenologia do Espírito* a dissolução do "mundo ético" grego, que concentrava a essência em sua imediatidade e o aparecimento do "Estado de direito" romano. O Estado, após a destruição da *pólis*, não é mais a comunidade ética em que o indivíduo aparece integrado como cidadão. Os indivíduos aparecem isolados na vastidão

Direito Pretoriano e a Jurisprudência Romana testificam essa assertiva, primeiro de uma Ideia, que se torna posteriormente um Conceito, ou seja, a Ciência do Direito.

Na Grécia a Justiça era uma Virtude. Em Roma torna-se uma Ciência.

O grande legado de Roma para o Ocidente, além da figura do Senado e da formação dos Exércitos[74], foi o Direito, ou seja, o Império da Lei, dirigido pela Razão. Nem todos são mais escravos, como na Antiguidade, mas o caminhar do Espírito da Liberdade, na Antiguidade Clássica, faz com que alguns sejam livres.

Em Roma existia "consciência jurídica[75]." O cidadão romano tinha consciência de seus

---

do Império Romano. Como indivíduos que reivindicam a essência ética, são todos iguais, mas iguais perante a lei, sem qualquer vinculação orgânica. Trata-se de uma igualdade abstrata que resultará numa liberdade individual desordenada, pois que o concreto revela como livre a posse, cuja forma jurídica é a propriedade, em que o *eu* livre - tido como livre somente porque não está no outro – mas solipseista (porque reivindica toda a essência), passa a ser um *meu." (*SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia da Justiça em Kant. Seu fundamento na liberdade e igualdade, Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1983, p. 51-52).

[74] "...As forças armadas eram preparadas para abrir o mundo e levar a civilização e não simplesmente para a defesa de Roma..." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 160).

[75] "A experiência da consciência jurídica romana é o lugar do nascimento das categorias fundamentais do direito e da explicitação da justiça como ideia de direito. Não se quer com isso dizer que o romano as tenha formulado tal como as desenvolvemos, por exemplo, a bilateralidade em Del Vechio, mas que o direito romano construiu toda sua essência ética, de modo a tornar possível a sua explicitação terminológica na ciência do direito que se desenvolveu na modernidade. Não se tem aqui de encontrar a sua formulação acabada na jurídica romana, mas de captá-la na textura dialética da sua práxis jurídica e nas formulações teóricas resultantes dessa práxis. Trata-se de uma figura histórica da experiência da consciência jurídica ocidental suprassumida no modelo jurídico contemporâneo, que por isso não obedece à sucessividade temporal da consideração histórica, mas à movimentação ideal contida na substância ética desse momento de explicitação da ideia de justiça, por certo o mais esplendoroso. Desse modo, toda a racionalidade do direito, tal como compreendemos na contemporaneidade, está presente na consciência jurídica romana, de tal modo que a razão jurídica que se expressa na concepção do direito, a partir da Revolução Francesa e da formação da dogmática jurídica, é uma presentificação da consciência jurídica romana. Vale dizer, do ponto de vista ideal, a jurídica romana expressou o direito no seu conceito, embora no tempo seja anterior a outras formas de expressão do direito, menos desenvolvidas.

A racionalização do direito romano é uma de suas características e das suas mais importantes contribuições. Essa racionalização permite o desenvolvimento teórico, e vice-versa. Dá-se pela sistematização do direito material e pelo direito processual, em virtude principalmente das conexões lógicas exigidas na sucessão dos atos processuais e no fluxo da *actio*, em todo o seu percurso. Isso se deve fundamentalmente aos *ius honorar*arium, no que se refere ao direito processual e mais acentuadamente aos *responsa prudentium*, no que tange ao direito material.

Essa racionalização foi possível em virtude da necessidade da unidade das soluções jurídicas, dada a complexidade da sociedade e seus negócios. Isso porque era necessário um instrumento jurídico para as soluções de conflitos, ainda que não imediatamente para dar-lhes a mesma solução justa, mas para tornar possível ao pretor uma solução eficaz e tecnicamente mais fácil, pois dominando a técnica de solução de conflitos tornaria seu trabalho homogêneo, célere e eficaz, capaz de atender a variedade e quantidade de casos que se lhe ofereciam para solução. Daí então a estruturação do processo e o descobrimento dos conceitos jurídicos nesse plano mais abstrato, capazes de oferecer a compreensão de um número indeterminado de casos, ou seja, de conceitos universais, a par da *lex*, cuja universalidade já havia ganho foros desde a Lei das XII Tábuas.

Essa necessidade de elaboração de técnicas e métodos, instrumentais para a solução de qualquer conflito, exigia evidentemente que estivesse monopolizada pelo Estado a jurisdição, diante de uma sociedade complexa." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito

direitos e de sua liberdade, em si e para si. O Espírito Universal, através da evolução do Conceito de Liberdade, exigiu a instrumentalização de institutos jurídicos para o dirigir político do império romano. Igualdade e Liberdade passam a ser conceitos legais. O Ocidente é a Casa do Liberdade.

O primeiro "Estado", comandado racionalmente pela Lei, é o Estado Romano. Daí o surgimento do *jus civile* e do *jus gentium.* O primeiro para regular as relações entre os cidadãos de Roma, e o segundo para disciplinar as relações entre romanos e estrangeiros e entres estes também. O conceito de igualdade vai se estendendo por todo império romano.

O conceito de "pessoa" se expande com o cristianismo, que é universalizante.

A religião cristã[76] torna a igualdade um conceito que deve ser planetário. O Ocidente toma essa premissa como verdade absoluta. O que mais identifica o Ocidente é a religião cristã

O Cristianismo[77] torna-se a religião de Roma. A extensão oriental do império assume esta religião, com Capital em Constantinopla, até sua queda em 1453.

---

como *Maximum* Ético), Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006, p. 41-42).

[76] "Ao lado da religião universal, que se instala na unidade do Estado universal, essa representação universal na religião e a efetividade do universal no Estado surge uma outra dimensão do universal que os une, o saber universal, a filosofia, cujo tema ou objeto é o próprio universal. Com efeito, essa religião universal, o Cristianismo, é já, desde o início, a religião que procurar unir a representação do absoluto com o seu conceito dado na filosofia, ou seja, o Cristianismo recepciona a cultura grega no que ela tem de mais importante, o saber filosófico. E isso se dá com o conceito mais elevado da filosofia, o ser, o absolutamente universal. É que a tradução grega da Bíblia, na sua passagem mais significativa, a resposta de Javé a Moisés, "Eu sou o que sou", recebe no grego um significado filosófico, pelo qual um deus nominado pelos hebreus como seu deus, mas que, com Cristo se tornou Deus universal, de todos os povos, e conceituando como "aquele que é" ou "Sou o ser", tal como concebido por Parmênides, na simplicidade do universal, que se singulariza no seu Filho, cujo nome é Jesus. "O nome bíblico de Deus identifica-se, nessa tradução, com o conceito filosófico", como expõe um dos mais importantes teólogos da contemporaneidade, Ratzinger, ao comentar os artigos de fé do catolicismo, num texto que se tornou clássico na Teologia cristã, *Introdução ao Cristianismo.* Ele simplesmente é. Nesse é está o absoluto, universal, o ser parmenidiano. Não se situa no tempo ou no espaço. E sendo simplesmente o ser é também simplesmente o *logos*, o *Verbun* a que se refere São João. A tradução da Bíblia para o grego dá a verdade revelada a luminosidade das categorias epistêmicas, a filosofia. O absoluto, abstratamente interiorizado na fé, na forma de representação, é então levado ao saber de si, ainda também na forma abstrata, mas já no processo do conceito, cujo momento de chegada, depois da faina no tempo da história, será o Estado de Direito.
O absoluto como representação religiosa no Cristianismo, como realidade política na história e como saber de si na filosofia mostra-se em unidade como Espírito no Ocidente". (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 183-184).

[77] "No tempo de Augusto, como acima se mencionou, ocorre um acontecimento determinate da cultura ocidental, o evento Cristo.
O Cristianismo representa a presentificação do infinito e a despresentificação do finito; como essência, o infinito assume a existência movimento é a efetivação do absoluto cristão, garantida pela infraestrutura do Império e pela política de tolerância de Augusto. (Uma religião somente com Juliano foi posta, então como religião do Estado).
Não se trata aqui de fazer teologia; apenas tomar a representação simbólica da religião cristão e mostrar como esse absoluto entra no plano do Espírito objetivo ou do Estado." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 164)

A Idade Média (476 D.C a 1453 D.C), que vai da queda de Roma à Queda de Constantinopla, foi o período no qual o Espírito torna-se "estranho a si mesmo". Não é mais o Espírito imediato da Antiguidade. A autoridade papal centraliza a tomada de decisões e o poder político fica submetido ao poder espiritual.

Não existem mais legiões, como no período romano, mas cada senhor feudal tem seus próprios cavalheiros. Dentro da muralha existe proteção e trabalho, e o senhor feudal representa o único elo de ligação com a racionalidade, além da proteção.

A Europa encontra-se totalmente descentralizada. A religião domina tudo, inclusive a interpretação do Direito, que toma as características de um Direito Canônico.

Mas as luzes da Razão não deixam de brilhar, na escuridão dessa noite do entendimento. A História é uma roda que gira para frente e não existe "dono da História." Como assevera Kissinger, "todos são passageiros da História.".

A suprassunção, processo dialético fundamental, nada despreza, tudo soma e positiva no momento posterior

No início da Idade Média Santo Agostinho, bispo de hipona, depois de passar a primeira fase de sua vida em situações tidas como profanas, se converte ao cristianismo e escreve obras, como o Solilóquios e descreve a "Cidade de Deus e a Cidade dos Homens".

"A verdade é o que é", diz Santo Agostinho[78].

O homem está na Cidade de Deus, porque busca ser "justo", lembrando Aristóteles, ou vive na "Cidade dos Homens", na vida do pecado, o que no dizer platônico é o homem "injusto". Essa díade irá marcar todo o Período Medieval[79].

---

[78] "A maior figura da Patrística foi Santo Agostinho (354-/430). Pelo gênio multiforme e pela profunda vivência pessoal da condição humana, é um "contemporâneo de todos os homens, em todos os tempos". Gênio teológico, gênio filosófico- o batismo de Platão. Agostinho, platônico, e Santo Tomás de Aquino, aristotélico, são as duas grandes linhas do pensamento cristão até o presente.
(...)
Santo Agostinho, porém, tem outro trabalho: na busca de salvar tudo aquilo que foi construído pela cultura greco-romana, salvar também, dentro dela, uma das estruturas fundamentais, por ela construída e sedimentada, que é a estrutura do Estado. Quando ocorre a Queda do Império Romano, que, para ele, um romano de convicção inabalável, era eterno, e de repente os bárbaros, povos incivis, pré-letrados e inca parte física da cidade, Santo Agostinho é tomado de profunda decepção e verifica que todos mergulham numa insegurança total e que o Estado, a cidade dos homens, não pode mais garantir essa segurança, nem a felicidade do homem." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 223-225).

[79] "...A infraestrutura civilizacional, com milhares de quilômetros de estradas cobrindo todo o Império, vale dizer, o mundo de então, com facilidade de trânsito, de comunicação, de recepção das mais diferentes ideiais em razão do elevadíssimo nível da cultura de Roma aliada às concepções filosóficas universalistas do estoicismo formaram um

No final da Idade Média, Santo Tomás de Aquino[80] busca realizar a conciliação entre Fé e Razão. Sua obra "Summa Teológica" descreve a Teoria da Justiça, que influenciará as legislações e interpretações jurídicas do Ocidente.

A História caminha nos trilhos da Razão, pelas curvas e montanhas e não conhece planaltos nem planícies, conforme o pensamento de Kissinger. A História é feita de força e coragem.

O Espírito Universal continua caminhando ao longo da História, para que todos sejam iguais e livres. Esses Conceitos filosóficos devem tornar-se Ciência escrita, a ser difundida em todo o ordenamento jurídico Ocidental e seguido politicamente na tomada das decisões, inclusive exteriores, seja nas questões ligadas à Guerra, à Diplomacia, aos Costumes Internacionais e aos Tratados.

Com a intensificação das relações comerciais das cidades francesas com a Europa, racionalmente, necessário se fez a construção de um sistema jurídico internacional para regular as relações internacionais. Os homens começam, através da Razão, a tomarem consciência de sua liberdade. O poder religioso não pode ser mais um entrave para a construção dos projetos humanos.

---

campo fértil para a pregação da primeira religião que tinha declarada vocação universal, pois se destinava a toda a humanidade por serem todos iguais. A coincidência de ter o grande pregador do Cristianismo, São Paulo, nascido na mesma região do fenício, Zenão de Citium, marca uma outra coincidência, a da natureza das suas respectivas doutrinas: ambas não usavam a fria argumentação da *espisteme* grega, mas argumentação retórica, uma vez que partiam de princípios indemonstráveis, fundados não na razão pura e simplesmente, mas na fé. Evidentemente, o estoicismo já havia evoluído, de Crispo até a versão romana, mas essa coincidência de origem dos pregadores parece estar presente, como fundo, nas suas ideias.
Afinal Roma estabeleceu os fundamentos filosóficos do Cristianismo, unindo razão e fé com Santo Agostinho e preparou o espaço europeu para sua expansão, a ser cumprida com Clóvis e consolidada, definitivamente, por Carlos Magno." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 303-304).

[80] "Como se vê, na doutrina de Santo Tomás, a justiça é concebida como uma virtude, cujo objeto é o direito. O direito por sua vez é que define aquela virtude e lhe dá conteúdo. Esse direito mostra-se como o igual ou o adequando ao outro, numa tríplice relação em que esse igual se apresenta de modo diverso, segundo sejam os termos da relação os seguintes: o social diante do outro, como particular (justiça particular distributiva- S: P); o particular diante do outro como particular (justiça particular comutativa – P: P); o particular diante do social (justiça legal ou social- P; S).
O "Outro" define, pois, a igualdade na medida em que lhe é devido o que lhe é adequado. Mas o que lhe é adequado é determinado pela lei, que em última instância é a vontade ou razão de Deus.
Embora as coisas boas existam independentemente de serem preceituadas, a igualdade que constitui a ideia de justiça, que tem justificação transcendente, não se propõe realizar-se total e concretamente no mundo humano, em que a servidão é justificável, apesar de já superada de certa forma a posição aristotélica a respeito da escravidão, pelos romanos." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 241).

As Grandes Navegações impulsionaram o comércio na Europa e a descoberta da América encorajou os governantes europeus a buscarem riquezas do outro lado do mundo.

O Renascimento das artes é um retorno, no início da Idade Moderna (1453 -1789) à cultura grega, de valorização da beleza humana. Ressalta-se, no mundo helênico, o "belo".

A Razão vai caminhando, e os homens buscando o aprimoramento e segurança de sua liberdade. Somente um Estado forte e centralizado será capaz de garantir as mais diversificadas aspirações humanas.

A Ilustração[81] é o momento histórico no qual o indivíduo tenta se desgarrar de toda tutela religiosa, ou seja, do comando externo alheio, e passa a pensar e decidir por si mesmo.

Necessária se faz uma "Razão de Estado[82]", ou interesse nacional, como ponto

[81] "Desde o início da Era Moderna, no século XVI, expoentes da filosofia política têm debatido o tema da relação entre o ser humano e as circunstâncias nas quais ele se encontra. Hobbes, Locke e Rousseau se propuseram a traçar um retrato da consciência humana e a partir deste ponto de partida desenvolveram suas posições políticas. Os Pais Fundadores dos Estados Unidos, sobretudo Madison no artigo nº 10 de *O Federalista*, fizeram o mesmo. Rastreavam a evolução da sociedade por fatores que tinham sido "semeados na natureza humana": a capacidade de raciocinar de cada indivíduo, uma aptidão poderosa ainda que passível de erros, e seu inerente "amor-próprio", cuja interação "diferentes opiniões virão a ser formadas"; e a diversidade das capacidades humanas, da qual "resulta imediatamente a posse de diferentes graus e tipos de propriedade e com elas uma "divisão da sociedade em diferentes interesses e partidos". Ainda que esses pensadores divergissem em suas análises de fatores específicos e nas conclusões que delas extraíam, todos viam seus conceitos sob o prisma de uma humanidade cuja natureza e experiência de realidade eram imutáveis e eternas." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. *2015*, p. 349).

[82] "Sempre que existir uma potência que considere opressiva a ordem internacional ou a maneira como se legitimou, as relações entre ela e as demais potências serão revolucionárias. Em tais casos, o problema já não é a conciliação de divergências dentro de um dado sistema, mas sim o próprio sistema. Podem ocorrer contemporizações, mas serão concebidas na forma de manobras táticas de consolidação de posições para o *ajuste de contas* inevitável, ou de instrumentos para minar o moral do antagonista. Sem dúvida, a motivação da potência revolucionária pode ser defensiva, e sinceros seus protestos de que se julga ameaçada. Mas o traço distintivo de uma potência revolucionária não é sentir-se ameaçada – tal sensação é inerente à sua natureza de relações internacionais baseadas em estados soberanos - *e sim o fato de que nada mais pode restituir-lhe a confiança.* Somente a segurança absoluta – a neutralização do adversário – é considerada garantia suficiente, e assim o desejo de segurança absoluta por parte de uma potência significa insegurança absoluta para todas as demais.
A diplomacia, arte de conter o emprego da força, não pode operar em tal ambiente. Constitui um erro presumir-se que a diplomacia sempre consegue acomodar disputas internacionais quando existe "boa-fé" e "desejo de chegar a um acordo". Pois numa ordem internacional revolucionária, cada potência parece, a seu adversário, carecer exatamente dessas qualidades. Os diplomatas ainda podem reunir-se, mas já não conseguem persuadir, pois deixaram de falar a mesma língua. Na falta de um consenso sobre o que seja uma exigência razoável, as conferências diplomáticas ficam na repetição estéril de posições básicas e acusações de insinceridade, ou protestos contra "despropósitos" e "subversão". Transformam-se em encenações que visam a engajar num dos sistemas em oposição as forças ainda não comprometidas.
(...)
Mas é da essência de uma potência revolucionária possui a coragem de suas convicções, o desejo, na verdade a ânsia, de levar seus princípios às últimas consequências. Qualquer outra coisa que a potência revolucionária venha assim a conseguir tende a corroer, senão a própria legitimidade da ordem internacional, pelo menos o comedimento com que essa ordem funciona. A característica de uma ordem estável "é a espontaneidade; a essência de uma situação revolucionária é o seu constrangimento". Os princípios de obrigação, num período de legitimidade, são pressupostos com tanta naturalidade que quase não se mencionam, o que faz com que tais períodos pareçam à posteridade

indispensável e fundamental, a guiar as decisões políticas estatais, ressaltadas as exteriores. O emprego contínuo da força vai sendo substituído pelas práticas diplomáticas. O Estado vai se firmando, cada vez mais, como a morada definitiva da "igualdade e liberdade", na aspiração Ocidental política-diplomática-filosófica.

O Espírito Universal da Liberdade, em uma sociedade internacional movida pela Razão, encontra forte âncora normativa para sua manifestação através de todo ordenamento jurídico. A Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra marca o momento inicial de "constitucionalização do poder do poder do rei. A burguesia queria representação política no parlamento. As práticas absolutistas não mais atendiam aos interesses dos empreendedores que geravam riquezas na Europa.

Somado à capacidade de se lançar ao mar, a constitucionalização do poder real na Inglaterra colocou essa nação à frente de todo o mundo. Foi um exemplo que deu certo.

A 1º Revolução Industrial, no século XVII da Máquina a Vapor[83], foi inaugurada na Inglaterra. O mundo começa a ser transformado. Os homens precisam de mais liberdade.

A 2º Revolução Industrial, das Ferrovias, no século XVIII, teve como grande ator principalmente os Estados Unidos da América do Norte, que ocuparam a parte Oeste de seu território jogando "linhas férreas" ao longo do novo e vasto território. Cidades foram construídas ao longo de todas as ferrovias no EUA. Um país de homens livres e empreendedores surge no Novo Mundo. O Espírito Universal vai se deslocando do Velho Mundo para o Novo Mundo, também. Mas a Europa permanece como a Casa da Liberdade.

O Estados Unidos da América do Norte declara sua independência em 1.776, mesmo ano da publicação de Adam Smith de sua obra "A Causa da riqueza das Nações", momento

---

superficiais e farisaicos. Numa situação revolucionária, os princípios são tão fundamentais que constituem tema constante. A própria esterilidade desse afã em breve retira-lhes todo o significado, sendo muito comum verem-se os dois lados de uma controvérsia invocar sua versão particular da "verdadeira" natureza da legitimidade em termos idênticos. E estando os sistemas antagônicos, em situações revolucionárias, menos preocupados com o acerto de diferenças do que com a subversão das lealdades, a diplomacia cede lugar à guerra ou a uma corrida armamentista." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 2-3).

[83]"A primeira revolução industrial ocorreu aproximadamente entre 1760 e 1840. Provocada pela construção de ferrovias e pela invenção da máquina a vapor, ela deu início à produção mecânica. A segunda revolução industrial, iniciada no final do século XIX, entrou no século XX e, pelo advento da eletricidade e da linha de montagem, possibilitou a produção em massa. A terceira revolução industrial começou na década de 1960.Ela costuma ser chamada de revolução digital ou do computador, pois foi impulsionada pelo desenvolvimento dos semicondutores, da computação em *mainframe* (década de 1960), da computação pessoal (década de 1970 e 1980) e da internet (década de 1990)." (SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Editora Edipro. 2016, p.15-16).

fundamental do capitalismo.

A 3° Revolução Industrial, no século XIX, traz a Produção em Série e a Eletricidade. A produção aumenta enormemente, em relação às antigas corporações de ofício. Um mercado de consumo passa a ser exigido e a escravidão fica totalmente descontextualizada da nova realidade mundial.

A 3º Revolução Industrial levou os homens dos campos para as cidades, transformando camponeses em operários. Direitos Socias passam a serem exigidos. A sociedade torna-se urbana. O Direito Econômico é criado nesse contexto, conciliando interesses das empresas e demandas socias. O processo revolucionário contínuo deve ser combatido.

Se a Revolução Verde[84] (Agricultura) foi a primeira revolução humana, a Terceira Revolução Industrial é a principal. Mudou completamente a realidade mundial.

O Espírito Universal da Liberdade exige que todos sejam livres, sem exceção. A Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa[85] de 1789 atestam esse caminhar da liberdade, movida pela Razão.

Os direitos privados são codificados no século XIX. O Código Civil Francês (1804) e o Código Comercial Francês (1807) são a tradução clara de que o indivíduo não queria mais viver sob a autoridade ilimitada estatal. A burguesia industrial vai cada vez mais afirmando seu lugar na política, através da Leis. Todos devem ser livres.

---

[84] "A palavra "revolução" denota mudança abrupta e radical. Em nossa história, as revoluções em ocorrido quando novas tecnologias e novas formas de perceber o mundo desencadeiam uma alteração profunda nas estruturas sociais e nos sistemas econômicos. Já que a história é usada como referência, as alterações podem levar anos para se desdobrarem.
A primeira mudança profunda em nossa maneira de viver – a transição do forrageamento (a busca de alimentos) para a agricultura – ocorreu há cerca de 10.000 anos e foi possível graças à domesticação dos animais e ados seres humanos em benefício da produção, do transporte e da comunicação. Pouco a pouco, a produção de alimentos melhorou, estimulando o crescimento da população e possibilitando assentamentos humanos cada vez maiores. Isso acabou levando à urbanização e ao surgimento das cidades.
A revolução agrícola foi seguida por uma série de revoluções iniciadas na segunda metade do século XVIII. A marca dessas revoluções foi a transição da força muscular para a energia mecânica, a qual evouliu até a atual quarta revolução industrial, momento em que a produção humana é aumentada por meio da potência aprimorada da cognição." (SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Editora Edipro. 2016, p.15).

[85] "De qualquer modo, somente a Revolução tornou possível que o homem conduzisse a sua própria vida e fizesse livremente a sua história, organizando- racionalmente a vida por meio do direito racional, por Hegel considerado forma de realização de sua liberdade.
Na verdade, a partir da revolução Francesa, a liberdade numa sociedade política tem uma forma de organização que lhe é própria: a ordem jurídica constitucional, pela qual as leis organizam a liberdade do povo. Esse duplo sentido da liberdade, o direito sujeito (liberdade do sujeito) e a lei, é reconhecido por Hegel como conquista da revolução." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia da Justiça em Hegel, Belo Horizonte: Ed. Loyola, Faculdade de Direito da UFMG, 1991, p. 311).

O Espírito sabe de si mesmo. A liberdade torna-se um conceito de tal reconhecimento. A condição humana[86] transforma-se. O homem Ocidental é o ser livre, absolutamente. Todos são livres e iguais em si, no Estado de Direito[87], legal e por isso racional.

O século XIX foi marcado pelo Congresso de Viena de 1815, que, após o fim do império napoleônico, devolveu às "cabeças coroadas da Europa" os tronos anteriormente perdidos. A "legitimidade" torna-se o critério para a ocupação do poder.

O Congresso de Viena de 1815 resultou em "100 anos de paz", ou seja, até 1914 não houve nenhuma grande guerra dentro da Europa, a não ser a Guerra da Criméia de 1854.

Kissinger, em sua obra "Diplomacia", ressalta de forma pormenorizada o enorme papel do Congresso de Viena de 1815 para a diplomacia e a política internacional. Segundo este diplomata, o grande marco da diplomacia ocidental foi o referido Congresso, que retirou da política internacional a utilização da força, através das guerras, e conduziu aos diálogos entre os Chefes de Estado e seus plenipotenciários. Por isso que o século XIX é tido como um momento de grandes avanços na política internacional. Todos "devem" ser livres, e conhecedores da própria liberdade. Mais a ser livre, deve se conhecer a própria liberdade.

O indivíduo vive dentro do Estado. Não existe liberdade a não ser dentro do Estado, no qual se encontra o "máximo ético", o Direito. Se os Estados buscam um convívio harmonioso, até mesmo por causa de suas soberanias respectivas, o "ser" passa a ter uma condição de vida aperfeiçoada.

A Europa é aquela parte do mundo que, por causa de sua História, que vem desde os

---

[86] "A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo como o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência... O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. A objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana." (ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2005, p.17).

[87] "Desse modo, aceito que o Estado hegeliano tem na sua estrutura o princípio da individualidade livre, que encontra nele a sua plena realização, isso só pode ser possível se o desenvolvimento de todas as dimensões da individualidade são por ele garantidas: ao Estado cabe remover por sua ação os obstáculos a esse desenvolvimento, principalmente os que, por força da necessidade natural, procedem do sistema econômico. Trate-se de condições para o desenvolvimento espiritual ou material, trate-se de condições de realização de uma vida digna de um membro do e Estado racional, o que o Estado tem em vista é o indivíduo e sua liberdade. O Estado racional não é simplesmente um Estado que se dirige para uma liberdade individual abstrata, mas o Estado cuja função é a garantia e a promoção das condições de realização da vida dessa individualidade li, sem cuja consideração seria um Estado abstrato. Nessa perspectiva, o direito ao trabalho aparece também como sua preocupação. O Estado hegeliano contém os princípios de um Estado democrático- social." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia da Justiça em Hegel, Belo Horizonte: Ed. Loyola, Faculdade de Direito da UFMG, 1991, p. 427-428).

tempos de Roma, tende a uma unificação, motivada pela própria dialética especulativa de seus movimentos políticos.

A União Europeia[88] é o maior exemplo desse movimento dialético, que une politicamente os vários Estados em torno de um único objetivo econômico, ficando as fronteiras nacionais abertas livres para a circulação dos cidadãos "europeus".

O Espírito da Liberdade tem sua casa principalmente na Europa[89], parte cristã do mundo, no qual todos são livres e reconhecem a liberdade do outro. A "Lei[90]" vale igualmente para todos.

---

[88] "Um estudo das vicissitudes políticas, econômicas e culturais pelas quais passou a Europa leva à convicção de aquela parte do mundo trilhou sempre o caminho dialético marcado pelos esforços de unificação, de um lado, e pelas crises desagregadoras, de outro.
A Roma Imperial foi o primeiro esforço desenvolvido no sentido de *unificara Europa*, sob o signo e o poder de Roma. Ao fulgor e ao fascínio dos tempos áureos do Império Romano, sucedeu-se a desagregação causada pela invasão bárbara que levou o Império ao total desmantelamento. Nesse momento surge a força agregadora do *cristianismo*, quer sob o aspecto religioso e doutrinário, quer sob o aspecto do prestígio e autoridade dos Papas. Esta autoridade dedicou-se a difundir tanto a religião cristã, quanto o sistema jurídico herdado do Império Romano, por todo o período medieval. A partir do século XIV surge o prestígio e poderio unificador dos reis da França, que catalisam em redor de si todo o fausto da civilização europeia. Nova crise surge com a Revolução Francesa que procura construir uma nova união no plano ideológico, que deu suporte para o constitucionalismo do século XIX. No plano da unificação política, foi sobremaneira importante o papel desempenhado por Napoleão, que procurou construir um novo império, cujo desmantelamento provocou a convocação do Congresso de Viena de que surge a *Santa Aliança*. O ideal de paz então implantado perdura, com mais ou menos graves, mas localizadas, convulsões, até que eclode a guerra de 1914-1918. A partir desta surge a ideia da Sociedade das Nações, na tentativa de construir uma união destinada a reunir os países em torno de um concerto de paz. Nova crise, de enormes e ameaçadoras proporções, surge com a guerra de 1939-1945, cuja dimensão vem alertar a Europa para os perigos de um novo conflito.
A partir de 1945, intensificam-se os esforços para a construção de uma *união* duradoura. Ao lado do desafio de economias destroçadas, surge (ou é criado) um fantasma dinamizador dos mitos desenvolvimentistas. O Leste Europeu se põe como um perigo a estimular a reconstrução econômica, política e militar dos países do ocidente da Europa. Diversos acontecimentos se traduzem em marcos dessa meta de reconstrução da Europa. O conteúdo desses acontecimentos apresenta duas configurações fundamentais: de *cooperação*, mas numa seguinte surge uma tendência para a *integração."* (FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2010, p. 126 -127).

[89] "César conclui toda uma etapa do desenvolvimento do Estado romano e abre o processo de formação do Estado ocidental a efetivar-se como Estado de direito após a Revolução Francesa. Essa conclusão e abertura, o Império, realiza-se definitivamente com Augusto, que sabe ser o imperador, o senhor do mundo, que o grego apenas abstratamente concebeu, mesmo assim voltado para o oriente, quando a bússola da história apontava para o Ocidente, a exemplo do que ocorreu com o Cristianismo, quando São Paulo decide partir para a Grécia e não para a Síria. É a partir da Grécia que a história se mostra como curso da razão, mas a realização desse curso dá-se em Roma, fundamentalmente com Augusto, que embora todo poderoso em armas, buscava antes de tudo a solução do acordo." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018, p. 154).

[90] "A lei é regra procedente da vontade. Contudo, o seu caráter universal vem "da sua racionalidade". A *lex* , como expressão superior do direito em Roma, realiza a unidade incindível da *voluntas* e da *ratio*, superando o dualismo do direito natural e do direito positivo, e, com isso, do jusnaturalismo e do positivismo, oriundos da confusão de palavras geradora de anarquia do pensamento no dizer do Somló, mais a distinção entre *ius* (justo, igual, o racional ou a razão da lei, sua finalidade) e a *lex*. Entre os romanos tínhamos a unidade da *ratio*, a valoração do fato como justo ou útil a todos, e da *voluntas*, o "quero" da autoridade. Entre os modernos, com início em Suarez e a partir de

A Razão de Estado surgiu como conceito nas cidades italianas no final da Idade Média. O poder universal e religioso não tinha mais condições de dirigir a civilização ocidental. A unidade territorial e nacional exigia novos rumos que fossem de encontro ao interesse nacional e produzisse resultados.

O direcionamento do "ato de governar[91]" deveria levar em conta, a partir de então, o interesse nacional estrito[92]. Os reis da França não mais queriam se ver presos a laços que se diziam "superiores" ao poder deles mesmos. A Razão, aplicada à Política, exige estatura comportamental e consciência de que somente o poder voltado para os resultados positivos, em nível de Estado, deve ser buscado e utilizado.

A França tornou-se a maior nação da Europa, na época da Ilustração, principalmente no reinado de Luís XIV. O rei governa não mais para interesses e direcionamentos alheios (como o comando papal), mas no estrito interesse nacional. E a História exigiu, no seu caminhar, o Absolutismo, para unificar os Estados e para centralizar o poder nas mãos do rei.

Os "encantos" de Versalhes podem parecer, naquela época, um exagero ou desmando monárquico. Mas era a expressão histórica do poder não mais em mãos estrangeiras, mas sim no

---

Santo Agostinho, é suficiente o "quero" da *auctoritas* para surgir a *lex*, ou o direito, pois ela é que gera o direito..." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como *Maximum* Ético), Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006, p. 101).

[91]"Razão de Estado é a busca dos instrumentos idôneos para conservar o que se realizou, as situações de poder político adquirido. Trata-se de "manter firmemente, quando crescerem, sustenta-las de tal modo que não degradem e não se precipitem, é empreendimento de um valor singular ....
Entre as técnicas de governo, a razão de Estado privilegia o tempo oportuno. O poder deve usa a dissimulação para isolar o objeto a ser tratado dos demais a ele relacionados. Com semelhantes estratagemas, o governante ganha tempo e pode acelerar ou retardar atos, ficando menos sujeito às pressões cronológicas, o que permite a previsão que lhe garante a iniciativa em situações de conflitos ou dificuldades econômicas.
A razão de Estado procura, no interior do corpo social e político, os setores que ganham mais ou perdem com a conservação do poder. Aos primeiros, ele arrebanha e aos segundos procura afastar. Com isso, define o consenso que lhe fornece a legitimação..." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 99).

[92] "No outono da Idade Média, o Estado retoma forças e passa, com muitas dificuldades, à supremacia. A luta entre Igreja e papado acentua o poder de grandes governantes. Nomes como Frederico II e Filipe IV abrem a lista dos poderosos contrários ao Poder do Sumo Pontífice. O imperador Carlos IV na Alemanha, e o rei Luís XIV, na França, dão exemplos de uma arte racional inescrupulosa de governar, cuja base era a sua pessoa. A própria Igreja, com a concentração do mando nas mãos do Papa, as suas formas administrativas e finanças, serve de modelo para o Estado nacional. Mas se aprofunda o conflito entre razão de Estado: em um plano, a lei, em outro, a ética. A razão estatal é vista como pecado contra lei e inimiga dos antigos costumes. Maquiavel rompe com essa atitude e assume o plano secular. Existem críticos, adianta Meinecke, que notam o Florentino não expressar opinião sobre o real fim do Estado. Erradamente, eles deduzem que ele não refletiu sobre o assunto. Entretanto, ele não fez outra coisa em toda a sua existência, que surge na confluência entre o colapso da política com o Renascimento." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 31).

próprio Estado. O Espírito vai deixando de ser estranho a si mesmo. Se a História Universal tem como tradução europeia medieval Carlos Magno, na Idade Moderna se apresenta em Luís XIV, em seu início. A França era a nação mais rica e mais forte do mundo, naquele momento ilustrado.

A "Razão de Estado[93]" fez a França passar de mais um Estado[94] europeu subordinado ao papa para ser uma nação "soberana", em todos os assuntos estatais. Um passo gigantesco para fins de consolidação da soberania nacional.

Luís XVI tinha como ministro guia Richelieu, tal qual Nixon e Ford tinham Henry Kissinger.

A Inglaterra do império da rainha Vitória tinha Disraeli como ministro guia. E foi o maior império do mundo no século XIX. O império onde o sol "nunca se punha". Razão de Estado. Estrito interesse nacional.

Otto Von Bismarck unificou a Alemanha nos idos de 1871 a "ferro e fogo". Razão de Estado. A Alemanha unificada transforma-se no maior colosso industrial da Europa no início do século XX. Após a unificação, a Alemanha transforma-se na representante do mundo germânico, não mais a Áustria.

No século XX o Estados Unidos da América do Norte, após a participação nos dois conflitos mundiais (nos anos de 1917-1918 e 1942-1945), torna-se a grande nação e a hiperpotência com Henry Kissinger, após sua atuação como Secretário de Estado de 1968 a 1976.

---

[93] "O governo da razão de Estado busca organizar a cidade na qual são reconhecidos os interesses e os artifícios que permitem a obediência civil...
Ela é instrumento de governo usado por todos os governantes, deve unir-se à prudência civil que garante o elo (explicitado por Aristóteles) entre o que é honesto e o que é útil... (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 99-100).

[94] "Para avaliar o quanto a fratura do conceito de amizade resulta em insegurança política, basta recordar o significado dessa prática na Grécia, cujos textos estavam sendo recuperados pelos ocidentais após a queda de Constantinopla, trazidos pelo cardeal Bessarion. Um Estado, segundo Platão, máquina que permite viver em conjunto, exige a justiça e a amizade entre os cidadãos. Nenhum povo consegue se defender quando os grupos e indivíduos não se prezam e deixam de colaborar sob os ordenamentos legais. Na *República*, Sócrates alerta Trasímaco- defensor da pura força como fonte do direito- sobre o fato de que "a injustiça engendra entre os homens dissensões, ódios e lutas, em quanto a justiça mantém a concórdia e a amizade". O respeito dos indivíduos leva ao equilíbrio social, oque exige a amizade (*philia)* entre os cidadãos. Todo Estado, ensina a *República*, enfrenta os problemas da sua defesa, o que requer a força militar especializada e a divisão do trabalho na sociedade, mantidas essas políticas por governantes prudentes. Os defensores do Estado, precisam ser como os cães, diz Platão, mansos para com os de casa e ferozes contra os estranhos. O dirigente tirânico é lobo contra os cidadãos. A *philia* entre os que integram a máquina política define a força ou a fraqueza do Estado. Um país será forte quando as dores e as alegrias dos indivíduos forem as dores as dores e as alegrias do todo social e vice-versa. A ética exige um governo que amplie a amizade entre os cidadãos. Esta é a base da pátria. Sem ela, os indivíduos não se sentem "em casa", experimentam-se como estrangeiros em seu próprio lugar de nascimento." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 73).

Tal qual o Espírito da Liberdade evolui para que todos sejam livres e conhecedores da sua liberdade, a "Razão de Estado" se aperfeiçoa através de personagens que conhecem a História de seu Estado e a formação cultural e nacional de seu povo e atuam no "estrito interesse" de seu Estado. Henry Kissinger, apesar de muitas vezes mal compreendido (inclusive pela mídia), caminhou para levar o Estados Unidos de um patamar de coadjuvante nas decisões internacionais para ser um ator exclusivamente "hegemônico" no mundo.

Desde 1971[95] o dólar é a moeda mais forte do mundo e o Estados Unidos possuem a maior força e orçamento militar global. A cartilha política norte-americana, desde 1945, seguiu o comando hegemônico através da Razão de Estado, em sua versão contemporânea que se adequou à Guerra Fria (1946-1991) e ao mundo globalizado pós queda do Muro de Berlim (1989) e a desintegração da União Soviética (1991).

A História é feita de força e coragem, em suas curvas e montanhas. O Estadista que entende isso e aplica a teoria na prática tende a se destacar. Foi assim com Richelieu e com Henry

---

[95] "A conversão entre as moedas pressupõe a escolha de um *padrão* ou *estalão. ´´* É a diversidade destes que propiciou o surgimento de sistemas diferentes. Três dentre estes tiveram maior projeção: o *padrão ouro*, o chamado *"Gold exchange standard"* e o *padrão – divisa*, também chamado *padrão dólar*.
O primeiro sistema vigorou de 1870 até agosto de 1914, quando a libra esterlina, o franco francês e o marco se tornaram moedas nacionais de papel, e toda vinculação com o ouro sem rompeu...
O segundo sistema, o de *padrão de câmbio-ouro- Gold Exchange Standard-* veio estabelecer que o termo de referência para a conversão das divisas seriam o ouro e algumas divisas nacionais chamadas divisas-chave. Passaram assim o *dólar* e a *libra esterlina* a desempenhar a função de moedas de reserva.
Em 15.08.1971, o Presidente Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro. Surge, então, o terceiro sistema, em que o termo de referência para conversão das moedas é uma moeda nacional, não mais conversível em ouro. Surge assim o *estalão-divisa*, ou *estalão – dólar*.
Na Conferência de Bretton- Woods, realizada de 1º a 22 de julho de 1944, surge a instituição predestinada a administrar, a partir de então, o sistema monetário internacional. A realização dessa conferência em território americano decorreu exatamente do maior poderio dos estados Unidos que influíram poderosamente nas decisões que foram tomadas.
Os princípios fundamentais que regem todo o funcionamento do Fundo podem ser assim sintetizados:
- *a unidade da taxa de câmbio:* os Estados deverão valer-se de uma única taxa de câmbio para a sua moeda, como preceitua o art. VII dos Estatutos do Fundo, ficando proibida toda e qualquer prática monetarista discriminatória. Todos os Estados- Membros se comprometem a declarar oficialmente a paridade de sua moeda em ouro ou em dólares dos estados Unidos;
- *a fixidez da taxa de câmbio* veio impedir modificações da paridade das moedas dos estados- Membros. A margem de variação ficou, de 1944 a 1971, numa relação de mais ou menos 1% (um por cento). Somente os estados- Unidos não estavam adstritos a respeitar essa margem em relação ao dólar;
- *a obrigação de transferibilidade dos pagamentos correntes :*o país-membro tem obrigação de não impor *restrições* sobre pagamentos e transferências para que sua moeda seja conversível;
- *a proibição de desvalorizações competitivas:* o acordo de Bretton- Woods quis exatamente impedir as manipulações perversas das taxas de câmbio, destinadas a melhorar a posição concorrencial das exportações sobre os mercados estrangeiros.
Em 1971, em virtude da grave crise monetária, o Presidente Nixon determinou a reformulação do sistema até então adotado, introduzindo como maior modificação a *suspensão da conversibilidade do dólar em ouro."* (FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2010, p. 123).

Kissinger[96] também.

[96] "A tese de Kissinger de que a guerra nuclear poderia ser limitada entrava em choque com as ideias dos estrategistas de Washington, que acreditavam que qualquer guerra nuclear resultaria numa conflagração total. Kissinger, aos 34 anos, tornou-se uma celebridade tanto nos meios acadêmicos quanto nos dos cientistas políticos. Seu livro o evidenciou internacionalmente, tornando-o um dos mais destacados "intelectuais de defesa" dos Estados Unidos e, consequentemente, recebeu inúmeros convites para trabalhar como assessor nos mais altos escalões do governo. Logo colocou-se à frente daquele pequeno segmento da comunidade acadêmica que trabalhava com a estratégia nuclear e nacional, os tecnocratas acadêmicos da política em curso.
O trabalho de Kissinger para o Conselho de Relações Exteriores trouxe-o para Nova York, onde despertou a atenção de David Rockefeller, um dos membros do grupo de estudos sobre armas nucleares. Em 1955, ele já se encontrara com Nelson Rockefeller, naquela época assessor para assuntos de Segurança Nacional do presidente Dwight D. Eisenhower. O Fundo Irmãos Rockefeller começara um estudo especial sobre os grandes problemas internacionais que os estados Unidos enfrentariam num futuro próximo e Nelson Rockefeller havia pedido a grupo de eminentes norte-americanos, entre eles Kissinger, a articulação dos objetivos da nação a longo prazo. Kissinger tornou-se o diretor desse influente grupo. O projeto durou 28 meses e o relatório foi publicado na primeira página do jornal *The New York Times*, em 7 de janeiro de 1958. O mais importante para Kissinger foi o fato de ter-se tornado um amigo de confiança e assessor de Rockefeller, que tinha aspirações presidenciais.
Nelson Rockefeller e Henry Kissinger, embora à primeira vista formassem um par sem harmonia, estabeleceram uma perfeita relação profissional. Nelson lançou-se apaixonadamente em busca do cargo político que almejava e mergulhou em estratégias de campanha, enquanto Kissinger, um especialista político, o orientava. Rockefeller tinha toda confiança e lealdade de Kissinger, e ambos acreditavam sinceramente na grandeza dos Estados Unidos e no seu papel como força maior da estabilidade mundial. Kissinger eventualmente descrevia seu aliado como " a única pessoa realmente influente em minha vida", e foi a ele que dedicou o primeiro volume de suas memórias.
Kissinger retornou a Harvard no outono de 1957, nas funções de diretor assistente do Centro de Relações Internacionais e diretor do Programa de estudos de Defesa de Harvard com uma indicação simultânea para o Departamento de Estado. Ascendeu rapidamente nas fileiras acadêmicas até tornar-se professor catedrático, em 1962, e sua associação com o Conselho de relações Internacionais lhe proporcionou o *status* de celebridade intelectual.
No ambiente extremamente competitivo de Harvard, Kissinger provocou muitos ressentimentos entre aqueles colegas que se sentiam diminuídos frente ao seu *status* privilegiado. Mas seus alunos julgavam-no um professor competente, que os encorajava; um professor profundamente interessado em sua matéria. Diziam que suas aulas eram dinâmicas, impulsionadas pela rapidez de seus pensamentos. Kissinger, durante as aulas, era muito carismático. O domínio preciso que tinha da língua, combinado com sua maneira macia de falar e seu estilo de interpretação, quase sempre irônico, tornou-o um professor muito popular.
Paralelamente aos seus compromissos de Harvard, Kissinger serviu como consultor da administração Eisenhower no campo da análise dos sistemas de armamentos. Com a vitória presidencial de John F. Kennedy, em 1960, muitos acadêmicos de Harvard foram para Washington como membros da nova administração. Arthur Schlesinger Jr. E McGeorge Bundy apresentaram Kissinger ao Presidente Kennedy.
Bundy, que deixou seu trabalho universitário para se tornar assistente especial para assuntos de segurança Nacional de Kennedy, convidou Kissinger para o cargo de consultor sobre política militar e de segurança na Casa Branca. Essa indicação, embora dificilmente o colocasse nos centros das atividades, propiciava a Kissinger, com 38 anos, frequentes oportunidades de se reunir com líderes da Europa Ocidental." (ISRAEL, Fred L. Os Grandes Líderes. Kissinger. São Paulo: Editora Nova Cultura. 1988, p. 25-27).

1.3 – A RAZÃO DE ESTADO E O PENSAMENTO DO CARDEAL DE RICHELIEU

A utilização da Razão como instrumento para o exercício da arte de "governar" sempre foi um desafio na História Universal.

Usar os sentimentos e paixões na política nunca trouxe bons resultados. Onde existe paixão e poder o erro, se existente, é muito grande.

Santo Tomás de Aquino, visualizando um destino "feliz" do caminhar do Espírito da Liberdade, definiu o termo "bem comum", como o arauto das práticas governamentais. Evitar os vícios na prática política é imperativo.

Com o ocaso do período medieval, os governantes europeus buscaram a emancipação das suas decisões. Nada externo poderia mais controla-los. O Espírito "sabe de si mesmo". A História é uma roda que gira sempre para a frente, em um aperfeiçoamento contínuo.

Na História não existe suavidades e o Espírito Universal sempre contornou as adversidades através da racionalidade. Por isso, dentro da dialética especulativa, e por isso hegeliana, a suprassunção define os passos da Razão. Não há julgamento dos momentos, mas busca-se além do entendimento, o Conceito.

A "Razão de Estado[97]", que é o interesse nacional estrito, ou seja, governar para o interessa da nação, utilizando todos os meios cabíveis, no início da Idade Moderna, já tinha seu "locus" dentro da política.

Pensar politicamente através da Razão de Estado é ser pragmático e programático, ou seja, sempre mirar o futuro com eficiência e liderança.

---

[97] "Não espanta o apreço de Fichte ao Florentino. Entusiasta da Revolução Francesa e admirador do partido mais radical, o jacobino, o filósofo enfrenta a difícil tarefa de justificar os atos revolucionários (execução do rei, Terror etc.) e a manutenção do Estado democrático francês. Como pensa em um instante no qual a revolução entra em refluxo, suas esperanças são destruídas e ele passa a se interessar pela nação alemã, fragmentada como a Itália do tempo maquiavélico em inúmeros pequenos Estados (a chamada *Kleinstaatarei). A* história do pensamento político europeu, após Napoleão, é a crônica das lutas pelo poder de Estado, as tentativas de impor limites aos governos, as revoluções liberais e socialistas, cujos fracassos levam ao esforço do Executivo em detrimento das outras faces estatais. No final do período, após as aventuras de Napoleão III (narradas com lucidez extrema por Karl Marx, no *18 Brumáriode Luís Bonaparte*), surge a figura ímpar de Bismarck, a personificação primorosa da razão de Estado.
Razão de Estado é termo nascido no Renascimento tardio. Em nossos dias, a palavra significa o uso da força ou instrumento excepcional a serviço do poder político que busca conservar o mando ou garantir a ordem civil. De Giovanni Botero, *1589*, até Scipione Chiaramonti, *1635*, o termo adquire uma polissemia estonteante, mas sempre com a permanência da ideia central de conservação do poder e disciplina da coletividade humana concreta. O Estado absoluto, posto acima e fora das instituições comuns da sociedade e mesmo dos procedimentos jurídicos tradicionais, seja no setor do direito romano modificado pela Igreja, seja no campo do direito natural antigo ou moderno. Como a própria expressão indica, o poder absoluto não possui nenhuma amarra que o prenda aos ritos religiosos e jurídicos

Segundo o pensamento kissingeriano, não há desculpas para a fraqueza na História.

Mas o caminhar dos fatos é lento, pois implica em transformações humanas e, nos termos contemporâneos, em evoluções sociais, quer dizer, não apenas de um indivíduo, mas de toda a coletividade, embora "a unidade faça parte do todo e o todo é constituído de unidades."

O esvaziar da escravidão e a conquista da liberdade é uma constante ao longo da História Ocidental[98]. Mas para ser livre, primeiro deve se conhecer da própria liberdade. Então o "ser" deve ter a emancipação de seus atos e do pensar de qualquer fator externo que determine o seu arbítrio. Em nível político, por isso do Estado, a operacionalidade dessa assertiva somente é aperfeiçoada com a Razão de Estado[99].

---

anteriores ao seu surgimento." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 93-94).

[98] "É em Roma que se experimento o início da divisão entre vontade política e razão na ética *lato sensu*, porque no Império- não na República propriamente, em que as forças do patriciado e da plebe se compõe- a vontade política do Imperador, em razão de competência, separa-se da razão que, por sua vez, é dividida em moral e direito, metodologicamente., pois a *ratio* que produzia o direito era a mesma que produzia a moral que lhe dava fundamento, no que se refere à justiça. De qualquer modo, a *ratio*, jurisprudencial que dá a matéria e a *voluntas* imperial que dá a forma da lei nela se insere como momento superador da divisão do direito técnico e da moral unilateral, caracterizando-se essa unidade ética incindível, na idedia de justiça, de modo que a justiça e direito são a mesma coisa.

O direito como obra da razão jurídica dos doutrinadores não era a produção arbitrária da vontade do Imperador. Sua forma de manifestação passa a ser os *responsa prudentium*, e o momento mais elevado da expressão teórica do direito como produção da *ratio*, a que a *voluntas* deveria submeter-se, é desenvolvido por santo Tomás de Aquino, que se deu a tarefa de realizar a unidade teórica de todo o processo histórico do *ethos* e dos *mores*, bem como da sua elaboração no plano da ideia.

A vontade política assume seu momento de preponderância no período moderno, o que tornou possível a elaboração e o desenvolvimento do positivismo, jurídico, em que o direito não se assenta na *ratio* jurisprudencial, valorativa, mas tem origem exclusiva na vontade do soberano a que se submenu te uma razão de natureza puramente procedimental". (*A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximus Ético*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 255-256).

[99] "Seguem-se as bases do Estado racional (o Estado nunca é absolutamente racional, visto que nele se encontram, na gênese, paixões e razão, com predominância das primeiras, recordemos que o Estado não reúne almas, mas corpos que têm alma e desejos vitais) em dois itens estratégicos: o primeiro determina o que é virtude (termo – chave nas escritas de Maquiavel). Virtude é o esforço para conservar o próprio ser. Como fruto da virtude, vem a felicidade, que nada mais é do que a mesma conservação (adquirida) do ser.

É possível notar quando um Estado se aproxima ou se afasta do modelo a ser conseguido, basta verificar o quanto, nele, os indivíduos têm seu direito à vida garantido e, como consequência, nele são felizes. Um Estado triste é um não Estado no sentido spinoziano. A virtude não pode ser um meio para a ordem social ou política, ela constitui (ou não) um fim. Se ela existe, todos concomitantemente perseguirão seu interesse e vice-versa, todos respeitarão os interesses alheios. Logo a seguir Spinoza fala dos suicidas. Eles são impotentes, dominados por causas externas à sua natureza. O mesmo, avancemos, pode ocorrer com Estados. Eles devem ser, como os indivíduos que o compõe, *sui iuris.* Se controlados por forças externas, são impotentes. E mais impotentes ainda se operam contra os seus interesses vitais... (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 113-114).

Henry Kissinger[100], durante a Guerra Fria (1946-1991) e até mesmo no século XXI, pautou seu agir diplomático e político na Razão de Estado, através das alternâncias de atos. Em um jogo de xadrez, sempre deve-se estar no mínimo três lances na frente do adversário. É a fórmula certa de resultados.

Kissinger, viveu na Europa por 15 anos (1923-1938). Apesar da turbulência do período, soube assimilar a "dialética" da tradição europeia, qual seja, de descentralização e centralização desta parte do hemisfério conforme as necessidades e transformações de cada época. As alianças não devem ser fixas, mas fluídas.

Mas tudo começou com o cardeal de Richelieu[101] (1585-1642) na França da Idade Moderna. Esse ministro do rei Luís XIII da França concluiu que a "Razão de Estado" seria indispensável para que o país mencionado fosse a maior potência da Europa.

Através da centralização do poder e do afastamento das direções papais (em que pese o referido ministro ser cardeal), deu à França condições de superar as demais nações europeias. O enriquecimento nacional foi enorme, favorecendo a posteridade, no caso o rei Luís XIV.

Richelieu adotou políticas que miravam apenas o interesse nacional. Entre tantas, pode-se citar o apoio aos protestantes na Guerra dos 30 anos.

O estadista toma medidas "a longo prazo". Não fica preso ao imediatismo e projeta a nação para o futuro, educando o povo. A evolução da "consciência nacional" é necessária, em termos de Razão de Estado.

A Razão de Estado[102], a partir de então passa ser utilizada através de uma teorização baseada na Razão.

---

[100] "Há muito tempo, quando era jovem, fui arrogante o bastante para me julgar capaz de um dia emitir um juízo sobre "O significado da História". Hoje sei que o significado da história é algo a ser descoberto, não declarado. É uma pergunta a que devemos tentar responder da melhor maneira possível, reconhecendo o fato de que a questão permanecerá aberta ao debate; de que cada geração será julgada por ter enfrentado ou não as maiores e mais relevantes questões associadas à condição humana, e as decisões adequadas para fazer frente a esses desafios precisam ser tomadas pelos estadistas quando ainda é impossível saber qual será o seu resultado." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. 1º edição. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p. 376).

[101] "É um favorito e um primeiro-ministro de Estado que governou mais de 25 anos um dos mais consideráveis reinos da Europa; que o guiou e por assim dizer teve-o na mão nos primerios passos do seu desenvolvimento; que não prescreve nenhum conselho sem tê-lo posto em prática várias vezes e que enfim, por sua firmeza e sua coragem venceu uma infinidade de obstáculos e intrigas que teriam acabrunhado outro que não ele." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro1995, p.14).

[102] "Assim como o movimento do céu não tem necessidade senão da inteligência que o move, assim a força do espírito é a única necessária e suficiente para conduzir um Estado, e a dos braços e das pernas não é necessária para mover o mundo.

A racionalidade, na Idade Moderna, é o instrumento para se atingir, em termos de política de Estado, a hegemonia internacional.

A França sempre foi um Estado cristão. Culturalmente, a busca da "Verdade[103]", através do conhecimento do Absoluto, sempre fez parte da dialética política desta nação. Não há povo feliz em um Estado desgovernado, levado pelas paixões e pelo ímpeto de seus governantes.

Richelieu, antes de ser ministro de Estado, era um cardeal. Teve formação religiosa suficiente para entender que o "ser" deve possuir liberdade através das políticas estatais e por isso o poder não pode estar submetido a qualquer comando exterior. Parece que Richelieu já estava "exausto" do modelo de governo da Idade Média e queria a França mais à frente. E conseguiu.

Segundo o pensamento de Richelieu, é fácil deduzir que os governantes deveriam buscar a perfeição e a capacitação máxima, ou, no dizer de Platão, serem reis "filósofos[104]". Essa medida irá otimizar a tomada de decisões e o bem estar do povo.

O governante de ver sempre guiado pelo conhecimento da Verdade. O Estado[105], segundo o pensamento de Richelieu, deve ser guiado pela Razão. Somente assim cumprirá suas funções e somente assim será Estado, posto que é a casa da liberdade.

Assim como aquele que governa um navio não tem outra ação senão da vista para ver a bússola; em seguida a que ele ordena que se vire o timão, conforme julga a propósito; assim também, na conduta do Estado, nada se requer senão a operação do espírito, que vê e ordena em conjunto, o que julga dever ser feito.
Se é verdade que o Sol, que esquenta tudo, não é quente nele mesmo, é claro que para fazer agir corporalmente todo mundo, a ação do corpo não é requerida
Confesso, entretanto, que muito desejei sair do governo do Estado por causa de minha má saúde, cuja inteireza foi tão deficiente que algumas vezes quase me foi impossível exceder-me na medida.
Enfim, depois de por muitos anos ter servido a V.M. nos mais espinhosos negócios que se possam encontrar num Estado, posso confirmar por experiência, o que a razão ensina a todo mundo; que cabeça, e não o braço, governa e conduz os Estados." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.182).

[103] "O reino de Deus é o princípio do governo dos estados: e com efeito é uma coisa tão absolutamente necessária, que sem esse fundamento não há príncipe que possa bem reinar, sem Estado que possa ser feliz.
Seria fácil compor volumes inteiros a respeito de assunto tão importante, ao qual a escritura, os Patriarcas e todas as histórias, nos forneceriam números infinitos de exemplos, de pretextos e de exortações que conspiram para um mesmo fim. Mas é coisa tão conhecida por todos pela própria razão, que não tira seu ser de si mesma: mas que há um Deus criador e por consequência diretor, não há ninguém que não sinta que a natureza imprimiu essa verdade no seu coração, com caracteres que não podem apagar-se." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.197).

[104] "Nada é mais útil a um governo do que a vida é dos príncipes, a qual é lei falante e impulsionadora com mais eficácia do que todas aquelas que poderiam fazer para obrigar ao bem que querem obter." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.198).

[105] "A luz natural faz conhecer a cada um que, o homem tendo sido feito racional, nada deve ele fazer que não seja pela razão, pois quede outra forma agiria, contra sala natureza e por consequência contra ele próprio.

Richelieu defendia a Razão como único instrumento a guiar o Estado em pleno século XVI. Daí é fácil entender como o Espírito Universal já refletia, na maior nação da Europa do período da Ilustração, a necessidade de emancipação nacional, através da Soberania.

Um Estado que age racionalmente é um Estado soberano.

A soberania exige a racionalidade. A autoridade[106] de um Estado depende de sua soberania, em nível externo e interno. O argumento da autoridade deve ser um argumento racional.

A principal característica de um estrategista[107] é conseguir fazer previsões a longo prazo. O grande líder prevê o futuro e toma todas as medidas necessárias para que os prejuízos ao interesse nacional sejam afastados. Liderança implica em persistência e cautela.

A liderança implica em ver o poder não como uma condição perpétua, mas como um encargo a ser exercido com o máximo de eficiência conforme o interesse nacional, por isso Razão de Estado.

O pragmatismo norteia toda a Razão de Estado. A nação que se disponha a alcançar a hegemonia em nível internacional deve agir racionalmente. Não há lugar para paixões.

Richelieu, ao ter uma visão estritamente de futuro grandioso para a França[108], lançou mão das decisões eficazes. Não há lugar para imediatismo em políticas de Estado.

Ela ensina, ainda, que quanto mais um homem é grande e elevado, mais deve aproveitar desse privilégio e menos deve abusar do raciocínio que constitui o seu ser; porque as vantagens que tem sobre os outros homens constrangem-no a conservar o que é da natureza e do fim a que se propôs com elevação que o criou.
Destes dois princípios se segue claramente que se o homem é soberanamente racional, deve soberanamente fazer reinar a razão; o que não requer somente que nada ele faça sem ela, mas o obriga além disso a fazer mais com que todos aqueles que estão sob sua autoridade a reverenciem seguindo-a religiosamente." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p. 201).

[106] "A autoridade obriga à obediência, mas a razão persuade, e é mais próprio conduzir os homens por meios que ganhem insensivelmente sua vontade, do que por aqueles que as mais das vezes os fazem agir forçados.
Se é verdade que a razão deve ser o facho que ilumina os príncipes em sua conduta e na dos seus Estados, é verdade ainda que não havendo nada no mundo que seja menos compatível com ela do que a paixão, que cega de tal forma que faz algumas vezes tomar a sombra pelo corpo. Um príncipe deve sobretudo evitar impor um tal princípio que o torna tanto mais odioso, quando é contrário diretamente àquele que distingue o homem dos animais." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p. 202).

[107] "Quem prevê de longe, nada faz com precipitação, pois que nisso pensa desde cedo, e é difícil que se façam mal as coisas pensando-se antes, nelas." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p. 210).

[108] "O príncipe deve ser poderoso por sua reputação, por um razoável número de soldados mantidos constantemente, e por uma notável soma de dinheiro no tesouro, para prover nas ocasiões imprevistas que chegam quando nelas menos se pensa." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.242).

O pensamento geoestratégico e geopolítico de Richelieu ultrapassa a sua época. Ao buscar a grandeza da França[109], avançou no seu tempo e deu à França um lugar de destaque no cenário internacional. "Grandeza" passou a fazer parte do ideário do povo francês.

Força e capacidade de operação internacional[110] caracteriza a nação hegemônica. A Razão de Estado exige atitudes audazes, para que seja mantida a liderança e a ordem no mundo. Esse é um entendimento bem consolidado no Estados Unidos da América do Norte, nos tempos atuais. O mundo não pode viver em uma desordem e com constantes surpresas decorrentes da ação de agentes periféricos. A soberania exige previsibilidade e ordem.

O Estado de Direito concretiza a segurança jurídica. O cidadão deve ter segurança em seus negócios particulares, na sua residência, no seu trabalho, no meio social e também na incolumidade física. A Razão de Estado é o instrumento para a garantia dos direitos sensíveis do cidadão, em uma nação hegemônica. Foi assim com a França no século XVII e com o Estados Unidos nos tempos contemporâneos.

O Estado[111], quem tem como principal atributo a soberania, deve agir em nível internacional[112] difundindo seus valores e conquistas do Espírito[113]. Exemplo é o próprio Estados Unidos, que dissemina os ideais democráticos no mundo ocidental.

---

[109] "O Estado mais poderoso do mundo não poderia vangloriar-se de gozar de repouso seguro, se não está em situação de garantir-se, a todo tempo, de invasão imprevista e de surpresa inopinada.
Por isso é necessário que um grande reino, como este, tenha sempre um corpo de soldados permanente, suficiente para prevenir os desígnos que o ódio e a inveja poderiam formar contra sua prosperidade e sua grandeza, quando se julga esteja num seguro reposuo, ou ao menos para os afogar no nascedouro.
Quem em força tem muitas vezes a razão em matéria internacional; e o fraco pode dificilmente isentar-se de ter culpa no julgamento da maioria do mundo." "O príncipe deve ser poderoso por sua reputação, por um razoável número de soldados mantidos constantemente, e por uma notável soma de dinheiro no tesouro, para prover nas ocasiões imprevistas que chegam quando nelas menos se pensa." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.246).

[110] "Além de todos os recursos técnicos surgidos no Renascimento, como a criptografia, os meios ópticos e auditivos, a necessidade de controle do corpo social pelos dirigentes utilizou instrumentos que atingiram o fundo mesmo da alma social. Pode se dizer que as "pesquisas de opinião" já se combinaram, desde pelo menos a Contrarreforma, para captar as disposições anímicas dos dirigidos e as suas riquezas materiais. Em ambos os casos, a busca dos dados estatísticos e a computação serviram para acrescentar o conhecimento, pelo governante, das supostas "doenças" sociais e das providências para reforçar o caixa dos governos. O controle das ideias e das riquezas foi uma tarefa conduzida em séculos de experimentos de governo pela razão de Estado." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 156).

[111] "Em matéria de Estado é preciso tirar proveito de tudo; e o que pode ser útil não deve ser desprezado." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.2225).

O Ocidente é a casa do Espírito Universal da Liberdade que caminha nos trilhos da Razão.

Desde Platão, o maior filósofo da Antiguidade, concebe-se que os mais preparados, "o rei filósofo" deve ser o guia e o paradigma do reino. Em assuntos de Estado não lugar para decisões mesquinhas nem para espíritos medíocres. O tirocínio do governante leva à perfeição das decisões e propicia a liberdade individual e a coletiva, que sempre deve evoluir.

A liderança[114] capaz produz resultados imediatos e a longo prazo. A hegemonia nacional é decorrência de uma construção de medidas prudentes, mas ao mesmo tempo audazes.

O bem comum é o objetivo maior do grande líder. Satisfazer apenas o interesse de pequenos grupos, ou individualizar os resultados, não semeia sementes boas, que depois de se tornarem árvores venham a produzir bons frutos. As escolhas são essenciais para o aprimoramento das práticas estatais. As decisões mais eficazes são tomadas isoladamente. O líder não deve ficar esperando que o parlamento ou a opinião pública teçam os caminhos a serem destinados para a sociedade. Força e coragem, novamente, são necessárias e indispensáveis para a liderança.

A decisão de Franklin Delano Roosevelt[115] de colocar o Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial foi tomada isoladamente. Quando Richelieu optou em colocar a França ao lado

---

[112] "Os reis devem tomar cuidado com os tratados que fazem; mas quando eles são feitos, devem observá-los religiosamente." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.226).

[113] "Cada um concebe os assuntos segundo sua capacidade; os maiores parecem fáceis e pequenos aos homens de bom entendimento e de grande coração, e aqueles que não têm essas qualidades acham de ordinário tudo difícil.
Tais espíritos são incapazes de conhecer o peso do que lhe é proposto, e fazem algumas vezes pouca conta do que com efeito é de grande importância, e algumas vezes também muito caso do que nem merece ser considerado.
É preciso agir com cada um segundo o alcance do seu espírito. Em certas ocasiões é preciso falar e agir corajosamente; depois que se pôs o direito do nosso lado, até a ponto de ruptura, e o contrário se dando é preferível prevenir e afoga-lo no nascedouro." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.223-224).

[114] "Um embaixador mal escolhido para fazer um grande tratado pode, por sua ignorância, trazer um prejuízo notável.
Um general de exército, incapaz de tal emprego, é capaz de arriscar em má hora toda a fortuna do seu senhor e a felicidade do seu país.
Um governador de praça forte importante, destituído das condições necessárias à sua guarda, pode, num instante, provocar de tal forma a ruína de todo um reino, que talvez um século apenas baste apenas para reparar seus erros." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.230).

[115] "Roosevelt devia saber que não existia a menor possibilidade de o Japão aceitar. Em 7 de dezembro de 1941, repetindo o padrão da Guerra Russo Japonesa, o Japão atacou de surpresa em Pearl Harbour e destruiu boa parte da esquadra americana do Pacífico. Em 11 de dezembro, Hitler cumpriu seu tratado com Tóquio e declarou guerra aos

dos protestantes na Guerra dos Trinta Anos, não se deixou conduzir pelas tradições obsoletas da monarquia e da nobreza. Olhou para o futuro buscando resultados eficazes.

O grande líder[116] deve se cercar de pessoas capacitadas. Kennedy, ao deixar Kissinger sair do seu governo, por divergência de decisões e até teóricas, no plano internacional, perdeu a chance de entrar para a história, décadas antes, como o fundador da "hiperpotência", acontecimento este que veio a ocorrer apenas trinta anos mais tarde com os governos Reagan e Clinton.

A visão geoestratégica de Kissinger[117], sempre voltada para alcance de longo prazo, teria em muito contribuído, na época de Kennedy, para evitar a propagação do comunismo na América Latina, começando por Cuba. Tratar com o inimigo sempre foi especialidade de Kissinger, que sempre estava no mínimo "três lances na frente do adversário."

O interesse nacional, tradução mais fidedigna da Razão de Estado, dirige a liderança a olhar para a frente, evitando os erros do passado e tentando, a todo momento, ultrapassar a realidade momentânea, levando o povo de seu país de um patamar para outro mais elevado.

A Educação[118] é o principal instrumento para a evolução social. O Estado deve garantir a Educação. É um princípio de desenvolvimento humano.

Estados Unidos. Jamais foi bem explicado por que Hitler liberou Roosevelt, dessa maneira, para exercer o esforço americano exatamente sobre o país que sempre considerara como o inimigo principal.
A entrada dos Estados Unidos na guerra foi o auge do extraordinário cometimento diplomático de um grande e ousado líder. Em menos de três anos, Roosevelt levou seu povo firmemente isolacionista a uma guerra global. Em maio de 1940, 64% dos americanos consideravam a preservação da paz mais importante que a derrota dos nazistas. Dezoito meses depois, em dezembro de 1941, pouco antes do ataque a Pearl Harbor, as proporções inverteram-se-somente 32% preferiam a paz ao triunfo." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva ,2012. p.351).

[116] "Um príncipe que quer ser amado pelos seus súditos deve preencher os principais cargos, e as primeiras dignidades do seu Estado, com pessoas tão estimadas por todo o mundo, que logo se posa achar a causa da escolha no mérito." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.231).

[117] "Se alguém diz que os Interesses Públicos devem ser preferidos aos particulares, confirmando a sua proposição, peço que considere que na discussão deste ponto as diferentes naturezas de interesses, não entram em conta, mas que os públicos são contrapesados por outros da mesma natureza e as diferentes naturezas de interesses , não entram em conta, mas que os públicos são contrapesados por outros da mesma natureza e assim é que o futuro tem muito maior extensão que o presente que passa num instante. Os interesses que dizem respeito ao futuro devem, com razão, ser mais considerados do que aqueles do presente..." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Bauru, SP: Editora Edipro. 1995, p.294).

[118] "Sem modéstia, sem Estado. Sem Estado, sempre há guerra entre os indivíduos, há tirania permanente, sempre orgulho. Assim a vida em comum, a política, segue a arte dos limites das ambições e das maneiras, arbitradas pelo soberano." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 281).

A Razão de Estado[119] destina uma nação a ser hegemônica. Bismarck, ao unificar as nações germânicas, e criar a Alemanha, a queria à frente de seu tempo. Seus sucessores não entenderam seu legado, que é a própria Razão de Estado.

Colocar o líder à frente de seu tempo é um atributo permanente da Razão de Estado. A França tornou-se hegemônica no século XVII porque Richelieu ultrapassou os limites do comodismo político e se colocou à disposição para os desafios de sua época e do futuro.

[119] "Bem sei que o tempo passado não tem relação nem proporção como o presente; e que o que foi bom num século, muitas vezes não é sequer permitido no outro." (RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. Testamento Político. Editora Edipro. Bauru, SP:1995, p.301).

1.4 – A RAZÃO DE ESTADO E O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Quando aparece nos noticiários acusações de que Henry Kissinger é "criminoso" de guerra, os rumos da Razão se dirigem para caminhos totalmente desconhecidos. É arbitrário e irracional julgar um grande líder pelos valores morais de outras épocas, totalmente fora de contexto.

Os "derrotados" de outros tempos, parecem buscar na prisão de Kissinger o alcance não de justiça, mas sim de vingança. É o destino dos derrotados buscarem a humilhação dos vencedores.

Mas no caso de Kissinger, a História está ao lado dele.

A interpretação das decisões e do agir de um grande estrategista deve levar em conta seu período e as necessidades de decisões eficientes. O líder precisa sempre estar três lances à frente de seus adversários.

A História justifica a tomada de decisões da liderança. Os contemporâneos em alguns casos não entendem as medidas a longo prazo, que parecem às vezes sinistra. Mas estratégia exige ousadia, e isso nunca faltou a Kissinger.

O realismo de Kissinger tem amparo racional em Maquiavel[120]. Ser maquiavélico é ser muito realista, ou seja, muito lúcido em matéria política.

Kissinger viveu no período auge da Guerra Fria (décadas de 60 e 70 do século XX). Enquanto na União Soviética não havia opinião pública a ser ouvida, pois tudo era rigidamente controlado, não havia imprensa livre, não havia um parlamento com ampla liberdade de votos e posições (o politiburo servia apenas para endossar as práticas ditatoriais do partido comunista), os governantes americanos conviviam com uma realidade muto diferente.

No Estados Unidos, em decorrência do legado dos *Fouding Father´s*, dos pais fundadores da nação, sempre houve imprensa livre, os cidadãos em todo momento possuem a liberdade de livre expressão, o Congresso Norte Americano não propicia o privilégio ou destaque pessoal, mas

[120] "Certos comentadores indicam que o livro intitulado *O Príncipe* não é novo na sua forma, ele nada mais seria do que o reaproveitamento dos antigos *Espelhos do Príncipe.* Os conteúdos também parecem extraídos daqueles manuais com conselhos sobre as novas conquistas, o modo de administrá-las, os auxiliares a ser ouvidos, a diplomacia etc. O escrito rompe, no entanto, com a tradição medieval, porque nele a metafísica e a teologia são postas em segundo plano e substituídas pela tentativa de expor fatos humanos em especial sob o ângulo histórico...No conjunto das páginas de Maquiavel estão contidos imperativos do governo, todos com a marca realista do poder. O elogio de Spinoza aos "políticos" cabe à forma e ao conteúdo de *O Príncipe* ." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 28).

os objetivos nacionais.

Henry Kissinger[121], ao ser deparar nos anos 70 do século XX com tão discrepantes diferenças, outra alternativa não possuía, a não ser lançar mão da diplomacia secreta. Muito criticado por isso, nos anos do governo Nixon, mas não possuía outra alternativa. Acusado de ser "maquiavélico", suportava o peso da crítica da imprensa e em muitas ocasiões o desprezo público, todavia não tinha outra saída para atender aos interesses nacionais

Maquiavel[122], o ministro florentino viveu de 1469 a 1527 deixou muito se impressionar pelo príncipe César Borgia, filho do papa Alexandre VI. De uma linhagem bastante autoritária e sem escrúpulos, César Borgia tentava, sem qualquer limite moral, atingir o que almejava, chegando às vias do incesto ou à constantes práticas inquisitórias. Seu pai, Alexandre VI, foi o papa que aconselhou os reis de Portugal e Espanha, nos fins do século XV, a buscarem mão de obra escrava na África, uma vez que os indígenas não tinham afeição alguma ao trabalho.

Segundo o pensamento de Kissinger, não se deve buscar suavidades na História. Ela é violenta, do ponto de vista realista.

Contornar a realidade com demonstrações sutis de fraqueza parece soar um tanto maquiavélico. Mas isso faz parte da política. Ganhar tempo e espaço são objetivos contínuos da política. Kissinger sempre agiu assim. Dar a impressão de ganhar a todo tempo, e não deixar margens ao adversário, pode criar inimigos permanentes e inconsequentes, o que não condiz com

---

[121] "...Um traço da prática política é a disciplina. Essa só pode ser efetivada com base em valores partilhados. Para que as vitórias sejam obtidas, no entanto, instrumentos técnicos e saberes devem ser adquiridos, o que requer procedimentos reiteráveis. Separar valores de sua objetivação impede perceber o núcleo dos atos políticos, O poder moderno exige, em vez de absolutização irracional do carisma, o trabalho disciplinado dos que obedecem como se fossem máquinas. O Príncipe é inteligível sem a plebe, ambos se instalam em polos contrários da política moderna..." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 29).

[122] "No outono da Idade Média, o Estado retoma forças e passa, com muitas dificuldades, à supremacia. A luta entre Igreja e papado acentua o poder dos grandes governantes. Nomes como Frederico II e Filipe IV abrem a lista dos poderosos contrários ao poder do Sumo Pontífice. O imperador Carlos IV, na Alemanha e o rei Luís XI, na França, dão exemplos de uma arte racional e inescrupulosa de governar, cuja base era a pessoa. A própria Igreja, com a concentração do mando nas mãos do Papa, as suas formas administrativas e finanças, serve de modelo para o Estado nacional. Mas se aprofunda o conflito entre a razão de Estado: em um plano, a lei, em outro, a ética. A razão estatal é vista como pecado contra a lei e inimiga dos antigos costumes. Maquiavel rompe com essa atitude e assume o plano secular. Existem críticos, adiante Meinecke, que notam o Florentino não expressar opiniões sobre o real fim do Estado. Erradamente, eles deduzem que ele não refletiu sobre o assunto. Entretanto, ele não fez outra coisa em toda a sua existência, que surge na confluência entre o colapso da política com o Renascimento." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 31).

a Razão de Estado[123].

Kissinger advertiu Nixon e Ford de que o comunismo iria ruir internamente. Uma sociedade na qual é impedido o florescimento de lideranças e a própria criatividade, a não ser no monolito partidário, está fadada a desaparecer, por maiores que sejam suas aventuras econômicas e morais. E a História[124] ficou ao lado dos Estados Unidos.

Acusar Kissinger de maquiavelismo[125], quando foi Secretário de Estado do Estados Unidos, de 1968 a 1976, e imputar-lhe um termo que soa pejorativo e irreal à sua posição. Como ele mesmo já pronunciou, a época na qual ele esteve à frente desse cargo exigia decisões rápidas e não presas à legalidade estrita (daí parecer ser ele criminoso de guerra). Mas tudo atendia ao interesse estrito da nação, ou seja, a Razão de Estado.

Uma nação para ser hegemônica deve possuir uma liderança forte e um povo forte. Geostrategicamente, para que uma nação assuma a liderança em nível internacional, não basta as boas intenções de seus governantes. O povo[126] também deve querer almejar a referida liderança, o que importa em um nível cultural mais adiantado em relação a outros povos.

Ser articulado mentalmente e capacitado nas tomadas de decisões não implica em ser desonesto. Usar da mentira, do ardil e da fraude é vexatório em qualquer ramo científico, principalmente perante a lei. Não se pode confundir tirocínio e capacidade técnica com fraqueza

---

[123] "Essa doutrina dura, mesmo heroica, de luta permanente, comprometeu o povo americano em disputas intermináveis, com regras que davam a iniciativa ao adversário e limitavam om papel americano ao fortalecimento de países já de seu campo- clássica política de esferas de influência. Ao repudiar negociações, a política de contenção perdeu tempo precioso no período de maior força relativa dos Estados Unidos- Em que ainda tinham o monopólio atômico. Na realidade, pela premissa da contenção- de que ainda faltava montar posições de força- a Guerra Fria por um lado militarizou-se e por outro, deu a falsa impressão de fraqueza relativa do Ocidente." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 414).

[124] "No final o comunismo desabou. Em parte, devido à sua própria esclerose, em parte pelo peso de um Ocidente revigorado. É o motivo por que o julgamento final da história será mais compreensivo com os campos oponentes, no debate interno dos Estados Unidos, do que estes jamais foram entre si. A história lerá as abordagens de Nixon e de seus críticos conservadores como complementares e não competitivas, um lado acentuando os aspectos geopolíticos, o outro o tecnológico, de uma luta cuja essência moral ambos entendiam de forma parecida." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 701).

[125] "*Maquiavelismo.* A palavra significa, grosseiramente, o realismo esperto e de má fé na ordem pública, social, religiosa. Ela indica exatamente o que acabamos de ler em Maquiavel: para conseguir a salvação do povo, nada envergonha, a força decide a razão e o bem..." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 35).

[126] "Para bem decidir, na salvação do povo, é preciso que os dirigentes e o próprio povo possuam virtude." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 40).

de espírito.

O governante[127], que a todos dirige, tem a responsabilidade de levar seu povo de um estágio a outro, mesmo que este último se encontre em uma situação de relativa comodidade. A Educação, mais uma vez, é a chave única para o desenvolvimento social. Por esse motivo Maquiavel, em seu pensamento, retorna sempre aos tempos da Grécia Clássica. A Filosofia grega é a filosofia fundada no respeito à lei através da educação. Os japoneses, depois de 1945, investiram quase 40% do PIB nacional em educação. O resultado saltava aos olhos quarenta anos depois. O país saiu de um perfil autoritário em meados da década de 40% para ser um paradigma internacional nos anos 80 do século XX.

Maquiavel, que viveu nos tempos da Ilustração e que tentava se livrar incessantemente das amarras externas do poder medieval, queria, como era de seu tempo, a soberania[128] de seu reino, que deveria se tornar Estado para ser totalmente soberano, algo que, do ponto de vista do Direito Internacional e das relações internacionais, somente se concretizaria em 1648 com a Paz de Vestfália.

Nação forte e soberana deve possuir instituições fortes, principalmente as forças armadas e a economia. Ter voz internacional, em muitos casos, importa mais a "ser temido a ser amado."

---

[127] "Como a lei é fundada na razão, o governante deve educar os dirigidos, nãos os forçar." (ROMANO, Roberto. Razão de Estado e outros Estados da razão. 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014, p. 42).

[128] "A soberania é um dado ético e não poiético do Estado, pois ela é institucionalização da comunidade política segundo o princípio da liberdade. É o modo com o um povo se organiza em poder independente, portanto livre, isto é, eticamente existente. A forma pela qual o sistema das necessidades da globalização econômica encontra sua superação, tem, pois, de constituir-se eticamente, preservando o conteúdo ético da política ou do Estado, vale dizer, sua independência soberana, cujo teor ético é a superação da globalização poiética, globalização econômico-financeira, pela universalização concreta da justiça, ou seja, pela realização de justiça universal concreta.
A soberania não se encerra no seu elemento formal. Esse elemento formal, sem dúvida, é essencial. Soberania é também o poder exclusivo que o Estado tem de criar suas próprias leis ou seu ordenamento jurídico. Só obriga dentro do território nacional a norma jurídica posta por ato de quem formalmente representa a comunidade nacional, seja ela lei, seja ela pacto. Contudo, não é suficiente para criar com exclusividade seu próprio ordenamento jurídico. Há um outro elemento essencial de ordem material: a força, sem a qual não há poder. Eis por que as forças armadas da nação têm de estar aparelhadas com armas com que possam dissuadir o uso de armas por outras nações. E isso só é possível com o poder igual, num sistema de forças dissuasórias equilibradas entre as nações, pelas quais se impõem o reconhecimento e o respeito da soberania. Isso implica dominar a tecnologia atômica com responsabilidade e compromisso ético." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como *Maximum* Ético), Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006, p. 263).

1.5 – A RAZÃO DE ESTADO E O PENSAMENTO DE METTERNICH

"As cabeças coroadas da Europa" é a expressão predileta de Kissinger para se referir ao período pós Napoleão, em 1.815, no qual ocorrei o Congresso de Viena.

A Europa fora dominada por Napoleão de 1799 a 1815, no qual as antigas dinastias foram substituídas pelos governantes nomeados por este imperador, principalmente os parentes dele.

A burguesia industrial europeia, ansiosa por chegar ao poder, apoiara Napoleão, que instituiu o Código Civil francês em 1805 e o Código Comercial francês em 1807.

Foi necessário o Velho Mundo passar pela experiência desse governante que queria governar toda o continente, do Atlântico aos Urais. Mas a campanha expansionista que custava 300 mil jovens por ano foi um desastre na Rússia. A vastidão dessa nação somado ao rigor do inverno derrotaram o exército imperial francês. A Inglaterra soube tirar proveito dos referidos acontecimentos. Napoleão[129] foi deposto e exilado. O general Wellington fez da Inglaterra, juntamente com o almirante Nelson, a superpotência do século XIX.

A Inglaterra não hesitou em levar para todo o mundo civilizado sua cultura e investimentos, principalmente para seus domínios. Em 1830 a Inglaterra tinha 400 bancos. Era a nação que representava a cumeada do capitalismo internacional.

O Congresso de Viena de 1815 deu legitimidade aos monarcas europeus. Vários deles haviam financiado a Inglaterra contra Napoleão. O caminhar do Espírito Universal é na realidade descrito por uma espiral, que sempre positiva até mesmo os momentos anteriores negativos. Mesmo sendo a Inglaterra opositora da França, não destruiu o legado francês de codificação dos direitos privados. O homem busca ser cada vez mais livre. O conceito de liberdade primeiro é uma ideia. A História é uma roda que sempre gira para a frente.

---

[129] "Enquanto Napoleão vivia em Elba seu primeiro exílio, os vitoriosos das guerras Napoleônicas reuniram-se em Viena, em 1814m para planejar o mundo pós-guerra. O Congresso de Viena continuou em reunião durante a fuga de Napoleão de Elba e sua derrota final em Waterlloo. Nesse ínterim, a necessidade de refazer a ordem internacional tornara-se mais urgente.
O príncipe Von Metternich foi o negociador, apear de, reunido em Viena como estava o congresso, o imperador austríaco jamais distanciar-se do cenário. O rei da Prússia enviou o príncipe Von Hardenberg, e o recém-restaurado Luís XIII da França contava com Talleyrand que, desse modo, manteve seu recorde de ter servido a todos os governantes franceses desde antes da revolução. O czar Alexandre I, recusando -se a abrir mão da elevada precedência russa, compareceu pessoalmente. O minsitro inglês de estrangeiros, Lorde Castlereagh, estava em nome da Inglaterra." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 61).

A "legitimidade[130]" defendida pelo príncipe austríaco Metternich (1773-1859) contribuiu para o estabelecimento dos "cem anos de paz" dentro da Europa. Kissinger teve um olhar clínico, ao ver nesta face da Razão de Estado do século XIX o modelo ideal de relações internacionais, baseadas na diplomacia, por isso propiciadora da paz. Embora o próprio Kissinger nunca tenha dispensado a utilização da força, quando necessário.

A Áustria representava os povos germânicos na época de Metternich. Com a Inglaterra dominando os mares e a Rússia com uma força brutal de resistência e com natureza expansionista, o chanceler austríaco via na diplomacia o melhor caminho para a manutenção dos interesses da sua nação.

A Razão de Estado da Áustria, nos tempos de Metternich, era direcionada para a união da Europa, mantida a soberania dos Estados. A política da guerra cederia lugar para a política da paz. E funcionou por praticamente cem anos.

A "Restauração" da cabeças coroadas do Velho Mundo teve como fundamento, após o império napoleônico, a "legitimidade", ou seja, o viés dinástico já existente há séculos. E tal legado de Metternich foi tão forte que em 1914, a Primeira Guerra Mundial foi deflagrada entre

---

[130] "O Império Napoleônico, com toda a sua extensão, demonstrou, não obstante, a fragilidade de uma conquista não aceita pelos povos subjugados. Embora Napoleão tenha consumado a derrubada do conceito existente de legitimidade, não conseguiu substituí-lo por outro. A Europa foi unificada do Niemen ao Golfo de Biscaia, mas a força tomara o lugar do compromisso; os feitos materiais da revolução Francesa deixaram para trás a sua base moral. A Europa estava unida, mas apenas no sentido negativo, na sua oposição a um poder tido como estrangeiro (a indicação mais segura da ausência de legitimidade), uma consciência de "não- identidade" que logo se viu dotada de pretensões morais e se tornou a base do nacionalismo.

Quando Napoleão foi derrotado na Rússia, o problema de erigir uma ordem legítima apresentou-se à Europa em sua forma mais concreta. A oposição é capaz de criar amplos consensos, talvez os mais abrangentes que se podem obter, mas seus membros, unidos pelo que não lhes agrada, podem chegar aos maiores desentendimentos quando se trata do que colocar em seu lugar. Esse o motivo por que o ano de 1812 é o ponto de partida de nosso exame. Encarado sob qualquer prisma- e tem havido grande variedade de interpretações que vão da apologia moral da autodeterminação nacional ao destino trágico do Herói- aquele ano marcou o momento em que se evidenciava que a Europa não seria organizada pela força. Mas a alternativa não era tão evidente. Saltava aos olhos que havia forças novas desencadeadas no mundo, clamado pela participação popular no governo. Mas também era evidente que essas forças haviam sido responsáveis por um quarto de século de turbulências. A Revolução Francesa infligira um golpe talvez mortal no direito divino dos reis; no entanto, os representantes desta mesma doutrina foram chamados a pôr termo a um longo período de derramamento de sangue. Em tais circunstâncias, o que surpreende não é a imperfeição do acordo resultante, mas sua sensatez; não é o "reacionarismo", segundo as orgulhosas doutrinas da historiografia do século XIX, mas o equilíbrio. Pode não atendido a todas as esperanças de uma geração idealista, mas deu a essa geração algo talvez mais preciso: um período de estabilidade que permitiu a realização de suas esperanças sem uma guerra de vulto ou uma revolução permanente. E nosso relato terminará em 1822, quando a ordem internacional que emergiu do conflito revolucionário assumiu a forma que manteria por mais de uma geração. O período de estabilidade que se seguiu foi a melhor prova de que uma ordem "legítima" se compusera, uma ordem aceita por todas as grandes potências, que a partir daí buscaram seus ajustamentos dentro dessa estrutura, ao invés de busca-los em sua derrubada." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 4-5).

governantes "primos" (o rei da Inglaterra, o kaiser Alemão e o czar da Rússia).

Metternich[131], conservador sob o prisma político, queria a Áustria distante de invasões e conflitos que não dissessem respeito diretamente. Cravada no centro da Europa, a referida nação não podia ficar bloqueada e sem saída, no caso de conflitos em duas frentes. Recursos materiais e humanos também não poderiam ser jogados fora, pois o futuro exigia provisões políticas, econômicas e militares. A legitimidade deveria ser direcionada para todos os aspectos da vida nacional e internacional.

Na sociedade internacional não há amizade entre os Estados, mas interesses. O Congresso de Viena de 1815 tornou obrigatório, a partir de então, que os estadistas dessem os lances políticos sempre com uma margem de vantagem maior para evitar a guerra. E até 1914 funcionou, em que pese a partir de 1871 a Alemanha aparecer no cenário europeu com todas as nuances que os traumas de seu passado não unificado causaram, principalmente no século XX.

A Inglaterra, contudo, tornou-se, impulsionada pela Revolução Industrial e a produção em série, um ator central da política europeia, no século XIX. O império inglês, neste século, estava com as finanças abarrotadas de recursos (muitos deles vindos de Portugal, que não soube balancear seus pagamentos e por isso fazia negócios nos quais havia desproporcional transferência de riquezas para a nação inglesa).

A Europa do século XIX primava-se, em nível de política externa e através da diplomacia, pela estabilidade. Governos autocráticos dominaram esse continente, e praticamente todo o mundo ocidental, com exceção do Estados Unidos da América do Norte (o maior presidencialismo-democrático-constitucional da História Universal).

---

[131] "A estabilidade readquirida pela Europa em meio ao caos aparente resultou sobretudo do trabalho de dois grandes homens: Castlerreagh, o Secretário de Negócios Exteriores britânico, que negociou o acordo internacional, e o ministro da Áustria, Metternich, que o legitimou. Isso não quer dizer que uma ordem internacional brotou de intuição pessoal. Todo estadista deve tentar a conciliação do que considera justo com o que admite possível. O que se considera justo depende da estrutura interna do Estado; o que é possível depende de seus recursos, posição geográfica e determinação, e dos recursos, da determinação e da estrutura interna de outros Estados. Sendo assim, Castlereagh, apoiado no conhecimento da segurança insular da Inglaterra, tendia a opor-se apenas à agressão *aberta*. Mas Metternich, estadista de uma potência situada no centro do continente, aspirava sobretudo *prevenir* convulsões. Convencida da inexpugnabilidade de suas instituições internas, a potência insular criou uma doutrina de "não-interferência" nos assuntos internos de outros Estados. Angustiado pela vulnerabilidade de sua estrutura interna numa era de nacionalismo, o poliglótico império austro-húngaro insistia num direito generalizado de interferência, para vencer a inquietação social onde quer que surgisse. Como a Grã-Bretanha só viria a se sentir ameaçada se a Europa caísse sob a dominação de uma única potência, Clastlereagh interessava-se primordialmente na criação de um equilíbrio de forças. Mas como um equilíbrio apenas limitaria a extensão da agressão, sem impedi-la, Metternich objetivava escorar a balança desenvolvendo uma doutrina da legitimidade e instituindo-se como seu guardião." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 5).

O Brasil do século XIX foi governado imperialmente pela Casa de Bragança-Habsburgo. Tinha todos os traços autocráticos conservadores da Europa e foi sede do governo português a partir de 1808, com a chegada de Dom João VI no Rio de Janeiro, acompanhado da corte portuguesa, todos em fuga de Napoleão Bonaparte. Se considerarmos a História Europeia como o centro do mundo no século XIX, pode-se garantir que o Brasil faz parte da História Universal. Cabeças coroadas da Europa estiveram em solo brasileiro.

O conceito de legitimidade de Metternich alcançou a nação brasileira. Após a Declaração de Independência em 1822, o Brasil continuou a ser governado pela família real de Bragança-Habsburgo, por isso não apenas casa real de Portugal, mas também casa real da Áustria.

A Razão de Estado[132] opera com os instrumentos colocados à sua disposição no presente. Metternich não tinha outra saída, a não ser implantar na política exterior europeia a legitimidade dos governantes. A Revolução Industrial, que no século XIX chegara à sua terceira fase, de produção em série, criou aos poucos, mas de forma definitiva, uma mão de obra operária e urbana. Os direitos sociais começaram a fazer parte do ideário das populações dos países industrializados. Não seria fácil conciliar causas sociais e governos reais em pleno século XIX. Para a manutenção do poder e para evitar oportunismo, Metternich lançou mão da legitimidade dos governantes.

Mas a História é uma roda que gira apenas no sentido horário e não se sente à vontade para voltar atrás. Em 1848, os movimentos sociais na Europa já começavam a desgastar o modelo de governo de Metternich[133]. A Inglaterra, receosa de questionamentos políticos dentro de seus domínios e precisando de mercado consumidor, passou a combater a escravidão no Ocidente.

---

[132] " NA TAREFA DE CONSTRUIR uma nova ordem internacional, que a derrota de Napoleão na Rússia tão inesperadamente impôs à Europa, os problemas da Áustria assumiram uma característica quase simbólica, tanto por razões geográficas como históricas. Situada no centro da Europa, em meio a poderes potencialmente hostis, desprovida de fronteiras naturais, com uma composição poliglótica de alemães, eslavos, magiares e italianos, a Áustria era o sismógrafo da Europa. Tinha a certeza de ser a primeira vítima de qualquer convulsão maior, pois a guerra só poderia incrementar os elementos centrífugos de um Estado cujo único laço de união era a coroa comum. Sendo tão extrema para a Áustria a exigência de estabilidade, e porque a lei é a expressão do *status quo*, a Áustria sustentava a idéia do limite, a importância do equilíbrio, a necessidade da lei e a santidade dos tratados: "A Áustria, disse Talleyrand, "é a Câmara dos Pares da Europa." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 7).

[133] "Quando o destino dos impérios está em jogo, as convicções de seus estadistas são o meio de sobrevivência. E o sucesso dependa da correspondência entre essas convicções e os requisitos especiais do Estado. Era destino da Áustria que em seus anos de crise ela fosse dirigida por um homem que era o epítome de sua própria essência; era seu destino, não sua fortuna, pois, como na tragédia grega, o sucesso de Clemente von Metternich tornou inevitável o colapso final do estado que ele tanto lutou para preservar." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 8).

Nisso os ingleses foram mais cautelosos: fazer sucessor. A perpetuação da forma de governa inglês se deve à contínua adequação do governo à realidade nacional e internacional. Exemplo foi a Revolução Gloriosa de 1688, que acabou com o absolutismo, propiciando o Parlamento, que lá está até os dias atuais.

O grande legado do sistema diplomático de Metternich e seus contemporâneo para o Direito Internacional foi o Sistema de Conferências. Iniciado em 1815, com o Congresso de Viena, permaneceu por praticamente cem anos, até 1914. Os tratados internacionais celebrados entre os Estados e o respeito a eles, também pela obrigação do *pacta sunt servanda*, originário do Direito Civil e mais remotamente do Direito Romano, constituem a grande novidade do período mencionado, em nível de diplomacia.

O Direito Internacional ganha os contornos contemporâneos a partir do Congresso de Viena de 1815. Henry Kissinger vê neste momento fundamental da diplomacia internacional o divisor de águas da diplomacia pela força e da força da diplomacia. Mais uma vez o Império da Lei é confirmado pela Razão. Ser e pensar não estão separados um do outro. O ser é o pensar e o pensar habita apenas no ser. Por isso a liderança deve agir exclusivamente pela Razão, excluindo as sombras, ou seja, a violência, nas relações internacionais.

As sementes da Liga das Nações (SDN- 1919), da qual se adveio a Organização das Nações Unidas (ONU-1945), foram plantadas, não propositalmente, no século XIX. Neste século, buscava-se o equilíbrio entre as potências soberanas, enquanto no século XX passou-se à segurança coletiva. Mas a necessidade da "estrutura da paz", que é um dos objetivos maiores da vida diplomática de Henry Kissinger, tornou-se imperativa desde 1815, com o Congresso de Viena.

Os congressos internacionais em solo europeu eram a tradução da unificação do continente em nível diplomático. Uma ordem internacional[134] com traços eminentemente

---

[134] "Paradoxalmente, essa ordem internacional, mais explicitamente criada em nome do equilíbrio de poder que qualquer outra anterior ou desde então, apoiava-se o mínimo no poder. Esse interessante estado de coisas ocorreu em parte porque o equilíbrio foi tão bem preparado que só poderia rompê-lo um grande esforço, muito difícil de empreender. Mas a razão mais importante foi que os países continentais estavam unidos por valores comuns. Não houve apenas um equilíbrio físico, mas também moral. O poder e a justiça em harmonia substancial. O equilíbrio de poder reduz as oportunidades de uso da força; um senso de justiça comum reduz o desejo de usar a força. A ordem internacional que não se considere justa será, mais cedo ou mais tarde, desafiada. Mas a maneira como um povo percebe a justiça de uma ordem mundial específica vem de suas instituições internas e de suas opiniões sobre questões táticas de política externa. Por isso a compatibilidade entre as diversas instituições domésticas é um reforço para a paz. Irônico como possa parecer, Metternich predisse Wilson em que um consenso comum de justiça era uma

europeus se estabeleceu no século XIX.

E o sentimento da Europa, como centro do mundo, sob o prisma político, econômico, industrial, militar e econômico ultrapassou o século XIX, chegando até o século XX. Se o Estados Unidos da América do Norte for considerado uma extensão da história europeia, pode-se falar que o século XXI também tem o espírito europeu como centro articulador mundial. A ideia civilizatória europeia do século XIX é uma ideia cristã, por isso Ocidental. O Novo Mundo é parte "efetiva" do Ocidente.

O Brasil é uma nação Ocidental, pois isso de cultura e formação europeia.

O Mundo Restaurado é o mundo da diplomacia. A paz torna-se um pré-requisito para as negociações entre os Estados Soberanos. O Direito Internacional dá relevantes passos para tornar-se uma parte da ciência jurídica indispensável nas relações internacionais. Concebe-se o Direito Internacional Público como um direito dos "Tratados Internacionais."

O século XX, em que pese nele ter existido regimes autoritários e baseados apenas no poder da força, como o nazismo e o comunismo, aprimorou muito a utilização dos tratados internacionais. O Tratado de Versalhes foi pouco duradouro, mas foi uma solução "punitiva" das potências vencedoras (principalmente a França e a Inglaterra) para os problemas europeus pós Primeira Guerra Mundial (1918). A Carta de São Francisco, de 1945, que instituiu a organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu um sistema permanente de diálogos entre a maioria absoluta das nações do mundo, principalmente entre as potências vencedoras da II Guerra Mundial (Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e China) que constituem o Conselho de Segurança permanente desta instituição.

O século XIX, sob o olhar diplomático, representou a evolução absoluta da solução dos conflitos internacionais através do Tratados. Metternich[135] ao prezar estritamente a

---

exigência para a ordem internacional, embora sua idéia de justiça fosse o oposto do que Wilson buscou impor no século XX." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 62).

[135] "O Congresso de Troppau marca o ponto alto da técnica diplomática de Metternich. Não desejando, ou não podendo adaptar a Áustria às tendências dominantes do período, deparando-se com a perspectiva de uma batalha contra o nacionalismo e o liberalismo, conseguiu torna-la numa luta europeia, e não austríaca, evitando, assim, demonstrar a incongruência da estrutura doméstica da Áustria. Enfrentando o perigo de uma França ressurgente voltar à sua posição italiana por meio de um pacto familiar e de um apelo ao constitucionalismo, conseguiu isolar a França e reduzi-la à incapacidade. O papel dos representantes franceses em Troppau não poderia ter sido mais triste. Aparecendo como os mais conciliatórios de todos os plenipotenciários, Metternich os atraiu para a uma armadilha atrás da outra. Quando Caraman adotou a sugestão da mediação francesa de Capo d`Ìstria, Metternich obliquamente o encorajou a apresentar a proposta numa sessão plenária, apenas para abandoná-lo ante o furioso protesto do Czar contra a mediação de soberanos legítimos e revolucionários. E quando o confiante francês mostrou a Metternich um despacho confidencial protestando contra o *Protocole Preliminare* e comparando a intervenção em Nápoles com o

legitimidade[136], acabou edificando um sistema internacional de negociações permanentes entre os Estados. Por isso Bismarck, anos à frente, mais ainda no século XIX, advertiu que a política entre os Estados, em nível internacional deveria ser fluída, nunca fixa. Kissinger incorporou muito bem essa conclusão "europeia" ao seu pensamento diplomático. A Razão de Estado, chave única para a hegemonia nacional, é um conceito norteador das relações internacionais do Ocidente.

Pressionado por uma Rússia expansionista e com presunção própria e absoluta de projetos messiânicos, Meternich não tinha outra alternativa, como estadista, em defesa do interesse nacional da Áustria, a não ser apoiar-se diplomaticamente na Inglaterrra, impedindo assim um domínio "eslavo-ortodoxo" do centro da Europa e até mesmo de toda Europa Ocidental. A derrota de Napoleão na Rússia e a "retirada" do grande exército francês deixaram claro o poder de resistência do povo russo e a insistência de seus governantes em sem manterem no poder conforme princípios autocráticos.

A Áustria de Metternich não tinha forças militares suficientes para suportarem uma invasão russa. A saída era olhar para o Ocidente, do outro lado do Canal da Mancha, e lá buscar a reciprocidade diplomática, de uma nação conhecida no mundo pelo "domínio dos mares." A Razão de Estado[137] não implica em manobras de submissão, mas de saber o seu lugar em cada

---

jugo imposto à França, Metternich providenciou para que Alexandre fosse informado das vacilações de seu pretendente aliado. A reação final da França ao *Protocole Preliminare* apenas refletiu impotência: recusou-se a assinar o protocolo, mas aderiu ao convite ao rei de Nápoles, conseguindo antagonizar a Rússia e a Grã- Bretanha." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1973, p. 246).

[136] "...Acontecera, então, que o governo da Europa se tornou realidade, ainda que por um instante fugaz e por causa estéril. Simbolicamente, no dia 5 de maio, uma semana antes de encerrar-se o Congresso de Laibach, Napoleão morria em S. Helena. A unificação política do Continente, que ele fora incapaz de alcançar pela conquista, acontecera pela submissão voluntária a um princípio de legitimidade." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 261).

[137] "Nessa atitude, Metternich esforçava-se para não ser arrastado pelas emoções do momento. Logo que Napoleão foi derrotado na Rússia e antes que as tropas russas chegassem à europa Central, Metternich já indentificara a Rússia como ameaça potencial a longo prazo. Num momento em que os vizinhos da Áustria se concentravam em libertar-se do controle francês, ele condicionou a participação da Áustria na coalizão anti- Napoleão a objetivos de guerra compatíveis com a sobrevivência do seu vacilante império. A postura de Metternich foi o contrário daquela assumida pelas democracias na Segunda Guerra Mundial ao verem-se em idêntica situação ante a União Soviética. Como Castlereagh e Pitt, Metternich acreditava que uma Europa Central forte era condição para a estabilidade europeia. Decidido a evitar provas de força se possível, Metternich preocupava-se em estabelecer um estilo moderado tanto quanto em acumular poder primário:

(...)

Apesar da Áustria precisar da Rússia como contrapeso da França, era cautelosa com o aliado impetuoso, especialmente devido à inclinação messiânica do czar. Tayllerand comentou não ser por acaso que o czar Alexandre I era filho do louco czar Paulo. Metternich descrevia Alexandrre como "estranha combinação de qualidades masculinas e fraquezas femininas. Fraco demais para lutar por ambições verdadeiras, porém forte demais para a vaidade pura." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 68-69).

momento, ora em posição secundária, mas buscando sempre ao final atingir a liderança. E a manutenção do próprio Estado, soberanamente.

Mas dentro de uma concepção política talhada estritamente na Razão de Estado[138], a liderança não pode ficar presa a apenas uma opção. Uma saída "digna e honrosa" é indispensável para o alcance dos propósitos a médio e longo prazo. Por esse motivo Kissinger não queria uma rendição incondicional e uma retirada às pressas e desastrada do Estados Unidos do Vietnã pelos idos de 1975. Sair com negociação produz respeito e confiança. A fuga causa desrespeito e produz ânimo na outra parte para desafios maiores e talvez inconsequente no futuro Mesmo com a saída gradativa do Estados Unidos do Vietnã, a União Soviética se viu animada para aumentar exageradamente seu expansionismo territorial, político e militar. Em 1980, um terço dos países do mundo pertenciam ao bloco socialista liderado por Moscou, principalmente os países mais pobres do mundo e dependentes de ajuda externa. O resultado foi a hecatombe política de 1989 – 1991 dos países socialista e a consequente desintegração da União Soviética.

É incrível como as ideias e os conceitos trilham pela História Universal. A evolução do caminhar do Espírito da Liberdade leva o estadista ou o filósofo a conclusões que, na maioria dos casos, ultrapassa as contingências de seu momento. Metternich, em sua postura diplomática conservadora, mas sempre voltado para o interesse nacional da Áustria, ou seja, a Razão de Estado, é muito bem compreendido nos tempos atuais, se comparados aos tempos nos quais ele viveu. Parecia que nos idos de 1848 o conceito de "legitimidade" implantado por Metternich[139]

---

[138] "Qual é, então, a natureza da ação do estadista? Certa escola de determinismo social reduziu o estadista a simples alavanca da máquina chamada "história", agente de um destino que ele mal pode discernir, mas realiza, a despeito de sua vontade. E esta crença na onipresença da circunstância e na impotência do indivíduo estende-se à noção de formulação política.
Fala-se muito no condicionamento dos planos pela indisponibilidade dos fatos, na dificuldade da ação devido à limitação do conhecimento. Não se pode negar, evidentemente, que a política não acontece no vácuo, que o estadista defronta-se com um material que deve tratar como dados recebidos. Não apenas a geografia e a disponibilidade de recursos traçam limites à ação do Estado, mas também o caráter do povo e a natureza de sua experiência histórica. Mas afirmar-se que a política não cria sua própria substância não significa dizer que a substância surge por si mesma. A compreensão de que o Império de Napoleônico cambaleava era o *condicionamento* da política em 1813, mas não *em si* uma política. Podia "estar no ar" que o período de revolução seria substituído por uma ordem de equilíbrio, que a asserção da vontade daria lugar a uma insistência na legitimidade. Porém basta estudar as vacilantes medidas da maioria das potências para verificar que ainda estavam longe de revelar-se a natureza do equilíbrio e as medidas a tomar para alcançá-lo." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 300).

[139] "A prova de um estadista, então, é sua capacidade de reconhecer o verdadeiro relacionamento de forças e fazer com que esse conhecimento lhe sirva aos fins. Para a Áustria, o anseio de estabilidade era inerente a sua posição geográfica e sua estrutura interna...
Mas é possível julgar-se o estadista apenas pela visão, pois, ao contrário do filósofo, ele deve executar o que concebe. E o estadista enfrenta inevitavelmente a inércia de seu material, já que as outras potências não são fatores a

na diplomacia europeia não mais atendia às nascentes demandas revolucionárias sociais. Todavia a "legitimidade" era um conceito fixo, para manter o equilíbrio entre as potências europeias e assim afastar guerras e invasões. Sob o prisma histórico, ainda era cedo para se falar em "Estado Social", mesmo que de Direito.

Metternich[140] era um conservador de seu tempo e que não queria ver sua nação e seu povo novamente subjugado. Napoleão Bonaparte unira a Europa com seus exércitos, ou seja, pela força, em termos de política, em que pese esse general e governante europeu representar o Espírito da Liberdade de seu tempo. O estadista e diplomata austríaco apresentou a "legitimidade" a partir do Congresso de Viena de 1815 para trazer equilíbrio de poder e paz à Europa. E conseguiu seus objetivos, por longos anos.

O grande legado de Metternich para as gerações futuras de estadistas e líderes é o imperativo de navegar no meio de diversos interesses nacionais e contradições de decisões, sem, contudo, tomar partido intransigente de apenas um dos lados. O estabelecimento de um princípio superior que represente a Razão facilita a posição do estadista no turbilhão político de práticas administrativas e até revolucionárias. A "legitimidade", para Metternich[141], representava esse

---

manipular mas forças a conciliar; que os requisitos de segurança variam com a posição geográfica e a estrutura doméstica das potências. Seu instrumento é a diplomacia, a arte de relacionar os estados entre si pelo acordo em lugar do exercício da força, pela figuração de um campo de ação que reconcilie aspirações particulares com um consenso geral. Por depender, a diplomacia, da persuasão, e não da imposição, pressupõe um quadro determinado, seja através de um acordo sobre um princípio de legitimidade, seja, teoricamente, através de uma interpretação idêntica das relações de pode, embora na prática esta última seja mais difícil de atingir. As realizações de Castlereagh e Metternich deveram-se em boa parte a sua extraordinária capacidade como diplomatas..." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 301-302).

[140] "Este livrou versou sobre estadistas conservadores de países dotados de estruturas sociais tradicionalistas, de sociedades suficientemente coesas para que a política fosse conduzida com a segurança permitida pela convicção de que as disputas internas eram essencialmente técnicas e confinadas à forma de consecução de um objetivo aceito. Isso permitiu a Metternich empreender uma política de "colaboração" entre 1809 e 1812 sem ver-se acusado de traição, e a Castlereagh, negociar com Napoleão sem ser crucificado por "vender o país". A ação do Estado, então, envolve não apenas um problema de concepção, mas também de implementação, de execução, uma estimativa do alcançável tanto quanto uma visão do desejável." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 305).

[141] "...A qualquer momento dado, um Estado não passa de um agrupamento de indivíduos, conforme os eruditos positivistas não se cansaram de assinalar. Mas alcança identidade através da consciência de uma história comum. Esta é a única "experiência" que as nações têm, sua única possibilidade de aprenderem por si próprias. A história é a memória dos Estados.
Sem dúvida, os Estados tendem a esquecer. Não é muito frequente que as nações aprendam do passado, e ainda mais raro que dele tirem conclusões corretas. Pois as lições da experiência histórica, como as da experiência pessoal, são condicionadas. Elas ensinam as consequências de certas ações, mas não podem obrigar ao reconhecimento de situações comparáveis. Um indivíduo não pode ter a experiência de que um fogão quente queima, mas, frente a um objeto metálico de certo tamanho, deve concluir, em cada caso, se realmente se trata de um fogão, antes que seu conhecimento se mostre de alguma utilidade. Um povo pode estar ciente das prováveis consequências de uma

princípio, pois trazia equilíbrio de poder na Europa. Mas foi Bismarck quem estabeleceu na Alemanha unificada o conceito diplomático de fluidez nas relações internacionais. Assim como cada homem é um homem de seu tempo, cada estadista está envolto nas contingências de seu tempo.

situação revolucionária. Mas seu conhecimento será inútil se ele não for capaz de *reconhecer* uma situação revolucionária. Uma diferença existe, no entanto, entre conhecimento físico e histórico: a cada geração só se permite um esforço de abstração; ela só pode proceder a uma interpretação e a um único experimento, pois ela é seu próprio objeto de experiência. Este é o desafio da história e sua tragédia; a forma que o "destino" assume, na terra. E sua solução, quem sabe mesmo seu reconhecimento, talvez seja a mais difícil tarefa compreendida na ação do homem de Estado." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 307).

1.6 A RAZÃO DE ESTADO E O PENSAMENTO DE OTTO VON BISMARCK

Richelieu, por mais de 200 anos, teve uma influência teórica e prática muito grande no seu legado de não deixar que os povos germânicos se unificassem em um Estado. A França, caso os reinos germânicos se tornassem um Estado, estaria totalmente ameaçada em sua hegemonia, e principalmente em nível de segurança e diplomacia. A fragmentação da Germânia era um imperativo internacional para a Razão de Estado da França.

Richelieu não queria que a França estivesse cercada por inimigos fortes e hostis. Isso fez parte da Razão de Estado da França por séculos, para que se mantivesse hegemônica no continente europeu. E os reinos germânicos tiveram de pagar esse preço.

Entre as nações germânicas, a Prússia sempre teve um lugar de destaque e liderança. Dizia-se no século XIX que se a Prússia tivesse se unido à Áustria e não à Alemanha, o Império Austríaco teria durado mais e seria a mais forte potência europeia do século XIX e início do século XX.

O Espírito Universal da Liberdade caminha segundo a direção da Razão, principalmente em nível de políticas de Estado. A Alemanha, na segunda metade do século XIX, estava destinada a tornar-se o maior colosso industrial da Europa, passando a rivalizar assim com a Inglaterra.

Napoleão III, imperador francês, não teve a ousadia de seu tio, Napoleão Bonaparte. Com os sonhos de grandeza de ser um "César Romano", levou a França a aventuras militares que custaram a hegemonia francesa na Europa Continental. Bismarck[142], unificou a Alemanha a

[142] "Otto von Bismarck tem sido reconhecido como um lendário mestre da *Realpolitik* – a política realista, pragmática. O caso do telegrama de sem revela algo sobre seu caráter, assim como seus métodos políticos. Para Bismarck, a política se resumia em poder. Por causa dessa inabalável opinião, geralmente ele é considerado como privado de qualquer idealismo, moralidade, honestidade ou respeito aos direitos humanos. Usando tanto a habilidade diplomática como a força militar bruta, tornou a Alemanha a nação mais forte da Europa do século XIX. O historiador inglês A.J.P. Taylor alega em defesa de Bismarck: "Não é que não tivesse princípios, (...)Estes assentavam na desconfiança quanto à natureza humana."
Otto von Bismarck nasceu em 1º. de abril de 1815. Nessa época, a Alemanha não era um Estado unificado, mas uma cocha de retalhos de 35 monarquias independentes e quatro cidades livres, todas frouxamente agrupadas na Confederação Germânica, que, por sua vez, era dominada pelo Império Austríaco. Depois da Áustria, o maior Estado alemão era a Prússia, que ocupava parte da Germânia, incluindo a Renânia, a atual Alemanha Oriental e o oeste da Polônia.
O Exército prussiano e a burocracia governamental eram dirigidos por nobres proprietários de terra, os *junkers*, que em sua maioria não eram grandes conhecedores do mundo nem muito bem-educados. Contentavam-se em dirigir suas províncias rurais e servir a família real prussiana- a dinastia dos Hohenzollern.
Os Bismarck viviam na pequena cidade de Schonhausen, na província prussiana de Brandenburgo, e sua família era mais antiga que os governantes Hohenzollern. O pai de Otto, Ferdinando von Bismarck Schonhausen, era um homem

"ferro e fogo[143]", ou seja, através da industrialização em ritmos acelerados e da militarização.

Em 1871 as nações germânicas se uniram em torno de uma soberania, qual seja, a Alemanha. O nacionalismo[144] foi instrumento chave para ser utilizado como motivo da unificação alemão. Essa ideia se espalhou por toda a Europa, levando à unificação não apenas da Alemanha, mas da Itália também.

A Europa se vê diante de uma nova realidade depois da unificação da Alemanha. Uma outra grande nação europeia se torna líder e rivaliza com a Inglaterra a hegemonia no Velho Mundo. Bismarck sabia dos potenciais de sua recém-criada nação, e das tradições herdadas de outros tempos (inclusive do Império Romano). A força, muitas vezes colocada até mesmo como brutalidade das políticas de Bismarck, levavam em conta os objetivos imediatos e remotos a serem atendidos pela Alemanha. Representante da Razão de Estado de seu novo país,

---

rude, que não se destacava como soldado nem como bom fazendeiro. Sua mulher, Guilhermina Mencken, era de origem burguesa liberal. O pai dela, Luís, era um dos funcionários públicos mais conhecidos da época e fora conselheiro particular de três reis prussianos, inclusive Frederico Guilherme III. Guilhermina era uma pessoa sensível e inteligente, uma espécie de intelectual, fascinada pelas tendências em voga no século XIX, como espiritualismo, hipnotismo e misticismo religioso. Por essa época, começavam a ser discutidas ideias revolucionárias sobre democracia, maior liberdade política e o envolvimento dos trabalhadores e camponeses nos assuntos do governo, e mãe de Bismarck também interessou-se por elas." (ROSE, Jonathan E. Os Grandes Líderes. Bismarck. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987. p. 8-10).

[143] "No dia 30 de setembro de 1862, Bismarck apresentou-se ao parlamento prussiano para anunciar seu programa político. Nervoso, falando com uma voz meio aguda, disse aos deputados que a Prússia não poderia tornar-se uma grande potência se mantivesse os limites de suas fronteiras atuais. Precisava de mais território e, por essa razão, iria necessitar de um exército maior. "As grandes questões da atualidade serão decididas não por discursos ou maioria de votos- esse foi o grande erro de 1848 e 1849- mas pelo sangue e pelo ferro", disse ele." (ROSE, Jonathan E. Os Grandes Líderes. Bismarck. Editora Nova Cultura, São Paulo, 1987. p. 39).

[144] "O nacionalismo- doutrina que prega que as comunidades ou grupos nacionais deve ser independentes e autodeterminados, e que reivindica para um povo o direito de ser leal à sua própria nação- e a democracia- doutrina que prega a soberania popular e a distribuição equitativa do poder- logo se associaram ao liberalismo. Movimento em ascensão na Europa da época, o liberalismo representava a necessidade de liberdade política e econômica. Os liberais exigem autodeterminação individual e reformas governamentais que assegurassem a liberdade pessoal. Durante a década de 1830, estudantes e intelectuais liberais da Alemanha foram se incorporando ao movimento nacionalista Alemanha Jovem.

No final do século XVIII e início do século XIX, o nacionalismo invadiu a imaginação de muitos alemães, influenciados pelas teorias do filósofo e educador Johann Gottfried von Herder. Enquanto Herder sustentava que cada nacionalidade possuía sua própria e distinta herança cultural, opunha-se à forma mais extremada de nacionalismo: a crença em que determinado país é inerentemente superior a outras nações e deve por isso dominá-las.

Na Prússia, os nacionalistas estavam insatisfeitos com a monarquia Hohenzollern, ao mesmo tempo que criticavam os funcionários e militares que administravam o Estado, indiferentes às reinvindicações populares. Alegavam que não apenas o governo melhoraria se fosse remanejado, mas também que o povo alemão estaria mais seguro se os vários Estados e principados alemães fossem unificados. Esses Estados não estavam realmente unidos sob a frágil Confederação Germânica, estabelecida em 1815. Ao contrário, tentavam proteger seus interesses políticos e territoriais, em prejuízo de seus vizinhos de idioma alemão. Os Estados menores encontravam-se aprisionados entre os mais poderosos: a Prússia e a Áustria, que rivalizavam entre si pelo controle da Confederação" (ROSE, Jonathan E. Os Grandes Líderes. Bismarck. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987. p. 16-18).

Bismarck[145] estabeleceu um sistema de diplomacia fluída[146], evitando compromissos rígidos que poderiam levar a conflitos indesejáveis e que talvez colocassem em risco a própria existência da Alemanha.

Bismarck[147] não queria, em nível de política exterior, "inimigos permanentes e amigos fixos". Caso contrário, a Alemanha, que tanto esperou e lutou para se unificar, estaria à beira de conflitos militares de natureza incalculáveis. A Razão de Estado busca a paz e a estabilidade a longo prazo. Conflitos permanentes e perpétuos, em nível de política de Estado, não conduz à hegemonia internacional.

Mas a História cobra caro pela postergação das decisões. O fato de a Alemanha ter ficado mais de 200 anos sem poder se tornar uma nação unificada e soberana, com a divisão em vários reinos germânicos, a impediu de ter um passado "metropolitano". Para a Alemanha, não houve as Grandes Navegações, Pacto Colonial com colônias na época da Idade Moderna, extração de riquezas naturais das colônias, processo de industrialização decorrente das duas primeiras fases da Revolução Industrial, ou seja, na segunda metade do século XIX a Alemanha[148] era a maior

---

[145] "A cerimônia de proclamação realizou-se no dia 18 de janeiro de 1871, na Sala dos Espelhos de Versalhes, a magnífica residência dos reis franceses, construída por Luís XIV. (ROSE, Jonathan E. Os Grandes Líderes. Bismarck. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987. p. 59).

[146]"O Estado de bem-estar de Bismarck, como sua política em relação aos católicos e liberais, refletiu a aplicação da *Realpolitik* no cenário doméstico. Ele estava preparado para adotar qualquer programa que aumentasse seu poder e para abandonar qualquer programa que pudesse enfraquecê-lo. Para atingir seus fins, estava sempre pronto a alterar suas táticas, trair seus amigos ou colaborar com seus inimigos. Em 1848, combatera os nacionalistas alemães; depois, quando ficou claro que poderia vir a ser o líder de uma Alemanha unificada, mudou de ideia e apoiou a unidade alemã. Bismarck poderia até abraçar as ideiais socialistas específicas- desde que controlasse o sistema."
(...)
Depois de 1871, os objetivos da política externa de Bismarck foram simples e claros. "A Alemanha possui agora todo o território de que necessita", declarou ele. Daqui em diante seria preciso apenas preservar a paz e a estabilidade na Europa. Ele sabia que a França não descansaria enquanto não recuperasse a Alsácia-Lorena, porém era muito fraca para lutar sozinha contra a Alemanha. Além disso, Bismarck havia estabelecido boas relações com todas as outras potências europeias para garantir que não se aliassem com a França. De forma geral, conseguiu manter esse delicado equilíbrio diplomático, apesar de ter cometido alguns erros políticos surpreendentes." (ROSE, Jonathan E. Os Grandes Líderes. Bismarck. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987. P. 69).

[147] "Finda a guerra com a França, Bismarck havia criado um espírito de unidade nacional. O povo alemão, que até pouco tempo dedicara sua lealdade a vários principados independentes, sentia agora que pertencia a um reich (Império) alemão unido, governado pelo kaiser. Porém, logo após a guerra com a França, Bismarck começou a antagonizar amplos setores da população da Alemanha. Sistematicamente, criou profundas divisões sociais dentro da nação que unificara politicamente." (ROSE, Jonathan E. Os Grandes Líderes. Bismarck. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987. P. 63).

[148] "A falta de raízes intelectuais foi a principal causa da política externa sem rumo da Alemanha. A lembrança de ter sido, tanto tempo, o maior campo de batalha da Europa, deixou arraigada uma sensação de insegurança no povo alemão. Apesar de o império de Bismarck ser agora a potência mais forte do continente, os governantes alemães

potência europeia sem um passado glorioso. Isso chegou no século XX com uma necessidade autoimposta de expansionismo sem limites, levando o mundo a duas Guerras Mundiais (1914-1918) e (1939-1945). E a Alemanha, até os dias atuais, paga caro por estes referidos conflitos, inclusive com sua soberania, vigiada e limitada (a atual Alemanha não tem uma Constituição, apenas uma Lei Fundamental, que é a Lei de Bonn, em decorrência da presença aliada em seu território desde 1945).

Como todo estadista, que implica ter liderança, Bismarck era obrigado, nos seus tempos, a trabalhar nos limites do possível, para alcançar um futuro maior. A Alemanha, nos tempos de Bismarck, não poderia ficar na mão oposta da diplomacia europeia. Ao contrário, Bismarck tentou dirigi-la, dando de entender que a estabilidade do continente, ou o equilíbrio do poder, era necessário, e que a nova nação Alemã era necessária para a segurança do continente. E tinha de ser assim mesmo, para evitar um confronto direto com a Inglaterra e com a Rússia. A primeira por ser "dona dos mares" e com recursos bancários e financeiros quase ilimitados para os padrões da segunda metade do século XIX, e a segunda por ter uma capacidade de resistência a conflitos quase desconhecida no mundo, além de seu ímpeto expansionista, decorrente do "messianismo" do czar. Bismarck tinha de saber jogar na diplomacia europeia com no mínimo três lances à frente de seus potenciais oponentes (percepção diplomática esta muito admirada e utilizada por Henry Kissinger quando atuou como Secretário de Estado do Estados Unidos de 1968 a 1976 e como consultor de assuntos internacionais no período pós- Casa Branca até os dias atuais).

Para Bismarck[149], o sistema de alianças diplomáticas ficas e rígidas era o caminho para a

---

sentiam-se vagamente ameaçados, como prova a obsessão com o preparo militar agravado pela retórica belicosa. Os planejadores militares adotavam a hipótese de lutar simultaneamente contra todos os vizinhos da Alemanha. Preparados para o pior cenário, ajudaram a realiza-lo. Pois uma Alemanha forte para derrotar a coalizão de todos os vizinhos era também capaz, obviamente, de esmagar qualquer um individualmente. Diante do colosso militar em suas fronteiras, os vizinhos da Alemanha agruparam-se em proteção mútua, transformando a busca alemã de segurança num fator de sua própria insegurança.
(...)
Bismarck fez o possível para amainar as afirmações do poder alemão, usando seu novelo de alianças para conter os muitos parceiros e evitar que conflitos latentes irrompessem em guerras. Os sucessores de Bismarck careciam da paciência e da sutileza para essas complexidades. Quando o *Kaiser* Guilherme I morreu, em 1888, seu filho Frederico (cujo liberalismo tanto preocupara Bismarck), governou apenas 98 dias, antes de sucumbir a um câncer na garganta. Foi sucedido pelo filho, Guilherme II, cujos modos histriônicos davam a impressão desconfortável de um governante imaturo e errático da mais poderosa nação da Europa..." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 146-147).

[149] "Bismarck foi, portanto, a figura dominante da diplomacia europeia, até ser demitido em 1890. Ele queria a paz para o recente Império Alemão e evitou confrontos. Porém na falta de seus elos morais entre os estados europeus, viu-se diante de uma tarefa hercúlea. Precisava manter tanto a Rússia quanto a Áustria fora do campo de seu inimigo francês. Isso exigia impedir ameaças austríacas e objetivos legítimos russos e evitar que a Rússia solapasse o Império

guerra e imprevisão de resultados a longo prazo (como o que ocorreu na Europa pós- Bismarck em 1914, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial).

O próprio Kissinger viu o motivo diplomático causador da primeira Guerra Mundial na rigidez das alianças. Um assassinato do herdeiro do Império Austro-Húngaro nos Balcãs incendiou com guerras as florestas da Bélgica. Era tudo o que Bismarck nunca quis e contra o que ele sempre lutou.

Ao contrário da França e da Inglaterra, que tiveram políticas coloniais até a Crise de Suez, em 1956, a Alemanha não cativou um espírito "metropolitano", ao estilo das citadas nações. A insegurança do expansionismo russo sempre provocou receios na Alemanha, o que fazia esta nação, ainda nos idos da segunda metade do século XIX, se preocupar mais com as questões europeias às questões ultramarinas[150]. A posição geográfica da Alemanha, cravada no centro do

---

austro-Húngaro. Requeria boas relações com a Rússia sem antagoniza a Inglaterra, que mantinha um olho aberto diante dos desígnios russos em Constantinopla e na Índia. Nem um gênio como Bismarck poderia equilibrar-se indefinidamente assim; as tensões cresciam no sistema internacional, cada vez menos controláveis. Não obstante, durante os quase 20 anos em que conduziu a Alemanha, Bismarck praticou a *Realpolitik* que pregara, com tal moderação e sutileza que o equilíbrio de poder jamais se rompeu.
A meta de Bismarck era não dar a outra potência- exceto a irreconciliável França- qualquer motivo para uma aliança contra a Alemanha. Proclamando a nova Alemanha "saciada" e sem mais ambições territoriais, Bismarck tentou convencer a Rússia de que a Alemanha não tinha interesse nos Balcãs; os Balcãs, declarou, não valiam os ossos de um só granadeiro pomerano. Com vistas à Inglaterra, Bismarck evitou provocar quaisquer desafios n continente que avivassem a preocupação britânica com o equilíbrio, e manteve a Alemanha fora da corrida colonialista. "Aqui está a Rússia, aqui está a França e aqui estamos nós, no meio. Este é o meu mapa da África", foi a resposta de Bismarck a um defensor do colonialismo alemão- conselho que a política interna mais tarde o forçaria a esquecer." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 125).

[150] "Em 1884 e 1885, Bismarck lançou os alicerces do império alemão, estabelecendo colônias na região que ficaria conhecida como a África do Sudoeste Alemão (atual Namíbia), a Togolândia (parte atual de gana e a República do Togo) e os Camarões (atualmente parte da república dos Camarões e da Nigéria), no oeste da África, a Nova Guiné Alemã (região nordeste da Ilha da Nova Guiné e outras adjacentes) e a África do Leste Alemã (correspondendo aproximadamente a atual Tanzânia).
Em comparação com os imensos impérios dos franceses me ingleses, esse conjunto de territórios era pouco significativo. O pequeno comércio que a Alemanha realizava com suas colônias era amplamente superado pelos gastos com a proteção e administração dessas regiões. Outro problema foi que a Alemanha conseguiu, afinal, antagonizar os ingleses, que viam os postos avançados alemães como ameaça às suas próprias colônias e rotas comerciais.
Depois de adquirir tal império, Bismarck rapidamente desinteressou-se dele. Estava mais atento aos acontecimentos na região balcânica. Em 1879, Alexandre II da Rússia colocara seu sobrinho Alexandre de Battenberg no trono búlgaro, esperando que o príncipe obedecesse às ordens russas. Mas Alexandre defendeu sua independência e foi logo envolvido em constantes rixas com seus patronos russos. Em 1883, Battenberg obteve uma grande vitória nessa luta. Combinou casamento com a princesa Vitória da Prússia, a filha do príncipe herdeiro Frederico e neta da rainha Vitória da Inglaterra. Com tal casamento, Alexandre teria poderosos aliados.
Exatamente por isso, o noivado sofreu acirrada oposição dos russos e de Bismarck. Ele sabia que, se a Alemanha ajudasse de alguma forma o rebelde Battenberg, a Rússia poderia abandonar a Liga dos Três Imperadores e buscar um entendimento com a França, a aliança que Bismarck temia." (ROSE, Jonathan E. Os Grandes Líderes. Bismarck. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987. P. 76).

continente europeu, foi um motivo de permanente tensão geopolítica, que exigia muitos esforços diplomática, para que a estabilidade fosse mantida. Isso somente foi resolvido após o fim da segunda Guerra Mundial, em 1945, quando ocorreu a desmilitarização da Alemanha e a ocupação dela pelos Aliados a Oeste e da União Soviética a Leste, daquela nação. A Alemanha, a partir do referido ano, passou a ficar totalmente imobilizada, em termos militares, inclusive com alianças militares impostas, como foi o caso do Pacto de Varsóvia, que incluía a Alemanha Oriental e alianças militares estratégicas, para a segurança, como foi o caso da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que incluía a Alemanha Ocidental.

Se Bismarck visse o que seus sucessores fizeram após sua saída, especialmente após 1914, ficaria assustado. A Alemanha em 1914 já estava com alianças militares fixas e rígidas e não mais dialogava diplomaticamente com os rivais. A partir de 1938, o que a Alemanha de Bismarck mais temia em relação à política exterior russa (expansionismo), tornou-se regra na política alemã, dirigida pelo nacional-socialismo. O legado de Bismarck foi deixado de lado e esquecido. Pelos seus sucessores alemães, mas não por Henry Kissinger.

Kissinger, durante o exercício da sua função de Secretário de Estado do Estados Unidos (1968-1976), não era bem compreendido em seus constantes contatos com governantes de países historicamente e ideologicamente rivais do Estados Unidos. Mas o que fazia Kissinger era colocar a prática da Teoria Diplomática de Bismarck de "alianças fluídas." Kissinger sempre afirmou que "os amigos deveriam ficar por perto e os inimigos ao lado." Uma compreensão do verdadeiro sentido da diplomacia raramente visto em prática no século XX. E deu certo. No final do século XX, o Estados Unidos era a "hiperpotência mundial", no dizer do professor Dr. Arthur de Almeida Diniz. Se os herdeiros de Bismarck não quiseram entender e praticar seu legado, impressionados pelas nuances do poder, Kissinger compreendeu bem a grandeza desse legado diplomático, das "alianças fluídas", que é indispensável para qualquer nação que se queira hegemônica. A Razão de Estado requer ousadia e destemor do estadista e principalmente conhecimento de História, para evitar erros e utilizar exemplos que não contradigam a dialética especulativa, ou seja, para não permanecerem sempre em contradição. O poder não pode ser causa de cegueira deliberada. E foi esse o erro no qual o Kaiser Guilherme II[151] caiu em 1914, ao

[151] "A delicada trama diplomática de Bismarck já começava a afrouxar. Ao contrário do velho mestre, Guilherme II entendia pouco de *Realpoloitik* e não sabia quando parar. Construiu a esquadra de Tripitz e, sem descanso, confrontou-se com as outras potências na África. Em 1907 conseguira levar a Inglaterra, a França e a Rússia a uma aliança. Bismarck sempre conquistara seus adversários dividindo-os e jogando-os uns contra os outros. Enquanto foi chanceler, Bismarck cuidou para que não se criasse um equilíbrio de poder instável. Para tanto, trabalhou afastando

arrastar a Europa para a Primeira Guerra Mundial.

A História não perdoa frivolidades, mas recompensa os prudentes e que sabem apreender. O legado de Bismarck, que foi desprezado por seus sucessores, foi bem aplicado na política internacional norte americana depois de 1945. Não há lugar para histroismos e irracionalidades nas relações de poder e celebrar tratados com o intuito único de punir os vencidos é uma receita muita amarga. O Tratados de Versalhes é o maior exemplo. Melhor um sistema de segurança coletiva, onde vencedores e vencidos possuem o seu lugar, como o que ocorreu com a Carta de São Francisco de 1945, que criou a Organização das Nações Unidas (ONU). A conciliação internacional é sempre o melhor caminho para se manter a paz duradoura, o que é premissa fundamental da Razão de Estado, uma articulação muito bem entendida por Bismarck e seguida à risca por Henry Kissinger[152]. A punição por tempo indeterminado de potências soberana conduz à constante guerra, o que é uma contradição nunca resolvida e uma distorção das legalidades para fins de relações internacionais. A racionalidade sempre deve estar acima das paixões, inclusive as nacionais.

Bismarck[153] faleceu em 1898, na Alemanha. Seu sucessor, no que diz respeito à Razão de

---

os amigos da França. Embora Bismarck importunasse a Inglaterra, não a provocou a ponto de fazê-la voltar-se contra a Alemanha e astutamente prendeu as outras potências europeias numa rede de tratados que garantiriam a paz. Entre 1871 e 1914 não ocorreu guerra importante na Europa e Bismarck mercê boa parte do crédito por esse longo intervalo de paz. A Primeira Guerra Mundial eclodiu finalmente em 1914, principalmente porque a Europa dividira-se em dois campos rivais: a Tríplice Aliança da Alemanha, Áustria-Hungria e Itália contra a Entente da Inglaterra, França e Rússia. Em novembro de 1918, o Império construído por Bismarck estava em ruínas. Guilherme II foi para o exílio e o governo passou para as mãos dos mais amargos inimigos de Bismarck, os socialistas. Os aliados vitoriosos despojaram a Alemanha de suas colônias, parte de seu próprio território e da Alsácia-Lorena.
Bismarck previra tudo isso antes de morrer. Depois de seu último encontro com Guilherme II, falou: "Se as coisas continuarem assim, a ruína acontecerá vinte anos depois da minha partida." (ROSE, Jonathan E. Os Grandes Líderes. Bismarck. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987. P. 86).

[152] "Dois estadistas serviram como os sustentáculos dessas amplas mudanças na Alemanha e na Europa: o ministro austríaco Klement von Metternich e o ministro -presidente prussiano – mais tarde chanceler alemão- Bismarck. O contraste entre os legados dos principais estadistas do século na Europa Central ilustra a mudança ocorrida na ênfase da ordem internacional europeia, do polo da legitimidade para o da força, na segunda metade do século XIX. Ambos vieram a ser considerados como os arquétipos do político conservador. Ambos ficaram consagrados como mestres da manipulação da balança do poder- o que eles foram. Contudo, seus conceitos fundamentais sobre a ordem internacional eram quase exatos opostos, e els manipularam a balança de poder com objetivos distintos e com implicações significativamente conflitantes para a paz da Europa e do mundo." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015. p. 78-79).

[153] "O espírito do sistema vestfaliano, da forma como foi adaptado ao Congresso de Viena, residia em seus cálculos, teoricamente ele era passível de expansão para qualquer região e poderia incorporar qualquer combinação de Estados. Com a Alemanha unificada e a França fixada na posição de adversária, o sistema perdeu sua flexibilidade. Era preciso um gênio como Bismarck para manter de pé a rede de compromissos que contrabalançavam uns aos outros, mantendo o equilíbrio em funcionamento graças á performance de um virtuose que, durante o período em que ocupou seu posto, conseguiu evitar a eclosão de um conflito geral. Contudo, um país cuja segurança depende da

Estado, nasceu na Alemanha, em 1923, Henry Kissinger.

produção de um gênio a cada geração propõe a si mesmo uma tarefa que nação alguma jamais conseguiu realizar.” (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.83).

1.7 A REVOLUÇÃO AMERICANA: FEDERAÇÃO E DEMOCRACIA

A História sempre caminhou através dos trilhos da Razão. Por isso os homens todos devem ser livres. Uma "Cidade na Colina" sempre foi almejada, para onde as nações do mundo e os povos pudessem olhar, longe da escravidão e dos regimes despóticos e puramente autocráticos.

A Europa, parte do mundo no qual o cristianismo constituiu-se como a principal religião, apesar do enorme desenvolvimento humano revolucionário, que colocou a condição humana em realce, seja no Renascimento, na Ilustração, no Romantismo e no Realismo, precisava ver o Espírito Universal ir "além do Oceano". E chegou na América do Norte, onde os primeiros "colonos" buscavam um solo que fosse não apenas o refúgio de perseguições políticas e religiosas, mas a verdadeira Pátria.[154]

No Velho Mundo, nos séculos XVI e XVII, apesar da enorme contribuição e mudança trazida pela Reforma Protestante, de Lutero e depois Calvino, nos idos de 1517 e da criação da Prensa Móvel em 1555, as questões religiosas pululavam entre a aceitação e a perseguição. Punições como a pena de morte eram constantes, e o Espírito Universal, que caminhava independente do arbítrio de qualquer governante, ainda buscava alcançar uma "nação", ou um Estado, no qual se expandisse livremente, ou seja, onde a liberdade fosse de todos e para todos, em si e para si.

O reconhecimento geral da liberdade somente pode vir através da Lei. Necessário era um Estado no qual o Império da Razão, através da Lei, abrangesse primeiro o conceito de Igualdade. Mas não existe o referido conceito se não existir "liberdade" entre os iguais. Igualdade e Liberdade são Conceitos que andam juntos no Mundo Contemporâneo.

Governos despóticos dificilmente conseguem convier com a Igualdade. O arbítrio de "apenas um" ou de "poucos" impera, e a condição humana sempre fica prejudicada. Nos séculos

---

[154] "Os princípios dos idos de 1600 presenciaram uma grande onda de emigração da Europa para a América do Norte. Cobrindo mais de três séculos, esse movimento cresceu de uma insignificância de uns poucos colonizadores ingleses para uma verdadeira inundação de gente nova que atingia a milhões. Impelidos pelas mais poderosas e diferentes motivações, construíram uma nova civilização num continente que antes era selvagem.
Os primeiros imigrantes ingleses, que vieram para o que é hoje os Estados Unidos, cruzaram o Atlântico muito depois de florescentes colônias espanholas já se terem estabelecido no México, nas Índias Ocidentais e na América do Sul Como todos os primeiros que vieram para o Novo Mundo, esses navegantes viajaram em barcos pequenos e sobrecarregados. Durante as viagens que duravam de seis a doze semanas, viviam de parcas rações e muitos morriam de doenças durante a travessia. Os navios eram, frequentemente, assolados pelas tempestades e muitos se perdiam no mar." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p. 1-2).
.

XVII e XVIII criar uma país sem "reis" e "privilegiados" parecia impossível. Mas a Razão desconhece as barreiras arbitrárias e as geográficas. O Novo Mundo[155] deveria ser descoberto, colonizado, povoado e posteriormente tornado independente.

O ideário da liberdade estava plantado no Estados Unidos[156] desde os tempos nos quais este país ainda era colônia. A colonização não para exploração, como se deu nas colônias espanholas e portuguesas, mas de povoamento. O colono foi para a parte norte do Novo Mundo para ter uma pátria, um lar que o acolhesse. E isso aconteceu

Mas a situação colonial, mesmo que no modelo de povoamento, não deveria continuar indefinidamente. Uma grande nação, nascida sob o manto da democracia, fundada na igualdade e na liberdade de seus cidadãos, deveria tornar-se realidade, através de um efetivo federalismo constitucional. A representatividade do poder fortaleceu os laços institucionais da nação. Democracia[157], guiada pela rigidez legal, foi implantada logo após a declaração de independência

---

[155] "O primeiro estabelecimento colonial na América do Norte foi um posto avançado de comércio fundado em Jamestown, em 1607, no Velho Domínio da Virgínia, uma região que logo se desenvolveria numa florescente economia baseada nas plantações de fumo, que encontrava sempre um bom mercado na Inglaterra. Por volta de 1620, quando as mulheres eram aliciadas na Inglaterra para virem para a Virgínia, com o intuito de casar e estabelecer residência, as grandes plantações já se estendiam ao longo do rio James e a a população já era de uns mil colonos.
(...)
Embora o novo continente fosse magnificamente dotado pela natureza, o comércio com a Europa era vital para que os colonos pudessem importar tudo aquilo que ainda não conseguiam produzir. A extensão costeira era de grande utilidade para os imigrantes, pois eram inúmeras as entradas e baías. Somente nas duas áreas da Carolina do Norte e do sul de New Jersey não havia baías que comportassem os navios que atravessavam o oceano." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.2).

[156] "John Adams, o segundo Presidente dos Estados Unidos declarou que a história da Revolução Americana começou, na realidade, desde 1620. "A revolução efetuou-se muito antes de começar a guerra. Ela estava no espírito e no coração do povo", disse ele, e acrescentou ainda que os princípios e paixões que levaram os americanos à revolta deveriam "ser pesquisados desde duzentos anos e descobertos na história do país desde a primeira plantação na América
(...)
Os colonizadores, como herdeiros que eram das tradições da longa luta dos ingleses pela liberdade política, logo incorporaram os conceitos dessa liberdade na primeira concessão e nos estatutos da Virgínia. Ali se estabelecia que os colonizadores ingleses teriam o direito a todas as liberdades, franquias e imunidades "como se estivessem morando e tivessem nascido dentro desse nosso Reino da Inglaterra." Sendo assim, eles se beneficiariam da Magna Charta e da lei consuetudinária." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.22-23).

[157] "O sucesso da revolução ofereceu aos americanos a oportunidade de dar forma legal aos ideais políticos que haviam manifestado na Declaração da Independência e de remediar algumas de suas reivindicações através de constituições estaduais. Hoje, os americanos estão tão acostumados a viver sob uma Constituição escrita que já a reconhecem como fato consumado. No entanto, a Constituição escrita foi criada na América e é uma das mais velhas da história. John Adams, segundo Presidente dos Estados Unidos, escreveu que "em todos os Estados livres, a Constituição era final," e todos os americanos pediam "uma lei permanente para governas suas vidas.

e a retirada dos colonizadores.

Um governo no qual não houvessem "privilégios" era o objetivo dos Pais Fundadores da nova nação do oeste. Fugindo do modelo autocrático que ainda se encontrava fortemente presente em vários Estados europeus, os primeiros estadistas desta nação criada em nome da liberdade (em que pese a escravidão ter sido extirpada totalmente apenas em 1865, ao final da Guerra Civil), pensaram em uma Pátria de "todos", na qual os talentos individuais prevalecessem e não houvesse repressão em nome do Poder. A Tripartição de Poderes[158], de Locke e Montesquieu, foi logo absorvida pela Constituição Nacional.

A Revolução Americana, que tornou o Estados Unidos independente da Inglaterra, ocorreu em 4 de julho de 1776. Esse foi um ano de grandes eventos ocidentais, que mudaram a direção da História e o modo de produção para a organização do capital. Em 1776, além da Revolução Americana, ocorreu a extinção das Corporações de Ofício na França, o início da aplicação da tecnologia da máquina a vapor nos teares, e a publicação da obra "A Causa da Riqueza das Nações "de Adam Smith. O capitalismo nascera em meio a inovações tecnológicas e geopolíticas. O Ocidente se firmara, no final do século XVIII, como a Casa da Liberdade e do Império da Razão.

Uma nova Ordem Mundial[159] nascera no final do século XVIII e que irá permanecer até o

---

Já em 10 de maio de 1776, o Congresso havia aprovado uma resolução aconselhando as colônias a formarem novos governos "da melhor forma que encontrassem e que fosse condizente com a felicidade e segurança de seus constituintes." Algumas já tinham feito isso, e dentro de um ano depois da Declaração da Independência, todos os Estados, menos três, já tinham uma Constituição.
A maioria delas mostrava o impacto das ideias democráticas. Nenhuma continha rompimentos drásticos com o passado, uma vez que eram todas construídas com os sólidos alicerces da experiência colonial, da prática inglesa e da filosofia francesa. O mais notável, no entanto, foi que a verdadeira revolução Americana se manifestou na elaboração dessas Constituições estaduais." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.44-45).

[158] "Os estadistas do século XVIII, que se reuniram em Philadelphia, eram favoráveis aos conceitos de Montesquieu quanto ao equilíbrio de pode na política. Tratava-se de um princípio já reforçado pela experiência colonial e os escritos de Locke, que eram conhecidos da maioria dos delegados. Essas influências levaram à convicção de que deveriam ser estabelecidos três ramos de governo iguais e coordenados. Os poderes executivo, legislativo e judiciário deveriam ser harmoniosamente equilibrados. Os delegados concordaram que o legislativo deveria consistir de duas casas, da mesma forma que os legislativos coloniais e o Parlamento inglês." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.50).

[159] "O filósofo alemão Immanuel Kant, provavelmente o maior pensador do Iluminismo, deu um passo adiante de Montesquieu ao desenvolver o conceito de uma ordem mundial permanentemente pacífica. Ponderando sobre o mundo na antiga capital prussiana de Koniigsberg, analisando a Guerra dos Sete Anos, a Guerra Revolucionária Americana e a Revolução Francesa, Kant ousou vislumbrar em meio a essa convulsão geral os primeiros indícios de uma nova, mais pacífica, ordem internacional.

final da Segunda Guerra Mundial, em nível Geopolítico e Geoestratégico: a Europa como o centro do mundo, mas compartilhando seu legado cultural e espiritual com a Grande Nação do Oeste, qual seja, o Estados Unidos da América do Norte[160], que sempre foi uma nação fora da Europa, mas europeia, não apenas pela língua inglesa, mas pela religião cristã protestante, que é fé e cultura, aos moldes europeus.

No século XIX o Estados Unidos da América do Norte, apesar de sua Constituição e do Sistema Federativo, que exalavam, para o perfil da época, os maiores avanços democráticos do mundo, ainda sofria com a mancha da escravidão, fortemente apoiada pelos Estados do Sul da referida Nação.

Sob o olhar hegeliano, a História deve ser vista na sua totalidade, não apenas em frações, por qualquer conveniência que for, inclusive ideológica. Na segunda metade do século XIX, a Europa encontrava-se em grande marcha de industrialização, com processos de unificação como o que ocorreu na Itália e na Alemanha. A Inglaterra não mais queria o tráfico de escravos e nem mesmo a existência de escravos, principalmente no Ocidente.

A Inglaterra, na segunda metade do século XIX, era a maior potência mundial, com um império de proporções globais. O Estados Unidos[161] não poderia ficar olhando apenas no

---

(...)
A resposta, sustentava Kant, estava numa federação voluntária de repúblicas comprometidas com uma conduta internacional não hostil e transparente. Seus cidadãos poderiam cultivar a paz porque, ao contrário dos governantes despóticos, ao considerar hostilidades, estariam decidindo se fariam "recair sobre *eles mesmos* todas as desgraças da guerra. Com o decorrer do tempo, as vantagens dessa união compacta iriam se tornar óbvias, abrindo o caminho para sua gradual expansão rumo a uma ordem mundial pacífica. Era o propósito da natureza que a humanidade acabasse, por meio da razão, encontrando o caminho para "um sistema unificado de poder, e daí para um sistema cosmopolita geral de segurança política" e *"uma perfeita união civil da humanidade."* (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p. 46-47).

[160] "NENHUM PAÍS DESEMPENHOU papel tão decisivo na formação da ordem mundial contemporânea como os Estados Unidos, nem manifestou tamanha ambivalência a respeito de sua participação nesse processo. Imbuído da convicção de que o curso que tomasse acabaria por moldar o destino da humanidade, os Estados Unidos, ao longo de sua história, têm desempenhado um papel paradoxal na ordem mundial: se expandiu através do continente alegando um Destino Manifesto enquanto negava quaisquer propósitos imperialistas; exerceu influência fundamental em importantes episódios da história ao mesmo tempo que negava qualquer motivação associada ao interesse nacional; e tornou-se uma superpotência enquanto desmentia qualquer intenção de pôr em prática uma política de poder. A política externa americana tem refletido a convicção de que seus princípios domésticos eram claramente universais e de que sua implementação era sempre alago positivo; de que o verdadeiro desafio do engajamento americano no exterior não era a política externa no sentido tradicional, mas um projeto de disseminação de valores que, na sua visão, todos os povos aspiravam a produzir." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.236).

[161] "A tentativa, quando da formação da federação, sempre foi de tentar acoplar e não refutar o Estado-Nação. Isso fica claro quando se verifica a confluência de uma das mais importantes motivações na formação dos Estados Unidos que era a necessidade de armar a União belicamente para proteger suas fronteiras e evitar uma possível agressão por parte da ex-metrópole.

retrovisor da História. Deveria avançar, até mesmo mais que a Europa.

Abraham Lincoln[162] foi o presidente do Estados Unidos da América do Norte, a quem coube a tarefa de acabar com a escravidão e unificar o país, retirando qualquer resquício de antigas ordens autocráticas de feições europeias muito antigas.

A Guerra Civil Americana (1861-1865) foi o conflito da União (norte da nação) e dos Confederados (sul da nação). Lincoln usou este momento, sob uma primeira análise aparentemente negativo, para unificar o país. Apesar das quase 700 mil mortes decorrentes do conflito, que foi o primeiro da História Universal em nível industrial, o Estados Unidos dele saiu bastante fortalecido no que diz respeito aos valores que os *Fouding Fathers* haviam idealizados: uma nação democrática de pessoas livres e iguais.

Ambos os lados do conflito (União X Confederados) entendiam que estavam com a razão ao seu lado. Os confederados do sul se achavam superiores, por serem uma sociedade aristocrática. O norte (União) se achava superior moralmente. Cada lado tinha a sua interpretação do que a Declaração de Independência dizia de "todos foram criados iguais". Obviamente, para atender aos interesses políticos e econômicos. O sul priorizava a produção do algodão, através do trabalho escravo enquanto o norte mirava incessantemente a industrialização com o trabalho livre. Mas a realidade do mundo, principalmente na Europa, era de homens livres, ou seja, em todo o Ocidente.

Como conseguir o grau de integração social necessário para pleitear junto ao povo que concorra com a sua vida para salvar a Nação se não há identidade nacional?
O aspecto homogeneizador dos Estado-Nação é querido, e daí as questões recorrentes sobre a definição da soberania quando se analisa a natureza jurídica da federação. Com os Estados modernos se organizando ou se transformando em estados nacionais, com todo o instrumental que este oferece, conciliar as premissas dessa nova forma de organização territorial de poder -federal- parece convergir naturalmente para a definição da soberania." (BERNARDES, Wilba Lúcia Maia. Federação e federalismo: uma análise com base na superação do Estado Nacional e no contexto do Estado Democrático de Direito. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 201, p. 147-148).

[162] "Menos de um mês mais tarde, no dia 4 de março de 1861, Abraham Lincoln prestou seu juramento coo Presidente dos Estados Unidos. No seu discurso de posse recusou-se a reconhecer a secessão, considerando-a "legalmente nula." O discurso terminava com um apelo à restauração dos laços da União. O sul, no entanto, não lhe deu ouvidos, e no dia 12 de abril os canhões abriram fogo contra o Forte Sumter, na baía de Charleston, na Carolina do Sul. Tinha terminado toda a hesitação que talvez ainda pudesse haver no espírito nortista.
(...)
O povo dos dois lados entrou na guerra muito esperançoso de uma breve vitória. O norte tinha uma vantagem incontestável quanto aos recursos materiais. Vinte e três Estados, com uma população de 22 milhões de habitantes, iam se defrontar com onze outros que contavam com 9 milhões. A superioridade industrial do norte excedia até mesmo a sua preponderância de força disponível, junto com abundantes meios para a fabricação de armas e munições, vestuários e outros suprimentos. Havia ainda a rede ferroviária do norte que muito contribuía para as perspectivas federais de mobilidade militar." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.92).

Após o fim da Guerra Civil Americana, em 1865[163], estava pronto o sistema federativo ideal para a abundância dos direitos através da democracia e da igualdade formal entre os Estados da referida Federação.

A prosperidade material começou a se desenrolar como decorrência direita desta liberdade legalmente garantida, sem escravidão, sem resquícios autocráticos até mesmo para uma Europa de tempos muito pretéritos.

Assim como em Roma os cidadãos americanos tinham "consciência jurídicas". No Estados Unidos da América do Norte do final do século XIX e início do século XX, os cidadãos possuem a referida consciência jurídica, mas agora em um mundo de homens livres, pós Revolução Americana (1776) e pós Revolução Francesa (1789). O conceito de liberdade implica em uma postura de reconhecimento, que é garantida a todos através da Lei. Saber da liberdade é conhecer a liberdade individual e do outro também, sendo assim uma relação dialética especulativa pela Lei.

O Estados Unidos da América do Norte torna-se a nação que abriga todos os imigrantes que queiram trabalhar e colaborarem para a preponderância material e humana desta nova pátria.

A História não deve ser julgada, mas compreendida dialeticamente, pois todos os seus momentos são positivos, e se foram negativos, se positivam em um momento posterior. É a *suprassunção* do movimento histórico. Os estadistas que conduziram o Estados Unidos na primeira metade do século XX queriam ver longe traços do "antigo regime" europeu, ou qualquer laço de servidão que traduzisse "direitos a mais", seja por nascimento, origem, etnia, raça, entre outros. Fortalecia-se a pátria, na busca da hegemonia pela valorização das individualidades, não pela massificação de talentos de classes, seja em nível político, econômico, militar ou até mesmo ideológico. O sistema federativo norte- americano reconhece talentos e virtude individuais e até

[163] "A simpatia do público foi gradativamente se desenvolvendo em favor dos membros do Congresso, que achavam que se deveria conceder aos negros os benefícios plenos da cidadania. Em julho de 1866, já o Congresso tinha aprovado uma lei de direitos civis e havia organizado uma nova Repartição dos Emancipados, ambas com o objetivo de evitar a discriminação racial pelos legislativos do sul. Depois disso, o Congresso aprovou a Emenda XIV à Constituição, determinando que "todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos e sujeitos à sua jurisdição são cidadãos dos Estados Unidos e dos Estados em que residam".
(...)
Em julho de 1868 s Emenda XIV foi ratificada. A Emenda XV, aprovada pelo Congresso no ano seguinte, e ratificada em 1870 pelas legislaturas estaduais, estabelecia que "os direitos de votos aos cidadãos dos Estados Unidos não podem ser negados ou cerceados pelos Estados Unidos ou por qualquer Estado em virtude de raça, cor ou anteriores condições de servidão." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.99).

coletivas, desde que fundados na meritocracia.

A democracia norte-americana entra no século XX em alto resplendor. O mundo inteiro olha o norte do continente americano o percebendo como o paradigma de respeito maior à dignidade humana. Grandes estadistas despontam nessa parte do mundo, com o olhar estrito no interesse nacional, que é a própria Razão de Estado.

A alternância no poder entre o Partido Republicano e o Partido Democrata torna-se uma regra bastante saudável na democracia norte-americana, em nível executivo e tem na Suprema Corte o guardião da Constituição e do modo de vida americano, no que diz respeito a seus valores.

Há no Estados Unidos[164], nas primeiras décadas do século XX, uma verdadeira Federação, democrática, ´presidencialista-constitucional. É a "Cidade na Colina[165]."

A interação internacional de qualquer potência soberana não se dá imediatamente com outras soberanias, no que diz respeito ao compartilhamento de decisões. A Europa, até 1914, era praticamente o centro único da vanguarda política, econômica, militar e tecnológica no Ocidente. Mas o final do conflito mundial, em 1918, exigiu novos atores de peso no cenário interacional,

---

[164] "Até o início deste século, a tendência isolacionista prevaleceu na política externa americana. Dois fatos, então, lançaram os Estados Unidos nas questões mundiais: seu poder em rápida expansão e o colapso gradual do sistema internacional com centro na Europa. Duas presidências da república marcaram o caminho: a de Theodore Roosevelt e a de Woodrow Wilson. Estes dois senhores detinham as rédeas do governo quando as questões mundiais atraíram para o torvelinho uma nação relutante. Ambos reconheciam que os Estados Unidos tinham um papel crucial a cumprir nas questões mundiais, mas justificaram o abandono do isolacionismo com filosofias opostas.
Roosevelt foi um analista sofisticado do equilíbrio de poder. Insistiu num papel internacional para os Estados Unidos porque os interesses nacionais o exigiam e porque um equilíbrio global de poder, para ele, era inconcebível sem a participação americana. Com Wilson a justificativa da atuação internacional era messiânica: os Estados Unidos tinham obrigação, não de equilibrar poderes, mas de prorrogar seus princípios pelo mundo. N governo Wilson, os Estados Unidos apareceram como peça fundamental nas questões mundiais, proclamado princípios que, apesar de refletirem os truísmos do pensamento americano, constituíam um desvio revolucionário para os diplomatas do Velho Mundo. Esses princípios sustentavam que a paz advém da disseminação da democracia, que os estados devem ser julgados pelos mesmos critérios éticos válidos para as pessoas e que o interesse nacional consiste em aderir a um sistema legal universal.
Para os calejados veteranos da diplomacia europeia baseada no equilíbrio de poder, a opinião de Wilson quanto aos fundamentos em última análise morais, da política externa soava estranha e até mesmo hipócrita. Mas a verdade é que o wilsonismo sobreviveu e a história passou por cima das resslavas de seus contemporâneos. Wilson teve a visão de uma organização mundial, a Liga das Nações, que manteria a paz por segurança coletiva no lugar das alianças. Apesar de Wilson não ter conseguido convencer seu próprio país quanto ao seu mérito, a ideia permaneceu. É na batida do idealismo wilsoniano que marcha a política externa americana desde sua presidência, a divisora de águas, até hoje." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p.13-14).

[165]"...Quanto maior a sociedade desde que se conserve dentro dos limites práticos, mais necessitada será de um governo autônomo. E felizmente para a "causa republicana", tais limites considerados práticos, podem ser largamente ampliados, graças a uma judiciosa modificação e adaptação do "princípio federal." (HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, Jonh. O Federalista. Editora Universidade Br5asília, Brasília, 1984, p. 421).

por força do próprio processo revolucionário dos mesmos. Foram eles a União Soviética e o Estados Unidos. O primeiro pela dimensão geopolítica que a Rússia sempre teve, principalmente a partir do Congresso de Viena de 1815 e por parte de seu território ser europeu. A maior parte da população russa por aqueles tempos e ainda habita a parte europeia da Rússia. O segundo, o Estados Unidos[166], pela força econômica e industrial da nação, que já ultrapassava em alguns setores todo o Velho Mundo. O Federalismo[167] norte-americano representa para o mundo o

[166] "Foi entre duas grandes guerras que os Estados Unidos atingiram a sua maioridade, a Guerra Civil e a Primeira Grande Guerra Mundial. Em período de menos de cinquenta anos a nação transformou-se, passando de uma república rural para um Estado urbano. Já não havia mais a fronteira. Por toda a vasta extensão do país viam-se grandes fábricas e usinas siderúrgicas, linhas ferroviárias transcontinentais e imensas propriedades agrícolas, além de cidades florescentes. Isso tudo, no entanto, trouxe em sua esteira uma quantidade correspondente de coisas más. Os monopólios se desenvolviam, as condições de trabalho eram quase sempre precárias. As cidades cresciam tão rápido que não conseguiam abrigar ou governar adequadamente as populações estuantes. A produção das fábricas muitas vezes excedia o consumo prático.
Logo surgiu a reação contra todos esses abusos e outros ainda maiores, reação essa que partiu não só do próprio povo como também de seus mais destacados líderes políticos, como Grover Cleveland, William Jennings Bryan, Theodore Roosevelt, Woodrow Wilson. Oe reformadores organizados, idealistas em filosofia, mas realistas na execução, faziam sobressair a necessidade de reformas, e tudo quanto se fez naquele período serviu realmente para pôr um paradeiro às coisas más que eram o fruto de expansão demasiadamente rápida." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.102).

[167] "Partindo do modelo norte-americano, o que se justifica em razão da sua precedência histórica, podemos identificar, no primeiro momento da existência deste Estado de estrutura federal, a aplicação do federalismo dualista ou dual. Para compreendermos os fundamentos que justificaram a aplicação desse tipo de federalismo, que revela os compromissos com o paradigma do Estado liberal e com os pressupostos do Estado nacional, e que fez valer o predomínio de seu enfoque no viés da centralização, precisamos, ainda que sucintamente, recordar algumas circunstâncias que marcaram o nascimento desse Estado. Nesse momento, formulou-se a construção de um federalismo tentando compatibilizá-lo com as premissas, por nós consideradas, hoje, inconciliáveis, do Estado federal (diversidade) e do Estado nacional (homogeneidade).
A formação dos Estados Unidos deriva da união de Estados antes soberanos, e neste processo de formação de uma nova forma de convivência esses Estados buscavam, além de preservar sua independência recentemente alcançada, uma união que os colocasse numa posição mais segura, política e economicamente. Neste momento de formação, já identificamos duas forças de tensão aberta e que se referem à necessidade de convergir e à vontade de divergir. Preservas identidades dos Estados-Membros (consequentemente do povo destes Estados) e consolidar uma união (consequentemente do povo de todos os Estados- Membros) foi a baliza que norteou a construção do primeiro modelo federalista.
A Constituição dos Estados Unidos data de 1787, mas ela mesma necessitava de ratificação dos Estados componentes para ter vigência. A aprovação ou não do texto dessa Constituição contou com manifestações de todas as orientações, mas uma particularmente se destacou e teve como fundamento refutar os obstáculos postos à ratificação pelo Estado de Iorque, falando da obra *O Federalista,* de autoria de Jonh Jay, James Madison e Alexander Hamilton. A pressão pela ratificação desse documento deu-se associada à demanda de alguns Estados pela inclusão de um catálogo de direitos individuais, o que foi prontamente atendido na primeira sessão do Congresso em 1789 com a redação das primeiras emendas, ratificadas em 1791 e conhecidas como o *Bill of Rights* do povo norte-americano.
O impacto dessa obra na construção do modelo norte-americano é fortemente acentuado na tônica de se necessitar de um Estado forte e querer e, ao mesmo tempo, tentar preservar os aspectos de autonomia local. Isso fica evidente quando podemos constatar, nesse livro, a abordagem de duas temáticas específicas, tomando a feição de uma obra com duas partes; a primeira, até o artigo 46, reforça os argumentos em favor da necessidade de um governo central mais forte e a segunda, até o artigo 83, concentrada na questão da divisão de poderes e que, indiretamente, pretende

evoluir das Ciência Política que valoriza a condição humana em si e para si. A liberdade de todos deixar de ser apenas teorizada, mas colocada em prática.

A diplomacia americana, após 1917[168], tornou-se um item fundamental das relações internacionais. A entrada norte americana na Primeira Guerra Mundial, neste ano, não foi apenas decisiva para a vitória das potências democráticas como também realçou o papel deste novo centro irradiador de recursos e ideias para o mundo, principalmente o Ocidente.

O Espírito Universal demonstra claramente que caminha no Novo Mundo, especialmente no Estados Unidos da América do Norte. O excepcionalismo norte-americano, que teve suas primeiras sementes no modelo colonial de povoamento, amadurecendo com a Revolução Americana de 1776, com a Guerra Civil de 1861-1865, manifesta-se para todo o mundo na primeira metade do século XX[169].

No ano de 1929 ocorreu a Quebra de Bolsa de Nova York. A crise do sistema bancário norte-americano alastrou por todo o mundo, principalmente na Europa. O modelo econômico liberal para a economia não mais funcionava. Foram necessárias profundas mudanças, que implicavam na intervenção do Estado na economia, algo muito distante da tradição do Estados Unidos, mas necessária.

---

assegurar os poderes dos Estados-Membros. Assim, podemos verificar que havia uma predisposição em fortalecer o governo federal e, ao mesmo tempo, considerando a forma como seriam distribuídos os poderes, estar-se-ia assegurando a efetiva independência dos governos locais." (BERNARDES, Wilba Lúcia Maia. Federação e federalismo: uma análise com base na superação do Estado Nacional e no contexto do Estado Democrático de Direito. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 201, p. 187-192).

168 "Para além da declaração de guerra em 1917, a política externa do governo Wilson teve, também no momento pós-conflito, outra clara manifestação da crença no excepcionalismo norte-americano em política externa. Defender a superioridade da democracia e apropriar-se do discurso moralista cristão para tratar das relações internacionais do país era apenas o primeiro passo para que, em seguida, os EUA fossem colocados como a peça chave da construção de uma nova ordem mundial..." (MAGNOTTA, Fernanda Petená. As ideias importam: o excepcionalismo norte-americano no alvorecer da superpotência. 2º edição revista e atualizada. Curitiba, Aprris, 2006, p. 70).

169 "Ao longo dos anos 1920 e início dos anos 1930 os EUA haviam empenhado-se em estruturas uma política externa com vistas na manutenção da estabilidade desfrutada na América. Como foi apresentado ao longo do capítulo anterior, os estadunidenses procuraram, no período, utilizar recursos que não cerceassem sua autonomia decisória- a exemplo do direito internacional e de estratégias de ordem econômica- para sustentar os benefícios de se viver em um país visto por eles próprios como excepcional. Assim, diferente do engajamento ativista verificado no período wilsoniano, a passagem dos republicanos pelo poder foi marcada pelo resgate da idéia de que, aos EUA, era mais interessante atuar simplesmente como a *republic model.* Logo, de Harding a Hoover, pôde notar-se o afastamento discursivo e prático de políticas que colocassem os EUA como um país engajado a uma causa "missionária" mundo afora; ao contrário, em seu lugar ganhou força a percepção de que a América correspondia a um "exemplo" de progresso a ser, antes de tudo, internamente conservado, para que, em seguida, pudesse ser internacionalmente seguido." (MAGNOTTA, Fernanda Petená. As ideias importam: o excepcionalismo norte-americano no alvorecer da superpotência. 2º edição revista e atualizada. Curitiba, Aprris, 2006, p. 107).

E as mudanças vieram com Franklin Delano Roosevelt[170], um presidente eleito democraticamente que governou por doze anos (1933-1945). Coube a ele a tarefa de reestruturar o Estados Unidos, com o chamado "New Deal[171]", uma política de muitas obras, gerando empregos em todo o país, para alavancar a economia.

O presidente Franklin Delano Roosevelt não perdeu a oportunidade para dar um enorme impulso industrial e social[172] ao seu país. Em uma manobra política, que em nível de Ciências Políticas pode ser claramente definida como Razão de Estado, ou interesse nacional, com muita discrição, até 1942, ano da entrada do Estados Unidos na II Guerra Mundial[173], foi reerguendo a

[170] "Franklin Roosevelt chegou à Casa Branca com 88,9% dos votos do colégio eleitoral contra apenas 11,1% de Hoover, que disputava a reeleição. Primo de quinta geração do ex-presidente Theodore, de quem herdou o mesmo sobrenome, Franklin nasceu em Nova York e estudou em Harvard. Havia feito parte do governo de Woodrow Wilson como assistente do secretário da Marinha, e tinha disputado as eleições de 1920 como candidato a vice-presidente de James M. Cox. Um ano mais tarde, em 1921, quando completou 39 anos, Roosevelt foi diagnosticado com poliomielite e teve as pernas parcialmente paralisadas, o que fez com que muitos acreditassem que sua carreira política seria naturalmente encerrada naquele momento. Apesar disso, com a recuperação, tornou-se, em 1928, governador de seu estado e, em 1932, - após convencer a ala isolacionista do partido democrata de que havia afastado da Liga das Nações, e de adotaria um orçamento balanceado..." (MAGNOTTA, Fernanda Petená. As ideias importam: o excepcionalismo norte-americano no alvorecer da superpotência. 2º edição revista e atualizada. Curitiba, Aprris, 2006, p. 109).

[171] "O novo Presidente trouxe com ele um ar de alegre confiança, que rapidamente contribuiu para trazer o povo para o seu lado. Dentro em pouco estava em pleno andamento o complexo de reformas que veio a ser conhecido como o "New Deal". Em certo sentido poder-se-ia dizer que o New Deal apenas trouxe para os Estados Unidos alguns tipos de reformas já muito conhecidas dos ingleses, alemães e escandinavos, durante mais de uma geração. Além disso, ele representava a culminação de uma tendência de grande alcance para o abandono do **laisse faire,** que ia até a regulamentação das estradas de ferro na década de 1880 e a inundação de reformas estaduais e nacionais da legislação dos tempos de Theodore Roosevelt e de Wilson." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.148).

[172] "A sombra ameaçadora do desemprego e dependência na velhice, desde muito assunto de discussões públicas, levou a aprovação da Lei de previdência Social em agosto de 1935, que garantia uma modesta pensão de aposentadoria na idade de 65 anos a muitas classes de trabalhadores. Foi criado para esse fim um fundo de seguro com a contribuição dos trabalhadores e empregadores. Os Estados, com verbas fornecidas por um imposto federal compulsório sobre as folhas de pagamento, deveriam administrar uma compensação por desemprego para os trabalhadores ainda ativos em todas as idades. Por volta de 1938, todos os Estados já tinham qualquer forma de seguro contra desemprego." (DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Panorama da História dos Estados Unidos. Ano desconhecido. p.151).

[173] "Ao fim da seção anterior sugeriu-se que, para além do *New Deal*, durante o governo Roosevelt os EUA teriam abandonado, paulatinamente, o legado deixado pelas administrações anteriores e assumido, ao invés disso, um papel renovado de liderança a fim de internacionalizar os valores da américa por meio de uma postura ativa e de políticas empregadas universalmente. Um marco importante nesse sentido deu-se com o envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, que teve início formal em 1939 e perdurou até 1945. O outro, como a estruturação da ordem do pós guerra, em que prevaleceu a liderança americana. Ambos serão objeto de análise na próxima seção.
Polarizando o bloco Aliado- EUA, Grã- Bretanha, URSS e França- e os países do Eixo- Alemanha, Itália e Japão- a segunda Guerra Mundial fez resgatar, na América, o sentimento de que como potência especial, cabia ao país defender mundo afora os princípios sob os quais haviam se constituído. Em parte, tal percepção resgatava as bases do idealismo wilsoniano e o caráter "missionário" da inserção internacional da América. Diferente dos anos 1920, no entanto, tal engajamento vinha acompanhado, agora, de condições de poder renovadas e da paulatina ampliação do

nação institucionalmente (principalmente o setor bancário) e colocando-a na dianteira do destino internacional. A sociedade internacional, a esta altura, tinha uma nova "potência" a lhe ditar os precedentes. Era hora de estender as mãos para atingir resultados futuros, ou seja, a longo prazo. Razão de Estado.

Em nível diplomático, o centro decisório do mundo continua ainda nas margens do oceano Atlântico, mas em suas duas posições: a leste (Europa) e a oeste (Estados Unidos). O poder industrial norte-americano implicou em excedente de poder econômico. Na Segunda Guerra- Mundial[174] (1939-1945), o motivo maior da resistência inglesa por todos esses anos foi o apoio material, logístico e econômico norte-americano. Até a União Soviética recebeu essa ajuda, para fazer frente aos exércitos nazistas.

O Estados Unidos manteve, ao longo de toda História, uma distância "respeitosa" dos assuntos internos de todos os países do globo. O reconhecimento da soberania estatal de cada país sempre fez parte do ideal político-internacional desta nação. A inexistência de colônias, nos moldes europeus, na política americana, foi intencional. Uma nação que se afirmou mundialmente como uma potência democrática-constutcional, não poderia aceitar restrições ao princípio da autodeterminação dos povos. A assistência econômica e militar durante e após a II Guerra Mundial nunca implicou em exigência de tropas em solo estrangeiro (como ocorreu na doutrina Brejnev da URSS em relação aos países do leste europeu, também conhecida como doutrina da "soberania limitada").

A Razão de Estado[175] norte americana passa longe de compromissos morais, econômicos

---

consenso dentro dos EUA, principalmente na sociedade estadunidense, que nos tempos de Wilson havia reagido negativamente ao internacionalismo proposto pelo governo." (MAGNOTTA, Fernanda Petená. As ideias importam: o excepcionalismo norte-americano no alvorecer da superpotência. 2º edição revista e atualizada. Curitiba, Aprris, 2006, p. 117).

[174] "É verdade que a crença no excepcionalismo americano balizou a inserção dos EUA durante a segunda Guerra Mundial, conforme analisou-se na seção anterior. Apesar disso, ao longo do governo Roosevelt, o ponto mais alto da manifestação dessa crença deu-se por meio do arranjo que seguiu o encerramento do conflito." (MAGNOTTA, Fernanda Pectina. As ideias importam: o excepcionalismo norte-americano no alvorecer da superpotência. 2º edição revista e atualizada. Curitiba, Aprris, 2006, p. 128).

[175] "A estratégia do governo americano para a URSS foi lançada em discurso feito pelo presidente ao congresso em 12 de março de 1947. Poucos meses depois, em julho de 1947, a Doutrina Truman ficaria conhecida como Doutrina da Contenção (*containnment*, em inglês), sendo formalmente propagada por meio da publicação do artigo *The Sources of soviet Conduct* na revista *Foreign Affairs*,. Escrito por um autor que apresentava-se por meio do codinome "Sr. X", o documento propunha, aos EUA, a combinação de medidas militares, econômicas e diplomáticas a fim de conter a disseminação do comunismo.
Com o passar do tempo, o misterioso "Sr. X" foi revelado como sendo George Kennan, diplomata do Departamento de Estado americano, que vinha há algum tempo defendendo uma posição mais agressiva dos EUA contra a URSS.

e militares extravagantes no exterior, ao contrário da União Soviética, cujos recursos foram drenados exaustivamente para manter de pé a "Cortina de Ferro." Só o Muro de Berlim era vigiado 24 horas por dia por hum milhão de soldados soviéticos. Em sentido oposto, cada casa norte americana, nas décadas de 70 e 80 do século XX, tinha no mínimo dois automóveis e as famílias possuíam bens de consumo de primeira linha.

No capitalismo, é muito mais fácil a circulação de riquezas e a prosperidade individual e nacional. Prevalece o mérito, não a hierarquia do monolito partidário. A estrutura partidária disciplinada é essencial para a Razão de Estado.

Depois de atravessar por dois grandes desafios militares e geopolíticos na Ásia, na Guerra da Coréia (1950-1953) e na Guerra do Vietnã (1965-1975), o Estados Unidos[176] apreenderam a lidar com os limites da coerência de suas práticas estratégicas. O comunismo cairia não pela força das armas, mas pela deterioração interna de suas estruturas institucionais, principalmente econômicas. As economias centralmente planificadas nunca conseguiram dar uma resposta à altura para as demandas de suas populações. No mundo capitalista desenvolvido, a prosperidade

---

Eternizado como o "pai da contenção", ele é considerado um *policy-maker c*entral do período, já que era conselheiro do Secretário de Estado George Marshall. Ao publicar anonimamente, conforme pontuou Mearsheimer (2012), Kennan, que era um membro influente do governo, desejava que suas reflexões fossem confundidas com as políticas oficiais da administração Truman.s." (MAGNOTTA, Fernanda Pectina. As ideias importam: o excepcionalismo norte-americano no alvorecer da superpotência. 2º edição revista e atualizada. Curitiba, Aprris, 2006, p. 138-139).

[176] "Esse feito traz reflexões um tanto irônicas sobre a natureza das lições da história. Os Estados Unidos foram ao Vietnã para pôr fim ao que julgaram ser uma conspiração comunista centralmente dirigida, e fracassaram. Do fracasso americano, Moscou tirou a conclusão de que os defensores da Teoria do Dominó tanto temiam- de que a correlação histórica de forças mudara a seu favor. Seno assim, a União Soviética experimentou expandir-se para o Iemên, Angola, etiópia e, por fim, o Afeganistão. Mas nisso descobriu que as realidades geopolíticas se aplicam também a sociedades comunistas, tanto quanto às capitalistas. Na realidade, sendo a União soviética menos resiliente, a superextensão soviética resultou em cartase, como ocorreu nos Estados Unidos, mas em quebra e desintegração.

A pergunta permanece, se os eventos teriam caminhado na mesma direção, caso os Estados Unidos simplesmente ficassem passivos, deixando que a evolução da história cuidasse do desafio comunista. Ou esse desdém teria conferido ao mundo comunista um ímpeto ou uma convicção de vitória inevitável, suficiente para retardar, talvez mesmo evitar, o colapso soviético.

Seja qual for a resposta acadêmica, o estadista não pode adotar a resignação com o princípio de política. Pode até aprender a moderar a confiança em suas próprias avaliações e abrir margem para o imprevisível, mas contar com o eventual colapso de um inimigo ameaçador é uma política que não dá nenhum conforto aos milhões de vítimas imediatas e transforma a formulação política em uma aposta irresponsável na intuição.

A agonia dos Estados Unidos no Vietnã foi um belo atestado de seus escrúpulos morais, por si só, boa resposta a todas as interrogações sobre o significado ético da experiência americana. Após um intervalo relativamente curto, os americanos recuperaram o rumo, nos anos 1980. No decorrer dos anos 1990, povos livres de toda parte olhavam novamente para os Estados Unidos como guia para a criação de uma nova ordem mundial. Seu maior receio não era de uma presunçosa intromissão dos Estados Unidos, mas de uma nova retirada americana do mundo. Eis a razão por que a tristeza das recordações da Indochina deve servir para lembrar-nos que a coesão americana é um dever, pois é uma esperança dos povos." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 651-652).

material era a regra.

Na década de 90 do século XX, já estava claro que as instituições do norte capitalistas haviam superado o mundo comunista. O modelo econômico liberal de livre iniciativa e de respeito á propriedade privada, que são fundamentos do constitucionalismo norte-americano e de todo o Ocidente (exceto Cuba), dava resposta mais satisfatórias imediatas e a longo prazo.

O Espírito Universal da Liberdade, que caminhara nas Margens do Egeu, nas Praças de Roma, nas Escolas Medievais, nos Castelos Ilustrados, chega na Idade Contemporânea tendo como sua maior expressão o Ocidente, com a direção da "Cidade na Colina." A evolução do Conceito de Liberdade, que prioriza a condição humana, tem raízes judaico-grego-romano-germânico-europeias.

"Eu Sou o que Sou" é a frase de autoridade das Sagradas Escrituras. É o Perfeito, que não necessita de ninguém e todos Dele necessitam. O fundamento do existir é a busca da perfeição, tal qual o Criador o é.

A Democracia[177] e o modelo Federativo[178] norte americano são legados da Revolução

[177] "O estadista tem a visão de grande potência, e era isso que Abraham Lincoln queria para os Estados Unidos. O grande líder que se prima pela ética sempre almeja o bem comum, mesmo que seja a longo prazo.
Quando a Guerra Civil Americana terminou em 1865, Lincoln não sinalizou em momento algum que pretendia "punir" o Sul derrotado, mas sim acolhê-los para daí unificar a nação. Ele sabia que a vingança (o que sempre acontece com os vencidos) somente traria rancor e não favoreceria a unificação. Não viu cumprida a unificação em razão do seu assassinato por um sulista fanático. Mas a roda da História já estava a girar e o caminho da unificação era o destino da nação americana ainda no século XIX.
Os líderes que sucederam Lincoln não deixaram o espírito de pátria e grande nação que os pais fundadores da América tinham confiado aos dirigentes da pátria. Sob o olhar kissingeriano, a conciliação é sempre o melhor caminho para se governar e atender aos anseios dos nacionais." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. Kissinger e a Ética Ocidental. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016, p. 89).

[178] "A possibilidade de se adentrar na estrutura da federação mais uma pessoa jurídica de Direito Público, obviamente, considerando as especificidades dos Estados, irá sempre reforçar o fluxo comunicacional necessário para que se reduza ou mitigue o perigo da atomização do povo: propiciará a expansão e o adensamento do espaço público; fortalecerá formas de participação política ativa e, consequentemente, contribuirá para a formação política da vontade e opinião assegurando o devido processo legislativo democrático e reforçando a atuação do Poder Legislativo.
Quando pensamos o federalismo com sua identidade inacabada, vimos a possibilidade de inclusão nesse modelo dos ideais liberais e republicanos. Geralmente, muito se associa o federalismo às concepções republicanas e quase nunca se admite, por seu intermédio, uma forma de expandir os ideais liberais. Podemos dizer que estamos diante de duas visões de pluralismos distintos, mas que não se excluem e que podem, entendemos nós, melhor conviver em tensão nos pressupostos do federalismo. Assim entendemos que a boa sociedade, vista como um agregado de homens livres e iguais, movendo-se de acordo com suas opções individuais de vida, é a sociedade do federalismo e do Estado Democrático de Direito. Também, a boa sociedade vista como atuação coletiva visando o bem comum, adensando a virtude cívica, é a sociedade do federalismo e do Estado Democrático de Direito. Ou seja, pretendemos, efetivamente, escolher liberdade e igualdade, entendendo que o federalismo dá o pano de fundo para que estas, em tensão, se reconheçam e, a partir desse momento, criem um lastro de integração social com base na solidariedade de se reconhecerem diferentes." (BERNARDES, Wilba Lúcia Maia. Federação e federalismo: uma análise com base na superação do Estado Nacional e no contexto do Estado Democrático de Direito. Belo Horizonte: Editora Del Rey,

Americana para a humanidade. A maior autoridade é a do Conceito, e não da violência, ou das sombras, como predissera Platão.

201, p. 267).

1.8- A REVOLUÇÃO FRANCESA E O INÍCIO DA ERA CONTEMPORÂNEA

O caminhar do Espírito Universal é uma constante na História. A busca do homem pela Liberdade e Justiça enuncia o desenvolvimento da Razão, a faculdade maior de escolha, o arbítrio. Sou livre porque o outro é livre e o outro é livre porque sou livre. A maior luta do homem na História Universal é para se ver desatado da escravidão.

Não existe Liberdade sem Lei. Esta, em sua generalidade, é uma conquista única da civilização ocidental, estritamente judaico- europeia em suas raízes culturais e religiosas. A disseminação do conceito de pessoa, que teve início em Roma com a figura da "personalidade", tem no cristianismo sua força de universalização. Todos devem ser livres, em si e para si.

A Revolução Americana de 1776 deu um grande passo no que diz respeito à garantia da democracia e consequentemente da liberdade da maioria, o que se tornou de todos os cidadãos americanos em 1865, ao final da Guerra Civil. Mas o Continente Americano ainda estava marcado por uma história muito recente de independência e povoamento, aos moldes da História Universal. As sementes das árvores estavam lançadas para que se tornassem carvalho, ao longo da História. Todos deveriam ser livres.

Foi a Revolução Francesa[179] de 1789 que constituiu o grande momento fundamental da História, a partir da qual todos passam a ser livres. Livres e conscientes da própria liberdade. A Era Contemporânea inicia-se nesse ano. A liberdade vira a regra no Ocidente.

---

[179] "Quanto menos esperadas, mais perturbadoras são as revoluções. Fois assim com a Revolução Francesa, que proclamou uma ordem doméstica e internacional tão diferente do sistema vestfaliano quanto possível. Abandonando a separação entre política interna e externa, ela ressuscitou- e talvez tenha superado- as paixões da Guerra dos Trinta Anos, substituindo o impulso religioso do século XVII por uma cruzada laica. Ela demonstrou de que forma mudanças internas no interior das sociedades têm a capacidade de abalar o equilíbrio internacional de forma mais profunda do que uma agressão vinda de fora- uma lição que seria trazida para casa pelas convulsões ocorridas no século XX, muitas das quais derivaram explicitamente dos conceitos introduzidos pela primeira vez pela Revolução Francesa.

Revoluções vêm à tona quando vários ressentimentos diferentes se combinam para tomar de assalto um regime despreparado. Quanto mais ampla for a coalisão revolucionária, maior sua capacidade de destruir padrões de autoridade em vigor. Porém, quanto mais extensa for a mudança, maior será a violência necessária para reconstruir a autoridade, sem a qual a sociedade acabará por se desintegrar. Reinos de terror não ocorrem por mero acidente; são inerentes ao alcance da revolução.

A Revolução Francesa aconteceu no país mais rico da Europa, ainda que seu governo estivesse temporariamente falido. Seu ímpeto original pode ser atribuído a lideranças- em sua maior parte aristocratas e pertencentes à alta burguesia- que procuravam colocar o modo como seu país era governado em consonância com os princípios do Iluminismo. Ela adquiriu um ímpeto não previsto por aqueles que fizeram a Revolução e inconcebível para a elite governante até então no poder." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015. p.47-48).

A Revolução Industrial, em nível macroestrutural, forçou o fim da escravidão. As instituições econômicas do final do século XVIII e do início do século XIX não mais conseguiam conviver com a forma de produção do trabalho escravo nem com a divisão de classes da nação na qual se originavam privilégios em decorrência apenas da ascendência.

No viés político, o povo quer participar da estrutura do poder. A divisão robusta de governo e povo que havia no Antigo Regime[180] devia desaparecer. Não era a nobreza nem o papa que iriam ditar os rumos da nação, mas o povo, real detentor da soberania popular, conforme o propósito revolucionário.

A partir desse momento, o "imperativo categórico" de Kant, de conciliação de arbítrios, para respeito da máxima universal, manifesta-se através das legislações do Ocidente, ou seja, no que ficou conhecido como "mundo livre." O Ocidente é a casa da Liberdade, como Conceito.

A Revolução Francesa[181] de 1789 teve todas as características de violência para a efetivação de seus propósitos. Segundo o pensamento de Kissinger, a História é feita de montanhas, não de planícies. Os ideais são pacíficos, mas a História é violenta.

Sob o prisma "diplomático", a Revolução Francesa[182] implicou em intolerância nas

[180] "No seu cerne jazia um reordenamento numa escala inédita na Europa desde o fim das guerras religiosas. Para os revolucionários, a ordem humana não era um reflexo nem de um plano divino do mundo medieval, nem da combinação entre os interesses das dinastias do século XVIII. Como ocorreu com seus descendentes dos movimentos totalitários do século XX, para os filósofos da Revolução Francesa, o mecanismo da história era expressão pura da vontade popular, a qual, por princípio, não poderia aceitar nenhuma limitação inerente ou constitucional- e que eles acreditavam ser os únicos capazes de identificar. A vontade popular, concebida dessa maneira, era completamente distinta do conceito de majoritarismo que vigorava na Inglaterra ou do sistema de pesos e contrapesos consagrado na constituição escrita dos Estados Unidos. O poder reivindicado pelos revolucionários franceses ia muito além do conceito de Richelieu a respeito da autoridade do Estado porque investia de soberania uma abstração- não indivíduos, mas povos inteiros enquanto entidades indivisíveis, exigindo uniformidade de pensamento e de ação- e então designado a si mesmos como porta-vozes do povo e, na realidade, como sua encarnação." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015. p.48).

[181] "Seguindo os princípios dessa ideologia, todas as monarquias eram, por definição, tratadas como inimigas. Como elas não abririam mão do poder de resistir, a Revolução para se impor, seria forçada a se voltar para uma cruzada internacional com o objetivo de conquistar a paz mundial pela imposição dos seus princípios. Para disseminar a nova ordem através da Europa, toda a população masculina adulta da França se viu sujeita à conscrição. A Revolução tomou como base uma proposição semelhante àquela feita pelo Islã um milênio antes e pelo comunismo no século XX: a impossibilidade de coexistência permanente entre países com diferentes concepções religiosas ou políticas a respeito da verdade e a transformação da política internacional numa disputa global entre ideologias a ser travada por todos os meios disponíveis, mobilizando todos os elementos da sociedade. Ao fazer isso, a Revolução novamente fundiu as políticas interna e externa, legitimidade e poder, cuja separação pelo acordo vestfaliano conseguira limitar o alcance e a intensidade das guerras na Europa. O conceito de uma ordem internacional com limites estabelecidos para a ação do Estado foi posto por terra e substituído por uma revolução permanente que conhecia apenas vitória ou derrota totais." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015. p.48).

[182] "Depois dessas determinações principais devemos observar o curso da *Revolução Francesa e* a transformação do Estado a partir do conceito do direito. Inicialmente, foram apresentados apenas os instrumentos filosóficos abstratos,

relações internacionais com regimes diferentes àquele por ela apresentado. Internamente, nem se fala. As cabeças rolavam todo dia na guilhotina. A intolerância tomou conta do ideário revolucionário[183]. Mas isso faz parte dos caminhos da História, percorridos pelo Espírito Universal, através da Razão. O momento que é negativo em outro momento posterior se torna positivo, pois a dialética especulativa é uma espiral, uma suprassunção.

Mas a Revolução Francesa[184] foi violenta demais para se adequar aos padrões da Razão de Estado, como Richelieu preconizara no século XVII. O "Terror" praticamente permanente não

---

não incluindo a vontade interna ou a religião. A primeira constituição da França foi a constituição da *realeza*: na liderança do Estado deveria estar o monarca, a quem competia, junto com os seus ministros, o exercício do poder executivo. O legislativo, por sua vez, deveria fazer as leis. Mas essa constituição era, ao mesmo tempo, uma contradição interna, pois todo o poder da administração estava nas mãos do poder legislativo: o orçamento, a guerra, a paz e a suspensão do poder armado competiam à câmara legislativa. Tudo era abrangido pela lei. No entanto, por definição, o orçamento não é uma lei, já que ele deve ser refeito a cada ano, e o poder ao qual ele está propriamente ligado é o executivo. Como isso se relaciona, por exemplo, a nomeação indireta dos ministros e dos funcionários. Dessa forma, o governo foi transferido para as câmaras, assim como, na Inglaterra, para o Parlamento. Além disso, essa constituição estava repleta de desconfiança absoluta; a dinastia era suspeita, por ter perdido o poder que tinha, e os sacerdotes recusavam-se ao juramento. Assim, o governo e constituição não podiam existir e foram destruídos. Entretanto, sempre existiu um governo. Por isso a questão é: para onde ele foi? Segundo a teoria, ele foi para o povo, mais concretamente para a Convenção Nacional e para as suas comissões. Reinam agora os princípios abstratos da *liberdade* e- como ela reside na vontade subjetiva- os princípios da virtude. A virtude tem então que governar, diante dos muitos que – por causa da perversidade ou de antigos interesses (ou ainda pelo excesso de liberdades e paixões) - lhe são infiéis. A virtude é aqui um simples princípio que só diferencia aqueles que estão contidos na vontade interna e os que não estão. A vontade interna, porém, só pode ser reconhecida e julgada por si mesma..." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História. 2º edição. Brasília: editora UNB, 1999, p. 368).

[183] "Em novembro de 1792, a Assembleia Nacional Francesa lançou um desafio na face da Europa com dois decretos extraordinários. O primeiro expressava um compromisso irrestrito com a extensão do apoio militar francês à revolução popular onde quer que ela ocorresse. A França, ela anunciava, tendo libertado a si mesma, "oferecerá sua fraternidade e apoio a todos os povos que se dispuserem a recobrar sua liberdade. Assembleia nacional providenciou para que o decreto tivesse sua importância aumentada, ao determinar que o documento fosse "traduzido e impresso em todos os idiomas". A Assembleia Nacional rompeu de forma irremediável com a ordem do século XVII ao guilhotinar, várias semanas mais tarde, o rei deposto da França. Também declarou guerra à Áustria e invadiu os Países Baixos.
Em dezembro de 1792, um decreto ainda mais radical foi baixado com uma aplicação ainda mais universal. Qualquer movimento revolucionário convencido de que o decreto se aplicava ao seu caso era convidado a "preencher" o espaço em branco" de um documento que dizia "Do Povo Francês ao Povo _____", que aplaudia antecipadamente a próxima revolução fraternal e prometia apoio à "supressão de todas as autoridades civis e militares que governam até o dia de hoje". Esse processo cujo alcance era – implicitamente- ilimitado, era também irreversível: "A nação francesa declara que tratará como inimigo o povo que, ao recusar a liberdade e igualdade, ou renunciando a ela, quiser preservar, reconvocar ou negociar com o príncipe ou com as castas privilegiadas." Rousseau havia escrito que "quem quer que se recuse a obedecer à vontade geral deve ser forçado a fazê-lo pelo corpo inteiro... (Ele) será forçado a ser livre". A Revolução se empenhou em expandir essa definição de legitimidade a toda a humanidade." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2015. p.49-50).

[184] "Para alcançar objetivos tão vastos e universais, os líderes da Revolução Francesa se esforçaram para eliminar de seu país Qualquer possibilidade de oposição doméstica. "O Terror" matou milhares de integrantes das antigas classes dominantes e todos os suspeitos de oposição no plano interno, mesmo os que apoiavam as metas da Revolução ainda que questionando alguns de seus métodos. Dois séculos mais tarde, motivos comparáveis animavam os expurgos da

propiciaria o alcance da hegemonia nacional francesa, também pelo fato dela já ter sido atingida no referido século XVII e no próprio século XVIII.

"Cortar cabeças de reis" não faz parte da Teoria da Razão de Estado, em seu aspecto de aplicação prática. A História Universal é reconhecida pela referida Teoria, mas a melhor saída será um sistema internacional de conferências, que inclua todos, para a manutenção da paz. Foi o que ocorreu a partir de 1815 com o Congresso de Viena, marco fundamental dos estudos de Henry Kissinger no que diz respeito à diplomacia contemporânea.

A Razão de Estado tem a paz como resultado, não o terror constante.

A Revolução Francesa de 1789 representava mais um evoluir político e do conceito de Liberdade, envoltos na tomada, pelos menos teoricamente, da soberania nacional pelo povo. A roda da História havia girado e não teria mais como voltar atrás.

A Revolução Francesa propagou suas consequências por todo o planeta, até mesmo no mundo mulçumano. A Tripartição de Poderes torna-se regra, pelo menos do ponto de vista formal, no Ocidente e no Oriente.

Após o período revolucionário francês de 1789 a 1799, a "liberdade de todos" torna-se regra, sob o manto legal. O Código Civil Francês de 1804 e o Código Comercial Francês de 1807, do período napoleônico, atestam a chegada da burguesia ao poder. O Estado vai tomando as feições contemporâneas. As legislações estatais do Ocidente vão se aperfeiçoando, para a proteção do indivíduo e da coletividade. A igualdade torna-se um imperativo da civilização ocidental, como quisera Kant.

Passada a Revolução Francesa (1789-1799), surge Napoleão Bonaparte, que tenta representar a referida revolução e disseminá-la à força pela Europa, o conseguindo, até o fim de seu império continental em 1815. A ordem europeia deveria ser restaurada a partir de 1815, através das "cabeças coroadas", no dizer de Henry Kissinger.

---

década de 1930 e da Revolução Cultural chinesa nos anos 1960 e 1970." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio

1.9 - O CONGRESSO DE VIENA DE 1815: A DIPLOMACIA DA PAZ

Napoleão Bonaparte foi a "cumeada" da Ilustração, em termos políticos, na Europa, em pleno século XIX. A Razão, com sua instrumentação prática, que se manifesta no agir para a felicidade da coletividade, para o bem comum, para a Razão de Estado, para a paz, percorre caminhos tortuosos, verdadeiras "montanhas e curvas". Mas ao final atinge o seu objetivo, que é o Estado de Direito, através do máximo ético, que é o Direito, principal Ideia de Justiça, ao longo da História Universal.

O uso da força, como é conhecido nos estudos de História Geral, pode ter caracterizado a política externa de Napoleão Bonaparte. Mas essa figura da História Universal, representação do Espírito Universal no seu tempo, trouxe grande contribuição para o amadurecimento das instituições dos Estados, principalmente no que diz respeito à codificação dos Direitos Privados. A burguesia chega ao poder, e dele faz parte. O poder, com o passar do tempo, torna-se cada vez mais representativo da vontade do povo, fonte da soberania interna estatal.

A História caminha sempre para a frente. O intuito de Napoleão Bonaparte de unir toda a Europa, inclusive a Rússia, encontrou seus termos na campanha da Rússia. As tropas não aguentaram a exaustão causada pela extensão do território russo, aliado ao rigor do clima gelado e à insistência da população russa em aguentar o sofrimento em níveis altíssimos (algo que também foi determinante na vitória soviética sobre os nazistas a partir da batalha de Stalingrado em 1942, em plena II Guerra Mundial).

Após a queda de Napoleão Bonaparte, necessário era refazer o mapa territorial das nações europeias e a geopolítica do Velho Mundo. A "Restauração" das cabeças coroadas da Europa foi o *modus operandi* a partir de 1815. Em nível internacional, o uso da força cede lugar para os sistemas de conferências e diálogos, tendo sempre a paz como pressuposto. O Congresso de Viena[185] de 1815 inaugura esse "momento fundamental" da História da diplomacia do Ocidente.

Henry Kissinger, nos seus estudos acadêmicos em Harvard, em grau de doutoramento,

---

de Janeiro, Editora Objetiva. 2015. p.50).

[185] "Enquanto Napoleão vivia em Elba seu primeiro exílio, os vitoriosos das Guerras Napoleônicas reuniram-se em Viena, em setembro de 1814, para planejar o mundo do pós- guerra. O Congresso de Viena continuou em reunião durante a fuga de Napoleão de Elba e sua derrota final em Waterloo. Nesse interim, a necessidade de refazer a ordem internacional tornara-se ainda mais urgente." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 61).

enfatiza a importância do Congresso de Viena[186] de 1815 para a "manutenção da paz", nas relações entre Estados. A diplomacia[187] passa a utilizar a força da paz em todo os sentidos. A

[186] "Paradoxalmente, essa ordem internacional, mais explicitamente criada em nome do equilíbrio de poder que qualquer outra anterior ou desde então, apoiava-se o mínimo no poder. Esse interessante estado de coisas ocorreu em parte porque o equilíbrio foi tão bem preparado que só poderia rompê-lo um grande esforço, muito difícil de empreender. Mas a razão mais importante foi que os países continentais estavam unidos por valores comuns. Não houve apenas um equilíbrio físico, era também moral. O poder e a justiça em harmonia substancial. O equilíbrio de poder reduz as oportunidades de uso da força; um senso de justiça comum reduz o desejo de usar a força. A ordem internacional que não se considere justa será, mais cedo ou mais tarde, desafiada. Mas a maneira como um povo percebe a justiça de uma ordem mundial específica vem de suas instituições internas e de suas opiniões sobre questões táticas de política externa. Por isso, a compatibilidade entre as diversas instituições domésticas é um reforço para a paz. Irônico como possa parecer, Metternich predisse Wilson e que um conceito comum de justiça era uma exigência para a ordem internacional, embora sua ideia de justiça fosse o oposto de que Wilson buscou impor no século XX.
(...)
As relações entre os dois maiores estados alemães e as relações deles com os demais estados alemães eram chaves para a estabilidade europeia. Na realidade, pelo menos desde a Guerra de Trinta anos, as disposições internas da Alemanha ofereciam à Europa o mesmo dilema: sempre que fraca e dividida, a Alemanha incitava os vizinhos, mormente a França, ao expansionismo. Ao mesmo tempo, a perspectiva da unidade alemão aterrorizava os estados em volta, assim sendo até os nossos dias. O receio de Richelieu de que uma Alemanha unificada pudesse dominar a Europa, e esmagar a França foi antevisto por um observador inglês que escreveu em 1609: "(...)quanto à Alemanha, se fosse inteiramente subordinada a uma monarquia, seria terrível para todo o resto.". \historicamente, a Alemanha tem sido ou fraca demais ou forte demais para a paz na Europa.
Os arquitetos do congresso de Viena concluíram que para a Europa Central ter paz e estabilidade, seria necessário desfazer o velho tratado de Richelieu dos anos 1600. Richelieu criara uma Europa central débil e fragmentada, dando à França a tentação de cruzar seus limites e transformá-la em virtual *playground* para o exército francês. Em vista disso, decidiram solidificar, mas não unificar a Alemanha. A Áustria e a Prússia eram os principais estados germânicos, seguidos por vários outros de tamanho médio- entre eles a Baviera, Wunttemberg e a Saxônia- que foram aumentados e reforçados. Os 300 e poucos estados de antes de Napoleão viram-se consolidados em cerca de 30, unidos estes numa nova entidade chamada de Confederação Germânica. Provendo uma defesa comum contra a agressão externa, a Confederação Germânica mostrou-se criação engenhosa. Era forte demais para ser atacada pela França, mas fraca e descentralizada demais para ameaçar os vizinhos. A Confederação balanceava a força militar superior da Prússia e o prestígio e legitimidade superiores da Áustria. Seu objetivo era evitar a unidade alemã numa base nacional, maner os tronos dos vários príncipes e monarcas alemães e prevenir a agressão francesa. Foi muito bem sucedida em todos esses pontos." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 62-64).

[187] "A ordem estabelecida no Congresso de Viena foi o mais perto que a Europa se aproximou de um governo universal, desde o colapso do império de Carlos Magno. Ela produziu um consenso segundo o qual evoluções pacíficas no interior da ordem existente eram preferíveis a alternativas a ela; a preservação do sistema era mais importante do que qualquer disputa isolada que pudesse surgir no seu interior; e a convicção de que diferenças deveriam ser resolvidas por consultas, não pela guerra.
Depois que a Primeira Guerra Mundial pôs fim a essa visão, virou moda atacar o Congresso de Viena como sendo excessivamente baseado na balança de poder, a qual, pela dinâmica de manobras cínicas que lhe era inerente, acabou conduzindo o mundo à guerra. (A delegação britânica, na realidade, encomendou a um grande historiador, C.K. Webster, um tratado sobre como evitar os seus erros.) Porém, isso foi verdade, se é que o foi, apenas na década que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. O período entre 1815 e a virada do século foi um dos mais pacíficos da Europa moderna, e as décadas imediatamente seguintes ao Congresso de Viena foram caracterizadas por um extraordinário equilíbrio entre legitimidade e poder.
Os estadistas que se reuniram em Viena em 1814 se encontravam numa posição radicalmente diferente daquela dos predecessores que tinham formulado os termos da Paz de Vesfália. Um século e meio antes, vários acordos a respeito das diferentes guerras que tinham composto a Guerra dos Trinta Anos foram conjugados num conjunto de princípios para a conduta geral no âmbito da política externa. A ordem europeia que daí emergiu tomou como ponto de partida as entidades políticas existentes, agora separadas dos seus ímpetos religiosos. Esperava-se então que a aplicação dos

Guerra, gradativamente, vai se tornando um ilícito internacional.

Guerra não deixa de ser política de Estado, através de meios que implicam na violência. O próprio Henry Kissinger entende que o último recurso (e ele existe e deve estar à disposição) é o uso da força. Mas os participantes do Congresso de Viena, representantes dos vencedores das Guerras Napoleônicas (Rússia, Inglaterra, Áustria, Prússia...) e o vencido também (França) não estavam mais dispostos a tecer o futuro das relações diplomáticas da Europa com base na destruição e no desperdício de recursos materiais e humanos, além da exaustão psicológica advinda dos conflitos.

A Razão de Estado, segundo o pensamento de Henry Kissinger, encontra morada segura nas articulações do Congresso de Viena de 1815, seja na busca de segurança pela Áustria ou na manutenção e expansão da política imperialista colonial da Inglaterra (e da França também). A perpetuação da "paz" nas relações diplomáticas torna-se um imperativo nas injunções políticas internacionais entre os Estados europeus. E quem quisesse entrar nesse jogo diplomático devia inspirar-se nesta nova postura das nações europeias. O amadurecimento do agir estatal externo através da paz teve grande influência no pensamento do presidente Wilson do Estados Unidos da América do Norte, na segunda década do século XX.

A Inglaterra[188], porém, em que pese querer a paz, nunca se sentiu muito à vontade com uma política externa comum no Velho Mundo da qual ela não pudesse ter as suas reservas. O

---

princípios vestfalianos produziria um equilíbrio de poder para prevenir, ou pelo menos atenuar, os conflitos. No decorrer de quase um século e meio seguinte, esse sistema tinha conseguido conter os desafios ao equilíbrio por meio de alinhamentos mais ou menos espontâneos de coalizões que se contrabalançavam uma às outras." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015. p.66-67).

[188] "Mesmo com a boa vontade de Castlereagh pudesse ter com os problemas da Áustria, ele não conseguiu levar a Inglaterra a tratar de perigos potenciais, comparados às ameaças reais. "Quando o equilíbrio territorial da Europa for perturbado", declarou Castlereagh, "ela (a Inglaterra) pode interferir de fato, mas ela é o último dos governos de que se pode esperar aventurar-se em qualquer questão de caráter abstrato (...) Lá estaremos, em nosso posto, quando o perigo de fato ameaçar o Sistema da Europa; mas este país não pode- e não vai – agir segundo princípios de precaução abstratos e especulativos. Sucede que o ponto crucial do dilema de Metternich estava no fato de a necessidade obriga-lo a tratar como prático o que a Inglaterra considerava abstrato e especulativo. A rebelião era o perigo que a Áustria considerava menos controlável.
Para aplainar os desacordos de princípios, Castlereagh propôs reuniões periódicas, ou congressos de ministros do exterior para analisar o estado de coisas na Europa. O que foi conhecido como "sistema de congressos" buscava consenso sobre as questões em voga na Europa e o caminho para lidar com elas em base multilateral. A Inglaterra, no entanto, não se sentia inclinada a um sistema de governo europeu, por isto ser parecido demais com a Europa unificada a que os ingleses coerentemente se opunham. Com sua política tradicional muito própria, jamais um gabinete inglês assumira compromisso permanente de analisar os acontecimentos que surgissem sem haver uma ameaça específica. Participar de um congresso europeu era ideia que não seduzia a opinião pública inglesa, do mesmo modo como a Liga das Nações não agradaria aos americanos, 100 anos depois e quase pelas mesmas razões." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 70-71).

império britânico era muito extenso e o sistema financeiro inglês era o maior do mundo. Em 1838 existia na Inglaterra 400 bancos. Todos os grandes negócios e investimentos mundiais necessitavam do apoio financeiro da Inglaterra. E como excedente econômico leva ao excedente político também, a Inglaterra[189] não queria ver-se subjugada por decisões que não fossem tomadas apenas por ela própria.

A soberania nacional, que exige independência política, militar e financeira, dá autonomia a qualquer país que se encontre na liderança dos assuntos internacionais. Em 2003, mesmo sem a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo Bush (filho) declarou guerra unilateralmente ao Iraque. E a ONU não reagiu.

Geopoliticamente e Geoestrategicamente a Inglaterra nunca se sentiu à vontade com uma aliança irrestrita e indiscutível com a parte continental da Europa. Talvez pelo seu ingresso tardio no Império Romano e por estar separada pelo Canal da Mancha da grande massa territorial europeia. Teve grandes resultados decorrentes de Tratados Internacionais com os quais levou grandes vantagens sobre a outra parte (inclusive Portugal), acumulando riquezas e capitais, fortalecendo enormemente seu sistema bancário. Grande parte do outro extraído no Brasil foi transferido por Portugal para a Inglaterra, para compensar a balançar comercial totalmente desfavorável para a referida nação ibérica. Portugal chegou a ceder possessões coloniais ultramarinas para a Inglaterra em troca de casamento de princesas portuguesas com príncipes ingleses.

O Congresso de Viena de 1815 teve, desde o seu início (tanto Metternich como Tayllerand sabiam disso), de lidar com as diferenças estatais de seus membros, acentuada mais ainda pela soberania de cada membro. Mas a riquezas das relações internacionais vem da pluralidade. O sistema internacional de conferências europeias trouxe a paz, por praticamente 100 anos, de 1815 a 1914, com a ressalva da Guerra da Criméia de 1854.

Mas a pior questão internacional do Congresso de Viena estava naquele país cujo

[189] "Lorde Stewart, o "observador" inglês que teve permissão para comparecer aos vários congressos europeus, e era meio-irmão de Castlereagh, gastou a maior parte de seu tempo fixando limites ao envolvimento da Inglaterra, em lugar de contribuir para um tempo fixando limites ao envolvimento da Inglaterra, em lugar de contribuir para um consenso europeu. Em Troppau, ele submeteu um memorando admitindo o direito de autodefesa, mas insistiu que a Inglaterra "na qualidade de membro da Aliança, não assumia a responsabilidade moral de ter uma polícia europeia". No Congresso de Laibach, lorde Stewart foi obrigado a reafirmar que a Inglaterra jamais agiria contra perigos "hipotéticos". O próprio Castlereagh expusera a posição britânica num documento de estado de 5 de maio de 1820. A Quádrupla Aliança, disse ele, era um acordo para "libertação de grande parte do continente europeu do domínio militar da França (...) Jamais foi, portanto, uma união para o governo do mundo ou uma superpotência de assuntos dos outros estados". (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 73-74).

governante não quis se fazer representar por outrem na referida Conferência, uma vez que ele mesmo se apresentou em nome de seu país. A Rússia[190] do czar Alexandre I.

Segundo o pensamento de Henry Kissinger, a maior nação europeia é a Rússia. Com um sentimento extremado de expansionismo, que na realidade traduz uma manobra para conter as tensões internas do país, a Rússia, no que diz respeito ao Congresso de Viena de 1815, participou da reunião, mas com "ressalvas" próprias, desconfiando e todos, em que pese parecer apoiar tudo.

Todavia, a Grande Conferência europeia do início do século XIX, funcionou porque a Inglaterra e a Rússia estiveram presentes. Por mais divergente que possa parecer o interesse desses dois país aos demais membros do referido Congresso, a segurança "militar" do Continente nunca dispensaria a Aliança com eles. A Inglaterra tinha um império ultramarino e a Rússia era a maior nação, em termos territoriais, não apena da Europa, mas de todo mundo.

Lenin chegou a advertir os Sovietes em uma das últimas reuniões do Politiburo nas quais ele participou que deveria ser evitada a tentação na qual os czares caíram, de querer a Rússia estendida de Pyongang a Praga. O messianismo do czar foi substituído pelo romantismo da internacional socialista.[191]

---

[190] "Ingressando na arena internacional, a Rússia chegou a uma posição dominante com rapidez surpreendente. Na Paz de Vestfália em 1648, não se julgou a Rússia importante para ser representada. De 1750 em diante, no entanto, a Rússia já inquietava observadores ocidentais...
Quando do Congresso de Viena, a Rússia era talvez o país mais poderoso do continente. E meados do século XX, chegou à posição de uma das únicas superpotências globais, antes de implodir, quase 40 anos depois, perdendo muitas das vastas aquisições dos dois séculos anteriores em questão de meses.
A natureza absoluta do poder do czar possibilitava aos governantes da Rússia conduzir uma política externa arbitrária e cheia de idiossincrasias. No espeço de seis anos, entre 1756 a 1762, a Rússia entrou na Guerra dos Sete Anos ao lado da Áustria, invadindo a Prússia, passou par ao lado da Prússia na morte da Imperatriz Elizabeth em janeiro de 1762, depois se retirou para a neutralidade quando Catarina, a Grande, depôs o Czar seu marido, em junho de 1762. Metternich observaria, 50 anos depois, que o czar Alexandre I nunca conservou o bloco de crenças por mais de cinco anos. O conselheiro de Metternich, Friedrich non Gentz, descreveu a posição do czar: "Nenhum dos obstáculos que limitam e frustram os outros soberanos- autoridade dividida, formas constitucionais, opinião pública etc- existe para o imperador da Rússia. O que ele sonha à noite, pode fazer de manhã".
O paradoxo era a característica da Rússia. Sempre em guerra, expandindo-se em todas as direções, ela se considerava, não obstante, permanentemente ameaçada. Quanto mais poliglota tornava- ´se o império, mais a Rússia se sentia vulnerável, em parte por precisar isolar dos vizinhos as várias nacionalidades. Para manter-se e superar as tensões entre as várias populações do império, todos os governantes da Rússia invocavam o mito de alguma ameaça vasta e estrangeira que, com o tempo, foi uma das profecias que se cumpriram e que desfizeram a estabilidade da Europa." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 119-120).

[191] "O período posterior a 1815 foi a primeira tentativa, em tempo de paz, de organizar a ordem internacional através de um sistema de conferência, e o primeiro esforço explícito das grandes potências em afirmar
Um direito de controle. Por todo o imediato período de pós-guerra, haviam simbolizado a nova tendência as Conferências de Embaixadores em Francforte, Londres e Paris, esta de maior importância, tratando respectivamente dos arranjos territoriais da Alemanha, da supressão do Tráfico de Escravos, e da execução do Tratado de Paris. Mas restritas a problemas específicos, dos quais os principais delineamentos já estavam bem traçados, não representaram

O Congresso de Viena de 1815 teve seus efeitos práticos até o ano de 1914. O surgimento de um colosso militar e econômico na Europa, a Alemanha, em 1871, e a questão das nacionalidades, aquecidas propositalmente por Napoleão III, sobrinho de Napoleão Bonaparte, levou a processo de unificação, como foi o caso da Itália e da própria Alemanha.

Napoleão III, governante francês, que se julgava um "césar romano", era movido mais pela euforia ao resultado de suas práticas em nível de governo. A França se rendeu para a Alemanha e Bismarck unificou as nações germânicas em uma só identidade nacional, a Alemanha.

A Europa, no final da segunda metade do século XIX, caminhava para uma "corrida industrial armamentista." A Alemanha, que tão tardiamente se unificou, queria o expansionismo e a hegemonia. Bismarck[192] advertiu o Kaiser Guilherme II do risco das aventuras movidas pelas paixões e entusiasmos. A Razão de Estado, tão praticada por Bismarck ao longo de sua vida política, em termos de política exterior, de "Alianças Fluídas", nunca fixas, foram deixadas para trás por seus sucessores.

Os governantes europeus não observaram e apreenderam com o que ocorreu na Guerra Civil Americana de 1861-1865. A guerra que tinha previsão de poucos meses durou muitos anos. A Revolução Industrial tornara os conflitos militares[193] mais nocivos e com consequências

---

uma verdadeira prova. Ao prepararem-se os plenipotenciários para o Congresso de Aix-la, Chapelle, no entanto, toda a amplitude dos problemas europeus se lhes apresentava ao exame. E quando discutiram a agenda, a representação, e até mesmo a autoridade sob a qual iria reunir-se o congresso, evidenciou-se que a obtenção da unidade não era tão simples quanto o puro desejo." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 204).

[192] "Nessas circunstâncias, ficou cada vez mais difícil para Bismarck o seu precário ato de equilibrismo. Em 1881, um novo czar, Alexandre III, assumiu o trono em São Petersburgo, não limitado por uma ideologia conservadora como seu avô, ou por uma consideração pessoal, como seu pai, Alexandre II. Indolente e autocrático, Alexandre III não confiava em Bismarck, em parte porque a política de Bismarck era complicada demais para ele. Cera ocasião, ele chegou a declarar que toda vez que via menção a Bismarck num despacho, colocava uma cruz ao lado de seu nome. As suspeitas do czar eram reforçadas por sua esposa dinamarquesa que não perdoava Bismarck por tomar Schleswig Holstein do seu país natal." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 141-142).

[193] "O planejamento militar fazia aumentar ainda mais a rigidez. Desde o Congresso de Viena havia ocorrido apenas uma guerra geral europeia- a Guerra da Criméia. "A guerra franco-prussiana tinha se limitado a dois adversários.) Ela havia sido conduzida em relação a uma questão específica e tinha atendido a objetivos limitados. Por volta do começo do século XX, os planejadores militares- partindo do que acreditavam ser as lições oferecidas pela mecanização e pelos novos métodos de mobilização- começaram a ter como objetivo a vitória total numa guerra generalizada. Um sistema de ferrovias permitia o rápido deslocamento das forças militares. Com ambos os lados contando com amplas forças de reserva, a velocidade de mobilização tornou-se um fator essencial. A estratégia alemã, o famoso Plano Schlleffen, baseava-se na estimativa de que a Alemanha precisava derrotar um de seus vizinhos antes que pudesse se combinar com os outros para ataca-la a partir do leste e do oeste. Preempção, portanto, fazia parte do planejamento militar. Os vizinhos da Alemanha encontravam-se sob um imperativo oposto;

imprevisíveis.

Caso pudesse ser previsto o estado de penúria e destruição da Europa em 1918, os governantes europeus, em 1914, teriam evitado o deflagrar do conflito. O sistema de conferências, grande legado do Congresso de Viena de 1815, deveria ter sido reformado, revigorado e colocado em prática novamente.

Segundo o pensamento de Kissinger, a Europa nunca se recuperou do desastre acarretado pela I Guerra Mundial[194] (1914-1918). Três grandes impérios desapareceram (Turco-Otomano, Austro-Húngaro e Russo) e a Europa nunca mais foi hegemônica como antes. O afastar das práticas diplomáticas legadas pelo Congresso de Viena teve um alto preço, e colocou no sentimento das nações a vontade de corrida armamentista, ao invés de conferências para a paz. A História Universal não pode ser afrontada, pois exige o desafio das reformas para o aperfeiçoamento das instituições[195]. A Razão de Estado[196] não admite riscos cujas consequências

---

precisavam acelerar sua mobilização e ação coordenadas para reduzir o impacto de um possível ataque preventivo alemão. Cronogramas de mobilização dominavam a diplomacia; se líderes políticos queriam controlar considerações militares, as coisas teriam de ter se passado no sentido inverso." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.84).

[194] "A Primeira Guerra Mundial foi bem recebida por públicos entusiásticos e por líderes eufóricos que previam uma guerra curta e gloriosa, travada por objetivos limitados. Na realidade, ela provocou a morte de mais de 25 milhões de pessoas e fez naufragar a ordem internacional existente até então. O cálculo sutil do equilíbrio europeu envolvendo interesses em constante mudança havia sido abandonado pela diplomacia confrontacional de duas alianças rígidas, tendo sido, então, consumido pela guerra de trincheiras, o que produziu um número de baixas até então inconcebível. Submetidos a essa provação, os impérios russo, austríaco e otomano desapareceram completamente. Na Rússia, um levante popular em nome da modernização e da reforma liberal foi tomada de assalto por uma elite armada que proclamava uma doutrina revolucionária universal. Depois de descerem ao inferno da fome e da guerra civil, a Rússia e suas possessões emergiram com a União Soviética, e o anseio de Dostoiévski por "uma grande igreja universal na Terra" se metamorfoseou num movimento comunista mundial dirigido por Moscou, que rejeitava todos os conceitos existentes de ordem..." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.87).

[195] "Nos quarenta anos que se seguiram ao acordo de Viena a ordem europeia amorteceu conflitos. Nos quarenta anos após a unificação da Alemanha, o sistema agravou todas as disputas. Nenhum dos líderes previu a dimensão da catástrofe que seu sistema, baseado em conflitos rotineiros e apoiado no moderno maquinário militar, ameaçava deflagrar cedo ou tarde. E todos eles contribuíram para isso, sem perceber que estavam desmantelando a ordem internacional: a França ´por seu implacável compromisso de reconquistar a Alsácia-Lorena, o que exigia uma guerra; a Áustria por sua ambivalência entre suas responsabilidades nacionais e centro- europeias; a Alemanha por tentar superar o receio de se ver cercada enfrentando França e Rússia, ao mesmo tempo que promovia uma expansão de suas forças navais. A Alemanha aparentava, assim, estar cega às lições da história: a Grã-Bretanha certamente iria se opor à maior potência terrestre no continente se tentasse ao mesmo tempo ameaçar a supremacia naval britânica. A Rússia graças a seujs constantes movimentos em várias direções, ameaçava simultaneamente a Áustria e os remanescentes do Império Otomano. E a Grã-Bretanha, pela ambiguidade que obscurecia o grau de seu crescente comprometimento com o lado dos aliados, trazia o pior dos dois mundos. Se apoio tornava a França e a Rússia inflexíveis; sua postura aparentemente distante confundia alguns líderes alemães, levando -os a acreditar que a Grã-Bretanha poderia permanecer neutra numa guerra europeia." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.86).

sejam irreversíveis.

A Razão de Estado, cuja direção única é a "hegemonia Nacional", tem como condição de seu processamento teórico e prático a existência de estadistas[197] capacitados, que levem o seu

---

[196] "A tentação de conduzir política administrativamente sempre surge, porque a maioria dos governos se organiza principalmente para a condução da política interna, cujo problema central é a implementação das decisões sociais, tarefa só limitada pela factibilidade técnica. Mas a preocupação com problemas técnicos em assuntos do exterior leva a um padrão que tende a avaliar por erros evitados, e não por objetivos alcançados, e por uma crença de que a capacidade melhor se julga pela previsão de catástrofes do que pela descoberta de oportunidades. Muito natural que no auge da disputa de Viena, em 1814, Vansittart simplesmente negasse a realidade da ameaça russa, ou que Stadion, em 1821, protestasse contra o desperdício que representava para o tesouro austríaco uma campanha contra o Piemonte. Em cada exemplo, os riscos eram evidentes ao primeiro exame, enquanto os perigos pareciam simbólicos ou distantes, em cada caso a busca da exatidão tomou a forma de negação da realidade do perigo.
Também por esse motivo é perigoso separar o planejamento da responsabilidade de execução. Pois responsabilidade supõe um padrão de julgamento, uma legitimidade. Mas o padrão de uma burocracia é diferente daquele do esforço social. Metas sociais justificam-se pelo princípio legitimante da estrutura doméstica, que pode ser a racionalidade, a tradição ou o carisma, mas que em qualquer caso é considerado um valor *final.* Medidas burocráticas justificam-se por um padrão essencialmente *instrumental*, a adequação de certas ações é relativamente fixa; ou uma burocracia ideal deveria ser capaz de levar a efeito *qualquer* decisão administrativamente factível. A tentativa de definir metas sociais burocraticamente levará sempre, portanto, à distorção inerente ao ato de aplicar-se uma racionalidade de concepção e responsabilidade que emprestou á política de Castlereagh tanta flexibilidade, e permitiu Metternich conduzir-se com uma adaptabilidade tão refinada. Legitimados pelos objetivos do esforço social e não por uma rotina administrativa, Castlereagh e Metternich foram capazes de planejar a política como grande estratégia nacional. Tendo desempenhado a função tanto tempo, puderam executar sua concepção levando devidamente em conta a relação de suas providências entre si, e não apenas sua racionalidade individual.
Além do obstáculo da inércia burocrática, o estadista terá grande dificuldade em legitimar internamente sua política devido à desproporção entre as experiências interna e internacional da nação. O esforço interno de um povo constitui tentativa de transformar os atos compelidos em obrigações de contrato, por meio de um consenso sobre a natureza da justiça. Quanto mais espontâneo o padrão de obrigações, tanto mais "naturais" e "universais" parecerão os valores sociais. Mas a experiência internacional de um povo é um desafio à universalidade de sua noção de justiça, pois a estabilidade de uma ordem internacional depende da autolimitação da conciliação de diferentes versões de legitimidade. Uma nação avalia a política em termos de sua legitimação doméstica, na falta de outro parâmetro de julgamento. Mas a pretensão de identificar o princípio legitimante da ordem internacional com uma versão paroquial de justificativa deve levar a uma situação revolucionária, particularmente se os diversos princípios legitimantes internos forem suficientemente desiguais. Legitimando-se uma sociedade por um princípio de que arroga universalidade e exclusividade, se o seu conceito de justiça, em suma, não admite a existência de diferentes princípios de legitimidade, as relações com outras sociedades terminarão baseadas na força. Por esse motivo, sistemas de legitimidade conflitantes têm extrema dificuldade em chegar a um entendimento não só porque não chegarão a um acordo sobre a natureza de demandas "justas", mas, talvez principalmente, porque não serão capazes de legitimar internamente o consenso internacional a que se puder chegar." (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 302-304).

[197] "O estadista, portanto, assemelha-se a um dos heróis do drama clássico, com a visão do futuro sem poder transmiti-la diretamente aos outros homens, e sem ser capaz de comprovar sua "realidade". As nações aprendem somente pela experiência; elas só "sabem" quando é demasiadamente tarde para agir. Mas os estadistas precisam atuar como seu uma intuição *já fosse* experiência e como se sua aspiração fosse verdade. É por essa razão que os estadistas frequentemente compartem o fado dos profetas, são vilipendiados em seu próprio país, têm sempre difícil a tarefa de legitimar seus programas internamente, e que sua grandeza muitas vezes só aparece em retrospecto, quando sua intuição já se tornou experiência. O estadista tem que ser, portanto, um educador; tem de cobrir o fosso entre a experiência de um povo e sua visão, entre a tradição e o futuro de uma nação. Nessa tarefa, são limitadas suas possibilidades. Um estadista que se adiante demais à experiência de seu povo não conseguirá consenso interno; vide Castlereagh. O estadista que limita sua política à experiência de seu povo, condena-se à esterilidade; vide Metternich.

povo de um estágio para outro, em termos de cultura e por civilização. O grande desafio do Congresso de Viena de 1815 era esse, de elevar ou "suprassumir" a estrutura política, ideológica, econômica e militar europeia para "paz" e que sempre fosse esse o objetivo comum. Cada estadista da época, a seu modo, efetivou seus propósitos e contribui para o alcance desse objetivo. Metternich com a legitimidade, Castlereagh com o equilíbrio de poder, Bismarck com o sistema de alianças fluídas, sem ser esquecido o grande teórico inicial da Razão de Estado, Richelieu, com a teoria do "interesse nacional", que é a base e sustentação de toda Teoria da Razão de Estado. Todos os meios empregados pelo estadista devem buscar os fins da Razão de Estado, sendo o principal deles, mais uma vez, a "Hegemonia Nacional", no sentido de liderança para o aprimoramento das instituições, mesmo que seja exigido o uso da força, para manutenção da paz[198].

É por esta razão que os grandes estadistas, em sua maioria, foram representativos de estruturas sociais essencialmente conservadoras, ou foram revolucionários: o conservador é eficiente devido ao seu entendimento da experiência de seu povo e da essência de um relacionamento permanente, chave de uma organização internacional estável. E o revolucionário é eficiente porque transcende da experiência e identifica o justo com o possível. O conservador (particularmente se representa uma estrutura social essencialmente conservadora) é legitimado por um consenso quanto aos objetivos básicos do esforço social e à natureza da experiência social. Não há, portanto, a necessidade de justificar cada passo no caminho. O revolucionário é legitimado por sua qualidade carismática, por um acordo quanto à legitimidade de sua pessoa e de seu princípio. Seus meios, portanto, consideram-se incidentais; seus fins, ou sua pessoa, legitimam os meios. Uma estrutura conservadora produz uma noção de qualidade que favorece a armação de grandes conceitos: uma ordem revolucionária produz uma noção de *exaltação*, que dissolve as limitações técnicas. Tratam ambas do problema fundamental da ação do estadista: como provocar uma compreensão da *complexidade* da política, quando é impossível gerar uma compreensão de sua *substância."* (KISSINGER, Henry. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 304-305).

[198] "É possível traduzir culturas divergentes num sistema comum? O sistema vestfaliano foi delineado por cerca de duzentos delegados, nenhum deles reconhecido pela história como um grande personagem, que se encontraram em duas cidades do interior da Alemanha separadas por 64 quilômetros (uma distância significativa no século XVII) em dois grupos separados. Eles superaram seus obstáculos porque compartilhavam experiência devastadora da Guerra dos Trinta Anos e estavam determinados a evitar sua recorrência. A nossa época, tendo diante de si possibilidades ameaçadoras, precisa agir levando em com ta suas necessidades antes que venha a ser tragada por elas.
Fragmentos enigmáticos que nos chegaram da mais remota antiguidade revelam uma visão da vida humana também irremediavelmente marcada por mudança e conflito. A "ordem mundial" era comparável ao fogo, "ardendo e se apagando conforme a medida", com a guerra como "o Pai de tudo e rei de toda as coisas" produz\indo mudanças no mundo. Mas "a unidade de todas as coisas jaz sob a superfície, e depende de uma reação equilibrada entre opostos". O objetivo de nossa era deve ser o de alcançar o equilíbrio ao mesmo tempo em que contemos os cães de guerra. E temos de fazer isso em meio à corrente impetuosa da história. A conhecida metáfora para essa ideia se encontra no fragmento no qual se afirma que "não se pode entrar duas vezes no mesmo rio". A história pode ser imaginada como um rio, mas suas águas estarão sempre mudando.
Há muito tempo, quando era jovem, fui arrogante o bastante para me julgar capaz de um dia emitir um juízo sobre "O Significado da História". Hoje sei que o significado da história é algo a ser descoberto, não declarado. É uma pergunta a que devemos tentar responder da melhor maneira possível, reconhecendo o fato de que a questão permanecerá aberta ao debate; de que cada geração será julgada por ter enfrentado ou não as maiores e mais relevantes questões associadas à condição humana, e as decisões adequadas para fazer frente a esses desafios precisam ser tomadas pelos estadistas quando ainda é impossível saber qual será o seu resultado." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.375-376).

A História Universal, no pensamento de Henry Kissinger, é a História do Estado.

1.10- O PAPEL DA RAZÃO DE ESTADO NO SÉCULO XX

Os primeiros anos do século XX foram marcados por uma "herança "tranquila do século XIX[199]. Parecia que tudo agiria com equilíbrio e harmonia e as potências europeias se dariam muito bem umas com as outras a todo instante. Mas a indústria militar atuava nos bastidores e o mundo industrial aumentara em proporções homéricas o potencial de destruição em conflitos. Nada se apreendera com a Guerra Civil do Estados Unidos da América do Norte.

Os passeios pelas avenidas e chás de Paris e Londres eram contínuos. Lordes e damas desfilavam seus trajes em uma elegância da era vitoriana. A estrutura econômica, política e jurídica estava ainda assentada na ordem liberal do século XIX[200]. Mas o caldeirão estava fervendo.

O sistema capitalista liberal imperava nas relações econômicas europeias no século XIX.

---

[199] "Era muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era de terminado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo onde os "avançados" dominariam atrasados, em suma, num mundo de império. Mas paradoxalmente, o período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um motivo muito mais antiquado. Foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam "imperadores"; ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título.
Na Europa, os governantes da Alemanha, da Áustria, Rússia, Turquia e (em sua qualidade de dirigentes da Índia) Grã Bretanha reivindicavam esse título. Dois deles (Alemanha e Grã Bretanha/Índia) eram inovações dos anos 1870. Eles mais que compensaram o desaparecimento do "segundo Império" de Napoleão III, da França. Fora da Europa, os dirigentes da China, Japão, Pérsia e- talvez com maior cortesia diplomática- Etiópia e Marrocos eram normalmente autorizados a usar esse título, ao passo que, até 1889, sobreviveu um imperador americano, o do Brasil. Pode-se acrescentar à lista um ou mais imperadores ainda mais obscuros. Em 1918, cinco deles haviam desaparecido. Hoje (1987) o único sobrevivente titular desse seleto grupo de supermonarcas é o governante do Japão, cujo perfil político é fraco e cuja influência política é insignificante. HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Impérios. 19º edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015, p. 93-94).

[200] "Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que mudou- inclusive a geração dos pais deste historiador, ou pelo menos de seus membros centro-europeus- se recusavam a ver qualquer continuidade com o passado. "Paz" significava "antes de 1914": depois disso veio algo que não mais merecia esse nome. Era compreensível. Em 1914 não grande guerra fazia um século, quer dizer, uma guerra que envolvesse todas as grandes potências, ou mesmo a maioria delas, sendo que os grandes participantes do jogo internacional da época eram seis "grandes potências" europeias (Grã Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia- após 1871 ampliada para Alemanha- e, depois de unificada, a Itália), os EUA e o Japão. Houvera apenas uma breve guerra em que mais de duas grandes potências haviam combatido, a Guerra da Criméia (1854-6), entre a Rússia, de um lado, e a Grã Bretanha e a França de outro. Além disso, a maioria das guerras envolvendo grandes potências fora rápida. A maior delas não fora um conflito internacional, mas uma Guerra Civil dentro dos EUA (1861-5). Media-se a extensão da guerra em meses, ou mesmo (com a guerra de 1866 entre Prússia e Áustria) semanas. Entre 1871 e 1914 não houvera guerra alguma em que exércitos de grandes potências cruzassem alguma fronteira hostil, embora no extremo Oriente o Japão tivesse combatido e vencido a Rússia em 1904-5, apressando com isso a Revolução Russa." (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras: 1995, p. 30-31).

Havia uma "elegância" nas[201] negociações comercias. A diplomacia dessa época também guardava em si esse galanteio. Mas o tempo passa e as instituições, caso não se reformem, ficam obsoletas posteriormente,

O sistema de alianças que fora estabelecido a partir do Congresso de Viena de 1815, depois da morte de Bismarck (1898) estava fadado a desaparecer. No lugar de alianças diplomáticas fluídas, passou-se à rigidez dos tratados. O assassinato de um príncipe herdeiro do império austro-húngaro na sérvia incendiou as florestas na Bélgica em 1914. E nunca mais o mundo voltou a ser o mesmo.

A Alemanha depois da unificação em 1871 não queria apenas ser mais um "país" europeu. A História do Mundo Germânico precisava ser disseminada por toda a Europa, mas democraticamente. Os governantes alemães tentaram autocraticamente e à força impor aquilo que eles entendiam ser certo e que atendia a seus interesses. A França ainda sofria com o complexo de "grandeza" da época de Luís XVI. A Inglaterra queria ganhar dinheiro e fortalecer seu sistema bancário. A Rússia precisava do expansionismo sem limites de suas fronteiras para justificar os motivos de seus problemas internos. A Áustria não mais representava sozinha o mundo germânico. E o império turco-otomano era conhecido como o "homem doente do levante". Foi igual a explosão do Vesúvio em Pompeia e Herculano. A Primeira Guerra iniciada em 1914[202]

[201] "Na década de 1860, uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: "capitalismo". Portanto, parece que apropriado chamar o presente volume *A era do capital*, um título que também faz lembrar a todos nós que a mais importante obra do mais formidável crítico do capitalismo, *O capital*, de Karl Marx (1867), foi publicada nessa época. O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da História nas décadas que se sucederam a 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre in inciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender mais caro. Uma economia assim fundamentada e, portanto, repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência os elevou a tal posição, deveria- assim se acreditava- não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana, de avanço das ciências e das artes, em suma, um mundo de contínuo progresso material e moral. Os poucos obstáculos ainda remanescentes no caminho do livre desenvolvimento da economia privada sejam levados ao roldão. As instituições do mundo, ou mais precisamente daquelas partes do mundo ainda não excluídas pela tirania das tradições e superstições, ou pelo infortúnio de não possuírem pele branca (preferivelmente originária da Europa central ou do norte), gradualmente se aproximariam do modelo internacional de um "Estado-nação" definido territorialmente, com uma Constituição garantindo a propriedade e os direitos civis, assembleias representativas e governos eleitos responsáveis por elas e, quando possível, uma participação do povo comum na política dentro de limites tais que garantissem a ordem social burguesa e evitassem o risco de ela ser derrubada." (HOBSBAWM, Eric. A era do capital, 1848-1875. 20º edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013, p. 21-22).

[202] "De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas portas "avançadas" e "em avanço" do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente

somente terminou em 1918[203] com o caos político no Continente. Só ficaram as cinzas do que restou do século XIX, em termos diplomáticos, dos sistemas de conferências internacionais.

O Século XX nasce balançado pela I Guerra Mundial (1914-1918), da qual adveio os regimes totalitários na Europa. A Alemanha, com o fracasso da República de Weimar, e sua inabilidade em lidar com a inflação galopante, tornou-se nacional-socialista. A Itália, ainda na década de 20, tornou-se fascista. A Rússia passou ao comunismo soviético. O culto à pessoa foi tomando conta da agenda política europeia.

Mas foi a Revolução Russa[204] de 1917 que realmente sacodiu as estruturas deste país, e criou um estado de insegurança no Velho Mundo. A União Soviética, sucessora da antiga Rússia[205] czarista, não mais manteria relações diplomáticas "normais" como o resto do mundo,

---

eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos valores da razão, do debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente de perfeição) da condição humana. Esses valores, parecia claro, tinham feito progresso durante todo o século e estavam destinados a avançar ainda mais...
De fato, as instituições da democracia liberal haviam avançado politicamente, e a erupção de barbarismo em 1914-8 aparentemente apenas apressou esse avanço... (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras: 1995, p. 113-114).

[203] "O século XX multiplicou as ocasiões em que se tornava essencial aos governos governar. O tipo de Estado que se limitava a prover as regras básicas para o comércio e a sociedade civil, e oferecer polícia, prisões e Forças Armadas para manter afastado o perigo interno e externo, o "Estado-guarda noturno" das piadas políticas, tornou-se tão obsoleto quanto o "guarda-noturno" que inspirou a metáfora." (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 142).

[204] "Durante grande parte do Breve Século XX, o comunismo soviético proclamou-se um sistema alternativo e superior ao capitalismo, e destinado pela história a triunfar sobre ele. E durante grande parte desse período, até mesmo muitos daqueles que rejeitavam suas pretensões de superioridade estavam longe de ser convencidos de que ele não pudesse triunfar, E- com a significativa exceção dos anos de 1933 a 1945 (ver capítulo 5)- a política internacional de todo o Breve Século XX após a Revolução de Outubro pode ser mais bem entendida como uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social, tida como encarnada nos destinos da União Soviética e do comunismo internacional, a eles aliada ou deles dependente.
Á medida que avançava o Breve Século XX, essa imagem da política mundial como um duelo entre as forças de dois sistemas sociais rivais (cada um, após 1945, mobilizando por trás de uma superpotência a brandir armas de destruição global) se tornou cada vez mais irrealista. Na década de 1980, tinham tão pouca relevância para a política internacional quanto as Cruzadas. Mas podemos entender como veio a existir. Pois, mais completa e inflexivelmente que a Revolução Francesa em seus dias jacobinos, a Revolução de Outubro se via menos como um acontecimento nacional que ecumênico. Foi feita não para proporcionar liberdade e socialismo à Rússia, mas para trazer a revolução do proletariado mundial. Na mente de Lenin e seus camaradas, a vitória bolchevique na Rússia era basicamente uma batalha na campanha para alcançar a vitória do bolchevismo numa escala global mais ampla, e dificilmente justificável a não ser como tal." (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 63).

[205] "A Rússia, madura para a revolução social, cansada de guerra e à beira da derrota, foi o primeiro dos regimes da Europa Central e Oriental a ruir sob as pressões e tensões da Primeira Guerra Mundial. A explosão era esperada, embora ninguém pudesse prever o momento e a ocasião da detonação. Poucas semanas antes da revolução de fevereiro, Lenin ainda ser perguntava em que seu exílio suíço se viveria para vê-la. Na verdade, o governo do czar

principalmente com a Europa. Os bolcheviques se sentiam à vontade para não cumprirem os compromissos assumidos pelo czar deposto e fuzilado com toda família, sob a alegação de que nada tinham haver com este antigo regime político russo. A insegurança internacional foi aumentando progressivamente, uma vez que a maior nação europeia[206] não queria mais participar de forma típica da sociedade internacional da época, que tinha feições totalmente europeias.

Apesar de seu isolamento diplomático[207] autoimposto, a Rússia Soviética[208] não deixou de

---

desmoronou quando uma manifestação de operárias (no habitual "Dia da Mulher) do movimento socialista- 8 de março) se combinou com um *lock-out* industrial na notoriamente militante metalúrgica Putilov e produziu uma greve geral e a invasão do centro da capital, do outro lado do rio gelado, basicamente para exigir pão. A fragilidade do regime se revelou quando as tropas do czar, mesmo os leais cossacos se sempre, hesitaram e depois se recusaram a atacar a multidão, e passaram a confraternizar com ela. Quando, após quatro dias de caos, elas se amotinaram, o czar abdicou, sendo substituído por um "governo liberal" provisório, não sem certa simpatia e mesmo ajuda dos aliados ocidentais da Rússia, que temiam que o desesperado regime do czar saísse da guerra e assinasse uma paz em separado com a Alemanha. Quatro dias Mais que isso: tão pronta estava a Rússia para a revolução social que as massas de Petrogrado imediatamente trataram a queda do czar como uma proclamação de liberdade, igualdade e democracia direta universais. O feito extraordinário de Lenin foi transformar essa incontrolável onda anárquica popular em poder bolchevique." (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras: 1995, p.66-67).

[206] "A revolução mundial, que justificou a decisão de Lenin de entregar a Rússia ao socialismo, não ocorreu, e com isso a Rússia soviética foi comprometida, por uma geração, com um isolamento empobrecido e atrasado. As opções para seu desenvolvimento futuro estavam determinadas, ou pelo menos estreitamente circunscritas (ver capítulos 13 e 16). Contudo, uma onda de revolução varreu o globo nos dois anos após Outubro, e as esperanças dos aguerridos bolcheviques não pareceram irrealistas. *"Volker hort de Signale"* ("Povos, escutem os sinais") era o primeiro verso do refrão da "Internacional em alemão. Os sinais vieram, altos e nítidos, de Petrogrado e- depois que a capital foi transferida para uma localização mais segura em 1918- Moscou, * e foram ouvidos onde quer que atuassem movimentos trabalhistas e socialistas, independentemente de sua ideologia, e mesmo além...**"** (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 71-72).

[207] "Ao contrário do Congresso de Viena, a Conferência de Paris não incluiu as potências derrotadas. Como resultado, os meses de negociações deixaram os alemães sob uma nuvem de incerteza que estimulou ilusões. Eles recitavam os Quatorze Pontos de Wilson como se os tivessem decorado e, apesar de que seu próprio programa de paz teria sido brutal, acreditaram que o acordo final dos aliados seria relativamente brando. Desse modo, quando os promotores da paz mostraram seu trabalho, em junho de 1919, os alemães ficaram abismados e dedicaram-se a miná-los sistematicamente durante duas décadas.
A Rússia de Lênin, também não convidada, desancou a coisa toda com o argumento de que era uma orgia capitalista montada por países cuja meta era intervir na guerra civil da Rússia. E, assim, foi que a paz que encerrou "a guerra para acabar com todas as guerras" não incluiu as duas nações mais fortes da Europa- Alemanha e Rússia- que, entre elas, tinham mais da metade da população da Europa e somavam, de longe, o maior potencial militar. Só que este fato bastava para condenar o acordo de Versalhes." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 205-206).

[208] "Nada que remotamente se assemelhasse à União Soviética jamais surgira no horizonte da diplomacia europeia, desde a revolução Francesa. Pela primeira vez, em mais de um século, um país se dedicara oficialmente a derrubar a ordem estabelecida. Os revolucionários franceses emprenharam-se em modificar o caráter do estado; os bolcheviques, dando um passo adiante, propunham abolir completamente o estado. Quando o estado murchasse, na expressão de Lênin, não haveria necessidade de diplomacia ou política externa.
De início, essa atitude inquietou tanto os bolcheviques como os seus interlocutores. Os primeiros bolcheviques haviam criado teorias da luta de classes e do imperialismo como causa da guerra. Mas nunca lidaram com a questão de conduzir a política externa entre estados soberanos. Tinham certeza de que a revolução mundial viria logo após

espalhar pânico por todo o mundo, ao difundir os ideais socialista entre os trabalhadores. Parecia que os revolucionários russos queriam impor uma nova ordem mundial no início do século XX. Diante do atraso da Rússia, em termos econômicos e de infraestrutura, o referido objetivo somente poderia ser alcançado pela força. E isso foi uma marca constante da luta socialista por todo o século XX, que levou até mesmo alguns países a adotarem regimes ditatoriais para a manutenção em seu território do sistema econômico capitalista. Exemplo, a América Latina, nos anos 1960 e 1970.

A década de 30 do século 20, na União Soviética, foi marcada pelos expurgos. A polícia secreta soviética tinha, naqueles anos, mais força que o exército. Milhares de oficias foram mortos ou expurgados por Stalin sob o argumento conspiratório. A URSS tinha optado pela revolução dentro de suas fronteiras. A Internacional Socialista tinha se tornado um segundo plano.

E para ser mais atípico ainda, o regime soviético fez um Pacto[209] (Molotov-Ribentropp), um Tratado Internacional com a Alemanha nazista de não agressão, pelos idos de 1939. Stalin buscava "ganhar tempo" para equipar militarmente a União Soviética, para futuramente lutar contra a Alemanha nazista de Hitler[210]. Mas tal gesto que fazia parte do "bazar geopolítico" de Stalin[211], decepcionou muitos socialistas no mundo inteiro. Não era Tratado de Paz, mas jogo

---

sua vitória na Rússia, em alguns meses; pessimistas acreditavam que isso ocorreria no prazo de alguns anos. Leon Trotsky, ministro do exterior soviético, compreendia sua tarefa quase como um funcionário de uma repartição pública que, a fim de desacreditados capitalistas, publicaria os vários tratados secretos por meio dos quais haviam proposto dividir os espólios de guerra entre si. Ele definia o seu papel como o de "fazer algumas proclamações revolucionárias aos povos do mundo e sair de cena". Nenhum dos primeiros líderes comunistas acreditava possível um estado comunista coexistir com países capitalistas durante décadas. Como após alguns meses, ou anos, o estado devia desaparecer de todo, a principal tarefa da política externa inicial devia ser estimular a revolução mundial e não administrar relações entre estados." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 232-233).

[209] "Se a ideologia determinasse política externa, Hitler e Stalin jamais se dariam as mãos, tal qual Richelieu e o sultão da Turquia, três séculos antes. Mas o interesse geopolítico comum é liga forte, e este atraía inexoravelmente à ligação os velhos inimigos, Hitler e Stalin. (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 294).

[210] "O advento de Hitler ao poder é uma das maiores calamidades da história do mundo. Não fora por ele, a queda do castelo de cartas da ordem internacional de Versalhes poderia ocorrer de maneira pacífica ou, pelo menos catastrófica. Era inevitável que a Alemanha se tornasse, naquela ordem, a nação mais forte do continente; a orgia da matança e devastação que a perda desencadeou foi obra de uma personalidade demoníaca." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 263).

[211]"...Na verdade, foi o temor de ter de enfrentar Hitler sozinho que acabou levando Stalin, desde 1935 um inflexível defensor de uma aliança com o Ocidente contra Hitler, ao Pacto Stalin-Ribbentrop de agosto de 1939, com o qual esperava manter a URSS fora da guerra enquanto a Alemanha e as potências ocidentais se enfraquecia m mutuamente, em proveito de seu Estado, que, pelas cláusulas secretas do pacto, ficava com uma grande parte dos territórios ocidentais perdidos pela Rússia após a revolução. O cálculo se revelou incorreto, mas, como as fracassadas tentativas de criar uma frente comum contra Hitler, demonstrou as divisões entre Estados que tornaram possível a

político de curto prazo de ambos os lados. Em 1941[212] a Alemanha rompeu o Pacto de Não-Agressão. A União Soviética teve de entrar na II Guerra Mundial.

O "mal estar "do mundo comunista com as democracias ocidentais e até mesmo as dissidências dentro do mundo comunista começaram com o Pacto de Não Agressão da URSS com a Alemanha em 1939. Pareceu ao mundo todo que a nação-mãe da Revolução de Outubro estava mais preocupada com questões geopolíticas às ideológicas. E foi isso mesmo. Foi esse um dos motivos que levou a Iugoslávia do marechal Tito ao não alinhamento com Moscou depois de 1945.

O marechal Tito da Iugoslávia, estrategista brilhante que era, entendeu que conseguiria impedir a invasão soviética não apenas com o sistema de combate de guerrilhas, mas mantendo também laços constantes de comunicação com o Ocidente[213], especialmente o Estados Unidos. E foi uma estratégia que deu certo e manteve a Iugoslávia unida, mas fora da influência direta e do

---

ascensão extraordinária e praticamente sem resistência da Alemanha nazista entre 1933 e 1939." (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 152).

[212] "Até 1941, Hitler e Stalin tinham metas não tradicionais, que queriam atingir por meios tradicionais. Stalin aguardava o dia em que o mundo, comunista, seria comandado de dentro do Kremlin. Hitler esboçara no livro *Mein Kampf* sua visão doida de um império racialmente puro, governado pela raça dominante alemão. É difícil imaginar duas ideias mais revolucionárias que estas. Mas os meios empregados por Hitler e Stalin, culminando em seu pacto de 1939, poderiam ter saído de um volume sobre métodos de estado do século XVIII. De certa maneira, o Pacto Nazi-\soviético foi uma versão nova da partição da Polônia feita por Frederico, o Grande, Catarina, a Grande, e a Imperatriz Maria Teresa, em 1772. Ao contrário destes monarcas, Hitler e Stalin eram rivais ideológicos. Por um tempo, seu interesse comum em acabar com a Polônia suplantou as diferenças ideológicas. Quando o pacto se desfez, em 1941, começava a maior guerra terrestre da história da humanidade, aliás, pela vontade de um só homem. É interessante que o século XX- a era da vontade popular e das forças impessoais- fosse moldado por tão poucas pessoas e que a sua maior calamidade pudesse ter sido evitada pela eliminação de um único indivíduo." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 311).

[213] "O rompimento de Belgrado com Moscou teve um profundo impacto na política internacional e transformou totalmente a visão que as nações do bloco ocidental tinham do mundo comunista, ao provar que nem todos os governos de orientação marxista recebiam ordens da União Soviética. Os líderes ocidentais, especialmente os norte-americanos, perceberam que- mediante programas de auxílio e acordos comerciais- poderiam encorajar outros Estados socialistas a procurar maior independência de Moscou. Ao mesmo tempo, a noção de que existiam caminhos diferentes para se chegar ao socialismo deu novo impulso aos movimentos revolucionários em todo o mundo e levou vários países da Europa oriental a buscar maior autonomia política.
Escapar à dominação soviética permitiu à Iugoslávia estabelecer seu próprio programa de política externa, instituir novos planos econômicos e reavaliar conceitos marxistas. Os contatos que Tito manteve com o Ocidente levaram-no a descartar a ideia de que o conflito entre capitalismo e comunismo era inevitável e orientaram-no a partir em busca de uma coexistência pacífica entre as nações de todo o mundo. O rompimento com Moscou forçou os líderes iugoslavos a reexaminar os objetivos fundamentais do Estado comunista e a questionar o regime que haviam copiado quase que inteiramente dos soviéticos. O regime existia como uma forma de evolução social para se alcançar o bem-estar da sociedade, ou para perpetuar a própria existência? Decidiram então abandonar vários aspectos coercitivos do sistema e caminhar em direção aos ideais do marxismo-leninismo puro, deixando de lado o stalinismo até então imposto pela União soviética." (SCHIFFMAN, Ruth. TITO. Os Grandes Líderes. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987, p.79).

controle de Moscou. Tito não iria trocar o jugo dos nazistas pelo dos soviéticos.

Os regimes nazista e fascista que se instalaram na Europa a partir dos anos 1930 demonstram a falta de autoidentificação que foi um grave problema de algumas sociedades no século XX. Para resolver problemas internos ou deficiências no relacionamento externo, países como a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler procuraram culpar grupos sociais que não tinham nada haver com os problemas macroestruturais dos países nos quais se encontravam. Um discurso de ódio e perseguição tomou proporções nunca antes vistas.

Populações inteiras, conduzidas pelo discurso nacionalista e racial, seguiram lideranças irracionais e que não tinham o menor compromisso com o futuro da nação.

Buscar a Hegemonia Nacional sem a Razão de Estado conduz à violência desmedida e ao totalitarismo dos atos. A primeira metade do século XX assistiu a isso.

Mas a História Universal caminha na busca da Perfeição, sob o olhar filosófico. A dialética especulativa faz com que o momento negativo se positive, posteriormente, através da suprassunção, que é elevar todos os momentos históricos-filosóficos a um patamar superior.

A destruição da I Guerra Mundial e principalmente da II Guerra Mundial levou as lideranças mundiais vitoriosas em 1945 a estabelecerem internacionalmente direitos fundamentais da pessoa humana. Exemplo a Carta de São Francisco de 1945, que criou a Organização das Nações Unidas (ONU)[214] e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão

[214] "A ideia de se estabelecer uma paz durável, com um sistema permanente de segurança coletiva, é encontrada na Declaração Interaliada (12-6-1941) e na Carta do Atlântico (14-8-1941).
Em 1º de janeiro de 1942 foi constituída uma aliança para o tempo de guerra pelos países aliados que lutavam contra o Eixo, que foi consubstanciada na declaração das Nações Unidas.
Foi na Conferência de Moscou, em outubro de 1943, entretanto, que se fez "a primeira menção à necessidade desse se criar uma organização internacional após o término da guerra. Na Conferência de Teerã (dezembro de 1943) esta ideia foi reafirmada.
Em Dumbarton Oasks, em 1944, foi realizada uma conferência a fim de se constituir a nova organização, sendo as preparadas as proposições iniciais referentes a ela. Em fevereiro de 1945, os chefes de Estado (Churchill, Stalin e Roosevelt) resolveram os últimos pontos referentes à nova organização, com o sistema de tutela, o sistema de votação do Conselho de Segurança, etc. foi decidida ainda, em Ialta, a convocação para uma Conferência a ser realizada na cidade de São Francisco, a ter início em 25 de abril no mesmo ano. A Conferência de São Francisco foi um convite dos EUA em seu nome e no da URSS, Grão Bretanha e China. A França não consentiu em figurar entre as potências que convidavam.
A Conferência de São Francisco (25 de abril a 26 de junho) tinha oficialmente a denominação de "Conferência das Nações Unidas para a Organização Intenracional" e estava aberta às Nações Unidas que lutaram contra o eixo. Parece ter sido esta a razão para inúmeras declarações de guerra à Alemanha em 1945, quase no final da guerra: Argentina, Uruguai, Paraguai, Turquia, Peru, etc. (Rousseau). Nesta Conferência de que participaram vários Estados convidados pelos quatro Grandes (EUA, URSS, China e Grã-Bretanha), foi preparada a carta da ONU. A expressão carta das Nações Unidas foi proposta por Roosevelt.
A Carta da ONU entrou em vigor em 24 de outubro de 1945, com o depósito dos instrumentos de ratificação dos membros permanentes do conselho de segurança e da maioria dos outros signatários. Em consequência, 24 de outubro passou a ser considerado o dia das Nações Unidas.

de 1948. Diretos Políticos, Humanos, Civis, do Trabalho e depois Ambientais vão adentrando nas legislações de todos os países civilizados, principalmente os Ocidentais.

A Organização das Nações Unidas (ONU)[215] é a maior Organização Internacional do mundo, pois dela fazem parte a maioria dos Estados Soberanos, com raras exceções.

A partir do final da II Guerra Mundial, em 8 de maio de 1945, as potências vencedoras do conflito (Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e China) passam a perseguir o objetivo de evitar uma Terceira Guerra Mundial, que poderia ter resultados catastróficos, motivados pela utilização das armas nucleares. O objetivo passa a ser a "paz", apesar da corrida armamentista que logo se estabeleceu entre as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética), que ficou conhecida como "Guerra Fria[216]" (1946-1989). O século XX foi um período

---

(...)
É de se repetir a opinião de Franz Schurman de que a SDN estava mais no espírito do século XIX de um congresso das nações, enquanto a ONU é pela primeira vez na História "a concreta institucionalização de uma ideia de governo mundial". Acrescenta o autor que a ONU era guiada pelas ideias políticas americanas." (MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15º edição. I Volume. Editora renovar: Rio de Janeiro, 2004, p. 643-644).

[215] "A ONU possui duas categorias de membros: os originários e os admitidos. Esta distinção não traz qualquer diferença em relação aos direitos e deveres dos membros.
Os membros originários são todos aqueles que estiveram presentes na Conferência de São Francisco ou que haviam assinado a Declaração das Nações Unidas de 1942. O único país que havia assinado esta última, mas não participou da Conferência de São Francisco, foi a Polônia, porque os Grandes não haviam chegado a um acordo sobre qual era o seu "verdadeiro" governo, o pró-Londres ou o pró-Moscou. Eles são 51 membros.
Os membros admitidos ou eleitos são aqueles que preenchem determinadas condições e apresentam a sua candidatura à ONU. São os membros que nela ingressaram após sua constituição. Atualmente, são em maior número do que os originários.
A sede da ONU é na Cidade de Nova Iorque, entre as ruas 42 48, ao longo do East River. A carta não declara qual é sua sede, como fizera o Pacto para a Liga das Nações. A Assembleia Geral, em dezembro de 1946, decidiu instalar no local descrito a sua sede permanente." (MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15º edição. I Volume. Rio de Janeiro: Editora Renovar: 2004, p. 644-645).

[216] "A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, "a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar, mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficiente mente conhecida" (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimista, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas ("Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar"). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da "destruição mútua inevitável" (adequadamente expresso na sigla *MAD, das iniciais de expressão em inglês- mutually assured destruction*) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária.
A peculiaridade da Guerra fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso, apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global das forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um

de grandes tensões dentro da História Universal.

O Estados Unidos da América do Norte demonstrava, desde a sua independência em1776, que queria ser uma nação diferenciada entre as demais. Os "Pais Fundadores", com certeza leram ou souberam dos escritos de Richelieu. E esse era o espírito político da época. A "Grande Nação do Oeste" iria lutar pela Razão de Estado, ou seja, o interesse nacional para assumir a liderança mundial, não para subjugar e explorar outros povos, mas para propagar seus ideais de democracia.

Depois de 1945, o Estados Unidos da América do Norte apresenta-se, em nível de História Universal, com a "Razão de Estado" no século XX. Isso justifica campanhas militares aparentemente duvidosa e muito pesadas, como a Guerra da Coréia[217] (1950-1953) e a Guerra do Vietnã[218] (1965-1975). A maior nação do mundo [219]não poderia ser "afugentada" dos conflitos

---

equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência- a zona ocupada pelo exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunista no término da guerra- e não tentava ampliá-la com uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética." (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras: 1995, p. 224).

[217] "Os Estados Unidos não trouxeram "a rapaziada pra casa", conforme queria Roosevelt. Continuaram empenhados, criando instituições e programas para prevenir incursões soviéticas, pressionando a esfera soviética onde fosse possível.
Por três anos, a política de contenção funcionou como previsto. A Aliança Atlântica era a proteção militar contra a expansão soviética, enquanto o Plano Marshall fortalecia a Europa Ocidental econômica e socialmente. O programa de ajuda greco-turco repeliu a ameaça soviética no leste do Mediterrâneo, e a ponte aérea de Berlim demonstrou que as democracias tinham coragem de arriscar uma guerra ante desafios aos seus direitos. A União soviética sempre recuava para evitar o *showdown*, um desfecho com os Estados Unidos." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 431).

[218] "A experiência do Vietnã permanece fundamente gravada no psiquismo americano, ao passo que a historia parece ter reservado para si mesma algumas de suas lições mais notáveis. Após a busca anímica, Os Estados Unidos recuperaram a autoconfiança, e a União Soviética, com toda sua aparência monolítica, pagou a pena mortal por seus excessos morais, políticos e econômicos. Após a arrancada expansionista, a União Soviética entrou num lodaçal de contradições e, finalmente, ruiu." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 651).

[219] "Para Nixon, o agoniante processo de extrair os americanos do Vietnã, no final, tem relação em manter a posição dos Estados Unidos no mundo. Mesmo sem aquele purgatório, seria o caso de uma grande reavaliação da política externa americana, pois a era da dominação quase total dos Estados Unidos, no palco mundial, chegava ao fim. A vantagem nuclear dos Estados Unidos estava sendo reduzida, e sua supremacia econômica desafiada pelo crescimento dinâmico da Europa e do Japão, ambos restaurados com recursos americanos e em segurança provida pelos Estados Unidos. O Vietnã, enfim, foi o sinal de que estava mais do que na hora de reavaliar o papel dos Estados Unidos no mundo em desenvolvimento e de encontrar algum terreno sustentável entre o retraimento e a superextensão.
Por outro lado, surgiam novas oportunidades para a diplomacia americana, nas graves rachaduras abertas no que, em toda a Guerra Fria, se considerou o monolito comunista. As revelações de Kruschev, em 1956, sobre as brutalidades do regime de Stalin e a invasão soviética da Tchecoslováquia, em 1968, haviam abalado o apelo ideológico do

nos quais se envolveu de qualquer maneira. Deveria sair dos embates militares com a vitória ou no mínimo com muita honra.

A Guerra da Coréia (1950-1953) demonstrou que a tensão ideológica se dava apenas com a União Soviética, mas com a China[220] também. Seria necessário, em um futuro muito breve, modificar a abordagem do Ocidente com a nação mais antiga e populosa do mundo.

Ao longo da década de 70 do século XX, na qual poderia se pensar que o comunismo havia vencido a Guerra Fria, tendo esse sentimento equivocado permanecido até meados da década de 80 do referido século, o Estados Unidos manteve a sua posição de "Farol do Mundo", como um porto seguro para a democracia. Mas foi uma forma, em nível de política externa, às vezes muito mal compreendida internamente, principalmente pela mídia, de não abrir mão de seus interesses nacionais, que é a própria Razão de Estado.

O mundo desenvolvido e livre europeu[221] deve ao Estados Unidos sua segurança e prosperidade desde o final da II Guerra Mundial. Além de ter libertado a Europa Ocidental da

---

comunismo no restante do mundo. Ainda mais a ruptura entre a China e a União Soviética prejudicou a pretensão de Moscou a líder de um movimento comunista unido. Os acontecimentos indicavam que havia campo para uma nova flexibilidade diplomática." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 653).

[220] "Nas negociações como nas origens da guerra, se confrontaram duas abordagens diferentes em relação à estratégia. O governo Truman expressava a visão americana sobre a relação entre poder e legitimidade. Segundo ela, guerra e paz eram fases distintas da política; quando as negociações começavam, cessava a aplicação da força, e a diplomacia entrava em ação. Considerava-se que cada atividade era conduzida de acordo com suas próprias regras. A força era necessária para levar à negociação; então era posta de lado; o resultado da negociação dependeria de uma atmosfera de boa vontade, que seria destruída pela pressão militar. Nesse espírito, as forças americanas receberam ordens de se limitar a medidas essencialmente defensivas durante as conversações e de evitar ações ofensivas em larga escala.

A visão chinesa era o exato oposto. Guerra e paz eram dois lados da mesma moeda. As negociações era uma extensão do campo de batalha. Segundo o estrategista da China antiga Sun Tzu, em seu *A arte da guerra*, a disputa essencial se daria no campo psicológico- de modo a afetar os cálculos dos adversários e fazer diminuir a confiança no seu sucesso. Uma atitude menos ofensiva por parte do adversário era um sinal de fraqueza a ser explorado pelo aumento da pressão por meio da sua própria vantagem militar. O lado comunista lançou mão do impasse para aumentar a insatisfação da opinião pública americana com o resultado inconclusivo da guerra. Na realidade, durante as negociações, os Estados Unidos sofreram um número de baixas equivalente ao que tinha suportado durante a fase ofensiva da guerra." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2015, p.294-295).

[221]"Se os Estados Unidos não tivessem organizado uma reação quando o império comunista, autoconfiante, agia como se representasse a onda do futuro, e fazia os povos e governos do mundo inteiro acreditarem nisso, os partidos comunistas, que já eram, então, os maiores partidos políticos da Europa do pós-guerra, poderiam perfeitamente ter vencido. A série de crises de Berlim não teria sido suportada e haveria mais delas. Explorando o trauma pós- Vietnã dos Estados Unidos, o Kremlin enviou forças dos seus representantes para a África e suas próprias tropas para o Afeganistão. Teria sido muito mais agressivo, se os Estados Unidos não houvessem mantido o equilíbrio de poder mundial e auxiliado a reconstrução de sociedades democráticas. O fato de os Estados Unidos não analisarem seu papel em termos de equilíbrio de poder acentuou o sofrimento e complicou o processo, mas também serviu para gerar devoção e criatividade excepcionais. E Isso não altera a realidade de que foram os Estados Unidos que preservaram o equilíbrio global e, consequentemente, a paz mundial." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 753).

ocupação nazista, protegeu o Velho Mundo, da ocupação soviética, na parte ocidental. Recursos que deveriam ser gastos com proteção e segurança, uma vez existente o "guarda chuva" norte americano de proteção, puderam ser direcionados para outras áreas, o que trouxe até mesmo a sensação de bem-estar na Europa Ocidental.

A "Paz[222]" é objetivo fundamental da Razão de Estado. Nenhuma nação que queria ser hegemônica pode fazer da guerra e do conflito a sua política do dia a dia. Esse foi um erro enorme da União Soviética[223], de "revolução permanente". Os recursos foram drenados com movimentos ideológicos que se apresentavam no viés militar sem medir as consequências. No final, o Muro de Berlim caiu, em novembro de 1989.

A década de 90 do século XX foi a grande expressão, até aquele momento da História Contemporânea, de uma Nação Hegemônica que praticou a Teoria da Razão de Estado, sob um olhar histórico, por isso hegeliano e kissingeriano. Em 1992 o Estados Unidos da América do Norte reluzia sua hegemonia, ao terem vencido a Guerra Fria pela exaustão e deterioração institucional da outra parte, a União Soviética. Não foi preciso conflitos bélicos direitos na referida década, mas a objetivação explícita da reconciliação, que fora tentada durante e logo depois da II Guerra Mundial, entre os Estados Unidos e a União Soviética.

---

[222] "Ford achou essencial provar ao povo americano que crises e confrontações eram recursos de último caso e não a maneira de conduzir o dia-a-dia da política externa. Os dois estávamos certos de vencer a maratona para a qual nos preparávamos. Com sua economia desconjuntada, a URSS, no fim, não seria capaz de competir com a coalizão que estávamos montando de todas as democracias industriais cooperando com a China, o mais populoso país do mundo. E foi, essencialmente, o que aconteceu.
Fiel à ideia de que seu governo deveria ser um tempo de restauração (título que deu a suas memórias), Ford mostrou boa vontade com amigos e adversários. Por vezes, achei excessiva aquela equanimidade, especialmente quando a relutância em aplicar sanções tornava fácil e sem risco resistir á autoridade presidencial. Terminei apreciando o autocontrole de Ford, porque ele gradualmente drenou o veneno acumulado no sistema político americano e criou condições para restauração da fé em nossas instituições. Ao fim e ao cabo, as sociedades se fortalecem, não com vitórias de facções, mas com suas reconciliações." (KISSINGER, Henry. Memórias, 3º volume: Anos de Renovação. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p.37).

[223] "A União Soviética simplesmente não era forte ou dinâmica para o papel que os líderes lhe atribuíram. Stalin talvez tenha pressentido a verdadeira relação de forças, quando reagiu ao crescimento armamentista americano durante a Guerra da Coréia com sua Nota da paz, de 1952 (vide Capítulo20). No desesperado período após a morte de Stalin, os sucessores interpretaram mal a própria capacidade de sobreviver sem serem desfiados pelo Ocidente como prova de fraqueza ocidental. E enganaram-se com o que lhes pareceu um espetacular avanço soviético no mundo em desenvolvimento. Kruschev e seus sucessores concluíram que, em matéria de tirano, faziam o papel melhor que Stalin. Em vez de dividirem o mundo capitalista, que fora a estratégia de Stalin, eles o derrotariam com ultimatos em Berlim, mísseis em Cuba e aventureirismo em todo o mundo em desenvolvimento. O esforço, no entanto, foi tão além da capacidade soviética que transformou estagnação em colapso." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 715).

A História[224] demonstrou de qual lado estava. A América do Norte e seus aliados saíram vitoriosos. A Razão de Estado[225] prevaleceu, desfazendo todo e qualquer sonho de vitória ideológica do lado socialista.

[224] "No mundo do pós- Guerra Fria, não há um desafio ideológico dominante e nem, até o presente momento, um confronto geoestratégico único. Quase todas as situações são casos especiais. O excepcionalismo inspirou a política externa americana e deu aos Estados Unidos força moral para vencer a Guerra Fria. Mas o mundo multipolar do século XXI exigirá do excepcionalismo aplicações mais sutis. Os estados Unidos terão finalmente de resolver o que sempre evitaram em sua história: se a tradicional visão de si mesmos- como farol orientador ou como cruzados atuantes- ainda define suas escolhas ou se as limita. Resumindo, se devem, enfim, trabalhar em algum tipo de definição de seus interesses nacionais." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 754).

[225] "Que eram, na verdade, as potências internacionais, velhas ou novas, no fim do milênio? O único Estado restante que teria sido reconhecido como grande potência, no sentido em que se usava a palavra em 1914, era, os EUA." (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 538).

PARTE II

2- RAZÃO DE ESTADO EM HENRY KISSINGER

2.1- O CONCEITO DE NAÇÃO HEGEMÔNICA EM HENRY KISSINGER: FRANÇA, INGLATERRA, ALEMANHA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

O aparecimento do Estado[226] como principal sujeito de Direito Internacional foi o maior passo dado em termos de Ciências Políticas, desde o início da idade Antiga.

O Estado, sujeito de Direito Internacional, deve possuir os seus elementos constitutivos, quais sejam, o território, a massa humana, o governo[227] e a soberania. Será através da posse desses elementos que o Estado irá interagir na sociedade internacional, com outros Estados.

Na Idade Moderna, o Estado[228] representa sobretudo a morada da legalidade e da

---

[226] "Os Estados são os principais sujeitos do DIP. Eles são os sujeitos primários e fundadores da sociedade internacional, nas palavras de Aguirre Navarro. É por sua iniciativa que surgiram outras pessoas internacionais, como as organizações internacionais. O que leva Theodore Christakis a escrever, "o direito ama o estado, que foi seu criador."
Eles, apesar de não serem mais os únicos sujeitos de direito da ordem internacional, continuam a ser os principais e atuantes. O DI gira em torno das relações interestatais quase que exclusivamente.
O Estado sujeito de DI é aquele que reúne três elementos indispensáveis para a sua formação: população (composta de nacionais e estrangeiros), território (ele não precisa ser completamente definido, sendo que a ONU tem admitido Estados com questões de fronteira, por exemplo, Israel) e governo (deve ser efetivo e estável). Todavia, o Estado pessoa internacional plena é aquele que possui soberania.
(...)
O Estado vai surgir na Idade Média. É neste período da História que ele tem as suas raízes, apesar de após a queda de Roma o poder central ter desaparecido. O feudalismo dá origem a "poderes aristocráticos e Constituições estamentais."
(...)É na Idade Média que surge o primeiro Estado moderno, com Frederico II da Suábia no reino da Sicília, que cria a primeira monarquia absoluta, durante a primeira metade do século XIII" (MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15º edição. I Volume. Rio de Janeiro: Editora renovar, 2004, p.356).

[227] "O governo é o terceiro elemento do Estado e é sua organização política. O poder existe em toda sociedade como uma necessidade de se manter a própria organização social. O DIP não impõe uma forma de governo para os Estados. A organização política é uma decorrência da soberania do Estado e assegurada pela ordem jurídica internacional. Quando os textos do DIP, como a Carta da OEA, estabelecem como forma de regime a democracia representativa, isto é feito a título programático ou de ideal, sem que se imponha como uma obrigação jurídica, apesar de consagrada em tratado. A sua violação é incapaz de acarretar a responsabilidade internacional do Estado ou de ser imposta pela própria organização. O DIP não tem qualquer predileção por uma determinada forma de governo, e quando ela surge consagrada em texto internacional, por exemplo a OEA, isto é uma decorrência de imposição de uma grande potência da região (no caso o EUA)..." (MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15º edição. I Volume. Rio de Janeiro: Editora renovar: 2004, p. 367-368).

[228] "A técnica de Estado – tanto como mentalidade quanto como método-, não importando se pretende regular, dirigir, vigiar, controlar, informar, disciplinar ou submeter, orienta-se, de modo geral, para produção de decisões

segurança. O indivíduo somente é livre se estiver dentro do Estado, guardião da Lei, através da maior Ideia de Justiça, o Direito[229].

Na sociedade internacional há uma relação de coordenação entre os Estados, não de subordinação. Para evitar ver sua soberania ser violada pela vontade de outros Estados, qualquer Estado, por menor que seja, deve se utilizar de técnicas e principalmente da diplomacia. Richelieu, na França setecentista, sabia do risco da unificação dos reinos germânicos e desse perigo em nível de política internacional para o seu país. Ele evitou a referida unificação, algo que permaneceu por 300 anos. A verdadeira Razão de Estado da França naquele período. Defendeu o interesse do seu país, sem escrúpulos, apesar de nunca parecer tirano.

O Estado de Direito[230] é o Racional. Somente o império da Lei assegura a referida racionalidade, que leva ao exercício do poder em direção do bem comum. Deve haver um sentimento entre os membros da comunidade humana de um Estado, que se traduz no conceito de Nação.

Uma nação para ser hegemônica tem como requisito essencial a vontade de sua população em querer a hegemonia e buscar incessantemente o "status" de grande nação de seu Estado. Isso abriga a exigência de uma série de valores que dizem respeito ao patriotismo, ao pragmatismo e à eficiência[231], em termos principalmente culturais, militares, econômicos[232] e diplomáticos[233]. O

---

vinculantes que visam à coordenação se necessário coercitiva, de condutas e consequências de condutas. Essas decisões dizem respeito à interação entre instâncias e atores que assumem competências soberanas e que, na qualidade de atores sociais, delas participam ou por elas são afetados." (FRANKENBERG, Gunter. Técnicas de Estado: perspectivas sobre o Estado de direito e o estado de exceção. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 21).

[229] "A expressão "técnica de Estado" designa, de modo geral, a forma como o poder político é exercido. Ele abrange a totalidade dos procedimentos, normas e princípios, formas de conhecimento e competências, estratégias, táticas e cálculos operacionalizados por atores e instituições. Nesse sentido, "técnica de Estado" corresponde a um componente semântico do complexo conceito de "governamentalidade" de Michel Foucault, mas, contrariamente a ele, acentua, por um lado, a estatalidade como campo de ação e intervenção de objetivos e técnicas que se entrecruzam e, por outro, a importância do direito como forma e autoridade do exercício legítimo do poder." (FRANKENBERG, Gunter. Técnicas de Estado: perspectivas sobre o Estado de direito e o estado de exceção. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 15-16).

[230] "De acordo com a Constituição, no Estado de direito devem dominar as leis e a liberdade. A liberdade, sob o aspecto do Estado de direito, é sempre também a liberdade em relação ao medo. A exigência de liberdade em relação ao medo formulada por doutrinas tanto conservadoras quanto liberais acompanhou a evolução do Estado de direito desde o início..." (FRANKENBERG, Gunter. Técnicas de Estado: perspectivas sobre o Estado de direito e o estado de exceção. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 204).

[231] "Ao implantar determinada política econômica, deve o Estado pautar-se pelo *princípio da eficiência*, que é inerente à atividade econômica. E, ao fazê-lo, deve o Estado observar três planos, ou seja, aquele em que ele próprio *exerce uma atividade econômica*, dentro do âmbito de permissão ou de imposição constitucional; aquele em que *adota uma postura normativa* da atividade econômica; e aquele em que *estimula ou favorece ou planeja* a atividade

futuro de uma nação exige segurança, e agir sempre para acertar e atingir os objetivos.

A liderança da Razão de Estado exige que a nação tenha objetivos hegemônicos, de condução da sociedade interacional para um patamar no qual ela não esteve antes. O Estados Unidos da América do Norte realizou muito bem este papel na segunda metade do século XX, em que pese desde 1776 já se poder afirmar que a referida nação já era exemplo de liberdade individual constitucionalmente assegurada.

O Ocidente é a parte do mundo na qual a Razão de Estado melhor se manifesta, motivada pelas liberdades individuais, pela democracia, pelo respeito à Lei, pela efetividade da Constituição, e pela segurança jurídica.

O capitalismo[234] dá vigor econômico à maioria das nações ocidentais desenvolvidas e em

---

econômica. É óbvio que o mesmo princípio deverá informar a atividade das *empresas*, que, ao exercerem a atividade econômica, devem estar imbuídas da ideia de que o seu sucesso depende exatamente da *eficiência* das posturas adotadas." (FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2010, p.26).

[232]"Por um lado, las democracias industriales habían acrescentado su bienestar econômico y su vitalidad pol~´itica. La maioria de los dirigentes norteamericanos tendian a echar la culpa atemiorizador, enigmático Charles de Gaulle. Yo no compartia la opinón convencional sobre de Gaulle; no lo veia como causa de las dificuldades y dudas de entonces sino como sintoma de câmbios estructurales de profunda raiz em la relación atlântica. No era natural que las decisiones importantes que afectaban el destino de países tan ricos em tradiciones, orgullo nacional y poderio econômico como Europa Occidental y Japón, se tomaran a miles de millas de distancia. Yo habia insistido durante años que era um benefício del interês nacional norte americanos favorecer que las responsabilidades fueran compartidas. Si Estados Unidos insistia em ser dideicomissario de todas las áreas nos comunistas, nos agostaríamos psicologicamente mucho antes de hacerio fisicamente. Um mundo com más centros de decisón, creia yo, era plenamente compartible com tradiciones Kennedy y Jonhson para hacer abortar el programas nuclear francês, y si era possible hasta el brittânico, y a la tendencia de Washington, em los años sessenta, de convertir la consulta em la exégesis de las prescripciones norte-americanas." (KISSINGER, Henry. Mis Memorias. Buenos Aires: Editoria Atlantida S.A: 1979, p.61).

[233] "El período immedatamente posterior a uma victoria electoral es um momento de embelsesada inocencia. El presidente electo se encuentra libertado de la torturante incertidumbre y de las exigências físicas y psicológicas de su lucha por el premio mayor. Por primera vez em meses, u quizas em años, puede volver su atención hasta temas substanciales. El y quienes le rodean comparten la euforia de la iminente autoridad, pero todavia non estàn acossados por las ambigiuidades y las pressiones. Sus conserejos vense subitamente catapultados de la obscuridadd a la luz de las candilejas. Todas sus palabras y sus actios ahora son analizados por periodistas, diplomáticos y servicios de inteligencia extranjeros em busca de pistas sobre la futura politica. Habitual problema de governar; tampouco han sido selecionados por su domínio de los grandes temas. Y depués que terminaron las elecciones, pronto se vem consumidos por los problemas prácticos de organizar uma nueva adminsitractión." (KISSINGER, Henry. Mis Memorias. Buenos Aires: Editoria Atlantida S.A, 1979, p. 26).

[234] "No presente capítulo haverá uma mudança radical no enfoque até agora dotado, ou seja, estamos abandonando, por enquanto, a pura análise dos sistemas econômicos, baseada em modelos estereotipados e supersimplificados para fazermos uma incursão histórica. É como se, após um voo pela estratosfera, o avião mergulhasse abruptamente para surpreender a terra, num de seus momentos mais desafiantes e de maior efervescência em termos de idéias e de realizações. Esse momento é o fim do século XVIII, um período rico sob todos os aspectos, mas sobretudo pelo grande salto mental e cultural dado pelo homem do Ocidente., quando superou hábitos e crenças ancestrais, para lançar as bases de uma nova sociedade, deixando para trás aquilo que os franceses com muita propriedade chamaram

desenvolvimento. Desde 1776[235], quando o capitalismo moderno foi definido teoricamente na obra *A Causa da Riqueza das Nações* de Adam Smith, a industrialização e a circulação de riquezas tornaram-se objetivos das políticas estatais no Ocidente, até com previsão constitucional, para o benefício individual e empresarial. O Ocidente é a morada teórica e prática da Razão de Estado.

A Razão de Estado, em seu conceito doutrinal, por isso teórico, exige a presença de lideranças, que se destacam na defesa dos interesses de seu país. Mesmo que não sejam nações hegemônicas no mundo, exercem papel fundamental para o amadurecimento das instituições

---

de Ancien Regime, caracterizado pelo absolutismo real, visto como direito divino, pelo jugo de corpos ditos intermediários- como as corporações de ofícios-, sobreposição e mal definição de direitos, poder eclesiástico, privilégios diversos de origem feudal, submissão da atividade econômica a interesses do monarca ou da nobreza, donde o mercantilismo em suas várias formas.
Isso ocorreu no chamado mundo ocidental, o qual compreende a Europa Ocidental, Os Estados Unidos e demais países americanos que gradualmente foram se separando das respectivas metrópoles européias. Com o tempo, outras nações situadas fora do ecúmeno geográfico ocidental passaram a escolher as linhas básicas do sistema, como o Japão (A PARTIR DE 1867), A Austrália, a África do Sul e, na segunda metade do último século, os chamados tigres asiáticos." (NUSDEO, Fábio. Curso de Economia: introdução ao Direito Econômico. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 123-124).

[235] "Desde fins do século XVII começaram a surgir na Europa ocidental correntes de pensamento, a princípio tênues, voltadas não apenas a enaltecer o ideal de liberdade e, consequentemente, a contestar o poder absoluto dos monarcas, mas empenhadas igualmente em discutir a idéia de liberdade, procurando dar-lhe contornos e condições de operacionalidade, ou seja, ensaiando formas e meios pelos quais fosse possível organizar uma sociedade, apta a pautar o seu funcionamento segundo os ditames e exigências da liberdade.
Em grande parte aquelas correntes desenvolveram -se no campo da ciência política e ganharam ímpeto a partir dos meados do século XVIII, reforçando-se com as idéias que lastrearam a revolução Gloriosa na Inglaterra, o iluminismo e o movimento enciclopedista na França.
Operacionalizar a liberdade como fundamento para a organização do Estado implicou superar e eliminar uma série de crenças e de peias que tolhiam o homem e as suas inciativas. Implicou, sobretudo, um voto de confiança no discernimento dele, homem, visto como o senhor do seu destino e construtor de sua felicidade na terra, sem que o soberano, o Estado, compulsoriamente atado viessem a lhe determinar o caminho a seguir. Daí o culto não apenas à liberdade, mas ao corolário lógico, o racionalismo, ou seja, a capacidade de realizar opções ditadas não pela religião, pela magia, ou pela tradição, mas por critérios decorrentes de uma visão científica do mundo ou pelo menos embasada numa observação metódica e objetiva dos fatos, quer da vida natural quer da vida social. Denso de simbolismo nesse sentido, o ato dos revolucionários franceses de entronizar na catedral de Notre Dame o culto a deusa Razão.
(...)
A convergência de todas essas linhas de pensamento levou à consagração daqueles dois valores que passaram a marcar fundamentalmente a cultura ocidental a partir da segunda metade do século XVIII: a liberdade e a racionalidade, No entanto, é a partir do último quarto do século que começam a se dar os acontecimentos cujas repercussões foram de tal monta a ponto de decretarem o fim de uma era e o início de outra. Passa-se, assim, da Idade Moderna para a Contemporânea, na qual vivemos. E, apesar de o mundo de hoje se afigurar extremamente distante e diferente do daquela época, não existe dúvida quanto a provierem todas as enormes transformações dos últimos duzentos anos da matriz cultural gerada pela grande revolução que tem como marco inicial e significativo o ano de 1776, justamente quando se iniciava o último quartel do chamado Século das Luzes, já então, amadurecido para assistir a eclosão da revolução francesa." (NUSDEO, Fábio. Curso de Economia: introdução ao Direito Econômico. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 124-125).

democráticas, socias, ou seja, políticas.

Grandes líderes estiveram presentes no século XX. Todos eles queriam a potencialização das forças macroestruturais de seu país e lutaram por isso. Se alinharam a Nações Hegemônicas, tendo estas a sua Razão de Estado. O exemplo maior no século XX é o Estados Unidos da América do Norte.

Adenauer[236] foi prefeito de Colônia, colocado no cargo pelas forças de ocupação norte-americanas. Preso durante a guerra pelos nazistas, defendia a democracia e a integração da Alemanha à comunidade das nações ocidentais sem o uso da força. Foi nomeado chanceler da Alemanha Ocidental em 1949. Fortaleceu os laços da República Federativa Alemã com a Aliança Atlântica.

Ben Gurion[237] foi o primeiro governante (ministro) do Estado de Israel fundado em 14 de

---

[236] "Quando Konrad Adenauer nasceu, em 5 de janeiro de 1876, só havia uma certeza com relação ao seu futuro: teria de esforçar bastante caso desejasse ser alguém na vida. Seu pai, um modesto funcionário do Judiciário, só podia garantir aos filhos (Konrad era o terceiro entre quatro irmãos e o mais jovem dos meninos) o sustento básico e o horizonte estreito do pequeno sobrado em Colônia, antiga e bela cidade alemã às margens do rio Reno. A casa, por sinal, só era parcialmente ocupada pela família Adenauer, que tinha alugado a metade do térreo e todo o primeiro andar- os rapazes dormiam apinhados em um mesmo quarto e até os 17 anos Konrad partilhou sua cama com um dos irmãos.
(...)
O pai de Konrad estava determinado a dar aos filhos uma educação e uma vida melhor do que a sua...
(...)
De seu período como soldado do Exército prussiano, ele tinha para contar aos filhos uma história de sangue e bravura. No final da Batalha de Koniggratz, a maior da guerra entre a Prússia e a Áustria, em 1866, ele foi encontrado seriamente ferido sob uma pilha de cadáveres, ainda segurando uma bandeira austríaca capturada. O prêmio por seu heroísmo foi a promoção para tenente..." (CUDLIPP, Edythe. *Os Grandes Líderes. Adenauer.* São Paulo: Editora Nova Cultura: 1989, p. 7-8).

[237] "Ben Gurion sonhou pela primeira vez em estabelecer uma pátria para os judeus durante sua infância na Polônia, então um território do Império Russo. A Rússia mantinha a população judaica confinada numa região chamada área de colonização- correspondente à porção oriental da Polônia, Bielo- Rússia, Lituânia e nordeste da Ucrânia. Dentro desses limites, a maioria dos judeus vivia em *shtetles,* pequenas cidades-mercados, para onde haviam se retirado, depois de terem sido empurradas para a região rural pelo czar Nicolau I, na década de 1850. Além das restrições de moradia, os judeus da Polônia Russa, tinham de suportar duras restrições econômicas e frequentes períodos de violência anti-semita. Cotas de admissão impediam que a maioria dos judeus tivesse educação secundária ou superior fora de suas próprias escolas. Estavam proibidos de exercer profissões como advocacia, medicina, funcionalismo civil, trabalhos em universidades ou na indústria pesada. Aqueles que conseguiam assegurar posição em alguma indústria leve estavam sujeitos às terríveis condições de trabalho, muito semelhantes àquelas que predominavam na primeira fase da Revolução Industrial.
(...)
Ben Gurion nasceu com o nome de David Green, o sexto filho de Avigdor e Sheindel Green, num *shtel* polonês no monte Plonsk no dia 16 de outubro de 1886. Seus primeiros anos de vida foram pouco comuns para uma criança judia, pois não vivenciou a experiência direta do anti-semitismo e da privação econômica. Embora os moradores de Plonsk estivessem sujeitos a todas as leis anti-semitas russas, a cidade manobrou no sentido de contornar a maioria das campanhas brutais de violência anti-semita, ou *progroms,* que varreram o resto da Polônia durante o período. E, embora a maioria dos habitantes da cidade fosse pobre, os Green viviam com bastante conforto." (VAIL, John J. *Os Grandes Líderes. Bem Gurion.* São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988, p. 8-9)

maio de 1948, após votação na Assembleia Geral da ONU. Fez de Israel uma nação desenvolvida e democrática, desde o seu nascedouro.

Israel tem a sua Razão de Estado. Uma nação territorialmente pequena, com localização geopolítica e geoestratégica indispensável para as grandes potências ocidentais, cultiva o alto desenvolvimento industrial, principalmente tecnológico no século XXI. Tem como seu principal aliado no mundo, desde 1948, o Estados Unidos da América do Norte. Grande parte dos políticos, cientistas e professores universitário desta última nação são judeus.

A Razão de Estado do Estados Unidos da América do Norte, ou seja, seu interesse nacional, articulado com ações para fins bem definidos, sempre inclui a parceria com Israel. O presidente George W. Bush (Filho), no último ano de seu mandato (2010), chegou a dizer em cadeia mundial que "Todo judeu é americano e todo americano é judeu."

De Gaulle[238] foi o general que liderou a resistência francesa, refugiada em Londres, durante a II Guerra Mundial. Foi reconhecido nacionalmente e internacionalmente como líder da França. Apoiou a formação da frente militar dos Aliados contra o Eixo e não aceitou qualquer aliança da França com os nazistas. Apesar de polêmico e extremamente saudosista da "grandeza" da França, status do qual nunca abriu mão para seu país, foi um grande líder no século XX e contribuiu para a Aliança Atlântica

A França sempre manteve o orgulho dos tempos de Luís XIV.

Eisenhower[239] foi o general norte-americano que comandou o desembarque das Forças Aliadas na França, e, junho de 1944, conhecido como "Dia D". Foi nomeado como comandante da Organização do Tratado do Atlântico Norte em 1950. Eleito presidente do Estados Unidos, foi

---

[238] "Toda a vida de Charles de Gaulle, desde a mais tenra infância, foi devotada a restaurar a "grandeza" da França, no sentido pleno que essa palavra tem em francês, de honra, respeito, força e poder. Para muitos, uma devoção que em larga medida se confundia com a busca firmemente que nenhuma nação conseguiria atingir a "grandeza" que sonhava para sua amada França, se a vida e o espírito nacionais não estivessem intimamente ligados à vida e ao espírito de um grande líder. No caso francês, estava convencido de que esse grande líder seria ele, um predestinado a se entregar de corpo e alma a uma única missão: ser grande e forte, poderosa e respeitada." (BANFIELD, Susan. Os Grandes Líderes. De Gaulle. São Paulo: Editora Nova Cultura: 1990, p. 63).

[239]"Por alguns minutos, Eisenhower anda pela sala, as grandes mãos cruzadas nas costas, as sobrancelhas arqueadas em sinal de concentração. Para seus assessores, ele parece terrivelmente só. Poucas vezes na História uma responsabilidade tão grande recaiu sobre os ombros de um homem apenas. Para tomar a decisão, ele confia em seus instintos, seu conhecimento da situação e experiência como comandante de campo.
"Ok", diz, finalmente. "Vamos."
Aliviados por terem o assunto resolvido, os assessores rompem o silêncio com aplausos. A ordem fora dada. As forças aliadas devem invadir as praias da Normandia ao amanhecer do dia seguinte- o Dia D-, 6 de junho de 1944." (SANDBERG, Peter Lars. Os Grandes Líderes. Eisenhower. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987, p.10-11).

empossado em 20 de janeiro de 1953. Compreendeu muito bem o papel do EUA na Ordem Mundial pós II Guerra Mundial, tendo atuado para a efetividade da "Razão de Estado" do Estados Unidos como militar e político.

Francisco Franco[240] foi um subcomandante da Legião Estrangeira Espanhola, tornando-se presidente da Espanha em 1939. Considerado ditador, aproximou-se da Alemanha para evitar a socialização da Espanha. Recusou a envolver a Espanha diretamente na II Guerra Mundial. Aproximou-se dos Estados Unidos depois de 1945. Foi considerado um governante estratégico para o EUA na luta contra o comunismo durante a Guerra Fria. Pouco antes de sua morte, Franco mandou avisar a Kissinger e Ford que depois da morte dele não haveria perigo de a Espanha passar para o lado socialista, porque na Espanha existia uma "robusta classe média."

Lênin[241] foi o líder da Revolução Russa de 1917, que estabeleceu o primeiro país de economia e política comunista do mundo. Governou até 1924, ano de sua morte. Além de líder político, foi um profundo teórico da interpretação da dialética hegeliana, segundo a sua concepção materialista da história.

Theodore Roosevelt[242] foi o presidente do Estados Unidos que, no início do século XX,

---

[240]"Francisco Paulino Hermenegilso Teódulo Franco y Bahamonde nasceu em El Ferrol, cidade no litoral do Atlântico, na Galícia, a noroeste da Espanha, às 12 horas e 30 minutos do dia 4 de dezembro de 1892.
Quando já iam longe os gloriosos dias das conquistas nas Américas e do domínio espanhol sobre os mares, El Ferrol ainda ostentava vestígios desse passado. Nos séculos anteriores, os exploradores espanhóis haviam submetido e escravizado os povos da América do Sul, do Caribe, do norte da África e dos distantes territórios do Pacífico, Filipinas e Guanm. Então, a Espanha tinha muita necessidade de novos portos para descarregar o produto dos saques coloniais. Em 1726, El Ferrol tornou-se sede de um distrito naval, transformando-se rapidamente em porto distante." (GARZA, Hedda. Os Grandes Líderes. Francisco Franco. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987, p. 11).

[241] "Vladmir Ilitch Ulianov Nasceu em Simbirsk (atual Ulianovsk), cidade da Rússia meridional, em 22 de abril de 1870. Era o terceiro filho de Ilya Nikolayevitch Uhanov, um dos cidadãos mais respeitados da região, e de Maria Alexandrovna Ulianova. Ilya Nikolayevitch ocupava o importante cargo de inspetor das escolas públicas para o distrito administrativo de Simbirisk, trabalho do qual gostava muito, especialmente porque o colocava em contato com os filhos dos camponeses. Possuidor de uma consciência social, ele se esforçava para ajudar a libertar os homens do campo da ignorância e superstição em que viviam. Quando Vladmir tinha 4 anos, Ilya foi promovido a diretor das escolas públicas de Simbirsk, cargo que acarretava uma elevação a *chicovnik*, membro da nobreza hereditária e servidor público vitalício". (HANEY, Jonh. Os Grandes Líderes. Lênin. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988, p.15).

[242] "Theodore Roosevelt nasceu no dia 27 de outubro de 1858, em uma próspera e antiga família nova-iorquina, cujos antepassados holandeses chegaram ao Novo Mundo em 1648. Bem sucedidos importadores de vidro, os Roosevelt viram sua fortuna aumentar incessantemente, até tornarem-se na época em Triedde nasceu, uma das mais importantes famílias de Nova York.
(...) Em 1861, eclodiu a Guerra Civil, que envolveu também a família Roosevelt. Enquanto a mãe e a irmão de Mittle viviam com ela em Nova York, seus dois irmãos lutavam do lado confederado, o que acabaria por fazer com que as três mulheres se vissem obrigadas a enviar amiúde alimentos aos sulistas.

preocupou-se com questões diferentes, como o estabelecimento de reservas ambientais no território americano. Defendia, também, uma presença mais robusta do Estados Unidos no cenário internacional, distanciando-se da corrente isolacionista em política internacional de seu país. Segundo o pensamento de Kissinger, Theodore Roosevelt, caso reeleito, teria evitado a II Guerra Mundial, o que se pode traduzir numa maior participação americana no contexto geopolítico europeu, depois de 1918. O EUA não chegou nem a fazer parte da Liga das Nações, face ao sentimento ainda isolacionista que "reinava" no país nas primeiras décadas do século XX.

Winston Churchill[243] foi o primeiro inglês que resistiu heroicamente ao cerco nazista e aos constantes bombardeios de sua nação na II Guerra Mundial (1939-1945). Resistir e lutar até o fim foi a bandeira de luta deste estadista, quem mesmo tendo de presenciar a o esvanecer colonial a Inglaterra, manteve o status de grande nação de sua pátria. Soube administrar a transição de papéis históricos de sua nação. Um grande homem[244].

Theodore, o pai, apoiava a causa da União, mas relutava em se juntar ao Exército e, talvez, acabar atirando em seus cunhados. A solução foi fazer o mesmo que alguns outros homens ricos de sua época: pagar para que um substituto assumisse seu lugar no Exército. Mas ele queria servir seu país de alguma forma, e inventou um trabalho civil que o manteve viajando para acampamentos do Exército durante a maior parte da guerra. Anos mais tarde, Corinne afirmou que Teedie ficara aborrecido com a falta de disposição de seu pai para lutar na Guerra Civil, o que fez muitas pessoas imaginarem que o jovem Theodore buscou depois a glória militar para compensar o comportamento de seu pai. De qualquer forma, não havia dúvida quanto à lealdade de Teedie. Certa vez, sua tia Anna ouviu-o pedir em suas orações noturnas ao Todo- Poderoso para "reduzir as tropas sulistas a pó." (MARKHAM, Lois. *Os Grandes Líderes. Theodore Roosevelt.* São Paulo: *E*ditora Nova Cultura, 1988, p. 09-11).

[243] "Winston Leonard Spencer Churchill nasceu no dia 30 de novembro de 1874, em Blenheim Palace, a enorme casa de campo de seus avós, os Duques de Marlborough. Seus pais, que moravam em Londres, estavam lá em visita quando a criança veio a mundo.
Wiisnton foi o primeiro filho de Jennie e Randolph Churchilll, que haviam se casado naquele mesmo ano. Os Churchill eram aristocratas, uma das antigas famílias proprietárias de terras que formavam a elite da Grã-Bretanha. Randolph descendia de uma longa linhagem de duque (o primeiro Duque de Marlborough, Jonh Churchill, foi um importante militar, com destacada atuação na vida política durante a segunda metade do século XVII), e seu pai também havia sido membro do Parlamento, a instituição que governa a nação. Jenne era uma rica herdeira, filha de Leonard Jerome, um milionário norte-americano que fizera fortuna em Wall Street." (RODGERS, Judith. Os Grandes Líderes. Winston Churchill. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987, p.13).

[244] "Nas primeiras horas do dia 10 de maio de 1940, forças alemãs invadiram a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo, Chamberlaim, com sua política de apaziguamento, estava mais descreditado do que nunca e não havia dúvida entre os membros do governo de que sua liderança tinha chegado ao fim. O próprio primeiro-ministro sabia que não poderia liderar o país numa época de guerra. Os dirigentes do Partido Trabalhista deixaram transpirar que Winston Churchill era o único candidato a primeiro-ministro com quem trabalhariam, caso fosse formado um governo de coalizão para enfrentar a guerra. Naquela mesma noite, a nomeação de Churchill foi aprovada pelo rei Jorge VI. Winston Churchill era agora o novo primeiro-ministro da Grã-Bretanha.
Para o sempre ambicioso Churchill, não podia haver maior honra do que liderar seu país numa situação de crise. Paradoxalmente, a enorme responsabilidade trouxe-lhe um grande alívio. Agora seria possível fazer as coisas como achava que deviam ser feitas. A tarefa à sua frente era verdadeiramente um desafio." (RODGERS, Judith. *Os Grandes Líderes. Winston Churchill.* São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987, p.63).

O Brasil[245] também faz parte da História Universal. A Corte do rei Dom João VI, fugindo de Portugal, em decorrência da invasão das tropas de Napoleão, veio para o Brasil, ficando até 1821.

Uma vez instalada a Corte portuguesa no Brasil, [246]todo o aparelhamento institucional necessário foi transferido ou criado nesta colônia. O Brasil ganhou o "status" de "Algarves e Reino Unidos a Portugal". Houve um desenvolvimento muito grande no Brasil e os ideais da independência se avolumaram.

Em 1822 o Brasil tornou-se independente de Portugal. Dom João VI havia retornado para Portugal. Seu filho, o príncipe Dom Pedro I foi o primeiro imperador do Brasil. Casa real de Bragança (Portugal) e Habsburgo (Áustria).

Em 1840 Dom Pedro II torna-se imperador do Brasil. Seu pai voltara para Portugal, onde falecera, com apenas 36 anos de idade.

Dom Pedro II, em que pese a escravidão, queria o Brasil um país desenvolvido, no mesmo ritmo das potências europeias. A marinha do Brasil era a segunda maior do mundo, equiparando-se à da Inglaterra.

No continente americano, nos idos de 1845/1860, o Brasil era o país mais forte, em termos militares e econômicos. Havia no Brasil desta época uma verdadeira "Razão de Estado", ou seja, tudo era dirigido para o interesse e a manutenção da soberania nacional. Dom Pedro II

---

[245] "O Brasil possui recursos, população e escala para se tornar uma das potências líderes do mundo. Malgrado o progresso para esse *status* venha sendo espasmódico, o Brasil percebe-se a si próprio como uma potência mundial- e não sem razão. O funcionalismo público brasileiro, em especial o das relações exteriores-, é de classe internacional, sagaz, inteligente e persistente. Os diplomatas brasileiros buscam seus objetivos com tal tenacidade, charme tão anonimamente que seus interlocutores correm o risco de esquecer, pela tranquilidade com que são levados, que estão diante de consistente e vigorosa perseguição de interesses nacionais." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 763).

[246] "Minha primeira visita como secretário de estado à América Latina incluiu Caracas, na Venezuela; Lima, no Peru; Brasília, no Brasil; Bogotá na Colômbia; e São José, na Costa Rica. Do ponto de vista de nossa política de longo alcance, o Brasil era a mais importante escala de minha jornada. Porque era no Brasil que eu pretendia estabelecer um relacionamento especial que servisse de padrão para as outras nações do hemisfério. Embora parte da América Latina, o Brasil era a mais importante escala de minha jornada. Porque era no Brasil que eu pretendia estabelecer um relacionamento especial que servisse de padrão para as outras nações do hemisfério. Embora ´parte da América Latina, o Brasil distingue-se de seus vizinhos de língua espanhola por falar-se português e pela história mais pacífica e evolutiva. Suas dimensões são continentais, e o fato de já ter sido sede do império português (enquanto o exército de Napoleão ocupava Portugal) torna sua história parcialmente global. Portanto, o Brasil é mais autodeterminado do que outros países sul americanos- exceto, possivelmente, a Argentina, cujas pretensões até recentemente encontravam menos eco entre os vizinhos. E o Brasil tem menos complexos quanto à preeminência dos EUA e nunca se viu sob o exercício direto do poderio americano." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 763).

era um homem estudioso e cauteloso, e queria sua nação hegemônica em nível mundial.

Por ser da casa real da Áustria (Habsburgo), Dom Pedro II tinha noção histórica de formação de impérios. Governava o Brasil para ser uma potência, em nada perdendo para qualquer país europeu. A Razão de Estado fazia-se presente no Brasil.

A busca do Brasil[247] por uma Razão de Estado, como nação hegemônica e no rumo da liderança internacional, ainda que regional, somente voltou na década de 70 do século XX.

Todavia, com o fim da monarquia em 1889 e o exílio do imperador do Brasil na França, as ambições motivadas pela Razão de Estado se esvaneceram, e não alcançaram o agir nacional no início do século XX.

A História[248] não pode ser julgada. Ela deve ser interpretada e compreendida dialeticamente. Cada época tem seus valores e deve ser respeitada por causa da evolução dos Conceitos de Liberdade e Justiça. "O real é racional e o racional é real", como assevera essa

---

[247] "Para o Brasil, o objetivo nacional tem sido o de ser reconhecido, em particular pelos EUA, como o principal país da américa Latina. Entre os brasileiros, no fundo de suas mentes e ao longo da história da nação, houve sempre uma espécie de *dumbell theory*, uma "teoria dos halteres", segundo a qual, com o peso dos EUA de um lado e o peso do Brasil do outro, os dois países estavam fadados a organizar junto o hemisfério- os EUA pelo norte, o Brasil pelo sul. Até os anos 60, essa atitude foi expressa nos esforços brasileiros para apresentar o país como amigo leal dos EUA no Hemisfério Ocidental- quase como a Inglaterra se conduziu na Europa, após a segunda Guerra Mundial. Depois que o então presidente Getúlio Vargas terminou um breve flerte com a neutralidade, o Brasil entrou na segunda Guerra Mundial ao lado dos EUA, e uma divisão brasileira lutou na Itália. Da mesma forma, o Brasil apoiou a intervenção dos EUA na república dominicana, em 1965. Em São Domingos, unidades militares brasileiras se postaram ao lado de nossas tropas, e o subcomandante da OEA era um general brasileiro. Co o no caso da Inglaterra, o *quid pro quo* era uma situação especial em Washigton, mais importante ainda por não ser explícito." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 764).

[248] "O BRASIL É A CHAVE DO FUTURO", concluía Richard Nixon. Enquanto falava, uma equipe liderada por Henry A. Kissinger, seu assessor de Segurança Nacional, planejava uma transformação profunda na postura americana em relação ao Brasil.
(...)
Seria um erro interpretar o projeto de Kissinger para o Brasil como uma tentativa de transformar o país em marionete subordinada à vontade dos Estados Unidos. Ele estava sendo honesto ao dizer "eu queria muito que o Brasil fosse mais poderoso... eu queria acelerar sua ascensão". Suas intenções não se deviam a um apego particular pelo país, mas ao cálculo de este poderia partilhar alguns dos elevados custos para manter uma ordem internacional concebida pelos Estados Unidos. Essa política fazia parte de um plano americano mais amplo de delegação de poder e responsabilidades a grandes potências regionais. Além de escolher, o Brasil na América Latina, Kissinger selecionou o Irã, no Oriente Médio, a Indonésia, na Ásia, e a África do Sul, co continente africano...
O Brasil do regime militar recebeu a proposta de Kissinger com hesitação, mas aceitou entrar no jogo. Essa decisão, contudo, não foi uma tentativa de alinhamento aos Estados Unidos similar àquelas ocorridas durante a segunda Guerra Mundial e após o golpe de 1964. Na década de 70, a lógica era aproveitar a abertura da casa Branca para fortalecer o regime, acelerar o projeto conservador de modernização e arrancar concessões comerciais. Animado com as perspectivas, em 1974 o governo brasileiro aumentou o valor da aposta e mudou-lhe a direção. Propôs a Kissinger um projeto mais ambicioso por meio do qual os Estados Unidos aceitariam instituir novos procedimentos e protocolos que selariam a igualdade formal entre os parceiros. O objetivo de Brasília era utilizar a retórica da parceria para mitigar o poder americano sobre o Brasil e convencer as grandes potências de que o país mereceria

máxima hegeliana. A História[249] caminha nos trilhos da Razão, passando por montanhas e curvas. No pensamento de Kissinger, na História há violência, nunca se apresentando em forma de planícies. Mas é a Razão que impulsiona a História, ´por mais árduo que seja o caminhar.

Em 1964 o presidente João Goulart, depois de manobras mal planejadas e desestruturadas, de uma neutralidade internacional inconsequente (encontrou-se com Kennedy no EUA e condecorou Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul em território brasileiro), foi substituído pelo Governo de Segurança Nacional. O sistema econômico capitalista brasileiro, alinhado com o pensamento norte – americano, deveria ser mantido, com forte apoio da classe média e das forças armadas.

O marechal Castelo Branco, uma vez eleito presidente, alinhou o Brasil com o pensamento político e estratégico norte americano. O Brasil escolhera, às claras, de que lado estava.

Com Kissinger como Assessor de Segurança Nacional e depois Secretário de Estado no Estados Unidos, os laços se estreitaram mais ainda. O ministro das relações exteriores do Brasil, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, tinha simpatia recíproca por Henry Kissinger. Isso colocou o Brasil[250] no projeto internacional do Estados Unidos de alianças comerciais e até

---

status especial nas relações internacionais..." (SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, p.10).

[250] O PROJETO DA PARCERIA foi arquitetado e posto em prática por dois indivíduos. Henry A. Kissinger, assessor de Segurança Nacional e secretário de Estado dos governos de Richard Nixon e Gerald Ford fez a proposta inicial. Antônio Azeredo da Silveira, ministro brasileiro das Relações exteriores do governo do general Ernesto Geisel, operou os principais ajustes na proposta original e a efetivou. Seria difícil achar uma dupla menos provável para lançar as bases de uma política de aproximação.
Kissinger chegou à casa Branca, em 1969, como assessor de Segurança Nacional do presidente Nixon. Quando assumiu, o Conselho de segurança Nacional (NSC, na sigla em inglês) tinha apenas 11 funcionários. Dois anos mais tarde tinha 150. No período em que permaneceu à frente do órgão, Kissinger o transformou no centro operacional da política externa. Atropelando o Departamento de Estado (Ministério das Relações Exteriores americano), assumiu o controle do planejamento e da operacionalização da diplomacia, da defesa e da inteligência dos Estados Unidos. Em 1973, Kissinger acumulou também o posto de secretário de Estado. Foi a primeira e única vez que uma mesma pessoa ocupou essas duas posições simultaneamente. Depois da renúncia de Nixon em 1974, Kissinger permaneceu à frente do Departamento de Estado do seu sucessor, Gerald Ford, até o fim do governo, em 1977. Sua influência no imaginário americano manteve -se incólume desde então. Mas de 30 anos após o fim da gestão de Kissinger, o então candidato presidencial Barack Obama ainda fazia esforços para mostrar que ele também estava afinado com o velho estadista.
Kissinger ocupa esse lugar porque revolucionou a política internacional de seu tempo e pé o mais controverso dos diplomatas americanos. Quando chegou ao poder, a União Soviética estava em ascensão, a guerra no Vietnã dilacerava a sociedade e a economia dos Estados unidose os protestos estudantis de 1968 comprometiam a legitimidade da diplomacia do país. Atuando geralmente em segredo, ignorando preceitos morais e seguindo movimentos contraditórios, Kissinger reposicionou seu país como pivô da política mundial." (SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, p. 10-11).

cooperação no que diz respeito às forças armadas.

Os governos brasileiros e o povo brasileiro entenderam bem, na década de 70 do século XX, que era hora de crescer e liderar. Houve uma correlação de objetivos nacionais, tanto da elite nacional como outras classes socias da nação. O Brasil queria ser Nação Hegemônica[251].

O Brasil, para fins geopolíticos e geoestratégicos, no século XX, teve seu lugar, principalmente pela sua industrialização acelerada a partir dos anos 30, tomando um viés maior, em termos internacionais, a partir dos anos 70, através de um processo de "estatização", para modernizar o parque industrial. O governo militar passa a dar um "impulso" no desenvolvimento nacional, inclusive na infraestrutura e setor energético. A parceria com o Estados Unidos da América do Norte, na Revolução de 1964[252], fazia parte do interesse nacional brasileiro, ou seja, da Razão de Estado nacional, que sempre manteve o Brasil como nação soberana, inclusive nas mesas de negociações internacionais.

O alinhamento do Brasil, no século XX, com o Estados Unidos começou, verdadeiramente, no período de Getúlio Vargas. Em que pese o governo brasileiro ter declarado neutralidade nos primeiros anos da II Guerra Mundial, o presidente Vargas nunca rompeu com o EUA. Muito pelo contrário, seu principal ministro, Osvaldo Aranha, serviu, como representante do Brasil, no Estados Unidos, como ministro das Relações Exteriores.

Deve ser lembrado que que o presidente norte americano Franklin Delano Roosevelt

---

[251] "Ninguém na Casa Branca de Nixon, em 1969, achava preocupante que os "países chaves" não fossem democracias. Ao contrário, Nixon e Kissinger acreditavam que regimes não democráticos podiam ser bons aliados. Kissinger havia escrito durante seus anos na universidade que as democracias eram sujeitas às instáveis marés da opinião pública. Seus cidadãos escolhiam líderes inexperientes para representa-los. Seus diplomatas eram forçados a conduzir políticas externas paroquiais de olho nas eleições seguintes, sacrificando o pensamento estratégico de longo prazo em benefício de ganhos imediatos. Esa visão não era exclusiva de Kissinger. À época, escrevia-se extensamente sobre os perigos da democracia para a condução da política externa, especialmente no caso de países em desenvolvimento cujas sociedades atravessavam processos de rápida modernização. Seria apenas mais tarde que as violações de direitos humanos, em particular no caso brasileiro, começariam a ´prejudicar os projetos de *delegação."* (SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, p. 25).

[252] "O regime militar brasileiro não perseguiu o continuísmo. Como relatei a Ford: "Não temos aqui o sentimento de que os militares são os jesuítas de uma nova ordem, mas que são parte de um esforço nacional total." Ninguém ostentava uniforme no desempenho de suas funções; abaixo do presidente e de seu chefe do gabinete civil, general Golbery do Couto e Silva, o governo estava por conta de ministros, civis e funcionários- especialmente o ministério das relações exteriores. Golbery, que descrevi para Ford como parecido com um professor de matemática de escola secundária, falava como um filósofo especulativo, e era responsável pela reforma política. Ele me disse que o Brasil tinha cruzado com sucesso a passagem da ditadura para a autocracia e estava agora engajado na "descompressão política", no caminho para a democracia. Disse também que a pergunta não era "se, e sim quão rápido." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 765).

visitou o Brasil durante o referido Conflito Mundial, sendo muito bem recebido pelo Poder Executivo Federal da época. Em razão da reciprocidade entre os dois países, a industrialização nascente do Brasil, nos anos 40, foi fortemente financiado pelo EUA, que concedeu bons empréstimos para o desenvolvimento nacional brasileiro. A Revolução de 1964[253] reforçou apenas uma realidade internacional do Brasil, que em 1944 se alinhou definitivamente ao EUA, mandando contingentes de forças militares para atuarem ao lado dos Aliados contra o Eixo.

No final da II Guerra Mundial, foi até mesmo pensado o "sexto membro" do Conselho de Segurança da ONU, que seria o Brasil. O presidente Getúlio Vargas não quis investir nesta proposta, feita inicialmente pelo presidente norte americano Franklin Delano Roosevelt.

Kissinger tentou "abraçar" o Brasil[254], em termos geopolíticos e geoestratégicos, para o aperfeiçoamento da unidade ocidental e para o fortalecimento do hemisfério na luta contra o comunismo. Um país como o Brasil nunca poderia cair nas mãos da esquerda mundial. Isso fugia

---

[253] "A ideia de relacionamento com o Brasil que Silveira tinha, que contemplava consulta prévia, coincidia com nossa ideia de relacionamento hemisférico. O que não tinha funcionado em termos hemisféricos poderia ser bem sucedido com os mais populosos e desenvolvidos países latino-americanos. Silveira e eu, portanto, assinamos um memorando de entendimentos, no fim de minha visita ao Brasil, em 21 de fevereiro. Foram acordadas consultas bianuais dos ministros do exterior que tinham poderes para (de fato deles se esperava) criar outros grupos em larga gama de assuntos políticos, econômicos e científicos. Tal relacionamento especial reduziria a tentação brasileira de liderar um bloco de Terceiro Mundo ou latino-americano contra os EUA. Ao mesmo tempo, *nos* obrigava a levar em conta os interesses brasileiros nos fóruns internacionais e noutros aspectos da política externa geral. Tinha também potencial para ser o início de nova parceria hemisférica.
Naturalmente, Silveira, amigo pessoal que tinha se tornado, não abandonaria o interesse nacional do Brasil, como o via, pelo simples privilégio de encontrar -se comigo periodicamente. Mais cedo ou mais tarde, o Brasil exercitaria o papel de liderança na América do Sul que os recursos, população e capacidade tornavam altamente provável. Quando isso acontecesse, eu esperava que a cooperação visualizada no memorando de entendimento proporcionasse a moldura institucional pela qual as duas maiores nações do hemisfério transformassem a cooperação bilateral num projeto de amplitude hemisférica. Resta ainda ver se tal objetivo- mais importante ainda ao tempo em que escrevo- pode ser concretizado." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade 2001, p. 767).

[254] "AO RECEBER A NOTÍCIA de que ganhara o Prêmio Nobel da Paz em 1973, Kissinger decidiu não ir à cerimônia de entrega. Sabia que enfrentaria uma oposição feroz nas ruas, nos jornais e durante o próprio evento. Ele era um divisor de águas: uns o viam como o estadista responsável pelo fim de mais de uma década de guerra no Vietnã. Para estes, Kissinger tinha feito o possível em uma situação complexa. Para outros, era culpado por expandir a guerra desnecessariamente e ignorar todos os princípios morais na condução da política externa. Por isso, devia responder por crimes contra a humanidade, e não passar para a história como um pacificador.
Ao outorgar-lhe o prêmio, o júri tivera a intenção de celebrar o "experimento" de Kissinger em política internacional. O comitê de premiação nunca especificou a natureza do "experimento", mas reconhecia seu patrono como um estadista inovador. Afinal de contas, ele estivera no centro da reviravolta que, em poucos anos, reajustou a política americana em relação à União Soviética, à China e ao Oriente Médio. Segundo o comitê do prêmio, Kissinger merecia ser reconhecido por haver tentado redefinir os termos da Guerra Fria.
Este capítulo reconstitui um aspecto específico do "experimento" de Kissinger: sua tentativa de estreitar relações com o Brasil e trata-lo como um dos "países-chave" nas relações internacionais." (SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, p. 17).

dos princípios da Razão de Estado do Brasil[255] e do Estados Unidos também.

E o século XX foi assim se desenhando, pelos idos dos anos 80. Ideologicamente dividido e fraco em respostas imediatas às reinvindicações sociais. Inclusive, a visita de Henry Kissinger em 1981 e 1983 foi uma decepção completa. Ele concluía muito bem aos falcões da Casa Branca que o Brasil não sabia para que rumo ir. E realmente, nesse período, a nação havia perdido totalmente a busca pela Razão de Estado. Parecia que estava à deriva, aguardando os desfechos a serem apresentados pelo futuro.

Kissinger[256] nunca teve admiração ou boa convivência com o governo do Presidente João Batista Figueiredo. Isso, acrescentado à moratória do governo Sarney, em 1987, fez com que o Brasil[257] pagasse os juros mais altos do mundo e não tivesse confiança alguma dos investidores

---

[255] "A POLÍTICA DE APROXIMAÇÃO entre Brasil e Estados Unidos na década de 70 representou uma tentativa consciente de aumentar a interação entre as duas diplomacias. O projeto foi essencialmente motivado pelas ambições nacionais de cada um dos parceiros e sujeito a objetivos cambiantes de evoluíram ao longo da década.
Havia uma diferença crucial na maneira como os parceiros lidavam com a empreitada: enquanto os Estados Unidos eram centrais para o cálculo estratégico brasileiro, o Brasil aparecia apenas tangencialmente na narrativa da diplomacia americana. Isso levou o Brasil a investir mais que os Estados Unidos na iniciativa. Também permitiu-lhe auferir maiores ganhos: era surpreendente o ânimo de Kissinger para outorgar concessões não recíprocas a Silveira, assim como a adaptação resignada do governo Carter às posições brasileiras.
As origens do projeto encontram-se nos Estados Unidos. Lá a designação do Brasil como "chave do futuro" foi originalmente determinada por considerações anticomunistas. Ao aproximar-se da principal potência sul-americana, o governo Nixon esperava compartilhar os custos de manter o equilíbrio internacional a favor do Ocidente. Entretanto, esse raciocínio foi progressivamente suplantado por outro, no qual o Brasil passava a importar porque tinha algo a dizer sobre o ambiente internacional que emergia e era marcado pelo surgimento de novos centros de poder. Tratava-se da primeira vez que o Brasil era visto como potencial alicerce adicional da ordem global americana e com espaço para discutir com os Estados Unidos suas visões sobre a crise energética, o comércio internacional, a relação do panorama político na África. Para Kissinger, engajar o Brasil nesse diálogo era uma operação de baixo custo que ajudava a reforçar o sentimento de que a hegemonia americana era, afinal de contas, relativamente benigna." (SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, p. 184-185).

[256] "COM A RETOMADA DA VELHA AGENDA DA GUERRA FRIA, os temas que haviam permitido ao Brasil ser um ator significativo na ótica de Carter- proliferação, direitos humanos e diálogo Norte-Sul- ficavam relegados a segundo plano. Junto com eles, esfumava -se a noção de que o Brasil era uma potência emergente que, para bem ou para mal, detinha status especial nas relações internacionais. Em um contexto internacional adverso, a ideia de uma parceria com o Brasil progressivamente desapareceu do menu da diplomacia americana.
A possibilidade de uma política de engajamento com os Estados Unidos também sumiu da lista de opções do Brasil, mas por um motivo diferente, depois de cinco anos em Brasília, Geisel e Silveira estavam de saída. Eles haviam representado o maior esforço de aproximação durante os governos Nixon e Ford, e também haviam sido os líderes da resistência durante a gestão Carter. O espaço para uma política ativista com os Estados Unidos era muito limitado agora..." (SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, p. 175).

[257] "O neoliberalismo representava uma afronta aos valores mais caros das elites brasileiras, estivessem elas no governo ou não. Na leitura predominante, o grande logro nacional do século XX fora a rápida transformação de uma sociedade rural em pujante economia industrializada. Para militares, tecnocratas, empresários, diplomatas e a opinião pública, o fenomenal processo de industrialização nacional havia ocorrido justamente pela negação dos princípios liberais. Os instrumentos prediletos incluíam barreiras comerciais, entraves e condicionalidades à entrada de capitais externos e o uso seletivo de incentivos fiscais e creditícios. O agente principal do desenvolvimento, nessa concepção, não eram os indivíduos e suas firmas, mas o Estado. A opinião pública acostumara-se a pensar que o

estrangeiros. A hiperinflação e a crise de confiança da nação somente foram superadas, bem como o problema da administração da dívida externa, a partir de 1994, com o Plano Real, que é a maior engenharia econômica da história nacional.

A partir de meados de 1994[258], o Brasil voltou a ter crédito e confiança internacional. A reestruturação nacional, a partir de então, apesar de ser a eliminação urgente de uma crise econômica que definhava o país, não constituiu em si apenas um alcance de Razão de Estado, A perda de direção hegemônica ocorrida nos anos de 1981/1983 até o presente momento não foi superada.

Nos últimos 20 anos do século XX o mundo pedia renovação[259]. O "Breve Século XX", citando Eric Hobsbawn, necessitava ser revigorado, não apenas com novas ideias, mas também com práticas eficazes. Não havia mais espaço para "aventuras" sem destino certo.

As relações Leste X Oeste[260] chegaram ao clímax do desgaste em 1983. Falava-se até

---

desenvolvimento podia ser planejado. Ninguém estranhava que o conceito de desenvolvimento nacional sempre viesse precedido pela palavra "projeto". Esse ideário já existia quando os militares viraram governo em 1964, mas foi poderosamente reforçado durante as duas décadas em que permaneceram no poder." (SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora: 2009, p. 181).

[258] "Durante a Guerra Fria, a maioria das nações da América Latina era governada por governos autoritários, em geral militares, adeptos do controle estatal da economia. Desde meados de 1980, a América Latina livrou-se da paralisia econômica e voltou a avançar com notável unanimidade em direção à democracia e à economia de mercado. O Brasil, a Argentina e o Chile abandonaram o governo militar em favor de governos democráticos. A América Central encerrou suas guerras civis. Falida por endividamentos insensatos, a América Latina submeteu-se à disciplina financeira. Quase em toda parte, as economias dominadas pelo estado foram progressivamente abertas às forças de mercado." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 782).

[259] "Por um breve período, o consenso global por trás da derrota, liderada pelos Estados Unidos, da conquista militar do Kwait por Saddam Hussein em 1991 pareceu dar razão à eterna esperança americana de contar com uma ordem internacional baseada no império da lei. Em Praga, em novembro de 1990, Bush invocou uma "comunidade da liberdade", que viria a ser governada pelo império da lei; esta seria "uma comunidade moral unida em sua dedicação aos ideais da liberdade." Essa comunidade estaria aberta à adesão de todos; talvez algum dia viesse a se tornar universal. Enquanto tal, "a força poderosa e crescente da comunidade da liberdade forjaria para todas as nações uma nova ordem mundial bem mais estável e segura do que qualquer outra que já conhecemos". Os Estados Unidos e seus aliados passariam "de uma política de contenção para ir além, aplicando uma política de engajamento ativo".
O mandato de Bush foi interrompido pela derrota eleitoral em 1992, em certo sentido porque ele concorreu com um presidente voltado à política externa, enquanto seu oponente, Bill Clinton, apelo para uma opinião pública farta da guerra, prometendo manter seu foco num programa voltado para o plano in terno. No entanto, rapidamente, o presidente recém-eleito reafirmou uma vocação para a política externa comparável à de Bush. Clinton expressou a confiança que caracterizava a época quando, em 1993, falando à Assembleia Geral das Nações Unidas, descreveu seu conceito de política externa como sendo não de contenção, mas de "ampliação"... Ao descrever um empreendimento que consistia em tornar possível uma evolução histórica inevitável. Clinton prometeu que a política americana aspiraria a "um mundo de democracias vigorosas, que cooperariam umas com as outras e viveriam em paz". (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p.316-317).

[260] "Nunca é possível, em retrospecto, reinventar a história. Obviamente, eu acreditava que nossa capacidade de influenciar sobre uma aceitável solução para Angola estava relacionada com a diplomacia geral para as relações

mesmo em Terceira Guerra Mundial. Não existia proposta no mundo em desenvolvimentos e nos países socialistas para rápidas soluções dos problemas internos e externos. A crise saltava aos olhos.

A abertura política, especialmente dos países do bloco do leste, começando pela União Soviética e depois do leste europeu, foi a solução de única via encontrada para evitar que a última solução fosse tomada por conflitos armados e até guerras regionais. Uma hipótese de guerra mundial, no final do século XX, era muito remota. Primeiro pelas armas nucleares de todas as potências, que poderia acabar com as condições de vida na terra, depois pela impotência das economias centralmente planificadas de suportarem o esforço da guerra moderna e por fim pelo ímpeto dos países capitalistas de expandirem o modelo das instituições do Norte e o EUA, em especial, a democracia.

Na União soviética apareceu, em 1985, uma liderança que era totalmente diferente das anteriores. Mikail Gorbachev assume, com vistas de modernização da política, pondo fim ao sistema de partido único e à reestruturação econômica. *Glasnost* (transparência) *e Perestroika* (reestruturação) eram as palavras de ordem do novo governo sediado em Moscou a partir de então.

As transformações na URSS[261] passavam longe da busca da Razão de Estado, mas era o último lance para tentar um modelo econômico e político centralizado e exausto, que cortejava o desastre. E o desastre, apesar dos ânimos das lideranças por mudanças veio mesmo. Em novembro de 1989 o Muro de Berlim caiu e em dezembro de 1991 a URSS foi dissolvida. O

Leste-Oeste. Nossos críticos de esquerda- que controlavam o congresso- estavam dispostos a estrangular os esforços em Angola pelo enfraquecimento de nossa defesa, e a isolar o SALT de quaisquer outras questões. Nossos oponentes de direito rejeitavam tanto o enfrentamento na África como a negociação sobre controle de armas. Queriam uma cruzada anti-soviética, sem levar em conta que ela teria que receber suporte de um congresso mcgovernita. Insistiam em que a *détente* deveria induzir a contenção soviética. Ao privar-nos tanto do doce como do porrete, o congresso esvaziava toda a substância de nossa política, só deixava a retórica." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 875-876).

[261] "Estou convencido de que Brejnev *queria* uma séria melhora nas relações com os EUA, no início dos anos 70. Seria essa busca de Brejnev uma armadilha, como argumentavam nossos críticos, para nos atrair à própria destruição? Ou seria reflexo de instintivo e incipiente sentido de que o sistema soviético necessitava de adaptação? Se, preocupado com os problemas econômicos do país, o líder soviético tinha concordado com uma trégua no ambiente internacional, será que um movimento interno teria desencadeado mais cedo as forças que mais tarde produziram Mikail Gorbachov? Isso nunca saberemos, mas a continuação do processo resultou no fim da d*étente* e noutra rodada de confrontação soviética-americana, antes dos extraordinários eventos do período Reagan-Gorbachov. Qualquer que fosse o lado que tivesse os melhores argumentos no início dos anos 70, foi questão que perdeu todo o significado quando a URSS desmoronou. Se havia necessidade de um caminho tão cheio de meandros para a vitória, é uma outra pegunta que não vai tirar o sono dos historiadores." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 897).

sonho ideológico terminava e o século XX, de forma antecipada, terminava, em termos geopolíticos. O Estados Unidos da América do Norte se firmava a partir de 1992, como incontestável hiperpotência. O presidente Clinton[262] rumou em direção da liberalização econômica em escala mundial, até com manobras aparentemente ineficazes, com o foi a condição imposta ao embaixador chinês em Washigton de não ser recebido na Casa Branca enquanto a China não se democratizasse. Mas no final, a Razão de Estado[263] norte americana sobrepujara a ideologia materialista da esquerda. A hegemonia do EUA[264] era indiscutível.

---

[262] "Há dois aspectos nas transições presidenciais: a transferência do poder, e a emergência de nova orientação para a política. Os novos governos quase sempre começam superestimados à flexibilidade que se abre para eles. Imbuídos, acima de tudo, das idéias que puderam refinar enquanto não eram responsáveis pelas decisões, os que chegam usualmente promovem uma revisão por atacado das políticas existentes, desestabilizando rotinas, mas também trazendo novos ares para os bolorentos corredores do ritual burocrático.
A transição é, ao mesmo tempo, um período de mágoas e de glórias para o sistema de governo americano. De mágoas, porque não existe nada maior e pessoalmente mais satisfatório que o serviço público, em especial nos altos escalões. Cada ação, ainda açoitada por tempestades burocráticas ou da mídia, tem potencial para fazer uma diferença. Não existe nada na esfera privada que possa se equiparar em resultados..." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 1106-1107).

[263] "Raramente os Estados Unidos produziram um presidente tão apropriado para a sua época e tão afinado com ela como Ronald Reagan. Uma década antes, Reagan tinha parecido excessivamente militante para que fosse considerado um candidato viável. Uma década mais tarde, suas convicções poderiam ter parecido demasiado unidimensionais. Porém, ao se defrontar com uma União Soviética cuja economia estava em estagnação e cuja liderança gerontocrática se mostrava, quase que literalmente e série, às portas da morte, e contando com o apoio de uma opinião pública americana ansiosa para deixar para trás um período de desilusões, Reagan combinou as forças latentes, e às vezes aparentemente discordantes dos Estados Unidos: seu idealismo, sua resiliência, sua criatividade e sua vitalidade econômica.
Percebendo uma potencial fraqueza soviética e nutrindo uma profunda confiança na superioridade do sistema americano (ele havia lido mais extensamente sobre a filosofia política americana do que julgavam seus críticos), Reagan combinava os dois elementos- poder e legitimidade- que na década anterior tinham gerado a ambivalência americana. Ele desafiou a União Soviética para uma corrida em termos de armas e tecnologia que ela não poderia vencer, tomando como base programas que há muito se arrastavam no congresso. O que veio a ser conhecido como Iniciativa de Defesa Estratégica- um escudo defensivo contra ataques de mísseis- era alvo de muita ironia no congresso e na mídia quando Reagan colocou o programa em andamento. Hoje em dia é amplamente reconhecido o fato de o programa ter contribuído para convencer a liderança soviética da futilidade de travar uma corrida armamentista com os Estados Unidos.
Ao mesmo tempo, Reagan gerou um ímpeto psicológico com pronunciamentos que quase iam além do moralismo wilsoniano..." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p.310-311).

[264] "À medida que os Estados Unidos passam em revista as lições de suas guerras no século XXI, é importante que nenhuma outra grande potência emprestou a seus esforços estratégicos aspirações tão profundas voltadas ao aprimoramento humano. Uma nação que proclama como seus objetivos de guerra não apenas punir seus inimigos, mas melhorar a vida do povo em questão- que buscou a vitória não na dominação, mas no ato de compartilhar os frutos da liberdade-, deve ter uma característica especial. Os Estados unidos não seriam fiéis a si mesmos se abandonassem esse idealismo essencial. Nem tranquilizariam seus amigos (ou convenceriam seus adversários) deixando de lado esse aspecto tão vital de sua experiência nacional. Porém para serem eficazes, esses aspectos inspiradores de sua política precisam estar casados com uma análise não sentimental dos fatores subjacentes, incluindo uma configuração cultural e geopolítica de outras regiões e uma avaliação da dedicação e dos recursos dos adversários que se opõem aos interesses e valores americanos. As aspirações morais dos Estados Unidos precisam

O século XX terminou sendo o Estados Unidos a hiperpotência democrática mundial. Todos os grandes negócios mundiais concentravam-se no Estados Unidos, como centro gestor em nível administrativo e econômico. A segurança advinda da legislação americana, fortemente segmentada pela jurisprudência da *common law*, deu a esta nação meios de captar a confiança dos investidores mundiais, além de ser o núcleo tecnológicos das inovações, em nível industrial e com liderança na captação humana, que foram os grandes diferenciais daquela época.

Em nível de segurança mundial, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)[265] era superior em nível de logística, inovações, preparação humana e principalmente em recursos financeiros. Todo o Ocidente, principalmente a Europa, ainda se encontram protegidos por essa aliança militar, surgida após o final da II Guerra Mundial. O medo de uma invasão das forças russas (que acompanha a História da Europa desde o século XIX) ainda se encontra afastada, por força dessa aliança militar, liderada pelo EUA.

Mas a História Universal não se encerrou no século XX. Desafios que pareciam extintos surgiram com novas faces no século XXI, por exemplo a corrida armamentista, que atualmente inclui a China[266], ator internacional de peso desde os fins do século XX.

---

estar combinadas com uma abordagem que leve conta o elemento estratégico da política em termos de que o povo americano seja capaz de apoiar e sustentar ao longo de ciclos políticos múltiplos." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.329-330).

[265] "A OTAN permanece como o principal elo institucional entre os Estados Unidos e a Europa. Quando a Otan foi criada, as tropas soviéticas estavam no rio Elba, em uma Alemanha dividida. Considerando, em geral, capaz de conquistar a Europa Ocidental com suas forças convencionais, o dispositivo militar soviético logo adquiriu também um arsenal nuclear que crescia rapidamente. Na Guerra Fria, a Europa Ocidental dependeu dos Estados Unidos para sua segurança, e as instituições pós-Guerra Fria da Otan ainda refletem essa situação. Os Estados Unidos controlam o comando integrado, atribuído a um general americano, e têm resistido às tentativas francesas de criar uma identidade de defesa europeia distinta." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 771).

[266] "...Pequim tornou-se muito mais ativa no cenário da política mundial. Com a emergência da China como aquela que tem potencial para ser a maior economia do mundo, em todos os foros internacionais são muitos os que buscam saber suas posições e obter seu apoio. A China desfrutou de muitas das formas de prestígio aceitas pelas ordens ocidentais dos séculos XIX e XX: recepção das Olimpíadas; discursos de seus presidentes nas Nações Unidas; visitas recíprocas de chefes de estado e de governo de países importantes em todo o mundo. Segundo qualquer critério, a China reconquistou a estatura pela qual era conhecida durante os séculos em que sua influência alcançava grande alcance. A questão agora consiste em saber como ela vai lidar com a busca contemporânea por uma ordem mundial, especialmente em suas relações com os Estados Unidos.
TANTOS OS ESTADOS UNIDOS como a China são pilares indispensáveis da ordem mundial. De modo notável, historicamente ambos têm dado mostras de uma atitude ambivalente em relação ao sistema internacional do qual são peças fundamentais, afirmando seu compromisso com o sistema, ainda que mantenham restrições quanto a aspectos de sua estrutura. A China não tem em sua história um precedente para o papel que é solicitada a desempenhar na ordem do século XXI., na condição de um grande estado entre outros. Nem os estados Unidos contam com um país de tamanho, alcance e desempenho econômico comparáveis, que dote um modelo de ordem doméstica claramente diferente." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.227-228).

2.2- RAZÃO E DIPLOMACIA

A Guerra[267], desde a Antiguidade, até o enceramento da II Guerra Mundial, era "política de Estado[268]", ou forma determinante e definitiva de encerrar litígios entre Estados soberanos. Mas a Razão vai se desenvolvendo, ao longo da História. Para aperfeiçoar a vida do homem no planeta Terra. Viver em agressão constante não leva a lugar algum, nas relações internacionais. A "paz" deve ser buscada por todos os meios, em último recurso até pela força, conforme o pensamento de Henry Kissinger.

A Guerra, como política de Estado, sempre favoreceu os mais fortes. Da Antiguidade Oriental até a Guerra Civil americana (1861-1865), prevalecia o exército com mais homens e recursos. A partir da segunda metade do século XIX, e nos principais conflitos do século XX (I Guerra Mundial, II Guerra Mundial, Guerra da Coréia, Guerra do Vietnã, Guerra do Golfo), a "tecnologia" tornou-se determinante. Não apenas recursos humanos, mas recursos tecnológicos também se tornaram determinantes, movido pela disponibilidade econômica.

No século XIX, ainda havia uma noção "romantizada" da Guerra[269]. Lordes, damas,

---

[267] "Não comecemos por uma definição da guerra, difícil e pedante, limitemo-nos à sua essência, ao duelo. A guerra nada mais é que um duelo em uma escala mais vasta. Se quisermos reunir num só conceito os inumeráveis duelos particulares de que a guerra se compõe, faríamos bem em pensar na imagem de dois lutadores. Cada um tenta, por meio da sua força física, submeter o outro à sua vontade; o seu *objetivo imediato é abater* adversário a fim de torna-lo incapaz de toda e qualquer resistência.
A guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade." (CLAUSEWITZ, Carl. Da Guerra. 3º edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2010, p. 07).

[268] "O Estado é a realidade da Ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, claro por si mesmo, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e por que sabe.
(...)
O Estado, com a realidade em ato da vontade substancial, realidade que esta adquire na consciência particular de si universalizada, é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim próprio absoluto, imóvel; nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que, em serem membros do Estado, têm o seu mais elevador dever." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Ícone: 1997, p. 204-205).

[269] "As necessidades do combate levaram muito cedo os homens a invenções capazes de lhes assegurar vantagens, o que conduziu a grandes transformações. Mas, qualquer que seja o caráter do combate, isso em nada altera o seu conceito, e é ele que estabelece a guerra.
As invenções, primeiramente, relacionavam-se com armas e equipamentos antes de a guerra começar. A natureza do combate determina a sua estrutura; é ela que lhes impõe a sua lei. Mas o que constitui o objetivo dessa é manifestamente outra coisa que não o próprio combate; a atividade não é mais que a preparação e não a condução. É evidente que o armamento e o equipamento não se referem ao conceito de combate, pois o simples corpo-a-corpo de dois lutadores é também um combate.
(...)
No sentido estrito, a arte da guerra é, pois, a arte de saber utilizar no combate determinados recursos, e não saberíamos designá-la de outro modo senão chamando-lhe *condução da guerra*. Por outro lado, é verdade que a arte

crianças, jovens faziam piquenique no entorno dos campos de batalha, nos quais ocorriam duelos e lutas que mais pareciam espetáculos de teatro, em que pese as mortes ocorridas. Mas a partir da Guerra Civil Americana, esse romantismo foi totalmente afastado. O nível de destruição e mortes aumentou consideravelmente.

Somente o Estado[270], o grande passo da História Política Mundial, poderia restringir os abusos decorrentes da guerra. O Estado é soberano[271] e tem condições de estabelecer compromissos com outros Estados através dos Tratados Internacionais. O Estado é uma ideia ética, que passa a ser Conceito, através da teorização de seus elementos. Existe a Teoria do Estado. A soberania é o elemento principal de constituição do Estado como membro da sociedade internacional.

O Estado, expressão maior da racionalidade, para fins políticos, deve ser defendido pelas Forças Armadas, vistas estas como uma instituição indispensável para a manutenção da soberania estatal.

Na Idade Média, os senhores feudais apoiavam os reis, que lhes garantia o controle sobre seus domínios, o feudo. Existia uma desconcentração do poder no que diz respeito também à própria defesa do reino.

A soberania, advinda da Paz de Vestfália de 1648, totalmente coberta pelo manto da racionalidade, deu ao Estado a capacidade de negociar não pela força, mas através da diplomacia.

---

da guerra, no seu sentido mais amplo, engloba todas as atividades que a guerra suscita; por conseguinte, toda a criação das forças armadas, ou seja, o recrutamento, o armamento, o equilíbrio e o treino." (CLAUSEWITZ, Carl. Da Guerra. 3º edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2010, p. 91-92).

[270] "É o Estado a realidade da liberdade concreta. A liberdade concreta consiste em a individualidade pessoal, com os seus particulares, de tal modo possuir o seu pleno desenvolvimento e o reconhecimento dos seus próprios direitos (nos sistemas mesmos da família e da sociedade civil) que, em parte, se integram por si mesmos no interesse universal e, em parte, consciente e para ele como seu fim último. Disto provém que nem o universal tem valor e é realizado sem o interesse, a consciência e a vontade particulares, nem os indivíduos vivem como pessoas privadas unicamente orientadas pelo seu interesse e sem a relação com a vontade universal; deste fim são conscientes em sua atividade individual. O princípio dos Estados modernos tem esta imensa força e profundidade; permite que o sujeito da subjetividade alcance a extrema autonomia da particularidade pessoal ao mesmo tempo que o reconduz à unidade substancial, mantendo-se assim esta unidade no seu próprio princípio." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Ícone, 1997, p. 211-212).

[271] "Na existência empírica, esta relação negativa do Estado consigo mesmo surge como uma relação de outro a outro e como se o negativo fosse algo exterior. A existência desta relação negativa, tem, portanto, a forma do evento ligado a dados exteriores. Mas é esse o seu mais alto momento próprio, a sua infinita realidade, nele se mostrando a idealidade de tudo o que ele contém de finito: é o aspecto em que a substância, como potência absoluta, em face do particular e do individual da vida, da propriedade, dos seus direitos e de outros domínios, revela o nada que é deles no ser e na consciência." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Ícone, 1997, p. 264).

Somente o Estado soberano[272] é capaz de agir diplomaticamente. É uma premissa fundamental no Direito Internacional[273] que, para ter uma postura diplomática, primeiro o sujeito das relações internacionais deve ser soberano, ou seja, ser o Estado[274].

A Razão governa a História desde a Antiguidade, em suas mais longevas datas. Os homens lutam pela liberdade e pela igualdade, por muito tempo utilizando a força prioritariamente, mas paralelamente com o desenvolvimento da própria Razão, e pelo acúmulo de conhecimento científico, foi criada a diplomacia, o meio primordial para comunicação entre os Estados soberanos, a partir do referido Tratado de Vestfália de 1648.

A Razão de Estado conduz à busca da "paz" e esta existe somente dentro do Estado

---

[272] "O objeto das questões entre os Estados pode ser um aspecto particular das suas relações. A tais questões se dedica principalmente a classe particular destinada à defesa do Estado. Mas, se o Estado como tal, se a sua independência corre perigo, então é dever de todos os cidadãos acorrerem à sua defesa. Se o todo assim se levanta em poder e se arranca à vida interior para voltar-se para o exterior, então a guerra de defesa transforma-se numa guerra de conquista.
Nota- A Força Armada do Estado, torna-se um exército permanente, e a vocação para a defesa vem a constituir uma classe permanente pela mesma necessidade por que os outros elementos, interesses e profissões particulares constituem uma solidariedade: a classe industrial, comercial ou política. Os raciocínios que saltam de uns motivos para outros perdem -se na comparação das vantagens e dos inconvenientes dos exércitos permanentes; a opinião pronuncia-se então contra as eles, pois o conceito do objeto é mais difícil de aprender do que os aspectos isolados e exteriores e também porque, na consciência da sociedade civil, os interesses e os fins particulares (as despesas com a manutenção dos exércitos, o aumento dos impostos etc) têm mais peso do que a necessidade em si e para si que, para a sociedade civil, não tem mais valor do que um simples meio." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Ícone, 1997, p. 266).

[273] "O direito internacional resulta das relações entre Estados independentes. O seu conteúdo em si e para si tem a forma do "dever ser" porque a sua realização depende de vontades, soberanas diferentes.
Enquanto Estado, o povo é o espírito em racionalidade substancial e em sua realidade imediata. É, portanto, o poder absoluto sobre a Terra. Com relação aos outros Estados, o estado é, por conseguinte, soberanamente autônomo. Existir como tal para um outro Estado, isto é, ser reconhecido por ele, é a sua primeira e absoluta legitimação. Ao mesmo tempo, porém, esta legitimação é formal, e há algo de abstrato em reclamar o reconhecimento de um Estado, só porque é um Estado. Do seu conteúdo, da sua constituição e da sua situação depende que ele seja verdadeiramente um Estado que existe em si e para si, e o reconhecimento que implica a identidade dos dois Estados assenta-se também na opinião e na vontade do outro." (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Ícone, 1997, p. 268).

[274] "A consciência da própria personalidade jurídica modula a maneira pela qual cada país deseja inserir-se no mundo. Baseia-se na estimativa realista ou não das potencialidades nacionais e visa atingir interesses concretos econômicos ou políticos. Por outro lado, a visão do país no mundo deve também agir no sentido de reexaminar o valor real desses interesses em termos de custos e benefícios. Em algumas ocasiões, pode até mesmo levar ao abandono definitivo do que antes parecia vital e irrenunciável.
Na hora dos grandes descobrimentos marítimos, os ingleses desistiram da luta de séculos para do ina r parte da França. Abandonaram Calais e passaram a construir o poder naval que lhes traria sucesso maior e mais duradouro. Frustrações análogas após derrotas militares convenceram os suíços a renunciar ao sonho de conquistar a rica planície da Lombardia e os suecos a abrir mão do projeto de dominar o Báltico. Desde então esses povos deram o primeiro passo na estrada que os conduziria à neutralidade e à concentração de esforços na busca da prosperidade, não da glória." (RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.28).

soberano, capaz de fazer leis e garantir a liberdade[275], igualdade[276] e trabalho[277] para todos, através de Leis racionais[278], por isso efetivas.

A Diplomacia, como a arte de convivência racional entre os Estados, exige a presença de leis internas, que são a própria expressão da soberania interna, criadas e ratificada por um corpo legislativo que é Poder, na concepção de Montesquieu. A Constituição, Lei Fundamental de qualquer nação civilizada, segundo a concepção ocidental, é o fundamento principiológico de

[275] "A ideia de autonomia envolve imediatamente a ideia de igualdade, se verificarmos que as máximas de uma vontade devem ser também máximas da vontade que legisla universalmente e que a liberdade, pertencendo à essência do homem, deve existir em todos igualmente. Uma ação é moral quando é fim em si mesma, e não meio adequando a outro fim, que é o caso do juízo hipotético que define regras técnicas da ação e, por isso, não se considera como estritamente prático (da práxis). É fim em si mesma a ação derivada da vontade pura, ou seja, a ação derivada de causação puramente racional, o que quer ainda dizer, plenamente livre. Pode-se, daí, concluir facilmente porque o homem deve ser considerado fim em si mesmo, isto é, como pessoa: porque é racional e, em consequência, livre já que a liberdade é uma qualidade de todo ser racional..." (SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant: seu fundamento na liberdade e na igualdade. 2º edição. Belo Horizonte: Editora UFMG: 1993, p. 243).

[276] "Cidadão é o co-legislador da sociedade política. A condição para que um membro da comunidade seja cidadão é a auto-suficiência, ou seja, a produção material da sua vida de forma independente. Essa independência é dada por um remédio que pode ser auferido por uma profissão ou por meio da propriedade. Kant tem em mira, através dessa independência material, a independência da vontade.
O conceito de liberdade é o primeiro e originário princípio a priori, em torno do qual giram os demais, a igualdade como súdito e a auto- suficiência como cidadão. Só tem sentido a igualdade de um membro da sociedade com os demais, como súdito da sociedade civil, enquanto seja ele considerado, como homem, ser livre nessa sociedade." (SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant: seu fundamento na liberdade e na igualdade. 2º edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993, p. 287).

[277]"...No fundo, portanto, a novidade do conceito de sociedade civil em Hegel é o trabalho livre como fonte de organização dessa sociedade economicamente e, ao mesmo tempo, juridicamente. A sociedade civil tem em Hegel tudo o que se requer para descrever o estado liberal: a liberdade de expressão, de trabalho, de mercado, etc. e uma organização garantindo essas liberdades privadas, dentre as quais as importantes são o trabalho e a da propriedade." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia da Justiça em Hegel, Belo Horizonte, Ed. Loyola, Faculdade de Direito da UFMG, 1991, p. 372);

[278] "A sociedade civil em Hegel é um momento econômico, definido pelo trabalho livre e pelo direito privado, do Estado racional. Se se detém nesse momento sem atender à exigência lógica de sua passagem para o Estado racional, segundo a tradição cultural europeia, esse momento é crítica ao Estado liberal, por ele denominado Estado do entendimento.
Rigorosamente, no pensamento de Hegel está imanente a atividade do espírito, em primeiro lugar como atividade lógica do puro pensar e em segundo co a atividade no tempo ou histórica, pela qual a atividade do pensar se põe no mundo exterior para produzir seu autoconhecimento como liberdade. Assim, pensar como interioridade absoluta e trabalho como exteriorização desse pensar, sem deixar de ser ele mesmo, constituem o movimento essencial do espírito, pelo qual o sujeito passa no objeto e o objeto no sujeito, na forma de cultura. A liberdade e a igualdade do Espírito na sua subjetividade pressupõem o liberar-se da natureza por meio do trabalho. O trabalho é a força negadora da razão que, na sua exterioridade, dissolve a fixidez do mundo natural, é força positiva da mesma razão que constrói, a partir da negação que conserva, o seu próprio mundo, o mundo da cultura." (SALGADO, Joaquim Carlos, A Idéia da Justiça em Hegel, Belo Horizonte, Ed. Loyola, Faculdade de Direito da UFMG, 1991, p. 374);

todo ordenamento jurídico, e exprime a racionalidade[279] da Política Nacional. A soberania externa, ponto de partida da Diplomacia, é a capacidade dos Estados de se imporem na sociedade internacional, na qual não há subordinação, mas coordenação entre os seus sujeitos.

A soberania, sob um olhar dialético especulativo, é a suprassunção[280] de todos os momentos da vida de uma nação e de um povo, que conhece a sua História e por isso é livre, posto que possui uma Constituição, fruto da evolução histórica do Conceito, que lhe garante a Liberdade[281], em nível interno (legislar) e externo (coordenação).

A capacidade do Estado agir internacionalmente é potencializada pela presença do mesmo dentro da Sociedade Internacional, que possui o sentido de *objetivo*. Diferente da comunidade internacional, cuja criação é natural e espontânea, a sociedade internacional tem intenção de ser criada, ou seja, está condicionada a um comando, determinado e que deve ser eficiente, para que a "estrutura da paz" esteja na base da referida sociedade. Existe uma Sociedade Internacional e não uma comunidade internacional, apesar da dicção de alguns Tratados Internacionais. "O que é racional é real e o que é real é racional", conforme o pensamento de Hegel.

Sair da convivência pela guerra[282] e ir para a diplomacia[283], é a aplicação da racionalidade

---

[279] "Ora, descobrir a racionalidade da História nada mais é do que perceber ou reconhecer no curso do tempo a realidade da vida, uma realidade marcada pela Dialética, na qual se nega, porém, se conserva e afinal se eleva tudo ao seu próprio plano superior. Assim, a História é dialética, como também histórica será a Dialética, que é movimento, e que se vale do devir para movimentar-se- como se pudéssemos imaginar um *Chrónos* que se desdobra, mas se devora a si mesmo, *uma afirmação que seduz sua negação* e se reafirma como *negação da negação.* (HORTA José Luiz Borges) História, Estado e Idealismo Alemão/José Luiz Borges Horta, Karine Salgado- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 76).

[280] "É este o sentido da *suprassunção* dialética: negar, conservar e elevar. A negação da negação, ao contrário do que poderia imaginar o certo senso comum filosófico, não é a superação da negação, mas sua elevação a um plano superior." (HORTA José Luiz Borges) História, Estado e Idealismo Alemão/José Luiz Borges Horta, Karine Salgado- Belo Horizonte: Editora UFMG. 2017, p. 64).

[281] "A liberdade é o que o homem tem de mais valioso e lhe dá condição de se elevar para além do mundo fenomênico. Por ela, o homem escapa, ao menos em parte, às determinações naturais às quais tudo está sujeito e cria a sua própria ordem, a sua própria lei... Como é próprio da Ilustração, a liberdade é alargada à universalidade da humanidade. Todos são racionais, todos são igualmente livres, ou ao menos podem sê-lo e precisam de um tratamento compatível com a sua condição de liberdade." (SALGADO, Karine. História, Estado e Idealismo Alemão/José Luiz Borges Horta, Karine Salgado- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 38).

[282] "Afirmamos, pois, que a guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas sim ao da existência social. Ela constitui um conflito de grandes interesses, solucionado através do sangue, e é por si só que difere dos outros conflitos. Seia melhor compará-la, mais que a qualquer arte, ao comércio, que também é um conflito de interesses e de atividades humanas, assemelha-se *mais ainda* à política, a qual, por sua vez, pode ser considerada, pelo menos em parte, como uma espécie de comércio em grande escala. Além disso, a política é a matriz na qual a guerra se desenvolve, os seus contornos, já formados de um modo rudimentar, escondem-se nela assim como as propriedades

dentro das Relações Internacionais e do Direito Internacional. O ser humano[284] deve estar no centro de tudo, no que diz respeito ao pensamento científico. O homem é a imagem do Criador.

O Bem- Comum de todos os cidadãos do Estado que é racional, pois apenas nele se encontrada garantida a liberdade, em si e para si, é objetivo fundamental da Política, como arte de governar, desde os tempos de Platão.

Os Estados Ocidentais são os únicos que podem garantir a liberdade de todos, uma vez que neles encontra-se firmemente legalizada a igualdade e a liberdade, através de uma Constituição, que é expressão de maturidade política e da racionalidade, potencializando o referido sujeito de Direito Internacional a manter relações diplomáticas com outros Estados, que também devem possuir suas Constituições.

O Ocidente é o hemisfério cristão. Com suas origens helenísticas, o Ocidente valoriza a Razão e respeita a espiritualidade. O homem na cultura ocidental[285] possui corpo, alma e espírito,

---

dos seres vivos nos seus embriões." (CLAUSEWITZ, Carl. Da Guerra. 3º edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2010, p. 127).

[283] "Na história da expansão americana, a dose de compras de territórios e de conquistas por guerras ultrapassa nitidamente a de negociações e arbitramento, ao contrário do que ocorreu na experiência brasileira. O expansionismo cedo gerou nos Estados Unidos a ideologia do "Destino Manifesto", corrente de opinião que pregava a ocupação pelos ianques de toda a América do Norte, inclusive Canadá e México, em razão de uma suposta superioridade racial e civilizatória. Nos períodos que precederam e seguiram a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) e a Guerra contra a Espanha (1898), a paixão popular em favor da expansão pelas armas avassalou a opinião pública com raríssimos críticos e opositores. (um deles, significativamente, Abraham Lincoln). Há certa ironia numa república de vocação imperial, em contraste com um império só de nome, sem apetite (nem recursos) para aventuras de conquista territorial.
A extraordinária pressão demográfica, uma das forças impulsionadoras da expansão territorial americana, ajudou a criar igual dinamismo na economia ianque, que buscou desafogo na enérgica abertura de mercados externos. Embora protecionista na esfera da indústria doméstica, Os Estados Unidos sempre revelaram extrema agressividade na política comercial externa. O êxito em aumentar e diversificar as exportações consolidou no espírito dos americanos a crença no comércio internacional como elemento central da prosperidade." (RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.24).

[284] "O tempo da história é, portanto, um tempo especificamente humano, que transcorre no intervalo de possibilidade que vai do fechamento estrutural de uma linguagem á abertura de um sentido que se torna evento de palavra, realização de uma existência ou risco de uma liberdade. É nesse intervalo de possibilidade que o tempo da história se torna um tempo *atual*, o tempo de uma história que se faz. Nenhuma palavra se abre para um sentido possível senão dentro dos seus limites. É nele, pois, que se traçam as linhas dos sentidos aos quais ela pode consentir. Em suam, entre o sistema de sinais dentro do qual é possível compor os sentidos nos quais o homem se exprime e se comunica, e a eclosão de tal sentido no afrontamento do real, a história avança como risco e destino da palavra- da existência- do homem." (VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia. O problema de fronteira. Filosofia 3. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p.220).

[285] "A alegoria da caverna desenvolvida no Livro VII, de A *República* nos mostra a existência de dois mundos, um, daqueles que estão aprisionados pelo corpo, o mundo sensível, das aparências; o outro, dos que se elevaram até a luz do sol, o mundo inteligível, da ciência. Esta alegoria se prende ao mito da preexistência da alma., que agora é hipótese necessária à demonstração do saber verdadeiro. Somente os que puderam contemplar com a divindade as

ou seja, deve viver "fora de caverna". Todas as nações ocidentais concebem a liberdade do homem a partir de princípios cristãos e isso influência muito suas relações diplomáticas, ou seja, sempre deve prevalecer a condição humana, principalmente na celebração de seus Tratados Internacionais.

A condição humana do homem ocidental é fixada dentro dos ordenamentos jurídicos, profundamente pelos vetores igualdade, liberdade, trabalho[286] e tecnologia (esta última plenamente estabelecida no século XXI).

O modo de vida é um dado cultural e a diplomacia, sob olhar da racionalidade, deve levar em conta essa condição *a priori*, quando da ação dos Chefes de Estado e seus plenipotenciários. Exemplo é o aperfeiçoamento do trabalho livre, há muito tempo reconhecido em âmbito internacional, principalmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

---

formas puras, as ideias, poderão, através da purificação, ou seja, do expurgo metódico do sensível, alcançar o inteligível. Mundo sensível e mundo inteligível, aparência e verdade, corpo e alma se resumem, na metafísica de Platão, à dicotomia: ideia e cópia de ideias, modelo (inteligível e imutável) e cópia do modelo (sensível e mutável), sobre a qual se assentarão as suas mais importantes contribuições filosóficas." (SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant: seu fundamento na liberdade e na igualdade. 2º edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993, p. 118-119).

[286] "Uma vez que admitimos ser o trabalho, considerado desde o ponto de vista do *finis operantes*, relação ao outro como *sujeito* e irredutível, portanto, à mera relação com as coisas ou com os objetos, seremos levados inevitavelmente a admitir ser ele a relação primeira que funda a mediação entre as pessoas, a sociedade, portanto, e a história. É a relação primeira porque, não sendo dado ao homem atingir por intuição imediata a interioridade do outro, a comunicação passa necessariamente, pela mediação do *sinal*, pelo mundo *humanamente significado*, pelo *trabalho*, em suma, que se estende por todo o espaço que vai do ato da razão ao gesto das mãos. É justamente por força dessa função mediadora que o resultado do trabalho humano- o *finis operis*- é uma obra de cultura e não um simples objeto natural. Porque o trabalho mesmo é *ato cultural* e não simples satisfação de necessidades naturais. Como tal, ele é assumido no plano expressivo da consciência, apresenta a estrutura do *sinal*, é penetrado pela *palavra*, torna-se interpelação do outro, comunicação com o outro." (VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia. O problema de fronteira. Filosofia 3. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p.129).

2.3- FRANKLIN DELANO ROOSEVELT:UM ESTADISTA DE SEU TEMPO E PARA O FUTURO

O Estados Unidos da América do Norte, ao longo de sua história como nação, nutriu forte sentimento isolacionista, motivado pela determinação de ser diferente dos modelos autocráticos europeus, para ser um país de pessoas totalmente livres, independente de raça, sexo, etnia, religião e nacionalidade. Todos devem ser iguais e por isso. "Em Deus nós acreditamos", é o lema da moeda norte-americana, desde a fundação do país, nos finais do século XVIII.

O modelo federativo norte americano[287] foi estabelecido para fazer valer a autonomia dos Estados e para garantir ao cidadão o total respeito de sua individualidade, potencializando seus talentos.

Um sentimento forte de nação foi criado no EUA, para o atingimento vindouro da Razão de Estado[288]. Os "Pais Fundadores" destinaram a referida nação á grandeza e ao desempenho de um papel global com o passar do tempo. O aprimoramento institucional da nação, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, fez ela ser uma potência hegemônica. Serve de

---

[287] "O caminhar do espírito universal da liberdade se deu no território europeu, vindo para a América, cujo principal expoente são os EUA.
Kissinger sobre do papel fundamental do Estado norte-americano para o bem da História Universal. Todavia, mesmo em sua época, de acadêmico a secretário de Estado, percebia que a evolução histórico-diplomática das relações estatais não se deu de maneira uniforme em todos os países, mesmo os ocidentais.
O modelo norte-americano de uma federação centrífuga, com ampla e total autonomia dos Estados, um modelo constitucional histórico e paradigmático, um presidencialismo que não afronta o estilo de na~]ao e suas bases econômicas, i=um Congresso sabedor de seu papel para o controle dos poderes e da política internacional, fizeram dessa nação, sob o olhar kissingeriano, a vereda a ser seguida por todo e qualquer Estado que se pretenda de Direito, ou que persiga o interesse nacional, a Razão de Estado na sua versão atualizada." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p. 111).

[288] "A Razão de Estado foi criada no momento de desaparecimento da universalidade medieval e da afirmação do Estado Nacional como a maior estrutura existente em um determinado território. O rei deixa de ser um guerreiro nato e torna-se um "grande-empresário", cujos interesses atingem o além-mar, ou seja, a busca de novas terras, as colônias.
O Estado nacional precisava se fortalecer perante o poderio religioso. Os príncipes e reis europeus buscavam se afastar das intimidações religiosas. A livre circulação de riquezas não poderia conviver com as limitações legadas pelo feudalismo. A Reforma Protestante propiciou que monarquias europeias saíssem de debaixo do jugo religioso daquele período, porque a liberdade de entendimento das escrituras sagradas implicava na liberdade de expressão em nível de poder.
A Razão de Estado, interesse nacional, não poderia conviver com os caprichos inquisitoriais. O Estado, forte e soberano, constitui uma criação primorosa da raça humana. As comunidades humanas se organizam em meio a uma complexa malha burocrática para o alcance de seus objetivos, sejam eles terras ou riquezas, em forma de ouro e prata e moedas, em síntese, aumento do poderio econômico." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p. 116).

modelo para o mundo civilizado. A ordem no planeta Terra tem um paradigma democrático, que é capaz até mesmo de normatizar as inovações[289] (como é o caso da Inteligência Artificial).

A vitória da União sobre a Confederação, no final da Guerra Civil, em 1865, foi a afirmação de que qualquer diferença de classes e principalmente a escravidão, estavam definitivamente banidos do Estados Unidos da América do Norte[290]. As mudanças institucionais se dão lentamente, pois antes deve ocorrer a transformação da mentalidade do indivíduo. Todavia, como tudo está na História, e esta sempre avança, o aperfeiçoamento dos indivíduos e por consequência das instituições é uma certeza, posto que a Razão exige o amadurecimento para a Perfeição. Assim é o agir filosófico, desde antes de Sócrates, na Grécia Antiga[291].

---

[289] "O desenvolvimento da computação acabou levando os estados Soberanos ocidentais a terem de lidar com uma nova forma de democratização midiática. Os abusos de autoridade passam ser denunciados pela própria tecnologia digital em tempo real.
(...)
O mundo digital ainda constitui um setor da vida humana que está disponível para uma grande parte das pessoas, mas não para todas. Ainda envolve certo status social e econômico do qual, por exemplo, os analfabetos não participam.
As democracias ocidentais devem ter o cuidado de evitar que a internet se torne um meio de manipulação política para um público alienado. Deve ser um instrumento de informação, mas que não sufoque o conhecimento e a sabedoria de outras fontes de formação intelectual.
A internet deve ser uma tecnologia que favoreça o aprimoramento do Estado de Direito e não um instrumento para perpetuação de interesses minoritários, em nível político e econômico."." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p. 242).

[290] "Os Estados Unidos da América do Norte souberam aproveitar o final da Segunda Guerra Mundial (1945) para lançarem sua hegemonia mundial. Não que este acontecimento tenha fugido da evolução normal da História, ou ocorrera pela força, mas o grande estadista Franklin Delano Roosevelt soubera aproveitar o papel desempenhado pelos EUA para daí ratificar a liderança desta nação, como guardião da paz, do progresso e da liberdade.
Os EUA nunca participaram do imperialismo e colonialismo mundial. A partir de 1945, com a divisão ideológica do mundo, a antiga tutela das metrópoles sob as colônias perdeu a sua razão de existir. As colônias se emancipam e várias delas passam a buscar um relacionamento mais íntimo com a superpotência capitalista, apesar da atração exercida pelo bloco socialista sob as nações mais pobres, A *raison d`Ètat* dos EUA, sob uma perspectiva dialética, não pode prescindir da defesa da liberdade como argumento maior de sua ingerência na sociedade internacional contemporânea." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. Soberania e Diplomacia: perspectivas contemporâneas no pensamento de Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016, p. 175-176).

[291] "A Grécia é o berço da civilização ocidental. Ela representou a ruptura da cultura oriental, na qual apenas um era livre, dono do próprio arbítrio, para uma cultura que testifica o caminhar do espírito da liberdade, que é ocidental. Alguns são reconhecidos como livres, mas o destino histórico deve reconhecer a liberdade para todos.
A Filosofia, como ciência, deu seus primeiros passos na Antiga Grécia. Sócrates, Platão e Aristóteles foram os "pais fundadores" do saber crítico e reflexivo do ocidente, que deve sempre estar voltado para a construção e o reconhecimento, nunca desprezando e eliminado o conhecimento anterior, mesmo que eivado de negatividade. É a totalidade da História, sob o olhar hegeliano.
O grande líder, na Antiguidade Clássica, era o filósofo. Era ele quem possuía a capacidade de governar, pois conhecia as necessidades do reino e era assíduo praticante das virtudes, principalmente a Justiça, conforme a concepção platônica." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. Soberania e Diplomacia: perspectivas contemporâneas no pensamento de Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016, p.15-16).

Toda grande nação que coloca como meta o alcance e prática da Razão de Estado[292], para que seja verdadeiramente hegemônica, passa pela provação do caminho árduo da História Universal.

O Estados Unidos da América do Norte entrou na I Guerra Mundial[293] em 1917 e foi decisivo para a vitória da Tríplice Entente contra a Alemanha e seus Aliados. Seu protagonismo internacional começa neste momento, apesar do Congresso e do povo americano ainda nutrirem, naquele momento, forte sentimento isolacionista, em nível internacional.

O Tratado de Versalhes[294] foi um castelo de areia que desmoronou só com o tempo. No intuito de uma "paz punitiva aos vencidos", trouxe pouca efetividade após o encerramento da "Guerra Civil Europeia". A Alemanha foi fortemente humilhada e não foi trazida para o seio da sociedade das nações. Os vencedores estavam mais preocupados em punir os vencidos a dar uma nova ordem para a sociedade internacional.

A década de 20, do século XX, sucessora da década da Grande Guerra até então, foi caracterizada por uma explosão de consumo dentro do EUA. Qualquer um podia se sentir rico e os bancos geravam créditos sem qualquer garantia.

A vida, no Estados Unidos, na referida década de 20, parecia ser muito boa. Henry Ford

---

[292] "A Razão de Estado não pode ficar ossificada na vontade do governante. É da própria essência da Razão de Estado o adequar às circunstâncias e alianças políticas, evitando imobilismo que nada produz e somente põe em risco toda e qualquer tomada de decisão." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.67).

[293] "No século XX, após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial (1918), o Estado de Direito já pode ser encontrado com certas características hoje presentes. A criação das Liga das Nações foi uma tentativa de alinhavar os interesses internacionais para o benefício do ser humano, afastando as guerras e a violência. A imaturidade de sua construção não permitiu o seu prosperar, uma vez que de o grande ator do cenário internacional não estava presente na sua estrutura, qual seja, os EUA.
A paixão de Woodrow Wilson pela paz não conseguiu tirar os EUA do isolacionismo político. E diplomático que lhe propiciava o fosso dos dois oceanos. Coube a Franklin Delano Roosevelt unir o destino europeu ao da América. (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.69).

[294] "O Acordo de Versalhes pareceu ser mais uma satisfação para fins de política internacional europeia, a uma verdadeira ruptura que levara o mundo a um atoleiro nunca antes imaginado. A Alemanha, desde a sua unificação, sempre teve os seus admiradores na Europa, e continuou a tê-los após o fim da Primeira Guerra Mundial.
Elaborou-se um Tratado de Paz, cujos agentes nunca enxergavam nele qualquer possibilidade de eficácia. Ainda se pensava em uma Europa, com Estados com soberania absoluta. O Acordo de Viena de 1815, pelos idos de 1930, já se tornara obsoleto em uma Europa industrial, tendo como nação hegemônica a Alemanha (que não participou do referido Congresso, uma vez que em 1815 não estava ainda unificada).
Esse "desarranjo" europeu, teve como raiz o tratado isolado da Alemanha na política europeia. Um novo conflito seria inevitável, e diplomacia nada poderia fazer para impedí-lo, por mais evidentes que fossem as exigências dos

acelerava a produção de veículos, inclusive dando seu nome ao modo de produção nas fábricas. As ruas das cidades americanas começavam a ficar inundadas de veículos.

Os ricos e magnatas norte americanos não sentiam o menor medo de uma quebra ou crise financeira. Os grandes investimentos mundiais concentravam-se todos na Bolsa de Nova York (conhecido como *Wall Street*). O governo norte americano não sentia a menor necessidade de intervenção do Estado na Economia, nem mesmo quando ocorressem tragédias naturais como inundações e furacões. Diziam que caberia à iniciativa privada e às entidades filantrópicas cuidarem dos desastres. Era um sistema político e econômico voltado apenas para o gerenciamento dos investimentos bancários para a produção de um bem praticamente montado.

Em 1929 ocorre a Quebra da Bolsa de Nova York. Os investidores perdem milhões e milhões de dólares em instantes e a crise alastra-se por todo sistema financeiro mundial. O mundo inteiro entra em profunda crise financeira e Hoover[295], presidente do EUA na época, não encontra saídas para a recessão. Permanece a crença no sistema ultraliberal de economia.

Nas eleições de 1932, Hoover é derrotado pelo democrata Franklin Delano Roosevelt. Uma liderança[296] nova chega na Casa Branca, com propostas e procedimentos totalmente diferentes dos anteriores.

---

princípios morais." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. Kissinger e a Ética Ocidental. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016, p. 84-85).

[295] "Após a crise econômica de 1929, nos EUA, se tornou claro que uma liderança maior se fazia necessária para tirar o país da crise.
O presidente Hoover não fora capaz de evitar a crise e retirar os Estados Unidos da mesma. Os efeitos da referida crise tomaram proporções mundiais. Toda a Europa se viu atingida e afligida pela crise econômica. Na Alemanha, os dígitos inflacionários alcançaram patamares nunca vistos, fazendo o dinheiro servir até mesmo de combustível para as lareiras, em face de sua enorme desvalorização.
O mundo se viu sem saídas, e regimes autoritários surgiram na Europa e na Ásia, com protótipos também na América Latina. A democracia e a paz, em nível mundial, estavam correndo sério risco. Um conflito mundial de proporções inimagináveis estava por ocorrer. Mas os estados Unidos da América do Norte já se encontravam politicamente e moralmente liderados pelo grande estadista Franklin Delano Roosevelt, que tirara os EUA da grave crise econômica, com o *New Deal* e levaria um mundo livre à vitória no final da Segunda Guerra Mundial." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. Kissinger e a Ética Ocidental. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016, p. 87).

[296] "O grande líder é aquele que governa eticamente, guiando seu povo e sua nação para o justo, o melhor, o bem comum. Ele se torna em estadista à medida que suas atitudes trazem um benefício para toda a humanidade. É um construtor e benfeitor da condição humana.
Toda decisão de liderança, quando visa mudar os rumos da nação, ou seja, urgente, é tomada pessoalmente pelo governante. Abraham Lincoln quando decidiu declarar guerra ao Sul (confederados) sofreu a mágoa do isolamento da decisão de ter que combater compatriotas seus, que não abriam mão do modo de produção escravo e não propugnavam por um EUS unificado e industrial. Ele sabia que essa decisão custaria muitas vidas, mas colocaria os EUA no mesmo nível de desenvolvimento da Europa no século XX." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. Kissinger e a Ética Ocidental. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016, p. 88).

Roosevelt implanta no Estados Unidos, a partir de 1933, o *New Deal*, um plano de reestruturação econômica baseada na intervenção do Estado na Economia, através de obras em todo o país. Fugindo da tradição política e econômica americana, o Estado torna-se empresário, para tirar a nação da crise.

Na segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, Roosevelt soube conduzir o seu país do isolacionismo para um papel global sem precedentes de abrangência na História Mundial. A vitória dos Aliados sobre o Eixo na Segunda Guerra Mundial, somado aos enormes esforços da União Soviética, foi uma vitória do mundo livre, em que pese a bipolarização e conflito político ideológico que se segue, conhecido como a Guerra Fria.

Roosevelt[297] fez o EUA[298] a maior superpotência da História Universal. A Razão de

[297] "Roosevelt governou os EUA por mais de dez anos. Ele tirou a América da grave crise econômica que havia caído em 1929, acelerou o processo de industrialização do país, gerou empregos, através de grandes obras, para toda a nação, fez os EUA, no início da Segunda Guerra o arsenal da democracia e por fim foi decisivo para a "virada" a favor dos aliados do conflito, a partir de 1942.
O grande líder sabe agir por mais adversa que seja a situação. Apesar da diferença ideológica com a URSS, a América forneceu armamentos, blindados e até alimentação para o exército soviético.
No final da segunda Guerra Mundial, Roosevelt já dava sinais de que não queria um conflito militar com a URSS, nos moldes da referida guerra. Apesar da insistência do Ministro Churchill em exigir eleições livres na Polônia, Roosevelt concordou com Stalin em lhe ceder o leste europeu que já se encontrava ocupado por tropas soviéticas. Parece, em primeiro olhar, que foi um gesto de fraqueza, em ceder quase metade da europa para os soviéticos. Todavia, Roosevelt não queria mais conflito e sempre teve o conhecimento de que Stalin nunca pretendeu fazer guerra direta com os EUA." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. Kissinger e a Ética Ocidental. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016, p. 90-91).

[298] "Roosevelt convenceu a nação americana de que a entrada na guerra seria a única forma de manter uma paz duradoura no futuro, pois passaria a História Mundial para o lado dos EUA. Após maio de 1945, em que pese a existência do bloco socialista, os EUA já eram a maior potência do mundo.
Em se pensando numa ética ocidental com dois mil e seiscentos anos de existência, a grande luta hemisférica sempre foi para se manter a ordem, a paz e a prosperidade. O grande estadista sabe a hora de agir, não impondo ao seu povo o sofrimento e a humilhação, para apenas atingir um objetivo que muitas vezes se mostra inalcançável. Roosevelt, conhecedor da história e do destino americano soube direcionar a sua nação para o caminho do bem e, diga-se de passagem, para ser uma grande potência.
(...)
A civilização ocidental é a civilização do conhecimento. Talvez por este motivo, os EUA, após a segunda Guerra Mundial, tenham se tornado a pátria dos grandes cientistas, das grandes universidades e dos grandes descobrimentos e invenções.
(...)
A História Mundial confirmou que os EUA trouxeram para si a responsabilidade dos destinos da humanidade e que assumiram o papel ético de preservação da condição humana, em um constante aprimoramento.
Roosevelt ensinou para os EUA não fugirem de seu papel de estabilizadores da sociedade internacional, através da disseminação de seus princípios morais, tais como a liberdade e a democracia.
Foi Roosevelt um estadista de seu tempo, mas que plantou para as gerações futuras o desejo ardente de um mundo justo, livre e igualitário. As gerações futuras não poderão desprezar isso." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. Kissinger e a Ética Ocidental. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016, p. 93-94).

Estado tornara-se a realidade fixa da hegemônica[299] nação norte americana.

O real e o racional encontram-se dentro da História, objeto da Ciência Filosófica.

[299] "Outra visão sustenta que Roosevelt, que tinha demonstrado sua sutileza na maneira às vezes implacável com que manobrava o povo americano, essencialmente neutralista, na direção de uma guerra que poucos contemporâneos consideravam necessária, não teria como se deixar enganar mesmo por um líder tão astuto como Stalin. De acordo com essa interpretação, Roosevelt estava ganhando tempo com Stálin e procurando agradar o líder soviético para impedí-lo de fazer um acordo em separado com Hiler. Ele devia ter sabido- ou logo descobriria- que a visão de mundo soviética era conflitante com a americana; alusões à democracia e à autodeterminação serviam para conquistar o apoio da opinião pública americana, mas acabariam por se revelar inaceitáveis para Moscou. Assim que a rendição incondicional da Alemanha tivesse sido assegurada e a intransigência soviética demonstrada, segundo essa visão, Roosevelt deveria ter arregimentado as democracias com a mesma determinação que tinha mostrado em sua oposição a Hitler.
Grandes líderes frequentemente encarnam grandes ambiguidades. Ao se assassinado, Kennedy estava prestes a ampliar o comprometimento um modo geral, ingenuidade não era uma acusação que os inimigos costumassem lançar Roosevelt. A reposta, provavelmente, é que Roosevelt, como seu povo, se mostrava ambivalente em relação aos dois lados da mordem internacional. Ele tinha esperança de alcançar uma paz baseada na legitimidade, ou seja, na confiança entre indivíduos, respeito ao direito internacional, objetivos humanitários e boa vontade. No entanto, confrontado com uma União Soviética que insistia na adoção de uma visão que priorizava o poder, ele provavelmente teria voltado a confiar no seu lado maquiavélico, que o havia guindado à liderança do país e o transformado do período em que viveu. A questão de saber que tipo de equilíbrio ele teria alcançado foi esvaziada pela sua morte no quarto mês do seu quarto mandato presidencial, antes que fossem concluídos seus planos para o relacionamento com a União Soviética. Harry S. Truman, excluído por Roosevelt da participação no processo de tomada de qualquer tipo de decisão, se viu de repente catapultado para esse papel." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p.275-276).

2.4- KISSINGER, NIXON E FORD

Quando as primeiras explosões atômicas ocorreram em 1945, parecia que o mundo havia entrado em um período da História no qual as tragédias militares não seriam mais medidas. A lógica anunciada pela Guerra Fria dava de entender que a competição não tinha limites e o desejo de dominação ideológica prevaleceria sobre qualquer aspecto da Razão

Os gastos militares e tecnológicos eram surpreendentes, e consumiam recursos que poderiam potencializar outras áreas e atender à condição humana. O medo de uma guerra que pusesse fim ao mundo conhecido fazia parte do imaginário político, militar e da humanidade.

A História Universal, todavia, surpreende com seu caminhar. No final dos anos 60 do século XX, assumiu a presidência do Estados Unidos da América do Norte um homem tímido, introvertido, mas que conhecia as questões internacionais de seu país e de sua época. Essa figura política era Richard Nixon[300].

Foi com esse veterano da II Guerra Mundial, que se tornou presidente dos Estados Unidos, que Henry Kissinger[301] alçou os altos cargos diplomáticos do EUA. Houve a combinação de seriedade e ousadia na política externa norte-americana, entre estes dois grandes políticos da

[300] "Nixon achava que as Relações Exteriores eram uma área para especialistas. Considerava suas viagens como representante de Eisenhower as experiências mais valiosas do seu mandato como vice-presidente e chegou à casa Branca em 1968 dado especial atenção à política externa norte-americana. O secretário de Estado era tradicionalmente o responsável por essa área, mas Nixon acreditava que apenas o presidente poderia determinar seus rumos. Também achava que o departamento de Estado era burocrático demais para participar construtivamente das decisões nesse setor eu poderia interferir no seu modo de conduzí-las. Assim, apontou William Rogers, um homem que admitida ter pouca experiência em política externa, como secretário de Estado. A responsabilidade de Rogers ficou sendo a de verificar se Foggy Bottom, o quartel general do Departamento de Estado, estava colocando em ação de forma adequada as diretrizes do presidente." (RIPLEY, C. Peter. Os Grandes Líderes. Nixon. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1989, p. 57).

[301] "Henry Kissinger, um alemão que fugira da Alemanha nazista e renomado professor de política internacional na Universidade de Harvard, foi nomeado por Nixon como chefe do Conselho de segurança Nacional e seu conselheiro-mor em negócios exteriores. A insólita dupla- o professor judeu e o político *quarker*- deu nova forma á política externa norte-americana. A habilidade de Kissinger para negociar e sua grande inteligência, somadas á disposição de Nixon para exercer o poder, fizeram dos negócios exteriores o centro do governo.
Quando Kissinger assumiu, em 1969, Nixon tinha como prioridade encontrar uma saída honrosa para o conflito do Vietnam, o maior desafio de sua política externa.
Desde o fim da segunda Guerra Mundial, a política norte-americana no Vietnam se moldava num princípio: evitar que ele se unificasse sob um governo comunista. Nixon sempre disse que a autodeterminação do Vietnam do Sul, com um governo de sua escolha, era o objetivo da presença norte-americana. Quando ele se tornou presidente, os Estados Unidos já tinham enviado 500.000 mil soldados e gasto milhões de dólares nessa intervenção." (RIPLEY, C. Peter. Os Grandes Líderes. Nixon. São Paulo: Editora Nova Cultura: 1989, p. 57-58).

História Ocidental Contemporânea[302]. O mundo parecia estar destinado a viver um período de paz, apesar das diferenças ideológicas entre o leste centralmente planificado (socialista) e o oeste orientado pela economia de mercado (capitalista).

A "conciliação" diplomática[303] entre os países capitalistas, capitaneados pelos Estados Unidos da América do Norte e os socialistas, tendo à frente a União Soviética, trouxe um alívio na década de 70 ao mundo. Cada superpotência administrava sua área de influência sem a contestação da outra. Isso levou a competição também para a área social. Um "bem estar" se fez presente, como política estatal, na referida década do século XX.

Henry Kissinger, durante o governo de Richard Nixon[304], pensou em uma nova ordem

---

[302] "Coube ao governo Nixon extrair os Estados Unidos da sua primeira experiência de guerra malsucedida e de seu primeiro empenho no exterior, em que as convicções morais da América conflitaram com o que era possível. Poucas tarefas de política externa foram mais difíceis; nenhum país fez essa transição sem angústias.
Embora a retirada da Argélia fosse muito citada como modelo para os Estados Unidos, na realidade De Gaulle levou mais que os quatro anos necessários ao governo Nixon para encerrar o envolvimento americano na Indochina. Ao desvencilhar a França da Argélia, De Gaulle teve o ônus de abandonar um milhão de colonos franceses, alguns de famílias que lá estavam havia gerações. Ao retirar as tropas americanas do Vietnã, Nixon teve de liquidar uma ação que quatro presidentes americanos, ao longo de duas décadas, haviam entronizado como vital para a segurança de todos os povos livres.
Nixon assumiu essa missão dolorosa nas circunstâncias internas mais refratárias, desde a Guerra de secessão. Mesmo a uma distância de 25 anos, a aspereza do colapso do consenso nacional americano ainda é chocante. Em 1965, os Estados Unidos empenhavam-se – com aprovação geral- em vencer uma guerra contra o que se considerava a conspiração comunista mundial e a criar instituições livres no sudeste asiático; dois anos depois, em 1967, o mesmo empreendimento passou a ser visto não só como fracassado, mas também como ato aberrante de políticos maníacos por guerra. Num dia, a comunidade intelectual celebrava o advento de um jovem presidente progressista; praticamente, no dia seguinte, estava acusando seu sucessor de atrocidades, mentiras sistemáticas e ânsia guerreira, malgrado o fato da estratégia do novo presidente- ou, pelo menos, seus estrategistas – ser a mesma do saudoso antecessor. No fim do seu mandato, em 1968, Johnson não podia mais aparecer em público, exceto em bases militares ou noutros locais em que manifestantes violentos pudessem ser fisicamente barrados. Embora fosse presidente, ele não considerou possível sequer aparecer na convenção nacional de seu próprio partido em 1968." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 625-626).

[303] "O momento de mudança do eixo de ação diplomática americana após a Segunda Guerra Mundial, que inaugurou uma nova ordem mundial, se deu com o fim da Guerra do Vietnã. Não mais seria possível esperar pelas soluções diplomáticas depois do esgotamento do uso da força, ou da guerra. Outros setores deveriam ser priorizados, na diplomacia, para se eliminar os antagonismos na política internacional. A economia foi o traçado do caminho.
O conflito do Vietnã trouxe a conclusão para o governo americano, em especial o secretário de Estado Henry Kissinger, de que a política externa deveria ser avaliada. A competição econômica seria priorizada na relação entre Estados, algo para o qual a União Soviética não estava preparada, uma vez totalmente planificada a sua economia, com forte controle estatal e centralismo político, que a médio e longo prazo cortejava o desastre.
As alterações no preço do petróleo foram um meio, pela aproximação política e diplomática com a Arábia Saudita, utilizado pelos Estados Unidos para levar a União Soviética à bancarrota financeira. Outros caminhos deveriam ser perseguidos pela diplomacia norte-americana, mesmo que vestida com trajes de conciliação e paz." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.182).

[304] "Depois da carnificina dos anos 1960, com seus assassinatos, suas revoltas civis e suas guerras inconclusivas, Richard Nixon herdou em 1969 a tarefa de restaurar a coesão à sociedade política e devolver coerência á política externa. Muito inteligente, com um grau de insegurança inesperado numa figura pública de tamanha experiência,

mundial para o final do século XX, para que fossem abandonadas as obsoletas utopias e reivindicações sem respostas da década de 60 (e que permaneceram no imaginário de muitos na década de 70).

Foi inaugurada, internacionalmente, a *deténte*[305]. Uma relação diplomática entre as superpotências de respeito mútuo no que diz respeito às áreas de influência. Não era necessariamente uma solução definitiva para o triunfar das democracias sobre as ditaduras comunistas, mas evitou, através de Tratados Internacionais (como o SALT I e posteriormente o SALT II), uma III Guerra Mundial decorrente da corrida armamentista desenfreada. A União Soviética, ainda, tinha reservas econômicas suficientes para desperdiçar em aventuras irresponsáveis, o que exigia que o Ocidente ficasse precavido.

Todo governo soberano não democrático, com raras exceções (exemplo o Governo de Segurança Nacional do Brasil de 1964-1985), costuma ir às últimas consequências para sobreviver, mesmo que isso imponha um jugo exorbitante de sofrimento ao povo (exemplo o governo comunista de Cuba, instalado através de golpe em 1959 e que lá está até hoje. Quem nasceu neste país a partir de 1960 conhece cotidianamente o sentido da palavra "racionamento").

Nixon não era o líder ideal para restauração da paz interna. Mas também é preciso lembrar que as táticas empregadas nas manifestações de massa, a intimidação e a desobediência civil levada até o limite máximo de protestos pacíficos já estavam bem consolidadas quando Nixon fez seu juramento de posse a 20 de janeiro de 1969.
No entanto, para a tarefa de redefinir a substância da política externa americana, Nixon estava extraordinariamente bem preparado. Como senador pela Califórnia, vice-presidente sob o governo de Dwight D. Eisenhower e eterno candidato à presidência, ele tinha viajado extensamente. Os líderes estrangeiros com que Nixon se encontrava não suscitavam as confrontações pessoais que costumam deixa-lo desconfortável e ofereciam a oportunidade de diálogos de substância, nos quais se saía muito bem. Como sua natureza solitária lhe proporcionava mais tempo livre do que acontece com os aspirantes políticos convencionais, ele via com prazer a chance de se dedicar a leituras extensas. Essa combinação fez dele o presidente mais bem preparado em relação à política externa desde Theodore Roosevelt." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro; Editora Objetiva. 2015, p.303).

[305] "A detente da década de 1970 entre os Estados Unidos e União Soviética foi uma política internacional que visava, isoladamente, dar um fôlego econômico para o segundo e a possibilidade discussão de direitos impossíveis no que diz respeito à efetividade no bloco socialista. Exemplo são os direitos humanos. A agenda soviética não comportava tal discussão, porque era um regime totalitário e centralizado.
A R*ealpolitik* norte-americana propugnaria pela disputa econômica em lugar da disputa ideológica. A União soviética não estava preparada para tal jogo na arena internacional, e Kissinger sabia muito bem disto e havia avisado Mao Zedong sobre isso em 1972.
O presidente Nixon foi o executivo americano ao qual coube a tarefa de passagem da diplomacia da força com recurso nas armas para a força da diplomacia com recurso na economia.
(...)
O grande estadista é aquele que conhece os limites do seu poder, a partir da experiência histórica de sua nação e das transformações necessárias que devem ocorrer pelas exigências vindouras. Sabe a hora de entrar e a hora de sair, não tomando o poder para si como se seu fosse exclusivamente, e ele fosse o fina da História. Apenas o último dia da História justificará toda a História, sob o olhar hegeliano. São as curvas da razão que se encontram alojadas nas montanhas da própria História." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.183).

Na década de 70 do século XX, o Brasil mantinha cordiais relações diplomáticas com o Estados Unidos da América do Norte[306]. O presidente norte americano Richard Nixon[307] convidou o presidente brasileiro Médici para visitar a Casa Branca. Tanto Nixon como Kissinger sabiam que o Brasil tinha Razão de Estado naqueles tempos.

Kissinger, no início da década de 70, buscou uma aproximação eficaz com a China[308], inclusive para afastar o "trauma" que a Guerra do Vietnã havia desenhado no imaginário norte-

[306] "A partir do século XX, os Estados Unidos da América do Norte, começam a investir maciçamente nas universidades, ou seja, passam a dar prioridade às pesquisas, inclusive "importando" intelectuais e cientistas de todo o mundo.
O ideário maior da "liberdade" impulsionou o EUA para a absorção de tudo de bom e melhor que havia no gênero humano.
O Espírito Universal da liberdade que habitava apenas na Europa foi transferido para o Novo Mundo. Essa matriz filosófica da liberdade nada mais vem a ser à evolução contínua do conceito de liberdade e justiça.
Os Estados Unidos da América do Norte, maior baluarte do Novo Mundo, adentraram no século XX como grande potência mundial. Sua soberania externa passou a exigir uma presença militar e econômica maior em todos os cantos do globo terrestre. Desde os tempos de Richelieu é condição indispensável para toda e qualquer grande nação a existência de forças armadas e economia que representem excedente de poder." (TALLARICO, Rafael; GOLINI, Vera Lúcia de Sousa. Estado e Soberania: Perspectivas no Direito Internacional Contemporâneo. 3º edição revista e atualizada. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, São Paulo, 2020, p. 170).

[307] "Os EUA, a despeito da Doutrina Nixon, nas relações internacionais, não abririam mão de seus interesses nacionais. A Razão de Estado deve se fazer presente até quando o Estado "parece" não se interessar pela política internacional. Foi uma forma de retraimento sem perder o controle da arena internacional.
(...)
Os Estados Unidos pretendiam, com a deténte, aluviar as tensões internacionais, principalmente entre as superpotências, e economizar recursos que, como ocorrido na Guerra do Vietnã, foram desperdiçados sem uma contrapartida final. Cada nação deveria se empenhar por sua própria defesa, apesar do círculo de proteção norte-americana" (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.185).

[308] "No governo Nixon ocorreu a aproximação dos Estados Unidos com a China. Passados vinte anos de distanciamento das relações diplomáticas entre os dois países, necessário se fazia a interação entre ambos, a despeito de suas divergências políticas. A China aceitou a aproximação econômica com os Estados Unidos.
Kissinger houvera advertido a China de que o modelo econômico soviético não duraria mais de vinte anos a contar de sua visita a Mao Zedong em 1972. Em dezembro de 1991, a bandeira soviética da foice e do martelo foi arriada no Kremlin e em seu lugar hasteada a bandeira russa.
Os chineses, em sua milenar experiência e tradição, entenderam que o alinhamento com os soviéticos traria mais prejuízos a um alinhamento com os americanos, em nível econômico. Apesar de ser diferente, a China passou economicamente a cooperar com os EUA.
Os chineses aprenderam as práticas de mercado, e a despeito da falta de instituições democráticas em seu país, colocaram em práticas as políticas empresarias. O reconhecimento da China como economia de mercado ainda é um objetivo a ser alcançado.
A diplomacia americana necessitava da China para vencer a União Soviética sem a utilização das forças das armas." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.187).

americano. A Guerra Fria e suas múltiplas facetas seria vencida pela diplomacia[309], não pelas armas ou pelo uso da força.

Analisando o governo do sucessor de Nixon após o "Watergate", o presidente norte americano Gerald For, é possível concluir que a União Soviética já dava sinais de que "assumia" ser um fardo alto demais continuar com a corrida armamentista. Ao deixar definitivamente o Oriente Médio[310] aos cuidados do Estados Unidos, demonstrou não ter mais a URSS condições de acompanhar geopoliticamente e geoestrategicamente o Ocidente. Os problemas internos eram tão grandes, que os soviéticos preferiram "recuar" em seus compromissos a querem seguir o passo do Ocidente, em termos de desenvolvimento.

O reconhecimento da anexação dos Estados Bálticos à URSS, pelo governo Gerald Ford, apesar das pesadas críticas internas e externas ao EUA, foi uma estratégia muito bem arquitetada por Kissinger de dar à URSS a superextensão irresponsável que ela nunca conseguiria gerir, principalmente em termos econômicos.

A corrida armamentista somada à responsabilidade de liderança e sustento de todo o bloco socialista fez a União Soviética[311] ficar atrasada tecnologicamente e economicamente em relação

---

[309] "A Razão de Estado norte-americana exigia a cooperação com uma nação diferente e fora do hemisfério ocidental para conter o expansionismo soviético. É claro que os interesses dos chineses e dos americanos divergiam, mas tangenciavam-se no que diz respeito a impedir o expansionismo soviético.
A União Soviética acabou exprimida econômica e diplomaticamente entre o Ocidente e a China." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.188).

[310] "No que diz respeito ao Oriente Médio, os Estados Unidos na década de setenta do século XX teve um papel de atuação maciça, na cooperação e proteção de Israel, e com medidas de força para evitar o expansionismo soviético. A União Soviética tinha aliados e admiradores no Oriente Médio, o que tornava a política internacional nessa região bastante tensa.
A União Soviética nunca conseguiu ter um raio de influência no Oriente Médio igual ao dos Estados Unidos. Nixon e Kissinger sabiam disso. Os americanos haviam herdado os edifícios do mandato inglês no Oriente Médio.
Israel é até os dias de hoje o maior aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio.
Os soviéticos concluíram que não tinham forças o suficiente para contraporem os americanos no Oriente Médio. Com a saída soviética dali os Estados Unidos se tornaram a chave da diplomacia na região.
Nixon acreditava que era possível se relacionar com o bloco socialista, ora tratando-os como colaboradores, ora tratando-os como adversários. A diplomacia norte-americana (Kissinger) e a soviética (Gromyko) atuavam para a coexistência, cada qual respeitando a esfera de influência do outro." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.188-189).

[311] Os planos de desarmamento (Strategic Arms Limitation Treaty- SALT- I E II) davam a entender que as superpotências buscavam a paz sem renunciarem às suas lideranças respectivas. O conflito ideológico, todavia, continuava a mover o mundo.
A União Soviética sempre buscou o reconhecimento internacional de sua legitimidade territorial. A cumeada da detente seria o momento propício para tal empreitada.
(...)

ao Ocidente. Os cidadãos de Berlim Oriental sabiam que seus "irmãos" de Berlim Ocidental tinham uma qualidade de vida muito superior às deles no bloco socialista.

Muito se critica o governo Nixon pela forma que o Estados Unidos foi se "retirando" do conflito do Vietnã, destacando aí a invasão do Laos e do Camboja. Mas a decisão da liderança é solitária. A Guerra contra o Vietnã do Norte algumas vezes parecia vencida, mas nunca consolidada. A União Soviética abastecia os norte- vietnamitas através do Laos e do Camboja. Em termos geoestratégicos o "problema comunista" não era apenas do Vietnã, mas de todo sudeste Asiático.

Nixon[312] colocou nos seus ombros uma enorme responsabilidade. E para isso teve de apelar para a diplomacia secreta. Kissinger e Nixon não estavam errados. Não tinha a menor condição de execução da política exterior do Estados Unidos a médio e curto prazo, se houvesse o engessamento que a relação com o Congresso e a opinião midiática impõem. Do outro lado estava a URSS, com Politiburo e KGB. A tomada rápida de decisões, quase sempre solitárias, faz parte da Razão de Estado, ou seja, do interesse nacional e Kissinger[313] sempre foi ótimo em jogar

---

A União Soviética, todavia, trilhava o caminho de sua própria ruína, ao buscar diplomaticamente a a legitimidade de sua superextensão territorial, sem o acompanhamento da evolução econômica que se fazia necessária.
Com o tempo o regime ruiu por si só e pela incapacidade de comunicação diplomática com a mesma estatura das nações ocidentais, principalmente os Estados Unidos.
Todos os passos dos Estados Unidos em política internacional na década de 1970, apesar de parecerem às vezes contraditórios, levaram ao fortalecimento do discurso moral norte-americano e ao esvaziamento da ideologia soviética na década seguinte. A capacidade de solução dos problemas econômicos superou a esteira das estratégicas puramente militares." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.188-189).

[312] "...Nixon estava convencido de que a responsabilidade maior de um presidente é defender os interesses nacionais, mesmo contra os dissidentes fervorosos do próprio país- talvez especialmente nesse caso. Contudo, o Vietnã demonstrou que o presidente não pode conduzir uma guerra por decretos do executivo. Ante as manifestações violentas, as resoluções do congresso, beirando a recomendação de uma retirada unilateral e a hostilidade dos meios de comunicação. Nixon deveria ter ido ao congresso no início do mandato, esboçado sua estratégia e exigido o endosso claro de sua política. Não obtendo o endosso, deveria ter solicitado que o congresso votasse uma resolução acabando com a guerra e assumisse a responsabilidade.
Como expliquei, Nixon rejeitou essa sugestão por achar que a história jamais perdoaria as consequências seríssimas do que ele julgou que constituiria uma abdicação da responsabilidade do executivo. Foi uma decisão digna- na verdade, altamente honesta e intelectualmente correta. Mas no sistema internacional americano, compensatório e de contrapesos, a responsabilidade que Nixon pôs nos ombros não cabia a um só homem." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva,2012, p. 650).

[313] "El momento de responsabilidade es profundamente esclarecedor, especialmente para alguien de formación acadêmica. Obligado subitamente a hacer la transición de reflexión a decisón., debi aprender la diferencia entre uma conclusión y uma política. Ya no bastaba ser plausibrle em argumentos, habia que ser conviciente em acción. Los problemas ya no eran teóricos; los interlocutores ya no eran polemistas em um debate sino países soberanos, algunso de los cuales poseian furerza física para hacer prevalecer sus opiniones.
Todo estadista es, em parte, prisioneiro de la necessidade. Se ve enfrentado a um ambiente que él no créo, y está conformado por uma historia personal que ya no puede cambiar. Es uma ilusión crer que los dirigentes ganan em

o xadrez político, evitando sempre aguçar as inimizades. Isso é liderança, em termos diplomáticos e executivos.

O "Watergate[314]" tirou Nixon do poder antes que ele pudesse completar sua missão de apaziguar o Estados Unidos. Coube ao vice-presidente, Gerald Ford[315], terminar a tarefa de abrandamento das tensões nacionais.

Kissinger deixa muito claro que o melhor presidente com o qual ele trabalhou foi Gerald Ford[316]. Aparentemente sem grandes ambições políticas, ou de se tornar uma celebridade do

---

profundidad a media que ganan em experiencioa. Como he dicho, las convicciones que los lideres han adquirido antes de llegar a los altos cargos son el capital intelectual que consumirán mientras estes em funciones. Los líderes tienen poco tempo para reflexionar. Se encuentran atrapados em uma batalla interminable, em la que lo urgente se impone constantemente a lo importante. La vida pública de toda figura política es uma lucha continua para rescatar um elemento de opción de la presión de las circunstâncias." (KISSINGER, Henry. *Mis Memorias*. Buenos Aires: Editoria Atlantida S.A, 1979, p. 51).

[314] "Em 1º de março de 1974, finalmente, o Grande Júri que investigava Watergate concluiu seus trabalhos. Altos auxiliares de Nixon e integrantes do Comitê para a Reeleição do Presidente, incluindo John Mitchell, Haldeman, Errlichman e o assessor especial Charles Colson, foram indiciados por obstrução à Justiça.
Um relatório anexo, secreto, apontou Nixon como cúmplice desse crime, mas optou por não indiciá-lo. Na verdade, ainda faltavam as provas concretas que poderiam estar nas gravações de várias conversas que o presidente mantivera com os seus assessores na Casa Branca. Em julho de 1973, o Comitê de Investigação do Senado e os promotores do Júri requisitaram as fitas. E Nixon travaria uma longa luta legal para mantê-las secretas.
Mas em 24 de julho de 1974, a suprema corte decidiu que Nixon deveria entregar as fitas, e essa decisão foi o golpe final em seu governo: as gravações o mostraram claramente envolvido no acobertamento do Watergate e numa série de outros crimes relacionados ao caso. A Comissão de Justiça da Câmara dos deputados recomendou o seu impedimento em 27 de julho de 1974. Certo de sua condenação pelo Senado, Nixon renunciou na semana seguinte. Uma carreira polêmica chegava ao fim." (RIPLEY, C. Peter. Os Grandes Líderes. Nixon. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1989, p. 79).

[315] "Quase um mês depois de assumir o cargo de presidente, o vice-presidente Gerald R. Ford deu a Nixon "um completo e absoluto perdão". E disse para a opinião pública: "Terminou o nosso longo pesadelo nacional".
Depois da renúncia, Nixon levou uma vida reclusa com a família em San Clemente, Califórnia, trabalhando em suas memórias e em outros livros e recebendo poucas pessoas. Em 1976, visitou a China, numa das muitas viagens que realizou, sendo sempre calorosamente recebido e tratado com respeito que se dá a um estadista. Em 1977, apareceu em suma série de entrevistas pela televisão. *RN: As Memórias de Richard Nixon* foi publicada em 1978; A Verdadeira Guerra, em 1980; *Líderes*, em 1982; e *A Verdadeira Paz*, em 1984. Em outubro de 1981, foi ao funeral do presidente Anuar Sadat, assassinado no oitavo aniversário da Guerra do Yom Kippur, incluído na delegação oficial norte-americana, em companhia dos ex-presidentes Carter e Ford.
Os Nixon se mudaram para Nova York no começo de 1980, e para Saddle rever, Nova Jersey, em 1981. No final dos anos 80, Nixon ainda é procurado e ocasionalmente entrevistado pela imprensa. Mais de dez anos depois de a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados ter recomendado o seu *impeachment,* Nixon continua a aconselhar extra-oficialmente figuras importantes da política norte-americana e do governo." (RIPLEY, C. Peter. Os Grandes Líderes. Nixon. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1989, p. 83-84).

[316] "Depois da angústia vivida nos anos 1960 e do colapso de uma administração presidencial, os Estados Unidos precisavam, acima de qualquer coisa, restaurar sua coesão. Foi fortuito que o homem convocado para essa tarefa sem precedentes tivesse sido Gerald Ford.
Catapultado para um posto pelo qual não tinha ansiado, Ford nunca estivera envolvido no complexo frenesi da política presidencial. Por isso, livre da obsessão com pesquisas de opinião e com relações públicas, ele podia pôr em prática na presidência os valores de boa vontade e fé no seu país segundo os quais tinha sido criado. Sua longa

executivo (o que é evitado naturalmente pelo sistema de freios e contrapesos no sistema legislativo norte-americano), Ford foi extremamente pragmático, em cumprir a transição do papel de sua nação de um patamar para outro e superar as divisões internas.

Sem qualquer sinal de entusiasmo com a previsão de colapso da superextensão territoriais e dos compromissos da União Soviética, Ford[317] agiu, na política externa, apenas com o um "observador" da evolução da própria História, sem querer interferir para acelerar os acontecimentos. Discutia com Brejnev, como se a União Soviética fosse realmente uma superpotência do nível do Estados Unidos. Mas Ford[318] sabia que não era.

Em 1980, o Estado de Ohio no EUA tinha a mesma quantidade de quilômetros de

---

experiência na Câmara dos Deputados, na qual participara de subcomissões importantes relacionadas à defesa e inteligência, lhe deu uma visão geral dos desafios da política externa.
A tarefa histórica enfrentada por Ford seria superar as divisões internas. Na sua política externa, ele batalhou- e, numa grande medida, conseguiu – para associar poder e princípios. Seu governo testemunhou a conclusão do primeiro acordo firmado entre Israel e um estado árabe- nesse caso, o Egito- cujas disposições eram, em sua maioria, de ordem política. O segundo acordo de desocupação do Sinai marcou a inequívoca guinada do Egito rumo a um acordo de paz. Ford deu início a uma diplomacia ativa para produzir governos majoritários no sul da África- foi o primeiro presidente americano a assumir explicitamente essa posição. Enfrentando uma forte oposição interna, ele supervisionou a conclusão da Conferência de segurança Europeia. Entre suas muitas determinações estavam cláusulas que consagravam os direitos humanos como um dos princípios de segurança europeus. Esses termos usados por indivíduos heroicos como Lech Walesa, na Polônia, e Václav Havel, na Thecoslováquia, para fazer chegar a seus países a democracia e dar início ao processo de declínio do comunismo." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.309).

[317] "Quando fiz meu depoimento sobre a *détente* no comitê de relações exteriores do senado, nas primeiras semanas do governo Ford, todos os argumentos familiares do governo Nixon foram reciclados: os liberais, que dominavam o comitê, criticavam a administração, como o tinham feito no tempo de Nixon, pelo insuficiente compromisso com o controle de armas e os direitos humanos; conservadores e neoconservadores tomavam caminho oposto ao deporem no comitê, condenando nossa suposta excessiva ênfase para a diplomacia Leste-Oeste e reclamando uma cruzada ideológica contra o comunismo.
Os debates filosóficos ganhavam ímpeto por causa do calendário diplomático. Os negociadores do controle de armas estavam reunidos em Genebra e aguardavam instruções. Uma reunião de cúpula tinha sido combinada por Nixon e Brejnev para o fim do ano, quando do seu encontro em junho. Ford pretendia cumprir a agenda para demonstrar continuidade e também para travar conhecimento com seu correspondente soviético. Além disso, a menos que o ato do congresso garantindo o *status* de Nação Mais Favorecida (MFN) `+a URSS entrasse em vigor imediatamente, todo o processo teria que ser reiniciado, depois de um novo congresso ter sido eleito em novembro e empossado em janeiro. Isso imporia um atraso de um ano, provavelmente mais. Dessa forma, as questões do controle de armas e da emigração judaica confrontaram Ford, em suas primeiras semanas na função, como se nada de anormal tivesse acometido quando a presidência mudou." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro; Editora Univercidade, 2001, p. 247-248).

[318] "O governo Ford, em suas primeiras semanas, herdou o legado de Nixon de ser atacado de duas posições opostas: do lado liberal, ainda dominante, por ser muito geopolítico e orientado para a Guerra Fria; do lado conservador, por ser muito tático e não ideológico.
Dai resultou que Ford foi obrigado a quase imediatamente preocupar-se com as duas questões herdadas de Nixon: controle de armas e emigração judaica da URSS, ambas cercadas de longas e complicadas histórias." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Editora Univercidade: Rio de Janeiro, 2001, p. 255).

rodovias asfaltadas que toda União Soviética.

O presidente Gerald Ford, durante a década de 70, no século XX, ampliou as negociações com a China, enfraquecendo, geoestrategicamente, a União Soviética[319]. Mas deveria se dar tempo ao tempo. A Guerra Fria, para ser vencida pelo EUA, exigiria persistência, mas também cautela. Uma guerra nuclear não interessava a ninguém e suas consequências seriam imprevisíveis. Ainda era melhor a convivência internacional com as disparidades ideológicas, que seriam exauridas pelo evoluir da História Universal.

A Razão de Estado tem como condição também a paciência. Precipitar no lance dos fatos políticos pode impedir o alcance de objetivos de longo prazo. O que Kissinger queria, durante o governo de Gerald Ford, era deixar a URSS se desgastar o máximo possível com seus compromissos internacionais. O grande líder deixa os fatos históricos irem se amadurecendo, até chegar o momento de agir "hegemonicamente".

O governo de Gerald Ford, que iniciou em 1974, consegui dar crédito novamente ao Estados Unidos, em nível de política internacional. Para evitar uma imagem de humilhação total, em decorrência do Vietnã, deu continuidade à política da détente, que interessava muito aos dirigentes do Kremlin, uma vez que a União soviética não possuía o mesmo vigor econômico do Ocidente.

Em 1977 Gerald Ford deixou a presidência do Estados Unidos da América do Norte. Manteve forte a Razão de Estado norte americana, agindo conforme o interesse nacional do EUA, apesar de duras críticas, inclusive de ser muito paciente com a URSS. Mas o referido líder político tomou medidas cujos efeitos seriam sentidos a longo prazo.

---

[319] "Qualquer um ficava imediatamente chocado, ao chegar em Moscou, com a incoerência entre as pretensões do estado comunista e suas realidades. Os relatórios da inteligência davam conta de amendontradas imagens de um vasto poderio militar a serviço de implacável vontade. Mas, quem quer que fizesse uma visita oficial à URSS- mesmo filtrado através do meticulosamente orquestrado casulo experimentado pelo hóspede oficial- não poderia deixar de ter a impressão de que todo aquele cenário, elaboradamente construído, era precário e ruiria a qualquer momento. Logo atrás da trabalhada fachada de hospitalidade fluía uma corrente de incipiente pânico, e de temor de que, no fim, os impasses e gargalos que infestavam o comunismo concorressem para desmoronar toda a empreitada.
O desgaste de uma sociedade tão desacostumada à espontaneidade estava prestes a manifestar seus efeitos. A despeito da histriônica postura militarista de Moscou e da truculência e mesmo brutalidade de seus líderes, testemunhas esse sistema essencialmente moribundo era sentir na pele que eles jamais ousariam arriscar sua sobrevivência numa jogada de sorte. Não obstante os cenários apocalípticos americanos, que pintavam um grande conflito final, o expansionismo insidioso parecia mais de acordo com a história e as possibilidades soviéticas." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade: 2001, p. 267-268).

For foi sucedido pelo democrata Jimmy Carter[320], que preferiu aprofundar os debates internacionais no que diz respeito aos direitos humanos, um tema muito áspero para a ditadura comunista soviética. Mas o EUA já havia trazido para si os rumos da História Universal.

[320] "Jimmy Carter tornou-se presidente quando o impacto da derrota dos Estados Unidos na Indochina começou a se traduzir numa série de desafios inconcebíveis na época em que o país ainda contava com uma aura de invencibilidade. O Irã, até então um dos pilares da ordem regional do Oriente Médio, foi tomado por um grupo de aiatolás que declararam efetivamente uma guerra política e ideológica contra os Estados Unidos, subvertendo o equilíbrio de poder que existira até então no Oriente Médio. Símbolo disso foi o encarceramento da missão diplomática americana em Teerã por mais de quatrocentos dias. Quase ao mesmo tempo, a União Soviética se sentiu em condições de invadir e ocupar o Afeganistão.

Em meio a essa turbulência, Carter demonstrou a coragem moral de fazer o processo de paz no Oriente Médio avançar até uma cerimônia de assinatura de um acordo na Casa Branca. O tratado de paz entre Israel e Egito foi um acontecimento histórico. Ainda que sua origem esteja na eliminação da influência soviética e no começo do processo de paz por parte de governos anteriores, sua conclusão sob Carter foi o ápice do esforço de uma diplomacia persistente e determinada. Carter consolidou a abertura em relação à China ao estabelecer relações diplomáticas plenas com Pequim, cristalizando assim o consenso bipartidário por trás da nova direção. E reagiu fortemente à invasão do Afeganistão pela União Soviética, oferecendo apoio aos que resistiam à investida soviética. Num período de grande angústia, Carter reafirmou os valores associados à dignidade humana, essenciais para a imagem que os Estados Unidos tinham de si mesmos, mesmo quando hesitava diante de novos desafios estratégicos- para encontrar o adequado equilíbrio entre poder e legitimidade- já na fase final de seu mandato." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.310).

2.5- RONALD REAGAN E O OCASO DA GUERRA FRIA

A transição política e econômica é difícil para qualquer nação. Mas algo que a História Universal ensinou é a transição ideológica. Essa exige grandes líderes, principalmente quando se trata de potências mundiais. Deve existir na liderança ousadia, prudência e criatividade.

Na década de 80 do século XX parecia que a União Soviética havia vencido a Guerra Fria, apensar de sua estagnação econômica, que o Ocidente dela sabia, apesar de todo o esforço daquela nação em passar para o mundo uma imagem diferente, através da insistente e desastrosa política externa de superextensão.

Em 1981 assumiu a presidência do Estados Unidos o republicano Ronald Reagan[321]. Abandonando a coexistência da *détente*, Reagan queria que o Estados Unidos "vencesse" definitivamente a Guerra Fria para que fosse instaurada uma nova ordem mundial. O EUA, através da Razão de Estado, ou seja, o interesse nacional, especialmente na política internacional, deveria ser a única superpotência mundial, ou seja, hegemônica em todos os cantos do planeta.

Reagan aduzia que os idosos governantes soviéticos partiam sucessivamente antes mesmo de colocarem em prática seus planos políticos, de tão doentes que estavam (referia-se à sucessão de 1982-1985 na URSS: Brejnev- Andropov-Chernenko). Mas o último secretário do partido comunista soviético que sucedeu, Mikail Gorbatchev[322], encantou Reagan e o mundo. Reagan via

---

[321] "Os Estados Unidos como uma cidade brilhando numa colina não era, para Reagan, uma metáfora; ela existia realmente para ele porque sua força de vontade a fazia existir.
Essa era uma diferença importante entre Ronald Reagan e Richard Nixon, cujas políticas eram bastante paralelas e, não raro, idênticas. Nixon considerava a política externa como um esforço sem fim, como uma série de ritmos a serem administrados. Ele lidou com suas complexidades e contradições como se tratassem de deveres de casa passados por um professor particularmente exigente. Ele confiava que os Estados Unidos acabariam saindo vitoriosos, porém, ao longo de um processo demorado, resultado de um esforço duro, talvez depois que já tivesse deixado o cargo. Reagan, ao contrário, resumiu sua estratégia para a Guerra Fria para um assessor, em 1977 num epigrama tipicamente otimista: "Nós ganhamos, eles perdem." O estilo político de Nixon foi importante para devolver a fluência da diplomacia da Guerra Fria; o estilo de Reagan foi indispensável para terminar com ela." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p.312).

[322] "Quando Mikail Gorbatchóv sucedeu Chernenko um ano mais tarde, o otimismo de Reagan aumentou. Falou aos seus conselheiros sobre seu sonho de acompanhar o novo líder soviético numa visita guiada por um bairro típico da classe trabalhadora americana. Como contou um biógrafo, Reagan imaginava "que o helicóptero pousaria e Reagan convidaria Gorbatchóv a bater numa porta para perguntar aos moradores o que pensavam sobre o nosso sistema. Os trabalhadores lhe contariam como era maravilhoso morar nos Estados Unidos ". Tudo isso acabaria por persuadir a União Soviética a se somar ao movimento global rumo à democracia, e isso por sua vez viria a produzir a paz- porque "governos que se baseiam no consentimento dos governados não fazem guerra contra seus vizinhos"- um princípio básico da visão que Wilson tinha da ordem internacional." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.313).

em Gorbatchev a oportunidade de debates que avançasse ao controle de armas. O mundo deveria viver, desde então, momentos de paz, no lugar de tensões constantes.

O respeito ao "Direito Internacional", como ciência, e por isso sistema de normas, passou a ser meta, a partir do final da Guerra Fria. A questão ambiental, condição mínima de sobrevivência da espécie humana no planeta Terra, tornou-se tema constante dos encontros e conferências internacionais.

O final do século XX, em termos de diplomacia, caminhou no sentido do entendimento diplomático através dos encontros dos líderes mundiais, na busca da redução das armas de destruição em massa e controle do meio ambiente. Uma agenda "verde" foi colocada em pauta.

Mas essa foi uma forma encontrada pela União Soviética de poder continuar a intervir nos assuntos mundiais como potência, já que o papel de membro do Conselho de Segurança da ONU lhe exigia esse "status" internacional. A corrida armamentista com o Ocidente já estava perdida. A URSS[323] não tinha mais recursos para manter uma equiparação do setor militar e industrial igual ao do Estados Unidos.

Ronald Reagan[324], presidente do EUA, que no início do mandato havia "quintuplicado" o orçamento militar da sua nação, confrontou-se com Gorbatchev buscando, ao contrário, a paz e o bom entendimento entre as duas maiores superpotências mundiais. Ate 1991, a URSS tinha o maior exército convencional do mundo, o que foi motivo de muita cautela do presidente norte americano Georg W. Bush[325] na condução da crise do Oriente Médio, quando da invasão do

---

[323] "A União soviética simplesmente não era forte ou dinâmica para o papel que os líderes lhe atribuíram. Stalin talvez tenha pressentido a verdadeira relação de forças, quando reagiu ao crescimento armamentista americano durante a Guerra da Coréia com sua Nota da Paz, de 1952 (vide Capítulo 20). No desesperado período após a morte de Stalin, os sucessores interpretaram mal a própria capacidade de sobrevier sem serem desafiados pelo Ocidente como prova de fraqueza Ocidental. E enganaram-se com o que lhes pareceu um espetacular avanço soviético no mundo em desenvolvimento. Kruschev e seus sucessores concluíram que, em matéria de tirano, faziam o papel melhor que Stalin. E vez de dividirem o mundo capitalista, que fora a estratégia de Stalin, eles o derrotariam com ultimatos em Berlim, mísseis em Cuba e aventureirismo em todo o mundo em desenvolvimento. O esforço, no entanto, foi tão além da capacidade soviética que transformou estagnação em colapso." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 715).

[324] "A desintegração comunista ficou visível durante o segundo mandato de Reagan e tornou-se irreversível quando ele deixava a presidência. Crédito considerável deve-se aos governos que antecederam o de Reagan, assim como ao de seu sucessor imediato, George Bush, que presidiu habilmente o desfecho. Mas foi a presidência de Ronald Reagan que viveu o momento decisivo." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva,2012, p. 715).

[325] "Nesse espírito, Bush derrotou a agressão iraquiana no Kuwait durante a primeira guerra do Golfo ao forjar uma coalisão dos dispostos, por meio das Nações \unidas, a empreender a primeira ação conjunta envolvendo grandes potências desde a Guerra da Coréia; ele interrompeu as operações militares quando foi atingido o limite autorizado pelas resoluções da ONU (talvez, na condição de ex-embaixador americano nas Nações Unidas, ele tenha procurado tirar proveito da lição oferecida pela decisão do general MasArthur de cruzar a linha que dividia as duas Coréias

Kuwait pelo Iraque. Não deveria haver novos motivos para a bipolarização militar do mundo. Contudo, a URSS[326] já havia perdido as forças para prosseguir na disputa pela liderança mundial e até mesmo de sua zona de influência política e militar.

O império soviético se auto- desintegrou. Não aguentando os quase inúmeros e desproporcionais compromissos internacionais assumidos, no dia 25 de dezembro de 1991, Gorbatchev encerrou o ciclo da história russa de uma aventura para a qual as respostas não foram satisfatórias.

O incentivo norte americano para as transformações institucionais na Rússia pós desintegração da URSS não foi a tradução de "promessas" ou compromissos como o Plano Marshall, para a Europa, pós II Guerra Mundial. Naturalmente, e isso faz parte da política exterior de qualquer potência, a desconfiança com o antigo adversário fazia-se presente. A concentração exorbitante de poder em apenas um partido político agravada as antigas elites soviéticas, acostumadas a comandarem sem qualquer escrúpulo democrático (o que sempre foi uma reclamação de Kissinger no que diz respeito às desproporcionais intervenções do Congresso e da mídia nas decisões do governo americano, se via "cheio de parâmetros", ao contrário do outro lado, a URSS. Daí a necessidade, na década, de 70, de uma diplomacia "secreta", embora respeitando sempre os direitos fundamentais individuais dos cidadãos norte-americanos).

Quando parecia que a "história havia terminado", os problemas com o radicalismo islâmico aguçaram-se exorbitantemente. E foi assim a passagem do século XX ´para o século XXI, um mundo "unimultipolar", tendo o Estados Unidos como única superpotência global, mas com outras potências participando da arena internacional, como Inglaterra, França, Alemanha,

---

depois de sua vitória em Inchon). (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.316).

[326] "Reagan, nitidamente, se achava na obrigação de acelerar a inevitável conclusão de Gorbatchev, ou de qualquer outro líder soviético, de que a filosofia comunista estava errada e que, uma vez esclarecidos os equívocos acerca da verdadeira natureza dos Estados Unidos uma era de conciliação nasceria. Nesse sentido, e a despeito de todo fervor ideológico, os pontos de vista de Reagan sobre a essência do conflito internacional continuavam estritamente americano-utópicos. Como ele não acreditava em interesses nacionais incompatíveis, não era capaz de discernir conflitos insolúveis entre nações. A partir do momento em que os líderes soviéticos modificassem sua perspectiva ideológica, o mundo estaria livre do tipo de disputas que havia caracterizado a diplomacia clássica. Ele não concebia nenhum estágio intermediário entre o conflito permanente e a reconciliação duradoura.
Contudo, por mais otimista, até mesmo "liberais", que fossem os pontos de vista de Reagan, estes se referiam ao desfecho final, e ele pretendia chegar lá por meio de um confronto implacável. Segundo sua maneira de pensar, terminar a Guerra Fria não exigia criar um clima "favorável" ou fazer gestos unilaterais, tão apreciados pelos defensores da negociação permanente. Suficientemente americano para perceber o confronto e a conciliação como estágios sucessivos de uma política, Reagan foi o primeiro presidente do pós-guerra a tomar a ofensiva, ideológica e geoestratégica." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva,2012, p. 722).

Rússia e China[327] e alguns menores, ainda em desenvolvimento, mas com alguma voz no sistema, quais sejam, Índia, África do Sul e Brasil.

A História não terminou, sob o prisma geopolítico e geoestratégico no século XX. Novos desafios[328] já se fazem presentes no século XXI.

---

[327] "Quando o secretário de estado Warren Cristopher procurou aplicar o princípio da ampliação à república Popular da China, condicionando os laços econômicos a modificações que teriam de ser feitas no interior do sistema chines, ele recebeu como resposta uma rejeição ríspida. Os líderes chineses insistiram que as relações com os Estados Unidos só poderiam ser conduzidas sobre uma geoestratégia, não (como se supunha) com base num progresso da China rumo a uma liberalização política. Na altura do terceiro ano de seu mandato, a abordagem de Clinton em relação à ordem mundial sofreu um recuo, adotando uma prática menos insistente." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p.317).

[328] "Enquanto isso, o conceito de ampliação encontrava um adversário animado por uma postura muito mais militante. O jihadismo procurava espalhar sua mensagem e atacava os valores e as instituições ocidentais, particularmente aqueles dos Estados Unidos, como principal obstáculo que teriam à sua frente. Poucos meses antes do discurso de Clinton diante da Assembléia Geral da ONU, um grupo internacional de extremistas, incluindo um cidadão americano, detonou uma bomba no World Trade Center, em Nova York. Seu alvo alternativo, caso o primeiro tivesse sido frustrado, teria sido o edifício do secretariado das Nações Unidas. O conceito vestfaliano de Estado e de direito internacional, como eram baseados em normas não explicitamente prescritas no Corão, eram tidos por esse movimento como uma abominação. A democracia era motivo de objeção similar por sua capacidade de legislar à parte da lei da *sharia*. Os Estados Unido, na visão dessas forças jihadistas, exercia o papel de opressor dos muçulmanos, que procuravam pôr em prática sua própria missão universal. O desafio ficou patente com os ataques em Nova York e Washington a 11 de setembro de 2001. Pelo menos no Oriente Médio, o fim da Guerra Fria propiciou não a época de consenso democrático pela qual muitos ansiavam, mas uma nova era de confronto ideológico e militar." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.317-318).

2.6- KISSINGER E A CHINA

Platão[329] deu um grande passo, dentro da História Universal, ao conceber o homem como ser vivo "espiritual", composto de corpo, alma e espírito, como já asseverado anteriormente. Como sujeito, o homem deve ser tratado como um animal "racional", ou seja, dono de seu próprio arbítrio, em si e para si.

A *pólis* grega exprime essa avançar do Espírito Universal. A vida em comunidade deveria ser organizada através de leis que garantissem a existência através de uma relação constante de reconhecimento para o bem- comum, para a felicidade de todos, a Lei.

Sair da caverna[330] é afastar da violência e ver a vida através da contemplação pela Razão, que implica na constante busca da Verdade, para se viver corretamente, beneficiando a si mesmo e ao todo.

A ideia do homem como ser livre, que além de livre conhece da própria liberdade, advém da capacidade de conhecimento, o que não pode ser encontrado na natureza, pois na natureza não há dialética, mas apenas no ser que pensa, pois ser e pensar constituem a mesma unidade.

---

[329] "A partir de Platão, com a pertinente construção do *mundo das ideias*, toma corpo a meta grega de buscar na natureza as respostas para as grandes aporias da humanidade. Enganam-se, contudo, os que presumem que o mundo das ideias, tal como concebido originariamente, integra o plano do Espírito. O mundo das ideias platônico é natural, como fora o *logos* de Heráclito, apreensível pela razão, e as ideias ali presentes permanecem universalmente, no espaço e no tempo." (HORTA, José Luiz Borges. História do Estado de Direito. São Paulo: Editora Alameda, 2011, p, 25).

[330] "No Ocidente, a valorização central da razão teve origem na Grécia e na Roma antigas. Estas sociedades apuraram um espírito racional e inquiridor que elevou a demanda de conhecimento ao grau de elemento definidor tanto da realização pessoal como do bem coletivo. Na *República* de Platão, a celebrada Alegoria da Caverna tratava da centralidade desta demanda. Concebida como um diálogo entre Sócrates e Glauco, a Alegoria retrata a humanidade como um grupo de prisioneiros acorrentados às paredes de uma caverna, e ignorantes da razão por que estão presos. Os prisioneiros conseguem ver sobras de objetos projetadas na parede pela luz da entrada da caverna, e creem que estas são a realidade. O filósofo, defende Sócrates, é como um prisioneiro que tivesse sido libertado, saísse da caverna, e percebesse a realidade à plena luz do dia. Da mesma forma, a demanda platônica da "forma" verdadeira das coisas brotava da sua crença na existência de uma realidade ideal e intrínseca que a humanidade poderia procurar, ainda que não a alcançasse.
A convicção de aquilo que vemos *reflete* a realidade- e que desta realidade mediante disciplina e razão- impulsionou os filósofos gregos e seus herdeiros no caminho de grandes descobertas. Pitágoras e os seus discípulos exploraram o vínculo entre a matemática e as harmonias intrínsecas da natureza , fazendo desse estudo uma doutrina espiritual esotérica. Tales de Mileto criou um método de investigação equiparável ao moderno método científico, que viria a inspirar vários cientistas pioneiros da era moderna. A teoria aristotélica do conhecimento, a geografia pioneira de Ptolomeu, e a obra *Da Natureza das Coisas*, de Lucrécio, emanam de uma fundamental crença na capacidade da mente humana de descobrir e compreender ao menos alguns aspectos substanciais do mundo. Essas obras e o estilo de lógica que usam tornaram-se veículos educativos, permitindo aos ilustrados o desenvolvimento de invenções, o fortalecimento das defesas e a conceção e construção de grandes cidades, as quais, por sua vez, se tornaram centros de aprendizagem, comércio e exploração exterior." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. A Era da Inteligência artificial. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 36-37).

Hegel[331] vai na Cidade Antiga Grega para buscar a fundamentação de sua construção filosófica do sujeito, que no tempo antigo, já se queria livre, através da organização coletiva "racional", por isso livre.

O Ocidente tem em Platão o pensador da originalidade do homem livre que vive em uma comunidade de iguais. A Cidade- Estado deveria ser governada pelo melhor, pelo mais habilitado, por isso o Filósofo. A figura do "rei- filósofo" aparece em Platão, que queria o melhor para o seu povo e por este motivo se diferenciaria dos outros povos, que não eram livres, os orientais.

O Ocidente, a partir da Antiguidade Clássica, passa a ter o principal lugar na História Universal. O homem é o centro da constelação do pensamento filosófico, buscando a Perfeição, no caminho desenhado pelo Absoluto. Somente o homem ocidental dá conta do agir racional e por este motivo, dialético-especulativo. A "Liberdade e a Igualdade" seriam colocados, em nível político, pelo Ocidente, o hemisfério da racionalidade. Os povos orientais, ao longo da História Universal, não entenderam o Conceito de Liberdade. Mas continuaram a existir, dentro de suas nações, mas dialeticamente não evoluídas.

O Planeta Terra é um só. A universalização do conceito de pessoa, advinda do cristianismo, não encontra fronteiras geográficas nem culturais. Tanto no judaísmo como no cristianismo o "estrangeiro" é reconhecido e tem seus direitos.

A História Universal vai dando os seus passos, guiada pela Razão, atravessando curvas e montanhas violentas, conforme o pensamento de Henry Kissinger. O recurso das forças nunca pode ser descartado, como assevera o citado diplomata e estadista. O importante é que exista uma ordem mundial na qual impere a paz e não o jugo da escravidão, inclusive entre nações.

O desenvolvimento da racionalidade humana é a mola mestra da melhoria das relações institucionais, ao longo da História Mundial[332]. A aproximação com o "diferente" é necessária,

---

[331] "Em Hegel, o Estado é ideia, mas ideia manifesta na História. O tema central da filosofia hegeliana é a História, tomada como espaço privilegiado de manifestação do Espírito, do Absoluto." (HORTA, José Luiz Borges. História do Estado de Direito. São Paulo: Editora Alameda: 2011, p, 27).

[332] "Nos séculos XV e XVI, o mundo ocidental viveu duas revoluções gêmeas que introduziram uma nova época, e, com ela, um novo conceito do papel da razão e da consciência individuais na vivência da realidade. A invenção da imprensa tornou possível a circulação de materiais e ideias diretamente para grandes grupos de pessoas em linguagem que compreendiam, em vez do latim das classes letradas, anulando a histórica dependência de conceitos e crenças. Apoiada nesta tecnologia, a Reforma Protestante cedo declarou que os indivíduos eram capazes- aliás, eram responsáveis- de definir por si mesmos o Divino.

em nível diplomático, até mesmo para que seja evitada a guerra a todo momento. O Direito Internacional tem suas raízes na Antiguidade Oriental, quando as chancelarias foram criadas, no Egito, para que houvesse uma comunicação mínima entre as nações daqueles tempos. Isso implica em um mínimo de cordialidade no trato entre os governos.

O Direito Internacional, tal qual é conhecido hoje, teve sua conceituação no final da Idade Média. O Direito Internacional é resultado da intensificação as relações comercias, que exigiram a estruturação institucional para a atuação dos seus quase inúmeros agentes, os comerciantes, que a certa altura da História Mundial apresentaram-se até na figura do rei, exemplo os soberanos espanhóis de Aragão e Castela, que financiaram Colombo quando da descoberta do Novo Mundo.

A intensificação das práticas comerciais, para fins econômicos, e a Ilustração[333], para fins intelectuais, alteraram profundamente a estrutura do poder na Europa. A centralização do poder e

---

A Reforma alastrou-se, causando fraturas no mundo cristão e validando a possibilidade de uma fé individual independente do escrutínio da Igreja. Daí em diante, a autoridade recebida- na religião e, a seu tempo, em outros domínios- ficou sujeita a avaliação e teste por parte de uma análise autónoma.
Durante esta era revolucionária, as novas tecnologias, as novas formas de pensar e as mudanças políticas e sociais generalizadas alimentaram-se umas às outras. Tão cedo se tornou fácil que uma máquina e um operador imprimissem e distribuíssem um livro- sem o trabalho oneroso e especializado de copistas monásticos-, passou a ser possível divulgar e amplificar novas ideias mais depressa do que elas pudessem ser proibidas. As autoridades centrais- fossem elas a Igreja católica, o Sacro-império Romano dos Habsburgos (teórico sucessor da soberania de Roma sobre o continente europeu), ou governos nacionais ou locais- já não podiam travar a proliferação da tecnologia da impressão ou banir eficazmente ideias adversas. E visto que Londres, Amesterdão e outras grandes cidades recusaram proibir a distribuição de material impresso, os livres-pensadores que haviam sido perseguidos pelos respetivos governos puderam encontrar refúgio e acesso a indústrias de publicação em comunidades vizinhas. O sonho de unidade doutrinária, filosófica e política deu lugar à diversidade e à fragmentação, auxiliada, em muitos casos, pelo derrube de classes sociais dominantes e conflitos violentos entre fações adversárias. Uma era caracterizada por um extraordinário progresso científico e intelectual ia de par com disputas religiosas, nacionais e de classes quase permanentes, com consequentes ruturas e perigos para vidas e bens.
Ao mesmo tempo que a autoridade intelectual e política se fragmentava por entre querelas doutrinárias, surgiam explorações artísticas e científicas de enorme valor, em parte devido à recuperação dos textos, modos de aprendizagem e teses dos clássicos. Durante este "Renascimento" dos ensinamentos clássicos, as sociedades produziram obras de arte, de arquitetura e de filosofia, que procuravam simultaneamente celebrar as realizações humanas e incentivá-las. O Humanismo, linha-mestra desta era, visava estimular a capacidade dos indivíduos de compreender e melhorar o mundo através da razão. Estas virtudes, postulava o Humanismo, seriam cultivadas através do estudo das humanidades: arte, escrita, retórica, história, política e filosofia. Os homens do Renascimento que deram provas de mestria nestas disciplinas- figuras como Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo ou Rafael- eram celebrados e venerados. Geralmente adotada em toda a Europa, o Humanismo cultivava o amor da leitura e do estudo, sendo que a primeira abria caminho ao segundo." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. A Era da Inteligência artificial. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 41-42).

[333] "Os filósofos do Iluminismo responderam à chamada, proclamando a *razão*- a capacidade de compreender, pensar e ajuizar- como método e objetivo de interagir com o meio ambiente. "A nossa alma foi feita para penar, ou seja, para perceber", escreveu o filósofo e polímata francês Montesquieu. E acrescentava: "Mas um tal ser tem de ter curiosidade, pois que assim como toas as coisas formam uma corrente em que cada ideia precede uma ideia e sucede a outra, também não se pode desejar ver uma sem desejar ver a outra." A relação entre a primeira questão da humanidade (a natureza da realidade) tornou-se autossustentada; se a razão gera consciência, quanto mais os

a unificação dos Estados nacionais foram fatores centrais para o acúmulo de riquezas dos governos europeus. A China[334], que era um império milenar, preferiu se interiorizar, enquanto a Europa lançava seus empreendimentos para "além-mar".

A Europa[335] enriqueceu-se tanto que as formas de produção se aperfeiçoaram grandemente, em patamares antes não conhecidos. A máquina a vapor, cujo modelo de engenharia impulsionou até os teares mecânicos, uma nova "arte da guerra" também é desenhada, para atender as necessidades de conquista de novos territórios, onde havia ouro, prata e outros recursos naturais. O Império Chinês também desenvolveu a sua própria "arte da guerra", pelo menos para o controle de suas fronteiras constantemente atacadas por povos vizinhos, que chegaram até a conquistar a China, exemplo os mongóis.

Gengis Khan construiu o império mais extenso da História Mundial, saindo da atual Mongólia e China e chegando aos portões da Europa Oriental. Mas a Europa, ao longo da História Universal, com seus momentos de centralização e outros de descentralização,

---

humanos pensarem, mais alcançam o seu objetivo. Perceber e explicar o mundo era o projeto mais importante no qual estavam, ou poderiam vir a estar, empenhados. Assim nascia a "Idade da Razão". (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. A Era da Inteligência artificial. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 45-46).

[334] "Esse pode ser o significado mais profundo do abandono chinês de sua tradição naval. Numa palestra na década de 1820, falando sobre sua filosofia da história, o filósofo alemão Hegel descreveu a tendência chinesa de ver o imenso oceano Pacífico a leste do país como uma vastidão estéril. Ele observou que a China, de um modo geral, não se aventurava pelos mares e em vez disso dependia de sua grande massa de terra, A terra impunha "uma variedade infinita de dependências", ao passo que o oceano impelia as pessoas "para além desses círculos limitados de pensamento e ação": "Esse estiramento mar adentro, para além das limitações da terra, é uma lacuna nos esplêndidos edifícios políticos dos Estados asiáticos, embora eles próprios margeiem o oceano- como por exemplo a China. Para eles, o mar é apenas o limite, a cessação da terra; eles não mantêm relações positivas com o oceano." O Ocidente se fez ao mar para disseminar seu comércio e seus valores mundo afora. Nesse aspecto, Hegel argumentou, restringida à terá firme, a China- que na verdade fora um dia a maior potência naval do mundo- foi "afastada dos acontecimentos históricos gerais". (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva: 2011, p. 48).

[335] "O Ocidente acumulava em repositório de conhecimento e experiências colhidos em todos os cantos do mundo. Os progressos em tecnologia e metodologia- nomeadamente, lentes óticas melhores e instrumentos de medição mais exatos, manipulação química, e o desenvolvimento de padrões de investigação e observação que viriam a ser batizados de "método científico" - permitiram aos cientistas uma observação mais rigorosa de planetas e estrelas, do comportamento e composição das substâncias, e da minúcia da vida "microscópica". Os cientistas conseguiam progredir iterativamente com base nas suas observações e nas dos seus pares; quando uma teoria ou hipótese era validada mediante observações científica, apuravam-se novos factos, que podiam servir de rampa de lançamento para novas questões. Foi assim que vieram à luz novas descobertas, novos padrões e novas conexões, muitas das quais tinham aplicações na vida quotidiana: medir o tempo, navegar os oceanos, sintetizar materiais úteis. (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. A Era da Inteligência artificial. Lisboa: Editora Dom Quixote: 2021, p.44-45).

decorrência do movimento dialético, se manteve intacta, se identificando principalmente pelo Cristianismo.

A China inventou o uso da pólvora, que foi copiada pelos europeus, dando a esse conhecimento militar grande utilidade. Mas aquele país continuava fechado em si, no início do século XX.

O imperialismo europeu do século XIX, principalmente o inglês, tinha grandes dúvidas sobre o que fazer da populosa e atrasada nação chinesa. Para uma realidade vitoriana, movida pelo objetivo de sempre fazer riquezas, em nível industrial, a conhecida "guerra do Ópio" foi uma alternativa de controle da China e da sua assustadora densidade populacional, no século XIX, para os padrões do Ocidente.

O cristianismo foi o grande alcance de aprimoramento religioso, e por isso de fé e cultura, do Ocidente. A religião cristã, ao conceber todos os homens como iguais e livres, evoluiu as interações humanas, amadurecendo a Política, como arte de governar. O talento individual deve ser respeitado e se cada um cuidar bem de si mesmo, a coletividade acaba sendo beneficiada. Dessa forma, para que haja prosperidade, deve primeiro existir a liberdade individual.

O Ocidente, principalmente a Europa[336], chega ao século XX como a parte do mundo no qual prevalece a grandeza do capital, ou seja, do desenvolvimento e da já citada prosperidade. O

[336] "O Iluminismo continuou a aplicar a razão tanto para tentar definir os seus problemas como para solucioná-los. Para tal fim, o ensaio de Kant sobre a "Paz Perpétua" postulava (com algum grau de ceticismo) que a paz seria alcançável mediante a aplicação de regras negociadas sobre relações entre estados independentes. Com essas regras comummente aceites ainda não tinham sido estabelecidas, ao menos sob formas que os monarcas pudessem discernir ou verossimilmente aceitar, Kant propunha um "artigo secreto de paz perpétua", e sugeria que "os Estados que se armaram para a guerra" consultassem "as máximas dos filósofos". A visão de um sistema internacional racional, negociado e com regras, está presente desde então, e tanto filósofos como cientistas políticos têm contribuído para essa ideia, com êxito intermitente.
Impressionados com os eventos políticos e sociais da Modernidade, os pensadores mostravam-se mais dispostos a questionar se a percepção humana, guiada pela razão humana, seria a única ferramenta para medir a realidade. Em finais do século XVIII e no início do século XIX, o Romantismo- que foi uma reação ao Iluminismo- apontou o sentimento e a imaginação humanos como verdadeiras contrapartes da razão; e privilegiou as tradições populares, a experiência da natureza e uma época medieval reinventada, em detrimentos das certezas mecanicistas da Idade Moderna.
Entretanto a razão- na forma da física teórica avançada- começou a progredir mais no sentido da "coisa em si" kantiana com consequências desorientadoras na ciência e na filosofia. Na viragem do século XIX para o XX, os progressos obtidos no campo da física começaram a revelar aspectos inesperados da realidade. O modelo clássico da física, cujos fundamentos datam do início do Iluminismo, tinha postulado um mundo explicável em termos de espaço, tempo, matéria e energia, cujas propriedades eram em cada caso absolutas e consistentes. Contudo, à medida que os cientistas procuravam explicações com maior clareza para as propriedades da luz, obtiveram resultados que o conhecimento estabelecido não podia explicar. O brilhante e iconoclasta físico e teórico Albert Einstein resolveu muitos desses enigmas através do seu trabalho pioneiro na física quântica e com as suas teorias da relatividade especial e geral. Ainda assim, ao fazê-lo revelou também uma imagem nova e misteriosa da realidade física. O espaço e o tempo apareciam unidos como sendo um único fenômeno, em que as percepções individuais

governo representa o interesse da nação e do povo. O Estado de Direito[337], nesse período histórico, é o Estado Europeu (data fundamental da História Universal, a Revolução Francesa de 1789) e também o Estado Norte- Americano (fortemente impulsionado pela Revolução de 1776 e pela Constituição de 1787).

A longevidade milenar da história chinesa[338] e seu enorme adensamento populacional fizera do Estado chines um elemento a ser observado e respeitado nas relações diplomáticas no século XX. A China foi ocupada e anexada ao Japão durante a II Guerra Mundial e libertada, voltando a ser país independente, no findar do conflito e a derrota do Eixo, especialmente do Japão.

Desde o final da II Guerra Mundial a China tornou-se um sujeito de Direito Internacional com forte relevância no cenário mundial, sendo inclusive membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 1949, Mao Zedong[339] toma o poder e implanta o comunismo na China, como forma de unificar o país, o industrializando, conforme o modelo socialista da época. A China isolou-se

---

aparentemente não estavam vinculadas pelas leis da física clássica." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. A Era da Inteligência artificial. Lisboa: Editora Dom Quixote: 2021, p. 50-51).

[337] "NO ESTADO DE DIREITO, a íntima conexão entre Estado e Direito é evidência inconteste; mais do que isso, trata-se de uma relação fundada em padrão ético lentamente construído, em especial nos recentes séculos, e norteado pela concepção ocidental de direitos fundamentais.
A análise dos diferentes padrões, ou paradigmas, que o Estado de Direito pós-revolucionário tem assumido deve considerar, portanto, a hipótese de que, afinal, os direitos fundamentais venham ocupar papel nuclear na estruturação do Estado." (HORTA, José Luiz Borges. História do Estado de Direito. São Paulo: Editora Alameda, 2011, p, 45).

[338] "Ideias de estilo europeu sobre política e diplomacia entre Estados não eram novidade para a experiência chinesa; mais exatamente, existiam como uma espécie de contradição ocorrendo dentro da China em tempos de desunião. Mas, como que regidos por alguma lei tácita, esses períodos de divisão terminavam com a reunificação de Tudo sob o Céu e a reafirmação da centralidade chinesa por uma nova dinastia.
Em seu papel, enquanto império, a China oferecia aos povos estrangeiros imparcialidade, não igualdade; ela os tratava de forma humana e compassiva, proporcionalmente à sua capacidade para absorver a cultura chinesa e à sua observância de rituais implicando submissão à China." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva: 2011, p. 36).

[339] "Revolucionários são, por natureza, personalidades poderosas e obstinadas. Quase invariavelmente começam de uma posição adversa ante o ambiente político e dependem para seu triunfo do carisma e da capacidade de mobilizar o ressentimento geral e capitalizar a fraqueza psicológica de adversários em decadência.
(...)
A China de Mao era, por designo, um país em crise permanente; desde os primeiros dias de governo comunista, Mao desencadeou onda após onda de lutas. Ao povo chinês não seria permitido sequer purificar sua sociedade e a sim mesmos mediante o empenho virtuoso.
Mao foi o primeiro governante desde a unificação da China a acabar com as tradições chinesas como um ato deliberado de política de Estado. Ele se concebia rejuvenescendo a China ao desmantelar, às vezes violentamente, sua antiga herança... (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 104).

mais ainda após a planificação da economia. A relação com o Ocidente tornou-se mínima e a relação dentro do próprio bloco socialista, principalmente com a União Soviética, sempre foi de distância e desconfiança. Mao Zedong não queria submeter a Moscou, a nação mais antiga e populosa do mundo (muito mais populosa que a própria União Soviética). A relação Mao Zedong e Stalin era "azedada", para fins de política internacional. Ambos eram ditadores e cada qual via seu país historicamente de forma particular.

A China sempre foi diferente culturalmente do Ocidente[340] e também da ortodoxia eslava.

A China, depois da tomada pelo poder por Mao Zedong, procurou a via do "não-alinhamento automático" com Moscou, bem ao estilo do que Tito fizera na Iugoslávia. Stalin sabia que, apesar da União Soviética em 1949 ter realizado seu primeiro teste atômico, seria muito desproporcional para os padrões da Guerra Fria utilizar armas nucleares, principalmente em um país vizinho. E uma invasão "convencional" custaria muito caro para a URSS em termos humanos e de recursos. E pelo tamanho da população chinesa, seria uma guerra a "não vencer".

Ademais, o fato de a China fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, a invasão da China pela URSS colocaria todo o Ocidente contra Moscou, algo que Stalin nunca arriscaria fazer. Nesse sentido, percebe-se que a aposta de Tito em não alinhar a Iugoslávia com Moscou teve um risco muito maior, pois o apoio do Ocidente seria menos previsível. Mas estadista que Tito era, conseguiu fazer dar certo.

A União Soviética se fortaleceu muito nos anos 1950 e 1960. Como todo país, o excedente de poder interno torna-se política externa. A URSS lançou-se à política de superextensão pelo mundo subdesenvolvido, e não queria deixar de fora também nenhum país socialista.

O Estados Unidos advertiu a União Soviética que não aceitaria a invasão da Iugoslávia e que o Ocidente estaria disposto a defender os "Balcãs". A China, ainda, não tinha nenhum

[340] "Nos primórdios da liderança mundial, os americanos passaram na primeira prova, embora de forma um tanto trabalhosa. A inocência da América foi o outro lado da moeda da imensa dedicação com que os americanos tiveram quase 150 mil mortos e feridos numa guerra sem solução. A crise da Coréia levou ao aumento da força na Europa e a criação da Otan, que permitiu sustentar o longo teste de resistência em que a Guerra Fria agora, ia se transformar. A quem os Estados Unidos pagaram um preço foi aos chefes revolucionários do sudeste asiático e de alhures, que descobriram um modo de guerra, sem combate terrestre em grande escala que, entretanto, tinha o efeito de desgastar a força de vontade de uma superpotência.
A lição para a China foi mais variada. Mesmo em grande inferioridade material, a China conseguiu e empate com a superpotência americana, pela combinação de manobras militares e diplomáticas. Mas aprendeu, também, o preço de engajar frontalmente o poderio militar americano. Não ocorreria outro conflito militar sino-americano, durante a Guerra Fria. E o apoio, hesitante e pouco generoso, da União soviética a Pequim semeou a cizânia sino-soviética." (KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 447-448).

compromisso de proteção com o Ocidente, principalmente pela ruptura das relações diplomáticas efetuadas por Mao Zedong a partir de 1949.

Mas em 1971 a situação tornou-se insustentável. A União Soviética estacionou 400 mil tropas na fronteira com a China. A declaração de guerra da URSS à China era visível. A Razão de Estado do Estados Unidos indicava que era o momento certo da superpotência mundial agir diplomaticamente.

Henry Kissinger[341] fez uma leitura muito pontual da ação militar soviética de colocar centenas de milhares de soldados na fronteira com a China. Em que pese o governo Chinês ter realizado o seu primeiro teste atômico em 1969, em termos convencionais e até nucleares a URSS era muito superior. Uma invasão soviética custaria talvez a soberania chinesa[342], levando em conta que a inconsequente Doutrina de Soberania Limitada do governo Brejnev levava Moscou a praticamente qualquer risco. Tanto Mao Zedong com Zhou Enlai[343] também sabiam disso.

---

[341] "OTTON VON BISMARCK, provavelmente o maior diplomata da segunda metade do século XIX, disse certa vez que, em uma ordem mundial de cinco nações, é sempre desejável ser parte de um grupo de três. Aplicando-se isso à interação de três países, seria de se pensar que é sempre desejável estar em um grupo de dois.
Essa verdade escapou aos principais atores do triângulo China-URSS-EUA por uma década e meia- em parte devido às manobras sem precedentes de Mao. Na política externa, os estadistas muitas vezes conquistam seus objetivos trazendo à baila uma confluência de interesses. A política de Mao se baseava no oposto. Ele aprendeu a explorar hostilidades sobrepostas. O conflito entre Moscou e Washington foi a essência estratégica da Guerra Fria; a hostilidade entre Washington e Pequim dominou a diplomacia asiática. Mas os dois Estados comunistas jamais conseguiram fundir sua respectiva hostilidade em relação aos Estados Unidos- exceto de forma breve e in completa na Guerra da Coreia-, devido à rivalidade crescente entre Mao e Moscou em relação à primazia ideológica e à análise geoestratégica." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 156).

[342] "Isso pode significar uma afirmação de política existente: Mao seria capaz de continuar a desafiar ambas as superpotências simultaneamente. Os Marechais argumentavam que a União Soviética não ousaria uma invasão devido às dificuldades que enfrentaria: falta de apoio popular para uma guerra, linhas de suprimento muito longas, áreas de retaguarda sem segurança e dúvidas acerca da atitude dos Estados Unidos. Os marechais resumiram a atitude americana em um provérbio chinês: "Sentar no topo da montanha para assistir à luta entre dois tigres." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 214).

[343] " Chu En- Lai nasceu no dia 5 de março de 1898, na cidade de Huaian, localizada no vale do Yang-tsé, uma fértil área produtora de arroz do centro leste da China, na confluência dos dois maiores rios chineses: O Yang-tsé e o Amarelo, na região do Grande Canal. Os pais de Chu, porém, não eram lavradores, operários ou alguma coisa que pudesse determinar a carreira de um comum sita revolucionário. Ele dizia-se descendente de uma "família de mandarins falidos", uma classe privilegiada de altos funcionários públicos que, entre outras regalias, tinha a garantia de jamais ter que se empenhar em trabalhos físicos.
(...)
Nessa escola, dirigida por missionários protestantes, Chu continuou aprendendo as matérias tradicionais da cultura chinesa, como também da cultura ocidental. Foi em Shenyang que tomou conhecimento das novas forças que então atuavam na China e dos esforços que se faziam para transformá-la numa nação moderna. Quando certa vez o diretor da escola perguntou aos alunos para que estudavam, Chu respondeu: "Para que a China possa despertar." (DOROTHY; THOMAS, Hoobler. Os Grandes Líderes. Chu En-Lai. São Paulo: Editora Nova Cultura: 1988, p. 10 e 12).

Em 09 de julho de 1971 Kissinger chegou à China. A visita secreta do Secretário de Estado norte-americano ao gigante asiático representou uma data fundamental da História Universal. O representante da maior superpotência mundial encontrava-se com os líderes da nação mais antiga e populosa do mundo. O recado para Moscou estava dado.

O compromisso de Kissinger, em nome do Estados Unidos com a China, foi direto, qual seja, o alinhamento econômico imediato faria da China a segunda potência econômica mundial no século XXI. E a proposta norte americana foi aceita por Mao Zedong e Zhou Enlai[344]. Era irrecusável, pois garantia a segurança e a prosperidade da nação chinesas nas próximas décadas e daria uma margem de crescimento nacional para a China no século XXI.

Para o Estados Unidos, o compromisso internacional assumido pela China[345] em 1971, e confirmado pela visita de Nixon em 1972, representou não apenas o início da diplomacia triangular EUA X URSS X CHINA, como também o início do estrangulamento do adversário comunista na Guerra Fria, a agressiva União Soviética. Brejnev e Gromyko sabiam das

---

[344] "Em cerca de sessenta anos de vida pública, nunca encontrei uma personalidade mais carismática do que Zhou Enlai. Baixo, elegante, com um rosto expressivo emoldurando olhos luminosos, exercia seu domínio por meio de uma inteligência excepcional e capacidade para intuir aspectos intangíveis da psicologia de seu interlocutor. Quando o conheci, ele era premiê há quase 22 anos e parceiro de Mao há quarenta. Havia se tornado indispensável como mediado crucial entre Mao e o povo, que compunha a matéria prima da vasta agenda do chefe da revolução, traduzindo a visão abrangente de Mao em programas concretos. Ao mesmo tempo, havia merecido a gratidão de inúmeros chineses por moderar os excessos dessas visões, ao menos sempre que o fervor de Mao dava espaço para a moderação.
A diferença entre os líderes se refletia em suas personalidades. Mao dominava qualquer encontro; Zhou o inundava com sua presença. A paixão de Mao trabalhava para esmagar a oposição; o intelecto de Zhou buscava persuadir ou superar suas manobras. Mao era sardônico; Zhou, penetrante. Mao via a si mesmo como um filósofo; Zhou via o seu papel como o de um administrador ou negociador. Mao era ávido por acelerar a história; Zhou se satisfazia em explorar suas correntes. Um dito que repetia com frequência era: "O timoneiro deve navegar com as ondas". Quando estavam juntos, não havia dúvida sobre a hierarquia, não simplesmente no sentido formal, mas no aspecto mais profundo da conduta extraordinariamente respeitosa de Zhou." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 242-243).

[345] "Em julho de 1971, Nixon enviou secretamente seu secretário de Estado, Henry Kissinger, a Pequim. Kissinger lembrando-se do gesto de Dulles dezessete anos antes, estendeu ostensivamente sua mão para cumprimentar Chu. Os dois diplomatas tiveram mais de dezesseis horas de conversações. O reputado charme de Chu causou forte impressão em Kissinger, que mais tarde assim o descreveu: "Ele tem um jeito tranquilo e uma aparente facilidade para penetrar no centro dos problemas". Entretanto, ainda que Chu e Kissinger estivessem preparados para estabelecer o começo de um entendimento, não se podia esquecer o fato de que as relações entre as duas nações, desde 1949, vinham se caracterizando por rancores e hostilidades. Os Estados Unidos estavam ainda no meio de uma guerra contra o Vietnam, aliado da China, e nenhum dos dois países desejava se envolver na questão de Taiwan. Não obstante, Estados Unidos e China queriam ganhar um importante aliado na oposição conjunta à União Soviética. Kissinger concordou em investigar a possibilidade de Nixon fazer uma visita à China." (DOROTHY; THOMAS, Hoobler. Os Grandes Líderes. Chu En-Lai. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988, p. 86-87).

limitações da URSS e que a aliança EUA e China[346] era o "conta gotas" da aventura de superextensão do império soviético.

Os Tratados de redução de Armas (SALT I e SALT II) firmados entre a União Soviética e o Estados Unidos não frearam o frenesi da China em superar a URSS em termos econômicos. Kissinger advertiu Zhou Enlai que em vinte anos, a contar de 1971, a economia centralmente planificada da União Soviética iria desaparecer. E a História fez disso uma certeza matemática (além de cartesiana, hegeliana também).

Mao Zedong admirava muito como os "Founding Fathers" haviam traçado a Federação Norte Americana, na qual "todos os Estados são ricos", sem exceção. Dentro de uma verdadeira Federação[347], coexistem ao mesmo tempo liberdade e poder.

O conceito de liberdade nunca fez parte da cultura histórica do povo chinês. Por isso não há que se falar em democracia na China. Mas a História Universal caminha, e não há governante que permaneça para sempre.

Mao Zedong foi substituído, após sua morte em 1976 por Deng Xiaoping[348], um político extremamente pragmático e que apostou mais ainda na aproximação com o Estados Unidos,

---

[346] "Uma boa ilustração da ênfase chinesa em intangibilidades é um diálogo que tive com Zhou durante minha visita de outubro de 1971. Apresentei as propostas de nossa equipe abrindo caminho para a visita presidencial com a tranquilização de que, uma vez que tínhamos tantos assuntos cruciais para tratar, não permitiríamos que problemas técnicos ficassem no caminho. Zhou respondeu fazendo de minha questão operacional um paradigma cultural: "Certo. Confiança mútua e respeito mútuo. Essas duas questões.' Eu enfatizara a funcionalidade; Zhou frizava o contexto.
Um traço cultural regularmente invocado pelos líderes chineses era sua perspectiva histórica- a capacidade, na verdade necessidade, de pensar o tempo em categorias diferentes das do Ocidente. Qualquer que seja a conquista obtida por um líder chinês, ela está inserida em uma estrutura de tempo que representa uma fração da experiência total de sua sociedade menor do que a de qualquer outro líder mundial. A duração e a escala do passado chinês permitem aos líderes chineses usar o manto de uma história quase ilimitada para evocar certa modéstia em seus interlocutores (mesmo se, ao reconta-la, o que é apresentado como história seja ocasionalmente definido por uma interpretação metafórica). O colega estrangeiro pode ser levado a sentir que está se posicionando contra a vontade da natureza e que suas ações já estão destinadas a ficar inscritas como uma aberração no rodapé do vasto movimento da história chinesa." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 247).

[347] "É curioso notar que a força e a fraqueza do Estado de Direito residem talvez no mesmo ponto: é ele o esforço ocidental maior por reconciliar a cisão entre liberdade e poder, criando um modelo de Estado no qual o poder esteja substancialmente a serviço da liberdade humana. Ora, negar, conservar e elevar tanto poder quanto liberdade, reconciliando-os ou suprassumindo a ambos em uma realidade maior e melhor- o Estado de Direito- é antes de tudo um projeto que vem sendo desenhado e redesenhado, ao menos pela cultura ocidental, nos últimos trezentos ou quatrocentos anos." (HORTA, José Luiz Borges. Federalismo e Democracia. Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2021, p.4).

[348] "SOMENTE QUEM VIVEU a China de Mao Zedong pode apreciar plenamente as transformações realizadas por Deng Xiaoping. As fervilhantes cidades chinesas, os booms de construção , os engarrafamentos monstruosos, o dilema não comunista de uma taxa de crescimento ocasionalmente ameaçada pela inflação e, em outras ocasiões, encaradas pelas democracias ocidentais como um baluarte contra a recessão global- tudo isso era inconcebível na

prevendo este último líder, por seus gestos políticos, que não acreditava mais no modelo econômico da União Soviética. Deng Xiaoping[349] colocou a China no caminho do capitalismo, através de profundas reformas[350] econômicas.

Ronald Reagan, presidente do EUA, já havia convidado a URSS para a "Guerra nas Estrelas[351]". A potência europeia-asiática não tinha mais condições orçamentárias de acompanhar o ritmo da corrida armamentista. A China observava todo esse processo aparentemente com "neutralidade estratégica", não querendo assumir o lugar do então quase falecido sistema político-militar soviético,

O socialismo foi se despedaçando lentamente durante os anos 1980. Em 1990, a economia centralmente planificada tinha resultado em uma utopia com cofres vazios e filas para comprar pão e sapato.

---

insípida China Maoísta de comunas agrícolas, economia estagnada e uma população usando roupas padronizadas e professando fervor ideológico extraído do "Pequeno Livro vermelho" de citações de Mao.
Mao destruiu a China tradicional e deixou os entulhos como blocos de construção para uma modernização completa. Deng teve a coragem de basear a modernização na iniciativa e resistência dos chineses individualmente. Ele aboliu as comunas e promoveu a autonomia das províncias para introduzir o que chamou de "socialismo com características chinesas". A China de hoje- com a segunda maior economia mundial e o mais amplo volume de reservas em moeda estrangeira, e com inúmeras cidades exibindo orgulhosos arranha-céus mais elevados que o Empire State Building- é um testemunho da visão, da tenacidade e do bom-senso de Deng." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 315).

[349] "A China como superpotência econômica dos dias atuais é o legado de Deng Xiaoping. Não que ele tenha projetado programas específicos para atingir seus fins. Antes, ele cumpriu a missão suprema de um líder- levar sua sociedade de onde ela estava para um ponto onde nunca estivera. Sociedades funcionam segundo padrões de desempenho médio. Elas se sustentam praticando o que lhes é familiar. Mas progridem por meio de líderes com uma visão do que é necessário e a coragem de adotar um curso cujos benefícios de início residem largamente na visão deles." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 326).

[350] "Reforma pressupõe melhorias gradativas em nossas instituições, sejam elas políticas ou econômicas. Abertura significa assimilar o que há de melhor no mundo ocidental. A princípio, as pessoas não acreditaram na mensagem de reforma e abertura, como Fareed falou. Mas nosso grande líder. Deng Xiaoping, anunciou: "Nada de debates. Vá á e faça.". Deng Xiaoping não seria muito fã dos debates Munk. Talvez pudesse ser fã da Nike. "Just do it". De fato, os últimos 30 anos de mudanças demonstraram o poder da reforma e da abertura. Os jovens de hoje não estão satisfeitos com o progresso que fizemos. Eles querem mais reformas, mais abertura, usar o poder da internet. Esta é, portanto, a primeira mensagem- energia. A energia ainda está lá, no reservatório." (KISSINGER, Henry. O Século XXI pertence à China? Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012, p. 22-23).

[351] "Durante três dias, em dezembro de 1987, o Presidente Reagan e o Secretário Geral Gorbachev encontraram-se em Washington. Ambos os Chefes de Estado e suas numerosas comitivas tiveram variadas reuniões, tratando de assuntos diversos e em níveis diferentes, visando uma melhoria nas relações Estados Unidos- União Soviética e, particularmente, a obter uma redução no antagonismo bélico, principal fator da ameaça de guerra nuclear." (MATTOS, Carlos de Meira. Nova Estratégia de Defesa Nuclear: Guerra nas Estrelas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, p. 59).

A aproximação da China com o Estados Unidos e com o Ocidente implicou não em violação da soberania da nação chinesa, mas na modernização de suas instituições[352]. Após a morte de Mao Zedong em 1976, um sistema de rotatividade dentro do próprio partido comunista foi iniciado na China, no que diz respeito à liderança do secretário geral. De 5 em 5 anos deveria ocorrer a substituição do secretário geral do partido. Isso "oxigenou" muito as relações com o Ocidente, que passou a negociar com a China em escalas nunca vistas antes. Mas restrições, decorrente do monopólio político do partido comunista chinês existem. A Europa sempre relutou em reconhecer a China como uma economia de mercado.

Deng Xiaoping[353] visitou o Estados Unidos e chegou até mesmo a colocar um chapéu de "cowboy", e foi fotografado assim. A China se declarava plenamente alinhada ao Estados Unidos e reconhecia o capitalismo como o sistema mais eficiente para fins econômicos. A Guerra Fria estava ganha pelo Ocidente e a URSS suspirava por reformas através da Glasnost e da Perestroika.

A China, quase que absorvida pelos movimentos de democratização do leste europeu no ano de 1989, passou pelo lamentável massacre da Praça Tianamen, momento no qual os estudantes pediam por reformas na estrutura do poder chines. Isso deixou claro que o governo do gigante asiática aceitava abertura no campo econômico, nunca no político. O Ocidente[354] quedou-

[352] "Acredito que, na próxima década, a China terá de enfrentar o problema de como alinhar suas instituições políticas com o desenvolvimento econômico. Quando existem grandes mudanças econômicas, migração de pessoas, disseminação da educação, é inevitável que essa questão se torne uma das principais preocupações da nova liderança- e isso acontecerá em um ano e meio. Independentemente da forma que essa liderança assumirá, seja uma democracia parlamentar nos moldes ocidentais ou algum outro sistema que ainda não vimos, o resultado terá de incluir mais transparência e participação. E creio que a próxima mudança de líderes refletirá isso. É por esse motivo também que não acredito que um país tão ocupado com uma mudança desse porte terá tempo também para dominar o mundo." (KISSINGER, Henry. O Século XXI pertence à China? Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012, p. 62-63).

[353] "Em face do verdadeiro perigo, Deng encerrou a ambivalência sobre a relação com os americanos do último ano de Mao. Não havia mais qualquer nostalgia chinesa por oportunidades em prol da revolução mundial. Deng, em todas as conversas após sua volta, argumentava que, ao resistir contra o ímpeto da política soviética na direção da Europa, a China e o Japão precisavam ser considerados em um planejamento global." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 326);

[354] "Mas diferenças de história e geografia à parte, até mesmo líderes em situação semelhante não necessariamente chegam a conclusões idênticas- especialmente sob estresse. As análises dependem da interpretação; os juízos diferem quanto ao que constitui um fato, ainda mais sobre seu significado. Os países desse modo fazem alianças- instrumentos formais que isolam o interesse comum, na medida do possível, das circunstâncias externas ou das pressões domésticas. Eles criam uma obrigação legal de justificar a defesa comum, o que pode ser um recurso numa crise. Finalmente, as alianças reduzem- na medida em que são perseguidas com seriedade- o perigo do erro de cálculo pelo potencial adversário e desse modo injetam um elemento de calculabilidade na conduta da política externa." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 354).

se em silêncio, até mesmo para evitar um rompimento das alianças anticomunistas existentes (em relação à União Soviética, que sempre foi a causa de "medo" da China).

Em 25 de dezembro de 1991, Mikail Gorbatchev[355] declarava o fim da União Soviética. Lenin acertara quando havia previsto que a União Soviética ou os países capitalistas, algum de ambos morreria e o outro cantaria uma música fúnebre sobre o que perecera, no futuro. Mas não dissera qual. A História mostrou do lado de quem estava e a China[356] não queria ficar do lado errado.

A queda do socialismo "utópico" demonstrou para a diplomacia, no mundo todo, que a peleja ideológica, característica da Guerra Fria[357], estava totalmente superada. O início dos anos

---

[355] "Os dilemas de Gorbachev eram ainda mais preocupantes do que os de Pequim. As controvérsias chinesas giravam em torno de como o Partido Comunista devia governar. As disputas soviéticas giravam em torno de se *(glasnost)* em lugar da reestruturação econômica *(perestroika)*, Gorbachev tornara inevitável uma controvérsia quanto à legitimidade do governo comunista. Gorbachev reconhecera a estagnação geral do país, mas não tinha imaginação ou capacidade para quebrar essa rigidez enraizada. Os diversos órgãos de supervisão do sistema haviam, com o tempo, se transformado em parte do problema. O Partido Comunista, antes instrumento de revolução, não tinha outra função em um sistema comunista elaborado a não ser supervisionar o que ele não compreendia- o gerenciamento de uma economia moderna, problema que solucionou formando conluio com aquilo que supostamente devia controlar. A elite comunista havia se tornado uma classe mandarim de privilegiados; teoricamente encarregada da ortodoxia nacional, ela se concentrava na preservação de privilégios.
(...)
Os líderes chineses afirmavam os mesmos princípios de coexistência de Gorbachev. Mas usavam-nos não para aplacar o Ocidente, como Gorbachev fazia, mas para impor uma barreira entre ambos. Gorbachev era tratado em Pequim como irrelevante, para não dizer mal-orientado. Seu programa de modernização foi rejeitado como pobremente concebido porque punha a reforma política antes da reforma econômica. Na visão chinesa, a reforma política talvez fosse necessária com o tempo, mas a reforma de preços não podia funcionar na União Soviética; com o quase qualquer bem de consumo tinha pouca oferta, a reforma de preços levaria fatalmente a inflação e pânico. Zhu Rongji, visitando os estados Unidos em 1990, era repetidamente louvado como o "Gorbachev da China"; ele fazia questão de frisar: "Não sou o Gorbachev da China. Sou o Zhu Rongji da China." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 340-341).

[356] "A interpretação da história expressa a memória de uma nação. E, para essa geração de líderes chineses, o evento traumático da história da China foi o colapso da autoridade central na china do século XIX., que tentou o mundo exterior a promover uma invasão, quase colonialismo ou competição colonial e gerou níveis genocidas de baixas em guerras civis, como na Rebelião Taiping.
O propósito de uma China estável, disse Deng, era contribuir construtivamente uma nova ordem internacional. As relações com os Estados Unidos eram centrais..." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 326).

[357] "O período da Guerra Fria trouxe um paradoxo em si. Havia uma corrida armamentista, tecnológica e espacial nunca vista antes na História humana. Paralelamente se desenvolveu uma diplomacia extremamente capacitada para a permanência da paz no mundo. Todo, principalmente entre as superpotências. Tratados de redução de armas nucleares foram assinados para um potencial desarmamento. Isto se deu porque uma exceção ou desvio histórico, qual seja, a ideologia a guiar as relações internacionais. O desastre era inevitável.
Os EUA se mantiveram fiéis aos seus princípios de política externa, tentando sempre disseminar seus valores institucionais. Tinham de cuidar da política externa para evitar o transbordar da influência comunista no mundo.

1990 demonstrava que o econômico superara o político na agenda internacional. A Globalização foi a prova maior disso. Quem não adentrasse na nova ordem mundial, seria deixado para trás. A hegemonia norte-americana certificava para o mundo que a vitória na Guerra Fria estava a moldar o mundo segundo o modelo institucional do EUA e do Ocidente, principalmente da Europa. Grandes nações são concebidas pelo papel histórico de suas lideranças[358].

A Razão de Estado[359] do EUA, no final do século XX e início do século tinha como vitrine maior a democracia, que acaba tangenciando a noção de Estado de Direito da civilização ocidental. Todos são iguais e livres, em termos legais e devem ser nos reais. A coexistência pacífica deu lugar, na sociedade internacional, para o alcance de uma "paz perpétua", em uma perspectiva filosófica.

Nos anos 1990 a China "ficou no seu lugar no mundo". Evitando atritos nem querendo atrair para si a imagem de substituta da União Soviética, a grande nação asiática colocou -se

---

A União Soviética tentava, sem muito cálculo, estender sua influência através da incorporação de outros Estados ao bloco socialista. Em 1980 um terço das nações do mundo era socialista. O colapso do regime soviético era previsível, diante da enorme carga ocasionada pela dimensão do bloco, que incluía países muito pobres, como Etiópia e Cuba.
A Guerra do Vietnã constatou a inoperacionalidade das escaladas militares, motivadas por questões ideológicas, sem levar em conta os possíveis resultados e desdobramentos. Os Estados Unidos não poderiam mais se aventurar em terras distantes sem o equacionamento de custos da operação, em nível militar, político e internacional.
Sob o olhar kissingeriano, o interesse nacional americano não deveria ser ultrapassado pelo imperativo de "amizade" entre nações. A Razão de Estado norte-americana deveria olhar os valores democráticos e de direitos humanos sem desprezar a evolução histórica das diferentes nações do mundo, em seus costumes e valores." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.180-181).

[358] "O grande estadista é aquele que conhece os limites do seu poder, a partir da experiência histórica de sua nação e das transformações necessárias que devem ocorrer pelas exigências vindouras. Sabe a hora de entrar e a hora de sair, não tomando o poder para si como se seu fosse exclusivamente, e ele fosse o final da História. Apenas o último dia da História justificará toda a História, sob o olhar hegeliano. São as curvas da razão que se encontram alojas nas montanhas da própria História." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.183).

[359] "Os chineses, em sua milenar experiência e tradição, entenderam que o alinhamento com os soviéticos traria mais prejuízos a um alinhamento com os americanos, em nível econômico. Apesar de ser diferente, a China passou economicamente a cooperar com os EUA.
A diplomacia americana necessitava da China para vencer a União Soviética sem a utilização das forças das armas.
Os chineses também precisavam dos Estados Unidos para evitarem o expansionismo soviético em seu território através da ideologia comunista com feições stalinistas. A parceria com os Estados Unidos dava a sensação de que a União Soviética não poderia se aventurar em território "amigo". Houve uma cooperação entre ambos os países, que resultou no século XXI em serem as duas primeiras nações do mundo em nível de riqueza mundial.
A Razão de Estado norte-americana exigia a cooperação com uma nação diferente e fora do hemisfério ocidental para conter o expansionismo soviético. É claro que os interesses dos chineses e dos americanos divergiam, mas tangenciavam-se no que diz respeito a impedir o expansionismo soviético.
A União Soviética acabou exprimida econômica e diplomaticamente entre o Ocidente e a China." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.187-188).

internacionalmente como parceira econômica do Estados Unidos e do Ocidente. Uma posição pragmática.

Apesar da referida aproximação, Taiwan sempre foi um incômodo "ambicionado" pela China e motivo de desencontros políticos, militares e diplomáticos com o Ocidente. Uma situação semelhante ao que ocorre entre a Rússia e a Ucrânia atualmente (2022), apesar de Taiwan ser, a longo tempo, mais voltada para o Ocidente e contar com o apoio norte-americano, que não admite qualquer agressão a este vizinho da China.

Na virada do século XX[360] para o século XXI[361], a China já estava em ritmo de crescimento que os economistas chamam de "crescimento chinês", variando de 9% a 15% do PIB por ano. Muito semelhante ao que ocorrera nos anos 1970 no Brasil, quando esta nação sul americana tinha, naquele momento, Razão de Estado. Mas a China, em termos de interesse nacional, sofre de dois problemas gravíssimos, que a torna dependente do mundo: o desafio de

---

[360] "O interesse nacional norte americano no final do século XX passou a ser perseguido através da globalização econômica, na qual todos os agentes econômicos internacionais tinham uma ligação ainda que distante, com o agir mercadológico da superpotência.
A globalização implicou no livre trânsito de bens e capitais por todo o globo terrestre. Os Estados Unidos se colocaram como fiadores dessa transformação macroeconômica internacional. A própria Rússia buscou a partir de 1992 uma parceria estratégica com os Estados Unidos, com o objetivo de atrair capitais e investimentos para seu território. A China consolidou uma parceria econômica que desde a década de 1970 vinha se delineando para a concretização de uma economia de mercado.
Nos últimos anos do século XX os Estados Unidos assumiram o compromisso moral, político e econômico de serem guardiães da estabilidade internacional, sem, todavia, renunciarem à sua razão de Estado, no contínuo perseguir da liderança mundial." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.230).

[361] "O FIM DA PRESIDÊNCIA DE Jiang Zemin marcou uma virada nas relações sino-americanas. Jiang foi o último presidente com quem o principal assunto do diálogo-sino-americano foi a própria relação. Depois disso, os dois lados fundiram, se não suas convicções, ao menos suas práticas em um padrão de coexistência cooperativa. A China e os Estados Unidos não mais tinham um adversário comum, mas tampouco tinham desenvolvido ainda um conceito conjunto de ordem mundial. As reflexões informais de Jiang na longa conversam mantida com ele, descritas no capítulo anterior, ilustravam a nova realidade: os Estados Unidos e a China percebiam que precisavam um do outro porque ambos eram grandes demais para serem dominados, especiais demais para serem transformados e necessários demais um ao outro para permitir o luxo do isolamento. Além disso, os propósitos comuns eram intangíveis? E com que finalidade?
O milênio foi início simbólico. Desse novo relacionamento. Uma nova geração de líderes assumira o governo da China e dos Estados Unidos: do lado chinês, uma "quarta geração" encabeçada pelo presidente Hu Jintao e pelo premiê Wen Jiabao; do lado americano, os governos conduzidos pelos presidentes Georg W. Bush e, começando em 2009, Barack Obama. Ambos mostravam uma atitude ambivalente em relação ao tumulto das décadas anteriores.
Hu e Wen trouxeram uma perspectiva sem precedentes à tarefa de administrar o desenvolvimento da China e definir seu papel mundial. Eles representaram a primeira geração de líderes sem experiência na revolução, os primeiros no período comunista a assumir o poder mediante processos constitucionais- e os primeiros a assumirem posições de responsabilidade nacional em uma China emergindo, inequivocadamente como grande potência." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 468-469).

alimentar uma superpopulação e o monopólio do partido comunista, que o Ocidente enxerga como atraso político, posto que se traduz em ditadura comunista, o que invoca uma lembrança dos piores momentos do século XX.

A sociedade internacional, no século XXI, tem o desafio de suprassumir, em termos dialéticos-especulativos, os erros do século XX[362] e aperfeiçoar os muitos acertos, principalmente o esfacelamento da condição humana por motivos que expressão apenas interesses de grupos ou minorias que se querem privilegiadas. A raça humana é uma só, e disto qualquer ciência não duvida, entre elas a biologias e as ciências sociais.

O final da Guerra Fria deixou uma lição na História Mundial, qual seja, que a cooperação entre as nações é melhor à competição desenfreada. Não que entre os sujeitos de Direito Internacional inexista uma rivalidade que é própria da sociedade internacional, mas o deve ser em áreas estratégicas, como a comercial. Levar isso para o campo militar tornará o mundo um "barril de pólvora". Infelizmente já o é, principalmente quando a China busca, até o ano de 2030, atingir as 1.000 ogivas nucleares. O Estados Unidos[363] se pergunta cono controlar isso, posto que a

---

[362] "A China, apesar de sua proximidade diplomática e comercial com os EUA desde os idos de 1972, ainda subsidia com recursos financeiros, logísticos e alimentos a Coréia do Norte. Apesar do fim da Guerra Fria e da aproximação da China com os Estados Unidos, o último fóssil da bipolaridade mundial ainda representa o distanciamento cultural e político entre a Ásia e o Ocidente.
A Coréia do Norte tem simpatia da China e da Rússia para a delimitação do poderio militar americano na Ásia. Na ordem internacional não existe extinção por completo de instituições e organizações políticas, mas a contínua evolução das mesmas para se atender às exigências políticas de cada época.
(...)
O enorme atraso do desenvolvimento humano no qual a Coréia do Norte se encontra contrasta com o enorme exército que possui. É uma sociedade militarizada na qual o que menos importa é a evolução da condição humana. Representa o viés das disparidades políticas que subsistem no mundo.
A Rússia e a China não deixam de perpetuar a divisão do poder existente com o Ocidente. Isso faz parte da História hemisférica das nações. É apenas, contudo, no Ocidente, que se encontra presente o reino da liberdade e o verdadeiro Estado de Direito, cujas relações diplomáticas são assentadas na paz e na democracia, dentro de um conceito de ordem." (TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de diplomacia em Henry Kissinger. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015, p.239-240).

[363]"Um aspecto da tensão estratégica na atual situação mundial reside no medo chinês de que a América esteja procurando conter a Cina- paralelamente à preocupação americana de que a China esteja buscando expulsar os Estados Unidos da Ásia. O conceito de uma Comunidade Pacífica – uma região à qual Estados Unidos, China e outros Estados pertencem e de cujo desenvolvimento pacífico todos participem- poderia aliviar os receios recíprocos. Tornaria Estados Unidos e China parte de um empreendimento comum. Propósitos compartilhados- e sua elaboração- substituiriam em certa medida a inquietação estratégica. Possibilitaria a outros países como Japão, Indonésia, Vietnã, Índia e Austrália participar da construção de um sistema percebido como conjunto, não polarizado entre os blocos "chin|ês" e "americano". Tal esforço seria significativo apenas se contasse com a completa dedicação, e acima de tudo a convicção, dos líderes envolvidos.
(...)
O futuro da Ásia será moldado em grau significativo pelo modo como o China e Estados Unidos o veem, e em que medida cada nação é capaz de atingir alguma congruência com o papel regional histórico da outra. Durante toda sua história, os Estados Unidos têm com frequência sido motivados por visões de relevância universal de seus ideiais e

China não participou, nos anos 1980 e 1990 dos acordos entre Rússia e EUA que congelaram em 3.500 ogivas nucleares para cada lado (sem incluir a China). O atual secretário geral do partido comunista Xi Jiping trabalha nessa brecha legal.

Toda a sociedade internacional deve ter uma postura, no século XXI, sobre os limites das armas nucelares e também da "guerra biológica". O "Covid-19" é o maior exemplo disso, e saiu da nação chinesa, que tenta se desculpar, mas todos sabem que lá foi produzido e inicialmente disseminado para o mundo. A questão é politica e serviu, entre outros objetivos, para tirar Donald Trump da presidência do EUA.

O Direito Internacional[364], no meio de toda essa rivalidade entre as potências soberanas, no século XX, é o único instrumento capaz, em termos legais, de trazer a harmonia e uma "paz perpétua". Cabe aos líderes enxergarem a História e buscarem a compreendê-la, e não se sentirem os "donos da História[365]".

No ano de 2021 foram completados 50 anos[366] da primeira viagem de Kissinger à China. No referido ano o Estados Unidos permanece como a hiperpotência mundial, enquanto a China

---

de um dever proclamado de disseminá-los. A China tem agido com base em sua singularidade; o país se expandiu por osmose cultural, não pelo zelo missionário." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 506-507).

[364] "Quando a China e Estados Unidos restabeleceram relações há quarenta anos, a contribuição mais significativa de seus líderes foi sua disposição de olhar para além das questões imediatas da época. De certo, eles tiveram sorte no sentido de que o longo isolamento um do outro significou não haver querelas cotidianas de curto prazo entre eles. Isso possibilitou aos líderes de uma geração atrás lidar com seu futuro, não com as pressões imediatas, e lançar as bases para um mundo inimaginável na época, mas intaingível sem a cooperação sino-americana." (KISSINGER, Henry. Sobre a China, Rio de Janeiro: Editora Objetiva:2011, p. 507).

[365]"Em busca de compreender a natureza da paz, tenho estudado a construção e operação de ordens internacionais desde que era um estudante de pós-graduação, muito mais de meio século atrás. Com base nesses estudos tenho consciência de que as lacunas de percepção culturais, históricas e estratégicas que aqui descrevi oferecerão formidáveis desafios até para os mais bem-intencionados e previdentes líderes de ambos os lados. Por outro lado, estivesse a história restrita a repetir mecanicamente o passado, nenhuma transformação teria jamais ocorrido. Toda grande realização foi uma visão antes de se tornar realidade. Nesse sentido, ela surgiu do compromisso, não da resignação com o inevitável.
Em seu ensaio "A paz perpétua", o filósofo Immanuel Kant argumentava que a paz perpétua acabaria chegando ao mundo de dois possíveis modos: pelo discernimento humano ou por conflitos e catástrofes de tal magnitude que não restaria á humanidade outra escolha. Estamos nessa encruzilhada.
Quando o premiê Zhou Enlai e eu chegamos a um acordo sobre o comunicado que anunciava a visita secreta, ele disse: "Isso vai sacudir o mundo". Que grande clímax seria se, quarenta anos mais tarde, Estados Unidos e China pudessem juntar forças não para sacudir o mundo, mas para construí-lo." (KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p.507-508).

[366]"A divisão do mundo entre o bloco socialista do leste e o capitalista do oeste findou-se em 1991. A União Soviética deixou de existir em dezembro do referido ano. As instituições do norte prevaleceram sobre os ideais estatizantes e planificadores.

está em segundo lugar, em termos econômicos. A Rússia permanece em segundo lugar, em termos militares. Uma aliança militar entre Rússia, China e Irã é anunciada, para contrapor ao Ocidente, representado militarmente pela OTAN. O Estados Unidos da América do Norte anunciou, para 2022, um orçamento militar maior aos dez que antecedem a ele, em nível mundial, incluindo até membros da aliança ocidental. O mundo permanecerá mais seguro, com uma liderança ocidental-democrática. A Razão de Estado norte-americana leva isso em conta.

A China resistiu ao modelo de mudanças da antiga União Soviética. Aquele país modernizou sua economia, mas não evoluiu sua política. No pensamento dos autores deste texto, transparece, sob uma análise histórica, que a utilização política da ideologia comunista na China atual é ainda único instrumento para manter o país unificado. É um paradigma que não serve para o Ocidente. Neste Hemisfério ocorreu as Grandes Navegações, a invenção da Imprensa Móvel, a Reforma Protestante, a Ilustração, a Revolução Industrial, a Revolução Americana e a Revolução Francesa. A condição humana, no Ocidente, está em um patamar superior.

O Ocidente é o resultado do caminhar do Espírito Universal da Liberdade e da Justiça. É uma civilização judaico-cristã-germânica-europeia. Nela, o cristianismo tornou-se o principal diferenciador no que diz respeito à fé e cultura. É um modo de vida. Cristo é o último Adão. Então o homem cristão é o mais aperfeiçoado no que diz respeito à Consciência Jurídica e à Salvação.

Na China comunista o cristianismo, ao contrário do Ocidente, ainda não prevalece. Mas a fé é individual e não encontra fronteiras.

A guinada da China rumo a um convívio harmonioso com o Ocidente, foi o grande querer de Zhou Elain e Henry Kissinger. O caminho é o da cooperação e da conciliação, nunca de uma nova Guerra Fria. As duas nações são muito grandes para uma dominar a outra ou para apenas uma pretender à hegemonia total do mundo.

Cediço é que o modelo democrático-presidencial-constitucional norte americano é mais eficiente e valoriza mais a potencialização individual da criatividade. O grande lema norte americano “WE THE PEOPLE” é um ideal que nunca poderá ser afastado. O governo deve atender ao povo. O contrário conduz ao autoritarismo. A “Cidade na Colina” permanece, no século XXI, o paradigma para a direção da sociedade internacional.” (TALLARICO, Rafael; ROMANO, Taísse June Barcelos Maciel; ALMEIDA, Isabela Antônia. 1971-2021. Cinquenta anos da diplomacia Estados Unidos x China- 'as mãos de Henry Kissinger' - 1971-2021 ('Funfizg Jahre diplomatieveinigte Staaten x China - die hande von Henry Kissinger'. Revista ASA- Palavra, Brumadinho/MG, p.115-116).

PARTE III

3- GEOESTRATÉGIA E GEOPOLÍTICA EM HENRY KISSINGER

3.1-TECNOLOGIA NUCLEAR E SEU PAPEL ESTRATÉGICO NO PENSAMENTO DE HENRY KISSINGER

A segurança nacional faz parte da Razão de Estado. A confiança mundial em uma nação, inclusive para fins de investimentos, estão intimamente ligados ao interesse nacional. Nenhum Estado pode ser uma ilha, na sociedade internacional.

Platão[367], quando elaborou a sua obra "A República", já previa que uma nação subordinada a outra não pode ser considerada soberana. Não apenas a segurança militar e econômica, mas também a cultural faz parte do ideal de nação.

Para fins de Direito Internacional, a guerra[368] deve ser uma arte com poderes dissuasórios ou de defesa, e não de agressão. As Organizações das Nações Unidas (ONU), quando foi fundada em 1945, teve como objetivo banir completamente a guerra com o instrumento de conquista e agressão a outro Estado soberano. A Paz de Vestfália de 1648, dando prioridade à relação

[367]"O nosso filósofo deve resolver o problema da arte e do seu papel ético-político e educativo, e, pra fazer isso, deve dizer em que nível ela se situa numa visão global da realidade, e particularmente em que nível se situa o objeto da arte do ponto de vista ontológico, ou seja, quanto ao grau *de ser*, e quanto ao *grau de verdade.*
Para alcançar tais objetivos, ele enfrenta o grande problema da estrutura metafísica do real, numa ótica que lhe dê a possibilidade de resolver a questão proposta.
O ser verdadeiro, ou seja, o ser no seu grau mais elevado, como bem sabemos, é a Idéia; e dado que aqui o objeto de discussão é a *techné*, Platão se refere às Idéias conexas com as artes humans em geral, e particularmente as Idéias dos *artefacta*, ou seja, as idéias das *coisas produzidas pelas artes humanas."* (REALE, Giovanni. Para Uma Nova Interpretação de PLATÃO. 2º edição. São Paulo: Editora Loyola, 2004, p.386).

[368]"Desde que a história começou a ser registrada, unidades políticas- sejam descritas ou não como Estados- contavam com a guerra à sua disposição como último recurso. Contudo, a tecnologia que tornava a guerra possível também limitava o seu alcance. Os Estados mais poderosos e bem equipados só podiam projetar sua força por distâncias limitadas, em quantidades precisas e contra determinado número de alvos. Líderes ambiciosos se viam tolhidos, tanto por convenções como pelas condições de sua tecnologia de comunicação. Rumos radicais para a ação eram inibidos pelo ritmo em que eles se desenrolavam. Instituições diplomáticas eram obrigadas a levar em conta contingências que poderiam se dar durante o tempo que a mensagem levaria para ir e voltar. Esse fato impunha certa pausa para reflexão e admissão da diferença entre aquilo que os líderes podiam e não podiam controlar.
Quer uma balança de poder entre Estados funcionasse como um princípio formal, quer simplesmente fosse posta em prática sem elaborações teóricas, algum tipo de equilíbrio era um componente essencial de qualquer ordem internacional- seja na periferia, como no caso dos impérios romano e chinês, seja como um princípio que ocupava o cerne mesmo do sistema, com na Europa." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.332).

internacional com base na soberania[369] de cada Estado, foi afastando a guerra como uma normalidade "política" entre as nações. Isso é uma postura racional que deve fazer parte da realidade internacional.

Buscando sempre a Razão de Estado, interesse nacional, Henry Kissinger nunca teve dúvidas de que o Estados Unidos da América do Norte deveria proteger o Ocidente de agressões externas, principalmente vindas da Rússia, o que nos tempos atuais soma também a China, em que pese parecer mais um perfil do atual governo à própria história chinesa, que sempre foi mais de isolamento à expansão, ao contrário da citada nação europeia-asiática.

Henry Kissinger serviu nas Forças Armadas Norte Americanas na II Guerra Mundial, servindo como militar também na Alemanha ocupada, pós-1945. Sua fluência na língua alemã favoreceu muito seu posto militar e ele teve importante papel no apoio à Aliança Aliada para a reconstrução da Europa Ocidental e principalmente da Alemanha destruída.

Como Kissinger vivera a primeira parte da sua vida (1923-1938) em uma Alemanha com vocações totalmente totalitárias e de perseguição ao povo judeu, por razões de origem familiar ele foi discriminado e teve de fugir com sua família para o EUA um ano antes do início da "continuação da Guerra Civil Europeia", a Segunda Guerra Mundial. Sem dúvida alguma, isso deixou profundos traços em sua personalidade, no que diz respeito a vencer as intenções de expansão das forças antidemocráticas mundo afora, em que pese como diplomata[370] norte-

---

[369]"Desde 1648, com a Paz de Vestfália, que marcou o fim da Guerra dos Trinta Anos e estabeleceu a soberania dos Estados Europeus, toda nação hegemônica busca traduzir o seu poder através de uma política internacional de alianças com os demais países com os quais tenha proximidade territorial ou afinidades culturais e até econômicas.
(...)
A Soberania importa em um reconhecimento recíproco entre Estados. Desde 1648, o afastamento da guerra e a prevalência dos diálogos diplomáticos tem sido um objetivo a ser alcançado constantemente pelas nações e povos civilizados. Independente do tamanho do território e da soberania, tem o seu lugar na sociedade internacional." (TALLARICO, Rafael; GOLINI, Vera Lúcia de Sousa. *Estado e Soberania: perspectivas no Direito Internacional Contemporâneo*. 3º edição revista e atualizada. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2020, p. 171-172).

[370] "Desde o começo Kissinger irritou os homens cinzentos que guardavam os corredores da Casa Branca de Richard Nixon. Seu sotaque, seu brilho e sua queda para autopromoção marcaram-no como herege fadado a ser banido. Entretanto, foram *eles*- os Haldemans, os Erlichmans, os apanhados na torrente de Watergate- que desapareceram, e *ele* galgou posições ainda mais elevadas. Do porão onde começou, na Ala Oeste da Casa Branca, como Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, ele saltaria para o 7º andar do Departamento de Estado, como secretário-de-Estado, um cargo que já foi ocupado por Thomas jefferson, Daniel Webster e Jonh Foster Dulles. Foi um pulo sem precedentes para alguém sua origem- um refugiado da Alemanha nazista, um judeu. Entre um ponto e outro, Kissinger adquiriu uma extraordinária reputação que, no começo de 1974, chegaria a ser considerado por muitos críticos de Nixon como o único legitimador de um Presidente desacreditado por Watergate. Onde Kissinger outrora precisara de nixon como canal de acesso ao poder, agora era Nixon quem precisava de Kissinger para ajuda-lo a permanecer no poder. O relacionamento deles inverteu-se de tal forma que aquele assessor intelectual de Nixon

americano sempre "conversar com todos os países" sem julgamentos, seguindo bem o modelo diplomático de Bismarck, de alianças internacionais fluídas. Essa é a melhor forma de se jogar o "xadrez internacional".

Depois de seus anos na Universidade de Harvard, Kissinger[371] passou atuar na política norte-americana, como o faz até os tempos atuais, como consultor. Com quase cem anos de idade, Kissinger ainda é muito lúcido para entender e opinar sobre temas de política internacional, sendo frequentemente consultado pelos altos mandatários da Casa Branca, em Washigton.

Nenhuma personalidade representa mais a Razão de Estado, ou estrito interesse nacional, depois de Richelieu, Metternich e Bismarch a Henry Kissinger[372]. Daí a importância da valorização desta alta figura da diplomacia internacional para os assuntos estratégicos. Todo governo norte-americano sabe disso.

Qualquer nação hegemônica necessita de liderança e cabeças pensantes. A robustez da prática diplomática deve ser acompanhada do brilho intelectual de seus mentores. E Kissinger[373] nesse aspecto dá um show de competência, com brilho particular.

---

passava a ser visto talvez como o último reduto a impedir a queda de um Presidente." (KALB, Bernard; KALB, Marvin. KISSINGER. Volume I. Editora Artenova S.A: Rio de Janeiro, 1974, p. 09).

[371] "O Vietname marcou o ingresso de Kissinger no Governo. Johnson -sua terceira encarnação como consultor de política externa. Desta vez sua presença em Washington devia-se aos bons ofícios de Henry Cabot Lodge Jr., companheiro de chapa de Nixon nas eleições de 1965, Lodge fora nomeado por Johnson para um segundo período no Vietname do Sul; essa escolha, mais uma vez, era considerada manobra óbvia para demonstrar o apoio bipartidário ao crescente comprometimento do poder americano numa guerra que se tornava mais controvertida a cada novo embarque de tropas. Lodges pediu a William Bundy, Subsecretário-de-Estado para Assuntos da Ásia Oriental e do Pacífico (e irmão de McGeorge), que nomeasse Kissinger também professor de Harvard, consultores de Departamento de Estado, enquanto ele fosse embaixador. O pedido tinha origem na sugestão de Johnson- Ele sugeriu que eu trouxesse alguma opinião de fora, algumas ideias novas- Lodge recordaria mais tarde- achando que só ouvia dos seus assessores as mesmas velharias de sempre, e queria coisas novas. Pensei no assunto e convidei Kissinger. Conhecia-o bastante bem, do Centro Internacional de Harvard, e o tinha em grande conta- A nomeação ansiosa por retornar ao centro dos acontecimentos, ingressou tormentoso mundo das tomadas de decisão sobre o Vietname." (KALB, Bernard; KALB, Marvin. KISSINGER. Volume I. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A: 1974, p. 56-57).

[372]"Kissinger representou a "Razão de Estado", em seu viés teórico, no século XX. Foi legatário desta corrente do pensamento diplomático e estatal, que nasceu com Richelieu, passando por Metternich e Bismarck. Um pensamento europeu de diplomacia que aportou nos EUA." (TALLARICO, Rafael; COSTA, Ana Flávia Pereira da. Política Exterior do Brasil e o Pensamento Diplomático de Henry Kissinger. Revista ASA- Palavra n. 24. Brumadinho, 2016, p.53).

[373]"A semente plantada por um Grande Líder frutificará no futuro e será a chave para a solução de grandes problemas. O sentido da liderança, no pensamento de Henry Kissinger é aquele voltado para o progresso nacional e para a valorização da condição humana." (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito; VENÂNCIO, Carolina Elizabeth. O Sentido da Liderança Segundo o Pensamento de Henry Kissinger. Revista ASA-Palavra n.º 25, Brumadinho, 2016, p. 72).

A utilização das bombas atômicas[374] no Japão, em Hiroshima e Nagasaki, em 06 e 09 de agosto de 1945 despertaram em Kissinger conclusão da "liderança" que o Estados Unidos da América do Norte poderia ter na Guerra Fria. Segundo o pensamento de Kissinger, o monopólio atômico de 1946-1949 poderia ter sido melhor utilizado pelo EUA, principalmente para evitar que a União Soviética tivesse intenções de enfrentar o Ocidente futuramente.

A utilização de armas atômicas no final da II Guerra Mundial[375] na Ásia reforçou mais ainda uma tendência que vinha caminhando desde o início da I Guerra Mundial em 1914, qual seja, a intensa militarização das sociedades nacionais. Com a divisão do mundo em dois polos ideológicos, a partir de 1945, a militarização foi um "lustre de elegância" para justificar a corrida armamentista e principalmente para justificar o discurso político. Claro que o Estados Unidos não abria mão de serem representantes do mundo livre democrático, enquanto a União Soviética nomeava seus satélites de "repúblicas democráticas", para camuflar o autoritarismo comunista.

O Direito Internacional ganhou muita força após a criação da Organização das Nações Unidas[376] (ONU), com a Carta de São Franciso, em 1945. A normatização das relações

---

[374] "Após agosto de 1945, a explosão das bombas atômicas anunciou para o mundo uma nova página da História. O homem perde a segurança no seu *habitat*, face à possibilidade de total extermínio da espécie humana.
Discute-se que as armas atômicas tenham sido utilizadas para evitar a morte de milhões de soldados americanos em uma invasão ao território japonês.
Outra corrente, bem aceita nos dias atuais, assevera que foi o primeiro marco da Guerra Fria, quando os americanos deram um "aviso" para a União Soviética sobre a detenção de uma tecnologia militar que poderia colocar qualquer nação do mundo de joelhos. Foi um recado para evitar o expansionismo do Comunismo pela Europa. Era este o temos dos EUA nos idos de 1945." (TALLARICO, Rafael; LOQUE, Carla Pessanha. Diplomacia e segurança no Mundo Contemporâneo: fundamentação no pensamento de Henry Kissinger, Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2018, p. 209).

[375] "Verdade foi que, após a Segunda Guerra Mundial, a componente militar permaneceu dominando o cenário estratégico, não só por efeito residual da gigantesca campanha anterior, mas sobretudo ante o aspecto residual da gigantesca campanha anterior, mas sobretudo ante o aspecto assustador de um novo conflito ainda mais devastador.
As próprias exigências militares, porém, provocariam esforço desmesurado no terreno econômico, novas combinações na esfera política, uma atividade permanente no campo psicossocial. E, desde que a Guerra Fria sucedeu ao período mais crítico da tremenda expectativa quanto a um novo choque das forças armadas, o fator militar passou a plano simplesmente secundário na equação estratégica do mundo atual. Sem embargo, assinale-se que foi a imperiosa condensação do poder militar em organizações supranacionais, como a OTAN principalmente- esse fruto admirável da "firmeza estratégica norte-americana" aliada à "habilidade técnica britânica" – que impulsionaria a marcha, hoje sem dúvida alguma vitoriosa, da integração econômica regional como barreira única eficiente contra a expansão agressiva do universo comunista.
Como quer que seja, a configuração do poder militar corresponde, como é natural, à mesma constelação de centros de poder estratégico integralizado- centros principais e núcleos secundários- que domina todo o cenário mundial, no quadro mais amplo de um antagonismo ainda dominante entre as superpotências opostas, sistemas econômicos distintos e ideologias conflitantes." (SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p. 531).

[376] "A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como objetivo manter a ordem e a paz em nível internacional. Ela possui uma Assembleia Geral, que envolve a maioria absoluta das nações, cada qual com direito de voto, com um

internacionais parecia ter criado uma verdadeira "comunidade internacional", bastante voluntária e sem um centro de comando. Mas a realidade, trazida pelas armas nucelares exigia nova estratégia operacional de cada um dos lados das superpotências. O espaço[377] territorial trazia exigência operacionais que o "bom ânimo" não podia superar. Isso ocorre desde a Antiguidade. A estratégia de cada nação está firmemente ligada ao dimensionamento de seu espaço de controle, além do alcance de suas leis.

Stalin acrescentou, no início da Guerra Fria, que "onde se conquistava, impunha-se o modelo social", para dizer, o controle econômico de produção.

Na segunda metade do século XX a competição entre as superpotências, em decorrência do desenvolvimento científico advindos da II Guerra Mundial (exemplo os mísseis V1 e V2), levou o homem ao espaço cósmico[378]. O medo de instalação de armas nucleares no espaço forçou

---

Conselho de Segurança (formado por EUA, Rússia, China, Inglaterra e França) e um Secretário Geral, que conduz a referida Organização.
A ONU está sediada em Nova York.
Os EUA, nação mais democrática do mundo, sedia desde 1945 a ONU. É o país que mais contribui para o orçamento da Organização. Desta forma, seus princípios políticos em muito influenciam a ONU, em que pese o poder de veto dos demais membros do Conselho de Segurança (Rússia, China, Inglaterra e França). (TALLARICO, Rafael. RESENDE, Taynara Martins Silva. GERALD FORD E HENRY KISSINGER: um diálogo estratégico necessário para a formação da Nova ordem Mundial. Revista ASA-Palavra n.º30, 2019, p. 140).

[377] "No começo da história de todo povo tornado sedentário, de toda comunidade e de todo império está, portanto, de uma forma ou de outra, o evento constitutivo de uma tomada da terra. Isso vale também para todo começo de uma época histórica. A tomada da terra precede- não apenas logicamente, mas também historicamente- a ordem que se segue. Ela contém a ordem inicial, de natureza espacial, origem de toda ordem concreta posterior e de todo direito posterior. Ela é o enraizar no reino de sentido da história. Desse *radical title* decorrem todas as relações posteriores de posse e de propriedade: propriedade individual ou coletiva, formas de posse e de usufruto no âmbito do direito público ou privado, social ou das gentes. Dessa origem *nutre-se-* para empregar as palavras de Heráclito- todo direito subsequente e tudo aquilo que depois ainda vier a ser promulgado e decretado como estatuições *(Setzungen)* e ordens.
Até aqui, a história do direito das gentes também é uma história de tomadas de terra: às quais, em determinadas épocas, acrescentam-se as *tomadas do mar*. O *nomos da Terra*, então, reside em uma determinada r*elação* entre terra firme e mar livre. Atualmente, graças a um novo acontecimento especial, a possibilidade de um *domínio do espaço aéreo*, ambos- terra firme e mar livre- transformaram-se drasticamente, tanto em si mesmo como em suas relações recíprocas. Alteraram-se não somente as dimensões da supremacia territorial *(Gebiethoheit)*, não somente a eficácia e a velocidade dos meios humanos de poder, de transporte e de informatização, mas também o conteúdo de sua *efetividade.* Essa efetividade tem sempre um aspecto espacial e mantém sempre como um conceito importante no direito das gentes, tanto em relação às tomadas e ocupações de terra como em relação a barreiras e bloqueios. Em consequência disso, também se alteraram a relação entre proteção e obediência e, com isso, a estrutura do poder político e social e sua relação com os outros poderes. Começava, assim, uma nova etapa da consciência humana do espaço e da ordem global." (SCHMITT, Carl. O Nomos da Terra no Direito das Gentes do Jus Publicum Europeaum. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p. 46-46).

[378]"Em junho de 1960, Von Braun torna-se diretor do Marshall Space Flight Center. A ideia de voos tripulados à Lua vai tomando forma. O programa Apollo vai se desenvolvendo com forte respaldo e financiamento do governo Norte-Americano.
Von Braun, no final dos anos 60, passou a desenvolver suas pesquisas no Centro de Foguetes de Huntsville.

as grandes nações do mundo, principalmente o EUA e a URSS a estabelecerem Tratados Internacionais proibindo a militarização do espaço. Nos tempos atuais, a China se diz descomprometida com referidos Tratados, uma vez que não os assinou. Mas o Ocidente não pode permitir uma interpretação tão vazia de compromissos pela nação asiática que tenta ser a primeira do mundo, o que importará em ultrapassar o Estados Unidos da América do Norte, o que é inadmissível para qualquer governo norte-americano, seja ele republicano ou democrata. A Razão de Estado[379] importa em manter a liderança, para a segurança no mundo e o EUA confirmam este papel de hiperpotência mundial.

Para fins geoestratégicos, o Estados Unidos, desde os anos 1989/1991, não abriu mão do domínio tecnológico nucelar e espacial. Isso diz respeito à Razão de Estado. A tecnologia é outro vetor a somar à tríade liberdade, igualdade e trabalho, como já descrito anteriormente.

As armas nucleares, não apenas no espaço, mas principalmente na superfície terrestre, constituem um meio de "manter a paz" pela possibilidade de destruição de do planeta, ou de se criar situações ambientais que dificultem a vida na Terra. Os dinossauros desapareceram por causa das péssimas condições advindas de impactos de meteoros com o planeta Terra. Existem marcas desses impactos espalhados pelo mundo. Uma irresponsável utilização das armas nucelares trará consequências ainda piores. Desde que o EUA perdeu o monopólio atômico em 1949, ano no qual a URSS realizou sua primeira explosão atômica, a sociedade internacional, através do Direito Internacional[380], tem se esforçado para evitar catástrofes e conflitos nucleares,

---

Em 1969, o foguete Saturno V conduzindo a nave Apollo 11 leva os primeiros homens à Lua. A Guerra Fria, na sua versão de Corrida Espacial, fora vencida pelos Estados Unidos. A causa da defesa da "liberdade e da democracia" atinge aos céus e suplanta cientificamente os artefatos espaciais da ditadura socialista soviética". (TALLARICO, Rafael; FONSECA, Laura Gandra Laudares. Wernher Maximilian Von Braun- Projeto Apolo 11 (um passo gigantesco para a humanidade) revista ASA-Palavra. n.º28, 2018, p.38-39).

[379] "Os EUA souberam trazer para si o núcleo da História Mundial. Através de uma contribuição sem precedentes para a sociedade internacional, tomaram a liderança das decisões mundiais, com alto teor moral e responsabilidade.
É difícil se exigir que todas as regiões do mundo sigam o modelo de democracia dos EUA. Porém, quando se pensa em direitos humanos, parâmetros mínimos de instituições estatais devem se fazer presentes em todos os Estados, principalmente os ocidentais.
A Guerra Civil Americana lastreou os EUA com a essência da democracia, não apenas na sua política interna, mas também no exterior, visando a criação de uma sociedade internacional que reconheça a soberania dos Estados, sem, contudo, permitir que tal atributo venha violar a dignidade da pessoa humana. A ONU é a maior garantidora dessa assertiva. (TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito; PALHARES, Janaína Aparecida. 1865-2015- Cento e Cinquenta Anos do Fim da Guerra Civil Americana. Revista ASA-palavra n.º 23, 2015, p. 66).

[380] "A energia nuclear surgiu no cenário mundial através de sua aplicação bélica pelos Estados Unidos, no Japão, em 1945. Sua utilização para fins pacíficos foi um subproduto de seu uso militar.

utilizando a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), sediada em Viena, níveis máximos de segurança nesse assunto. A própria ONU sempre priorizou este papel, de segurança para evitar conflitos entre as potências nucleares.

Quando se pensa na utilização de armas e no aperfeiçoamento das mesmas, busca-se não apenas conter a outra parte, mas também criar um equilíbrio que propicie a harmonia em paz. Foi esse o pensamento predominante nos tempos do Congresso de Viena, de 1815[381], e assim ficou por praticamente mais cem anos, até o desfecho da I Guerra Mundial em 1914[382]. A Guerra Civil

---

É interessante historiar-se os diferentes cenários da política internacional relacionados com o problema nuclear, a partir das explosões sobre as cidades nipônicas de Hiroshima e Nagasaki.
Em 1946, os Estados Unidos donos do monopólio do uso da arma atômica, propunham às outras nações o Plano Baruch, que visava à internacionalização de todas as atividades no campo nuclear, até mesmo o controle das minas de urânio, que passariam ao controle de uma agência internacional. Foi a primeira tentativa de congelar as armas, mantendo-se o monopólio. Mas, em 1953, com o rompimento desse monopólio da arma atômica pela União Soviética e depois pela Inglaterra, a posição norte-americana foi obrigada a se tornar mais flexível.
Assim, em 1953, os Estados Unidos inauguraram nova política de "átomos para a paz", comprometendo-se a cooperar no fornecimento dos reatores de pesquisa ou de potência, sob o regime de salvaguarda internacional. A salvaguarda é a fiscalização de toda a produção de reatores por uma agência internacional à qual seriam entregues os subprodutos (plutônio, urânio recuperado) que pudessem vir s ser utilizados para fins militares.
Para este controle foi criada em 1957, a Agência Internacional de Energia Atômica, com sede em Viena., Áustria, com o co-patrocínio da União Soviética e de outros países europeus. Os esforços desenvolvidos pela França, e China no sentido de também construírem sua própria arma atômica, aproximaram estados Unidos e União Soviética na busca do estabelecimento de medidas, mais rígidas que impedissem a perigosa proliferação desses engenhos bélicos.
Assim em 1963, os governos de Washigton e Moscou assinaram um tratado de proibição de experiências nucleares, salvo as subterrâneas.
Em 1968, sob o patrocínio da ONU, e sob a inspiração dos países do chamado Clube Atômico (estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França) foi assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Por este instrumento multilateral os países não possuidores de armas nucleares foram convidados a renunciar a esses engenhos em troca de promessa não definidas do desarmamento nuclear das superpotências e da assistência para a utilização pacífica da energia nuclear. Os países não nucleares, signatários, se obrigariam a aceitar as salvaguardas 9fiscalização pela agência internacional sobre suas atividades nucleares, mesmo pacíficas e realizadas com seus recursos próprios." (MATTOS, Carlos de Meira. Nova Estratégia de Defesa Nuclear: Guerra nas Estrelas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército:, 1988, p.11-12).

[381] "A cada acréscimo de poder, as maiores sociedades foram aferindo os seus poderes em relação a outras- avaliando qual das partes prevaleceria num conflito, em que riscos e perdas uma vitória incorreria, o que poderia justifica-los, e de que forma a participação de outra potência e respetivo arsenal afetariam o desenlace. As capacidades, objetivos e estratégias das diversas nações estavam apontados, ao menos teoricamente, a um equilíbrio ou "balanço de poder",
No século passado, porém, a calibragem estratégica entre meios e fins descarrilou. As tecnologias utilizadas para alcançar a segurança multiplicaram-se e tornaram-se mais destrutivas, no exato momento em que as estratégias da respetiva utilização na prossecução dos objetivos definidos se tornavam mais evasivas. Na nossa era, o advento das capacidades cibernéticas e de Inteligência artificial acrescentam novos graus de complexidade a essas estimativas." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 138).

[382] "A primeira rutura significativa neste processo foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No início da década de 1900, as maiores potências da Europa- com economias avançadas, comunidades científicas e intelectuais pioneiras, e uma confiança ilimitada nas próprias missões- adotaram os progressos tecnológicos da revolução Industrial para formarem forças armadas "modernas". Acumularam contingentes de tropas e materiais transportáveis

europeia havia eclodido pela falácia diplomática, que não conseguiu acompanhar os fatos, envoltos no desenvolvimento tecnológico militar advindo da III Revolução Industrial. A Guerra Civil Americana de 1861-1865 deveria ter servido de alerta para os governantes europeus.

Na I Guerra Mundial havia armas químicas, mas não nucleares. A possibilidade de destruição da humanidade e do planeta ainda não fazia parte dos imaginários dos governantes, nem dos mais aventureiros. Poderia se arriscar novo conflitos, com certeza de enceramento, mas com consequências posteriores imprevisíveis para o consciente militar e político. E foi isso o que ocorreu na II Guerra Mundial (1939-1945).

A Alemanha, no ímpeto e vencer o conflito, deu grande ênfase às pesquisas militares, para o desenvolvimento de uma arma cujo princípio decorreria da desintegração do átomo, com liberação de energia nunca vista antes. Os cientistas alemães aprofundaram seus estudos, para desenvolverem o armamento que "poderia" definir os rumos da guerra.

Mas em 1944 as elites militares e científicas da Alemanha, em sua maioria, estavam exaustas da guerra e da insanidade do nazismo. As conversações com o outro lado foram avançando cada vez mais. Os cientistas alemães, mentores da bomba atômica, passaram para o lado aliado, com a promessa destes de não lançarem a bomba atômica sob a Alemanha.

As armas nucleares teriam um papel geoestratégico fundamental após a II Guerra

---

por comboio, metralhadoras e outras armas de fogo de tiro rápido, desenvolveram métodos avançados de produção para reabastecer os arsenais "a velocidade mecânica", armas químicas (cuja utilização está desde então ilegalizada por quase todos, mas não todos, os governos), vasos de guerra blindados e tanques rudimentares. Conceberam elaboradas estratégias baseadas na obtenção de superioridade mediante a rápida mobilização de tropas e celebraram alianças que garantissem a simultânea, rápida e total mobilização em caso de provocação. Perante uma crise destituída, em si, de significado global- o assassinato do herdeiro do trono Habsburgo por um nacionalista sérvio-, as grandes potências da Europa obedeceram a esses planos e entraram em conflito gera. O resultado foi uma catástrofe que destruiu toda uma geração, durante a prossecução de resultados que não tinham qualquer relação com os objetivos de qualquer das partes no início da guerra. Três impérios assistiram ao colapso das respetivas instituições. Até os vitoriosos experimentaram a penúria durante décadas, com perene diminuição do seu papel internacional. A combinação de inflexibilidade diplomática, tecnologia militar avançadas e planos de mobilização imediata produziu um círculo vicioso, que fez que a guerra global fosse não apenas possível, mas também inevitável. As vítimas foram tantas que a necessidade de justifica-las tornou o compromisso impossível. "A cada acréscimo de poder, as maiores sociedades foram aferindo os seus poderes em relação a outras- avaliando qual das partes prevaleceria num conflito, em que riscos e perdas uma vitória incorreria, o que poderia justifica-los, e de que forma a participação de outra potência e respetivo arsenal afetariam o desenlace. As capacidades, objetivos e estratégias das diversas nações estavam apontados, ao menos teoricamente, a um equilíbrio ou "balanço de poder",

No século passado, porém, a calibragem estratégica entre meios e fins descarrilou. As tecnologias utilizadas para alcançar a segurança multiplicaram-se e tornaram-se mais destrutivas, no exato momento em que as estratégias da respetiva utilização na prossecução dos objetivos definidos se tornavam mais evasivas. Na nossa era, o advento das capacidades cibernéticas e de Inteligência artificial acrescentam novos graus de complexidade a essas estimativas." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 139).

Mundial[383], tendo inclusive encerrado este conflito mundial. A diplomacia, a partir de 1945, deveria ter habilidade suficiente para evitar uma III Guerra Mundial "atômica". E a criação da ONU propiciou este efeito diplomática, em escala mundial. As normas estabelecidas passaram a valer para vencedores e vencidos, com a responsabilidade inicial do Estados Unidos e posteriormente da União Soviética. Inglaterra, França e China desenvolvera, depois, seus artefatos nucleares. A Guerra Fria não poderia terminar na III Guerra Mundial. Corria-se o alto risco de não se ter vencedores.

A nova "Arte da Guerra[384]", nos tempos contemporâneos[385], passou a exigir mais cautela

---

[383] "Desde esse cataclismo, e mau grado toda a atenção, disciplina e recursos que as grandes potências devotaram aos respectivos arsenais, só conseguiram com isso agravar as incógnitas da estratégia moderna. No final da Segunda Guerra Mundial e durante as décadas iniciais da Guerra Fria, duas potências esforçaram-se para criar armas nucleares e vetores intercontinentais – capacidades cujo vasto poder de destruição se revelou de utilização plausível apenas nos mais graves e terminais objetivos estratégicos. Ao assistir ao primeiro teste de uma arma no deserto do Novo México, o físico J. Robert Oppenheimer, um dos "pais" da bomba atômica, sentiu-se inspirado a citar, não as máximas estratégicas de Clausewitz, mas um verso das escrituras hindus de *Bhagavad Gita:* "Agora, tornei-me a Morte, o destruidor de mundos." Essa percepção pressagiava o paradoxo central da estratégia da Guerra Fria: de que a mais importante tecnologia de armamentro nunca seria usada. O poder de destruição das armas permaneceu desproporcionado para atingir outros objetivos que nã a pura sobrevivência.
O vínculo entre capacidades e objetivos permaneceu quebrado durante a Guerra Fria-, ou, pelo menos, sem ligação conducente ao claro desenvolvimento da estratégia. As grandes potências organizaram forças armadas tecnologicamente avançadas e sistemas de alianças tanto regionais como globais, que sempre mostraram relutância e, utilizar em conflitos com países mais pequenos ou movimentos armados dotados de arsenais mais rudimentares- uma amarga realidade vivida pela França na Argélia, pelos EUA na Coreia e, depois, pelos Estados Unidos e a União soviética no Afeganistão." "A cada acréscimo de poder, as maiores sociedades foram aferindo os seus poderes em relação a outras- avaliando qual das partes prevaleceria num conflito, em que riscos e perdas uma vitória incorreria, o que poderia justifica-los, e de que forma a participação de outra potência e respetivo arsenal afetariam o desenlace. As capacidades, objetivos e estratégias das diversas nações estavam apontados, ao menos teoricamente, a um equilíbrio ou "balanço de poder",
No século passado, porém, a calibragem estratégica entre meios e fins descarrilou. As tecnologias utilizadas para alcançar a segurança multiplicaram-se e tornaram-se mais destrutivas, no exato momento em que as estratégias da respetiva utilização na prossecução dos objetivos definidos se tornavam mais evasivas. Na nossa era, o advento das capacidades cibernéticas e de Inteligência artificial acrescentam novos graus de complexidade a essas estimativas." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 140).

[384] "Há duas coisas que um príncipe deve temer: a primeira, os ataques de seus próprios súditos e a segunda, os ataques externos de forasteiros poderosos. Contra os últimos, ele será capaz de se defender com um bom exército e bons aliados e os últimos não faltarão a quem tiver o primeiro. Enquanto seus assuntos externos forem mantidos com tranquilidade, sua segurança interna não será perturbada, a não ser por uma conspiração. Mesmo que ele seja atacado por forças de fora, se tiver um exército bem organizado e tiver vivido como devia, sempre será capaz (a não ser que recue) de suportar tais ataques, como relatamos ter acontecido com Nabis, tirano de Esparta.
Entretanto, mesmo quando há paz, é benéfico para o príncipe estar precavido, para que seus súditos não conspirem contra ele secretamente. Ele estará, contudo, suficientemente seguro se evitar ser odiado e menosprezado e suficientemente seguro se mantiver seus súditos satisfeitos, o que deve ser sempre seu objetivo, como já expliquei acima. Não ser odiado nem desprezado pela maioria da população é uma das melhores proteções do príncipe contra conspirações, pois os conspiradores sempre acreditam que a morte do príncipe satisfará o povo. Todavia, quando perceberem que ofenderão a população, e não a conciliarão, não ousarão seguir tal caminho, pois as dificuldades que

e prudência a apenas coragem e determinação. Mas o interessante é que a perda em uma guerra convencional não passou mais a traduzir-se em derrota total. O arsenal nuclear estava mantido intacto. Exemplo foi o fim da Guerra do Vietnã em 1975. A Razão de Estado não permite a destruição da nação por riscos da paixão. O Kaiser Guilherme II, no início do século XX, deveria ter atentado para isso e não ter colocado a Alemanha em um atoleiro do qual quando saiu, paga o preço da inconsequência até os dias atuais.

As décadas da Guerra Fria (1946-1989) custaram trilhões de dólares para cada um dos lados. A URSS liderava o bloco socialista e o EUA liderava os países capitalistas. A tecnologia nuclear era o motivo de constantes pesquisas de ambos os lados, com cientistas disputando a primazia de seu sistema em novidades armamentistas. A Europa havia se transformado em um campo de comparação de forças de cada lado do conflito. As conversações diplomáticas seguravam a hecatombe de uma destruição recíprocas entre as grandes potências nucleares.

Mas nos anos 1980 a União Soviética, em que pese seu enorme arsenal de armas convencionais e nucleares, não conseguia mais acompanhar o Ocidente. A alternativa encontrada por esta nação foi o discurso do desarmamento e da paz. O Estados Unidos entendeu que esse era um argumento que em breve período poderia traduzir-se no Fim da Guerra Fria. E a habilidade de Reagan[386] foi na direção de não perder essa oportunidade ímpar da Razão de Estado norte

---

rodeiam os conspiradores são infinitas." (MACHIAVELLI, Niccolô. O Príncipe. São Paulo: Editora Golden Books, 2008, p. 179-180).

[385] "Com a Revolução Industrial, o ritmo da mudança se acelerou e o poder pelos modernos recursos militares se tornou mais devastador. Quando o hiato tecnológico era grande, mesmo tecnologia rudimentar – pelos padrões atuais- poderia ter consequências equivalentes a um genocídio. Tecnologia europeia e doenças europeias contribuíram muito para varrer do mapa civilizações que existiam nas Américas. Com a promessa de novas eficiências vieram novos potenciais para destruição, na medida em que o impacto do recrutamento em massa multiplicava o efeito cumulativo da tecnologia.
O advento das armas nucleares levou esse processo ao auge. Na Segunda Guerra Mundial, cientistas das grandes potências se esforçaram para adquirir o domínio sobre o átomo e com ele a capacidade para liberar sua energia. Acabou prevalecendo o empreendimento americano, conhecido como Projeto Manhattan os Estados Unidos, Grã-Bretanha e da diáspora europeia..." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.333).

[386]"Na reunião de cúpula de Reykjavik, no verão de 1986, Reagan revogou a prática de destruição mútua garantida. Ele propôs a abolição de todas as armas ofensivas dos dois lados e o descarte do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (Tratado *ABM*, pela sigla em inglês), permitindo, portanto, a existência de um sistema defensivo. Sua intenção era se desfazer do conceito de destruição mútua garantida por meio da proscrição de armas ofensivas e da manutenção de sistemas defensivos como uma garantia em relação a possíveis violações. Porém, Gorbachóv, acreditando-equivocadamente- que o sistema de defesa antimísseis dos estados Unidos estivesse em estado adiantado de desenvolvimento, enquanto a União Soviética, privada de uma base econômica e tecnológica equivalente, não conseguiria acompanhar o ritmo, insistiu em manter o Tratado *ABM*. Os soviéticos efetivamente abriram mão da

americana. O EUA atingiria a hegemonia pretendida pelos Pais Fundadores, da "Cidade na Colina", exemplo para todo o mundo.

O desafio seguinte foi perpetuar o desarmamento, mantendo as estratégias de defesa que assegurassem a paz no mundo. Todavia, o colapso da União Soviética em 1991 propiciou a transferência de armamentos e tecnologias para várias localidades antes carentes de armas nucleares. A derrocada[387] de uma outrora "superpotência" trouxe consequências imprevisíveis para a segurança mundial, inclusive a possibilidade de grupos terroristas terem acessos a essas armas de destruição em massa.

Para o Ocidente, para a China e para a Rússia, o perigo de transferência de armas e tecnologia nucleares para grupos radicais e terroristas constitui cuidado a ser tomado constantemente, evitando a "balcanização" e o "extermínio em massa".

Há um grande perigo do conhecido "ataque preventivo[388]", pois um erro de cálculo pode custar milhões de vidas e um erro de informação pode colocar o mundo diante de um desastre nuclear sem proporções previsíveis. A cooperação de informações entre os países com armas nucleares é fundamental na estratégia de defesa e segurança de todo globo terrestre. A questão

---

corrida em termos de armas estratégicas três anos mais tarde, pondo fim à Guerra Fria." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.336).

[387] "Com o fim da Guerra Fria, a ameaça de uma guerra nuclear entre as superpotências nucleares existentes basicamente desapareceu. Mas a difusão de tecnologia- em especial a tecnologia para produzir energia nuclear pacífica- aumentou enormemente o acesso à capacidade para produzir armas nucleares. O agravamento das linhas de divisão ideológica e a persistência de conflitos regionais não resolvidos acabaram por aumentar os incentivos à aquisição de armas nucleares, inclusive por parte de Estados delinquentes ou atores não estatais. Os cálculos de insegurança mútua que produziam moderação durante a guerra Fria não se aplicam nem de longe na mesma medida- se é que aplicam em algum grau- aos novos integrantes do campo nuclear, e muito menos aos atores não estatais. A proliferação de armas nucleares se tornou um problema estratégico de grande abrangência para a ordem mundial contemporânea." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.337-338).

[388] "A proliferação vem exercendo um impacto diferenciado sobre o equilíbrio nuclear, variando conforme a disposição aparente do país recém- incluído no campo nuclear de usar suas armas. Os poderios nucelares da Grã Bretanha e da França se somam ao arsenal da *OTAN* apenas de forma marginal. São concebidas prioritariamente como um último recurso, como uma rede de segurança no caso do seu abandono pelos Estados Unidos, no caso de alguma grande potência venha a ameaçar o que a Grã-Bretanha e a França percebem como seus interesses nacionais básicos, ou como um meio de se manter à parte numa guerra nuclear entre superpotências- todas possibilidades essencialmente remotas. Os programas nucleares da Índia e do Paquistão são, em primeiro lugar, dirigidos um contra o outro, afetando o equilíbrio estratégico de duas maneiras. O risco de escalada pode reduzir a probabilidade de uma guerra convencional total no subcontinente. Porém, como os sistemas de armas são tão vulneráveis e tecnicamente tão difíceis de proteger contra ataques de curta distância, a tentação de empreender ataques preventivos é inerente à tecnologia, sobretudo em situações em que as emoções já são tão intensas. Em síntese, a proliferação gera o dilema nuclear clássico: mesmo quando as armas nucleares reduzem a probabilidade de uma guerra, elas podem aumentar de forma gigantesca sua ferocidade, no caso de uma guerra ocorrer." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p.339-340).

nuclear não aceita equívocos nem aventuras.

Israel é o único país do oriente Médio que possui armas nucleares, para sua própria segurança. O Irã, em níveis diplomáticos, não reconhece o Estado de Israel, apesar de todo protocolo internacional para o estabelecimento de uma nação soberana ter sido seguida para que o povo judeu tivesse sua pátria reconhecida na Palestina. A Diáspora dos judeus em 70 D.C não fragmentou a cultura e o sentimento deste povo ao longo de quase 2000 anos de dispersão pela Europa.

O Irã, como mantém estreitos contratos com grupos terroristas, pode constituir um perigo não apenas para o Oriente médio, mas como também para todo mundo, caso tenha acesso às armas nucleares. A atual ordem mundial não tem mais a tutela de apenas duas superpotências, como ocorria na Guerra Fria.

O Ocidente[389] deve apoiar Israel[390], para que a segurança mundial, em termos de armas nucleares, seja mantida em patamares que não representem uma possível ruptura, a qualquer momento. Se a China e a Rússia atualmente mantêm alianças com o Irã, o Ocidente, em especial o Estados Unidos, devem estar ao lado de Israel, em nível diplomático e militar. Israel é uma nação democrática, com um parlamento sério e eficiente. Estrategicamente, a segurança de Israel é um objetivo do mundo livre, democrático.

---

[389] "Com o decorrer do tempo, a contínua proliferação de armas nucleares acabará por afetar até mesmo a balança nuclear geral entre as superpotências nucleares. Líderes das potências nucleares já estabelecidas se veem obrigados a se preparar para a pior eventualidade. Isso envolve a possibilidade de ameaças nucleares feitas não apenas por outra superpotência, como também por países que adquiriram recentemente essa capacidade. Seus arsenais irão refletir sua convicção de que devem, além de dissuadir seu principal adversário em potencial, contar cum uma força residual para lidar com a parte do resto do mundo que passou a ter acesso às armas nucleares. Se cada uma das potências seguir esse mesmo raciocínio, a proliferação levará a um aumento proporcional de forças residuais, pressionando ou extrapolando os atuais limites. Mais ainda, esses equilíbrios nucleares que se sobrepõem unas aos outros se tornarão mais complicados à medida que a proliferação aumente. A ordem nuclear relativamente estável da época da Guerra Fria será substituída por uma ordem internacional na qual a projeção, por parte de um Estado que possua armas nucleares, de uma imagem de disposição para assumir decisões apocalípticas pode lhe proporcionar uma vantagem perversa sobre seus rivais." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p.340).

[390] "Para proporcionarem a si mesmos uma rede de segurança contra superpotências nucleares, mesmo países com poderio nuclear contam com um incentivo para se colocar sob o apoio tácito ou declarado de uma superpotência (exemplos disso são Israel, as forças nucleares europeias, o Japão, que se encontra na iminência de dominar a tecnologia nuclear, outros Estados que acabaram de adquirir tecnologia nuclear ou que estão prestes a fazê-lo no Oriente Médio. Então pode ser que a proliferação de armas leve à formação de sistemas de alianças comparáveis, em sua rigidez, àquelas que conduziram à Primeira Guerra Mundial, ainda que as superando amplamente em termos de abrangência global e poder destrutivo." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.340-341).

O acidente nuclear de Chernobyl, ocorrido em 26 de abril de 1986 é a prova evidente do perigo de se manter altos testes atômicos sem o mínimo de responsabilidade. No referido ano, a União Soviética ainda mantinha a corrida armamentista e gozava de um status de "superpotência", pelos menos para fins militares. As consequências do acidente foram sentidas por todas a Europa e, por mais fechado que fosse o Partido Comunista soviético e não transparente, a radiação não encontrou limites e os satélites americanos detectaram derretimento de magma na Ucrânia, que na época era república soviética. A comunidade internacional ficou perplexa e ofereceu ajuda, inclusive a Agência Internacional de Energia Atômica sediada em Viena, na Áustria. O planeta terra é um só.

A *Glasnost* teve início na URSS após o desastre em Chernobyl no ano de 1986.

O acidente nuclear de Fukushima em março de 2011, no Japão, demonstrou o quanto a eficiência de uma potência mundial é essencial para superar as consequências do desastre, para fins de infraestrutura e socorro às vítimas, somado à abertura para a cooperação internacional.

As experiências passadas servem para despertar o presente. A Coréia do Norte nuclearizada, com um regime de modelo stalinista, e com pobre sistema financeiro e de infraestrutura, preocupa o mundo atualmente e os organismos especializados em assuntos atômicos. A Ásia é uma região do planeta que tende a rivalizar em algumas localidades com o EUA, desde a Guerra da Coréia de 1953, que, para fins de Direito Internacional, ainda não encerrou. A Coréia do Norte e a Coréia do Sul possuem ainda uma "cortina de ferro", fortemente vigiada por ambos os lados e a parte sul conta com o apoio incondicional do Estados Unidos da América do Norte. Por motivos estratégicos, não pode ser diferente. O EUA nunca admitirá o domínio exclusivo da China[391] sobre toda a Ásia. O litoral norte- americano a oeste é banhado pelo Oceano Pacífico, bem com todo continente Americano.

[391] "Um desequilíbrio particularmente sério pode surgir caso um país que tenha adquirido poderio nuclear venha a acumular uma capacidade ofensiva que se aproxime daquela das duas superpotências nucleares (um objetivo capaz de ser atingido, ao que parece, tanto pela China como pela Índia). Qualquer país nuclear importante que consiga ficar de fora no caso de um conflito entre os outros, emergiria dessa situação como potencialmente dominante. Num mundo nuclear multipolar, isso também poderia acontecer caso este país se alinhe com uma das superpotências para que, combinadas as suas forças, obtenham uma vantagem estratégica. O equilíbrio nuclear que, grosso modo, existe entre as atuais superpotências poderia então se inclinar de modo a se afastar da estabilidade estratégica: quanto mais baixo for o nível de forças ofensivas que a Rússia e os Estados Unidos concordarem em manter entre si, mais verdadeira será essa assertiva.
Qualquer ampliação da difusão das armas nucleares para além da situação existente multiplica as possibilidades de uma confrontação nuclear; aumenta o perigo de uma manobra diversionista, deliberada ou não autorizada. Acabará por afetar realmente o equilíbrio entre as superpotências nucleares. E à medida que o desenvolvimento de armas nucleares se espalhar para o Irã e prosseguir até incluir a Coréia do Norte- em desafio a todas as negociações em

O pensamento diplomático de Henry Kissinger está delineado em dois aspectos, que são o norte de todas as suas reflexões geoestratégicas[392] e geopolíticas, quais sejam, a liderança e a estrutura da paz. A primeira importa em dirigentes capacitados e que estejam à altura dos desafios diplomáticos enquanto a segunda diz respeito à "normalidade" da ordem mundial. Quando se pensa em armas nucleares, a existência dessas é uma realidade mundial, mas que deve ser utilizada para manter a paz, não uma situação caótica.

A Razão de Estado[393] de qualquer nação hegemônica deve buscar a paz e o progresso mundial.

A ordem mundial[394] não pode ser imposta caoticamente pela inconsequência de governantes que enxergam apenas o próprio poder, ao contrário, deve ser determinada por

---

curso-, os incentivos para que outros países sigam o mesmo caminho podem se tornar irresistíveis." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.341).

[393] "Diante dessas tendências, os Estados Unidos necessitam constantemente rever sua própria estratégia. Durante a Guerra Fria, a tecnologia nuclear era amplamente reconhecida como a vanguarda das realizações científicas americanas- uma fronteira do conhecimento que, na época, apresentava os mais importantes desafios estratégicos. Agora, ao contrário, as melhores mentes técnicas são estimuladas a dedicar seus esforços a projetos vistos como mais relevantes para o interesse público. Talvez, em parte em consequência disso, limites à elaboração da tecnologia nuclear são considerados como inexoráveis, mesmo que os novos Estados nucleares, estejam se armando e outros estejam aprimorando suas tecnologias. Os Estados Unidos precisam manter -se na linha de frente da tecnologia nuclear, ainda que, simultaneamente, negociem as restrições do seu uso.
Talvez o mais importante desafio às potências nucleares estabelecidas seja o de determinar qual seria sua reação caso armas nucleares fossem de fato usadas pelos novos países nucleares, uns contra os outros. Primeiramente, o que precisa ser feito de fato para evitar o uso de armas nucleares para além do definido nos acordos existentes? Se elas devessem realmente ser usadas, que passos imediatos precisariam ser tomados para parar uma guerra desse tipo? Como é possível lidar com os danos humanos e sociais? O que pode ser feito para evitar uma escalada de retaliação sem abrir mão da validade do princípio da deterrência e impondo as consequências adequadas caso a deterrência fracasse? O avanço do progresso tecnológico não deve obscurecer o quão terrível é o poderio engendrado pela humanidade e a relativa fragilidade dos equilíbrios que impedem o seu uso. Não se deve permitir que as armas nucleares se tornem armas convencionais. Nesse momento crítico, a ordem internacional exigirá um entendimento entre os países nucleares mais poderosos para que insistam na não proliferação, ou a ordem será imposta pelas calamidades de uma guerra nuclear." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p.341-342).

[394] "Não utilizar o nuclear não é um dado adquirido, mas, antes, uma condição que tem de ser garantida por cada geração de dirigentes políticos. Isso será particularmente dificultado pela entrada de novos protagonistas com diferentes doutrinas estratégicas, diferentes atitudes em relação à imposição internacional de baixas civis, e que procuram desenvolver capacidades nucleares. As equações da dissuasão tornar-se-ão cada vez mais difusas, e os seus resultados cada vez mais incertos. É neste mundo de paradoxos estratégicos ainda por resolver que estão a emergir novas capacidades, com correspondentes complexidades.
A primeira é a cibernética, que, além de aumentar as vulnerabilidades, ampliou o campo das ambições estratégicas e a variedade de opções de que os protagonistas dispõem. A segunda é a IA, a qual tem capacidade para transformar o armamento e as estratégias convencionais, nucleares e cibernéticas. O avento de novas tecnologias tem acentuado os dilemas das armas nucleares." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 151).

Grandes Líderes[395], que, em termos hegelianos, corporificam o Espírito da Liberdade e por isso fazem a História Universal.

[395] "A Razão de Estado é necessária para que a nação sinalize um futuro promissor para os seus membros ou nacionais. O imaturo estado de violência e de suprimento das necessidades básicas, apenas, não é suficiente para o fortalecimento da dignidade da pessoa humana. Sair da caverna e olhar a luz do sol e as estrelas se dá exclusivamente pela "Educação, segundo o pensamento platônico. Em um Estado Racional o grau de formação dos cidadãos é o mais elevado possível. Os estados Unidos da América do Norte, o Ocidente Europeu, o Japão, a Coreia do Sul e Israel são exemplos de nações que investem profundamente na educação. Os ganhos são enormes em todas as áreas macroestruturais e microestruturais." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 27).

3.2- RAZÃO DE ESTADO E DIPLOMACIA NO SÉCULO XXI NA CONCEPÇÃO DE HENRY KISSINGER

As primeiras manifestações da Razão[396] podem ser encontradas nas construções e ciências matemáticas da Antiguidade, quando a identificamos como "arte". As pirâmides do Egito, na planície do Gizé, são um quadrilátero de base equilátera que indicava, para os antigos governantes do Egito, o caminho do céu. Utilizando a Razão, o "único livre", segundo o pensamento de Hegel, queria chegar no espaço cósmico[397], após sua morte.

Em um mundo repleto de escravos, a Antiguidade foi caminhando historicamente com a construção de grandes monumentos. Os Jardins Suspensos da Babilônia, o Colosso de Rodes e a Biblioteca de Alexandria são exemplos da capacidade humana de apresentação da grandeza dos tempos e do acúmulo de conhecimento. As gerações futuras deveriam testemunhar como a Razão despertou o homem em tempos pretéritos. Quando Júlio César visitou as pirâmides do Egito com Cleópatra, as referidas construções possuíam 2.500 anos de História. Servia como inspiração de grandeza, mas por outro lado testificavam como o poder é breve nesse mundo.

---

[396] "A capacidade de pensar é um atributo exclusivo do homem. Desde a criação, todo agir interno, que é o pensamento, deve exteriorizar-se em atitudes voltadas para o benefício individual e coletivo, sob o prisma ontológico, e por isso científico.
Apenas o ser humano tem a capacidade de pensar e o pensamento habita apenas no homem. A dignidade pessoal passa habitar apenas no homem. A dignidade pessoal passa pelos sentidos e por isso tem haver com a afirmação intelectual e prospectiva. A criatividade perpassa toda a existência racional, em si e para si.
Interagir com os elementos materiais fundantes do planeta, a terra, a água, o oxigênio e o fogo e entender a função de cada um deles, foi o primeiro passo do conhecimento humano, paralelo à nomeação e identificação de todas as criaturas vivas. Mas a primeira necessidade humana sempre foi a alimentação. (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 15-16).

[397] "O universo, as galáxias, possem corpos que lhe dão movimento, e numa escala de tempo de milhões até bilhões de anos, influenciaram a composição material do planeta Terra.
Analisando o panorama geográfico das pirâmides egípcias da Planície do Gizé (Quefren, Queóps e Miquerinos), percebe-se a vontade dos faraós de serem eternos através do posicionamento angular entre as estrelas. O céu e os astros sempre transmitiram o sentimento de além, do eterno. As primeiras análises científicas do cosmo nada mais eram a não ser a incessante busca do ser racional em que se tornar um ser eterno, em que pese as mazelas que o pecado original impôs à existência.
Olhar as estrelas e os astros serviu e ainda serve para o direcionamento de viagens, determinação das condições climáticas e uma elevação do espírito às altitudes purificadoras da consciência. Todavia, alcançar as estrelas, ao longo da História, passou do mundo das Ideias para o conceito e assim virou Ciência, em um movimento dialético-epistemológico. O infinito leva a indagações nunca satisfeitas." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 18).

Pitágoras e Tales de Mileto desenvolveram a matemática, para o entendimento da lógica na natureza e na sociedade da época. A matemática[398] foi abrindo espaço para o desenvolvimento de outras ciências extadas, como a física e a química.

A Filosofia[399] permanece como a ciência por excelência, pois apenas ela dá conta do Conceito. É a ave de minerva que alça voo ao anoitecer.

Na Grécia e na Roma Antiga o despertar para a liberdade foi o grande salto dentro do pensamento da Filosofia. Liberdade e Justiça são conceitos do pensamento filosófico. Esta última como virtude na Grécia e como ciência em Roma[400]. As relações humanas vão se aperfeiçoando no caminhar rumo à liberdade de todos.

As nações na Antiguidade lidavam umas com as outras através da guerra. Mas o custo disso já se fazia sentir. A humanidade, em termos biológicos, é uma só. A Razão foi levando os homens a melhor se comunicarem através da linguagem, daí nascendo a diplomacia.

---

[398] "O ser, dotado de Razão, através do Conceito, produz ciência. Os primeiros astrônomos, matemáticos e físicos contemplavam a natureza e o cosmos para daí tirarem suas conclusões sobre o melhor caminho da existência humana." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 17).

[399] "A "filosofia", seja como indicação semântica (isto é, como termo lexical), seja como conteúdo conceitual, é uma criação peculiar dos gregos. De fato, se para todos os outros componentes da civilização grega encontra-se idêntico correlativo junto a outros povos do Oriente- os quais alcançaram, antes dos gregos, níveis de progresso muito elevados-, não se encontra, ao invès, idêntico correlativo da filosofia ou, pelo menos, algo assimilável ao que os gregos e, posteriormente, com os gregos, todos os ocidentais, chamaram de "filosofia.
Crenças e cultos religiosos, manifestações artísticas de natureza diversa, conhecimentos e habilidades técnicas de diferentes espécies, instituições políticas, organizações militares existiam seja nos povos orientais que chegaram à civilização antes dos gregos, seja entre os gregos, e, consequentemente, é possível fazer confrontos (embora dentro de certos limites) e estabelecer se e em que medida os gregos, nesses âmbitos, podem ser ou são efetivamente devedores dos povos do Oriente , e se pode estabelecer em que medida os gregos superam os povos do Oriente no vários domínios. No que diz respeito á filosofia, porém, encontramo-nos diante de um fenômeno tão novo que, como dissemos, não só não há entre os povos orientais idêntico correlativo, mas nem mesmo algo que analogicamente comporte comparação com a filosofia dos gregos ou que prefigure de modo inequívoco." (REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. Volume I, São Paulo: Editora Loyola: 1993, p.11).

[400] "Em primeiro lugar, povo algum da Antiguidade construiu monumento tão completo, tão sistemático e penetrante, como o legado jurídico romano.
O direito romano que floresceu por mais de mil anos é como que um *vasto campo de observação,* verdadeiro *laboratório de direito."* (JÚNIOR, J. Cretella. Curso de Direito Romano: o Direito Romano e o Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997, p.10).

A força do argumento torna-se essencial para o alcance dos objetivos, dentro da diplomacia. As nações na Antiguidade[401] possuíam embaixadores que eram enviados para outras nações, na busca da paz, principalmente através das relações comerciais.

Findo o período medieval, do poder papal praticamente absoluto, a Idade Moderna, com sua iluminação da Razão[402], fortalece as relações jurídicas, dando ênfase no controle da sociedade pelo Direito. O Direito Internacional foi criado para regular a mercancia dentro da Europa, entre as nações desta parte do mundo. A Diplomacia passa a seguir este caminho, mas levando em consideração o "interesse nacional" de cada país, principalmente daqueles hegemônicos, como foi o caso da França a partir do século XVII.

A Paz de Vestfália de 1648 e o Congresso de Viena de 1815 são momentos fundamentais para o Direito Internacional e por isso para a Diplomacia também. A utilização da força vai sendo afastada para dar lugar ao critério da argumentação pela linguagem. Para existir um "equilíbrio de poder" relações diplomáticas foram desenhadas através de alianças fluídas, bem ao estilo de Bismarck, mas nunca afastando a possibilidade do uso da força, como último recurso.

O Estado europeu do século XIX é aquele que é soberano e traça relações diplomáticas constantes com outros Estados, também soberano, pois pode estabelecer relações diplomáticas

---

401 "DESDE QUE HÀ REGISTROS históricos que a segurança constitui a condição mínima de uma sociedade organizada. Podem as culturas divergir nos seus valores, e as unidades políticas nos seus interesses e aspirações, mas nenhuma sociedade incapaz de defender-se – seja sozinha ou em alianças- perdurou.
Em todas as épocas, as sociedades em busca de segurança viraram-se para o progresso tecnológico para conseguirem métodos mais eficazes de monitorar ameaças, conseguir maior prontidão, exercer influência além-fronteiras e- em caso de guerra- exercer força contra o adversário a fim de prevalecer. Para as primeiras sociedades organizadas, forma muitas vezes decisivos os avanços na metalurgia, na arquitetura, de fortificações, no poder da cavalaria e na construção naval. No princípio da era moderna, as inovações nas armas de fogo e nos canhões, nos vasos de guerra, bem como nos instrumentos e técnicas de navegação desempenharam um papel comparável. Refletindo sobre esta dinâmica perene, no seu clássico de 1832, *DA GUERRA*, o teórico militar prussiano Carl von Clausewitz observava: "A força, pra contrapor-se a força oposta, equipa-se com as invenções da arte e da ciência." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 137-138).

402 "ESTE MUNDO DO ILUMINISMO- com o seu otimismo em relação à razão humana, apear de consciente das armadilhas de uma lógica imperfeita- é desde há muito o nosso mundo. As revoluções científicas, especialmente durante o século XX, desenvolveram a tecnologia e a filosofia, mas a premissa central do Iluminismo de um mundo conhecível sendo descoberto, passo a passo, pela mente humana, tem persistido. Até agora. Ao longo de três séculos de descoberta e exploração ininterruptas, os humanos interpretaram o mundo como Kant predissera que o fariam; segundo as estruturas das suas próprias mentes. Mas à medida que iam aproximando dos limites da sua capacidade cognitiva, os humanos dispuseram-se a mobilizar as máquinas – os computadores- para expandirem a sua capacidade mental e assim ultrapassaram as suas limitações..." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote: 2021, p. 54).

apenas o Estado que é soberano, em uma sociedade internacional mantida pela coordenação entre seus sujeitos, nunca pela subordinação[403]. A "soberania[404]" torna-se uma condição do constitucionalismo, pode apenas o Estado soberano pode ter uma constituição.

A entrada na Ordem internacional com a condição de ser Estado de Direito com uma Constituição irá influenciar muito as Convenções Internacionais do século XX. Isso traz segurança jurídica e por isso política nas relações internacionais.

As Academias Jurídicas[405] no Ocidente valorizam o direito constitucional, seja em sua aplicação interna como externa, como o "centro nervoso" da principiologia que conduz todo o ordenamento jurídico nacional. As ideias e os conceitos nascem do pensamento crítico científico, por isso acadêmico. Kissinger iniciou sua caminhada internacional na Universidade de Harvard, onde defendeu tese única, nos idos de 1954 (Diplomacia das Potências Europeias).

A Razão de Estado é tecida através de um longo pensamento científico, que é teorizado e deve ser colocado em prática para que atinja seus objetivos, sendo o principal deles que a nação à qual é dirigida se torne hegemônica, através do atendimento do estrito interesse nacional. As relações internacionais devem estar totalmente voltadas para o progresso material e nacional do país.

---

[403] "O estado-soberano, surgido das fontes profundas, do Medo, para prover a segurança individual e coletiva na terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico, mas, já agora, pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escorreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra todas as críticas e contra quaisquer argumentações. E, assim, em Hobbes, encontrariam, ao seu inteiro dispor, os defensores do autoritarismo mais rigoroso, todos os déspotas futuros, esclarecidos ou não; os senhores da guerra; os novos Césares, no tumulto de suas ambições insofridas; as minorias usurpadoras e tirânicas- inteiramente modelada, em linhas inflexíveis e rigorosas, a teoria que lhes absolveria os desmandos e lhes encobriria os caprichos insanos enquanto se pudessem manter pelo poder da coação como governos de fato." (SILVA, Golbery do Couto. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p.3-4).

[404] "Planeja-se para a segurança nacional porque planejar é, aqui, um imperativo da autodeterminação do povo, da soberania que deste povo faz realmente, uma nação, da integração sólida de todos os grupos sociais que habitam um território, e a qual faz, deste território, uma pátria, da prosperidade também que, em certo grau, constitui alternativa única que se oferece à estagnação e à morte das civilizações e das culturas- um imperativo, pois, da própria sobrevivência nacional.
(...)
Em linguagem oriunda da estratégia militar, o mais que se pode avançar é que o planejamento governamental é um risco- um risco calculado..." (SILVA, Golbery do Couto. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p.431).

[405] "...O Estado utiliza a Ciência como a mola mestra para afirmação da soberania, em nível militar, tecnológico, econômico e social. Dar um passo, em nível estratégico, requer o total domínio da evolução das técnicas científicas." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 28).

A diplomacia de uma grande potência hegemônica[406] deve fugir da submissão de outras nações e povos e sim buscar a coordenação, com liderança, para o progresso da sociedade internacional. Bismarck[407] buscava estabelecer alianças fluídas e nunca fixas, para evitar compromissos irresponsáveis e a atração do ódio de povos e nações. Ele queria a Alemanha forte e unificada.

O século XX e consequentemente o século XXI foram adentrados pela apresentação e normatização dos Direitos Humanos. Esse foi um tema largamente utilizado no governo do presidente americano Jimmy Carter (1977-1981), como forma de dissuadir a União Soviética e inclusive "desmoralizar" o partido comunista soviético. Mas não foi suficiente para conter o ímpeto "expansionista" da União Soviética.

Direitos Humanos é um tema que vem sendo abordado internacionalmente desde 1945, com o final da II Guerra Mundial. A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1948 deu abrangência mundial aos direitos humanos. A condição humana passa a fazer parte principal do Estado de Direito das nações democráticas, o que forçou os regimes autoritários (como foi a URSS nos anos 1970) a também darem à sua população o "estado de bem estar social". Mas nos anos 1980 esse modelo já estava desgastado, pela crise econômica nos países capitalistas (o que contribuiu para levar Reagan ao poder no EUA) e pela estagnação econômica nos países de economia centralmente planificada (o que levou Gorbachev[408] a lançar mão da *perestroika*). A roda da História vai girando.

---

406 "A Razão de Estado, exemplificada em um jogo de xadrez, exige estar sempre três lances à frente do competidor. Em termos estratégicos, é pensar a longo prazo.
(...)
A Razão de Estado exige o domínio tecnológico e científico no patamar mais elevado em nível mundial. Agir segundo o interesse nacional implica em estar à frente e não ficar aguardando "resultados" advindos de práticas estatais externas" (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 48).

407 "A História Mundial é a luta do homem para ser livre e ter o reconhecimento dessa liberdade. Para esse ínterim, a liderança é indispensável. Os grandes momentos da história em nível político e científico, se encontram concretizados em figuras que são a expressão do Espírito da sua época." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 58).

408 "Em contraste com a hesitação que caracterizara as deliberações do Comitê Central por ocasião da eleição do sucessor de Andropov, certa ânsia de encontrar rapidamente um substituto para o cargo tomou conta dos membros. Na reunião do Politiburo, realizada três horas após a morte de Chernenko, o principal rival de Gorbachev, Romanov, propôs o nome do chefe do partido, Viktor Grishin, para secretário-geral. Quando o ministro do Exterior, Andrei Gromyko, partidário de Gorbachev, contrapôs-se a Romanov, lembrando aos membros da assembleia que o velho Grishin, com 70 anos, falhara na luta contra a corrupção em Moscou, e sustentou que a União Soviética precisava de um secretário-geral que vivesse para leva-la ao século XXI, o Politiburo decidiu em favor de Gorbachev.

Para fins de Razão de Estado, os direitos humanos, tal qual concebido no final da década de 70, não constituíram "motivo suficiente" para colocar o Estados Unidos ou a União Soviética à frente da liderança mundial. Foi a agenda econômica, principalmente a partir de 1985, tanto na URSS como no mundo em desenvolvimento, que forçou relevantes reformas que extirparam modelos obsoletos de produção e gerenciamento do Estado e das empresas particulares. Os "subsídios" foram substituídos pelos critérios da eficiência, o que fortaleceu a concorrência, gerando maior acessibilidade aos bens de consumo e barateamento dos preços. Foi nisso que a globalização se assentou.

Segundo o pensamento de Henry Kissinger, para toda mudança deve haver uma estratégia que implica em imaginação e capacitação da liderança. Não basta simplesmente "mudar" se não se tiver o objetivo de chegar a algum lugar, ou atingir um objetivo. A liderança deve ter controle sobre a vida da nação e evitar a falta de direção dos fins nacionais. A Razão de Estado requer o controle institucional e não a continua espera de 'surpresas" que possam redirecionar a nação. Desde Platão é conhecido que o melhor governante é o rei "filósofo", ou seja, o mais capacitado de todos.

A Razão de Estado é uma construção da História Universal, por este motivo, com o decorrer dos tempos, evolui, sem perder o direcionamento único, qual seja, o estrito interesse nacional.

A diplomacia de qualquer nação hegemônica, em diferentes épocas, deve entender que o interesse nacional deve buscar todos os meios para o progresso nacional. O Brasil, ainda, mão possui formas armadas equipadas[409] como deveriam ser, por questões políticas e por ser uma

---

Na reunião do Comitê Central, realizada no dia seguinte, Gromyko, agora o partidário mais poderoso de Gorbachev, descobriu que grande parte dos membros não estava convencida de que Gorbachev fosse o homem certo para o cargo. Gromyko então pronunciou um discurso de intenções, que não foi registrado pela imprensa soviética pelo fato de não ter sido propriamente um discurso formal. O veterano diplomata dez um pronunciamento violento, cujo resultado não poderia ser melhor: Gorbachev foi eleito secretário-geral do partido.
No momento em que chegou ao poder, Gorbachev deixou claro sua impaciência com a estagnação da economia soviética. Em seu discurso de aceitação do cargo, declarou francamente: "Temos de realizar uma virada decisiva para colocar a economia nacional na rota do desenvolvimento intensivo. Devemos, estamos obrigados, alcançar, no mais breve período de tempo, as posições técnicas e científicas mais avançadas, o mais alto nível mundial de produtividade do trabalho social." (BUTSON Thomas. Os Grandes Líderes. Gorbachev. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1990, p.79).

[409] "O PLANEJAMENTO DA SEGURANÇA NACIONAL obedece necessariamente a um processo contínuo de aproximações sucessivas e de frequentes reajustamentos. Nem poderia deixar de assim ser uma vez que a conjuntura, tanto nacional como sobretudo internacional, está sempre em continuada evolução e sobre ela só podemos exercer um grau muito relativo de domínio ou controle. O conhecimento a respeito dela é e será sempre mais ou menos imperfeito, devendo os planejadores basear-se, portanto, em estatísticas, informações nem completas, nem muito

nação em desenvolvimento. Mas a diplomacia brasileira consegue lidar, com uma competência ímpar, para manter um ambiente de relacionamento internacional estável aos propósitos nacionais, entre eles a paz. O Brasil não tem problemas de fronteiras com os vizinhos, desde os tempos do Barão de Rio Branco.

Por outro lado, o Estado Unidos da América do Norte[410], além de contar com uma notável diplomacia, teve de utilizar do recurso da força para anexar partes do seu território, por exemplo o Novo México. Mas a História não deve ser julgada, e sim interpretada, principalmente filosoficamente.

A Louisiana foi comprada pelo EUA da França por questões políticas. Napoleão Bonaparte entendeu que convinha vender esse território francês para a Grande Nação do Oeste, inclusive para enfraquecer a Inglaterra.

O Estados Unidos da América do Norte utilizou bem sua geopolítica, com sistema de "alianças", evitando zonas de profunda influência (como era o Leste da Europa em relação à URSS), para aperfeiçoar seu trato diplomático com "amigos e inimigos", no dizer de Kissinger. Uma política de hostilidade (como o macarthismo nos anos 1950 no EUA) foi afastada gradualmente por promessas de progresso material e de liberdade.

---

indiscutíveis, suplementadas forçosamente por estimativas e avaliações que acarretam mormente quando se referem a projeções ou previsões sobre o futuro, uma irredutível margem de erro." (SILVA, Golbery do Couto. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p. 315).

[410] "...O Ocidente, com o significado moral, civilizacional e político da palavra, não foi eliminado, aniquilado ou destronado; foi deslocado. O centro de gravidade do direito das gentes deixou de ser a velha Europa, pois o centro da civilização moveu-se ainda mais para o Oeste, para a América.
Não podemos determinar até que ponto as pretensões de Jefferson e Monroe eram moral e politicamente justificadas naquele momento e se a crença de representarem um mundo moral e politicamente justificadas tinha sentido. Mas, de fato, no solo americano se reuniu e se desenvolveu uma parcela da cultura europeia. Um europeu da velha Europa, sem se depreciar, pode reconhecer abertamente que homens como Georg Washigton e Simon Bolívar foram grandes europeus, aproximando-se mais do sentido ideal desta palavra do que a maioria dos homens de Estado da Inglaterra e da Europa continental de sua época. Fosse diante da corrupção parlamentar do século XVIII inglês, diante da degeneração absolutista do século XVIII francês ou finalmente, diante da limitação e da ausência de liberdade na Restauração pós-napoleônica e na reação de Metternich no século XIX, a América tinha grandes possibilidades de representar a verdadeira Europa.
A pretensão da américa de ser a verdadeira Europa, o abrigo do direito e da liberdade, foi um fator histórico do mais amplo alcance. Correspondeu a fortes tendências europeias e expressou uma energia política real, ou para usar termos modernos, um potencial de guerra de primeira linha..." (SCHMITT, Carl. O Nomos da Terra no Direito das Gentes do Jus Publicum Europeaum. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p.315).

Em nível científico e político, o Conceito de Liberdade[411] é o que mais distingue a civilização ocidental, além do cristianismo, que é a religião da universalidade da igualdade. Oferecer igualdade e liberdade pelas vias democráticas foi a maior "vitrine" do Ocidente para o mundo não livre, na Guerra Fria.

O agir diplomático, para fins estratégicos[412], pautou-se no diálogo para evitar uma crise nuclear e no incentivo para o abandono de práticas econômicas estagnadas, principalmente nos países subdesenvolvidos. Cuba sofreu (e sofre) o embargo econômico por não praticar, em nível internacional, os "bons modos" de uma economia de mercado. Kissinger nunca teve paciência, diplomaticamente, com as decisões do governo cubano pós 1959, principalmente com o ímpeto que teve, nos anos de 1970, de envio de tropas para combate no continente africano. O referido diplomata norte americano sabia que Cuba era usada pela União Soviética[413] para interferir em outros países. Razão de Estado não se coaduna com governos cuja meta é apenas o relacionamento ideológico. O interesse nacional[414] exige prosperidade do povo e progresso da nação. Por isso é indispensável planejar[415] a nação para o futuro.

---

411 "O caminhar do Espírito Universal, ao longo dos milênios, traduz a racionalidade do homem em buscar a liberdade através do aperfeiçoamento das técnicas e das formas de produção que revelam-se como um veio para a igualdade de condições no alcance de bens materiais, necessários à existência.
Tudo aquilo que pode ser percebido pelos sentidos, principalmente até onde a visão alcança, é interiorizado pelo pensamento que é exteriorizado através do agir, que deve criar, produzir e inovar." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 173).

412 "Todas as grandes transformações da política externa americana resultaram de presidentes fortes, interagindo com outras instituições do EUA. O presidente funciona como um educador, cuja visão moral fornece a estrutura para o debate..." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva,2012, p.810).

413 "Alguns políticos russos, como Gorbachov, tiveram a sensatez de perceber que, para a Rússia, "a extensão do território era a extensão da fraqueza." Mas essas opiniões jamais foram capazes de moderar a mania russa de novas conquistas. No fim da história, o império comunista caiu pelas mesmas razões por que o império do czar caíra. A União Soviética estaria melhor se permanecesse em suas fronteiras após a segunda Guerra Mundial, estabelecendo com o que veio a ser chamado a órbita dos satélites relações comparáveis às que manteve com a Finlândia." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva,2012, p.153).

414 "É preciso atestar a honestidade de nossos propósitos, pela aceitação consciente de sacrifícios, e a firmeza de nessa conduta, pela austeridade indiscutível na ação.
É preciso, sobretudo, testemunhar, à evidência, que somos, não só por origem, mas ainda por convicção, povos deste mundo livre do Ocidente, que estaremos prontos a defender, sem tergiversações covardes nem subterfúgios desonrosos, quando soar a hora extrema da prova." (SILVA, Golbery do Couto. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p. 144).

415 "Eis por que já se disse, ganhando em força sugestiva o que se perde em precisão, que planejar é fixar prioridades, isto é, ordenar as várias alternativas aceitas." (SILVA, Golbery do Couto. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE: 2003, p. 400).

O final do século XX, em termos estratégicos, foi um desastre para os países que orbitavam a URSS e para essa própria nação. Os satélites drenaram recursos da União Soviética[416] e o modo de produção de economia centralmente planificada não atendia à demanda dos povos do leste comunista. O modelo de mercado oferecia respostas satisfatórias e mais rápidas.

O Estados Unidos da América do Norte, em 1992, era a hiperpotência mundial. Se ventilou até em uma parceria efetiva, que visava a incorporação, da Rússia à OTAN. Mas os generais do exército vermelho, por pior que estivesse a situação econômica de seu país, não aceitaram a referida aliança proposta.

Seguindo-se a crise na Iugoslávia, nos anos 1990, ficou claro que o EUA era a única nação do mundo capaz de estabelecer ordem nos Balcãs, apesar na Rússia se dizer aliada da Sérvia e de ficar ultrajada com o bombardeio norte americano e de seus aliados a Belgrado. Na verdade, o Estados Unidos estava era a testar a tolerância da Rússia em ver um antigo aliado ser atacado. Mas a geopolítica mundial havia mudado e a Rússia não tinha condições de assumir compromissos de defesas que outrora seriam certos.

O que era a antiga Iugoslávia virou um atoleiro de massacre, nunca visto na Europa depois da II Guerra Mundial. O General Tito, que governou a Iugoslávia por décadas, mantendo um equilíbrio dentro da nação, não fizera sucessor à sua altura (como Franco fez na Espanha) e aqueles que o sucederam guardavam as mágoas da desintegração do longínquo império turco-otomano. Voltou a uma situação idêntica àquela dos idos de 1914.

O que o comunismo fez na Europa no século XX foi "congelar" conflitos e divisões com base na ideologia. Não havia nada a discutir e pensar a não ser a planificação da economia e os comandos pelo monolito do partido Comunista local, na maioria dos casos dirigido por Moscou.

Dissolvida a Iugoslávia, terminaram os conflitos nos Balcãs e um entendimento entre os Estados sucessores daquela nação foi estabelecido. Tudo ficou a depender, para as novas nações,

---

[416] "O futuro da Europa Oriental e dos estados sucessores da União Soviética não são o mesmo problema. A Europa Oriental foi ocupada pelo Exército Vermelho. Ela identifica-se, cultural e politicamente, com as tradições da Europa Ocidental. Isso é especialmente verdadeiro nos países do grupo Visegrad, composto de Polônia, República Tcheca, Hungria e Eslováquia. Sem laços com instituições da Europa Ocidental a atlânticas, serão uma terra de ninguém entre a Alemanha e a Rússia. E para que esses laços sejam significativos, o grupo de Visegrad terá de pertencer à União Europeia e à Aliança Atlântica. Para tornarem-se econômica e politicamente viáveis, necessitam da União Européia; e para segurança, terão de voltar-se para a Aliança Atlântica. Na verdade, entrar numa, implica entrar na outra. Como, em sua maioria, os membros da União Europeia são membros da Otan, e como ém inconcebível que ignorassem ataquesaos seus membros, depois que a integração europeia tiver alcançado um determinado ponto, a

do reconhecimento internacional, principalmente do Ocidente[417]. A presença militar da OTAN[418] na Europa acaba por definir um sistema de ordem que, caso violado, poderá ser prontamente restabelecido pela aliança militar ocidental. Ademais, não interessa à Rússia que suas antigas repúblicas da era soviética e os satélites, bem como os balcãs, entrem em conflito ou crise, pois poderá gerar uma onda enorme de refugiados em direção ao território russo.

O século XXI nasce tendo como desafio internacional o radicalismo islâmico, que parecia querer se espalhar por todo os países que comungam desta religião, no Oriente Médio, mas com intolerância e perseguições. A Rússia e a China sentiram-se ameaçadas pelo radicalismo islâmico por causa da existência de grupos populacionais islâmicos dentro de suas respectivas fronteiras.

O Estados Unidos da América do Norte, tido como o representante maior do capitalismo mundial, foi alvo do atentado à Torres Gêmeas em Nova York, em 11 de setembro de 2001[419].O maior já ocorrido em território norte americano e o primeiro dessas proporções no século XXI.

O governo de Georg Bush (Filho) não teve dúvidas em engendrar intervenções militares em pontos críticos do mundo islâmico, para conter a onda de terrorismos, a propagação das armas de destruição em massa e evitar que grupos terroristas que se estabelecem como majoritários em

---

participação na União Europeia levará, mediante um mecanismo ou outro, no mínimo à extensão de *fato* da Otan". (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva,2012, p.774).

[417] "Melhor será que as nações, amparadas pela Sociedade Internacional, e seus organismos (exemplo a ONU) favoreçam a estabilidade política e econômica, sobretudo a resiliência, de todos os países do globo terrestre, por mais utópica que pareça essa ideia. Isso se dará apenas com o prosperar da soberania estatal, e essa a constante busca do Espírito Universal, para o benefício da condição humana, desde a Paz de Vestfália de 1648, passando pelo Congresso de Viena de 1815, pela Carta das nações Unidas de 1945 e pela Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1948, que ao longo da História Ocidental, constituem os instrumentos verdadeiros, de forma evolutiva, dos Direitos Humanos, na sua concepção original e pura em nível internacional." (TALLARICO, Rafael; LOQUE, Carla Pessanha. *Diplomacia e Segurança no Mundo Contemporâneo: fundamentação no pensamento de Henry Kissinger*. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2018, p.246).

[418] "O futuro das relações atlânticas não reside na interação Leste-Oeste, mas em seu papel decisivo em ajudar os Estados Unidos a lidarem com a evolução previsível do século XXI. É impossível dizer, nesse momento, quais das forças emergentes possíveis será a dominante ou a mais ameaçadora, ou em que combinação: se a Rússia, a China ou o Islã fundamentalista. Mas a capacidade dos Estados Unidos em lidar com quaisquer dessas novas evoluções será ampliada pela cooperação das nações do Atlântico Norte. Desse modo, o que era chamado de questões "fora da área" se tornará a essência do relacionamento norte-atlântico, que deveria ser reorganizado para esse fim. (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva,2012, p.776).

[419] "...A democracia era motivo de objeção similar por sua capacidade de legislar à parte da lei da *sharia*. Os Estados Unidos, na visão dessas forças jihadistas, exercia o papel de opressor dos muçulmanos, que procuravam pôr em prática sua própria missão universal. O desafio ficou patente com os ataques em Nova York e Washigton a 11 de setembro de 2001. Pelo menos no Oriente Médio, o fim da Guerra Fria propiciou não a época de consenso democrático, pela qual muitos ansiavam, mas uma nova era de confronto ideológico e militar." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p. 318).

regiões do planeta, após a queda dos governos dos países muçulmanos. Afeganistão[420] e Iraque[421] foram os principais alvos da aliança Estados Unidos, Inglaterra e Aliados no combate ao terrorismo.

Passando por todo governo de Barack Obama, a guerra ao terrorismo continuou, inclusive com a Primavera Árabe, começando pela Tunísia e Egito. As antigas ditaduras do norte da África[422] perderam o apoio do Ocidente, principalmente do Estados Unidos, por motivos internos do partido Democrata, que na época governava o EUA. O presidente Donald Trump, que sucedeu

---

[420] "Um novo desafio se abria quase que imediatamente: como estabelecer a ordem internacional quando os principais adversários são organizações não estatais que não defendem nenhum território específico e rejeitam os princípios estabelecidos de legitimidade.
A guerra do Afeganistão teve início sob a égide da unanimidade nacional e do consenso internacional. A possibilidade de uma ordem internacional com base no império da lei pareceu se concretizar quando a OTAN, pela primeira vez na história, aplicou o artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte- que estipula: "Um ataque armado contra um ou mais (dos aliados que integram a OTAN) na Europa ou na América do Norte deve ser considerado um ataque contra todos." Nove dias depois de 11de setembro, o presidente George W. Bush emitiu um ultimato para as autoridades do Talibã, no Afeganistão, que à época ofereciam guarida à Al-Qaeda: "Entreguem às autoridades dos Estados Unidos todos os líderes da Al-Qaeda escondidos em seu país...Deem aos Estados Unidos pleno acesso aos campos de treinamento de terroristas, de modo que possamos nos assegurar de que eles não mais serão usados. "Quando o Talibã se recusou a cumprir essas exigências, os estados Unidos e seus aliados deflagaram uma guerra cujos objetivos foram descritos por Bush em termos igualmente limitados.: "Essas ações cujos alvos serão escolhidos cuidadosamente foram concebidas para interromper o uso do Afeganistão como uma base de operações terroristas e abalar o poderio militar do regime Talibã." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p. 318-319).

[421] "No rastro dos ataques de 11 de setembro, o presidente George W. Bush articulou uma estratégia global para se contrapor ao extremismo jihadistas e dar sustentação à ordem internacional estabelecida, infundindo nela um compromisso com a transformação democrática. As "grandes lutas do século XX", argumentava o documento da Casa Branca *Estratégia de Segurança Nacional*, de 2002, haviam demonstrado que existia "um único modelo sustentável para o sucesso das nações, liberdade, democracia e a livre iniciativa."
(...)
O que houve de suiingular- e tradicionalmente norte-americano- a respeito desse esforço militar no Iraque foi a decisão de encarar o que era efetivamente uma ação para implementação de uma ordem legal como um aspecto de um projeto destinado a disseminar a liberdade e a democracia. Os Estados Unidos reagiram à onda crescente do universalismo islâmico radical, reafirmando a universalidade dos seus próprios valores e de seu conceito de ordem mundial." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p. 323-324).

[422] "Nas novas circunstâncias existentes no século XXI, abordagens políticas tradicionais apresentavam riscos inaceitáveis. O governo estava, portanto, mudando o foco de sua política de estabilidade para "uma estratégia de maior iniciativa no sentido de promover a liberdade no Oriente Médio ". A experiência americana na Ásia e na Europa demonstrou que "o progresso da liberdade conduz à paz."
Eu apoiei a decisão de promover uma mudança de regime no Iraque, Tinha dúvidas, manifestadas em público e em fóruns governamentais, sobre a expansão da iniciativa no sentido de construir uma nação e suas instituições e sobre criar em relação ao empreendimento uma expectativa de alcance tão universal. Porém, antes de registrar minas objeções, quero expressar aqui meu contínuo respeito e afeição pelo presidente George W. Bush, que guiou os Estados Unidos com coragem, dignidade e convicção num período de grande instabilidade. Seus objetivos e sua dedicação honraram seu país mesmo quando, em alguns casos, se revelaram inatingíveis no âmbito dos ciclos de sua devoção a Agenda da Liberdade o fato de que Bush, nesse período de sua vida pós-presidência, continua a promove-lo, tendo feito desse o tema principal de sua biblioteca presidencial em Dallas." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2015, p. 325-326).

Obama, disse que essa postura internacional de abandono de antigos aliados no norte da África foi um "erro" gigantesco, uma vez que abriu as portas para que os refugiados subissem para a Europa, causando um desequilíbrio no mundo todo. No final até o ditador líbio Muamar Kadhafi foi derrubado. Uma acefalia instalou-se na direção das nações do norte africano, abrindo espaço para os grupos dos radicais islâmicos tentarem chegar ao poder e imporem seu modelo de ordem. Exemplo o confinamento forçado das mulheres e a proibição destas frequentarem as escolas. Isso ocorreu com a retirada das forças americanas do Afeganistão no governo democrata de Biden.

A Razão de Estado norte-americana, no que diz respeito à política externa, exige que os ideais democráticos, fundados na liberdade de todos, sejam prioridade, em nível diplomático e limitar. A ocupação pelo EUA de outra nação implica em levar a esta o modelo institucional da democracia, em que pese respeitar a cultura e os valores locais. De outra forma, não haveria nem mesmo justificativa para a interferência norte-americana, por mais que exista também o propósito econômico, para fins internos e mundiais do EUA. O mundo deve ser mantido em ordem.

A presença americana[423] em várias partes do planeta no século XXI não deve ser traduzida como sendo o EUA a "polícia do mundo." As práticas diplomáticas, em si, devem ser priorizadas para o bom relacionamento internacional e para a correção de mazelas pelo mundo, inclusive o desrespeito aos direitos humanos. Se existe "paz" na Europa Ocidental desde 1945, deve-se à presença e apoio de tropas e capitais norte-americanos.

O EUA deve utilizar a sua diplomacia para o interesse nacional e também para o interesse ocidental, através de estratégias que garantam a paz e a produção no mundo, em um sistema de mercado cada vez mais aperfeiçoado. Ademais, o Ocidente deve estar à frente nas pesquisas científicas tanto na área militar quanto para fins pacíficos e melhoria da qualidade de vida da população do hemisfério e do mundo. Os "Pais Fundadores", ao ensinarem que o EUA não

---

[423] "À medida que os Estados Unidos passam em revista as lições de suas guerras no século XXI, é importante lembrar que nenhuma outra grande potência emprestou a seus esforços estratégicos aspirações tão profundas voltadas ao aprimoramento humano. Uma nação que proclama como seus objetivos de guerra não apenas punir seus inimigos, mas melhorar a vida do povo em questão- que buscou a vitória não na dominação, mas no ato de compartilhar os frutos da liberdade-, deve ter uma característica especial. Os Estados Unidos não seriam fiéis a si mesmos se abandonassem esse idealismo essencial. Nem tranquilizariam seus amigos (ou com venceriam seus adversários), deixando de lado esse aspecto tão vital de sua experiência nacional. Porém para serem eficazes, esses aspectos inspiradores de sua política precisam estar casados com uma análise não sentimental dos fatores subjacentes, incluindo uma configuração cultural e geopolítica de outras regiões e uma avaliação da dedicação e dos recursos dos adversários que se opõem aos interesses e valores americanos. As aspirações morais dos Estados Unidos precisam estar combinadas com uma abordagem que leve em conta o elemento estratégico da política em termos que o povo americano seja capaz de apoiar e sustentar ao longo de ciclos políticos múltiplos." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p. 329-330)

deveria procurar “monstros distantes para lutar”, estavam, também, ensinando que a convivência não implica em intromissão em todo e qualquer assunto externo.

Quem quiser uma boa convivência com o mundo desenvolvido, deve utilizar a diplomacia para obtenção de resultados favoráveis, na área comercial ou de defesa. A liderança mundial deve implicar em evolução institucional e benefício para a humanidade. Eis uma atuação clara e inafastável da Razão de Estado, principalmente para uma nação que queira ser hegemônica.

3.3- A RAZÃO DE ESTADO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O homem grego[424], o primeiro que na História Universal pode ser chamado de "ocidental" é o ser do conhecimento. A maior diferenciação do homem grego dos povos orientais é o desenvolvimento da Razão para a formação epistemológica dos diversos ramos da vida.

Não mais a mitologia apenas, a superstição[425], ou os eventos da natureza, que determinarão os rumos do homem grego-ocidental[426]. Mas o "saber", principalmente da própria liberdade, em si e para si.

---

[424] "O Helenismo ocupa uma posição singular. A Grécia representa, em face dos grandes povos do Oriente, um "progresso" fundamentalmente, um novo "estádio" em tudo o que se refere à vida dos homens na comunidade. Esta fundamenta-se em princípios completamente novos. Por mais elevadas que julguemos as realizações artísticas, religiosas e políticas dos povos anteriores, a história daquilo a que podermos com plena consciência chamar cultura só começa com os Gregos." (JAEGER, Werner Wilhelm. Paideia: a formação do homem grego. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001, p. 5).

[425] "...efetivamente, não pode haver contraste mais agudo que o existente entre a consciência individual do homem de hoje e o estilo de vida do Oriente pré-helênico, tal como ele se manifesta na sombria majestade das Pirâmides, nos túmulos dos reis e na monumentalidade das construções orientais. Em contraste com a exaltação oriental dos homens-deuses, solitários, acima de toda a media natural, onde se expressa uma concepção metafísica que nos é totalmente estranha; em contraste com opressão das massas, sem a qual não seria concebível a exaltação dos soberanos e a sua significação religiosa, o início da história grega surge como princípio de uma valoração nova do Homem, a qual não se afasta muito das ideias difundidas pelo Cristianismo sobre o valor infinito de cada alma humana nem do ideal de autonomia espiritual que desde o renascimento se reclamou para cada indivíduo..." (JAEGER, Werner Wilhelm. Paideia: a formação do homem grego. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001, p. 9-10).

[426] "...O conhecimento do fenômeno original pressupõe uma estrutura espiritual análoga à dos Gregos, atitude semelhante à que Goethe adota na consideração da natureza- ainda que provavelmente sem se vincular a uma tradição histórica direta. Precisamente num momento histórico em que, pela própria razão do seu caráter epigonal, a vida humana se encolheu na rigidez da sua carapaça, em que o complicado mecanismo da cultura se tornou hostil às virtudes heroicas do Homem, é preciso , por profunda necessidade histórica, voltar os olhos para as fontes onde brota o impulso criador do nosso povo, penetrar nas camadas profundas do ser histórico em que o espírito grego, estreitamente vinculado ao nosso, deu forma à vida palpitante que ainda em nossos dias se mantém, e eternizou o instante criador da sua irrupção. O mundo grego não é só o espelho onde se reflete o mundo moderno na sua dimensão cultural e histórica ou um símbolo da sua autoconsciência racional. O mistério e deslumbramento originário cerca a primeira criação de seduções e estímulos em eterna renovação. Quanto maior é o perigo de até o mais elevado bem se degradar no uso diário, com tanto maior rigor sobressai o profundo valor das forças conscientes do espírito que se destacaram na obscuridade do coração humano estruturaram, no frescor matinal e com o gênio criador dos povos jovens, as mais altas formas de cultura.
Dissemos que a importância universal dos gregos como educadores deriva da sua nova concepção do lugar do indivíduo na sociedade. E, com efeito, se contemplarmos o povo grego sobre o fundo histórico do antigo Oriente, a diferença é tão profunda que os Gregos parecem fundir-se numa unidade com o mundo europeu dos tempos modernos..." (JAEGER, Werner Wilhelm. Paideia: a formação do homem grego. São Paulo: Editora Martins Fontes: 2001, p. 9).

O povo judeu, na Antiguidade, possuiu e possui o "Decálogo", os Dez Mandamentos[427], que são Leis Universais Cósmicas que governam a existência do homem na Terra dentro do Universo[428]. Um sentimento de igualdade e de liberdade já estava presente no povo judeu, regido pela "Torá", conforme o Deus Único ensinou a Moisés (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio).

O homem ocidental recebeu o legado judaico. O cristianismo foi a transformação da doutrina da Lei Mosaica na Revelação dos Evangelhos.

O homem ocidental, sendo o primeiro deles o grego, depois o romano, estava destinado a receber a evolução do conceito de liberdade através do conhecimento, cuja efetividade se dá através da Educação[429].

O Grego, ao viver na *polis*, precisava da Educação para o bem da comunidade e seu, para a liberdade.

O conhecimento aperfeiçoa-se através da Educação e leva o homem a novas descobertas, de forma a melhorar suas condições de vida e existência no mundo.

A descoberta do fogo foi um grande passo para o homem para melhorar sua alimentação. Os alimentos puderam ser cozinhados. As habitações passaram a ter o aquecimento do fogo.

---

[427] "Os Dez Mandamentos aparecem em duas formas: a forma original como em Êx. 20; a citação livre de Moisés, em Dt. 5.6-21. São chamados o Decálogo, isto é, as Dez Palavras, Êx. 34.28; os Dez Mandamentos, Dt. 4.13; 10.4; a Aliança, 2Cr 6.11; o Testemunho, Êx 25.16-21. Os Mandamentos Mt 19.17, Ef 6.2 O Decálogo é uma aliança ou liga de amor entre duas pessoas. Uma aliança entre o povo oriental é, e sempre foi, um acordo sagrado, ligando duas pessoas num entendimento de amor. Os Dez Mandamentos foram pronunciados por Deus e escritos por Ele em duas tábuas de Pedra, Êx 31.18. Foram escritos de ambas as bandas, Êx 32.15. Não se deve pensar que não existia nada destes mandamentos antes de Moisés. Foram escritos nas mentes e nas consciências dos homens desde o princípio. Não há pecado que não é condenado por um dos Dez Mandamentos. A súmula do Decálogo é dever para com Deus e o dever para com o próximo." (BOYER, Orlando. Pequena Enciclopédia Bíblica. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2018, p.167).

[428] "O conjunto das coisas criadas; o conjunto de todos os planetas, cometas, satélites e sóis existentes no espaço.// O universo formado pela palavra de Deus, Hb. 11.3. Ver mundo." (BOYER, Orlando. Pequena Enciclopédia Bíblica. Rio de Janeiro: Editora CPAD: 2018, p.23-24).

[429] "Todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual. Com a mudança das coisas, mudam os indivíduos; o tipo permanece o mesmo. Homens e animais, na sua qualidade de seres físicos, consolidam a sua espécie pela procriação natural. Só o Homem, porém, consegue conservar e propagar a sua forma de existência social e espiritual por meio das forças pelas quais a criou, quer dizer, por meio da vontade consciente e da razão..." (JAEGER, Werner Wilhelm. Paideia: a formação do homem grego. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001, p. 3).

A invenção da roda também foi um grande passo para a humanidade. O transporte com tração animal foi aperfeiçoado e o tempo de viagem diminuído, levando até mesmo ao aprimoramento das conquistas de novas terras.

A fundição do metal contribuiu para a guerra, na fabricação de espadas e novos artefatos de guerra. Ademais, cunhar moeda pelo governante ficou mais fácil também. A circulação da riqueza foi facilitada.

Os antigos egípcios praticavam a medicina, que expressa bem a melhoria das condições de vida do homem no planeta Terra. Há notícias de operações da cabeça, através de abertura, no Antigo Egito.

A construção de barcos foi essencial não apenas para a pesca como também para o deslocamento através dos rios e também para a guerra. Com o tempo os barcos tornaram-se navios.

A "escrita" marca o início da História, pois a partir do surgimento desta "arte caligráfica" os homens puderam transmitir seus conhecimentos e narrar os fatos de suas respectivas épocas. O alfabeto corporificou a linguagem e a gravou e papiros, tábuas, para transmissão de informações, conhecimentos e leis. As leis do Código de Hamurabi foram talhadas em pedras e distribuídas pela cidade, para leitura dos habitantes e cumprimentos das normas legais da vida em comunidade.

Olhar as estrelas e planetas[430] passou a não ser mais atividade de contemplação e admiração apenas, mas uma análise científica do movimento dos corpos celestes[431] e seus efeitos

[430] "Alguns dos primeiros astrônomos que viram Vênus pelo telescópio, reconheceram de imediato que estavam examinando um mundo envolto em nuvens. Estas, com o sabemos atualmente, são gotinhas de ácido sulfúrico concentrando manchadas de amarelo por um pouco de enxofre elementar. Ela se mantém bem acima do solo. À luz visível comum, não há indícios de com o seria a superfície desse planeta há uns 50 quilômetros abaixo do topo das nuvens, durante séculos, o melhor que tivemos foram hipóteses fantásticas". (SAGAN, Carl. Pálido ponto azul: uma visão do futuro da humanidade no espaço. 2º edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras: 2019, p.134).

[431] "Estudar o cosmos tornou-se imperativo na História Mundial, em seu nível científico. Atingir as estrelas e viver debaixo do manto solar passou a traduzir a ideia da perfeição e do Bem. O tangenciamento do agir moral começa a ser definido na aspiração individual de elevar a existência a um nível Universal, que vê sua tradução racional no cosmos.
A morado do Divino é o Cosmos. A altura traz em si a compreensão da necessidade do caminhar pada necessidade do caminhar para a perfeição. O mais perfeito é aquele que está no ponto mais alto e serve de paradigma para todos os demais. Nasce uma ideia também de proteção para quem está abaixo do ponto mais alto. Mas o perfeito deve ser atingido." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 18-19).

sobre a vida e composição da Terra. A Astronomia[432] evolui desde a Antiguidade e favoreceu o aperfeiçoamento de ciências como a geologia e a engenharia.

Certa vez Einstein disse que "há uma Constante Universal que governa o universo." A harmonia do universo, do movimento dos corpos celestes e até mesmo as estações no planeta Terra provam robustamente e definitivamente que o "Ser Superior" governa todo universo. *"Eu sou o que sou"* - Êxodo 3:14- (*em hebraico: אֶהְיֶה אֲשֶׁר אֶהְיֶה, pronunciado Ehyeh Asher Ehyeh) é* a maior frase de autoridade das Sagradas Escrituras. Ele é o Perfeito[433] e por isso necessário par todos e Ele não precisa de ninguém.

A ideia de "conhecimento" induz á necessidade em tudo do *Bem*[434]. O planeta Terra foi criado para abrigar as espécies vivas, principalmente o homem e não para ser destruído. Todo pensamento, do ponto de vista epistemológico, deve visar a melhoria da condição de vida na

---

[432] "Com a Inteligência que lhe é infundida pelo Demiurgo, a Alma do mundo tem como função concretizar o grande desenho do Demiurgo. Assim, por meio do demiurgo, ela participa do mundo ideal. Com a sua estrutura geométrica dimensional e matemática, ela proporciona um fundamento à passagem entre Ideias e mundo concreto sensível e resume analogicamente toda a realidade, constituindo o verdadeiro *vínculo entre o mundo metafísico e o mundo físico.*
Recordemos que o Demiurgo era igualmente todas as estrelas e os astros como seres viventes, divinos e eternos, com corpos esféricos feitos predominantemente de fogo e dotados todos de almas inteligentes, estritamente articuladas com a inteligência da Alma do mundo. Ele cria também, de maneira análoga as almas dos homens. Na "mistura" com a qual cria estas almas utiliza o que sobra dos três elementos com os quais cria a alma do universo, misturando-os "mais ou menos do mesmo modo" e, dessa maneira, torna-as imortais.
Em todos os sentidos, o criacionismo do Demiurgo age como um *levar ordem na desordem em todas as partes, com exatidão segundo relações numéricas e geométricas perfeitamente proporcionadas; e isso significa justamente levar o Uno-nos-muitos no melhor dos modos possível."* (REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. Vol. II. São Paulo: Editora Loyola:, 1994, p. 149-150).

[433] "São, pois, características da cosmovisão religiosa, antes de mais nada, a admissão de um *Ser Absoluto*, Criador e Senhor do destino do cosmos e da vida, Mesmo nas religiões politeístas em que se admite uma pluralidade de Deuses, atribuindo-se a cada um deles façanhas extraordinárias e agência de finalidade próprias, considera-se sempre a presença de um deus, por excelência, superior a todos. Zeus, entre os gregos, Júpiter, entre os Romanos, Amon entre os Egípcios, Odin entre os Nórdigos, são exemplos apreciáveis. Mas pé sobretudo nas grandes religiões monoteístas que melhor se verifica essa característica. O cosmos, e neste a vida, são criaturas desse Ser magnífico que os comanda e de, inclusive através de milagres, quando necessário violar as próprias leis estabelecidas e segundo as quais se exerce à inexorabilidade do acontecer universal, no todo, ou nas suas particularidades." (BOSON, Gerson de Britto Mello. Filosofia do Direito: Interpretação Antropológica. 2º edição. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1996, p. 52).

[434] "Deus é *Bom por excelência* justamente porque opera em função da ideia do *Bem*, ou seja, do *Uno* e da *Medida suprema*, atuando-os perfeitamente, na medida do possível. Desta sorte, Deus age da melhor maneira ordenando e comensurando a desordem que procede do Princípio material antiético ao Bem, segundo a ótica da estrutura bipolar que já conhecemos, ou seja, unificando o múltiplo. E Deus *quis* que todas as coisas se tornassem o mais possível semelhante a Ele, que realizassem em grau supremo o Bem-Uno, e isso imprimindo-lhes justamente o Bem, a Medida e a Ordem.
Deus, pois, como aquele que realiza a *Medida suprema*, é também o que realiza *a unidade-na-multiplicidade*, ou seja, que liga o *Uno e os Muitos e o Uno de maneira perfeita..."* (REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. Vol. II. São Paulo: Editora Loyola: 1994, p. 151).

Terra através do aperfeiçoamento do intelecto. O homem controla tudo e não pode ser controlado por nada. A "imagem e semelhança do Criador" implica no domínio de todas as ciências. Apenas o homem possui corpo, alma e espírito, lembrando Platão.

O desenvolvimento científico encontrou grande barreira, dentro da História Universal, na escravidão. A escravidão[435], como modo de produção e instituição, impedia o desenvolvimento do intelecto humano, pois o trabalho do escravo fazia tudo e não era necessário assim "pensar mais". A "não liberdade de todos" constituía um atraso a ser superado. Como a História, para fins filosóficos, é uma só, o momento negativo da escravidão foi suprassumido depois pelo momento da liberdade de todos através d*o movimento dialético-especulativo*. Ser e pensar constituem a mesma unidade, segundo o pensamento de Hegel. A Ciência dá saltos gigantescos.

As Grandes Navegações e a Descoberta do Novo Mundo, a partir de 1492, colocam no consciente coletivo e principalmente no político que o controle das técnicas científicas dava a liderança. A marinha dos Estados Nacionais vai se desenvolvendo militarmente para o domínio do Continente Americano, da conhecida hoje Terra do Fogo até o Alasca.

Os Estados foram percebendo, com o passar dos tempos, que as artes militares poderiam ser utilizadas para maior produção, o que acabou gerando medo e espanto na comunidade internacional. O século XX presenciou os maiores horrores da História Universal pela falta de

---

435 "A escravidão, modo de produção que permeou a maior parte da História Mundial, acabou impedindo o desenvolvimento do pensamento científico. Os antigos romanos conheciam os modelos da máquina a vapor e até das ferrovias. Todavia, o trabalho escravo era mais cômodo, pois não implicava em custos contratuais. Então, o desenvolvimento das máquinas de locomoção com propulsão própria teve de esperar por quase dois mil anos para aparecer.
Com o socorro último apenas do intelecto, através da Razão, a humanidade acabou presenciando oportunidades de melhoria dos engenhos de transporte, entre outros. No final do século XIX e início do século XX, a tração animal ainda era o meio de locomoção mais utilizado. Na segunda metade do século XX, o homem atingiu os astros, através dos foguetes, que são engenhos com autonomia própria. Eis a demonstração contundente de que a condição humana depende muito mais do interagir prospectivo do intelecto à brutalidade da violência e da força.
A dialética especulativa, que constitui uma "suprassunção de todos os demais momentos, até mesmo aqueles negativos, que depois se positivam em decorrência do próprio movimento, levou ao amadurecimento do desejo humano por mais conhecimento e para navegar em águas anteriormente nunca percorridas. A conquista espacial, cujos fundamentos se deram ainda na década de 40 do século XX e que veio a concretizar nos anos 60 do referido século foi a demonstração reluzente da necessidade humana de aprimorar o conhecimento através do alcance do desconhecido. Novas luzes devem nascer sempre no pensar e esse brilho advé da própria Razão." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 24-25).

controle ético do uso da Ciência[436]. A Revolução Industrial[437], a partir do momento que adentrou nas práticas militares, multiplicou as atrocidades às pessoas e à própria dignidade humana.

Fica bastante claro, em maio de 1945, que a I Guerra Mundial (1914-1918) e a II Guerra Mundial (1939-1945) que a ausência da Razão de Estado se dera por motivos de primazia ideológicas. O interesse nacional, a partir de então, deveria ser perseguindo utilizando a ciência não apenas para manter a segurança nacional com forças dissuassórias preparadas para tanto, como também garantir o bem-estar do cidadão através do Estado de Direito. Esforço desse trabalho é a já citada declaração de Direitos do homem e do Cidadão de 1948.

Galileo Galilei[438], no século XVII, com muita coragem na sua época, afirmou que a terra girava em torno do Sol e não o contrário. A necessidade de conhecimento espacial estava lançada e a "verdade", em nível científico, precisava ser novamente descoberta. O home faz parte do cosmos e por isso deve entende-lo.

A Conquista do Espaço era um propósito dos escritores desde o século XIX. Júlio Verne[439] imaginava, em sua literatura, o homem chegando ao espaço e isso passando a fazer parte do seu dia a dia.

---

[436] "NUNCA SERÁ DEMAIS repetir, por certo- e principalmente ao abordar tema ainda tão aberto às discussões filosóficas e ao entrechocar de ideias e de paixões- que vivemos, nos dias atuais que passam, uma hora dramática da humanidade, com a transmutação radical e repentina de todos os valores e conceitos tradicionais. Já o anunciara Nietzsche, há mais de meio século, pela boca do profeta Zaratustra, embora não pudesse, em sua visão genial, nem de longe prever seja o alcance e a amplitude, seja o módulo acelerado dessa revolução total em que se debate, angustiado como que perdido, o espírito humano." (SILVA, Golbery do Couto. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p. 13).

[437] "A lição da primeira revolução industrial ainda é válida hoje, a saber: um dos grandes determinantes do progresso consiste na extensão que a inovação tecnológica é adotada pela sociedade. O governo e as instituições públicas, bem como o setor privado, precisam fazer a sua parte, mas também é essencial que os cidadãos enxerguem os benefícios de longo prazo." (SCHWAB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Editora Edipro. 2016, p. 17).

[438] "Quando Galileu faz rolar a esfera sobre o plano inclinado e mede o espaço tempo, descobrindo uma relação entre eles, formula o conceito de velocidade. O que mudou foi o método, a instrumentalização para descoberta da velocidade.
(...)
A origem da divergência no conceito de ciência, em consequência no de verdade, está no nascedouro da Física moderna de galileu, e exatamente por ocasião do processo aberto pela santa Inquisição contra o cientista...Galileu, ao entender a matemática, não apenas como um procedimento de soma, mas como uma linguagem própria para compreensão da natureza, inaugura uma nova concepção de ciência e de verdade, substituindo a explicação qualitativa da natureza pela quantitativa." (SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a igualdade. Belo Horizonte: Editora Del Rey: 2018, p.22).

[439] "Júlio Verne fez muito mais do que qualquer outro por mudar esta maneira de pensar. Seu livro *Da Terra à Lua*, publicado em 1865, era virtualmente o plano de engenharia de um projeto espacial, prevendo todas as dificuldades técnicas e tentando bravamente resolvê-las. Verne, com seu excelente conhecimento de ciência e de engenharia, compreendeu de maneira bem clara que o problema básico do voo espacial consistia em atingir uma velocidade

A Razão de Estado do Estado Unidos da América do Norte, na segunda metade do século XX, exigia a liderança na corrida espacial. Os soviéticos colocaram o *Sputnik,* primeiro satélite espacial artificial no espaço em 1957 e lançaram *Yuri Gagarin*, primeiro homem a orbitar a Terra, em 1961. O EUA precisava alcançar a frente da corrida espacial, a qual a URSS parecia estar à frente.

A Razão de Estado não se preocupa com ideologias e precisa ser pragmática. Os alemães, na II Guerra Mundial, haviam desenvolvidos os foguetes V1 e V2[440], com o propósito de atacarem Londres e Paris, inicialmente. Findo o conflito mundial e a Guerra Fria tornando-se uma realidade geopolítica e geoestratégica, as autoridades norte americanas levaram para o Estados Unidos da América do Norte o engenheiro alemão Von Braun[441] para liderar a NASA (Agência Espacial Norte Americana) e colocar o homem na Lua, a partir da engenharia da V2.

O esforço do pensamento científico norte americano[442] na segunda metade do século XX foi no aprimoramento da conquista espacial. Em 1969 o EUA colocou o homem na Lua, que fora

---

inicial suficiente para escapar da terra. Posto que o canhão gigantesco que propusera fosse uma solução pobre, por uma dessas singulares coincidências da literatura ele situou a sua estação de lançamento a 240 Km de cabo Kennedy. Apesar de passado um século e da extensão do Atlântico, a pontaria não foi de toda má." (CLARKE, Arthur C. O homem e o espaço. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, p.11-12).

[440] "Quanto à Verein fur Raumschiffahrt, ela provou ao mundo que eram corretas as tgeorias dos especialistas em foguetes. Despertou, também, o interesse do Exército Alemão, principalmente de um certo Capitão Walter Dornberger, Doutor em Engenharia. O capitão de máquinas, não ficara impressionado com o Verein fur Raumschiffahrt; porém, impressionara-o um estudante, de menos de 20 anos, que prestava serviços à sociedade durante suas horas de folga. Foi assim que o exército contratou o estudante, cujo nome era Whernher Vom Braun.
O esforço germânico para conseguir o foguete se desenvolveu no mais alto sigilo- primeiro em Kummesrdorf, perto de Berlim, e depois em 1937, em Peenemunde, nas praias do Báltico. Em pouco tempo, milhares de engenheiros e cientistas não muito preocupados com o fato de Hitler não acreditar em foguetes, estavam trabalhando na produção do gigantesco míssil, que o mundo viria posteriormente conhecer com o a V-2.Entre os uivos dos túneis de vento e as chamas das plataformas de ensaio, os séculos de ineficazes visões e de sonhos vão aproximando-se do fim." (CLARKE, Arthur C. O homem e o espaço. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, p.16).

[441] "A transferência de Von Braun da Alemanha para os Estados Unidos da américa do Norte em 1945 e sua naturalização em como cidadão americano em 1955, constituíram medias para atender a o interesse nacional estratégico norte-americano. Com muita tenacidade, a geopolítica exigia um campo estratégico do Ocidente que, em certa medida e com raras exceções, abonasse o passado de vários cientistas que haviam contribuído com o governo nazista." (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019, p. 43-44).

[442] "Os Estados Unidos tinham optado pela Unidade Ocidental em vez de negociações Leste-Oeste. Sem outra escolha, realmente, pois não ousavam correr o risco de dar ouvidos às insinuações de Stalin, somente para descobrir depois que ele usava das negociações para solapar a nova ordem internacional que os americanos tentavam criar. O princípio mestre da política ocidental, passou a ser a "contenção", assim foi pelos 40 anos seguintes." (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, p. 403).

o grande desafio lançado na corrida espacial. O conhecimento científico vai se multiplicando cada vez mais, principalmente no uso militar.

A chegada do homem na lua levou a um desenvolvimento científico sem precedentes. A computação[443], passo a passo, foi se desenvolvendo, até chegar a ser uma tecnologia indispensável para o interesse nacional.

Foi se armazenando conhecimentos e informações independente do tempo de criação dos mesmos. As empresas e os governos passaram a utilizar o computador[444] como um instrumento indispensável para o trabalho e a administração de dados. Os sistemas de economia centralmente planificada tiveram dificuldades enormes com esta essa realidade tecnológica, por motivos intrínsecos do próprio sistema político, que não convivia nem mesmo com uma máquina de xerox, pois tudo era rigidamente controlado, principalmente a imprensa e consequentemente a população.

A informatização do trabalho e do gerenciamento empresarial levou a uma redução de custos, o que é muito bem absorvido pelas economias de mercado. Houve uma aprovação no Ocidente praticamente uníssona à incorporação dessa tecnologia.

---

[443] "...Os computadores adicionaram um domínio digital, ao domínio físico em que os humanos sempre tinham vivido. Como nos tornamos cada vez mais dependentes dessa expansão digital, entramos numa nova época em que a mente humana racional vai cedendo o lugar de principal conhecedor e catalogador do mundo.
(...)
Mas chegamos a um ponto de viragem; já não nos é possível conceber algumas das nossas inovações como extensões daquilo que já conhecíamos. Ao comprimir a moldura de tempo em que a tecnologia altera a experiência da vida, a revolução do digital e o avanço da IA geraram fenômenos que são genuinamente novos, e não meras versões mais potentes ou eficazes de coisas passadas. À medida que se foram tornando mais velozes e mais pequenos, os computadores puderam ser integrados em telemóveis, relógios, utensílios e aparelhos domésticos, veículos, armas... e até corpos humanos. Atualmente, a comunicação através e entre esses sistemas digitais é praticamente instantânea. Tarefas que eram manuais ainda há uma geração (leitura, buscas, compras, linguagem, registro, vigilância e planejamento e gestão militar) são agora digitais, assentes em dados, e atuando no mesmo domínio- o ciberespaço." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 54-55).

[444] "A revolução na computação é a primeira a reunir um número tão grande de indivíduos e processos sob a ação do mesmo meio de comunicação e a traduzir e rastrear suas ações numa única linguagem tecnológica. O ciberespaço- uma palavra cunhada, àquela altura, como um conceito essencialmente hipotético, ainda na década de 1980- colonizou o espaço físico e, pelo menos nos grandes centros urbanos, começou a fundir com ele. A comunicação através dele, e entre seus nódulos que têm se proliferado em escala exponencial, é quase instantânea..." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p. 343).

O próprio sistema da informática foi se desenvolvendo em si, até chegar à internet[445], facilitando o envio de mensagens, que passaram a ser enviadas instantaneamente. A redução de custos se aprimora mais ainda e as distância vão se encurtando.

A própria Educação[446] teve de se adequar à informatização, para o benefício da aprendizagem e do conhecimento. Em todo Ocidente, não basta mais saber ler e escrever. É necessário saber trabalhar com o computador, existindo para isso até mesmo políticas de inclusão social. Grandes nações do mundo como a Coréia do Sul, Japão e Israel já incorporaram essa tecnologia de trabalho nas suas grades de ensino há décadas. O compartilhamento de informações pela internet transcende as fronteiras nacionais, uma vez que a comunicação pode se dar a milhares de quilômetros de distância[447].

A tendência de se evitar espaços isolados de comando em nível estratégico militar e civil vem desde a II Guerra Mundial[448]. As abordagens tecnológicas, na busca de conquista de espaço

---

[445] "A tecnologia da internet não tem se deixado enquadrar por estratégias ou doutrinas- pelos menos até o momento. Na nova era, existem capacidades para as quais ainda não há nenhuma interpretação comum- ou mesmo entendimento a seu respeito. Entre os que utilizam existem poucos limites- se é que existem- no sentido de definir restrições tácitas ou explícitas. Quando indivíduos de filiação ambígua são capazes de empreender ações cada vez mais ambiciosas e de maior penetração, a própria definição de autoridade do estado pode se tornar ambígua. A complexidade é aumentada pelo fato de que pé mais fácil articular ataques informáticos do que se defender deles, encorajando possivelmente uma postura ofensiva na construção de novas capacidades." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p. 346).

[446] "Todos os níveis da organização humana foram afetados por esta "digitalização": através dos seus computadores e dos telemóveis, os indivíduos "possuem" "ou, ao menos, podem aceder) a mais informação do que nunca. Os grupos empresarias, transformados em coletores e agregadores de dados dos consumidores, reúnem agora mais poder e influência do que muitos Estados soberanos. Os governos, receosos de ceder o ciberespaço aos adversários, entraram, exploraram e começaram a manipular o domínio com observância de poucas normas e ainda menos contenção. E foram céleres a designar o ciberespaço como um domínio em que têm de inovar para prevalecer sobre os adversários." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 54-56).

[447] "O ciberespaço tornou-se estrategicamente indispensável. No momento em que escrevo, usuários- trate-se de indivíduos, corporações ou Estados- se apoiam nas suas próprias avaliações ao conduzirem suas atividades. O comandante do Cibercomando dos Estados Unidos (United States Cyber Command)- *USCC ou USSCYBERCOM*) previu que "a próxima guerra começará no ciberespaço". Não será possível conceber uma ordem mundial internacional quando a região através da qual a sobrevivência e o progresso dos Estados estão sendo decididos permanece sem qualquer padrão nacional de conduta e entregue a decisões militares." (KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p. 347).

[448] "A II Guerra Mundial marcou o surgimento das Operações Combinadas, com largo emprego no Pacífico, na invasão do Norte da África, na invasão da Normandia e no desdobramento de toda a campanha continental na Europa. Dado á extensão dos teatros de operação, à variedade de meios empregados e à necessidade de coordenação de todas as ações visando ao objetivo, ou objetivos, de guerra estabelecidos, as operações independentes de forças singulares deixaram de ter cabimento." (MATTOS, Carlos de Meira. Estratégias militares dominantes- sugestões para uma estratégia militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1986, p. 69).

territorial, exigiam a liderança das técnicas científicas. Como o objetivo dos regimes totalitários era mundial, não havia limites para a comunicação e operações. A tecnologia militar, com o passar das décadas, acabou transferindo-se para a vida cotidiana de toda população. Todavia, do ponto de visto ético, e por isso humano, deve haver um controle. Por ser a ética atemporal, aplica-se plenamente à Inteligência Artificial[449].

O mundo capitalista exige redução de custos e maximização de lucros. Essa é a lógica de um sistema meritocrático, nos quais os investimentos devem ser proporcionais à poupança. A Economia somente convive com o crescimento econômica. Naturalmente, quanto mais tecnologia empregada às técnicas de produção, menores os custos. A finalidade de qualquer empresa é o lucro. Mas a condição humana não pode ser ofendida por isso. Do contrário, estará a se ofender o interesse nacional, que tem como condição homens livres.

A Inteligência Artificial[450] não pode ser usada para a tentativa desenfreada de maximização de lucros e expansão de áreas políticas de influência, deixando ao relento a condição humana. Isso é a contramão da História. Ao longo de toda a História Universal[451], a luta

---

[449] "Na atualidade, após a Guerra Fria, as grandes potências e os outros Estados têm vindo a aumentar os seus arsenais com capacidades cibernéticas cuja utilidade deriva em grande parte da sua capacidade, da possibilidade de negar a sua utilização e, em alguns casos, da sua operação na fronteira ambígua entre desinformação, recolha de informações, sabotagem e conflito tradicional, - criando estratégias sem que se conheçam as doutrinas. Entretanto, a cada novo avanço correspondem novas vulnerabilidades.
A era da IA arrisca-se a complicar os enigmas da estratégia moderna muito para além de qualquer propósito humano, ou até mesmo da compreensão humana. Ainda que as nações se abstenham da criação e distribuição das chamadas "armas autônomas letais (armas IA automáticas ou semiautomáticas que são treinadas para, e, autorizadas a escolher os seus próprios alvos e atacar sem mais a intervenção humana), a IA traz consigo a perspectiva de aumento das capacidades convencionais, nucleares e cibernéticas de formas que tornam mais difíceis de antever e manter as relações de segurança entre adversários, e mais difíceis de limitar os conflitos entre eles." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 141).

[450] "Nenhuma grande potência pode dar-se ao luxo de ignorar a dimensão de segurança da IA. Decorre já, neste momento, uma corrida para a obtenção de uma vantagem estratégica da IA, sobretudo no que respeita aos objetivos declarados dos Estados Unidos, China e até certo ponto Rússia. À medida que se vai difundindo a certeza (ou a suspeita) de que outros estão a obter determinadas capacidades de IA, mais serão os que procurarão obtê-las. Acresce que, uma vez introduzidas, essas capacidades podem alastrar-se rapidamente. Embora a criação de uma IA sofisticada exija substancial capacidade de computação, já disseminá-las ou executar uma interferência em geral não o exige." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 142).

[451] "A solução para tais complexidades não está nem em desesperar nem em desarmar. As tecnologias nuclear, cibernética e de IA existem. Todas desempenharão inevitavelmente o seu papel na estratégia. Nenhuma delas será "desinventada". Se os Estados Unidos e os seus aliados se deixassem intimidar pelas implicações dessas capacidades e parassem os progressos em tais domínios, o resultado não seria um mundo mais pacífico. Seria, pelo contrário, um mundo mais desequilibrado, em que o desenvolvimento e o uso das capacidades estratégicas mais formidáveis teriam lugar com menor consideração dos conceitos de direitos individuais e da responsabilidade democrática. Tanto o interesse nacional como os imperativos morais aconselham que os EUA não abdiquem destas áreas, e que, aliás, se

dos homens foi para que a liberdade, através da Razão[452], superasse a escravidão. Não pode haver retrocesso, com o risco de se chegar não à História, mas a um desvio histórico (como foram os regimes totalitários[453] no século XX).

De extrema necessidade, na regulamentação da Inteligência Artificial, será o relacionamento dessa nova "revolução industrial" com questões de segurança, envolvendo as armas de destruição em massa, especialmente as nucleares[454]. A Guerra Fria deixou o mundo

---

esforcem por moldá-las." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 142).

[452] "...O realismo obriga a reconhecer que os rivais do mundo da IA, ainda que em concorrência, devem empenhar-se em estabelecer os limites do desenvolvimento e utilização de determinadas capacidades excecionalmente destrutivas, desestabilizadoras ou imprevisíveis de IA. Um esforço sereno de "controle de armas de IA" não contradiz a preocupação com a segurança nacional; representa, sim, uma tentativa de garantir a prossecução e a realização de uma política de segurança no contexto de um futuro humano." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 143).

[453] "Enquanto a consciência do Estado é comparativamente recente, a estrutura do Estado é fruto da secular evolução da monarquia e do despotismo esclarecido. Fosse sob forma de nova república ou de monarquia, constitucional reformada, o Estado herdou como função suprema a proteção de todos os habitantes do seu território, independentemente de nacionalidades, e devia agir como instituição legal suprema. A tragédia do Estado-nação surgiu quando a acrescente consciência nacional do povo interferiu com essas funções. Em nome da vontade do povo, o Estado foi forçado a reconhecer como cidadãos somente os "nacionais", a conceder completos direitos civis e políticos somente àqueles que pertenciam à comunidade nacional por direito de origem e dato de nascimento. Isso significa que o Estado foi parcialmente transformado de instrumento da lei em instrumento da nação.
(...)
O conflito latente entre o Estado e a nação veio à luz por ocasião do próprio nascimento do Estado-nação moderno, quando a Revolução Francesa, ao declarar os Direitos do Homem, expôs a exigência da soberania nacional. De uma só vez, os mesmos direitos essenciais eram reivindicados como herança inalienável e todos os seres humanos e como herança específica de nações específicas; a mesma nação era declarada, de uma só vez, sujeitas a leis que emanariam supostamente dos Direitos do Homem, e soberana, isto é, independente de qualquer lei universal, nada reconhecendo como superior a si própria. O resultado prático dessa contradição foi que, daí por diante, os direitos humanos passaram a ser protegidos e aplicados somente sob a forma de direitos nacionais, e a própria instituição do Estado, cuja tarefa suprema era a de proteger e garantir ao homem os seus direitos como homem, como cidadão- isto é, indivíduo- e como membro de grupo, perdeu a sua aparência legal e racional e podia agora ser interpretada pelos românticos como a nebulosa representação de uma "alma nacional" que, pelo próprio fato de existir, devia estar além de acima da lei. Consequentemente, a soberania nacional perdeu a sua conotação original de liberdade do povo e adquiriu uma aura pseudo-mística de arbitrariedade fora da lei." (ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras:, 2012, p. 323-324).

[454] "Não utilizar o nuclear não é um dado adquirido, mas, antes, uma condição que tem de ser garantida por cada geração de dirigentes políticos. Isso será particularmente dificultado pela entrada de novos protagonistas com diferentes doutrinas estratégicas, diferentes atitudes em relação à imposição internacional de baixas civis, e que procuram desenvolver capacidades nucleares. As equações da dissuasão tornar-se-ão cada vez mais difusas, e os seus resultados cada vez mais incertos. É neste mundo de paradoxos estratégicos ainda por resolver que estão a emergir novas capacidades, com correspondentes complexidades.
A primeira é a cibernética, que, além de aumentar as vulnerabilidades, ampliou o campo das ambições estratégicas e a variedade de opções de que os protagonistas dispõem. A segunda é a IA, a qual tem capacidade para transformar o armamento e as estratégias convencionais, nucleares e cibernéticas. O avento de novas tecnologias tem acentuado os dilemas das armas nucleares." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da*

frente a um descontrolado conflito nuclear entre as superpotências, que foi evitado devido ao bom senso dos governantes de ambos os lados. Com a Inteligência Artificial, tal sentimento pode não existir. Com o avançar das descobertas, é urgente um marco normativo que expresse a Ética e os valores humanos que não podem ser atingidos.

As Declarações de Direitos dos anos 1945, 1948 e seguintes expressam uma evolução do bom trato normativo, político e científico à condição humana. Não pode haver retrocessos, face às ambições estatais em nível externo. O homem deve ser livre e conhecedor cada vez mais da sua liberdade.

A I Guerra Mundial[455] eclodiu porque os governantes da Europa, entre outros motivos, não tinham a dimensão correta das consequências de uma guerra mecanizada, decorrente da revolução industrial. As relações diplomáticas na época ainda acreditavam que a ordem internacional estabelecida em 1815 seria capaz de continuar a regular as relações internacionais. Bismarck não permitiria o estabelecimento de alianças fixas e rígidas no entorno da Alemanha. Como foi feito o contrário, os ânimos se exaltaram e a racionalidade foi afastada, dando lugar a "aventuras desmedidas" dos governantes, principalmente do Kaiser Guilherme II (que não segui os cautelosos passos do pai, Guilherme I).

A Razão de Estado, ou seja, o estrito interesse nacional das grandes potências, nos tempos atuais, requer planejamento internacional para a estrutura da ordem mundial, potencializando o "fator humano[456]", no dizer de Kissinger, constantemente e sempre. As trágicas experiências das

---

Inteligência Artificial. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 151).

[455] "Ainda hoje é quase impossível descrever o que realmente aconteceu na Europa a 4 de agosto de 1914. Os dias que antes antecedem e os que se seguem à Primeira Guerra Mundial não são como o fim de um velho período e o começo de um novo, mas como a véspera de uma explosão e o dia seguinte. Contudo, essa figura de retórica é tão inexata como toas as outras, porque a calma dolorosa que sobrevém à catástrofe perdura até hoje. A primeira explosão parece ter provocado uma reação em cadeia que, desde então, nos engolfou e que ninguém tem o poder de estancar..." (ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2012, p. 369).

[456] "Em última análise, os indivíduos e as sociedades em que se inserem terão de decidir quais os aspectos da vida que devem ficar reservados à inteligência humana, e quais devem ser entregues à IA ou a uma colaboração entre humanos e IA. Em última análise, são os humanos que criam e gerem a IA. Todavia, quanto mais nos habituamos e dependemos da IA, mais difícil e psicologicamente insatisfatório se torna estabelecer-lhe limites, ou ainda mais tecnicamente complicado. A nossa tarefa consistirá em compreender as transformações que a IA traz à experiência humana, como é que ela põe em causa a identidade humana, e em que medida estas mudanças exigem regulação ou alguma forma de reequilíbrio mediante outras realizações humanas. A definição do futuro da humanidade assenta na escolha que as pessoas façam do seu papel numa era de IA. "(KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 183).

"retas da razão" que levaram aos fornos de cremação durante a II Guerra Mundial não podem ser esquecidas. O "ser" deve ser o fim, nunca o meio das metas internacionais.

A interpretação[457] linguística[458], jurídica e filosófica que deve se dar à Razão de Estado não deve ser apenas de "sucessão do mundo medieval" ou de "unificação a ferro e fogo da Alemanha". O Conceito é sempre evolutivo. A Razão de Estado contemporânea é o interesse nacional estrito que exige um elevado grau de Educação[459] e civilização do povo. O respeito internacional requer também forças armadas bem aparelhadas e que sejam capazes de favorecerem uma ordem internacional na qual reine o respeito e a paz. Mais uma vez o papel da liderança se faz fundamental. A hegemonia da nação que se quer potência mundial passa obrigatoriamente por esse roteiro de planejamento. É um agir e não esperar que o tempo por si só "estruture" as instituições e a posição do Estado soberano. Segundo o pensamento de Kissinger, a liderança[460] deve fugir da inércia e ter sempre atitudes, mesmo que em momentos contraditórios da vida nacional.

---

[457] "Desde que o processo cultural, na sua tendencialidade ética, tem como fundamento a *liberdade*, como pressuposto do agir, a referida tomada de posição *perante* o fato representa uma indeclinável necessidade de envolve-lo, de "compreendê-lo". É por isso que, se as leis naturais não coincidem com as leis normativas, também não se lhes contrapõem: reconhecidos certos valores como fins, afirmadas as exigências do *dever ser*, a estas subordinamos por um ato de inteligência e de vontade, os resultados atingidos no conhecimento das leis do *ser*.
Cultura não é senão concretização ou atualização da liberdade, do poder que tem o homem de reagir ai aos estímulos naturais de maneira diversa do que ocorre com outros animais, cujas reações são de antemão predeterminadas pela natureza de seu ser, no círculo de suas necessidades imediatas...É a díade *"liberdade-poder de síntese"* que nos dá a essência da vida espiritual; é ela que constitui a fonte dos enlaces superadores dos estímulos que aprisionam os outros animais, possibilitando ao homem eleva-se à previsão das *leis* e das *normas* , assim como à instauração progressiva de bens que potenciam o seu ser histórico." (REALE, Miguel. Introdução à Filosofia. 4º edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.218-219).

[458] "Reconhecer a diferença, notar o outro, é esforçar-se por responder ao interlocutor. A resposta só alcança objetividade na linguagem. Fora dessa, permanece na intimidade do sujeito. Só a verdade transitiva, dada no encontro da linguagem, pode ser resposta com objetividade do objeto, com significação e expressão para o outro." (MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A Fenomenologia e a Hermenêutica Jurídica. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007, p.54).

[459] "Todos os indícios apontam para que a revolução da IA ocorra mais cedo do que os humanos esperam. A menos que consigamos desenvolver novos conceitos explicativos, organizativos e interpretativos das suas transformações, continuaremos impreparados para compreender as consequências. Moralmente, filosoficamente, psicologicamente, empiricamente- de todas as formas, afinal-, encontramo-nos no limiar de uma nova época. Devemos socorrer-nos dos nossos recursos mais profundos- razão, fé, tradição e tecnologia- para adaptar a nossa relação com a realidade, a fim de que permaneça humana." (KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021, p. 203).

[460] "Ford conseguiu tudo isso sem gestos teatrais e sem visível tensão emocional, em grande parte porque era muito era muito diferente dos líderes políticos hoje levados à preeminência por nosso processo eleitoral normal. Talvez nunca como nos dias atuais, o valor da liderança foi tão proclamado. Ainda assim, raramente foi tão difícil casar aspirações com desempenho. A missão definitiva de um líder é levar sua sociedade de onde está para onde nunca esteve. Todavia, isto requer vontade para percorrer a difícil estrada que vai da experiência de uma nação ao seu

4- 1822-2022: DUZENTOS ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A RAZÃO DE ESTADO

Na História Universal[461], pode-se considerar como marco de surgimento da Europa, sucessora do Império Romano[462], o período carolíngio de Carlos Magno, pelos idos de 800 D.C. O esforço desse governante para expulsar os mouros dos seus domínios trouxe uma identidade continental para a Europa, qual seja, o cristianismo. O "poder, nessa época medieval, estava nas mãos dos governantes carolíngeos na Europa, onde se situa a atual Alemanha.

Os mouros, contudo, permaneceram na Península Ibérica séculos adiante, sendo "empurrados" de volta para o norte da África passo a passo. O surgimento do reino de Portugal[463] (antigo Condado Portucalense da Espanha) e a unificação da Espanha, sob uma única coroa, são

---

destino. Ele tende a ir sozinho em pelo menos parte da estrada até que a experiência da sociedade emparelha com suas possibilidades. O líder que empreende a maior parte dessa jornada por conta própria perde o controle com seu povo e a capacidade de dar forma aos eventos- como aconteceu com Woodrow Wilson. Um líder relutante em arriscar atos solitários condena a si mesmo e sua sociedade à estagnação- como atestaram os líderes democráticos da Europa entre as duas guerras mundiais. Daí porque, a coragem é o mais importante atributo de um líder vitorioso." KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p.1109-1110).

[461] "No desenrolar do processo histórico-cultural, constituem-se determinadas unidades polivalentes, correspondentes a ciclos axiológicos distintos, como que *unidades históricas* da espécie humana no seu fluxo existencial a que chamamos de *civilizações*. A história da cultura não é, pois, unilinear e progressiva, como se tudo estivesse de antemão disposto para gerar aquele tipo de civilização que vivemos ou que desejaríamos viver, mas se desdobra ou se objetiva através de múltiplos ciclos, em uma pluralidade de focos irradiantes." (REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 18º edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1998, p. 231).

[462] "Quando Roma tomou a Península Ibérica muitos povos já haviam habitado o lugar: Celtas, Iberos, Tartéssios, Cartagineses, Fenícios, Gregos e Celtiberos, destacando-se entre estes os Lusitanos, que habitavam o norte e o centro do que hoje é Portugal. Estes mantiveram, mesmo depois da romanização, traços básicos de sua cultura que formaram uma das bases para a elaboração socia da sociedade portuguesa.
Os lusitanos formavam pequenos estados, que poderiam ser chamados aristocráticos, em cidades. Estas possuíam um chefe que exercia poderes políticos, religiosos e judiciais sobre os habitantes.
Os romanos, ao chegarem na península, sofreram resistência inclusive dos lusitanos, entretanto, após incursões mais fortes por parte do exército romano, eles acabaram por sucumbir. A partir desse momento (século II a.C), os lusitanos, embora ainda tentassem, inicialmente, revoltar-se, absorveram a cultura dos invasores." CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p.265).

[463] "A diplomacia é que forneceu a Lisboa, por meio da aliança inglesa, a possibilidade de sobreviver no jogo de poder na Europa. A variedade de que lançaram mãos os lusitanos consistiu na "diplomacia da franqueza", isto é, na capacidade de compensar a inferioridade militar por outras modalidades de poder, entre elas a busca de alianças e a influência de fatores intangíveis, os conhecimentos, os argumentos intelectuais, a preparação cuidadosa das negociações e a habilidade de negociar a partir de posições favoráveis." (RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016*). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.33).

momentos do esforço, mesmo que tardio, da unificação europeia, sob os auspícios da religião cristã.

Muitas lutas e batalhas foram travadas, até que a Europa se distinguisse das demais partes do mundo. A História é violenta, como o já citado pensamento de Henry Kissinger. Os grandes impérios e conquistas são o resultado de lutas e batalhas, nos mais diferentes momentos da própria História Universal.

O Espírito Universal vai caminhando, para que seja alcançada a liberdade de todos, dentro do solo europeu (que seria transferido, posteriormente, também, para o Novo Mundo).

Não que o mediterrâneo tenha se tornado um "deserto cultural" entre a Europa e o norte da África por causas naturais. O que ocorreu, historicamente, é que os "povos do norte[464]" adaptaram-se à evolução do conceito de liberdade, na continuação do caminhar filosófico dos gregos e romanos. Os europeus, com o passar dos tempos, mostraram-se romanos, posto que ocidentais, mas "mais romanos" aos próprios romanos, uma vez cristãos. Para ser livre, basta querer conhecer da própria liberdade e não permitir que as escolhas (o que é a própria Razão), ou o arbítrio, seja conduzido por outros. Sou livre porque o outro é livre e o outro é livre porque sou livre, através de uma relação de constante reconhecimento, que se dá através da Lei.

O Ocidente cristão é o Império da Razão, a civilização mais adiantada para abrigar a condição humana.

Os povos orientais, desde os tempos da Babilônia, ou dos indianos e chineses, que constituem atualmente o que restou das civilizações antigas ainda não extintas, tinham grandes riquezas. Exemplo a conhecida "rota da seda' dos chineses, na qual havia circulação de bens que iam e vinham fazendo surgir grandes cidades e descobertas ao passar dos tempos, como foi a pólvora e a utilização do petróleo. Mas os povos orientais não sabiam da liberdade individual nem do comando da Lei para todos. Um só mandava, governava e decidia por todos.

---

[464] "A romanização foi coroada em 212 d.C, com a Constituição Antoniana, que concedeu cidadania romana a todos os habitantes do império. Isto significava, na prática, que todos os que habitavam em território romano ou conquistado por Roma teriam acesso a direitos e deveres contemplados pelas leis romanas.
(...)
A partir do século V d.C, os Germânicos começaram a penetrar também na Península Ibérica. Alanos, Vândalos e Suevos instalaram-se até que outra tribo, a dos Visigodos, com um acordo com os romanos, os expulsou e tomou a península. O direito visigótico ´passa a dominar a região." CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p.266).

Os reis cristãos da Península Ibérica[465] , durante a Idade Média, tiveram de lutar muito para que os mulçumanos fossem expulsos e retornassem para o norte da África. E conseguiram. A Península Ibérica passa a fazer parte integralmente da Europa cristã.

A Europa, ao permitir a valorização dos talentos individuais, motivado pelo próprio cristianismo, enalteceu o "conhecimento", uma herança da cultura grega- helenística. Tal postura cultural levou ao acúmulo de mais conhecimento e consequentemente às descobertas.

A prensa móvel de Gutemberg, no século XVI, mostrou a coragem do espírito humano em não ficar preso apenas aos direcionamentos do outro, mas em divulgar, ilimitadamente, o conhecimento e as ideias. Foi um passo gigantesco tal qual a internet no final do século XX e início do século XXI.

A intensificação das práticas comerciais dentro da Europa, desde o final da Idade Média, e principalmente na Idade Moderna, levou ao acúmulo de riquezas[466]. Especiarias também eram buscadas no oriente. Os europeus, movidos pelo ímpeto de adquirir sempre mais riquezas, lançaram-se aos mares e oceanos, apesar das precariedades de seus engenhos de viagem. Notícias de outras terras e de outras civilizações "além mar" começaram a chegar à Europa. E a mentalidade "metalista" encorajava mais ainda novas empreitadas.

A Unificação dos Estados Nacionais europeus, incialmente Portugal[467] e Espanha, correspondeu à concentração dos poderes nas mãos do rei. Foi o chamado "absolutismo

---

[465] "Nos séculos IX e X somente o norte da península Ibérica escapava do domínio árabe, mas a partir do século XI com a formação dos reinos cristãos de castelã, Aragão, Navarra e Leão a luta pela expulsão dos mulçumanos iniciar-se-ia efetivamente.
Muitos nobres de outras regiões iam lutar ao lado dos cristãos da península pela expulsão daqueles que chamavam "infiéis", os cristãos da consideravam-se em uma Cruzada santa. No reinado de Afonso IV, de leão, dois nobres franceses receberam do rei como recompensa por importantes serviços prestados na "Guerra da reconquista" suas duas filhas em casamento e feudos. Um destes feudos era o Condado Portucalense que, com tendências separatistas, conseguiu em 1139 formar um reino, com dinastia própria (a de Borgonha) e com reconhecimento da Igreja.
Como condado ou como reino independente Portugal não padrou a luta pela expulsão dos mulçumanos, progressivamente conquistou os territórios ocupados, consolidando seus limites com a incorporação da a região de Algarve." CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p.268).

[466] "O Processo histórico que desenvolveu o Antigo Regime, marcado pelo capitalismo comercial (política mercantilista), sistema colonial e Absolutismo Monárquico, foi longo e tem suas origens na Idade Média, quando começam a renascer o comércio, o monetarismo e a busca por centralização política." (CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p. 197).

[467] "Já na América do sul, Portugal via-se cercado por todos os lados pela Espanha, potência hegemônica mundial no início do período colonial e, mesmo depois, mais poderosa militar e economicamente que seu diminuto adversário ibérico. Se a disparidade de forças não impediu que os portugueses se expandissem na região amazônica e no centro-Oeste, a razão tem a ver com um complexo de fatores geográficos e econômicos que neutralizaram nessa área a superioridade castelhana. Na bacia do Rio da Prata, onde esses fatores não existiam, a natural supremacia espanhola

monárquico". O rei governa, legisla e julga. E foi necessário historicamente, posto que o aceleramento das práticas comerciais exigia um centro de comando unificado na nação e a integridade territorial. Com o passar dos tempos, o Estado vai se associando à ideia de soberania, o que se torna um atributo estatal necessário a partir da Paz de Vestefália de 1648.

Os reis da Espanha, Aragão e Castela, nos idos do século XV, tiveram a ousadia e o interesse de financiar a viagem de Colombo, um desbravador italiano, ao que depois foi nomeado como a América. Claro que o interesse dos referidos monarcas era por riquezas e novos domínios. A mentalidade do rei da idade Moderna era diferente daquela dos reis medievais. Esses eram extremamente religiosos e dependiam das relações de "cavalheirismo" de seus melhores súditos. Aqueles, de um período mais avançado da História, eram verdadeiros "reis empresários". E como toda empresa envolve risco, a viagem às América era um empreendimento de "risco calculado", uma vez que já havia notícias de que nas novas terras existia ouro e prata. Colombo[468] chega às américas em 1492.Um feito heroico, para aqueles tempos.

Portugal já estava unificado, no século XV e tinha grande domínio das ciências náuticas. O Tratado de Tordesilhas (1494), com o beneplácito papal, havia dividido o mundo entre Espanha e Portugal. Naturalmente, Portugal iria seguir os passos da Espanha, na conquista do Novo Mundo.

---

fez-se sentir e conseguiu conter o avanço lusitano." (RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016*). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.38).

[468] "A viagem de Colombo veio a estremecer o relacionamento entre as duas coroas Ibéricas e fez com que o rei português da época, D. João II, fundamentado no diploma de 1480 procurasse garantir seus direitos através de uma demonstração de força. Ele mandou aprontar uma armada (como era chamado um conjunto de navios de guerra para enviar às ilhas visitadas por Colombo porque considerava que estas lhe pertenciam.
Para se defenderem, Isabel e Fernando, os reis Católicos da Espanha, buscaram o apoio do papa. Em 4 de maio de 1493, o Papa Alexandre VI expediu a Bula Inter Coetera, que lhe dava domínio exclusivo de todas as ilhas e terras firmes, já descobertas ou que viessem a descobrir situadas a ocidente de uma linha meridiana traçada de polo a polo que passasse cem léguas a oeste de qualquer das ilhas dos Açores e Cabo Verde, contando que estas ilhas e terras não fossem possuídas por algum príncipe cristão antes do Natal de 1492.
Embora a demarcação da bula papal tenha salvaguardado as rotas portuguesas do Atlântico Sul, ou seja, o caminho marítimo para as Índias ainda assim não era interessante para Portugal, por isso D. João II recusou-se a aceitar a Bula Inter Coetera e pressionou a Espanha, que recém saíra da guerra conta os Mouros e receava entrar em outra guerra, para que um arranjo fosse feito. (CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p.299).

Portugal[469] e Espanha ocuparam as terras da região central e sul do continente denominado "América". A "Terra de Santa Cruz", posteriormente nomeada como "Brasil" foi a enorme colônia portuguesa na América.

O Brasil foi "descoberto" por Pedro Álvares Cabral em 1500.

No início, os portugueses não se interessaram muito pela colonização do Brasil, tendo-a efetivado apenas em 1531. O "pau-brasil[470]" foi a primeira riqueza largamente explorada pelos portugueses na colônia.

Com a descoberta de prata e outro, os olhares metropolitanos se aguçaram sobre a colônia. A primeira Capital do Brasil foi Salvador, na Bahia.

Havia o problema da mão de obra na colônia, pois os índios escravizados não conseguiam adequar-se ao trabalho. Os soberanos de Portugal e Espanha procuraram o papa no Vaticano, e este os aconselhou a buscar mão de obra na costa da África, para suprir o déficit de escravos no continente americano. As metrópoles ibéricas intensificaram o tráfico de escravos, inclusive com o apoio inicial da Inglaterra. Todos queriam fazer fortuna com o tráfico de escravos.

A Cana de Açúcar[471] foi largamente plantada no território da colônia brasileira. Formou-se a concepção de "Senhor e Escravo" e "Casa Grande[472] e Senzala" no futuro ideário nacional,

---

[469]"Com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 29 de maio de 1453, porém, esse rico comércio encontrou obstáculos- as rotas caíram sob controle turco e ficaram bloqueadas para os mercadores cristãos. Foi para contornar esse problema que Portugal e Espanha passaram a organizar expedições de exploração, visando encontrar rotas alternativas para terra firme e por mar. Era esse o objetivo de Portugal quando investiu numa nova via, procurando garantir o monopólio final do comércio. Optou-se por um caminho que implicava uma inédita e arriscada manobra: circundar o desconhecido continente africano, cujo percurso completo levou mais de um século para ser realizado. Mas a demora virou proveito e Portugal instalou "feitorias" no litoral africano, vale dizer, estabeleceu pontos estratégicos para uma colonização futura e permanente." (SHUWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018, p. 23).

[470] "O Brasil dos primeiros tempos não era em nada interessante para Portugal, neste primeiro momento mais a Portugal as Índias Orientais e seus imensos e garantidos lucros. Isto se explica pelo fato de que os lusitanos, comerciantes exemplares, se interessavam apenas por lugares que eram habitados por povos que conhecessem o sistema de trocas e produzissem excedentes e este não era o caso dos índios da América portuguesa.
O Brasil era uma colônia e no Antigo Sistema Colonial a Colônia existe para dar lucros, para desenvolver a Metrópole, tanto é assim que a colônia deve ser um local de consumo dos produtos metropolitanos´- e os índios no Brasil não eram um mercado considerável- e de fornecimento do que a Metrópole considerava interessante.
O que havia de interessante era a árvore que servia para a extração de tintas para panos, miniaturas e manuscritos, o pau-brasil, conhecido pelos índios como Ibirapitanga (ibirá- pau; pita- vermelho). O procedimento para a extração do pau-brasil foi o mesmo que se havia empregado na exploração de produtos africanos e asiáticos, a árvore era considerada um produto "estancado", ou seja, só o consentimento real dava o direito de exploração. Assim foram expedidos os primeiros documentos com valor jurídico, aqueles que davam, mediante pagamento prévio de uma soma, a indivíduos o direito de extrair, por um tempo determinado, a madeira." (CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p. 300).

apesar de ser muito mal compreendida o papel da Casa Grande na formação agroindustrial brasileira. Cada momento da História tem a sua moral e valores próprios e a História não pode ser julgada fora da verdade. O Brasil atual recebeu o legado de produção da casa Grande, o que o fez uma potência agroindustrial no mundo, para não dizer a maior. No período colonial e do imperial da História do Brasil não existia CLT.

Para a administração do enorme território colonial, Portugal estabeleceu "capitanias hereditárias", com donatários a comandá-las. As principais foram São Vicente e Pernambuco. Após as capitanias hereditárias veio o conhecido Governo Geral. O Brasil ganhou um "vice-rei" de Portugal.

O ciclo da "mineração", de exploração da prata e do outro deslocou o centro administrativo do país da região nordeste para a região sudeste. O Rio de Janeiro tornou-se, no século XVII e diante, o maior porto de tráfico de escravos da América. As minas de prata e Outro em Minas Gerais abasteciam a metrópole lusitana. O pacto colonial foi estabelecido, e o Brasil colônia podia realizar transações comerciais apenas com a metrópole, Portugal. Nessa época, Portugal[473] já devia muito à Inglaterra, e o outro extraído no Brasil servia para pagar os juros da dívida portuguesa com a Inglaterra.

---

[471] "A história do açúcar do Seiscentos brasileiro migraria, então, para o Nordeste, e seria contada, de forma ascendente, a partir de caixotes bem acomodados para exportação. Nessa região do país foi encontrado o massapê: um solo fértil de aluvião considerado ideal para a produção da cana, mas o massapê tinha efetivamente qualidades e ajudaria na implantação da nova cultura Além do mais, o clima quente e úmido, a vasta rede hidrográfica necessária para o transporte interno e a maior proximidade com a metrópole- à qual se chegava com facilidade em razão dos regimes favoráveis de vento- transformaram, o aç~´ucar na vedete do Império português, fazendo seu eixo girar. No lugar das Índias, era agora o Brasil que concentraria as atenções e as medidas mais estratégicas." (SHUWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018, p. 55).

[472] "Parte dessa performance do poder inscrevia-se na maneira de trajar de toda a família do senhor, na hospitalidade e no luxo do interior das casas-grandes, cuja arquitetura no decorrer do *XVII*, foi se tornando cada vez mais vistosa. Os solares por certo variavam na feição arquitetônica e nas dimensões. Todos eram, porém, servidos de muitos janelões, varandas ao redor da residência, beirais feitos de pilares elegantes, e costumavam ser erguidos no ponto mais alto do engenho para que pudessem ser observados. Divididos em vários cômodos, tais solares contavam, com frequência, numerosos quartos- que abrigavam a família e os agregados: sogros, sobrinhos, netos, aliados políticos, compadres, comerciantes, além do vigário--, sala de visitas e jantar, quarto de oratório, escritório, copa e cozinha..." (SHUWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018, p. 69).

[473] "O ouro chegava e saía de Portugal quase instantaneamente e pelo mesmo caminho: seguia pelo rio Tejo rumo a outros países europeus, em especial a Inglaterra, onde ia quitar as importações de uma grande variedade de produtos e manufaturas de que os lusitanos careciam integralmente...
O pico da produção foi alcançado entre 1737 e 1746, e o outo começou a rarear na segunda metade da década seguinte. A crise que sucedeu teve início nos meados dos anos 1760 e seria irreversível: durante o os anos 1760, a arrecadação do quinto caiu bruscamente para 209 quilos, tomou impulso e despencou.: 147 quilos em 1771. A

O Brasil foi colônia de exploração, não de povoamento, como o Estados Unidos da América do Norte. Isso foi um marco permanente na construção social do Brasil e no cenário internacional[474], somado a outros déficits históricos, colocou o referido país na "periferia" do sistema. No século XIX, no qual já dominava o pensamento político das elites do café, com apoio do governo imperial (D. João VI, D. Pedro I e Dom Pedro II), apesar da forte marinha nacional, que podia se equiparar com a inglesa, já era sentida a falta de força de imposição internacional, principalmente depois da *Doutrina Monroe*, da "América para os americanos."

A independência[475] do Brasil veio em 1822, mas o país, governado por uma monarquia da casa de Bragança (Portugal) e Habsburgo (casa real da Áustria), tinha "dependência" da Inglaterra em vários assuntos, inclusive em política externa. Não pode ser esquecido que D. João VI veio fugido de Portugal, por causa da invasão das tropas de Napoleão Bonaparte, escoltado pela marinha inglesa. A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 articulou o

---

percepção imediata da decadência foi dramática: os mineiros firmaram a convicção de que sua origem não escrava no decréscimo da produção, e sim no peso escorchante dos tributos- e isso acendei o pavio da revolta. Mas o saldo do ouro também seria irreversível: no fim do século *XVIII* havia, nas Minas, uma rede de cidades que confirmava a realização da única experiência de colonização de base urbana na América portuguesa: havia, ainda, uma sociedade de feições próprias e capaz de criar um experimento cultural denso e sofisticado." (SHUWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018, p. 123).

[474] "O Brasil é um grande Estado periférico que se distingue, em especial, por ser uma sociedade de origens plurirraciais, que passa desde seu início por processos de profunda miscigenação, na qual a origem étnica ou religiosa por si só não "classifica". Caracteriza-se também pela presença de um idioma único e pela ausência de conflitos territoriais, internos e externos.
Os grandes estados da periferia, e disso não escapa o Brasil, apresentam enormes disparidades de renda e de propriedade, de riqueza e de pobreza, de cultura e de barbárie. Apesar disso, em sua história recente, o Brasil, se comparado aos demais Estados periféricos, até recentemente apresentava um grau mais elevado de mobilidade social e espacial." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos Anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.5º edição. Rio de Janeiro; Editora Contraponto, 2007, p. 22).

[475] "A soberania brasileira não pode ser concebida com efeito como feito abrupto da Proclamação da Independência, em 7 de setembro, imediatamente aplicável no exterior. Seu exercício estava condicionado interna e externamente e requeria toda uma habilidade para vir a conformar-se com os interesses da nação. Assim, pelo menos quatro variáveis, de natureza estrutural e histórica, iriam condicionar a elaboração e a execução da política externa brasileira nesse período inicial: o jogo das forças que compunham o sistema internacional no início do século XIX e os objetivos dos Estados dominantes, a inserção do continente americano nesse sistema, a herança colonial brasileira tanto socioeconômica quanto jurídico-política e, finalmente, o precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente, por meio da "aliança inglesa.
O continente americano era afetado pelo que sucedia com a economia e a política europeias. O Congresso de Viena de 1815 significou, ao mesmo tempo, o declínio da influência que a Revolução Francesa exerceu sobre o sistema internacional e a emergência das forças econômicas que iriam configurá-lo no século XIX..." (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011, p.19-20).

processo de independência da colônia. Toda uma estrutura administrativa e bancária foi construída no Brasil depois de 1808.

A colônia portuguesa no continente americano, o Brasil recebeu a casal real portuguesa, casa real da Áustria, "Habsburgos". Por esse motivo, uma mentalidade imperial nasceu no solo brasileiro, e foi este um dos principais motivos que evitou a fragmentação do território colonial, como ocorreu nas colônias espanholas.

Após a consolidação definitiva da independência, em 1822, o Brasil[476] continuou sendo governado pelos imperadores portugueses (D. Pedro I e D. Pedro II), casal real austríaca. Em solo brasileiro, no século XIX, havia monarcas europeus, o que aproxima mais ainda o Brasil do sentimento europeu de nação.

O primeiro país do mundo a reconhecer a independência do Brasil[477] foi o Estados Unidos[478] da América do Norte. Os norte americanos não queriam ingerência das potências europeias no continente americano, principalmente em um território da dimensão do Brasil.

---

[476] "O esboço do Estado nacional foi constituído desde janeiro de *1822* por centenas de medidas tomadas por dom Pedro e José Bonifácio no sentido de firmar sua própria soberania e rejeitar a autoridade das cortes portuguesas, cujos decretos reacionários começaram a chegar ao Rio de Janeiro em dezembro de 1821. Entre as medias mais importantes de rompimento político-jurídico estão a criação do Conselho dos Procuradores- Gerais das províncias do Brasil, a convocação da Constituinte, a anistia para as passadas dissensões políticas, a imposição do "cumpra-se" às leis portuguesas, a exclusão de funcionários portugueses nomeados para cargos no Brasil e a organização dos ministérios dos Estados; outras decisões, fazendo uso da autoridade já constituída, completam o rompimento: o confisco dos bens de portugueses que não aderiram à Independência, a expulsão das tropas portuguesas e a proibição do comércio bilateral, a admissão de navios estrangeiros sem certificado do cônsul português no país de origem e a criação de um corpo diplomático brasileiro. Entre janeiro de 1822 e início de 1823, foram assim destruídos mais uma vez, gradativamente, os vínculos político-jurídicos e as relações do antigo sistema colonial entre Brasil e Portugal." (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p.32).

[477] "O Estado brasileiro se apresenta à comunidade internacional, em 1822, reivindicando o papel de novo membro e ator. Tal estado pouco tinha de brasileiro, na medida em que representava o transplante direito do Estado português. O Estado dos Bragança, comportando-se ao estilo da diplomacia europeia, arquitetou para si, ao tempo da regência de dom João VI, a construção de um império americano, para compensar as perdas sofridas na Europa, durante as guerras napoleônicas. Assistimos à ocupação de caiena e à incorporação da Banda Oriental, não como subserviência aos interesses britânicos, tampouco como "braço forte" da santa Aliança. Ao contrário, como reação às humilhações impostas a Portugal de ambas as partes. A esse projeto, bem-sucedido por um certo período, obstaram o fracasso interno de dona Carlota Joaquina em construir seu império espanhol, a partir de Buenos Aires, e a oposição crescente de europeus e norte-americanos. Mas importante foi a ação das lideranças platinas, estimuladas por Buenos Aires, em um confronto que se estenderá pelo período independente. Em contrapartida, os nexos de família entre Dom Pedro e a princesa Leopoldina, em 1816, se não auxiliaram no reconhecimento da Independência, serviram aos menos para sustentar a única monarquia americana. George Canning tinha por ela simpatia, vendo um contrapeso ao republicanismo pregado a partir de Washigton e assimilado pelas lideranças hispânicas, não sem hesitações, é bem verdade." (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p.25).

[478] "...Já os Estados Unidos visaram objetivos políticos, econômicos e estratégicos: desistindo de se opor à forma monárquica de governo, buscavam a expansão do "sistema americano", o desafio à preponderância econômica e

Desde a independência, foi se formando no consciente nacional a ideia de "grandeza", em nível territorial e diga-se, pretensiosamente, político e econômico também. Sendo os primeiros governantes do Brasil de origem europeia, a busca do estabelecimento de um império nas Américas não lhes fugiu dos propósitos. O próprio José de Bonifácio, conhecido como o "patriarca da independência", defendia que no Brasil a divisão de poderes deveria existir, principalmente entre o Legislativo e o Judiciário. Os ventos da Revolução Americana[479] não deixavam se soprar sobre todo continente, mesmo em Estados Unitários, como era o caso do Brasil.

O passado colonial do Brasil o comprometera a longo prazo. Em um primeiro momento, após a Independência, em 1822, o Brasil passou a perseguir uma verdadeira "Razão de Estado", no II Reinado, sob os auspícios de D. Pedro II. Sob o impulso das monarquias europeias, o grande imperador do Brasil governava com sua liderança reconhecida internacionalmente, até mesmo no Estados Unidos da América do Norte, por sua eficiência, competência, honestidade e amor à pátria. Claro que no século XIX os valores eram diferentes dos atuais. Essa é uma questão moral, que é temporal, ao contrário da ética, como já dito anteriormente, que é atemporal.

Apesar da escravidão, durante o reinado de D. Pedro II (1840-1889), o Brasil tinha índices macroestruturais que para a época, eram próximos às grandes civilizações europeias. Nem o Estados Unidos da América do Norte tinha níveis de desenvolvimento como o Brasil. Mas o atraso colonial[480], somado a questões sociais como a escravidão, a longo prazo cobrou o seu

---

política inglesa e a sustentação de tais desígnios pela ação diplomática e pela presença de uma esquadra..." (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4º edição. Brasília: Editora: Universidade de Brasília. 2011, p.28).

[479] "Quando um povo se sente no direito de "dissolver o vínculo político que o mantinha ligado a outro" é porque considera que o autogoverno ou autodeterminação é ponto pacífico em sua vida.
(...)
Após a declaração de Independência e ainda em meio aos combates para defende-la, os representantes dos territórios viram-se diante de um dilema: como manter a união das antigas 13 Colônias sem ferir o princípio de autodeterminação que tanto contribuiu para que essa luta saísse vitoriosa?
No mesmo dia em que o Congresso na Filadélfia nomeou a comissão para redigir a declaração de Independência, outra foi criada para buscar estabelecer as bases da união definitiva dos estados Unidos, bem como determinar sua forma de governo". (CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p. 234-235).

[480] "Na futura América Latina, as populações autóctones foram dominadas por potências europeias, Espanha e Portugal. Essas potências eram hegemônicas nos mares no século XVI, mas não superaram a etapa mercantil de sua evolução capitalista por causa da celebração de tratados desiguais com a Inglaterra, como o de Methuen, da resistência religiosa às ideias modernas e da espoliação colonial, que lhes deu a possibilidade de resistir sem desenvolver suas forças produtivas. Essas potências arcaizantes estruturaram aquelas populações como sistemas políticos e econômicos coloniais em regime de monopólio comercial e de proibição de desenvolvimento industrial e

preço. Com o passar do tempo, o Brasil foi perdendo as diretrizes da "Razão de Estado[481]" e começou a se aproximar dos modelos latino americanos de desenvolvimento.

Em 1861-165, ocorreu a Guerra Americana, que varreu a escravidão do EUA e deu a esta nação a posição de Estado industrializado. No Brasil, a partir dos anos 1890, formou-se uma elite política oligárquica que punha os interesses particulares muito acima daqueles da nação. A Constituição brasileira de 1891, tal qual a de 1824, pouco tratava de questões sociais. É como se o país tivesse sendo movido para manter os interesses das oligarquias. E era isso mesmo.

Enquanto o Estados Unidos da América do Norte aprofundava o seu processo de industrialização, o Brasil, no início do século XX, mantinha o model latifundiário-exportador, com foco na política do café.

A "moeda" brasileira passou a ser o café. A riqueza nacional era expressa neste produto agrícola, que correspondia à maior parte das exportações do Brasil. Tudo na economia brasileira passou a depender do café. O ex-ministro Delfim Neto, referindo-se a este tempo, fala que "o câmbio era o café."

A Constituição de 1891[482] foi muito espelhada na norte americana. A Tripartição de Poderes e o Modelo Federativo são legados da Constituição de 1891[483], no Brasil. Não foi a

---

cultural. Foi o caso do Brasil. As colônias da América Latina, ao se transformarem em Estados, após sua independência das arcaicas metrópoles coloniais por força das guerras napoleônicas, rapidamente se colocaram sob a proteção inglesa, assumindo um *status* semicolonial por causa dos tratados que celebraram." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos Anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.5º edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007, p. 24).

[481] "Assim, as sociedades, os estados e os governos nunca iniciam sua atuação internacional a partir da "estaca zero", com os mesmos direitos, deveres e iguais oportunidades. Apesar da opinião de alguns analistas, esses não são o cenário e a dinâmica em que os Estados, ao sabor dos ventos e com plena independência, organizam alianças e participam de estruturas, escolhendo em cada momento seus objetivos.
O conceito de estruturas hegemônicas é preferível ao de estado hegemônico. Por estado hegemônico se pode entender aquele Estado que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses, de toda ordem, sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, sem que haja uma potência ou uma coalizão de potências que possa impedí-la de agir.
Essa era, por exemplo, a situação dos estados Unidos no imediato após-guerra. Naquele momento, em 1946, o produto interno bruto americano era superior a 50% do produto interno bruto mundial. Sua estrutura econômica fora fisicamente preservada e, mais ainda, experimentara extraordinário desenvolvimento tecnológico, impulsionada pelas necessidades da guerra.
(...)
Os Estados Unidos estavam em posição de hegemonia, reunindo condições historicamente sem precedentes para tentar mais uma vez reorganizar o sistema político, econômico e militar internacional. Nessa tarefa, engajaram-se por meio do projeto de segurança coletiva das Nações Unidas." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos Anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.5º edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007, p. 29-30).

Constituição de 1988 que "criou" a Tripartição de Poderes e a Federação no país. Isso foi muito bem pontuado quando o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça, relator ministro Gilmar Mendes.

O Brasil, no início do século XX, motivado pelo sistema colonial e de exploração e pela escravidão, vai se colocando, cada vez mais, como uma nação "periférica" no sistema internacional. Não pode se negar a enorme capacidade de recursos naturais da nação, sejam minerais ou agrícolas, mas a centralização econômica agrava-se. Parece que, desde esses tempos, o Brasil estava a querer ficar "de costas para o mundo". Não havia industrialização no país, apesar dos esforços do Barão de Mauá, ainda no período imperial. As elites locais sentiam-se muito seguras no poder, e as questões de desenvolvimento nacional eram deixadas ao relento. A dependência externa, seja da Inglaterra, ou do Estados Unidos da América do Norte, era visível. A malha ferroviária do Brasil era administrada por empresas da Inglaterra (e assim ficou até 1959). O Brasil, nas primeiras décadas do século XX, não participava das grandes decisões mundiais. No século XXI, em que pese a normalização econômica da nação, em termos de moeda, o Brasil ainda permanece na periferia do sistema internacional. Os problemas internos são tão intensos e contínuos que a política externa fica alijada. Parece que o Brasil[484] nunca consegue

---

[482] Ó poder local, como ganhava feições no Império, avançava cada vez mais sua ingerência que, de mãos dadas com o poder público, davam aos grandes fazendeiros a possibilidade de fazer o que bem entendessem. Dessa forma foi eleita a Assembléia Constituinte, mais ligada aos interesses dos grandes latifundiários que aos interesses militares ou ditatoriais de Deodoro...
(...)
Enquanto a Constituição anterior era marcadamente de influência francesa, a de 1891 teve grande influição da Constituição Norte-Americana. Não é de estranhar, portanto, que o Brasil fosse, a essa época e constitucionalmente legalizado os "Estados Unidos do Brasil", uma República Federativa de regime representativo..." (CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p. 411 e 413).

[483] "A Constituição do Império, estreando os princípios liberais na organização política do País, conservava ainda uma face autoritária, traduzida nas garantias formais de continuidade o texto constitucional, precisamente na parte que mais de perto entendia com a estrutura dos poderes políticos e com os direitos da pessoa humana, ao dificultar-lhe o processo de mudança, em razão de entender consubstanciadas ali todas as regras materialmente constitucionais, distintas das demais, tornadas flexíveis, ou seja, desfalcadas dos requisitos especiais ou distintas daquelas exigidas para a produção legislativa ordinária.
Com a Carta republicana, houve comparativamente uma certa atenuação temporal de rigidez para efeito de concretização de uma determinada reforma da Constituição, mas em contrapartida a rigidez se dilatou a todas as disposições constitucionais, caindo portanto a separação entre a parte rígida e a parte flexível da Constituição, singularmente característica do processo reformista do texto imperial, ao mesmo passo que introduzia também um elemento novo de participação derivada da vontade dos entes da federação qualificados para a iniciativa do ato constituinte de reforma." (BONAVIDES, Paulo. História constitucional do Brasil. Brasília: Editora OAB: 2002, p. 240).

[484] "As características centrais das economias sul-americanas são as profundas desigualdades domésticas de nível de renda, de nível tecnológico, de capacitação de mão-de-obra e a escassez de capital. Estas desigualdades e a própria

sair do século XX. Mas a semente de grande nação[485], da época da independência, foi plantada. No ideário de Bonifácio de Andrada, o Brasil deveria ser um país enorme territorialmente, em riquezas e em política exterior. A educação recebida por Dom Pedro II e a integridade do imperador comprovam isso.

Em 1930 o sistema político brasileiro, iniciado com a derrubada do imperador em novembro de 1889, não mais se sustentava. O Brasil era um "grande país pobre" e economicamente subdesenvolvido. Enquanto a Inglaterra fizera sua revolução constitucional em 1688 (Revolução Gloriosa), dando a referida nação lugar a um rápido processo de industrialização e representação popular, através do parlamento e o Estados Unidos nascera constitucionalizado, com a Tripartição de Poderes, através do Sistema de Freios e Contrapesos, e logo após a Guerra Civil (1865), rapidamente se industrializou fortemente, o Brasil na entrada da terceira década do século XX ainda padecia de subdesenvolvimento crônico, não tendo indústrias e sendo grande parte da população analfabeta.

Getúlio Vargas assume o poder em 1930, e pondo fim à República Velha, com promessas de iam de encontro aos anseios da maioria da população, tendo em 1934[486] promulgado uma

---

natureza do desenvolvimento econômico, que tende a agravar e a gerar novos desequilíbrios, internos e externos, tornam estas economias em extremo sujeitas a choques externos e, assim, altamente instáveis.
(...)
A situação na América do Sul, que é a área geoestratégica relevante para o Brasil, apresenta assim características semelhantes, em cada país, de instabilidade política, de tensão social crescente e de crescimento econômico insuficiente e, naturalmente decorrentes, em parte, da situação política e econômica no centro do sistema e da insistência ideológica da primazia da estabilidade financeira sobre a estabilidade social e política, o que se revela, no plano das políticas, pela persistência nos severos programas de ajuste preconizados pelo FMI." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p.319).

[485] "O Brasil faz fronteira com dez países, em um total de mais de 15mil quilômetros, e tem um litoral atlântico d 9 mil quilômetros de extensão, situação que tem como paralelo no mundo, quanto ao número de vizinhos, apenas a Rússia e a China, enquanto a área geográfica do Brasil, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, corresponde a 48% da área total da América do Sul." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p.272).

[486] "Em rigor, 1934 é fruto do movimento de 1930, das mudanças operadas pelo Governo Provisório e da revolução Constitucionalista de 1932. A situação é então inteiramente diversa daquela que deu origem à Constituição de 1891. As preocupações sociais ganham preeminência: já não têm o caráter de questão de "polícia" que marcou esse tema na República Velha.
(...)
Todos esses fatores apontam para o sentido eminentemente social da Constituição de 1934. Seguindo uma certa tendência europeia do pós-guerra, mas que na verdade só iria se firmar definitivamente ao término da Segunda Grande Guerra, alguns dos preceitos do chamado "Walfare State" foram consagrados no texto. Pela primeira vez na história constitucional brasileira, considerações sobre a ordem econômica e social estiveram presentes. Uma legislação trabalhista garantia a autonomia sindical, a jornada de oito horas, a previdência social e os dissídios

Constituição "democrática". Parecia que o Brasil estava se tornando um Estado de Direito[487]. Mas já nesse tempo o que havia no Brasil eram medidas de cunho político para salvar "ao mínimo" as questões sociais e não deixar o país naufragar nos movimentos autoritários da esquerda internacional. A Razão de Estado, segundo o pensamento de Richelieu, Metternich, Bismarck e Henry Kissinger passava ao longe.

As ideias totalitárias europeias, de cunho fascista, sopravam pela América Latina. O que anteriormente se identificava com o caudilhismo passa a ter os rumos de autoritarismo de apelo às massas. A ráida experiência democrática no Brasil (que inclusive dera direito de voto à mulher) durou pouco. Em 1937 é instaurado o Estado Novo, com nova Constituição outorgada.

Em 1937 o Estado Novo aproxima-se definitivamente das aspirações fascistas europeias e a forma federativa de Estado é abolida. O Brasil torna-se um Estado Unitário e as bandeiras dos Estados -Membros da antiga Federação são "queimadas".

Mas o governo ditatorial de Getúlio Vargas, instaurado em 1937, teve uma característica que não pode passar desapercebida para fins de política internacional, qual seja, nunca houve um "rompimento diplomático" com o Estados Unidos da América do Norte, nem mesmo no início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, quando o Brasil se declarou "neutro". O principal ministro de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, estava no Estados Unidos[488], nessa época.

---

coletivos. A família mereceria proteção especial, particularmente aquela de prole numerosa..." (BONAVIDES, Paulo. História constitucional do Brasil. Brasília: Editora OAB, 2002, p. 325).

[487] "Em 1934 demos o grande salto constitucional que nos conduziria ao Estado social, já efetivado em parte depois da Revolução de 1930 por obra de algumas medidas tomadas pela ditadura do Governo provisório. Os novos governantes fizeram dos princípios políticos e formais do liberalismo uma bandeira de combate, mas em verdade estavam mais empenhados em legitimar seu movimento com a concretização de medias sociais, atendendo assim a um anseio reformista patenteado de modo inconsciente desde a década de 20, por influxo talvez das pressões ideológicas sopradas do velho mundo e que traziam para o País o rumor inquietante da questão social.
A Constituição de 16 de julho de 1934 funda juridicamente no País uma forma social de Estado social que a Alemanha estabelecera com Bismarck há mais de um século, aperfeiçoara com Preuss (Weimar) e finalmente iria proclamar com solenidade textual em dois artigos da Lei Fundamental de Bonn, de 1949, cunhando a célere fórmula do chamado Estado social de direito, matéria de tantas controvérsias nas regiões da doutrina, da jurisprudência e da aplicação hermenêutica." (BONAVIDES, Paulo. História constitucional do Brasil. Brasília: Editora OAB, 2002, p. 331).

[488] "O aproveitamento das ricas jazidas de minério de ferro por uma sina siderúrgica instalada no território brasileiro era, à época, visto como um dos magnos problemas de cuja resolução dependia o desenvolvimento econômico nacional. A aspiração nacional tornou-se uma realidade durante o período Vargas, que tirou partido da conjuntura criada pela Segunda Guerra Mundial.
Os norte-americanos cientes da eventualidade de participarem da guerra europeia, ao memo tempo que se preparavam, procuravam, por meio da retórica pan-americanista e de medidas concretas, ganhar a América latina no sentido de incluí-la no seu sistema de poder. O Brasil, por causa do saliente nordestino, ocupa posição geográfica importante no sistema defensivo hemisférico. Getúlio Vargas sentiu o momento e procurou, como contrapartida da

Por mais fechado e ditatorial que fosse o governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, seria uma "loucura", em termos de política diplomática, o rompimento com o EUA. Antes da invasão da União Soviética, em 1941, o próprio Hitler, mesmo na sua carniceira intuição de política externa, tinha temor do enorme esforço da indústria militar norte-americana e no transtorno que isso poderia trazer para as potências do Eixo. Se os nazistas temiam o EUA em 1941 (tendo inclusive Hitler sido aconselhado pelos generais alemães a não declarar guerra à referida nação depois de Pearl Harbour), não poderia se esperar qualquer postura radical do governo getulista.

Em 1942, Franklin Delano Roosevelt visitou o Brasil, e foi muito recebido por Getúlio Vargas. O Brasil[489] estava totalmente alinhado com o Estados Unidos em termos de política externa (melhor dizendo, continuava alinhado com a América do Norte). O presidente do Brasil sabia que a Alemanha nunca teria condições de financiar a industrialização do Brasil, ao contrário do EUA, que concederam generosos empréstimos para o Brasil[490].

---

cooperação, obter vantagens concretas para o desenvolvimento econômico nacional, com recursos e tecnologias norte-americanos para a construção de uma usina siderúrgica situada em Volta Redonda. A par da siderúrgica, havia o desejo de reequipar as Forças Armadas, conforme reiterado." (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p.279).

[489] "...Os norte americanos, por sua vez, mostraram disposição para dar andamentos às conversações com o Brasil. Osvaldo Aranha enviou aos Estados Unidos, em 25 de setembro, uma delegação que concluiu acordo entre os dois países, pelo qual os norte-americanos concediam ajuda financeira (por intermédio do *Eximbank*) e tecnológica para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil. A posição do Brasil no Atlântico era importante para a estratégia global dos Estados Unidos, aos quais, além disso, não interessava o aumento da influência econômica e militar da Alemanha sobre o Brasil, caso esta instalasse a siderúrgica A conjuntura internacional criada pela Segunda Guerra Mundial foi, pois, decisiva para tornar realidade o projeto de Volta Redonda.
Além do que se referia à siderúrgica, os governos de Washington e do Rio de Janeiro chegaram a um acordo sobre o fornecimento de café para o mercado norte-americano, a respeito da participação brasileira no mercado canadense de algodão e da venda de minerais estratégicos aos Estados Unidos.
É preciso ainda ter em conta que para os estados Unidos a implantação do projeto siderúrgico significava, além da contraposição á influência econômica e militar alemã, posterior aumento de sua presença comercial no Brasil, pois, em razão do processo de industrialização que o projeto desencadearia, haveria aumento da demanda de bens norte-americanos. (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4º edição. Brasília: Editora: Universidade de Brasília., 2011, p.281).

[490] "A presença de tropas do eixo no noroeste da África fez aumentar a importância do Nordeste brasileiro no sistema defensivo norte-americano. Até na imprensa de Nova York foi ressaltada a importância das bases brasileira, em razão do que se impunha fazer gastos necessários para modernizá-las.
Viu-se como Vargas procurou contemporizar e negociar o alinhamento do Brasil a um dos blocos em conflito.
O ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, foi reprovado pela opinião pública nacional e provocou a declaração de solidariedade do governo brasileiro aos Estados Unidos. Estes pediram a convocação da reunião de Consulta dos Ministros das relações exteriores do continente, realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. Os representantes diplomáticos da Alemanha, Itália e Japão procuraram pressionar o governo do Brasil com a finalidade de mantê-lo neutro e impedi-lo de romper relações diplomáticas com o Eixo. A pressão chegou mesmo ao ponto de fazer constar que atitude dessa natureza, na prática, acabaria por levar à guerra contra eles. Não obstante, o Brasil não recuou e em 28 de janeiro, rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, não sem antes obter dos EUA

Em 1944 o Brasil enviou tropas para a Europa, a conhecida Força Expedicionária Brasileira, que lutou bravamente na Itália, sendo orgulho perpétuo da nação.

As tropas brasileiras foram comandadas pela 5º Divisão do Exército Norte Americano. O general Mascarenhas era o comandante do Exército Brasileiro na Itália e teve também como colega o General Castelo Branco.

A Argentina declarou o fim da "neutralidade" apenas uma semana antes do final da II Guerra Mundial. O EUA fez uma leitura muito ruim da posição da Argentina, inclusive porquê muitos nazistas para lá fugiram depois do final da Grande Guerra. O Brasil assumiu uma postura mais pragmática bem antes, ao se colocar ao lado dos Aliados.

A doutrinação do Exército Brasileiro pela Escola Militar Norte Americana foi profunda.

Getúlio Vargas deixou o poder em 1945. As tropas que voltaram da Itália no referido ano e toda nação pediam pelo retorno do país ao modelo democrática. Foi sucedido por Eurico Gaspar Dutra, que fora anteriormente ministro da Guerra. O Brasil manteve seu alinhamento internacional estratégico com o Estados Unidos da América do Norte.

Em 1950, Getúlio Vargas retorna ao poder, sob o viés "populista" de governar. Foi criada a Petrobrás e o apelo ao povo estava na moda nos países periféricos, como era também o caso da Argentina de Perón.

O governo de Getúlio Vargas[491] de 1950-1954 foi um período que não deixou de se pautar por ambiguidades. Ao mesmo tempo que mantinha o compromisso com o alinhamento

---

promessas consistentes de que as Forças Armadas seriam reequipadas. O próprio presidente Roosevelt as fez a Vargas por meio de Summer Welles, chefe da delegação no à conferência de chanceleres. A ruptura das relações foi anunciada no último dia daquela conferência, cumprindo, assim, o recomendado pela XXIII Resolução. Argentina e Chile adotaram posição divergente da brasileira na conferência e não romperam com o Eixo. Cumpre ainda observar que o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos em um momento difícil para eles na guerra." (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4º edição. Brasília: Editora: Universidade de Brasília, 2011, p.281-282).

[491] "Ao lado das bandeiras populistas- a revisão do salário mínimo, a luta contra os lucros extraordinários, a liberdade social, a repetida menção aos humildes- destacam-se temas do nacionalismo: a potencialização das riquezas por meio da Petrobras, a denúncia dos lucros de até 500% (sic) de empresas estrangeiras, as fraudes nas importações, a resistência à Eletrobrás, à valorização do café. Pela primeira vez, no mais alto nível do governo, em político de extraordinário apelo popular endossava uma explicação dos problemas brasileiros que punha nos "grupos econômicos e financeiros internacionais", não identificados de modo explícito, mas facilmente associado aos americanos.
(...)
É sugestivo da ambiguidade de Vargas que nem esses temas nem o tom das denúncias tenham jamais feito parte da política externa oficial e formal conduzida pelo Itamaraty. É como se no segundo governo varguista coexistissem duas visões do mundo não apenas diferentes, mas opostas. A do presidente aparece nos discursos, nas campanhas políticas e na carta testamento e quase nunca se traduziu em iniciativas concretas. Quando o fez, não passaram de gestos esboçados, de veleidades que inspiraram desconfianças sem produzirem benefícios: à missão de João Goulart

internacional do Brasil com as alianças ocidentais, lideradas pelo Estados Unidos[492], não deixava de "acenar" para uma admiração com o sindicalismo. Isso em uma época muito perigosa da Guerra Fria, na qual a neutralidade dava a entender esquerdismo. As forças políticas internas encontravam-se em convulsão.

Os dois governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954) representaram, para fins da História Nacional, a modernização de diversos setores nacionais que se encontravam, ainda, como haviam ficado no século XIX. Não existia mais trabalho escravo no início do século XX, mas a classe trabalhadora não tinha uma orientação empreendedora de negócios. O governo de Getúlio Vargas[493] preferiu o "paternalismo" ao invés do empreendedorismo. Como o Brasil havia sido colônia de exploração ficou fácil a receptividade da referida escolha.

A via escolhida e acima mencionada colocou o Brasil ainda mais na "periferia do sistema capitalista mundial". E essa mentalidade permaneceu por longos anos. A "Razão de Estado" ficou completamente abandonada. Fazer para o "gasto" não leva nenhuma nação a ser hegemônica mundialmente. E o Brasil[494] paga caro por isso até os dias atuais.

---

junto a Perón, a atuação diplomática de Luzardo na Argentina, os discursos nacionalistas." (RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016*). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.369).

[492] "As estratégias dos demais países, vencidos e vencedores da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista aquela predominância do poder americano, que permaneceu durante longo tempo e que hoje se exerce ´por meio das estruturas hegemônicas, têm constituído, com a exceção da União Soviética durante um certo período, pouco mais do que respostas mais ou menos bem-sucedidas às iniciativas e à execução das estratégias americanas.
Essas estratégias se inter-relacionam. Iniciativas específicas do Executivo americano podem ser contraditórias por se originarem na predominância momentânea interna de certos interesses e pelo papel do Congresso. Assim, os objetivos intermediários americanos de cada grande estratégia podem se apresentar como conflitantes entre si, diante de situações concretas, assim como conflitantes com objetivos de grandes estratégias em outros campos de ação. Todavia, é necessário reconhecer que as iniciativas americanas se organizam em torno da visão que a sociedade americana faz de si mesma e de sua estratégia ideológica em relação aos outros Estados e sociedades." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos Anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*.5º edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007, p.91).

[493] "Qual seria o autêntico Getúlio? O da carta testamento ou o que votava sistematicamente com os americanos na ONU e na OEA? Peron acreditava ou dizia que, no íntimo, Vargas estava com ele, não podendo agir de acordo com as convicções por faltar-lhe apoio na política interna brasileira. A ambiguidade de 1954 lembra do "jogo pendular" entre a Alemanha nazista e os Estados Unidos de Roosevelt, o estilo de governar equilibrando os contrários, de apoiar-se ora nos integralistas, ora na esquerda." (RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016*). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.370).

[494] "A sociedade brasileira caracteriza-se por uma crônica vulnerabilidade externa com facetas econômica, política, tecnológica militar e ideológica. A mais importante, pois influencia todas as políticas e atitudes do Estado e da sociedade brasileira (empresas, associações, partidos, ONG´s, igrejas, indivíduos etc.) e agrava as outas facetas da vulnerabilidade externa, é a de natureza ideológica. É ela que, por meio de diversos mecanismos, mantém e aprofunda a *consciência colonizada*, não só das elites dirigentes tradicionais como até de segmentos das oposições

A partir do ano de 1955 o Brasil passa a trilhar a linha política do populismo. Governos de apelo público, alguns até simpatizantes da esquerda internacional entram em cena. O atraso estrutural do país acabou impondo a intervenção do Estado para a realização de grandes obras, como foi a necessária construção de Brasília para a reorganização estratégica do país e a ocupação de regiões até então praticamente despovoadas. Inclusive motivos de segurança nacional, da Capital Federal, foram causas para a inauguração da nova Capital em 1960. Mas o tão ansiado desenvolvimento nacional, que pudesse trazer um novo padrão de vida para a população e um reposicionamento internacional melhor da nação não foram atingidos. O Brasil continuava na periferia do sistema e apelando para o entusiasmo de soluções simplista e eufóricas, mas pouco ou nada efetivas, como o populismo, a médio e longo prazo. Mas o Brasil[495] nunca rompeu com o Estados Unidos, nem poderia fazê-lo, até mesmo por uma coerência de organização econômica e defesa do continente latino-americano. A consciência político-filosófica já estava formada na nação.

O planejamento estratégico de toda nação implica no alto grau de capacitação dos líderes como também na vontade da população em ser melhor e querer a grandeza do país. A Educação[496] se mostra como a única chave para se atingir este objetivo, qual seja, a grandeza nacional.

---

políticas, intelectuais, econômicas e burocráticas. A consciência colonizada expressa-se em uma atitude mental timorata e subserviente que alimenta sentimentos de importância na população, ao atribuir as mazelas brasileiras à *escassez de poder*, à *incompetência* brasileira ao nosso *a caipirismo*, ao *arcaísmo* social, à *xenofobia*, enfim, à nossa inferioridade como sociedade. A vulnerabilidade ideológica está estreitamente relacionada com a ampla e crescente hegemonia cultural estrangeira na sociedade brasileira, que se exerce em especial por meio do produto audiovisual, veiculado pela televisão e pelo cinema, articulado com a imprensa, o disco e o rádio." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p.225-226).

[495] "É preciso observar preliminarmente que ao longo do período 1945-1964, salvo parte da gestão de João Goulart e outros momentos específicos, manteve-se a tradicional política de amizade e aproximação entre os dois países. Os desenvolvimentos conjunturais não podem encobrir a observação de que as relações que o Brasil manteve com os Estados Unidos foram, sem dúvida, as mais importantes no conjunto da sua política exterior. Isso porque os norte-americanos continuaram sendo os principais parceiros comerciais, bem como os maiores fornecedores de investimentos para o país, que, por isso mesmo, ficava em posição vulnerável nas suas relações com eles.
No referente à política mundial, as posições brasileiras, na maior parte do período, geralmente acompanharam as dos norte-americanos. A influência cultural dos Estados Unidos e a identidade de instituições facilitaram a aproximação de ambos." (CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4º edição. Brasília: Editora: Universidade de Brasília., 2011, p.377).

[496] "Com o advento das intensas pressões sociais registradas a partir do século XIX, já não era mais possível aos políticos e às elites governantes mascarar a extrema necessidade, do povo e do próprio modo de produção capitalista, de que os cidadãos tivessem acesso à Educação. O sonho da paideia grega começava a tomar forma.

Não basta a Constituição e as Leis vigentes direcionarem os esforços governamentais para o aumento da capacitação do povo, em benefício, principalmente, dos avanços tecnológicos e culturais, ou seja, científicos. A população, visando o bem da nação e o individual também, deve almejar e efetivar a capacitação de todo cidadão, sem exceção. Essa é uma lição que cabe em todos os momentos da nação após a Independência em 1822. Para praticar a Razão de Estado, e por isso ser uma nação hegemônica em nível internacional, precisa-se de cidadãos que sejam verdadeiramente livres e conscientes da própria liberdade, por isso sensíveis às causas da Educação[497].

Todo país passa momentos difíceis na sua História, podendo até aparecer os "desvios", que são apresentados por decisões fáceis e imediatistas, que não constituem um planejamento estratégico de longo prazo, como fizeram os Pais Fundadores do Estados Unidos em 1776.

Há momentos de decisões difíceis, nas quais o grande líder deve pensar de forma pragmática, pensando no futuro. Abraham Lincoln quando decidiu declarar guerra aos confederados do sul estava convicto que qualquer decisão diferente iria penalizar o EUA a longo prazo. Franklin Delano Roosevelt, quando decidiu colocar o Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, tomou a decisão baseado nas conclusões pessoais dele, evitando deixar se levar pelas vozes da opinião pública midiática ou pela posição do Congresso.

Em 1964, as Forças Armadas[498] não tinham outra saída, a não ser "consertar" o Brasil "de cima abaixo". Os generais que voltaram da Itália tinham sentido, bem de perto, o fardo imposto

---

Décadas de discussão legaram ao Ocidente a ideia do processo educacional como um direito, exatamente incluído entre aqueles direitos que se convencionou chamar sociais, os direitos de segunda geração, que pertencem ao cidadão como membro de uma comunidade...
(...)
A proclamação da Educação como um direito é frequente nas constituições brasileiras e mais ainda nas constituições do mundo civilizado e no próprio modo de pensar daqueles que acompanham a tradição greco-romana-judaico-cristã." (HORTA, José Luiz Borges. Direito constitucional da educação. Belo Horizonte: Editora Decálogo, 2007, p. 181-182).

[497] "Como um direito fundamental de segunda geração, o direito à educação é indispensável para a conquista de verdadeiro e pleno exercício da cidadania humana. Para tal, outra não pode ser a postura da doutrina senão a de cada vez mais voltar seus olhos para tão relevante campo do Direito, buscando não somente o conhecimento jurídico, mas uma correta integração com os demais setores que se dedicam ao estudo do processo educacional: Educação, Psicologia, Sociologia, Política, Filosofia." (HORTA, José Luiz Borges. Direito constitucional da educação. Belo Horizonte: Editora Decálogo, 2007, p. 183).

[498] "A oposição hegeliana entre a tese e a antítese, quando de fato se define, não só prenuncia dialeticamente a síntese inevitável, mas parece também traduzir, no fundo, a existência real de um consenso de base do qual esta surgirá, sem o quê, até mesmo aquela oposição não chegaria sequer a poder manifestar-se, quanto mais a adquirir uma autonomia propulsora. Todo conflito pressupõe, assim, uma semelhança entre contrários, tanto quanto, no justo pensar de Heráclito, é o verdadeiro demiurgo da realidade mutável de nosso eterno devir..." (SILVA, Golbery do Couto e.

ao Velho Mundo por políticos com pouca imaginação e que pensavam apenas no tempo de governança deles. Era preciso projetar o Brasil para o futuro, para que a grande nação do Atlântico Sul tivesse a Razão de Estado. E esse período coincidiu com a atuação direita de Henry Kissinger na diplomacia e política norte-americana.

O Brasil a partir de abril de 1964, começa a retomar o projeto de grande nação, que se pretendia hegemônica, pelo menos nos vinte anos seguintes. A Razão de Estado, ou seja, o estrito interesse nacional deveria ser perseguido, tal qual Bonifácio de Andrada e Dom. Pedro II haviam desejado para o futuro da nação. E os esforços a partir de então foram nesse sentido.

A Guerra Fria exigia que toda nação do mundo decidisse claramente de qual lado estava. Como dito anteriormente, para o mundo livre de economias de mercado, como para o mundo unipartidário centralmente planificado, a neutralidade significava dissidência. A História Brasileira, totalmente cristã-ocidental, seguiu o curso das nações democráticas, dentro da História Universal[499].

Para ser superpotência toda nação deve possuir a Razão de Estado.

O planejamento nacional[500] é de importância total para o estabelecimento de autoridade na sociedade interacional. A força econômica e militar traduz respeito internacional, para qualquer nação, independente de sua dimensão territorial. Exemplo é Israel.

Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p.304).

[499] "Minhas primeiras opiniões sobre a América Latina foram muito influenciadas pela minha ligação com Nelson Rockefeller. Ele fora coordenador de assuntos interamericanos e secretário -assistente de estado para a América latina no governo do presidente Franklin D. Roosevelt. Convencido de que os EUA estavam destinados a desempenhar papel ainda maior nos assuntos internacionais, acreditava que devíamos nos engajar nessa empreitada com base em cooperação cerrada com as nações do Hemisfério Ocidental- sociedades pioneiras que tinham se empenhado, como nós, em domesticar um ambiente complexo e na afirmação de seu empenho em promover a dignidade humana. Que mensagem teriam os estados Unidos para o mundo em desenvolvimento, perguntava Rockefeller, senão pudéssemos fazê-lo funcionar em nações com comparáveis histórias e valores?
Embora eu não estivesse preparado para deslocar o lugar de honra que devotava à Europa, simpatizava com estes pontos de vista. Não era depreciativo para a visão de Rockefeller enfatizar a dificuldade de traduzi-la em programa de ação..." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 371).

[500] "Planejamento- quer dizer orientação, ordenação, racionalização, em suma, do conjunto de ações que visam determinados fins. Pressupõe a existência de recursos ou meios a empregar e, também, a previsão de obstáculos, quando não antagonismos: o campo em que se exercem as ações, é, notoriamente, sempre um campo resistente. Por outro lado, o planejamento implica numa busca dirigida de conhecimentos e mais conhecimentos- em certos casos, informações- e consiste, sobretudo, num sistema de escolhas ou decisões, sucessivas e hierarquizadas, entre alternativas diversas, as linhas de ação possíveis. Racionalização- intencionalidade- decisões ou escolhas- escala hierárquica- tudo com vistas a um complexo de ações intimamente ligadas: eis aí a essência de todo e qualquer planejamento." (SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p.432-433).

Em 1966 o Brasil começou a ter índices de crescimentos satisfatórios, com o apoio do Estados Unidos da América do Norte. Salvo o embaixador americano em Moscou, o diplomata mais importante do EUA estava no Brasil Lincoln Gordon, que dava extensa assessoria nos rumos da política nacional, para que concretizasse a Revolução iniciada em 1964 e que tinha intenções de levar o Brasil a ser potência mundial, através da Razão de Estados. Os anos 1970 comprovaram isso.

O embaixador norte americano Lincoln Gordon foi fundamental no apoio do Estados Unidos para o governo militar e o planejamento nacional. E o governo brasileiro, na época, soube fazer muito bem a leitura da assistência norte americana para que o Brasil se tornasse uma grande potência internacional. A Razão de Estado[501] norte-americana estava a ensinar o Brasil[502]. Henry Kissinger, que sempre foi um grande entusiasta do Brasil, sempre apostou muito na parceria Estados Unidos e Brasil.

O Espírito Ocidental, que é a cultura ocidental em constante evolução, saiu da Europa e veio para o Novo Mundo, principalmente para o Estados Unidos e Brasil. A primeira nação traduz isso nos ideais democráticos e no respeito aos direitos individuais, enquanto o Brasil guardou o sentimento de império das nações europeias. E não poderia ser diferente, pois os primeiros governantes brasileiros (D. João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II) vieram da casa real da Áustria, os Habsburgos.

Os conceitos de igualdade e liberdade são legados das civilizações greco-romanas, aos quais se incorporou o de trabalho da Era Contemporânea, conforme a Filosofia de Hegel. Mas a

---

[501] "Não se compreenderão os desígnios e as realizações do primeiro governo militar sem levar em conta que nunca, antes ou depois, registrou-se entre os dirigentes americanos e os brasileiros tamanha convergência de vistas no plano das ideias, complementada por apoio consistente e decisivo nas finanças e no direcionamento econômico estratégico. Sonhava-se construir no Brasil um país de capitalismo moderno e democrático, onde uma economia equilibrada promovesse o crescimento e a distribuição de seus frutos, eliminando de vez a tentação do populismo e do marxismo, que assombraram o período anterior. O sucesso criaria uma espécie de vitrina da superioridade do modelo ocidental e americano de desenvolvimento sobre o receituário soviético e cubano." (RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016*). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 444).

[502] "Sem minimizar as causas especificamente brasileiras da crise de 1964, ela estaria, portanto, inserida dentro de um movimento mais amplo da história mundial, como havia ocorrido, no passado, com a abertura dos portos e a independência. O caráter global faria do esforço para extirpar a subversão comunista interna parte integrante da campanha liderada internacionalmente pelos Estados Unidos. Tal perspectiva aconselharia, em nome da guerra de vida e morte contra a conspiração comunista internacional, a relativizar princípios como o da não intervenção e conceitos absolutos como a soberania nacional, diluídos na geleia geral das "fronteiras ideológicas." (RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016*). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 446).

expressão maior destes conceitos, no Mundo Ocidental, aos quais soma-se também a tecnologia, nos tempos atuais, é o Estados Unidos da América do Norte e deve ser o Brasil também, "grande nação europeia" do Novo Mundo.

O Brasil nasceu em 1822, como nação soberana, com o objetivo de ser grande e abrigar diferentes tipos de etnias, raças, cores, representando um grande império bem ao modelo romano. O único país que possuiu uma família real europeia que o governou durante décadas no continente foi o Brasil. O próprio linguajar do povo brasileiro, usando palavras como "reino", "princesa", "rei", demonstra a enorme herança cultural que o período imperial deixou no dia a dia da nação.

No II Reinado (1840-1889) e nos anos 1970, sem qualquer análise de estrutura social ou de regime político, sob o olhar estritamente do interesse nacional, por isso da Razão de Estado, o Brasil buscou ser uma potência mundial, com um amplo e largo projeto de soberania e estratégia nacional. Como já dito anteriormente, no Segundo Reinado, o Brasil tinha uma Força Naval que praticamente se equiparava à da Inglaterra. Nos anos 1970 o Brasil começou a desenvolver o projeto da bomba atômica, fazendo um grande projeto em parceira com a Alemanha no que diz respeito à ciência do urânio.

Um país da dimensão do Brasil tem se preocupar com sua segurança[503] em nível externo. Em que pese ainda parecer que o "guarda-chuva nuclear" americano protege todo o Ocidente principalmente a América, todo país de dimensões continentais deve possuir meios militares dissuassórios que afaste qualquer ameaça estrangeira.

A grande decisão da liderança[504], segundo o continuado pensamento de Henry Kissinger, é solitária. Modificar os rumos da nação exige coragem, força e ousadia.

---

[503] "Cremos, em verdade, que sua natureza e finalidade venham, assim, suficientemente caracterizadas. De fato, não se trata, nessa fase e mediante tal processo, de aumentar de imediato o nível de poder, muito menos o de sua expressão militar. O que em verdade se busca é fortalecer as potencialidades bélicas, em geral, da nação- entre estas, em maior ou menor grau, mas nunca excessivamente, as militares também – persistindo todas, em sua grande parte, como potencialidades apenas, até que sobrevenha o momento em que seja inevitável desencadear-se, afinal, o processo da mobilização. Dessa forma poderão elas, em largo prazo, concorrer igualmente para o progresso pacífico da nação e para o bem-estar de todo o povo, sem que deixem de estar presentes nas negociações diplomáticas, onde de fato o que mais vale, em regra, não é o poder atual e efetivo, mas sim o prestígio alicerçado num potencial, que se faz praça, aliás, de possuir." (SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p. 454-455).

[504] "Quinto, as decisões devem espelhar opções políticas bem refletidas- isto é, devem responder as seguintes perguntas: O que estamos tentando atingir, ou o que estamos tentando evitar? Que consequências esperamos desta decisão, e que providências temos em mente para lidar com elas? Qual o custo da ação proposta? Estamos prontos para pagar este preço, e por quanto tempo?

Não é apenas deter a ciência da bomba atômica que faz uma nação ser potência mundial e assim possuir alta interferência nos precedentes internacionais. A economia (incluindo todo sistema financeiro, bancário e social), a educação, a infraestrutura, a cultura (principalmente a cristã), entre outros, são fatores que influenciam substancialmente a hegemonia nacional, também. Mas as Forças Armadas, quando inspiram segurança, facilitam muito a absorção de crescimento, nos mais diversos setores[505]. Pode se dizer que a democracia norte americana é protegida com "bomba-atômica."

O Brasil desenvolveu assim seu forte aparelhamento militar a partir dos anos 1975, inclusive para fins militares. Seguir o padrão das grandes potências mundiais da época deveria ser a prioridade para um país de dimensões continentais, como o Brasil. Até mesmo para uma maior participação nas decisões regionais, diga-se a América Latina, que é o perímetro que exige maior segurança nacional. A principal embaixada do Brasil está em Buenos Aires, na Argentina, país com o qual o Brasil tem a maior fronteira terrestre. Depois vêm a embaixada norte-americana, por questões estratégicas, em nível de importância.

A América Latina não tem como características conflitos militares e invasões a territoriais de soberanias alheias. Com raras exceções, o diálogo é mantido em fóruns internacionais, havendo até mesmo uma relação de Bloco Econômico, o Mercosul[506]. O Brasil, sem dúvida

---

(...)
Nenhum procedimento funcionará, a menos que o presidente conheça os seus objetivos, a menos que ele tenha a coragem para seguir suas convicções diante da adversidade, e a habilidade política para mobilizar suficiente apoio público para persistir no caminho. Isso não é a mesma coisa que formular a política externa em conformidade com as pesquisas de opinião pública. O povo não perdoa os desastres de seus líderes, mesmo que eles resultem das ostensivas preferências deste mesmo povo- como atesta o destino de Neville Chamberlain, depois de Munique." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p. 1112).

[505] "Embora com receio de multiplicar conceitos, haveria que introduzir aqui a noção de uma outra espécie de potencial nacional. Comecemos por salientar que o potencial estratégico, por isso que referido a antagonismos e à eventualidade sempre considerada da guerra; e, a partir dele, é que a mobilização se processa. Talvez mesmo essa conceituação tenha desde logo motivado alguma surpresa por afigurar-se restrita demais, sobretudo em face do que correntemente se entende por potencial de riquezas de uma nação- o conjunto de recursos conhecidos de toda a ordem, também políticos, econômicos, psicossociais e até mesmo militares, se encanarmos a questão com espírito bem amplo- que a essa nação se oferecem, suscetíveis de exploração num prazo inteiramente definido. Daí a reduzida significação prática dessa noção, pois que muitos desses recursos perigarão permanecer eternamente como potenciais inexplorados, como já bem o estão, afinal, aprendendo as nações que se deixaram embalar, anos, décadas a fio, com as glórias fátuas do título, tão pomposo quanto inexpressivo, de "país do futuro." (SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003, p.455).

[506] "O Mercosul tem sido apresentado com o um i*nstrumento político* do Brasil e da argentina (e do Uruguai e Paraguai) para defender seus interesses e promover seus objetivos em uma nova (hostil, perigosa ou benigna, como se prefira) ordem mundial. A importância do papel político do Mercosul, especialmente se ele vier a incluir outros

alguma, é a nação mais forte da região e da referida pessoa jurídica de Direito Internacional Público. Prioriza-se a democracia, pelo menos teoricamente, nesta parte do continente.

O relacionamento com o Estados Unidos[507], desde a criação do Mercosul, em 1991, tem sido de uma "concorrência respeitosa". O Brasil e Argentina sabem que o EUA considera a América Latina região de sua influência e segurança, desde a *Doutrina Monroe* de 1832. A enorme diferença econômica da região em relação ao poderio norte americano e a inexistência de um único meio circulante, ou seja, permanece o dólar como moeda de referência para fins cambiais e econômicos, acabam deixando o EUA menos desconfiado de possíveis rompimento em relação a ele. As questões geográficas[508] de proximidade territorial muito influenciam nessa estabilidade de relacionamento geopolítico e geoestratégico de todo o Continente Americano.

---

países da região, parece ser considerada uma consequência natural do tamanho do seu produto, território e população e de outros fatores que, de acordo com os entusiastas do Mercosul, mesmo quando são inferiores, como é o caso do PIB, poderiam ser comparados com os dados correspondentes à União Europeia e ao Nafta.
A análise das condições, estratégia e tática da ação política do Mercosul deve ser precedida de uma visão do sistema mundial no qual essa ação política tem de se verificar. Qualquer visão da sociedade brasileira, do Mercosul ou do mundo não é certamente a única que pode ser imaginada e, portanto, está sempre aberta a discussão e contradição e pode ser substituída por outras visões plausíveis. Todavia, *alguma visão abrangente do mundo tem de ser apresentada* antes de se discutir o papel político internacional do Mercosul. Ao contrário das visões sobre solidariedade, relações fraternais de amizade, ausência de conflitos e a natureza democrática das populações, o ambiente doméstico e externo no qual o Mercosul tem de construir sua base de ação política em relação ao resto da América do Sul, e para além dela, não é estável nem próspero. O ambiente regional no qual o Mercosul tem de exercer seu papel político está caracterizado por tensões e instabilidades econômica e política, a despeito do *pensamento positivo (wishful thinking)* e dos desejos dos promotores das políticas neoliberais, e das *estratégias* de alinhamento político com as grandes potências como panaceia para os males do subdesenvolvimento e da periferia". (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p.387-388).

[507] "O mais importante fator a considerar quando se tenta discernir os objetivos da política externa dos Estados Unidos e compreender suas táticas é que os Estados Unidos se consideram como a mais perfeita, avançada e exitosa sociedade e Estado na história moderna da humanidade. Esta é uma genuína convicção da elite americana e da população em geral e ela tem um efeito profundo sobre a política exterior dos Estados Unidos, sua conduta e sua atitude em relação a outras nações. Os estrategistas americanos e a elite da política exterior tendem a ver o mundo como um todo, como arcaico e instável e a considerar mesmos os mais avançados países europeus como manietados pela tradição, sociedades desiguais e menos do que democráticas e em certa medida invejosas em relação à *estória de sucesso* americana, ingratas diante de suas políticas benevolentes e hostis aos interesses vitais americanos. A instabilidade inferente ao mundo e a crença em que o mundo tem de ser reformado à imagem das instituições americanas com a única formar de se tornar progressista, pacífico e próspero estão na raiz da ideia de que os Estados Unidos são o país responsável pela paz mundial e pelo progresso e que, portanto, tem obrigações e *direitos* especiais." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p.389).

[508] "A política exterior americana em relação à América Latina é radicalmente diferente em função das áreas geográficas a que se aplica: a América Central e o Caribe, e a América do Sul, onde se encontra o Mercosul.
A região centro-americana e o Caribe são vitais para a defesa do território americano, e dos caminhos marítimos entre a Costa Leste e a Costa oeste e entre o Golfo e a região norte da América do Sul. A Venezuela é o quarto fornecedor de petróleo aos Estados Unidos, em volumes maiores do que as exportações dps países do golfo pérsico,

A década de 90 do século XX veio com novas exigências no que diz respeito à política e à economia, em nível internacional, e por isso, consequentemente, das relações exteriores. O Brasil não conseguia mais conviver com a inflação[509], que corroía o poder de comprar dos cidadãos e desgastava a cada dia a credibilidade internacional do País. Em 1993, a inflação tomava níveis alarmantes, e vários dos preços nacionais eram cotados em dólar, por quase completa equiparação cambial em padrões internacionais. O país todo pedia por mudanças, e isso implica no imperativo diplomático e político de melhor convivência e receptividade com o mercado internacional e com os países centrais capitalista.

A postura de inserção na sociedade internacional, a partir de 1995, na busca de credibilidade monetária, por si só, não é pura Razão de Estado. Claro que houve um avanço que foi sentido por toda população com o fim da inflação, mas o projeto de grande nação ainda continuava postergado.

O acesso da população à Educação[510], do nível primário ao superior, com alta qualidade, é um grande requisito da Razão de Estado, até mesmo para a melhoria dos salários e, no século XXI, para a capacitação "tecnológica", que é a ênfase atual. Para o país "ser de todos" esses

---

exceto a Arábia saudita, e da Colômbia provém o terrificante fluxo de drogas, gerado pela inerradicável demanda dos consumidores americanos gerada por uma sociedade individualista, competitiva e atemorizada.
A América do Sul, em especial a área ao sul da Colômbia e da Venezuela, tem um grau diferente e menor de prioridade no contexto da política externa americana e de sua estratégia como um todo, o que pode ser um fato positivo para as aspirações políticas do Mercosul. Os mesmos princípios gerais de estratégia americana, todavia, também se aplicam a essa região com o agravante de que os Estados Unidos estão tentando legalmente *incorporar* toda região à economia americana por meio das negociações da Alca, tratados bilaterais de livre comércio e do estímulo à adoção de políticas de dolarização, procurando manter desmilitarizado os Estados da América do Sul, enquanto, ao mesmo tempo, procuram estacionar tropas e material em algumas áreas da região." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p.392-393)

509 "A incrível insistência na insensatez parece repetir de forma ainda mais extravagante o enredo do capítulo anterior- que descreve a deterioração dos fundamentos e instituições fiscais e monetárias no âmbito da qual as ações dos personagens, todavia, parecem sempre distantes da inflação, que parece chover em consequência de imperativos meteorológicos, como uma catástrofe impessoal e órfão de qualquer influência humana e política. Os políticos gastadores sempre foram capazes de se afastar prudentemente da paternidade da inflação, em geral através do aldino expediente de colocar -se em oposição a certo tipo de combate à inflação com políticas de estabilização ditas recessivas, convencionais ou ortodoxas." (FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei: uma história monetária brasileira (1933-2013). 1º edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017, p. 468).

510 "Impõe-se instituir uma política educacional preocupada com a consolidação da escola pública, gratuita e de excelência, e também criar mecanismos processuais mediante os quais os cidadãos possa garantir e lutar pela efetivação dos seus direitos...
(...)
Que o futuro do Brasil consagre a plena vivência dos valores educacionais aclamados pela história do Estado de Direito!" (HORTA, José Luiz Borges. Direito constitucional da educação. Belo Horizonte: Editora Decálogo, 2007, p. 187-188).

"todos" devem estar preparados não apenas para a reinvindicação de direitos, mas também para o exercício dos direitos e cumprimento das obrigações. Daqui sai o salto para a hegemonia de qualquer nação, em nível internacional.

O Brasil caminha assim, na constante luta para descobrir o seu papel internacional[511], superando suas contradições internas, sendo essencial a unidade de propósitos da Federação Brasileira, o que se dará com a Educação, para que todos sejam virtuosos e cidadãos, posto que iguais e livres, e plenamente enquadrados nos Conceitos de Igualdade, Liberdade, Trabalho e na atual Era de Inteligência Artificial, na tecnologia também. Dessa forma ter-se-á uma grande nação judaico-greco-romana-germânica-europeia-cristã-latino- ocidental hegemônica[512].

[511] "Enfim, a sucinta e incompleta descrição do conjunto de resultados das políticas interna e externa, que se entrelaçam e se reforçam mutuamente, mostra que muito foi feito para enfrentar os quatro grandes desafios internos da sociedade brasileira: a redução das disparidades, a superação das vulnerabilidades, a concretização do potencial e o fortalecimento da democracia, assim como o grande desafio externo, qual seja a construção de um mundo multipolar, em que a América do Sul seja um de seus pólos, próspero, justo, democrático e soberano." (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p.447).

[512] "Malgrado as diferenças entre os grandes estadistas da história, eles tiveram em comum o senso do passado e uma visão do futuro. O estadista de hoje é seduzido pela tática. A ironia está em que o domínio dos fatos pode conduzir á perda do entendimento da matéria em questão e mesmo do controle dela. A política externa corre o risco de transformar-se numa subdivisão da política interna, em vez de se tornar uma aventura para a formação do futuro.
O problema da maioria dos períodos passados foi que os objetivos iam além do conhecimento. O desafio da nossa era é oposto: o conhecimento está transbordando os objetivos..." (KISSINGER, Henry. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001, p.1123).

5- CONCLUSÃO

O “caminhar” pela História Universal, e o uso desse verbo é proposital, implica em ação, nunca em inércia, através da Razão.

A História Universal é objeto da Filosofia, como bem expressou Hegel, nos Conceitos de Igualdade, Liberdade e Trabalho. O homem é a Razão, pois somente ele possui a capacidade de pensar e é essa capacidade que move a Razão de Estado, para que a nação seja hegemônica, na sociedade internacional. E não é qualquer uma nação, mas a nação definida e com propósitos de liderança internacional.

Henry Kissinger, grande historiador e diplomata, chegou aos altos cargos da política norte-americana, não apenas pelas articulações e jogos do meio, mas através de seu vasto conhecimento acadêmico e por compreender a História Universal como uma Ciência que somente pode ser compreendida racionalmente e da qual nenhuma liderança ou povo pode escapar.

Olhando os “líderes” que se puseram a governar através da Razão de Estado, para que sua nação fosse hegemônica, Henry Kissinger experimentou aplicar a teoria, por ele mesmo construída, na diplomacia norte-americana. Com o grande entusiasmo de um judeu-europeu-americano, cuja família sobreviveu aos horrores da II Guerra Mundial e teve de se refugiar no Estados Unidos, Kissinger utilizou toda a sua vasta formação em História para tirar conclusões diplomáticas, que colocaram o EUA na liderança do mundo em um momento no qual a Guerra Fria somente apresentava incertezas. E ele soube vencer, estando sempre “lances à frente” no jogo diplomáticos com seus adversários, estando sempre com “os amigos por perto e os adversários ao lado.” Isso é controle.

Entrando a humanidade no século XXI em um momento regido pela “tecnologia” Henry Kissinger, nos seus quase 100 anos de idade, não deixa de dar sua contribuição ao alertar que o “nosso fator humano” não pode ser ultrapassado por qualquer invenção científica, decorrente do aperfeiçoamento tecnológico. E não seria outra sua afirmativa, posto a vasta formação iluminista-realista que o referido diplomata possui. A condição humana deve se sempre aperfeiçoada. Não há lugar para retrocessos na História Humana, racionalmente afirmando. O conhecimento da Verdade liberta e o homem foi feito para ser livre.

A Razão de Estado vai se desdobrando ao longo da História Universal. Cabe à liderança ter “coragem “de aplica-la, para que sua Nação seja Hegemônica.

A Perfeição do “Ser” guia o pensamento dialético-especulativo, para que todos sejam livres. Somente pode se encontrar liberdade no Estado, abrigo ético e grande conquista da História Mundial.

Henry Kissinger vai sendo descoberto como historiador e diplomata. Mas sua contribuição para seu tempo e para o tempo vindouro é indiscutível. O Estados Unidos tornou-se superpotência e permanece assim. O exemplo vivo da Razão de Estado no século XX e bem presente no século XXI está registrada no História da Diplomacia Mundial. O estudante e depois professor de Harvard tornou-se o grande diplomata do século XX e permanece como grande consultor e escritor de assuntos internacionais. A capacidade de atualização aos tempos é a maior característica da liderança.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005;

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2012;

BERNARDES, Wilba Lúcia Maia. *Federação e federalismo: uma análise com base na superação do Estado Nacional e no contexto do Estado Democrático de Direito*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2010;

BONAVIDES, Paulo Paes de Andrade. H*istória constitucional do Brasil*. Brasília: Editora OAB, 2002;

BOSON, Gerson de Britto Mello. *Filosofia do Direito: Interpretação Antropológica.* 2º edição. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1996;

BUTSON Thomas. *Os Grandes Líderes. Gorbachev*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1990;

CASTRO, Flávia Lages de. *História do Direito Geral e Brasi*l. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017;

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011;

CLARKE, Arthur C. *O homem e o espaço*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969;

CLAUSEWITZ, Carl. *Da Guerra*. 3º edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2010;

CUDLIPP, Edythe. *Os Grandes Líderes. Adenauer.* São Paulo: Editora Nova Cultura, 1989;

DEPARTAMENTO CULTURAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Panorama da História dos Estados Unidos*. Ano desconhecido;

DOROTHY; THOMAS, Hoobler. *Os Grandes Líderes. Chu En-Lai*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988;

FRANCO, Gustavo H.B. *A moeda e a lei: uma história monetária brasileira (1933-2013).* 1º edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017;

FRANKENBERG, Gunter. *Técnicas de Estado: perspectivas sobre o Estado de direito e o estado de exceção.* São Paulo: Editora Unesp, 2018;

GARZA, Hedda. *Os Grandes Líderes. Francisco Franco.* São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987;

GORBACHEV, *Mikail. Perestroika- novas idéias para o meu país e o mundo*. São Paulo: Editora Círculo do livro, 1987;

_____. *Perestroika- novas idéias para o meu país e o mundo*. São Paulo: Editora Best Seller, 1988;

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005;

_____. *Quinhentos Anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*.5º edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007;

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, Jonh. *O Federalista*. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1984;

HANEY, Jonh. *Os Grandes Líderes. Lênin*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988;

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2º edição. Brasília: Editora UNB, 1999;

_____. *Princípios da Filosofia do Direito.* São Paulo: Editora Ícone, 1997,

HYPPOLITE, Jean. *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999;

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. 20º edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013;

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1918*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

_____. *A Era dos Impérios.* 19º edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015;

HORTA, José Luiz Borges. *Direito constitucional da educação*. Belo Horizonte: Editora Decálogo: 2007;

_____. *Federalismo e Democracia*. Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2021;

_____. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Editora Alameda, 2011;

_____. *História, Estado e Idealismo Alemão*/José Luiz Borges Horta, Karine Salgado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017

ISRAEL, Fred L. *Os Grandes Líderes. Kissinger*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988;

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001;

JÚNIOR, J. Cretella. *Curso de Direito Romano: o Direito Romano e o Direito Brasileiro.* Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997;

LEOPOLDINO da FONSECA, João Bosco. *Direito Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010;

KALB, Bernard; KALB, Marvin. *KISSINGER*. Volume I. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A, 1974;

KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTETENLOCHER, Daniel. *A Era da Inteligência Artificial*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2021;

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012;

_____. *Memórias, 3º volume: Anos de Renovação*. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2001;

_____. *Mis Memorias*. Buenos Aires: Editoria Atlântida S.A, 1979;

_____. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015;

_____. *O Mundo Restaurado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973;

_____. O Século XXI pertence à China? Rio de janeiro: Editora Elsevier, 2012;

_____. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011;

MACHIAVELLI, Niccolô. O Príncipe. São Paulo: Editora Golden Books, 2008;

MAGNOTTA, Fernanda Petená. *As ideias importam: o excepcionalismo norte-americano no alvorecer da superpotência*. 2º edição revista e atualizada. Curitiba: Aprris, 2006;

MARKHAM, Lois. *Os Grandes Líderes. Theodore Roosevelt.* São Paulo: *E*ditora Nova Cultura, 1988;

MATTOS, Carlos de Meira. *Estratégias militares dominantes- sugestões para uma estratégia militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1986;

_____. *Nova Estratégia de Defesa Nuclear: Guerra nas Estrelas.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988;

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *A Fenomenologia e a Hermenêutica Jurídica.* Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007;

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 15º edição. I Volume. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004;

MENDES, Gilmar Ferreira., BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. São

Paulo: Saraiva, 2015;

NUSDEO, Fábio. *Curso de Economia: introdução ao Direito Econômico*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008;

REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. Volume I, São Paulo: Editora Loyola, 1993;

_____. História da Filosofia Antiga. Vol. II, São Paulo: Editora Loyola, 1994;

_____. *Para Uma Nova Interpretação de PLATÃO*. 2º edição, São Paulo: Editora Loyola, 2004;

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 18º edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1998;

_____. *Introdução à Filosofia*. 4º edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2002;

RICHELIEU, Armand Du Plessis, Duque de. *Testamento Político*. Bauru, SP: Editora Edipro, 1995;

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016*). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017;

RIPLEY, C. Peter. *Os Grandes Líderes. Nixon.* São Paulo: Editora Nova Cultura, 1989;

RODGERS, Judith. *Os Grandes Líderes. Winston Churchill.* São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987;

ROMANO, Roberto. *Razão de Estado e Outros estados da Razão*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014;

ROSE, Jonathan E. *Os Grandes Líderes. Bismarck*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987;

SAGAN, Carl. *Pálido ponto azul: uma visão do futuro da humanidade no espaço*. 2º edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SANDBERG, Peter Lars. *Os Grandes Líderes. Eisenhower*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987;

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Kant: seu fundamento na liberdade e na igualdade*. 2º edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993;

_____ *A Idéia da Justiça em Hegel*, Ed. Loyola, Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1991;

_____. *A Idéia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximum Ético*), Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006;

_____. *A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade*, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2018;

SCHIFFMAN, Ruth. *Os Grandes Líderes. Tito*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987;

SCHMITT, Carl. O Nomos da Terra no Direito das Gentes do Jus Publicum Europeaum. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014;

SCHWAB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Editora Edipro, 2016;

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: Editora UNIVERCIDADE, 2003;

SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009;

SHUWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018;

TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito; PALHARES, Janaína Aparecida. *1865-2015- Cento e Cinquenta Anos do Fim da Guerra Civil Americana*. Revista ASA-palavra n.º 23, 2015;

TALLARICO, Rafael; ROMANO, Taísse June Barcelos Maciel; ALMEIDA, Isabela Antônia. *1971-2021. Cinquenta anos da diplomacia Estados Unidos x China- 'as mãos de Henry Kissinger' - 1971-2021 ('Funfizg Jahre diplomatieveinigte Staaten x China - die hande von Henry Kissinge)'*. Revista ASA – Palavra n.º 35, Brumadinho/MG;

TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. *Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2019;

TALLARICO, Rafael; LOQUE, Carla Pessanha. *Diplomacia e Segurança no Mundo Contemporâneo: fundamentação no pensamento de Henry Kissinger*. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2018;

TALLARICO, Rafael; GOLINI, Vera Lúcia de Sousa. *Estado e Soberania: perspectivas no Direito Internacional Contemporâneo*. 3º edição revista e atualizada: Belo Horizonte, São Paulo: Editora D`Plácido, 2020;

TALLARICO, Rafael; TEIXEIRA, Carla Fabrícia; CALDEIRA, Elane Cristina. *A Ideia de Diplomacia em Henry Kissinger.* Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2015;

TALLARICO, Rafael. RESENDE, Taynara Martins Silva. *GERALD FORD E HENRY KISSINGER: um diálogo estratégico necessário para a formação da Nova ordem Mundial.* Revista ASA-Palavra n.º30, 2019;

TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. *Kissinger e a Ética Ocidental*. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016;

TALLARICO, Rafael; COSTA, Ana Flávia Pereira da. *Política Exterior do Brasil e o Pensamento Diplomático de Henry Kissinger*. Revista ASA- Palavra n. 24. Brumadinho, 2016;

TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito; VENÂNCIO, Carolina Elizabeth. *O Sentido da Liderança Segundo o Pensamento de Henry Kissinger*. Revista ASA-Palavra n.º 25, Brumadinho, 2016

TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. *Soberania e Diplomacia: perspectivas contemporâneas no pensamento de Henry Kissinge*r. Belo Horizonte: Editora D`Plácido, 2016;

TALLARICO, Rafael; FONSECA, Laura Gandra Laudares. *Wernher Maximilian Von Braun-Projeto Apolo 11 (um passo gigantesco para a humanidade)* Revista ASA-Palavra. n.º28, 2018;

VAIL, John J. *Os Grandes Líderes. Ben Gurion.* São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia. O problema de fronteira*. Filosofia 3. São Paulo: Edições Loyola: 1986.